

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**FACULDADE DE LETRAS**  
**Departamento de História**  
**Instituto de História da Arte**



**RAMALHO ORTIGÃO E O CULTO DOS  
MONUMENTOS  
NACIONAIS NO SÉCULO XIX**

**ALICE NOGUEIRA ALVES**

**Doutoramento em História**  
**na Especialidade de**  
**Arte, Património e Restauro**

**Tese orientada pela Professora Doutora**  
**Maria João Baptista Neto**

**2009**



*Aos que já foram*  
*Aos que cá estão*  
*Ao que vem agora a caminho*  
*Aos que ainda hão-de vir*



## Resumo

No fim do século XIX, Ramalho Ortigão publicou uma importante obra, *O Culto da Arte em Portugal*, onde desenvolveu um levantamento crítico de vários aspectos relacionados com a defesa e valorização do Património nacional, encarados como testemunhos da História de Portugal e elementos essenciais para a justificação da sua identidade nacional. Enquadrado num conjunto de influências nacionais e estrangeiras anteriores, assimiladas e ponderadas ao longo da sua obra literária, o autor apresentou uma visão pessoal sobre o assunto, complementada com um conjunto de propostas para a resolução de alguns dos problemas enunciados.

Este interesse pelos monumentos nacionais foi acompanhado pela participação nas Comissões e Conselhos formados a partir do início da década de noventa do século XIX, exclusivamente dedicados a este problema. Através da elaboração de pareceres, muitas vezes complementados com visitas aos locais, Ramalho Ortigão tentou aplicar na prática os seus princípios, na maioria sem resultados evidentes. Segundo ele, para alterar as mentalidades era preciso começar por fomentar a educação do povo, sensibilizando-o para o valor dos seus monumentos e a sua importância na identificação da sociedade onde se integravam, sendo também imprescindível um arrolamento geral dos principais elementos a proteger e a divulgar.

Na área das Artes Decorativas alcançou maior sucesso, conseguindo provar, nas exposições e Comissões onde participou a ligação entre a arte antiga e a produção das pequenas indústrias de cariz artesanal, então existentes no país e que a manutenção de tradições e a persistência de motivos decorativos tinham um papel essencial na preservação de uma Arte distinta, marcada por variações regionalistas providas de uma originalidade única, tipicamente portuguesa. Assistimos, ainda, ao seu empenhamento em prol do estudo e salvaguarda da pintura dos séculos XV e XVI, pois para ele, além das qualidades artísticas destes quadros, os elementos representados poderiam ser usados como base de estudo aprofundado da sociedade da época, uma das mais distintas da História nacional. A Comissão instituída em 1910 para a inventariação e tratamento destas pinturas só chegou a alcançar os objectivos delimitados por Ramalho Ortigão após a sua morte, ficando, assim, um dos seus principais mentores, privado de se poder orgulhar de mais esta batalha vencida em favor do património artístico nacional.

**Palavras-chave:** Ramalho Ortigão, Monumentos Nacionais, Século XIX, Artes Decorativas, Património.



## Abstract

In the end of the 19<sup>th</sup> century Ramalho Ortigão published *O Culto da Arte em Portugal*, an important work that makes a critical survey of several aspects related to the protection and enhancement of national Heritage. Monuments are seen as testimonies of the Portuguese History, essential to the definition of its national identity. The author presents a personal vision on the subject, helped by previous national and foreign influences, assimilated in all his literature works and complemented by several proposals for the resolution of some listed problems.

This interest in the national monuments was accompanied by participation in Committees and Councils formed from the last decade of the 19<sup>th</sup> century, exclusively dedicated to this problem. Through his opinions, often complemented by visits, Ramalho Ortigão tried to apply in practice his principles, mostly without obvious results. According to him people's education was essential to change their minds, sensitizing him to the value and importance to the identification of monuments on their own society, being essential a recognition of the most important elements to protect and publicize them.

In the area of Decorative Arts he achieved greater success, proving in his exhibitions and committees the connection between ancient art and the production in small scale of industries of handicraft, existing in the country, proving as well that the maintenance of traditions and the persistence of decorative motifs had an essential role in the preservation of a distinct Art, marked by regionalist variations from a typical and unique Portuguese originality. We also watched his commitment to the study and safeguarding of the painting of the fifteenth and sixteenth centuries, because to him, beyond the artistic qualities of them, the presented elements could be used as a basis for a deep study of the society of that period, one of the most distinct of the national history. The Commission established in 1910 to the registration and treatment of these paintings only achieved the objectives defined by Ramalho Ortigão after his death, remaining as one of his mentors, dispossessed to be proud of one more battle, won in favour of the national artistic heritage.

**Keywords:** Ramalho Ortigão, National Monuments, 19<sup>th</sup> Century, Decorative Arts, Heritage.





## Índice

Agradecimentos .....	15
Introdução .....	17
Justificação e limites do tema .....	17
Estudos sobre o Património Artístico Nacional .....	18
O balanço de uma vida .....	22
Regras de Transcrição e siglas .....	32
Principais abreviaturas .....	32
1. <i>O Culto da Arte em Portugal</i> .....	33
1.1. Os <i>Monumentos Nacionais</i> : a evolução de uma tomada de consciência .....	35
<i>O Jornal do Pôrto</i> .....	35
<i>O Progresso do Pôrto</i> (1870-1871) .....	36
<i>As Farpas</i> (1871-82) .....	37
<i>Banhos das Caldas e Águas Minerais</i> (1875) .....	46
<i>As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante</i> (1876) .....	49
<i>A Holanda</i> (1883) .....	52
<i>John Bull – Depoimento de uma testemunha</i> (1887) .....	54
Segunda edição de <i>As Farpas</i> (1887-1889) .....	55
Breve nota sobre a restante produção literária .....	61
1.2. Influências e antecedentes da historiografia portuguesa .....	69
Almeida Garrett e o Nacionalismo .....	70
O lamento de Alexandre Herculano nos “Monumentos Patreos” (1838/39–1873) .	84

A influência da obra de Raczynski (1846) .....	90
O exemplo dos <i>Monumentos Nacionaes</i> de Mendes Leal (1868) .....	92
A responsabilização do Estado em “Os Monumentos” de Vilhena Barbosa (1873-1908) .....	96
As ideias lançadas pelo Marquês de Sousa Holstein e a Comissão da Academia Real de Belas Artes (1875-1876) .....	100
O esquema orgânico usado por Possidónio da Silva em “Monumentos Nacionais” (1885-1894) .....	103
Conclusão .....	105
1.3. <i>O Culto da Arte em Portugal</i> .....	109
Impacto da Obra .....	111
Enquadramento geral .....	114
A intervenção nos Monumentos Nacionais .....	119
O papel da Comissão dos Monumentos Nacionais .....	127
<i>O estilo original</i> .....	127
Conhecer para Salvaguardar .....	128
Como inventariar os Bens Móveis .....	130
A falta de técnicos especializados .....	133
A ineficiência dos organismos .....	133
A discussão de conceitos .....	134
Os beneméritos .....	136
O Culto da Arte Nacional .....	137
A perda da tradição .....	138
As Artes Decorativas .....	139
Abordagem à pintura “primitiva” portuguesa .....	141
O desrespeito pelos testemunhos do passado .....	142
A falta da criatividade artística e a influência de Ruskin .....	143
Algumas considerações finais .....	144
2. Em prol dos Monumentos Nacionais .....	147
2.1. Primeira experiência numa comissão oficial .....	153

2.2. A passagem pelas instituições do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria .....	161
2.3. Da teoria à prática .....	201
O exemplo do Mosteiro da Batalha .....	202
A imagem contraditória da Comissão dos Monumentos Nacionais no caso da Sé de Lisboa .....	206
Como intervir no Mosteiro dos Jerónimos? .....	210
Entre os Directores da intervenção na Sé Velha de Coimbra .....	221
Outros pareceres de Ramalho Ortigão .....	230
A desilusão causada pela demolição parcial do Convento das Carmelitas de Aveiro .....	232
O desaparecimento das muralhas de Braga .....	240
O Convento da Conceição de Beja .....	242
Breve referência ao Congresso dos Architectos em Madrid (1904) .....	245
2.4. Contribuição para o arrolamento dos monumentos nacionais .....	247
As primeiras propostas de Gabriel Pereira para a classificação dos monumentos nacionais .....	248
De novo a Real Associação dos Architectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses em defesa dos monumentos nacionais .....	257
As propostas apresentadas por Ramalho Ortigão .....	261
O culminar do processo de arrolamento dos monumentos nacionais .....	275
3. Em Prol das Artes Decorativas .....	279
3.1. A representação portuguesa na Exposição Colombina .....	289
3.2. A Colaboração com a Casa Real .....	315
Biblioteca da Ajuda: A <i>Torre de Marfim</i> .....	315
A Exposição de Arte Sacra Ornamental .....	322
Polémicas em torno de Ramalho .....	336
3.3. A defesa dos “Primitivos” .....	343
Conclusão .....	369

Bibliografia .....	375
Anexos .....	423
Anexo 1 – Documentação .....	425
Anexo 2 - Artigos publicados na Imprensa periódica .....	561

## Índice das Figuras e Tabelas

Figura 1 – Segunda versão da capa da publicação <i>As Farpas</i> .....	43
Figura 2 – Pormenor do projecto elaborado por Rambois e Cinatti para a intervenção do Mosteiro dos Jerónimos .....	44
Figura 3 – Ilustração do livro <i>Banhos das Caldas e Águas Minerais</i> .....	46
Figura 4 – Imagem da praia de Pedrouços com a Torre de Belém ao fundo .....	50
Figura 5 – Imagem ilustrativa do livro <i>A Holanda</i> .....	53
Figura 6 – Saudação ao regresso de <i>As Farpas</i> de Rafael Bordalo Pinheiro .....	56
Figura 7 – Ramalho Ortigão com a farda de sócio da Academia das Ciências .....	64
Figura 8 - Retrato póstumo de Ramalho Ortigão pintado pelo seu neto Luís Ortigão Burnay .....	109
Figura 9 – Capitel da igreja da Madre de Deus com locomotiva .....	121
Figuras 10 e 11 – Fachada da Igreja da Madre de Deus antes da Intervenção e pormenor da porta depois do restauro .....	122
Figuras 12 e 13 – Porta da Igreja do Mosteiro de Santa Maria da Vitória antes da intervenção e depois da intervenção .....	123
Figura 14 – Torre de Belém e gasómetro .....	126
Figura 15 - Projecto de restauro da fachada principal da Sé de Lisboa de Augusto Fuschini .....	196
Figuras 16 e 17 – Nave da Sé Velha de Coimbra antes e depois da intervenção .....	224
Figura 18 – Projecto de nova avenida apresentado pela Câmara de Aveiro .....	233
Figura 19 – Actual fachada do convento das Carmelitas de Aveiro onde se observa claramente a amputação sofrida .....	239
Figura 20 – Torre de Menagem do Castelo de Braga, único elemento preservado até aos nossos dias.....	241

Figuras 21 e 22 - <i>Dois interiores do gabinete de trabalho do escritor, na sua casa à Calçada dos Caetanos, em Lisboa</i> .....	284
Figura 23 – <i>Palacio da Bibliotheca, onde estão installadas as diversas secções da Exposição colombiana</i> .....	299
Figuras 24 a 27 – Duas imagens do retábulo de Santa Auta: <i>Partida de Colónia das Relíquias de Santa Auta e Chegada das Relíquias de Santa Auta ao Mosteiro da Madre de Deus</i> . Reprodução da porta de entrada e do quadro da Partida das Relíquias por Rafael Bordalo Pinheiro .....	302
Figura 28 – Vista da primeira sala da representação portuguesa na Exposição Colombina .....	304
Figura 29 – Vista da segunda sala da representação portuguesa na Exposição Colombina .....	305
Figura 30 – Pessoas envolvidas na organização da Exposição Colombina .....	309
Figura 31 - Ramalho Ortigão na Biblioteca da Ajuda .....	318
Figura 32 – Ilustração da Exposição de Arte Ornamental do Centenário Antoniano efectuada por Rafael Bordalo Pinheiro .....	327
Figura 33 – Alguns objectos da Exposição de Arte Sacra Ornamental .....	328
Figuras 34 e 35 – A Custódia de Belém antes e depois do restauro. Fotografias de Ferreira Tomé, o ourives responsável pela intervenção .....	334
Figura 36 – <i>O primeiro desenho que se conhece dos dois maiores painéis! (Inédito e rápido esboceto feito por mestre Alberto de Sousa em 1899, quando tinha apenas 19 anos)</i> .....	356
Tabela 1 – Distribuição dos monumentos propostos para classificação em 1909 e sua localização por distritos .....	277



## Agradecimentos

Um trabalho desta envergadura não se deve única e exclusivamente a quem o realiza, mas também a um conjunto de pessoas essenciais para a sua execução e sem as quais seria quase impossível o seu bom termo.

Em primeiro lugar quero agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Maria João Neto pelo constante apoio e amizade votado nos últimos cinco anos. As suas ideias e sugestões levaram ao encontro do melhor caminho a seguir para a concretização desta tese e a sua preocupação e atenção constantes, foram sempre um grande incentivo para mim, especialmente na fase final.

Ao Professor Doutor Vítor Serrão aqui fica um grande agradecimento pelo seu apoio e amizade e, principalmente, por sempre ter acreditado nas minhas capacidades desde o princípio. Ao Professor Doutor Fernando Grilo pelos conselhos e conversas sempre proveitosas. À Professora Doutora Clara Moura Soares pela amizade sempre presente e ao Professor Luís Afonso pelas suas prontas palavras de apoio.

Gostava também de agradecer aos Professores responsáveis pela leccionação dos seminários da parte curricular do Curso de Doutoramento, a Professora Arquitecta Ana Tostões, o Professor Doutor António João Cruz e ao Professor Doutor João Medina que, dentro ou fora das suas aulas, nos ensinaram uma nova maneira de abordar a História da Arte e todas as disciplinas relacionadas.

Ao contrário do que se defende, a nossa tese de Doutoramento não foi nada solitária, mas sim um grande trabalho de grupo, de motivação e amizade para os quais contribuíram os meus colegas da Faculdade de Letras, a quem me encontro ligada para sempre. Gostava de destacar aqui os nomes de Joaquim Caetano, Ricardo da Silva, Madalena Costa Lima, Susana Gonçalves, Sandra Vaz Costa, Lucília Belchior, Isabel Lopes, Vanessa Antunes, Joana Pinho e da Patrícia Monteiro. Obrigada pela disponibilidade de todos e pelo apoio constante, não só na tese, mas também nos nossos projectos comuns. Alguns trabalharam

nas suas teses em simultâneo comigo, outros ainda se encontram em plena labuta. Quero desejar-lhes a melhor sorte e deixar uma mensagem de esperança, porque ao fundo do túnel existe uma luz muito brilhante à vossa espera.

A parte da investigação não teria sido possível sem o apoio dos trabalhadores dos vários arquivos consultados, entre as quais se encontram, por ordem cronológica, a Dr.<sup>a</sup> Maria Leonor Pinto e a Dr.<sup>a</sup> Susana Marques da Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa. Ao antigo presidente da Academia das Belas Artes de Lisboa, o Professor Arquitecto Augusto Pereira Brandão, à Mestre Helena Alves, ao Sr. António Costa, à sua esposa Sr.<sup>a</sup> Ana Paula Jansen Costa e às Sr.<sup>as</sup> Ana Paula Brito e Luísa Neves. Não só por me permitirem o acesso ao seu espólio, numa fase conturbada da vida desta Instituição, mas também pelo apoio e amizade demonstrado no largo período de tempo ali passado. À Dr.<sup>a</sup> Isabel Carneiro e ao Sr. Espiga, do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, um apoio indispensável para quem se atreva a mergulhar naquele arquivo e, finalmente, ao Dr. Paulo Tremeceiro da Torre do Tombo, sempre pronto a colaborar em todas as pesquisas.

Por último, mas sempre em primeiro, gostava de agradecer à minha Mãe, o meu maior exemplo pela sua capacidade de trabalho e pela sua disponibilidade absoluta, ao meu Pai, um apoio sempre dedicado, presente e preocupado, e aos meus irmãos, Miguel, João e Lourenço, meus grandes amigos em todas as ocasiões.

A todos os meus amigos e amigas sempre presentes ao longo da minha vida, onde quer que estejam.

Ao Tiago, o maior amigo de todos, pelo seu apoio incondicional em todos os momentos e pelas suas palavras de alento essenciais nas fases mais complicadas deste longo trabalho. E por fim, ao mais pequenino, o nosso José, companheiro sempre presente nos últimos meses da elaboração desta tese da maneira mais próxima que um filho e uma Mãe podem estar.

Obrigada a todos...



## Introdução

*...A felicidade consiste em acharmos na vida um destino  
e em o cumprirmos sempre com dedicação,  
e quando fôr preciso – com sacrifício<sup>1</sup>.*

### Justificação e limites do tema

A vida e obra de Ramalho Ortigão têm sido temas recorrentes para o desenvolvimento de inúmeros estudos e biografias mas, até ao momento, tirando alguns artigos e abordagens pontuais em contextos mais latos<sup>2</sup>, ainda não se efectuou um estudo aprofundado, dedicado exclusivamente ao envolvimento deste escritor na salvaguarda do património artístico português nos últimos anos do século XIX e princípios do seguinte.

Para além da bibliografia e fontes publicadas, com o objectivo de reconstituir estes anos de Ramalho, baseámo-nos num vasto leque de documentação, consultada em diferentes arquivos. A principal fonte de informação foi, sem dúvida nenhuma, o Espólio existente na Biblioteca Nacional de Portugal<sup>3</sup>, onde se encontram milhares de documentos alusivos aos mais variados assuntos, na sua maioria ainda por explorar e trabalhar, sendo o resultado deste esforço muito gratificante para quem se pretenda debruçar sobre os múltiplos aspectos da vida deste escritor<sup>4</sup>. O segundo arquivo mais importante, embora já muito estudado e citado, foi o dos livros de Secretaria da Academia Nacional de Belas

---

<sup>1</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Banhos de caldas e aguas minerais*, ilustrado por Emídio Pimentel com uma introdução de Júlio César Machado, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, Porto, 1875, p. 58

<sup>2</sup> Como é o caso da tese de Lúcia Rosas, bem como outras a que nos iremos referir em seguida. ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios – A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Exemplar policopiado, Porto, 1995.

<sup>3</sup> BPN, *Espólio de Ramalho Ortigão*, E19.

<sup>4</sup> Deve aqui salientar-se o seguinte trabalho: ORTIGÃO, Ramalho, *Cartas a Emília*, Introdução, selecção, fixação do texto, comentários e notas de Beatriz Berrini, Lisóptima Edições – Biblioteca Nacional, Lisboa, 1993.

Artes de Lisboa, onde recolhemos informações sobre o seu envolvimento em algumas das comissões e projectos, analisados neste trabalho. A Academia das Ciências de Lisboa, local de trabalho de Ramalho por mais de quarenta anos, não podia deixar de se encontrar entre os nossos principais objectivos. Ao longo da sua documentação, especialmente nos livros de secretaria inacessíveis até recentemente<sup>5</sup>, existem múltiplas referências ao nosso escritor e ao seu envolvimento em algumas das iniciativas académicas. Outra fonte de informação foi a sua imensa correspondência, espalhada por diversos arquivos e colecções particulares, alguma ainda na posse de descendentes da família Ramalho Ortigão, que prontamente disponibilizaram o seu acesso, como se poderá verificar nas Fontes da nossa Bibliografia. Através da análise desta documentação particular, conseguimos reconstituir um caminho e um modo de encarar diferentes aspectos, muitas vezes pouco valorizado ou escondido na sua obra publicada. O cruzamento destes elementos permitiu-nos uma visão ramalhiana do cenário onde se encontravam os monumentos portugueses, bem como dos seus intervenientes.

Como referimos, a vida e obra de Ramalho Ortigão tem sido estudada e publicada em inúmeras monografias e artigos<sup>6</sup>, pelo que optámos por esboçar nesta introdução uma nota biográfica, concentrando-se o nosso trabalho em sistematizar o conhecimento dos diversos contributos desta personalidade na área patrimonial entre o estudo, a compreensão e a divulgação de um legado a salvaguardar.

### **Estudos sobre o Património Artístico Nacional**

Sem deixar de trabalhar a figura no seu tempo e no ambiente específico, não pretendemos realizar um aprofundamento geral dos problemas relacionados com o património português nos séculos XIX e XX. Este tipo de estudos tem vindo a ser incrementado por

---

<sup>5</sup> Esta documentação não se encontrava disponível aos leitores da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa por falta de tratamento. No decorrer dos nossos trabalhos de pesquisa conseguimos encontrar algumas referências a cotas dos livros de secretaria que, com alguma sorte, se conseguiram identificar com a ajuda da Dr.<sup>a</sup> Maria Leonor Pinto, bibliotecária da casa. Posteriormente, os 214 livros constituintes da colecção foram transferidos para a Sala de Leitura e arrolados por nós. ALVES, Alice Nogueira, *Relação dos Livros de Secretaria da Academia Nacional das Ciências - Séries A e B*, exemplar policopiado, Lisboa, Março de 2007.

<sup>6</sup> De entre os elementos indicados na nossa Bibliografias, não podemos deixar de referir a importância de algumas obras: CAVALHEIRO, Rodrigues, *A Evolução Espiritual de Ramalho*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1962, COSTA, Joaquim, *Ramalho Ortigão – precursor do Nacionalismo contemporâneo*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1937, MALPIQUE, Cruz, *Ramalho Ortigão – Ensaio*, Editora Educação Nacional, Porto, 1957, e OLIVEIRA, Maria João L. Ortigão de, *O Essencial sobre Ramalho Ortigão*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1989, entre tantas outras.

vários autores, podendo a sua compreensão global ser reportada a estes trabalhos de grande merecimento.

Aproveitando a implantação do regime liberal como data inicial para a nossa pequena resenha, tendo em conta o estudo em curso de Madalena Costa Lima, na sua tese de doutoramento, *Conceitos e Atitudes de Intervenção Arquitectónica em Portugal (1755-1834)* que nos trará muitas novidades brevemente, marcamos o ano de 1834 como o início de uma nova época. Acompanhando as ideologias apoiadas pelo Liberalismo, a lei de desamortização das casas religiosas e a sua aplicação muito célere, deixou muitos edifícios vulneráveis às vendas em hasta pública e suas consequências ou ao abandono. Face a este menosprezo pelos monumentos portugueses, testemunhos da História nacional, surgiu um movimento de reacção liderado por um conjunto de homens recentemente regressados do exílio, onde tomaram conhecimento das discussões existentes em torno deste assunto na Europa. Em resposta às turbulências dos períodos pós-revolução, era pois preciso fomentar o culto a esta memória histórica, como os franceses já vinham defendendo. Vários estudos têm sido desenvolvidos, contribuindo para o conhecimento das atitudes governamentais ou privadas tomadas nesta época, bem como as de algumas personagens essenciais nesta sucessão dos acontecimentos até quase aos nossos dias.

Mesmo tendo em conta o facto de a História e a Teoria do Restauro serem temáticas relativamente recentes na historiografia portuguesa, já se defenderam muitas dissertações nesta área portadoras de contributos fundamentais para o conhecimento da matéria. A existência de alguns cursos de pós-graduações específicos também explica esta profusão de estudos académicos. Para melhor sistematizar este texto, referiremos nesta introdução apenas os mais abrangentes, apresentando as referências às abordagens mais focadas num tema para determinados pontos da tese, onde a sua citação é essencial, bem como para a Bibliografia.

Os primeiros trabalhos de folgo onde se procurou uma abordagem sistemática à questão da História do Restauro e da Conservação em Portugal foram realizados quase em simultâneo por Lúcia Rosas<sup>7</sup>, sobre o século XIX, e por Maria João Neto<sup>8</sup>, sobre um momento fulcral do século XX, marcado por uma dinâmica de intervenções em

---

<sup>7</sup> ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios...*

<sup>8</sup> NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *A Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1995, posteriormente publicada: NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *Memória Propaganda e Poder – O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, FAUP publicações, Porto, 2001.

monumentos nacionais muito específica, num contexto ditatorial, carente de um estudo aprofundado à data.

Estes dois trabalhos foram antecidos por outros, tais como o de Lucília Verdelho da Costa, sobre Ernesto Korrodi<sup>9</sup>, o do mestrado de Maria João Neto, dedicado ao restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória na Batalha<sup>10</sup>, da Prova Complementar de Marieta Dá Mesquita<sup>11</sup>, bem como uma Prova de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica de Mário Augusto S. Bento<sup>12</sup>, estas últimas de carácter mais generalista.

Devem ainda destacar-se dois textos publicados no catálogo da exposição intitulada *Dar Futuro ao Passado*, organizada pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, pela parceria de Miguel Soromenho com Nuno Vassalo e Silva<sup>13</sup> e por Jorge Custódio<sup>14</sup>, trazendo novas luzes à questão ainda em 1993.

Posteriormente, foi a vez de Paulo Simões Rodrigues se dedicar ao assunto no seu mestrado<sup>15</sup>, onde apresentou uma visão generalista do tema no século XIX, depois orientada para o caso de Évora no doutoramento recentemente defendido<sup>16</sup>. Também neste carácter generalista se enquadram os trabalhos de Maria Helena Maia<sup>17</sup>, mais dedicada ao princípio do século, com a data limite de 1880, e de Miguel Tomé<sup>18</sup>, com especial incidência no século XX, defendida na Universidade do Porto. Outro estudo abrangente é o de Ana Cristina Martins, dedicado à Associação dos Arqueólogos

<sup>9</sup> COSTA, Lucília Verdelho da, *Ernesto Korrodi 1889-1944, arquitectura, ensino e restauro do património*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997.

<sup>10</sup> NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Editorial Estampa, Lisboa 1997.

<sup>11</sup> MESQUITA, Marieta Dá, *Arquitectura e Renovação, Aspectos do Restauro Arquitectónico em Portugal no Século XIX*. Prova complementar de Doutoramento em História da Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura de Lisboa, exemplar policopiado, 1993.

<sup>12</sup> BENTO, Mário Augusto S., *Conservação, Restauro, Reabilitação – Ideologia e práticas*, 2 volumes, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas à Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Arquitectura, exemplar policopiado, Coimbra, 1994.

<sup>13</sup> SOROMENHO, Miguel, SILVA, Nuno Vassalo e, “Salvaguada do Património – Antecedentes Históricos – Da Idade Média ao Século XVIII”, *Dar Futuro ao Passado*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa 1993, pp. 22-32.

<sup>14</sup> CUSTÓDIO, Jorge, “Salvaguada do Património – Antecedentes Históricos – De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”, *Dar Futuro ao Passado*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa 1993, pp. 33-71.

<sup>15</sup> RODRIGUES, Paulo Alexandre Simões, *Património, Identidade e História. O Valor e o Significado dos Monumentos Nacionais no Portugal de Oitocentos*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea (séculos XVIII-XX), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1998.

<sup>16</sup> RODRIGUES, Paulo Simões, *A Apologia da Cidade Antiga. A formação da identidade de Évora (sécs. XVI-XIX)*, Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Évora, Departamento de História, exemplar policopiado, Évora, 2009.

<sup>17</sup> MAIA, Maria Helena, *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*, IHA – Estudos de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, 2007.

<sup>18</sup> TOMÉ, Miguel, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, FAUP Publicações, Porto, 2002.

Portugueses<sup>19</sup>, onde realizou um enquadramento internacional muito interessante das medidas tomadas no âmbito da salvaguarda do Património português nesta época. Outro espaço temporal carente de mais aprofundamento era o da primeira República, colmatado, muito recentemente, por Jorge Custódio, na sua tese de doutoramento<sup>20</sup>.

O conjunto destes estudos, com as recentes investigações desenvolvidas nesta área e com artigos e trabalhos resultantes de Projectos de Investigação, permite traçar um percurso evolutivo bastante seguro dos acontecimentos nos últimos dois séculos da nossa História nesta área, mas ainda faltam trabalhos monográficos que permitam alcançar uma maior objectivação dos elementos estudados, de modo a conseguir-se compreender isoladamente os papéis desempenhados pelos diversos participantes desta batalha. Entre os estudos sobre importantes personalidades, cuja acção pioneira no campo da História da Arte e da Salvaguarda do Património foi determinante no Portugal oitocentista, pode referir-se e recente tese de doutoramento de Sandra Leandro, sobre Joaquim de Vasconcelos<sup>21</sup>.

Ao longo do nosso trabalho de pesquisa deparámo-nos com muitos aspectos ainda pouco explorados, como a organização prática dos estaleiros de obras na implementação dos programas de restauro nos monumentos, a formação dos artífices e o fornecimento de materiais. Dois dos exemplos deste tipo de abordagem, já realizados, encontram-se nas teses de mestrado<sup>22</sup> e doutoramento<sup>23</sup> de Clara Moura Soares dedicadas especificamente às intervenções oitocentistas realizadas nos Mosteiros da Batalha e o dos Jerónimos, respectivamente. As monografias existentes sobre muitos monumentos permitem a obtenção de uma visão crítica do ambiente envolvente, contribuindo para o seu conhecimento nesse aspecto.

---

<sup>19</sup> MARTINS, Ana Cristina Nunes, *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na Senda da Salvaguarda Patrimonial – Cem Anos de Transformação (1863-1963)*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2005. Já anteriormente esta autora fizera uma primeira abordagem ao tema na sua tese de mestrado: MARTINS, Ana Cristina Nunes, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica – Um percurso na arqueologia portuguesa de oitocentos*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1999.

<sup>20</sup> CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*, Doutoramento em Arquitectura apresentado à Universidade de Évora, exemplar policopiado, Évora, 2008.

<sup>21</sup> LEANDRO, Sandra Maria Fonseca, *Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), Historiador, Crítico de Arte e Museólogo*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2008.

<sup>22</sup> SOARES, Clara Moura, *O Restauro do Mosteiro da Batalha – Pedreiras Históricas, Estaleiro de Obras e Mestres Canteiros*, Coleção História e Arte, Magno Edições, Leiria, 2001.

<sup>23</sup> SOARES, Clara Moura, *As Intervenções Oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém: O Sítio, a História e a Prática Arquitectónica*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2005.

O enquadramento internacional destes assuntos, especialmente a comparação com o caso espanhol, embora já iniciado por Ana Cristina Martins, carece também de uma maior dedicação, tornando-se o desenvolvimento do conhecimento mais aprofundado do caso português uma boa base de trabalho para este estudo comparativo.

Ao aprofundar-se o conhecimento de algumas instituições onde o nosso escritor se encontrou envolvido, abriram-se novos campos de pesquisa mais abrangentes, dando-nos informações sobre outras instituições muito pertinentes, sobre as quais lamentamos não poder aprofundar o estudo nestas páginas. Entre estas destacamos a Academia Real de Belas Artes, o Conselho Superior de Obras Públicas e Minas e a Direcção dos Edifícios Públicos e Faróis, todos muito envolvidos na defesa e intervenção dos monumentos nacionais, móveis e imóveis, cuja compreensão da interacção com as entidades já estudadas seria do máximo interesse.

No presente estudo, foram a dedicação e o amor pelo património artístico votados por Ramalho Ortigão, encarado como o espelho da ancestralidade, do vigor e do carácter único da sua Pátria, o principal *let motiv* para analisar um conjunto de questões por si equacionadas, tendo em conta as possíveis raízes e influências do seu pensamento.

### **O balanço de uma vida**

*Fui creado até os 7 annos de idade como um pequeno saloio, na casa de lavoura de minha avó materna.*

*Minha avó era viúva e vivia do amanho das suas terras com as minhas duas tias solteiras. Os homens da casa eram os meus padrinhos Frei José do Sacramento, irmão de minha avó, e Manuel Caetano que desde os 18 annos de idade accumulava o serviço militar com o da casa da minha família. Tinha na fardeta, quando eu era pequeno, cinco divisas correspondentes a 50 annos de serviço. Fizera a campanha da Península e batera-se contra os francezes, tomando parte na famosa batalha do Bussaco que elle próprio me descreveu no logar da acção quando me acompanhou a Coimbra, onde fui fazer os exames de preparatórios e matricular-me em direito aos 14 annos de idade. Manuel Caetano dormia por cima do palheiro, n'um pequeno quarto de dois metros quadrados a que se subia por uma escada de mão. Defronte de uma estreita cama, suspensa em beliche, tinha pendurada a mochila, em que guardava os seus papeis, os*

*seus utensílios de limpeza, uma escova, um pente, todo o seu mundo. Á cabeceira tinha a espingarda e o boldr' é.*

*Meu padrinho conservava nos seus hábitos o horário do Convento. Levantava-se á meia noite. Barbeava-se ás escuras, dava uma volta á casa e tornava a deitar-se para se erguer definitivamente ao romper do dia. O seu quarto tinha o extremo aceio e a ordem meticulosa de uma cella. Durante todo o inverno o perfumava invariavelmente um grande ramo de violetas. Fôra um pregador distinto e tinha sido capelão de D. Pedro IV. Possuia uma sofrível livraria, acomodada com a sua linda mobilia Luiz XV, e com tudo quanto lhe pertencia no seu unico quarto. As suas gavetas eram uma maravilha de arranjo. Abancava quotidianamente durante oito ou dez horas no vão de uma janela, em cujo peitoril havia uma meridiana, e escrevinhava sempre. Andando difficilmente em resultado da mordedura de um cão de caça que recebera n'uma perna aos dezoito annos, entretinha-se trabalhando de carpinteiro e concertando os instrumentos da lavoura, sentado n'uma cadeira. Fazia um fueiro á enchó, tendo-o suspenso na mão e aparando-o como se apara um lapis.*

*Quanto mais envelheço, mais me capacito da profunda influencia que tiveram na formação do meu character e em todo o meu destino esses dois velhos que foram os mais intimos companheiros da minha infancia e que eu enternecidamente amei. Fiquei para todo sempre – intimamente o reconheço – um tanto frade um tanto soldado. Ficaram-me de pequeno indestructiveis gosto de ordem, de disciplina, de solidão<sup>24</sup>.*

José Duarte Ramalho Ortigão nasceu no dia 24 de Novembro de 1836, na casa de Germalde, na freguesia de Santo Ildefonso do Porto, filho de Joaquim da Costa Ramalho Ortigão e de Antónia Alves Duarte Silva<sup>25</sup>.

A sua primeira auto-biografia conhecida foi escrita aos 58 anos, num documento muito famoso, encontrado e publicado pela primeira vez dois dias depois da sua morte. Este texto é citado em quase todos os estudos e tributos dedicados a este autor, pela sua descrição pormenorizada dos primeiros anos de vida, justificando na educação recebida as escolhas e caminhos seguidos ao longo da sua carreira literária. A leitura dos extractos acabados de reproduzir dá-nos a base dos hábitos cultivados na fase adulta da sua vida, quando o rigor e respeito pelo seu trabalho foram determinantes para os resultados alcançados, marcados por uma enorme produção literária ao longo dos anos, desde a sua

<sup>24</sup> “Ramalho Ortigão – O seu funeral”, *Diário de Noticias* de 30 de Setembro de 1915, p. 1.

<sup>25</sup> [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=25764](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=25764), consulta realizada a 1-12-2008.

adolescência até bem perto da sua morte, em 1915. Na década de quarenta do século XX, muitos destes textos foram reunidos e publicados pela Clássica Editora, numa colecção de mais de quarenta volumes onde se encontram reeditadas monografias e artigos provenientes de muitos periódicos da época, alguns dos quais muito difíceis de encontrar actualmente. Esta foi apenas uma das muitas edições de quase todos os seus livros, ainda hoje reimpressos com alguma frequência. O espólio existente na Biblioteca Nacional de Portugal<sup>26</sup>, comprado a uma descendente brasileira no fim dos anos oitenta, contem uma enorme quantidade de informação biográfica, especialmente relativa às últimas décadas da sua vida.

Apesar de os autores normalmente enquadrarem a obra de Ramalho Ortigão tendo em conta quase exclusivamente *As Farpas*, a sua produção literária ultrapassou em muito estas fronteiras, sofrendo uma série de influências distintas ao longo dos anos. As novas ideias chegaram ao nosso escritor através de uma constante actualização, pela leitura de monografias, estudos, periódicos nacionais e estrangeiros, mas principalmente, pelas suas constantes viagens ao exterior, onde ia beber directamente na fonte os conhecimentos, mais tarde reflectidos e passados aos seus leitores, sempre com o objectivo muito de pedagógico de educar Portugal.

Numa época onde os sentimentos nacionalistas eram muito exacerbados por toda a Europa, Ramalho integrou-se plenamente nessa corrente, explorando e amando o seu país como poucos. Fez da sua batalha final a protecção e valorização de todos os monumentos artísticos considerados como testemunhos da grandeza da História do nosso país. Era preciso salvar a “Tradição”, um conjunto de elementos de várias qualidades, constituindo a verdadeira alma da nação, actualmente designado de Património. Para o seu conhecimento percorreu sem descanso muitos caminhos e recantos do país, anotando e registando sistematicamente vocabulários regionais, pormenores, histórias, lendas e episódios pitorescos ou descrevendo lugares, monumentos e paisagens, numa inventariação sistemática registada em cadernos, pequenas folhas e epístolas ainda hoje muito bem representada no referido espólio, em alguns arquivos públicos, em posse de membros da família ou ainda de coleccionadores particulares. Estas viagens também extravasaram os limites das nossas fronteiras, numa constante ida e volta a vários países

---

<sup>26</sup> BNP, *Espólio de Ramalho Ortigão*, E19.



européus, das quais resultaram obras muito famosas como *Em Paris, John Bull, Holanda* e inúmeros artigos espalhados por vários jornais e revistas portuguesas e brasileiros<sup>27</sup>.

Depois de uma curta estadia em Coimbra, onde talvez tenha chegado a frequentar a Universidade, Ramalho voltou ao Porto sem acabar o curso, tornando-se professor de francês no Colégio da Lapa, dirigido por seu Pai. Foi no desempenho destas funções que travou conhecimento com Eça de Queirós, seu aluno, sendo numa fase posterior esta relação cimentada numa amizade muito forte, sobrevivente às distâncias e aos anos, até à morte do autor de *Os Maias* em 1900.

A 24 de Outubro de 1859 casou-se com Emília Isaura Vilaça de Araújo Veiga, na sua cidade natal<sup>28</sup>. Desta união resultaram três filhos, José Vasco, Maria Feliciano e Berta, e muitos netos, dando origem a uma vasta família ainda hoje espalhada por Portugal e pelo Brasil, país escolhido pelo seu filho para se estabelecer.

Apesar do seu precoce afastamento do mundo académico e da sua produção articulista desses anos se limitar, normalmente, à crítica mundana de espectáculos, o nosso escritor rapidamente se envolveu na polémica Questão Coimbrã<sup>29</sup>, valendo-lhe a sua ousadia um golpe num braço, diferido pela espada de Antero de Quental num duelo romântico.

Segundo uma carta escrita a Teófilo Braga no dia 16 de Outubro de 1910, encontrando-se um dia no Grémio em Lisboa, Tomás de Carvalho ofereceu-lhe o lugar de oficial na Academia, que prontamente aceitou e ocupou apenas três dias depois, a 3 de Agosto de 1868<sup>30</sup>. Esta vinda para a capital, marcou uma nova época da sua vida, caracterizada por uma maior actividade social e profissional, desenvolvendo a sua amizade com Eça de Queiroz e frequentando os encontros do grupo do Cenáculo, centrado em torno de Antero de Quental, seu novo mentor. Embora não tenha desempenhado neste grupo um papel tão activo como o dos comunicadores das Conferências do Casino, símbolos de uma corrente intelectual da época, durante os anos seguintes reflectiu-se na sua obra a influência das

<sup>27</sup> Sobre este tema veja-se: ONOFRE, Ana Luísa Liberato Vieira Vilela Anileiro, *Imagens do Estrangeiro e Auto-Imagem na Obra de Ramalho Ortigão*, Dissertação de Mestrado em Literaturas Comparadas Portuguesa – Francesa (séculos XIX e XX), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Exemplar policopiado, Lisboa, 1991.

<sup>28</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Ortigão de, *A Família de Ramalho Ortigão*, Tipografia Lessa, Porto, 2000, p. 161.

<sup>29</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Litteratura d'hoje* Porto, Typ. do "Jornal do Porto", 1866.

<sup>30</sup> Carta escrita a Teófilo Braga a 16 de Outubro de 1910, quando se demitiu do cargo de bibliotecário. ORTIGÃO, Ramalho, *Carta de um Velho a um Novo*, precedida de um estudo de Alberto de Monsaraz sobre a Política de Ramalho seguido da resposta de João Amaral, Cadernos Políticos, Edições Gama, Lisboa, 1947, p. 89-96. A informação sobre este processo, bem como o despedimento dos seus sucessores, encontra-se relatada nos livros de secretaria e de registo de Actas da Academia das Ciências de Lisboa. Actas da Academia das Ciências de Lisboa. ACL, Livro 30 B, *Sessões do Conselho e das Assembleas Geraes, 22 de Outubro 1851 a 1910*, [22 de Outubro de 1851 a 9 de Fevereiro de 1911], p.139v e 145, Livro 112 B, *Registo de Diplomas*, [24 de Agosto de 1865 a 15 de Julho de 1931], p.9-10, Livro 32 B, *Assembleas Geraes 1859-1876*, [31 de Agosto de 1859 a 6 de Abril de 1876].

ideias então recebidas. Nesta altura publicou as *Historias Cor-de-Rosa*, uma colectânea de contos, constituindo esta obra uma das suas poucas incursões individuais pela área da literatura romanceada, com algumas excepções raras, normalmente imbuídas de algum fundamento moral ou pedagógico.

Depois do êxito alcançado pelo *Mistério da Estrada de Sintra*, escrito em parceria com Eça, os dois autores iniciaram a saga de *As Farpas*. Esta publicação tinha o objectivo de comentar com ironia a sociedade política e algumas das suas personalidades mais características. Com o afastamento do romancista após a sua partida para Havana, Ramalho passou a escrever sozinho este periódico, mantendo sempre o nome do amigo na capa, mas imprimindo-lhe uma mudança profunda, baseada em conceitos mais pragmáticos, onde se dedicou a inúmeros assuntos, desde a educação, à religião, passando pela higiene, educação física, tratamentos, dietas, bem como pela divulgação do seu país, com o objectivo de suscitar o amor pela Pátria no coração dos seus leitores, mudando um pouco a direcção das suas influências teóricas anteriores. Este último aspecto foi ainda mais evidenciado na segunda edição desta obra, no fim dos anos oitenta quando os textos foram profundamente alterados e adaptados à sua visão contemporânea e estatuto social, processo também adaptado por Eça de Queirós em *Uma Campanha Alegre*, nos dois volumes onde condensou a sua contribuição.

A sua entrada para um meio social mais elevado, culminante nos encontros do grupo “jantante” dos *Vencidos da Vida*, composto por vários membros composições influentes no Governo e na Casa Real, terá contribuído para esta viragem e, certamente, aberto algumas portas para o desempenho de novos cargos e funções.

Os anos noventa ficaram marcados por uma nova faceta ramalhiana mais pró-activa em questões políticas e sociais, onde tentou implementar as ideias reflectidas e defendidas ao longo da sua vida. Entre 1891 e 1892 ocupou, por oito meses, o seu primeiro cargo oficial, como Inspector das Escolas Industriais da Circunscrição do Sul, do qual se demitiu, muito provavelmente em solidariedade com os problemas surgidos com o Inspector da zona norte, Joaquim de Vasconcelos<sup>31</sup>.

Dado o tema desta tese, relacionado com a defesa dos monumentos nacionais, debruçarmo-nos especialmente no estudo das suas funções e iniciativas tomadas em prol do conhecimento e protecção destes bens nacionais, imóveis ou móveis.

---

<sup>31</sup> Sobre esta temática ver BARREIRA, Isaque de Jesus Neves, *Ramalho e a Educação. Outros Tempos – os mesmos problemas*, Dissertação de Mestrado em Educação na área de especialização de Filosofia da Educação, Universidade do Minho, exemplar policopiado, Braga, 1992 e LEANDRO, Sandra Maria Fonseca, *Joaquim de Vasconcelos...*, p. 140.

Ao longo da análise da obra veremos o desenvolvimento de um pensamento patrimonialista e quais as influências mais marcantes na obra de Ramalho, com o objectivo da construção de um percurso explicativo do seu envolvimento nesta área e do surgimento do seu livro *O Culto da Arte em Portugal*, publicado em 1896<sup>32</sup>. Sem dúvida nenhuma, Almeida Garrett e Alexandre Herculano encontraram-se entre os seus grandes exemplos. Os dois principais introdutores românticos desta problemática no nosso país, trazendo as suas influências do exterior, acompanhada por uma vontade reformista liberal, rapidamente viram frustradas as suas expectativas face ao estado e desenvolvimento do país nos primeiros anos do regime, o mesmo vindo a acontecer mais tarde com o nosso escritor, num contexto social e cultural distinto, mas não tão diferente assim.

Em resultado destas preocupações e das suas relações sociais, no início dessa década o nosso escritor participou numa Comissão instituída pelo efémero Ministério da Instrução Pública e Belas Artes, para a formulação de um parecer sobre o estado dos monumentos nacionais e quais as medidas a tomar para a sua protecção. Esta iniciativa não era a primeira deste âmbito. Anteriormente tinham já sido formadas outras Comissões com este propósito, chegando a da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses a produzir trabalho neste sentido. Entretanto, muito provavelmente devido à rotatividade dos partidos no Governo, estas temáticas ficaram esquecidas desde a primeira metade da década de oitenta.

Aproveitando uma nova direcção teórica, muito focalizada no enaltecimento nacionalista, em resultado dos acontecimentos recentemente ocorridos no quadro internacional, marcados pela vergonha do *Ultimatum* logo no início de 1890, desenvolveram-se nesta época novas iniciativas para a protecção dos testemunhos da grandiosidade nacional, as suas riquezas históricas e artísticas, sendo preciso mostrar a nossa História secular como factor determinante para a independência nacional e a propriedade indiscutível sobre os territórios coloniais. Para isso, e estando muito imbuído do espírito nacionalista desenvolvido desde o século XVIII, defendia-se ser necessário exaltar os elementos diferenciadores, no presente caso, os monumentos, não só como marcos de determinados acontecimentos históricos, mas também do alcance da nossa aptidão artística ao longo dos séculos, bem como a nossa produção industrial, onde se produziam elementos distintos do resto da Europa, provando um desenvolvimento cultural diferenciado.

---

<sup>32</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *O Culto da Arte em Portugal*, Antonio Maria Pereira, Livreiro-Editor, Lisboa, 1896.

Para Ramalho, o enaltecimento das qualidades portuguesas foi sempre o seu objectivo final. Era preciso educar o povo neste sentido, mostrar-lhe as suas próprias capacidades e ensiná-lo a usá-las em seu próprio proveito, dando-lhe conhecimento do valor dos seus monumentos do ponto de vista histórico e artístico. Ao despertar o orgulho pelos seus antepassados e a sua capacidade técnica chegada até ao presente, o povo defenderia e protegeria os seus bens face aos “vândalos” que grassavam pelos países europeus desde o fim do século XVIII.

Em 1892, depois de ser proposto como vogal para a Comissão de organização do Centenário Colombino em Madrid, pela Real Academia das Ciências de Lisboa, Ramalho envolveu-se na preparação da mostra internacional, à qual se dedicou de corpo e alma, acabando por ser o seu Comissário na capital espanhola. Esta foi a primeira oportunidade de demonstrar as suas qualidades de organização, bem como o seu ponto de vista sobre o desenvolvimento das artes e a influência dos modelos mais antigos na nova produção, com todos os seus benefícios.

Quando voltou a Lisboa, rapidamente se viu envolvido na nova Comissão dos Monumentos Nacionais, formada no seio do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Iniciada ainda sob a presidência de Possidónio da Silva, já com uma propectividade nesta altura, rapidamente esta atribuição passou para as mãos de Luciano Cordeiro. O desacordo quanto às metodologias a seguir entre os vários vogais levou ao aparecimento de desavenças e ao afastamento de algumas pessoas deste grupo de trabalho.

O seu novo estatuto, construído ao longo dos anos, levou-o a mais dois momentos de grande realização pessoal. O primeiro foi a sua entrada como Bibliotecário-mor da Ajuda, seguindo uma linha de grandes homens onde se encontrava inserido Alexandre Herculano, e o segundo a escolha para colaborar na organização da Exposição de Arte Sacra Ornamental do Centenário Antoniano em 1895. Ao serviço de D. Carlos e posteriormente de D. Manuel II, organizou os muitos volumes da sua biblioteca e implementou medidas de disposição e higiene importantes para a manutenção deste conjunto, ainda hoje devedor destes trabalhos. Na exposição antoniana, aplicou a sua experiência anterior, com especial incidência na sala dedicada às colecções do rei, onde teve oportunidade de expor as riquezas das colecções reais.

Provavelmente em sequência destes acontecimentos, Ramalho viu-se envolvido na descoberta crítica dos painéis de São Vicente, até então dispostos num corredor do Paço

episcopal. A sua admiração pela pintura desta época vinha-se desenvolvendo, tornando-se a partir deste momento num dos seus cavalos de batalha.

Também nesta altura, em sequência de um parecer sobre as obras do Mosteiro da Batalha, o nosso escritor desenvolveu uma reflexão sobre o estado dos nossos monumentos e as atitudes para a sua conservação tomadas até ao momento, mais tarde desenvolvido numa obra dedicada à Comissão dos Monumentos Nacionais, *O Culto da Arte em Portugal*. Nas páginas deste livro, abrangendo uma amplitude de temas relacionados com as artes e não apenas com os monumentos edificados, analisou detalhadamente os principais problemas desta área no nosso país. Embora muito apoiado em trabalhos de outros teóricos, Ramalho teve o mérito de conseguir condensar assuntos diferentes e apresentar um conjunto de medidas para a resolução de diversos problemas, constituindo esta obra uma nítida tomada de posição face aos desacordos no seio da Comissão, mais tarde tentada levar à prática na sua prestação como presidente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais e do seu sucessor Conselho dos Monumentos Nacionais, sempre sem alcançar resultados positivos.

A análise da sua prestação nestas entidades, especialmente dos pareceres redigidos sobre alguns monumentos, ajuda a definir um caminho e à compreensão dos seus objectivos, bem como a total falha da sua aplicação. A sua desilusão, também causada pelos conflitos internos das Comissões e Conselhos dos Monumentos Nacionais terá levado ao seu afastamento gradual dos trabalhos a partir dos primeiros anos do novo século. Voltou ainda a tomar voz algumas vezes, para tentar evitar mais desacatos e, especialmente, para se envolver na classificação dos monumentos nacionais, um processo por si acarinhado desde as primeiras reflexões sobre este assunto. Urgia fazer um levantamento dos edifícios ou conjuntos notáveis, não só pela sua importância histórica, como testemunhos da evolução e construção nacional, mas também por conterem os aspectos regionalistas distintivos em relação à produção artística dos outros países. Só depois de se ter noção do existente se poderiam tomar as medidas necessárias à sua protecção. Entretanto, por todo o país, iam-se cometendo as maiores barbáries e não tendo as intervenções projectos prévios, assentes em metodologias de trabalho ou qualquer fundamento teórico, sendo executadas ao sabor do gosto pessoal dos seus orientadores ou directores. Segundo ele, demoliam-se edifícios notáveis para abertura de novos espaços urbanos, desfigurando cada vez mais as cidades, vilas e aldeias tipicamente portuguesas.

No fim da década de noventa, em consequência de uma doença muito grave, ficou internado vários meses praticamente imobilizado na Parede. Este período muito

complicado emocionalmente, para um apologista da saúde, sem qualquer enfermidade anterior de gravidade, foi aproveitado para a realização de um balanço dos seus mais de sessenta anos de vida, dedicados à valorização e descoberta do seu país, num conjunto de valores inculcados desde a infância.

*Immovel, com os olhos no vago, esperando o lento decorrer dos minutos, das horas e dos dias, quantas vezes eu vi atravessar na memoria com especial accentuação pittoresca os successivos ou dispersos casos da minha longa existencia: a minha alegre infancia nos campos ligada aos diversos episodios / da actividade rural; o pesadello pavoroso do internato no collegio; as festas da familia, o dia e a noite de S. João, o tão carinhoso Natal, a missa do gallo, a consoada, a paschoa, a minha primeira communhão levado à igreja pela mão de minha mãe, a commoção dos meus exames em Coimbra, a primeira leitura das Viagens na minha terra, que fixaram o meu destino esthetico, vaccinando-me para sempre de poesia local e de portuguezismo; enfim, a plena liberdade, tão longa e intensa=/mente appetecida pelo meu coração e pelo meu espirito; a minha iniciação de caçador, a posse do meu primeiro cavallo, as primeiras excursões pela terra portugueza correndo todas as feiras francas e todas as principaes romarias do reino; e mais tarde as viagens mais dilatadas, novos climas, novas paizagens, novos estados de civilização, com o deslumbramento sagrado dos museus e das cathedraes romanicas e gothicas. Depois, a pouco e pouco, as relações de sociedade, o sincero / affecto d'alguns poucos amigos, alguns encontros romanescos, o nascimento e a morte de um ou outro capricho de imaginação, às vezes tambem de superficial sympathia, durando de ordinario o espaço de um pequeno jantar frente a frente, ou de um passeio matinal ao campo em flor de Bongival, de Fontainebleau ou de Montmorency. Todas essas e muitas outras lembranças, dispersas, semi-esquecidas nos escambros do meu cerebro, - a fora as que envolviam uma forte commoção d'arte.<sup>33</sup>*

Depois de recuperado, Ramalho viveu ainda mais alguns anos e na primeira década do século XX, para além de manter as suas funções na Academia e na Biblioteca da Ajuda, bem como nos Conselhos dos Monumentos Nacionais, aproveitou para continuar a viajar pela Europa. Estes périplos encontram-se muito bem documentados nas suas cartas e

---

<sup>33</sup> BNP, E19/158, *Caderno 80 - Notas litter. e arte*, p. 135-138.

“cadernos de Viagem”, existentes no espólio da BNP, bem como na correspondência assídua para a *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro, dando-nos informações sobre os seus interesses, a sua “ganância” de conhecimento por novos locais e suas expressões artísticas, bem como das suas sociedades e culturas.

Em 1907 colocou-se do lado de João Franco, apoiando a sua ditadura onde identificava uma maneira de terminar com os compadrios políticos. Portugal precisava de uma mão forte no caminho da sua regeneração. Das suas relações com o Governo e a Casa Real chegou mesmo a resultar a hipótese de ser nomeado para a Câmara dos Pares, projecto esquecido com o regicídio em 1908<sup>34</sup>.

Depois desta época denotamos um enfraquecimento significativo no seu envolvimento nas questões relacionadas com a protecção do Património, com uma excepção, muito digna de nota, relacionada com a formação de uma Comissão de Inventário e Beneficiação da Pintura Antiga em Portugal no seio da Academia Real das Belas Artes. A pintura dos séculos XV e XVI captara especialmente o interesse de Ramalho nas duas décadas anteriores, propondo várias iniciativas para o seu estudo e tratamento, cuja hipótese de concretização conseguiu em 1909. Infelizmente, o seu precoce afastamento destes trabalhos e a sua morte ainda numa fase inicial dos mesmos, não lhe permitiram assistir aos resultados alcançados.

O choque causado pelas mortes de D. Carlos e do príncipe herdeiro lançou o nosso escritor num período muito negro da sua vida, acentuado com a revolução de 5 de Outubro de 1910. Nesta altura, depois de se afastar dos seus cargos, exilou-se em França por auto-iniciativa, desiludido com as mudanças conturbadas sofridas pelo seu país. Posteriormente voltou a Portugal, onde veio falecer no final de Setembro de 1915, no seio da sua família.

Estes últimos anos foram marcados por um regresso à sua faceta crítica, escrevendo um conjunto de textos publicados na imprensa periódica, mais tarde reunidos sob a designação de *Últimas Farpas*<sup>35</sup>, muito direccionado contra a República e os seus elementos mais representativos.

A morte do escritor tornou-se um acontecimento nacional importante, sendo homenageado pelos vários partidos presentes no país ou no exílio, demonstrando a

---

<sup>34</sup> Nesta época chegou a prever-se o acompanhamento de Ramalho numa visita real ao Brasil, dado o prestígio granjeado pelo escritor naquele país. CAVALHEIRO, Rodrigues, *A Evolução Espiritual...*, pp. 417-462.

<sup>35</sup> ORTIGÃO Ramalho, *Últimas Farpas*, Livraria Francisco Alves, Livrarias Aillaud e Bertrand, Lisboa, 1916.

importância e o respeito auferidos ao longo da vida, independentemente das suas ideologias ou tendências políticas.

### **Regras de Transcrição e siglas**

Para uma melhor distinção das citações efectuadas ao longo do texto, optámos por colocá-las todas em *itálico*, respeitando o modo de escrever da época, bem como os rasurados e correcções infligidas pelos autores aos seus próprios textos. Estas opções foram também seguidas na transcrição dos documentos apresentados em anexo.

/ - mudança de página na documentação manuscrita.

[...] – corte da citação do texto

[sic] – palavra antecedente escrita desta forma no original

[aaa] – letras de uma palavra ilegíveis no original

[?] – palavra ilegível no original

### **Principais abreviaturas**

ACL – Academia das Ciências de Lisboa

AHME – Arquivo Histórico do Ministério da Educação

AHMOPTC – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

ANBA – Academia Nacional de Belas Artes

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BA – Biblioteca da Ajuda

BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

BIMC – Biblioteca do Instituto dos Museus e da Conservação

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

INCM-CDA/ARQ – Arquivo da Imprensa Nacional - Casa da Moeda

MNAA – Biblioteca e arquivo do Museu Nacional de Arte Antiga

RAACAP – Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses



## 1. *O Culto da Arte em Portugal*

Ramalho Ortigão teve uma longa vida intelectual, entre os primeiros anos de adulto até à sua morte, aos 78 anos de idade. Como é óbvio, não se pode esperar encontrar na sua obra uma permanência na forma de abordar um assunto ou a Vida em geral, devendo ser analisada a sua evolução, composta por alterações e variantes, todas elas pertinentes.

Neste primeiro capítulo analisaremos esta evolução teórica, especialmente nas áreas concernentes à protecção dos monumentos nacionais, sua concepção e significado enquanto símbolos do passado formador de um povo. Este trabalho tem como objectivo perceber quais os vários passos dados até à elaboração da obra *O Culto da Arte em Portugal*, levada ao prelo em 1896, cuja análise aprofundada finalizará este capítulo e, posteriormente, ao seu papel no domínio do estudo e salvaguarda do património artístico nacional, objecto de estudo nos capítulos seguintes.

Para um melhor enquadramento desta evolução, iremos procurar definir as ascendências nacionais que poderão ter influído nas ideias e posturas do nosso escritor. As influências estrangeiras serão também analisadas ao longo da tese quando se julgar pertinente para a compreensão do assunto em questão. Esta análise é muito importante para a compreensão do contexto social e político de Ramalho, reflectindo-se nas suas tomadas de posição e identificação nacionalista com os grandes teóricos do século XIX portugueses.

Na análise de *O Culto da Arte em Portugal*, procuramos estabelecer as principais linhas de pensamento norteadoras para o entendimento dos princípios e acções posteriormente defendidas na prática. No entanto, como pretendemos trabalhar esta tese como um todo, onde as várias partes se interligam e complementam de forma coerente, alguns assuntos abordados serão reportados para outros capítulos, onde o seu desenvolvimento procurará alcançar um esclarecimento mais completo ao serem relacionados com a produção literária ulterior a 1896, referente à conjuntura patrimonialista.



### 1.1. Os *Monumentos Nacionais*: a evolução de uma tomada de consciência

Como ponto de partida, optámos por analisar detalhadamente algumas das obras publicadas de Ramalho Ortigão, dada raridade de documentação manuscrita do nosso autor de épocas anteriores aos anos oitenta e noventa do século XIX. Mesmo tendo em conta as inúmeras publicações existentes onde se analisam estas obras, consideramos o seu exame sobre o ponto de vista patrimonialista, repleto de novidades pertinentes ainda por explorar.

Sendo *As Farpas* a obra mais conhecida ou, poderíamos mesmo dizer em linguagem mais actual, mediática do nosso autor, a sua abrangência de doze anos permitiria utilizá-la como ponto de partida para o nosso estudo; no entanto, optámos por recuar um pouco mais, aos primeiros anos da sua carreira jornalística. Nesta recolha apenas citamos as obras onde se refere implicitamente a problemática em discussão, excluindo algumas, não por menor interesse, mas pelo facto do seu estudo se enquadrar noutros âmbitos.

#### ***O Jornal do Pôrto***

Foi no Porto, sua cidade natal, onde Ramalho iniciou a sua carreira literária, mais especificamente nas páginas de *O Jornal do Pôrto*, colaboração sobre a qual, escreveu algumas linhas desenvolvidas na homenagem a Cruz Coutinho, fundador e director do jornal, por ocasião da sua morte, em 1885<sup>1</sup>.

A variedade de temas abordados foi grande, mas destaquemos uma entre muitas críticas de espectáculos: referimo-nos ao seu louvor a Borghi Mamo, uma soprano que cantou no Teatro de S. João do Porto duas óperas em 1865<sup>2</sup>. Para o nosso escritor a sua voz e

<sup>1</sup> ORTIGÃO, RAMALHO, *As Farpas, Os Individuos*, Tomo III, David Corazzi-Editor, Lisboa, 1187, pp. 59-77.

<sup>2</sup> ORTIGÃO, Ramalho, “Borghi Mamo”, *O Jornal do Pôrto*, 9 de Abril de 1865, mais tarde este artigo foi inserido na colectânea realizada pela Clássica Editora: ORTIGÃO, Ramalho, *Primeiras Prosas*, Livraria

presença em palco eram sublimes, merecendo os mais variados elogios e prémios atribuíveis. No entanto, esta beleza era perfeitamente efémera, dissolvida no ar com o desaparecimento de quem a criara, ao contrário dos monumentos históricos e artísticos.

*Os monumentos architectónicos vão segredando ao futuro o nome dos que os delinearam e puseram de pé; as telas dos Rubens, dos Rafaéis e dos Van-Dicks arquivam-se nos museus entre os mais ricos florões da moda; os Dantes, os Camões, os Miltons, os Vergílios e os Homeros revivem e reflorescem com tôdas as gerações de sábios; os Talmas, as Raquéis, as Grisis, as Malibrans e as Stoltz somem-se no seu ocaso, sem esperança alguma na alvorada do outro dia.*<sup>3</sup>

Esta reflexão baseou-se na ideia do tenor Mário que equiparara os tenores aos charutos, pela sua curta existência, ficando apenas uma ténue memória perecível depois da sua morte. No entanto, Ramalho foi mais longe nesta comparação, com o paralelo estabelecido em relação aos monumentos architectónicos e à pintura, cuja materialidade garantia a sua perpetuação ao longo dos tempos, bem como o nome dos seus criadores e construtores. Estes elementos eram encarados como testemunhos de um momento passado determinado, propiciadores da sua manutenção no tempo e no espaço até ao momento contemporâneo. Embora ainda não fosse realizada aqui uma relação ao percurso histórico de um país ou de um povo, mas apenas a elementos individuais, encontramos uma preocupação latente, digna de ser sublinhada pela sua precocidade em relação ao esperável.

### ***O Progresso do Pôrto (1870-1871)***

Depois de se instalar em Lisboa, Ramalho continuou a colaborar com a imprensa portuense. Um dos periódicos do qual se tornou repórter correspondente de Lisboa foi *O Progresso do Porto*, onde publicou pequenos artigos, com crónicas da capital<sup>4</sup>.

---

Clássica Editora, Porto, 1844, pp. 259-270. As suas actuações devem ter ocorrido nos dias antecedentes à publicação deste artigo.

<sup>3</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Primeiras Prosas...*, pp. 269-270.

<sup>4</sup> Alguns destes artigos foram reunidos num livro nos anos quarenta do século XX. Para mais informações sobre esta correspondência veja-se a introdução dos editores de ORTIGÃO, Ramalho, *Correio de Hoje*, 2 Tomos, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1948.

Nestas páginas redigiu a sua opinião, a propósito do parecer apresentado por Mendes Leal à Academia das Ciências, sobre a substituição da figura do Marquês de Pombal existente no arco da Rua Augusta. Lembrara o académico a obrigação da Pátria em honrar os grandes nomes, devendo para isso instituir um panteão nacional. Esta problemática ocupou grande parte da segunda metade do século XIX e foi amplamente estudada por Clara Moura Soares<sup>5</sup>. Cabe-nos apenas destacar a proposta de instituição de um Museu Militar na Torre de Belém e do dito panteão na galeria do mosteiro dos Jerónimos, dando-lhe assim uma função. Para Ramalho, naquele lugar *...tão próximo do mar e tão perto de Deus...*<sup>6</sup>, encontrariam os nossos heróis, *...a sua verdadeira auréola nessa mística atmosfera de conquistas, de viagens e de vitórias*<sup>7</sup>.

Embora apenas esboçadas e tendo em conta as ideias principais inspiradas no parecer de Mendes Leal, consideramos a sua preocupação em escrever sobre este assunto demonstrativa de alguma reflexão pessoal acerca da importância destes edifícios na formação da nacionalidade portuguesa, especialmente no concernente ao momento de maior glória nacional, o das conquistas ultramarinas. Instituir um Museu onde se ilustrassem estes feitos e um panteão onde se honrassem os nossos heróis seria um tributo prestado aos antepassados, geradores do brilho do nosso país no mundo.

### ***As Farpas (1871-82)***

A saga de *As Farpas* começou em 1871, inicialmente em parceria com Eça de Queiroz, com o objectivo de acordar o país da letargia onde se encontrava submergido em muitas áreas, denunciando as verdades pelo humor, seguindo um pouco a mesma orientação teórica das Conferências do Casino, nas quais Eça participara activamente.

Com o afastamento do romancista após a sua partida para Havana, Ramalho passou a ser o único autor deste periódico, mantendo sempre o nome do amigo na capa. Iniciou-se então uma época mais calma, baseado em conceitos mais pragmáticos. Da influência inicial do socialismo bebido pela geração de setenta nas obras de vários autores entre os quais se destaca Pierre-Joseph Proudhon, os objectivos procurados por Ramalho foram sujeitos a uma lenta transformação, marcada pelo abandono da sua faceta mais

<sup>5</sup> SOARES, Clara Moura, *As Intervenções Oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém: O Sítio, a História e a Prática Arquitectónica*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2005.

<sup>6</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Correio...*, 2.º vol., p. 170.

<sup>7</sup> Idem, p. 171.

contestatária, substituída por uma visão mais positivista, na linha de Auguste Comte, analisando a sociedade e os problemas do Homem baseado em factos cientificamente comprovados.

Descreveu o país, a sociedade e os seus costumes, entre os mais diversos assuntos: da educação, à religião, passando pela higiene, educação física, tratamentos e dietas. Esta divulgação do país, tinha como objectivo suscitar o amor pela Pátria no coração dos seus leitores, como explicou bem mais tarde, num artigo intitulado “A Tradição” publicado num periódico de Serpa em Agosto de 1899:

*A terra ama-se por simples instinto, em virtude de leis naturais que prendem o afecto do homem aos lugares em que nasceu, assim como a raiz prende a árvores ao solo de que bebe a seiva. O amor da tradição, esse, é um resultado educativo. Para amar a tradição é preciso conhecê-la, e é no fundo desse conhecimento que verdadeiramente reside a consciência da nacionalidade<sup>8</sup>.*

Embora escrito numa fase mais madura da sua vida e carreira literária, Ramalho esclarecia claramente o facto de se ter auto-incumbido da tarefa de dar a conhecer o país e as suas tradições. Esta visão global do conceito de “Tradição”, como o conjunto de elementos materiais e imateriais constituidores da herança cultural de um país, ou como actualmente designamos, o seu Património, torna-se deveras interessante ao longo do desenvolvimento da sua obra. Neste momento, basta-nos reter o facto de, apesar de se poder considerar Ramalho um pioneiro nos anos setenta, nesta ideia da defesa da nacionalidade pelo auto-conhecimento, obviamente geradora da auto-valorização do povo, apenas manteve a linha de uma geração romântica em desaparecimento, preocupada com a recolha das tradições orais e escritas populares, originadora de um movimento literário e cultural mais amplo, desenvolvido na última década do século XIX, por alguns apelidado de Neogarretismo, ao qual voltaremos.

As *Farpas* foram a obra mais marcante e característica de Ramalho Ortigão, escrita durante apenas doze anos da sua longa carreira literária, num total de quatro séries saídas entre 1871 e 1883, em alguns períodos de forma muito intermitente, chegando a existir

---

<sup>8</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Folhas Soltas 1865-1915*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda., Lisboa, 1956, p. 249.

um hiato de três anos entre a terceira e a quarta série<sup>9</sup>. O seu humor encontrou aqui umas das suas máximas expressões, criticando sempre com ironia, mas de um modo pouco agressivo<sup>10</sup>, tendo em conta o público-alvo dos volumes, subentendido no curioso facto do frequente endereçamento dos textos às “caras leitoras”<sup>11</sup>.

Embora criticado por uns por se imiscuir em assuntos sobre os quais não tinha conhecimentos suficientes, nem dava mostras de querer aprofundar, especialmente na área das ciências naturais, onde acabava por cair em incongruências, esta obra foi considerada por muitos, especialmente as suas edições posteriores, um retrato do país. Ali se levantaram questões muito pertinentes sobre a sociedade e o Governos, repetidas ao longo dos tempos, chegando mesmo a sugerir-se, em épocas recentes, que substituindo-se os nomes se identificariam retratos de personalidades actuais<sup>12</sup>.

Estando bem longe do objectivo de analisar esta obra, por demais estudada por diversos autores, queríamos apenas chamar a atenção para a raridade de referências ali existentes à Arte e, especialmente, aos monumentos nacionais e sua defesa, indicando-nos o facto de, nesta fase da sua vida, Ramalho ainda não se debruçar profundamente sobre este assunto. No entanto, ao reescrever estes volumes para a sua publicação integral na década de oitenta, organizada sob temas específicos, o nosso escritor introduziu novos elementos reflectindo já o nascimento de uma nova consciência, embora ainda um pouco incipiente, onde surgiram referências relacionadas com a perda das tradições e valores definidores do país, base essencial para as ideias mais tarde defendidas sobre os monumentos nacionais e a sua importância. Encaramos como um dos pontos de partida para este desenvolvimento de princípios a definição de Pátria apresentada ainda em 1875.

<sup>9</sup> A primeira edição de *As Farpas* é composta por quarenta e dois cadernos, num total de quatro séries, sendo as primeiras três impressas pela Typographia Universal e a última pela Empreza Litteraria Luso-Brasileira.

<sup>10</sup> Deve ter-se em conta a sua colaboração com Rafael Bordalo Pinheiro nos anos oitenta, referida mais à frente.

<sup>11</sup> Este aspecto foi assumido e explicado pelo próprio autor no artigo do *Diário de Notícias: Nos primeiros annos um feminismo, que estava talvez em germen no meu temperamento, mas que a leitura de Garrett na psychose da minha puberdade contribuiu muito para desenvolver n’um sentido romanesco, levava-me a appetecer um certo genero de celebridade que as mulheres me lessem, me olhassem com sympathia. [...] Mais tarde esvaiu-se esse desejo de ser lido com sympathia por mulheres lindas, e o meu unico prazer de escrever está na minha propria escripta, quando raramente n’uma ou n’outra linha consigo fixar a imagem d’um sentimento verdadeiro, transmittir uma emoção sincera.* “Ramalho Ortigão – O seu funeral”, in *Diário de Notícias*, n.º 17923, de 30 de Setembro de 1915, p. 1.

<sup>12</sup> Esta ideia é muito interessante, por revelar a nossa necessidade constante de identificação com outras épocas históricas, numa busca de raízes patrióticas e nacionalistas, que se percebem muito distintas das actuais, ao se analisar com atenção a História e a evolução da humanidade nos últimos cem anos, especialmente tendo em conta a participação popular na política, através do sufrágio universal, o nível de educação geral, o facto de na época apenas uma percentagem muito reduzida da população saber ler, a diminuição da área territorial, entre muitos outros factores.

*... Porque a patria não consiste unicamente na porção de solo e na porção de ceu que os nossos olhos encontram ao abrirem-se pela primeira vez á luz. A patria é o ponto do globo onde existem os homens da nossa raça, do nosso sangue, os que teem as nossas necessidades de temperamento, os nossos principios de educação as nossas idéas, os nossos costumes, as nossas tradições. A patria é a terra de que resultou para nós a familia, e que a familia por seu turno dominou com a influencia das suas leis<sup>13</sup>.*

Ao definir a Pátria como um conjunto de pessoas, era também imprescindível esclarecer a razão do seu surgimento e evolução até ao momento presente, daí advindo a importância dos monumentos como testemunhos das várias fases históricas trilhadas ao longo dos séculos, num conjunto de acontecimentos geradores da formação e independência do país. Posteriormente a concepção apareceria mais completa, sendo introduzida esta “ideia” de um todo nacional complementar ao simples conjunto de pessoas, tornando necessária a existência de um ideal composto por princípios aglutinadores, onde a união do povo o levaria a pugnar por um objectivo comum, motivando-o lutar pela sua manutenção. Esta concepção ainda era sobretudo dirigida para o futuro, para um destino único, apesar de aceitar a existência passada, relegada para segundo plano. Estas ideias, partilhadas no seio do seu antigo grupo de amigos, elementos do célebre cenáculo em torno de Antero de Quental, afundados na explicação das causas da decadência nacional, seguiam uma forte influência estrangeira, mas também dos contributos de autores nacionais de gerações anteriores, como veremos. O problema de Portugal residia na carência destes objectivos, tornando-se num país fraco, sem unidade.

*A patria não é o sitio em que nos colloca o acaso do nascimento, á mão direita ou á mão esquerda de um guarda da alfandega, mas sim o conjunto humano a que nos liga solidariamente a convicção de um pensamento e de um destino commum.*

*Já um sabio o disse: Ubi veritas ibi patria. A patria não é o solo, é a ideia.*

\*

*Para que haja uma patria portugueza é preciso que exista uma ideia portugueza, vinculo da cohesão intellectual e de coesão moral que constitue a nacionalidade de um povo.*

---

<sup>13</sup> ORTIGÃO, Ramalho, QUEIRÓS, Eça de, *As Farpas: chronica mensal da politica das letras e dos costumes*, I Série, Volume XXVI, Typ. Universal, Lisboa, Julho a Agosto de 1875, p. 56.



*Sabem dizer-nos se viram para ahi esta ideia?...<sup>14</sup>*

Nesse mesmo volume, de 1882, ao referir Camões e a celebração do seu centenário dois anos antes, sublinhando o seu papel na organização dos eventos e na apresentação de uma proposta para as festividades que não foi seguida, Ramalho introduzia o valor histórico na definição da Nação, atribuindo a Camões o auge do nacionalismo, porque se encontrava *...indissoluvelmente ligada ao genio, á historia e ao destino do seu paiz<sup>15</sup>*. Este culto pelo mítico escritor animara uma geração, ressurgindo pela mão de um grupo de escritores românticos e transformado num motor de referência nacional ligado aos valores pátrios e de orgulho nacional<sup>16</sup>.

Ainda nesta edição de *As Farpas* destacam-se dois ou três momentos relevantes. Num dos primeiros números, encontramos um artigo, provavelmente escrito por Ramalho<sup>17</sup>, onde se criticava a mania de se caírem as cantarias das portas, censurando a Câmara pelo extremismo da medida tomada contra este tipo de iniciativas. No fim deste texto cheio de verve, o autor efectuou um paralelo ao caso dos monumentos portugueses, mais especificamente ao mosteiro da Batalha, onde assistira recentemente à remoção das pinturas da capela lateral<sup>18</sup>. O objectivo desta observação seria o de lamentar não haver qualquer distinção teórica e prática quando se removia a pintura da cantaria das portas de uma habitação comum ou a das paredes de um dos monumentos mais importantes do país. O resto ficava no ar... Faltaria aqui uma reflexão mais aprofundada do assunto ou não terá querido o autor neste momento desenvolver o tema?

Este tipo de postura crítica sem apresentação de uma resposta ou uma ideia para a resolução do problema sofreu alterações posteriores no método de abordagem de Ramalho, como se verifica através da análise de outros documentos, especialmente no caso de *O Culto da Arte em Portugal*, onde se apresentaram algumas propostas concretas.

<sup>14</sup> ORTIGÃO, Ramalho, QUEIRÓS, Eça de, *As Farpas...*, IV Série, N.º 1, Junho a Julho de 1882, pp. 4-5.

<sup>15</sup> Idem, p. 37

<sup>16</sup> Alguns autores relacionam este ressurgimento com os novos ideias republicanos então a despontar no nosso país. Ramalho Ortigão prestou um grande culto a esta personagem histórica, escrevendo uma introdução à sua obra principal, para a reedição de luxo promovida pelo Clube Português de Leitura do Rio em 1880. CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, 1880. Mais tarde este texto foi reeditado em: ORTIGÃO, Ramalho, *Quatro Grandes Figuras Literárias – Camões, Garrett, Camilo e Eça*, 2.ª edição, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Empresa Literária Fulminense, Lda, Lisboa, 1924. Na sua tese de Doutoramento Clara Moura Soares aprofunda a importância dada pela geração romântica a este escritor. SOARES, Clara Moura, *As Intervenções Oitocentistas...*

<sup>17</sup> Como já vários autores notaram, muitas vezes é complicado distinguir os textos dos dois autores, no entanto, como ambos os subscreveram, partimos do princípio que também partilhavam da mesma opinião.

<sup>18</sup> ORTIGÃO, Ramalho, QUEIRÓS, Eça de, *As Farpas: chronica mensal da politica das letras e dos costumes*, I Série, Volume IV, Typ. Universal, Lisboa, Agosto de 1871, pp. 76-79. .

Também em 1875 encontrámos uma crítica à Comissão formada nesse mesmo ano no seio da Academia Real das Belas Artes com o objectivo de estudar os melhores processos para se proceder à reforma das Academias, à fundação de um Museu Nacional, bem como à protecção dos monumentos<sup>19</sup>. Neste texto, Ramalho ridicularizava os trabalhos propostos<sup>20</sup>, parecendo desconhecer os seus objectivos ao criticar o curto espaço de tempo disponível para a Comissão inventariar as riquezas artísticas escondidas pelo país, como se fosse esse o seu propósito e não a elaboração de um conjunto de propostas para a remodelação dos aspectos referidos. Na paródia apresentada, mais tarde amenizada na segunda edição<sup>21</sup>, o nosso escritor censurou a falta de senso e de meios dados à Comissão. Para ele o facto mais escandaloso era considerar-se a reforma das instituições como a resolução dos problemas da Arte em Portugal, descurando-se toda a envolvência social e artística necessária para a criação, tornando-se imperativo estimular a educação do povo para se poder alterar a sua falta de criatividade.

*Francamente: - como querem ensinar-nos a afirmar-nos na arte, quando todos nós estamos inteiramente inaptos para nos affirmarmos a nós mesmos na razão e na consciência?!<sup>22</sup>*

Estes objectivos iam muito além dos da Comissão, formada com a finalidade de estabelecer um conjunto de bases legais demonstradoras da preocupação com estas áreas suscitada pelo Estado e de obrigar o Governo a tomar um conjunto de iniciativas, no

---

<sup>19</sup> Depois de uma primeira Comissão, nomeada em 1870 no seio da Academia Real de Belas Artes não ter desenvolvido os trabalhos para que tinha sido incumbida por falta de comparência e apoio de alguns dos seus vogais, em 1875 o Governo ordenou a formação de uma nova Comissão com o mesmo objectivo. Nesta Comissão encontravam-se algumas personalidades importantes da época relacionadas com a área, entre os quais cabe destacar o Marquês de Sousa Holstein, Vice-presidente da Academia, Conde de Samodães, Conde de Valbom, Carlos Maria Eugénio de Almeida, Francisco Assiz Rodrigues, Tomás de Carvalho, António Augusto Teixeira de Vasconcelos, Augusto Filipe Simões, António Tomás da Fonseca, António Victor de Figueiredo Bastos, Tadeu Maria de Almeida Furtado, Augusto Carlos Teixeira de Aragão, Joaquim Possidónio Narcizo da Silva, José Maria Nepumoceno e Luciano Cordeiro. *Relatório dirigido ao illustrissimo e excellentissimo Senhor Ministro e Secretario D'Estado dos negócios do Reino pela Commissão nomeada por decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a organização do Serviço dos Museus, Monumentos Históricos e Archeologia*. 2 tomos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876, pp. I-II. A.NBA, 1-A-SEC.022, *Actas*, [Comissão para propor a reforma do Ensino das Belas Artes, o plano para a organização dos Museus, e o serviço dos Monumentos históricos e da arqueologia], [29-11-1875 a 12-3-1876], pp. 1-1v. Esta Comissão e os seus resultados têm vindo a ser estudados pelos vários investigadores referidos na Introdução, pelo que reportamos o seu aprofundamento para os seus trabalhos.

<sup>20</sup> ORTIGÃO, Ramalho, QUEIRÓS, Eça de, *As Farpas...*, II Série, Volume I, Dezembro de 1875, pp. 18-49.

<sup>21</sup> ORTIGÃO, RAMALHO, *As Farpas, O Movimento Litterario e Artistico*, Tomo IX, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1889, pp. 277-303.

<sup>22</sup> ORTIGÃO, Ramalho, QUEIRÓS, Eça de, *As Farpas...*, II Série, Volume I, Dezembro de 1875, p. 45.

sentido de contribuir para o reconhecimento e enaltecimento da Arte nas suas várias vertentes.

Ao desenvolver o assunto da evolução da Arte e da sua importância na sociedade contemporânea, o texto vem mostrar, pela primeira vez, o interesse de Ramalho por este tema de um modo aprofundado. Esta preocupação com os resultados alcançados pela arte moderna e a sua versão de crítico foi já estudada por Maria João Ortigão de Oliveira<sup>23</sup> sendo remetido para essa tese o aprofundamento deste assunto, estabelecendo-se somente neste trabalho, as relações necessárias para o desenvolvimento do nosso tema.



Figura 1 – Segunda versão da capa da publicação *As Farpas*<sup>24</sup>.

Para além da referência à remoção das pinturas de uma capela do mosteiro da Batalha, deve também ser destacado o texto dedicado à queda da nova torre do corpo dos dormitórios do mosteiro dos Jerónimos<sup>25</sup>. Este episódio suscitou-lhe a reflexão e a crítica sobre o modo de intervenção nos monumentos nacionais, influenciando mais tarde na redacção dos seus textos dos anos noventa<sup>26</sup>.

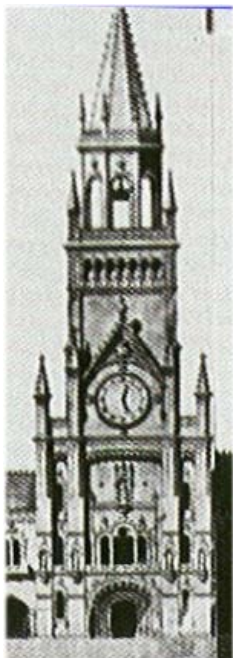
<sup>23</sup> OLIVEIRA, Maria João L. Ortigão de, *O Pensamento Estético de Ramalho Ortigão – Para uma estética do natural – Itinerários e paisagens de uma leitura*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Exemplar policopiado, Lisboa, 1988.

<sup>24</sup> ORTIGÃO, Ramalho, QUEIRÓS, Eça de, *As Farpas...*, III Série, Tomo III, Maio de 1879.

<sup>25</sup> Idem pp. 60-64.

<sup>26</sup> Estes textos serão analisados no segundo capítulo da nossa tese.

Em Maio de 1875, Ramalho afirmou que a torre caíra de vergonha, preferindo ser uma ruína a uma invenção fantasiosa sem qualquer lógica ou relação com o seu estilo original.



*Essa torre era debil, mas era sensata. Na sua qualidade de monumento manuelino, de monumento do seculo XVI, ella comprehendeu admiravelmente que não podia figurar com decencia na civilisação moderna senão como recordação historica ou como ruina. Sendo na historia um documento apocrifo, falso, mal fingido, preferiu ser ruina. E não podendo cair de velhice caiu de vergonha<sup>27</sup>.*

Figura 2 – Pormenor do projecto elaborado por Rambois e Cinatti para a intervenção do Mosteiro dos Jerónimos<sup>28</sup>.

As pedras preferiam ser erigidas em monumentos com uma função socialmente útil, como escolas e asilos, entre outros<sup>29</sup>. O dinheiro do Estado deveria ser gasto no benefício prático e imediato da população, melhorando a sua qualidade de vida, e não em projectos megalómanos, como era o caso da torre dos Jerónimos, sem nenhuma função, para além de ostentar a sua própria magnificência.

Ramalho estava ainda muito distante dos princípios mais tarde defendidos e publicados em *O Culto da Arte em Portugal* no ano de 1896 e em *A Conclusão do Edifício dos Jeronymos* um ano depois, onde o monumento seria encarado como a base sustentadora

<sup>27</sup> ORTIGÃO, Ramalho, QUEIRÓS, Eça de, *As Farpas...*, III Série, Tomo III, Maio de 1879, p. 63.

<sup>28</sup> ANACLETO, Regina, “Neomanuelino – Mosteiro dos Jerónimos”, *O Neomanuelino ou a reinvenção da arquitectura dos descobrimentos*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, coord. Francisco Faria Paulino, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Infante 94 – 6.º Centenário do nascimento do Infante D. Henrique, Lisboa, 1994, p. 216.

<sup>29</sup> *As pedras entendem que os monumentos que as merecem no presente seculo não são as torres imitadas do antigo mas sim os edificios solicitados pelas necessidades do espirito contemporaneo: os lyceus para os rapazes e os lyceus para as meninas; as escolas de artes e officios; as bibliothecas; os museus da sciencia, os museus da arte, os museus da industria, os museus pedagogicos; as escolas penitenciarias; as escolas normaes; as escolas agricolas; as dokas; os portos de abrigo; os caes; os grandes theatros e as vastas salas de concertos musicas para o povo; os bairros populares saudaveis e risonhos; os hospicios de saude á beira do mar para as creanças escrofulosas e lymphaticas; os salva-vidas; os faroes; os lavadouros e os banhos publicos; os canos; as fontes.*, ORTIGÃO, Ramalho, QUEIRÓS, Eça de, *As Farpas...*, III Série, Tomo III, Maio de 1879, p. 63-64.

da nacionalidade portuguesa e, por essa razão, era obrigação de todos a sua conservação para poder ser legado às gerações vindouras, como adiante veremos. Voltando a usar a mesma expressão da queda da torre por vergonha, agora fundamentada no erro de concepção do projecto realizado por Rambois e Cinatti, onde não era respeitado o edifício, a sua História, correntes artísticas e vivências ao longo dos séculos, bem como todos os elementos fundamentais para a concepção de um projecto de restauro de um edifício completo. Na proposta apresentada por si em 1897, apesar de não preconizar a reedificação de uma nova torre de grandes dimensões, não defendia de modo nenhum a manutenção daquela parte do monumento como ruína, mas antes a conclusão ponderada do edifício com um carácter utilitário, de forma a albergar um Museu de Arte Antiga, seguindo já as novas ideias apresentadas pelas correntes teóricas italianas sobre o Restauro. Cabe ainda antecipar o facto de, mesmo nesta altura, ter continuado a referir a necessidade de se economizar nestas obras, mas então por razões distintas das que o nortearam cerca de vinte anos antes.

Quatro anos mais tarde, voltou a expressar a sua opinião sobre o convento de Mafra, seguindo as ideias publicadas em 1876, em *As Praias de Portugal*, muito apoiado no texto de Alexandre Herculano na sua edição dos *Opusculos*<sup>30</sup> dedicado a este assunto.

*...A monstruosidade architectonica que se levou a effeito com tão grandes sacrificios custou centenas de milhões, - uma riqueza enorme immobilizada em um monumento estúpido sem merecimento artistico e sem proveito pratico, um casarão immenso hoje deshabitado e inutil*<sup>31</sup>.

Apesar de referir o dito texto, sem contudo fazer relação ao tema em desenvolvimento, mas apenas à sua validade artística e monumental, Ramalho mencionava a falta de “alma” daquele monumento.

O sentimento da importância da união e da identidade baseada na glória do passado e na construção do novo futuro já se encontrava imiscuída nas crenças de Ramalho. Ao escrever uma carta a *Mr. John Bull*, ainda nas *Farpas*, afirmava a crença de que a sua superioridade, entre tantos outros aspectos, se baseava na glória do seu povo e dos seus governantes, não sendo apenas o presente importante, mas toda a construção histórica até

<sup>30</sup> HERCULANO, Alexandre, “Duas Epochas e dous Monumentos ou A Granja Real de Mafra – 1843”, *Opusculos*, Tomo VII, Tavares Cardoso & Irmão – Editores, Lisboa, 1898, pp. 2-20.

<sup>31</sup> ORTIGÃO, Ramalho, QUEIRÓS, Eça de, *As Farpas...*, III Série, Tomo III, Maio de 1879, p. 68.

ao momento, como elemento pedagógico proporcionador de alento para o futuro. Ai de quem se esquecesse destes elementos fundamentais! Seria considerado um travão ao progresso humano!

*Nem um só acto, nem um só facto, nem uma só ideia se perde n'esta crusada de todos os povos civilizados para a terra promettida, para a cidade ideal. Tudo quanto hoje somos devemol-o ao trabalho d'aquelles que nos precederam. Caminhamos sobre os vestígios dos nossos paes; é pelas nossas pegadas que se hão de dirigir os passos dos nossos filhos. Todo aquelle que pára, que se recusa a deixar indicado áquelle que o segue o signal que põem na estrada os pregos dos seus sapatos é um perturbador do progresso, é um traidor. Representa um degrau em falso na nova escada de Jacob<sup>32</sup>.*

### ***Banhos das Caldas e Águas Minerais (1875)***

O livro *Banhos das Caldas e Águas Minerais* foi publicado em 1875<sup>33</sup> com ilustrações de Emídio Pimentel. Na introdução, escrita por Júlio César Machado, louvava-se o desejo suscitado pela leitura na visita dos locais referidos devido à elegância das suas descrições<sup>34</sup>.

*Nunca parece curta a vida áquelles que souberem empregar-a. Esses olham para traz e vêem os seus dias extensamente marcados pelo numero das acções que praticaram, pelas dificuldades que venceram, pelas jornadas em que vieram caminhando progressivamente, de desenvolvimentos em desenvolvimentos, até á sua plenitude, até á perfeição moral<sup>35</sup>.*



COITADINHAS DAS QUE FICARAM  
NA CIDADE... COITADINHAS!

Figura 3 – Ilustração do livro *Banhos das Caldas e Águas Minerais*<sup>36</sup>.

<sup>32</sup> ORTIGÃO, Ramalho, QUEIRÓS, Eça de, *As Farpas...*, II Série, Tomo IV, Março e Abril de 1876, pp. 31-32.

<sup>33</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Banhos de caldas e aguas minerais*, ilustrado por Emídio Pimentel com uma introdução de Júlio César Machado, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, Porto, 1875.

<sup>34</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Banhos...*, p. 7

<sup>35</sup> Idem, pp. 20-21.

<sup>36</sup> Idem.

Depois de apresentar uma explanação sobre o benefício dos *Banhos das Caldas* para a saúde humana e quais os malefícios da sua falta, Ramalho, seguindo um esquema comum nos seus livros, encetou um périplo por vários sítios do país considerados por si de máxima relevância, mesmo parecendo não os conhecer a todos<sup>37</sup>. Ao realizar a descrição destes locais, para além da análise das várias águas<sup>38</sup>, referia também costumes, pessoas, paisagens, aspectos da natureza e dos animais, notícias históricas, bem como condições de hospedagem e alimentação, introduzindo, neste contexto, algumas referências bastante explícitas às belezas naturais e monumentos arquitectónicos de cada região. Um dos exemplos foi o de Caldas de Vizela, perto de Guimarães, onde mencionou as escavações arqueológicas empreendidas com resultados muito generosos, tendo-se descoberto mosaicos, lápides e outros vestígios de ocupação romana e celta, como o próprio autor referiu. Aproveitando este ensejo, fez um arrolamento dos vestígios mais importantes encontrados na localidade, sobretudo das lápides, com referência aos seus proprietários, não esquecendo uma pequena capela existente no monte da Santa, na freguesia de Santo Adrião, sem qualquer especificação adicional ao lugar<sup>39</sup>. Encontramos ainda referências à Sé de Braga<sup>40</sup>, seguida da enumeração das altas personagens ali sepultadas. Em Alcobaca e na Batalha enalteceu o interesse destes dois locais do ponto de vista artístico, descrevendo minuciosamente os túmulos das figuras reais do segundo, testemunhos de uma importância histórica relevante, e comparando-os a outros exemplares por si visitados fora do país.

*A igreja é considerada, por todos os aspectos, um admiravel modêlo architectonico, comquanto, vista de tarde, á hora a que eu a visitei, illuminada atravez das suas vidraças coloridas pelo quente e brilhante sol peninsular, não infunda a sensação mystica, o recolhimento solemne, a austera e fria severidade que tanto me impressionára no interior de algumas cathedraes francezas, em Notre Dame, por exemplo, vista no inverno, banhada por uma luz cinzenta e fria, atravez da qual os fechos das agudas arcarias esmorecem esbatidos na penumbra<sup>41</sup>.*

<sup>37</sup> Pode-se chegar a esta conclusão pela fraca descrição realizada sobre alguns lugares.

<sup>38</sup> Para facultar esta informação cita outros relatórios e os seus respectivos autores.

<sup>39</sup> ORTIGÃO, *Banhos...*, pp. 29-30.

<sup>40</sup> *...a que estão ligadas muitas recordações historicas, é um dos mais espaçosos templos de Portugal. Idem, p. 51.*

<sup>41</sup> Idem., pp. 93-94.

Em seguida surgia a descrição do mosteiro de Alcobaça, complementada com a história da sua fundação e construção. Desta feita a comparação estabelecia-se com Chartres *...igualmente célebre pela sua torre e pelo seu pastel, Alcobaça accumula a importância histórica do seu convento com a dos seus pomares...*<sup>42</sup>.

Esta secundarização dos grandes monumentos portugueses em relação a outros exemplos estrangeiros, explicava-se pela sua carga mística e simbólica, conferida por outro tipo de valorização no próprio local ou pela fama dada por grandes escritores da época a determinados locais, como era o caso da igreja de Notre Dame e do famoso romance de Victor Hugo. Não podemos também deixar de referir as campanhas de restauro levadas a cabo em alguns destes edifícios europeus, contribuidoras da sua valorização material, histórica e, principalmente, turística. Estes factores entravam em choque com os monumentos portugueses que, apesar de serem alvos de campanhas de restauro pioneiras no nosso país, como era o caso do mosteiro da Batalha, se encontravam esquecidos na província, pouco enaltecidos e valorizados pela população, numa secundarização pouco favorecedora. Ramalho manifestou-se contra esta indiferença, muito devida à ignorância geral, na sequência de outros autores, como veremos em seguida. Para o povo dar o devido valor a estes locais históricos era preciso educá-lo e mostrar-lhe a sua importância. Concluindo esta obra, fez ainda uma apologia às viagens, revelando-nos alguns conselhos para a exploração do nosso país, com o objectivo de o conhecer verdadeiramente:

*As pessoas ricas mal poderão apreciar o grande prazer fácil, singelo, e todavia variadissimo, que é para um artista viajar a pé, em grossos sapatos ferrados, uma mochila com roupa branca, um caderno e um lapis ou uma caixa de tintas, e quinze dias de liberdade! O unico dia em que se experimenta um certo cansaço é o primeiro dia de marcha. Depois os músculos de um homem forte e saudavel habitam-se ao largo passo de estrada cadenciado e firme. Ao fim de três dias parece-nos que o peito se tem dilatado; os órgãos de respiração jogam com mais vigor; o sangue circula mais facilmente; sente-se um desenvolvimento progressivo de energia vital, uma revivificação de alegria e de frescura de espírito, uma ressurreição de infância.*<sup>43</sup>

Embora escrita durante o mesmo período, encontramos nesta obra uma grande mudança em relação à atitude apresentada nas edições das *Farpas* anteriormente analisadas. Esta

---

<sup>42</sup> Idem., pp. 95.

<sup>43</sup> Idem., pp. 122.



maneira de encarar a herança cultural, ainda incipiente e sem grandes tiradas inspiradas no nacionalismo e patriotismo, começava a dar um relevo à história dos monumentos em detrimento do seu aspecto artístico, sem contudo o descurar. Os edifícios eram importantes não só pela sua impunidade, mas também pelo seu valor intrínseco, pelo momento histórico por si testemunhado, marcando a evolução sociocultural do país onde foram construídos. Este aspecto vai começar a acentuar-se mais no livro publicado no ano seguinte dedicado às praias de Portugal.

Outro factor de extrema pertinência foi o alargamento do conceito de bem nacional, deixando de se limitar apenas aos edifícios com determinado carácter, para passar também a abranger as paisagens naturais ou mesmo os costumes, como o da própria gastronomia, começando a construir-se a referida noção de conjunto de valores designados posteriormente por Tradição.

### ***As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante (1876)***

Durante o ano de 1876, Ramalho aventurou-se pelas praias de Portugal<sup>44</sup>. Mais uma vez, seguindo o esquema do livro anterior, realizou uma apologia aos benefícios dos banhos do mar e do próprio mar em si, agora mais impregnado com a sua contribuição pessoal, através da inserção de pequenos episódios auto-biográficos, incluindo apontamentos sobre a sua infância, atingindo este livro uma melhor qualidade literária em relação ao anterior.

Para além de indicar as praias a frequentar, Ramalho sugeria também pequenos passeios culturais pelas redondezas. Por exemplo, ao referir a praia da Figueira da Foz, indicava os monumentos mais importantes de Coimbra, quando escreveu sobre Pedrouços, estabeleceu a ligação ao mosteiro dos Jerónimos, à Torre de Belém e a outras atracções da zona, na Ericeira lembrou o convento de Mafra e em Tróia as ruínas romanas. Esta relação, entre a vilegiatura em moda nesta época, resultante do progresso social, e o turismo cultural, em plena ascensão, aberto a todas as classes, deve ser destacada. A conjugação destes dois factores reflectia uma visão moderna, provavelmente inspirada em exemplos exteriores, sendo necessário aproveitar estas deslocações para fortalecer também o espírito, para além dos seus benefícios para a saúde do corpo.

---

<sup>44</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *As Praias de Portugal*, ilustrações de Emilio Pimentel, Livraria Universal, Porto, 1876.

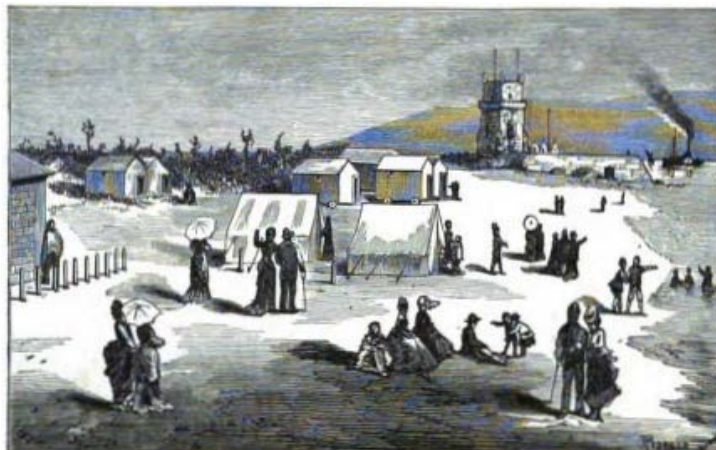


Figura 4 – Imagem da praia de Pedrouços com a Torre de Belém ao fundo<sup>45</sup>.

A abordagem da vertente histórica foi também mais aprofundada, estabelecendo-se uma óbvia relação entre o acontecimento simbolizado pelos monumentos e a História do povo português, composta por uma quantidade de feitos gloriosos durante um determinado período de tempo. A ideia de decadência da geração de Ramalho advinha da impossibilidade de se entrever um futuro igualmente notável, paralelo à glória caracterizadora dos portugueses de outrora. Para além deste factor, enaltecia-se também o esquema decorativo do mosteiro dos Jerónimos, especialmente a sua vertente marítima, mais uma vez relacionada com os Descobrimentos, por estes elementos reflectirem, juntamente com os arquitectónicos, uma sensação de grandeza e majestade. A par do mosteiro da Batalha, este edifício era um símbolo da obra colectiva, de onde brotava o génio nacional.

*O mosteiro dos Jeronymos e a Batalha, inspiram um sentimento delicado, commovente, respeitoso, porque são para o povo a manifestação de uma das mais bellas das suas faculdades, o seu sentimento artistico. Como verdadeiras obras d'arte, como primorosas efflorescencias do genio nacional, esses monumentos não teem, a feição individualista de uma ordem regia, são a obra collectiva de um povo, prendem-se profundamente na sua tradição, na historia do seu passado, nos elementos da sua vida intellectual...*

[...]

---

<sup>45</sup> ORTIGÃO, *As Praias...*

*Não é o lapis nem o cinzel assalariado por um despota paparroto o que risca e lavra os feixes d'essas airosas columnas que crescem para o ceu e bracejam como palmeiras nos labores rendilhados das ogivas manuelinas; é o espírito popular – com todas as tradições, com as impressões do character e do temperamento, com as influencias do sólo, do clima, das viagens, dos contactos com o mar, das recordações de paizagens e de vegetações longinquas, - que se reflecte e condensa na alma dos artistas e lhes guia a mão privilegiada que torna visiveis e palpaveis os sentimentos e os estados de espírito.*<sup>46</sup>

Esta ideia de espírito popular, apelidada de *volksgeist* por Johann Gottfried Herder, chegava ao nosso escritor provavelmente por influência de Joaquim de Vasconcelos, erudito português com forte formação germânica, que tomara contacto com as correntes filosóficas alemãs, entre as quais se encontravam as teorias de Herder, considerado por muitos o pai do nacionalismo e um dos fundadores do romantismo alemão. Este filósofo contrariara a ideia universalista francesa no final do século anterior, defendendo a variedade dos povos, dependentes das condições exteriores do meio onde haviam vivido, e dos seus diferentes enquadramentos históricos. O conjunto desses elementos seria responsável pela geração e criação de um povo distinto dos demais, não com um grau de importância diferente, apenas com um espírito único, sendo a própria arte desse povo mais valorizada se reflectisse essa individualidade de modo a mostrar as suas diferenças. Ramalho baseou-se nesta perspectiva para defender as características regionais da arte, acima dos grandes estilos internacionais. Veremos esta ideia desenvolvida posteriormente, adaptada ao caso específico do estilo manuelino, quando tratarmos do seu parecer sobre as obras do mosteiro dos Jerónimos no capítulo seguinte.

Esta posição opunha-se totalmente ao referido acerca do convento de Mafra, onde não havia um momento simbólico específico para lhe conferir a importância de testemunho histórico, apenas um capricho de uma real figura, reflectindo a decadência da sua época, bem contrária aos outros edifícios abordados, onde se definiam momentos essenciais da nossa História, tais como a independência do território e a bravura do povo marcada pela aventura das Descobertas. Como vimos, em 1879, ainda na primeira edição de *As Farpas*, o autor vincaria melhor a falta de carácter deste monumento. Ao contrário dos mosteiros da Batalha e dos Jerónimos símbolos da obra colectiva de um povo, através do seu

---

<sup>46</sup> Idem, p. 97.

sentimento artístico materializado em dois marcos fundamentais para a afirmação da nacionalidade, Mafra não passava de um ...*predio, enorme, soberbo, majestatico; mas simples predio*<sup>47</sup>.

Embora atenuada, a sua opinião não mudou muito ao longo dos anos, considerando este monumento não como um testemunho da capacidade alcançada pelos portugueses, mas um mero capricho real, sem qualquer resultado social.

Mesmo sem haver qualquer referência ao estado de conservação dos edifícios ou às obras neles realizadas, encontramos aqui esboçado um conceito importante: a necessidade da ocupação / utilização dos monumentos, defendida por Ramalho ao longo da sua vida, mais tarde apoiado noutros princípios e teorias. No caso do convento de Mafra este aspecto era desolador devido ao abandono em que se encontrava, chegando mesmo a compará-lo às monumentais pirâmides do Egipto por ainda manterem a sua função de túmulos. Este espaço poderia ser aproveitado para a instalação de uma Universidade ou de uma escola modelo de instrução secundária, utilizando-se um símbolo decadente para o progresso do país, cuja chave se encontrava no ensino.

### **A Holanda (1883)**

*Meu Deus! Como envelhece depressa a sabedoria! A sciencia que se accumula e se transmite de geração para geração é um patrimonio geral da humanidade inteira, no qual se funde, se congloba e se esvae a contribuição modesta de cada individuo. Só é pessoal, estavel, infundivel e eterna a obra da arte...*<sup>48</sup>

No início da década de oitenta Ramalho visitou a Holanda como representante do Governo brasileiro, depois de ter escrito o texto “Cup d’oeil sur la Civilisation au Brésil”, sobre este país por si visitado anteriormente<sup>49</sup>. Este artigo publicado em francês, foi divulgado no âmbito da representação na Exposição Internacional, Colonial e de Exportação Geral, realizada em Amesterdão. Esta participação do escritor explica-se pela

---

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *A Hollanda*, Magalhães & Moniz - Editores, Porto, 1885, pp. 134-135.

<sup>49</sup> Segundo alguma documentação, surge a hipótese de Ramalho Ortigão ter chegado a escrever um livro dedicado a este país que nunca chegou ao prelo. Para Rodrigues Cavalheiro, este facto deverá ter estado relacionado com a mudança de regime ocorrida no Brasil no fim dessa década. CAVALHEIRO, Rodrigues, *A Evolução Espiritual de Ramalho*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1962, p. 445-447.

presença do seu irmão Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, residente no Brasil, no Comité executivo desta Exposição<sup>50</sup>.



Durante a sua estadia foi enviando um conjunto de artigos para *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, com quem colaborou uma grande parte da sua vida, publicados em livro nesse mesmo ano no Brasil<sup>51</sup> e no nosso país, em 1885<sup>52</sup>, sob a designação *A Holanda*. Esta foi considerada por muitos a obra-prima de Ramalho Ortigão. A descrição daquele país, através da sua contextualização histórica, social e cultural, em certos pontos de tal maneira fidedigna, deve ter sido a principal razão para a sua tradução daquele país ainda antes do fim do século XIX<sup>53</sup>.

Figura 5 – Imagem ilustrativa do livro *A Holanda*<sup>54</sup>

Infelizmente sai do nosso âmbito alongarmo-nos sobre este importante livro, não só interessante pelos seus conteúdos, mas também devido ao modo como está escrito, mostrando bem a amplitude das capacidades literárias de Ramalho. Não podemos, no entanto, deixar de notar a quantidade de referências a monumentos, como elementos definidores de uma sociedade ou de uma cidade. Mais uma vez, o escritor acentuou este carácter dos edifícios históricos, tratando-os como testemunhos de um passado a que assistiram ou do qual são padrões comemorativos, como se estivesse acoplada à sua

<sup>50</sup> Idem, p. 442.

<sup>51</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *A Hollanda, (notas de viagem)*, Typ. da Gazetta de Noticias, Rio de Janeiro, 1883.

<sup>52</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *A Hollanda*, Magalhães & Moniz, Porto, 1885.

<sup>53</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Holland 1883*, trad. Marcus de Jong (1891), Jacon van Campen, Amsterdam, s.d.

<sup>54</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *A Holanda*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, [D. L. 1964], p. 291.

observação uma retrospectiva onde se pudessem ver os acontecimentos, qual narrativa literária de um romance histórico.

Um ponto a salientar nestas linhas encontra-se no seu espanto perante a importância dada pelo clero holandês à protecção dos monumentos, preocupando-se com os critérios utilizados nas intervenções, cuidados estes observados nos edifícios recentemente intervencionados naquele país, em tudo contrastante com a situação nacional<sup>55</sup>.

O tipo de referências, bem como a sua formulação, levam-nos a crer ter havido um desenvolvimento do despertar da sua consciência patrimonial nesta altura, no sentido da reflexão sobre todos os problemas envolvidos, não podendo a observação dos casos estrangeiros, ser de todo alheia a este aspecto.

### ***John Bull – Depoimento de uma testemunha (1887)***<sup>56</sup>

Alguns anos mais tarde, em 1887, em resultado de uma visita ao seu amigo Eça de Queiroz, nessa altura residente em Inglaterra, Ramalho publicou um novo livro, *John Bull*, onde realizou uma crítica de costumes, mais ou menos humorística sobre esse país, sublinhando as características mais marcantes para si<sup>57</sup>. Entre estas encontrava-se o papel do Museu de South Kensington, actual Museu de Victoria and Albert, na implementação de uma arte industrial caseira, através da exposição de modelos aos artífices. A comparação com a realidade nacional tornava-se inevitável.

*...a falta de um cadastro geral das preciosidades artisticas existentes no paiz e de uma historia completa da arte nacional, a indiferença por todas as nossas pequenas industrias caseiras, algumas tão bellas e tão originaes, a incuria, emfim, o desleixo crasso, a incompetencia e a ignorancia que preside por parte do Estado ao abandono, á ruina ou á obliteração dos nossos monumentos architectonicos – templos, castellos, solares, tumulos, pelourinhos, cruzeiros...*<sup>58</sup>

<sup>55</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *A Hollanda*, Magalhães & Moniz, Porto, 1885, p. 211.

<sup>56</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *John Bull – Depoimento de uma testemunha acerca de alguns aspectos da vida e da civilização ingleza*, Livraria Internacional de Ernesto Cherdron, Lugan & Genelioux, Successores, 1887.

<sup>57</sup> Seria interessante realizar-se um paralelo entre este livro e o número das *Farpas*, escrito na década anterior, onde Ramalho escrevera uma carta a John Bull, anteriormente referida.

<sup>58</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *John Bull...*, p. 156.

Para Ramalho, era uma pena que este amor e probidade pela protecção dos monumentos não tivessem sido incutidos na alma lusa, como tantas outras influências inglesas existentes na sociedade portuguesa.

### **Segunda edição de *As Farpas* (1887-1889)**

O cruzamento de todas estas reflexões, culminando num princípio quase doutrinário de amor e respeito à Pátria portuguesa característicos do resto da sua produção literária, bem como das ideias mais tarde defendidas no concernente ao assunto em estudo, encontra-se na segunda edição de *As Farpas*, do final da década de oitenta.

Segundo Ernesto Rodrigues, a ideia de reunir o material dos vários folhetins datava de 1883, quando Ramalho deu por terminada esta publicação<sup>59</sup>; no entanto, só alguns anos depois, levou esta diligência avante, combinando com Eça de Queirós a reedição da obra, publicando autonomamente cada um os seus textos, donde resultaram onze volumes de *As Farpas*<sup>60</sup> e dois de *Uma Campanha Alegre: Das Farpas*<sup>61</sup>.

Partindo dos textos dos fascículos da primeira edição, Ramalho seleccionou, trabalhou, recortou e adicionou, mudando, em alguns casos radicalmente, o tipo de discurso e as ideias defendidas, construindo uma obra mais tarde por si usada como o “cartão de visita”.

Muito distantes da agressividade dos primeiros anos da década de setenta, especialmente quando escrita em conjunto, os dois autores procuraram então uma faceta menos agressiva, mais consonante com as suas profissões e estatutos sociais. Esta nova edição, onde compactaram os volumes escritos periodicamente, cujo objectivo original se prendia com uma crítica ou referência a acontecimentos recentes, passava agora a uma situação mais generalista. No caso de Ramalho, todos estes eventos foram relegados para segundo plano, descontextualizados dos objectivos a alcançar e os textos tornaram-se intemporais<sup>62</sup>.

Esta mudança foi assumida pelo autor na advertência da nova edição, onde explicou ter optado por publicar adaptações de textos antigos conjuntamente com outros novos,

<sup>59</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Farpas Completas*, Int. de Ernesto Rodrigues, RBA, Coleccionables, SA, e Circulo dos Leitores, SA, Espanha, 2006, p. XXXIX.

<sup>60</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, 11 tomos., David Corazzi- Editor e Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1887-1890.

<sup>61</sup> QUEIRÓS, Eça, *Uma Campanha Alegre: Das Farpas*, 2 vol., Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1890-1891.

<sup>62</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Farpas Completas...* pp. XL-XLI.

desenvolvendo em muitos casos as suas matérias. No contexto deste estudo o primeiro volume, dedicado à *Vida Provincial*, assume um maior interesse, embora a nossa atenção também se centre nalguns textos dos restantes volumes<sup>63</sup>.

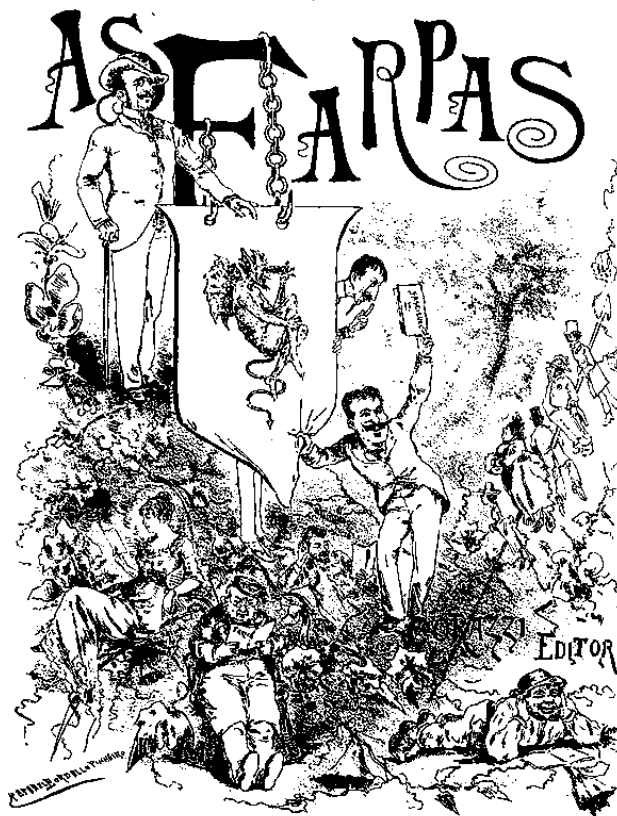


Figura 6 – Saudação ao regresso de *As Farpas* de Rafael Bordalo Pinheiro<sup>64</sup>.

O marco essencial desse volume da nova obra foi o apelo ao nacionalismo, ao amor pela terra portuguesa, costumes, tradições e à glória histórica, em alguns casos testemunhada pelos monumentos portadores até ao momento contemporâneo da prova física da existência desse desenvolvimento histórico.

*Se da agonia em que n'este momento parece debater-se a nacionalidade portugueza, profundamente ferida nos mais importantes centros da vida publica, sobreviver ainda*

<sup>63</sup> Para uma análise mais aprofundada desta obra, bem como de outras da sua autoria aconselha-se a leitura de alguns autores presentes na secção da nossa Bibliografia dedicada a este tipo de estudos biográficos ou analíticos de aspectos particulares da sua vida e obra. Ao longo deste capítulo destacaremos apenas aqueles de onde retirámos referências directas.

<sup>64</sup> PINHEIRO, Rafael Bordalo, *Pontos nos ii*, Lithographia Guedes, Lisboa, 14 de Abril de 1887, p. 112.



*uma Patria, ella reconhecerá talvez n'um ou n'outro ponto d'estas ligeiras narrativas a palpitação commovida de um coração que a amou.*<sup>65</sup>

Esta obra era dedicada a um país já nessa altura alvo de ataques às bases de sustentação da sua glória histórica, através do confronto no quadro internacional, a propósito dos territórios das colónias, mais tarde culminante no *Ultimatum* de 1890. A reacção do país a este acontecimento originou um surto nacionalista e patriótico. Este contexto é importante, pois explica a sobrevalorização dada a todos os elementos caracterizadores da nação, como um todo territorial, com uma História contribuidora para a construção do momento em análise, onde apenas se encontravam os restos desse domínio e importância passados, cujos vestígios iam desaparecendo cada vez mais depressa na enorme máquina do progresso e expansão europeia.

Este primeiro volume, considerado por muitos como o regresso à influência de Almeida Garrett<sup>66</sup>, sobretudo às *Viagens na Minha Terra*, pode também ser encarado como uma das fontes ou bases de inspiração do referido movimento denominado de Neogarretismo, sem esquecer as ascendências germânicas anteriormente referidas. Embora estas influências já se sentissem na sua produção anterior, julgamos a minúcia descritiva, o ritmo solto, mas bem cadenciado imprimido aos seus novos textos, denunciadores também da sua longa carreira literária, os principais contribuintes para a liberdade de escrita demonstrada em *A Holanda* e aqui desenvolvida. Um pouco nesta linha, a análise aprofundada de paisagens, costumes, hábitos regionais, episódios pitorescos e a sua própria inserção como espectador, seguiam a linha do viajante, mas agora, na sua própria Pátria. Quase antecedendo o *slogan* tão actual: *...vá para fora cá dentro*, o escritor afirmava-se nesse momento como um *...touriste em viagem na minha propria terra...*<sup>67</sup>

Ramalho nesse momento preocupava-se mais com as coisas pequenas exclusivas de um determinado local ou região, distintas dos restantes, valorizando-as em relação às demais, na senda das ideias já analisadas. Voltamos a frisar o facto das suas descrições minuciosas chamarem a atenção para a existência destes aspectos dentro do país, não sendo necessário sair procurar lá fora as imagens pitorescas, os recantos melancólicos ou as belezas provinciais. Pensamos que esta chamada de atenção, ainda muito subliminar,

<sup>65</sup> ORTIGÃO, RAMALHO, *As Farpas, A Vida Provincial*, Tomo I, David Corazzi-Editor, Lisboa, 1887, p. V-VI (advertência).

<sup>66</sup> Ainda recentemente Ednildo Soárez voltou a frisar esta relação entre o primeiro tomo da reedição de *As Farpas* e o ressurgimento do garretismo. SOÁREZ, Ednilo, *Ramalho Ortigão, Um marco na literatura portuguesa*, Expressão Gráfica Editora, Fortaleza – Ceará, 2008, p. 25.

<sup>67</sup> ORTIGÃO, RAMALHO, *As Farpas, A Vida Provincial*, Tomo I..., p. 161.

esteve na origem dos princípios mais tarde desenvolvidos em *O Culto da Arte em Portugal*, onde voltou a “percorrer” o país, baseado na maioria das vezes no visto e vivenciado anteriormente.

Neste contexto surgem-nos os monumentos como elementos valorativos dos locais onde se encontram edificados, como testemunhos de épocas passadas, da glória então alcançada. Ao longo das suas descrições provinciais inseriu pequenos apontamentos, relacionados com o seu estado e conservação, a manutenção de elementos originais ou mesmo do seu revestimento com tintas modernas<sup>68</sup>, um mal que grassava pelo país e do qual muitos autores desde o princípio do século XIX se queixavam e criticavam violentamente. Embora de modo muito incipiente, foi introduzindo críticas às atitudes tidas para com alguns edifícios pelas autarquias, posteriormente desenvolvidas na sua obra relacionada com este tema. Um dos exemplos marcantes deste aspecto foi uma referência à demolição das duas torres da ponte de Ponte de Lima, efectuada pela vereação depois da implantação do regime liberal<sup>69</sup>. A inclusão desta observação, como mais tarde veio a fazer amiúdo, baseou-se em opiniões de outros autores, neste caso específico numa referência de Vilhena Barbosa num dos seus artigos “Os Monumentos”, publicados no *Commercio do Porto*<sup>70</sup>, em 1873, onde se referiam os atentados perpetuados contra esta ponte. Este comentário de Ramalho, datado de 1885, foi novamente desenvolvido onze anos mais tarde.

A relação com esta obra foi no entanto mais longe, sendo aqui já introduzida a própria expressão do *Culto da Arte*, provavelmente baseada nas influências francesas reflectidas nos “Monumentos Patreos” de Alexandre Herculano.

Também nesse primeiro volume, encontramos um capítulo sobre o mosteiro de Alcobaça, sendo sua nova abordagem deveras interessante. Para Ramalho este edifício era um documento essencial para o conhecimento da antiga sociedade portuguesa ainda muito mal estudado. Ao contrário do mosteiro de Santa Maria da Vitória, sobre o qual vários eruditos se haviam debruçado, a sua história encontrava-se ainda por fazer, ignorando, no entanto, esta afirmação as obras publicadas sobre o assunto, especialmente o livro de

<sup>68</sup> Por exemplo veja-se: ORTIGÃO, RAMALHO, *As Farpas, A Vida Provincial*, Tomo I....., p. 9 e seg.

<sup>69</sup> *O poder central em sua alta e suprema indiferença pelos mais estúpidos atentados de que são objecto os monumentos mais veneráveis da arte e da historia nacional, approvou a uma por uma todas as marradas de preto capoeira com que á municipalidade de Ponte de Lima approuve derribar e destruir os mais bellos vestígios architectonicos da gloriosa historia da antiga villa e o proprio sentido heraldico das suas armas, nas quaes em escudo de prata figura uma ponte entre duas torres.* Idem, pp. 47-48.

<sup>70</sup> Posteriormente publicados no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.ª Série, Tomo XI, Typografia da Casa da Moeda e Papel Sellado, Lisboa, 1908, n.º 9, pp. 545-551 e 634-642 e n.º 10, pp. 658-663.

Vieira Natividade editado no ano anterior à redacção deste texto<sup>71</sup>. Seria propositado este esquecimento?

No texto de Ramalho o mosteiro de Alcobaça era muito valorizado, quanto ao seu papel testemunhal na História portuguesa. Normalmente um edifício caracterizava um determinado momento ou época, como era o caso dos mosteiros da Batalha e dos Jerónimos; no presente caso estavam representadas todas as fases importantes da História do reino, encontrando-se todos os momentos relevantes presentes na sua arquitectura, como um livro aberto sobre a evolução de um povo e de um país, escrito pelos nossos antepassados. A comparação com a situação actual suscitava-lhe tristeza, pois a sociedade contemporânea não tinha nada de grandioso para legar aos seus sucessores, não existindo uma verdadeira herança histórica e arquitectónica oitocentista. Mais tarde, foi este o mote usado por Ramalho para introduzir o seu livro *O Culto da Arte em Portugal*, sublinhando a fraca qualidade da arquitectura contemporânea, concebida apenas para dar resposta a determinadas necessidades, sem qualquer intuito monumental ou memorialista. A grandeza da arquitectura passada resultava da crença dos seus construtores em algo superior, ao contrário do utilitarismo decadente deste fim de século em Portugal<sup>72</sup>.

*Os que emprehendam construcções d'este vulto, a que os fundadores nunca viam o termo, acreditavam em alguma cousa. A estabilidade das instituições que serviam era para elles segura, e tinham certeza inteira no futuro. O nosso pobre seculo não tem convicção social que vá para além de amanhã. Não edificamos senão provisoriamente, para nosso proprio uso, e o mais rapidamente possivel. Se um edificio levasse mais de dez annos a fazer, arriscar-nos-hiamos a não precisar d'elle quando o tivessesmos acabado, porque em dez anos estaria velha ou morta a idéia que lhe déra origem<sup>73</sup>.*

A relação entre este primeiro volume de *As Farpas* e a obra de 1896 pode também ser comprovada pelo exemplo da vontade do povo unido com um objectivo comum da construção do aqueduto de Elvas referido em ambos os volumes por Ramalho.

O escritor lamentava o abandono votado a estes testemunhos da passada grandiosidade monumental, a caminho para a sua destruição e total desaparecimento. Apesar de nesta

<sup>71</sup> NATIVIDADE, M. Vieira, *O Mosteiro de Alcobaça: Notas Historicas*, Imp. Progresso, Coimbra, 1885.

<sup>72</sup> Estudaremos as influências seguidas nestas ideias no ponto seguinte.

<sup>73</sup> ORTIGÃO, RAMALHO, *As Farpas, A Vida Provincial*, Tomo I..., p. 222-223.

altura ainda imputar à revolução liberal este desprezo e negligência, mais tarde será a ignorância o principal culpado desta destruição maciça, marcada pela falta de respeito pelos antepassados e pela sua memória, observável na violação de túmulos, na dessacralização de espaços, no aproveitamento de materiais de construções com um significado e memória histórica importante, unicamente para a construção de novos elementos meramente funcionais.

Outro aspecto muito interessante foi também a inclusão de elementos hoje considerados como componentes do nosso Património Imaterial, cuja defesa, protecção e inventariação apenas muito recentemente foi legislada e aprovada pelos poderes constituídos<sup>74</sup>. Esta abordagem multidisciplinar, abrangendo várias áreas da cultura artística e popular, referida anteriormente, sob a designação da palavra Tradição, abria espaço para a gastronomia portuguesa, aqui tão eloquentemente representada pela Canja de Galinha do Restaurante do Cercal a caminho das Caldas da Rainha:

*O restaurant do Cercal é talvez o unico em todo o paiz que ainda conserva inviolavel o segredo glorioso da nossa antiga canja de galinha – criação de arte composita, como podemos chamar ao estylo manuelino, e, como elle, derivada da inspiração asiatica trazida da India pelos nossos descobridores e combinada no velho mundo pelos nossos artifices com a tradição gothica do presunto de fumeiro e do paio de lombo com colorau.*

*A canja portugueza, ou antes, infelizmente – para que o digamos com mais exacção geographica - a canja do Cercal, é para a nossa cosinha um puro monumento historico, tão importante no seu genero como a custodia de Gil Vicente, ou como a biblia dos Jeronymos. Não ha remedio para a conhecer senão fazer uma viagem de cinco leguas em caleça por uma esburacada e poeirenta estrada velha, como para vêr a Batalha, Mas vale a pena<sup>75</sup>.*

Esta passagem, rara no contexto geral da sua obra, mostra-nos o paralelo da importância entre hábitos e tradições e os monumentos. Ao colocar no mesmo nível a canja de galinha e três elementos caracterizadores da importância da História do país e do seu papel no mundo, parece-nos defender também as pequenas coisas, como elementos específicos de

<sup>74</sup> Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de Junho, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 113, 15 de Junho de 2009, pp. 3647-3653.

<sup>75</sup> ORTIGÃO, RAMALHO, *As Farpas, A Vida Provincial*, Tomo I..., p. 195-196.

uma determinada região ou país, igualmente importantes para a sua caracterização como elementos a preservar. Seria este o seu objectivo? Os poucos elementos nesta linha de pensamento existentes na sua obra deixam a dúvida se estaríamos na base de um princípio doutrinário ou apenas uma paródia construída para enaltecer os dotes culinários daquela paragem da estrada. No entanto, o cuidado dispendido com a elaboração destes textos por Ramalho e as considerações por si tecidas posteriormente levam-nos a considerar a primeira hipótese como a mais acertada.

No terceiro volume da saga de *As Farpas*, dedicado aos indivíduos, elogiou D. Fernando II, com quem privara pessoalmente, inicialmente por funções relacionadas com o seu cargo na Real Academia das Ciências, desenvolvendo-se posteriormente uma amizade cordial entre os dois. Ramalho destacava o seu importante papel na chamada de atenção para os monumentos portugueses, até à sua chegada esquecidos e abandonados<sup>76</sup>. Actualmente pouco sabemos sobre a influência deste monarca consorte na defesa dos monumentos portugueses e no seu incentivo para o início das primeiras intervenções em monumentos portugueses, sendo uma excepção a este ponto o seu papel na primeira grande intervenção de restauro em Portugal, a do mosteiro de Santa Maria da Vitória na Batalha<sup>77</sup>.

Para Ernesto Rodrigues, nesta época Ramalho Ortigão assumiu-se como um descritor do país, classificando como uma retirada do guerreiro a segunda edição de *As Farpas*, cujos textos se encontravam largamente revistos e alterados, seguindo um pouco os passos por si criticados em Alexandre Herculano<sup>78</sup>. Como vimos pela análise da obra, este momento caracterizou uma mudança de atitude que durou até ao fim da monarquia, quando retomou a sua agressividade inicial contra o novo regime<sup>79</sup>.

### **Breve nota sobre a restante produção literária**

Não referimos nesta breve incursão pela obra de Ramalho muitas obras de importância

<sup>76</sup> ORTIGÃO, RAMALHO, *As Farpas, Os Indivíduos*, Tomo III..., p. 155-178.

<sup>77</sup> Entre os vários estudos e obras presentes na nossa bibliografia destacamos as seguintes por referirem especificamente este assunto: NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Editorial Estampa, Lisboa 1997 e TEIXEIRA, José, *D. Fernando Rei-Artista Artista-Rei*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1986.

<sup>78</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Farpas Escolhidas*, selecção e introdução por Ernesto Rodrigues, Biblioteca Ulisseia dos autores portugueses, Ulisseia, D.L. 1991, p. 40.

<sup>79</sup> Estes textos foram postumamente publicados em volume: ORTIGÃO Ramalho, *Ultimas Farpas*, Livraria Francisco Alves, Livrarias Aillaud e Bertrand, Lisboa, 1916.

relevante, como o caso de *Em Pariz*<sup>80</sup>, ou textos resultantes de outras viagens mais tarde recolhidos e publicados, não pelo seu pouco interesse, mas por não referirem especificamente o assunto tratado. Uma consulta da Bibliografia apresentada no final deste trabalho dará uma noção clara das publicações em vida e póstumas da sua obra; mesmo assim não queríamos deixar de fazer aqui algumas referências importantes.

Durante o período analisado o autor publicou algumas traduções de romances e peças de teatro, bem como o célebre livro do Barão de Feuchtersleben, a *Higiene da Alma*<sup>81</sup>, já na sua quinta edição em 1915, data da sua morte. Era o próprio Ramalho quem explicava a razão da tradução deste livro por o considerar ... *commo efficaz para dar ao homem a força e a felicidade*<sup>82</sup>. Em 1874 publicou a tradução de *Aventuras d'um Engeitado (Ginx's Baby)*<sup>83</sup> de Edward Jenkins, um conto onde se demonstrava a fatalidade do homem não ter qualquer poder sobre o seu destino, irremediavelmente traçado desde o nascimento. De sua autoria saiu também para as bancas *Teófilo Braga: esboço biográfico*<sup>84</sup>. Esta relação com o grande defensor do positivismo em Portugal é interessante, pois nesta altura partilhava com ele os mesmos ideais, mais tarde separados pelas preferências republicanas de Teófilo Braga. Apesar dos seus princípios, o erudito açoriano dedicou também muito tempo à recolha de tradições populares, coligidas em cancioneros, demonstrando os seus interesses pela etnologia e o folclore, também ele na senda de Almeida Garrett.

Ramalho colaborou também com vários periódicos, destacando-se a sua participação, com Rafael Bordalo Pinheiro, no *António Maria* e no *Álbum das Glórias*, onde atingiu o máximo da sua agressividade crítica. Com o terminar da edição de *As Farpas* e destas colaborações, iniciou-se um período menos activo sob esse ponto de vista, como o próprio autor assumiu no *Brasil-Portugal*, nº 24 de 16 de Janeiro de 1900:

*Sabei, mancebos, que nos não é dado fazer saltar nos joelhos o nosso neto e fazer conjuntamente saltar no arame o nosso próximo. Ou bem que se é pela troça ou bem*

<sup>80</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Em Pariz*, Typ. Lusitana, Porto, 1868.

<sup>81</sup> FEUCHTERSLEBEN, Barão de, *Hygiene da alma*, Livr. de A. M. Pereira, Lisboa, 1873.

<sup>82</sup> “Nota ao leitor”. FEUCHTERSLEBEN, Barão de, *Hygiene da alma*, 2.<sup>a</sup> Edição, Livr. de A. M. Pereira, Lisboa, 1874.

<sup>83</sup> JENKINS. Edward, *Aventuras d'um Engeitado (Ginx's Baby)*, trad. de Ramalho Ortigão, Imprensa Portuguesa – Editora, Porto, 1874.

<sup>84</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Theophilo Braga – Esboço Bibliográfico*, Biblioteca Republicana Democrática, vol IX, Nova Livraria Internacional, Lisboa, 1879.

*que se é pela ternura. Por alguma parte se há-de rebentar, porque não se pode ser tudo*<sup>85</sup>.

As suas relações com a alta sociedade também se iniciaram nesta época, culminando na sua participação no grupo dos *Vencidos da Vida*, composto por vários membros do Governo e alguns elementos com posições influentes na Casa Real<sup>86</sup>. Este grupo “jantante”, inspirado em iniciativas semelhantes organizadas em Paris, gerou muita polémica na época, sendo os seus membros acusados de se juntarem para tecerem novos planos contra a sociedade em seu redor, tendo como objectivo a formação de um novo partido. Embora recusassem e ironizassem com estas acusações, vários autores defendem a sua dimensão política muito bem definida em torno de D. Carlos<sup>87</sup>. Como referimos na introdução deste trabalho, a posição de alguns dos seus elementos pode explicar o percurso seguido por Ramalho nos anos posteriores ao desenvolvimento destas amizades. A partir do início dos anos noventa, com a excepção de *O Culto da Arte em Portugal*, o escritor cessou a edição de monografias, limitando-se o seu trabalho literário à profícua escrita de pareceres para as Comissões por si integradas, alguns dos quais publicados, e de artigos para jornais e revistas. Infelizmente, alguns deles são de difícil acesso por terem sido publicados na *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro ou por se encontrarem em muito mau estado de conservação os exemplares existentes nas nossas bibliotecas públicas. Esta redução de trabalho literário relacionou-se certamente com o novo papel activo desempenhado nas várias instituições analisadas nos capítulos seguintes. Este aglomerado de funções deve-lhe ter retirado o tempo necessário para a reflexão e escrita de livros com a constância anterior.

No entanto, muito da sua vida e viagens encontra-se minuciosamente descrito na correspondência existente na BNP, não só no seu Espólio pessoal, como no de outras pessoas com quem travou relações mais próximas. Seria muito interessante continuar o

---

<sup>85</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Folhas Soltas 1865-1915*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda., Lisboa, 1956, p. 274.

<sup>86</sup> Este grupo, cujos onze constituintes raramente se juntaram numa só refeição, continua ainda hoje a ser encarado como a supremacia intelectual da época. De facto, reuniram-se aqui personalidades muito importantes, como Oliveira Martins, António Cândido, Carlos Lobo de Ávila, Eça de Queiroz, Conde de Sabugosa, Guerra Junqueiro, Conde de Arnoso, Marquês de Soveral, Conde de Ficalho, Carlos Lyra Mayer e o nosso autor, sendo de salientar o facto de o nome escolhido, longe de caracterizar este conjunto de amigos, foi uma obra do acaso.

<sup>87</sup> Sobre este tema poderemos citar dois autores: MARTINS, F. A. Oliveira, *D. Carlos I e os “Vencidos da Vida”*, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1942, e MATOS, Sérgio Campos, “A Ideia de Ditadura no Círculo dos Vencidos da Vida”, *Clio*, Nova Série, Vol. 5, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000, pp. 73-91.

trabalho iniciado por Beatriz Berrini, dedicado à publicação das cartas remetidas a Emília sua mulher<sup>88</sup>. No decorrer desta tese teremos ainda muitas oportunidades de nos socorrermos deste precioso conjunto documental, bem como de outros fundos, para conseguirmos construir não só o seu percurso vivencial, mas também a sua evolução intelectual.

Com o advento da República, o escritor apresentou a sua demissão dos cargos por si ocupados e iniciou o seu exílio voluntário. A 4 de Novembro de 1910 foi proposto e aceite como sócio efectivo da Academia das Ciências, no culminar de uma carreira dedicada àquela instituição. No entanto, embora Ramalho tenha considerado a sua nomeação como uma grande honra pessoal, chegando a fazer-se fotografar com o uniforme académico, nunca usufruiu desse novo direito ou assistiu a qualquer sessão.



Figura 7 – Ramalho Ortigão, com a farda de sócio da Academia das Ciências<sup>89</sup>.

Os cadernos desta época existentes no espólio da BNP são muito ricos em alusões ao seu país natal, do ponto de vista nostálgico e crítico, em relação à situação política e social, demonstrando um acompanhando constante dos acontecimentos pelos jornais. Num

<sup>88</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Cartas a Emília*, Introdução, selecção, fixação do texto, comentários e notas de Beatriz Berrini, Lisóptima Edições – Biblioteca Nacional, Lisboa, 1993.

<sup>89</sup> *Cliché do fotógrafo Vidal Fonseca. Cedido pelo Gabinete de História da Cidade do Porto.* MALPIQUE, Cruz, *Ramalho Ortigão – Ensaio*, Editora Educação Nacional, Porto, 1957.



caderno datado de 1911 encontramos uma destas referências: ...*Portugal – No dia 12 de Outubro, segundo uma correspondencia do Porto para o Figaro, 170 presos polliticos foram para Lisboa a bordo do S. Gabriel. Mais de 200 padres estão presos...*<sup>90</sup>.

Durante esta estadia na capital francesa frequentou vários cursos na Sorbonne, no Collège de France, no Louvre, conferências na Sociedade de Geografia ou no Institut Catholique<sup>91</sup>, entre outros, encontrando-se anotações relativas a essas lições nos seus cadernos.

Durante a sua prolongada estadia fora do país, participou apenas numa missão oficial, para a qual tinha sido nomeado pela Academia Real das Belas Artes, ainda antes de Outubro de 1910, como júri do concurso para selecção do Monumento Comemorativo da celebração da fundação da União Postal em Berna a convite do Governo Federal da Suíça<sup>92</sup>. Também pela documentação existente na BNP podemos constatar o prazer sentido por Ramalho ao ser incumbido desta tarefa, bem pelas viagens e os contactos estabelecidas na Suíça, mantendo este cargo oficial após da implantação da República, devido à recusa do Governo Suíço em aceitar o seu pedido de demissão<sup>93</sup>. Em resultado da fraca prestação da primeira apresentação dos artistas, este concurso foi repetido no ano seguinte, também com a participação do nosso escritor.

Ramalho estava então desiludido e isolado, escrevendo bastante para a *Gazeta de Noticias*<sup>94</sup>, onde demonstrava claramente este sentimento de repulsa pela República, voltando à linha de ironia de *As Farpas* originais, mas agora de um modo muito mais maduro, característico de um homem de idade avançada com a vida preenchida num contexto político e social diferente do existente.

Este estado de espírito manteve-se após o seu regresso a Portugal algum tempo depois, do qual voltou a sair algumas vezes, apesar da sua avançada idade, mesmo depois de ter conhecimento do tumor que veio a causar a sua morte a 27 de Setembro de 1915.

<sup>90</sup> BNP, E19/80, *Caderno 2 – Thum - Paris – Agosto 1911*, p. 29.

<sup>91</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Cartas a Emilia...*, p. 169.

<sup>92</sup> Embora as primeiras cartas sobre este assunto tenham chegado à Academia em 1902, quando se enviou o programa do concurso, só em Fevereiro de 1909 foi pedida uma lista de artistas para poder integrar o júri para a avaliação das propostas apresentadas, sendo posteriormente enviados os programas. ANBA, 1-C-SEC.057, *Ministério do Reino – Correspondência Entrada, Anos 1888-1903*, ANBA, 1-C-SEC.058, *Ministério do Reino, Correspondencia Entrada, Anos 1903-1909* e 19 de Janeiro e 17 de Março de 1910, ANBA, 2-A-SEC.097, *Livro de Entradas*, [9 jan 1902 – 9 dez 1912], n.º 554, p. 56, e n.º 582, p. 58, respectivamente.

<sup>93</sup> BNP, E19/1529, OLIVEIRA, *Alberto de*, 1911, Jan 26.

<sup>94</sup> ORTIGÃO RAMALHO, *Ultimas Farpas...*

Embora este último período da sua vida seja normalmente negligenciado deve ser novamente referida a monografia de Cavalheiro Rodrigues,<sup>95</sup> onde o escritor é enquadrado no seu tempo e nas diversas correntes sociais, numa obra com um panorama mais geral dos acontecimentos, embora com uma grande marcação ideológica por parte do seu autor.

Cavalheiro Rodrigues defendeu na sua conclusão a antecedência de Ramalho em relação ao movimento do Integralismo Lusitano<sup>96</sup> da década seguinte, ao escrever *Rei D. Carlos – O Martyrisado*<sup>97</sup>. De facto, esta obra encontrava-se marcada ...por um insofismável conteúdo doutrinário<sup>98</sup>, precedendo em cerca de quatro anos a revista *Nação Portuguesa*, órgão pelo qual este novo movimento se manifestou, chegando a contar com a futura colaboração de Ramalho Ortigão, o ...valoroso capitão da Nova Cruzada, inteiramente reconciliado com Deus e com a Tradição, sentindo renascer a Fé de todos os seus antepassados...<sup>99</sup> o que não se concretizou devido à sua morte, motivando o aparecimento de um elogio póstumo nas páginas desta revista. Por outro lado, Ernesto Rodrigues considera esta tentativa de Rodrigues Cavalheiro em integrar os textos de Ramalho, especialmente na *Carta de Um Velho a um Novo*, no programa deste movimento, um pouco forçada<sup>100</sup>.

Apenas como complemento e com o objectivo de se dar uma noção da enorme obra literária desenvolvida por Ramalho ao longo da sua vida, da qual sessenta anos foram passados a escrever, gostaríamos de fazer referência a uma recolha efectuada pelos editores da colecção das *Obras Completas de Ramalho Ortigão* publicada nos anos vinte do século XX<sup>101</sup>, onde se encontram menções à participação do autor nos seguintes periódicos: *Jornal do Porto*, Brindes do *Diário de Notícias* (7.º 1872), *Revolução de Setembro*, *Diário Popular*, *O Occidente*, *Jornal do Comercio*, *Diário da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *Renascença* (Porto 1878), *Ilustração Portuguesa*, *Portugal*, *A Grinalda*, *António Maria*, *Álbum de Glórias*, *Álbum de Costumes Portugueses*, *O Camões* (1880-83), *Diário de Portugal*, *Revista Teatral* (1885), *Comercio do Porto* (Natal 1895),

<sup>95</sup> CAVALHEIRO, Rodrigues, *A Evolução...*

<sup>96</sup> Sobre este movimento e as suas origens aconselha-se a leitura de QUINTAS, José Manuel, *Filhos de Ramires, As origens do Integralismo Lusitano*, Editorial Nova Ática, Lisboa, 2004.

<sup>97</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Rei D. Carlos – O Martyrisado*, separata da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, Typographia “A Editora”, Lisboa, 1908.

<sup>98</sup> CAVALHEIRO, Rodrigues, *A Evolução...*, p. 465.

<sup>99</sup> Idem, p. 470.

<sup>100</sup> RODRIGUES, Ernesto, “O Cãnone d’As Farpas”, *Cultura Literária Oitocentista*, Lello Editores, Porto, 1999, pp. 248-249.

<sup>101</sup> Este levantamento encontra-se numa nota introdutória, em ORTIGÃO, Ramalho, *Quatro Grandes Figuras...*, pp. 5-9.

*Leituras para Caminhos de Ferro, O Bombeiro Português, Nova Alvorada, Correio Nacional* (1892), *Dois Mundos* (1877-81), *Revista Portuguesa* (1894-95), *Correio da Manhã* (1895), *Portugal-Brazil* (1899), *No Tejo* (1887), *O Futuro* (Rio de Janeiro 1862-63), *Jornal de Belas Artes, Livro do Centenário de Camões* (1880), *Um feixe de Pennas* (1886), *Revista de Portugal, Parodia, Serões, Comedia Portuguesa*, etc.

A estas referências adicionamos ainda as *Artes e Letras* e a *Arte Portuguesa* (1895); a sua colaboração em almanaques: *Dos teatros* (1881), *Das Senhoras* (1882), *Camões* (1883), *Brazil- Portugal* (1901); e nos números únicos: *Guilherme de Azevedo* (1889), *O Festival de João de Deus, Lisboa Creche* (1884), *Um feixe de Plumas* (1890) entre outras colaborações como: *In Memoriam de Sousa Martins, Cozinheiro dos Cozinheiros (Plantier)*, Folheto – *Eça de Queiroz (questão de naturalidade)*, a direcção da obra de Cardoso de Betencourt *Catálogo de Manuscritos da Real Biblioteca da Ajuda*.

São ainda de referir: a biografia da actriz Emília Adelaide escrita em 1871, os prefácios de *Amor de Perdição* de Camilo Castelo Branco (1889), a edição do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro de *Os Lusíadas* (1880), *As primaveras* de Casimiro de Abreu, *Quadros humorísticos* de Eça Leal, *Fabulas de La Fontaine, Crónicas de Valentina* de Maria Amália Vaz de Carvalho, *O Actor António Pedro Julgado pela Arte e pelas Letras*. Entre as peças de teatro traduzidas encontram-se *O Marquês de Villemer* de George Sand, *Anthony, A Família Benoilon, Je dine chez ma mere, Mr. Alphonse, O Acrobata e Electra* de Perez Goidoz.

Muitos destes artigos e textos, conjuntamente com outros mais tarde recolhidos, figuraram na edição das *Obras Completas de Ramalho Ortigão* da Livraria Clássica Editora nos anos quarenta do século XX.

A consulta de outras publicações sobre o autor vai desvendando mais textos para além destes, num rol interminável de produção literária.



## 1.2. Influências e antecedentes da historiografia portuguesa

*O Culto da Arte em Portugal* não foi de modo nenhum o primeiro grito de alerta para desprezo, abandono e destruição votado aos monumentos portugueses pela sociedade em geral e também por parte do Estado. Já anteriormente outros eruditos haviam lançado brados em defesa do nosso património. Sem querer realizar um levantamento exaustivo das publicações dedicadas a este assunto existente em Portugal, julgamos interessante analisar alguns dos autores e dos seus textos, enquadráveis no mesmo fio condutor da obra de Ramalho, muito provavelmente, exercendo sobre ele uma influência directa.

Como grandes ascendências na sua vida literária, encontramos as influências de Almeida Garrett e Alexandre Herculano, razão pela qual lhes é dedicado um maior espaço neste capítulo. Os outros textos aqui referidos constituem um conjunto de chamadas de atenção relevantes para a compreensão do facto de Ramalho ter sido apenas seguidor de uma corrente iniciada muitos anos antes, mais bem estudada a partir da revolução Liberal, razão pela qual é também este o nosso ponto de partida.

Não podemos esquecer as influências trazidas do estrangeiro pela primeira geração liberal, por ocasião dos exílios provocados pelas turbulências políticas das primeiras décadas do século XIX em Portugal. Estas temporadas fora do país influenciaram o aparecimento de uma visão inovadora, resultante da reflexão das muitas matérias discutidas nesses países sobre a conservação dos edifícios como testemunhos históricos, bem como da evolução de novas atitudes face a este problema e à maneira de salvaguardar estas memórias. No caso de Garrett a sua estadia em Inglaterra introduziu-o também nas discussões sobre o Gótico<sup>1</sup>, por si adaptadas ao caso português, como teremos ocasião de verificar no desenvolvimento deste trabalho.

---

<sup>1</sup> NETO, Maria João Baptista, “Em torno de “Garrett e a História da Arte””, *Garrett às Portas do Milénio*, coord. Comissão Executiva dos “Seminários Garrett”, Edições Colibri, Lisboa, 2000, pp.147-151.

O estudo destas influências estrangeiras seria uma mais-valia para a História do Restauro em Portugal e também para a compreensão de muitas atitudes e desmazelos contra os quais tentaram lutar os primeiros defensores liberais do nosso Património<sup>2</sup>.

Para além destes grandes autores, fizemos uma pequena recolha de outras monografias ou artigos escritos com fim específico de referir apenas o estado de abandono dos nossos monumentos, alertando as entidades competentes, bem como um grupo mais alargado de leitores, para a realidade existente, apresentando algumas soluções, mas principalmente, realçando a importância da defesa e valorização deste património em risco de desaparecimento, perdendo-se a “memória” histórica intrínseca, bem como uma fonte de rendimento a nível do Turismo. Embora não possamos garantir a leitura de todos estes textos por Ramalho, a influência mútua exercida entre eles torna-os dignos de nota.

Tal como no caso dos textos posteriores a *O Culto da Arte em Portugal*, também se reportam os trabalhos de outros autores para o desenvolvimento da tese, sendo apenas citados quando se julgarem pertinentes para o enquadramento dos acontecimentos.

### **Almeida Garrett e o Nacionalismo**

*Tive na puberdade uma febre de escarlatina e foi na convalescença d'essa enfermidade que minha mãe me deu a ler um livro de Garrett – As viagens na minha terra. Ficou-me de côr, penetrou-me inteiramente, entrou-me para assim dizer na composição do cerebro e na massa do sangue esse livro de um encanto tão suggestivo e tão avassalante. Então se fez de mim o clarão mais extranho. Então compreendi, e vi, que fóra das courelas da minha familia – pelo lado physico, fóra dos habitos dos meus amigos – pelo lado moral, havia um mundo novo: um poder magico – o da evocação artistica; e o decorrer d'essa paisagem do Ribatejo, tão penetrantemente portugueza, tão aviventada de ideias e de sentimentos, na Alhandra, em Villa Franca de Xira, no Cartacho, no Valle de Santarem, ondulada de cearas, verdejante de vinhas, gorgeada de roxinoes, no murmurio das azinheiras e dos olivaeas, uma noção*

---

<sup>2</sup> Para um maior aprofundamento dos textos e autores mais importantes da primeira metade e princípio da segunda do século XIX, aconselha-se a leitura de duas teses de doutoramento: ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios – A Architectura Religiosa Medieval – Património e Restauro*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, exemplar policopiado, Porto, 1995 e MAIA, Maria Helena, *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*, IHA – Estudos de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, 2007.

*nova me veio – a noção da patria. Desde esse dia – agora o compreendo bem – o meu destino estava fixado. Bom ou mau, eu tinha de ser fatalmente um escriptor.*<sup>3</sup>

Este texto repetidamente citado e transcrito nas várias obras dedicadas à vida e obra de Ramalho Ortigão, não podia também deixar de comparecer também neste trabalho. A importância fundamental deste excerto prende-se com dois factores esclarecedores do seu percurso intelectual: por um lado assume claramente a grande influência de Almeida Garrett na sua obra<sup>4</sup> e, por outro, o modo como essa admiração se reflecte no seu respeito pelo conceito de Pátria e, conseqüentemente, pela terra onde nasceu e viveu.

No entanto, como é amplamente conhecido, não foi este o único escritor a receber esta forte influência. Na opinião de João Bigotte Chorão a obra de Garrett não ficou fechada sobre si, tornando-se um dos fundadores de uma dinastia da literatura portuguesa<sup>5</sup>. Este aspecto é muito relevante, por ter originado as correntes literárias mais dedicadas às descrições da paisagem e costumes portugueses, com um certo nacionalismo literário, mais tarde desenvolvidas e rotuladas, por Neogarretismo, num livro publicado por Alberto de Oliveira intitulado *Palavras Loucas*<sup>6</sup>, um dos seus seguidores, acompanhado de perto por António Nobre, Manuel da Silva Gaio, Afonso Lopes Oliveira<sup>7</sup>, Trindade Coelho<sup>8</sup>, entre outros<sup>9</sup>.

Deve também assinalar-se o primeiro artigo integrado na publicação periódica a *Revista Nova*, órgão onde esta geração se exprimiu e defendeu os seus ideais. Este texto assinado por Trindade Coelho e Alfredo da Cunha<sup>10</sup>, apresentava os objectivos da revista assentes na luta contra a miséria mental do país e a influência estrangeira tendente a apagar o

<sup>3</sup> “Ramalho Ortigão – O seu funeral”, *Diário de Notícias*, n.º 17923, de 30 de Setembro de 1915, p. 1.

<sup>4</sup> Segundo Rodrigues Cavalheiro, Ramalho escreveu numa carta a Alberto de Oliveira em 1894 ter escrito o primeiro artigo no dia da morte de Almeida Garrett. Prefácio de ORTIGÃO, Ramalho, *Ramalho Ortigão*, Selecção e Prefácio de Rodrigues Cavalheiro, Colecção Páginas Portuguesas, Edições Panorama, Lisboa, 1959, p. VII. Este facto também foi relatado por Cruz Malpique, notando este autor a coincidência com os seus 18 anos. MALPIQUE, Cruz, *Ramalho Ortigão – Ensaio*, Editora Educação Nacional, Porto, 1957, p. 178. Outro exemplo da veneração do nosso escritor por Almeida Garrett é a existência de uma carta sua, endereçada ao seu irmão Alexandre, existente no Espólio da Biblioteca Nacional de Portugal, aparentemente com um objectivo puramente coleccionista. BNP, E19/2223, *Carta de Almeida Garrett ao irmão Alexandre*.

<sup>5</sup> CHORÃO, João Biggote, “Garrett, clássico do Romantismo”, *Galeria de Retratos*, Lello Editores, Porto, 2000, p. 27.

<sup>6</sup> OLIVEIRA, Alberto de, *Palavras Loucas*, F. França Amado, Editor, Coimbra, 1894.

<sup>7</sup> Prefácio de Rodrigues Cavalheiro, ORTIGÃO, Ramalho, *Ramalho Ortigão...*, p. IX.

<sup>8</sup> Os seus textos foram reunidos em volume em 1961: COELHO, Trindade, *O Senhor Sete*, org. Augusto da Costa Dias, Portugália Editora, Lisboa, 1961.

<sup>9</sup> Este assunto foi estudado e aprofundado em: DIAS, Augusto da Costa, *A Crise da Consciência Pequeno-burguesa, o nacionalismo literário da geração de 90*, 3.ª edição, Editorial Estampa, Lisboa, 1977.

<sup>10</sup> COELHO, Trindade, CUNHA, Alfredo do, “Apresentação”, *Revista Nova*, Este texto foi reeditado em COELHO, Trindade, *O Senhor...*, pp. 265-274.

genuíno português, integrando-o numa pasta uniforme, sem definição de fronteiras e, por isso mesmo, sem personalidade nacional, sendo preciso voltar ao passado para se procurar a inspiração necessária para a construção do novo futuro português. Este objectivo seria alcançável através da busca dessa informação nos locais onde ainda poderia existir alguma, a Província. Mais afastadas das novidades essas regiões mantinham as suas tradições ancestrais, onde poderia encontrar e desenvolver-se a ...*marca portuguesa*. Estes princípios não renegavam a entrada de produtos vindos de fora, apoiando a troca entre diferentes culturas. Não se devia confinar a nossa produção às fronteiras do país, sendo necessário torná-la alvo de exportação, razão pela qual deveria ser acentuada a sua originalidade em relação às demais. Só assim se conseguiria combater o sentimento de decadência do nosso país.

Para outros autores o surgimento desta cultura nacionalista, da qual analisámos as influências germânicas no ponto anterior, longe de se limitar a um movimento regional, seguia uma tendência europeia generalizada a várias áreas do saber e ideologias políticas, acabando por seguir outros caminhos no decorrer do século XX<sup>11</sup>. Mas para esta geração de autores portugueses o mote de influência foi invariavelmente Garrett, eleito como seu “Pai” e o primeiro a dedicar-se à terra portuguesa como meio da valorização da tradição.

*...Garrett, mais que nenhum outro escriptor portuguez d'este seculo, pela sua variedade de aptidões, promptta emoção e senso artistico, pela sua aguda e vasta intelligencia critica, merece que inscrevamos o seu nome em nossos balsões de campanha, e de olhos fitos na sua obra, vamos seguindo os caminhos inexplorados que elle apenas indicou, sem ter tido tempo de os percorrer*<sup>12</sup>.

Acrescentando Alberto de Oliveira uma frase a explicar esta homenagem prestada pelos jovens da nova geração ao escritor:

*Garrett copiou Portugal para os seus livros...*<sup>13</sup>

<sup>11</sup> TORGAL, Luís Reis, “Garrett e o Nacionalismo Cultural Integralista e Salazarista”, *Almeida Garrett – Um Romântico, Um Moderno*, vol. II, Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Bicentenário do Nascimento do Escritor, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2003, pp. 303-322.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Alberto de, *Palavras...*, p. 36.

<sup>13</sup> Idem, p. 37.



Deve também ter-se em conta a vergonha resultante do *Ultimatum*, levando à necessidade de se encarar a ideia de decadência e da falta de crença no retorno ao apogeu, origem de um surto de nacionalismo, em alguns casos exacerbado, provocando o desenvolvimento desta mudança de direcção.

Ramalho integrou-se nesta escola de seguidores de Almeida Garrett, nomeando-o José Augusto França seu sucessor com uma geração de entremeio<sup>14</sup>. No entanto, esta sua presença não se pode caracterizar como a de um membro activo deste grupo, mas sim como um dos seus antecessores. De facto, encontramos ao longo da saga da primeira edição de *As Farpas* e, principalmente na segunda, o desvanecimento da sua posição de descrença face ao ressurgimento da glória portuguesa, sendo esta substituída por uma aposta nos valores da nossa terra e tradições, como elementos necessários para garantir uma diferenciação face ao estrangeiro. A nova definição de Pátria surgiria a partir dessa distinção, não só composta por territórios e fronteiras nacionais, mas também por um conjunto de outros elementos originais ao espaço português. Como é óbvio a nova geração de noventa não foi pioneira nesta matéria. Ao longo do século, houve um conjunto de seguidores de Almeida Garrett, entre os quais Teófilo Braga e o nosso escritor, muito influenciados pelos seus romances e outros escritos, mas principalmente pela publicação do *Cancioneiro*, dedicada à recolha de histórias e tradições populares.

A filiação de Ramalho desde jovem à corrente de pensamento de Garrett acabou por orientar a direcção seguida na sua vida: o amor pela terra portuguesa e os seus habitantes, pela língua e o seu vocabulário variado, rico sobretudo em substantivos, alguns dos quais listados por si, e principalmente, dos elementos característicos que a tornavam única no quadro internacional<sup>15</sup>. Ao contrário do afirmado por alguns críticos, como por exemplo o próprio Alberto de Oliveira<sup>16</sup>, esta relação não se fez de modo fechado. Ramalho tentou

<sup>14</sup> FRANÇA, José Augusto, “Garrett e a História da Arte”, *Garrett às Portas do Milénio*, coord. Comissão Executiva dos “Seminários Garrett”, Edições Colibri, Lisboa, 2000, p.141.

<sup>15</sup> Eça de Queirós escrevia a Ramalho invejando os seus passeios pelo país, enaltecendo *...esse amor do passado e da tradição que parece ir-se tornando em si a sua segunda maneira espiritual*. QUEIROZ, Eça, *Cartas e outros escritos*, Obras de Eça de Queiroz, Edição «Livros do Brasil», Lisboa, s.d., p. 103.

<sup>16</sup> Em 1893, Alberto de Oliveira acusava Ramalho de Ortigão de admirar demasiadamente as terras estrangeiras que visitava, não dando o devido valor à portuguesa, na qual se lastimava de ter nascido. OLIVEIRA, Alberto, *Palavras Loucas...*, p. 210. Posteriormente o escritor respondeu-lhe, enaltecendo o seu amor pelas terras portuguesas, a quem se tinha dedicado. Sobre esta questão ver: CAVALHEIRO, Rodrigues, *A Evolução Espiritual de Ramalho*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1962. Depois dessa pequena disputa entre Ramalho e Alberto de Oliveira, vemos existir na sua correspondência uma amizade entre os dois, posteriormente transformando-se em admiração de Ramalho pelo jovem escritor e os seus ideais de família, quando o comparada com a sua. Numa fase posterior da sua vida. Alberto de Oliveira foi cônsul na Suíça e nessa posição o recebeu nas suas idas e estadias naquele país, no âmbito do júri internacional referido no ponto anterior.

analisar o exemplo estrangeiro e fazer uma comparação construtiva nos pontos onde se poderia mudar o nosso país.

Do ponto de vista do assunto em estudo, a influência da literatura de Garrett é incontornável, principalmente duas obras, *As Viagens na Minha Terra* e *o Arco de Santa Anna*. Em ambos os casos encontramos um lamento pelo estado de abandono dos monumentos portugueses e pela destruição sistemática de elementos importantes, como testemunhos de um passado repleto de acontecimentos específicos necessários para a construção da História de Portugal e, por isso mesmo, constituintes das bases fundamentais do nosso país.

Um pouco na senda de Herculano, ou paralelamente a este, Garrett também atribuía aos edifícios ou elementos urbanos esse valor testemunhal<sup>17</sup>, tornando-os uma herança dos nossos antepassados, a ser cuidadosamente preservada, garantindo assim a homenagem merecida pela sua luta para a construção de um país livre e independente, não marcado apenas pelos reis, mas pela História de um povo mobilizado por um objectivo comum. Lembremos o facto de ambos se reverem nos princípios liberais, onde o povo tomava um novo papel a enaltecer, como construtor na nação onde vivia.

Estas ideias, longe de serem de autoria nacional, eram muito inspiradas pelas influências estrangeiras. Gostávamos de fazer apenas uma menção aos textos do Abade Grégoire, responsável pela mudança da atitude francesa, ao lançar o novo termo do *Vandalismo*<sup>18</sup>, mais tarde trabalhado por Victor Hugo e Charles de Montalembert, especialmente num conjunto de artigos publicados na *Revue des Deux Mondes*<sup>19</sup> certamente do conhecimento destes nossos grandes teóricos. Estes textos são extremamente interessantes por ali se encontrarem as bases e os lamentos então adaptados ao caso português. A negligência geral, o factor progresso ou, pior ainda, o vandalismo restaurador face ao destruidor, formam num conjunto de ideias lançadas pelos franceses dignas de realce.

Para além deste aspecto, podemos integrar Garrett num grupo mais vasto de autores defensores desta valorização do gótico, também relacionada com a identificação do estilo

---

<sup>17</sup> Sobre a comparação entre estes dois escritores: BEIRANTE, Cândido, “Almeida Garrett e Alexandre Herculano: Convergências e Divergências”, org. José da Costa Miranda, *Almeida Garrett – Um Breve Encontro*, Livraria Nova Galáxia, Caldas da Rainha, 2000, pp. 77-86.

<sup>18</sup> CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Colecção Arte & Comunicação, Edições 70, Lisboa, 2000.

<sup>19</sup> HUGO, Victor, “Guerre aux Démolisseurs”, *Revue des Deux Mondes*, Tomo 5, 1832, MONTALEMBERT, Charles de, “Vandalisme en France, lettre à M. Victor Hugo”, *Revue des Deux Mondes*, Tomo 1, 1833, e MONTALEMBERT, Charles de, “Du Vandalisme en 1838”, *Revue des Deux Mondes*, Tomo 16, 1838, entre outros. Estes textos encontram-se on-line, não só na versão digitalizada da revista em <http://gallica.bnf.fr>, mas também em <http://fr.wikisource.org>, tornando extremamente fácil a sua leitura.

artístico a determinadas conjunturas históricas medievais<sup>20</sup>, muitas vezes ficcionadas pelos eruditos novecentistas de modo a se enquadrarem nos seus ideais de igualdade do povo, como classe autónoma, numa época marcante do início das nacionalidades, especialmente adaptável ao caso português. Para Paulo Simões Rodrigues, Garrett estabeleceu um paralelismo entre a produção artística de um povo e a sua conjuntura social, do ponto de vista político, económico e social<sup>21</sup>.

Segundo Maria João Neto, Garrett defendia não se poderem descurar os elementos patrimoniais constituintes da *...herança cultural do passado...* para o país evoluir<sup>22</sup>. Ao contribuir para o desenvolvimento desta ideia, Pedro Serra refere o papel de validação desempenhado pelos monumentos, relativamente aos factos históricos a que assistiram<sup>23</sup>. Um pouco mais à frente o mesmo autor, a propósito de *As Viagens na Minha Terra* escreve as seguintes palavras, reflectindo perfeitamente este valor testemunhal do passado no presente: *...um passado que se torna presença e substantivação do presente...*<sup>24</sup>. Paulo Simões Rodrigues considera ainda a remoção deste valor testemunhal como a causa para a perda da função cívica dos monumentos no presente, por retirar a sua mensagem original transmissora do espaço e tempo<sup>25</sup>.

Garrett abordou de diferentes modos este assunto ao longo da sua obra literária, sem lhe dedicar especificamente um texto isolado, ao contrário do caso de Herculano que publicou alguns artigos dedicados a este tema específico, constituindo mais tarde a base por onde os intelectuais da segunda metade do século se inspiraram para a defesa dos seus princípios<sup>26</sup>.

Desde cedo Almeida Garrett começou a chamar a atenção para alguns edifícios e seus recheios ao abandono, especialmente no seu poema *Camões*<sup>27</sup>, uma obra nova e diferente

<sup>20</sup> RODRIGUES, Paulo Simões, “A Arte como Metáfora da História”, *Garrett e as Artes*, Actas do Ciclo de Conferências, Centro de História da Arte, Universidade de Évora, Évora, 2002, p. 20.

<sup>21</sup> Idem, p. 22.

<sup>22</sup> NETO, Maria João Baptista, “Em torno de “Garrett ...”, p. 150.

<sup>23</sup> SERRA, Pedro, “Linguagem, Memória e História nas *Viagens na Minha Terra*”, *Almeida Garrett – Um Romântico, Um Moderno*, vol. II, Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Bicenténario do Nascimento do Escritor, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2003, p. 191.

<sup>24</sup> Idem, pp. 192.

<sup>25</sup> RODRIGUES, Paulo Simões, “A Arte como Metáfora...”, p. 29.

<sup>26</sup> Este facto ainda foi mais vincado devido à reedição destes textos pelo próprio autor numa conjuntura diferente e, de certo modo, mais aberta a este assunto, em 1873,

<sup>27</sup> Como base de trabalho para este estudo utilizamos a quinta edição da obra, onde vêm apontados as edições onde foram acrescentadas novas notas. (1.ª edição – 1825, 2.ª edição – 1839, 3.ª edição – 1844, 4.ª edição – 1854 e 5.ª edição – 1858). A escolha desta edição deveu-se unicamente ao facto de se encontrar digitalizada e ser de fácil acesso na internet - <http://purl.pt/17/3/>. GARRETT, V. de Almeida, *Camões*, 5.ª edição, Casa da Viuva Bertrand e filhos, Lisboa, 1858.

da produção literária até então se produzida em Portugal<sup>28</sup>, constituindo um hino ao nacionalismo e à importância da Pátria longínqua, onde se marcava o desprezo votado pelos próprios portugueses a quem o poeta enaltecera os feitos, deixando-os registados para a eternidade. Ao longo de várias reedições de obra, mas especialmente na segunda, datada de 1839, ou seja posterior aos artigos de Herculano e por isso mesmo, provavelmente muito inspirada nas suas ideias, Garrett foi adicionando notas de rodapé onde se comprovava esta preocupação. Dois dos edifícios mais referidos foram a Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerónimos, monumentos essenciais na História das Descobertas sujeitos às mais incríveis intervenções<sup>29</sup>.

Estas reedições foram servindo como actualizações do estado da questão, passando também a ser motivo de interesse, a partir de certa altura, a Igreja do Carmo, o seu abandono e as reutilizações. Este elemento simbolizava um conjunto vasto de edifícios monumentais usados para fins diferentes dos da sua concepção. Devido à sua concepção política, Garrett não criticava apenas, também apresentava sugestões e louvava iniciativas para a salvaguarda destes elementos do nosso passado. Era importante não desistir, continuar sempre a avisar, mesmo não tendo a sua opinião valor para os outros:

*Continuemos a bradar contra estes vândalos remendões. Os brados dos poetas não são como os do animal orelhudo que não chegam ao ceo. É certo que não atroam, como este, os ouvidos dos néscios que nos governam e que só a zurros attendem; mas chegam á alma dos que a teem, e pouco a pouco vão callando na opinião até que algum bem arrancam a esses mesmo papellões impotentes que erigiram a ignorância farfalhuda e a impotência presumpçosa em qualidades de homem d'Estado<sup>30</sup>.*

Nessa mesma edição de 1854 continuava a chamar a atenção para o Mosteiro dos Jerónimos e para a ocupação incorrecta da Casa Pia, transformado um belo monumento num barracão remendado. Este edifício deveria ser usado para um fim mais concernente

<sup>28</sup> NETO, Maria João Baptista, “Em torno de “Garrett...”, p. 147.

<sup>29</sup> Sobre a Torre de Belém, comenta na primeira edição: ...É o primeiro edital que está logo á entrada de Lisboa para dizer ao estrangeiro que chega: - “aqui moram bárbaros!” [...] O bello monumento da Tôrre de Bellem está com effeito literalmente desfigurado pelas superfetções de moderna e vulgar architectura, do mesmo modo que estão viciadas e inintelligiveis todas ou quasi todas as antigas e venerandas reliquias da antiguidade em Portugal. Na segunda edição acrescentou um comentário sobre os Jerónimos: ...que alli so, está o verdadeiro emblema do triste Portugal d'hoje: ruínas da grandeza antiga implastadas da mesquinhez moderna, o triumpho do mau gosto e da ignorancia sôbre a sciencia desprezada e proscrita. GARRETT, V. de Almeida, *Camões*, 5.<sup>a</sup> edição..., pp. 200-201.

<sup>30</sup> Idem, pp. 201-202 (Nota da 4.<sup>a</sup> edição).

com a sua função inicial, como por exemplo um asilo de marinheiros. A igreja deveria ser tornada Panteão, honrando-se assim os grandes nomes, com a sua ligação a um momento áureo da História pátria<sup>31</sup>.

Os monumentos deviam ser preservados nas suas feições, de modo a poderem relatar os acontecimentos presenciados por si, não devendo ser alterados perdendo o seu carácter e por isso a sua função memorialista. Ao ocupar-se indevidamente um edifício, este era descaracterizado, perdia esta sua feição original essencial para a sua função de monumento. Vemos aqui muito demarcada a importância da identificação histórico-simbólica sobre os valores artísticos, completamente relegados para um segundo plano, numa leitura deficiente e secundária, como salienta Maria João Neto<sup>32</sup>.

*É facto que póde cada um explicar a seu sabor, mas indisputavel para todos. - Na cidade habitada ainda por gerações que succederam a centenaes de gerações – na que jaz abandonada e deserta já – os monumentos, os edificios publicos e particulares, ou renovados ou cahidos, ou sem deixar o vestigio siquer, todas testemunham a fragilidade e instabilidade das coisas humanas....*<sup>33</sup>

Entretanto, em 1828 publicara a *Lyrice de João Minimo*<sup>34</sup>, no prefácio da qual surgira novamente uma lamentação e um apelo para se obstar ao desmazelo e à falta de cuidado votada aos monumentos portugueses. A Sé de Coimbra era um exemplo extremo, acabando por ser positivo, pois o desinteresse a ela votado tinha impedido a sua pintura integral no interior, preservando assim a sua beleza primitiva não adulterada com a nova moda. Este facto vinha em sequência do Antigo Regime, contribuidor para a construção de ... *uma nação desmazelada...*, um conjunto de vândalos sem qualquer respeito pela memória histórica contida nas relíquias nacionais. O modo como se tratavam os túmulos dos antepassados reflectia a indiferença pela sua herança:

<sup>31</sup> Idem, pp. 216-220 (Nota da 4.ª edição).

<sup>32</sup> NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, exemplar policopiado, Lisboa, 1995, p. 178.

<sup>33</sup> GARRETT, V. de Almeida, *Camões*, 5.ª edição..., p. 254 (Nota da 2.ª edição).

<sup>34</sup> GARRETT, Almeida, *Lyrice de João Minimo*, Sustenance e Stretch, Londres, 1828.

*So se porque a estupidez e deshonra dos netos se envergonha da memoria dos avoengos – tam diferentes!*<sup>35</sup>

Lançavam-se aqui vários conceitos interessantes, entre os quais destacamos a falta de cuidado pelos monumentos como uma característica do Regime contra o qual lutara, obrigando-o ao um exílio longe da sua Pátria.

Mais uma vez se encontrava presente a influência do meio inglês na leitura da arquitectura gótica, mas também a marca do misticismo religioso de Chateaubriand. Defendia o escritor francês o valor do monumento directamente ligado à época da sua construção. Quanto mais emblemática, maior o poder de evocação de quem o tinha erigido. Para este autor o período gótico era o mais admirável, porque reflectia os ideais ligados à religião e à Pátria, especialmente ao cristianismo, a quem este livro era dedicado, sendo essencial demarcar a circunstância do monumento só ser importante pelos seus vestígios gravados pela passagem dos séculos. Ao apagarem este elementos, terminava o misticismo e a admiração quase indescritível que envolvia as pessoas ao entrarem num templo cristão.

*On ne pouvoit entrer dans un église gothique, sans éprouver une sorte de frissonnement, et un sentiment vague de la divinité. On se trouvoit tout-à-coup reporté à ces temps où des cénobites, après avoir médité dans le bois de leurs monastères, se venoient prosterner à l'autel, et chanter les louanges du Seigneur, dans la calme et le silence de la nuit. L'ancienne France sembloit revivre toute entière ; on voyoit tous ces costumes singuliers, tout ce peuple si différent de ce qu'il est aujourd'hui ; on se rappeloit et ses révolutions, et ses travaux, et ses arts. Plus ces temps étoient éloignés, plus ils paroisoient magiques, plus ils nous remplissoient de ces pensées qui finissent toujours par une réflexion sur le néant de l'homme, et la rapidité de la vie*<sup>36</sup>.

Transcrevemos este parágrafo, não só pela clara influência em Almeida Garrett, como também pela exercida em outros eruditos e, especialmente, em Ramalho. Esta ligação

<sup>35</sup> Idem, p. xxiv.

<sup>36</sup> CHATEAUBRIAND, François-Auguste, *Génie du Christianisme ou Beautés de la Religion Chrétienne*, Troisième Partie, Nouvelle édition avec Figures, L'Imprimerie de Migneret, Paris, An XI, 1803, pp. 33-34. <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1032646.r=G%C3%A9nie+du+Christianisme.langPT> (consulta realizada a 23-10-2009).

entre o primeiro e Chateaubriand foi já aprofundada por Paulo Simões Rodrigues<sup>37</sup>, restando-nos apenas citar um pequeno excerto onde se encontra claramente reflectido este miticíssimo proporcionado pela arquitectura gótica, a grande apologia do escritor francês:

*Em geral a architectura gothica è para mim um quadro de solemne tristeza que me absorve os sentidos todos n'um gôso indefinivel, n'um estado que não sei explicar, porque se não parece com nenhuma das sensações que os monumentos de outro genero, que as outras bellezas das artes me excitam*<sup>38</sup>.

Como Presidente da Associação de Artistas e Homens de Letras, em Outubro de 1843, Garrett fundou o *Jornal das Bellas-Artes*<sup>39</sup>, um periódico, sob a Direcção e redacção de Manuel Maria Bordalo Pinheiro e José Maria Baptista Coelho, do qual saíram seis números, até 1846<sup>40</sup>, sem grandes consequências no meio<sup>41</sup>. A sua introdução publicada no primeiro número, à laia de apresentação, lamentava a falta de culto da arte existente em Portugal, culto este verdadeiramente popular, não o dos eruditos, observável nos grandes monumentos. Esta expressão, já aparecera no texto de Montalembert referido anteriormente, *...on trouve partout ce culte des monuments du passé qui honore les hommes du présent...*<sup>42</sup> Garrett vinha apenas adaptar também este ponto, tal como aconteceu com Alexandre Herculano, servindo, bem mais tarde de mote para o título do livro de Ramalho em análise.

*Mas, força é confessá-lo, o seu culto nunca foi verdadeiramente popular; aquella gôsto geral, aquella intelligencia commum que nacionalisam as artes entre um povo, não se diffundi nunca bastante, para que a opinião do paiz soubesse glorificar-se nos monumentos que o illustram, nem castigar com justa censura e desprêzo a barbaridade dos vergonhosos solecismos d'arte com que o teem deshonrado!*<sup>43</sup>

<sup>37</sup> RODRIGUES, Paulo Simões, “A Arte como Metáfora...”

<sup>38</sup> GARRETT, Almeida, *Lyrica...*, p. xxi.

<sup>39</sup> As informações dadas em seguida foram retiradas da ficha técnica da digitalização da Biblioteca Nacional de Portugal, onde podemos encontrar as páginas escritas por Almeida Garrett no T.I – N.º I, de Outubro de 1843.: <http://purl.pt/96/1/obras/belas-artes/index.html> (consulta realizada a 8-12-2008).

<sup>40</sup> Segundo informações fornecidas pela Biblioteca Nacional de Portugal, Garrett participou neste jornal com vários artigos anónimos.

<sup>41</sup> FRANÇA, José Augusto, “Garrett...” p. 145.

<sup>42</sup> MONTALEMBERT, Charles de, “Vandalisme en France, lettre à M. Victor Hugo”, *Revue des Deux Mondes*, Tomo 1, 1833, [http://fr.wikisource.org/wiki/Vandalisme\\_en\\_France,\\_lettre\\_%C3%A0\\_M.\\_Victor\\_Hugo](http://fr.wikisource.org/wiki/Vandalisme_en_France,_lettre_%C3%A0_M._Victor_Hugo).

<sup>43</sup> GARRETT, Almeida, “Introdução”, *Jornal das Bellas-Artes*, Tomo I, N.º I, s.l., 1843, p. 1.

Por essa razão, era um objectivo deste Jornal ... *vulgarisar o conhecimento dos bons exemplos...*, pretendiam-se dar a conhecer as glórias artísticas, através da seu estudo e reprodução gráfica. A realização de um inventário era a sua principal preocupação, onde se incluíssem todas as áreas desde a pintura, escultura, medalhística, monumentos arquitectónicos, etc., tanto de arte antiga como moderna, sendo cada reprodução acompanhada da história do monumento, sua análise e apreciação, bem como a biografia dos artistas responsáveis pela sua execução, fugindo às abordagens romanceadas produzidas até então, quando se abordavam estes assuntos. Com isto, não se afastava a hipótese de se fazerem acompanhar imagens de poesia como ilustração. Esta ideia não era inédita, pois já anteriormente se haviam publicado artigos deste género.

Também nessa altura, depois de muitas aventuras e desventuras, foi editado o primeiro volume de *O Arco de Sant'Ana*<sup>44</sup>. Este romance tinha começado a ser escrito doze anos antes durante o cerco do Porto, tendo o autor decidido não ser esse o momento certo para a sua publicação e divulgação por referir ...*D. Pedro o Cru, açoitando por suas mão um mau bispo*<sup>45</sup>, bem como uma miríade de alusões ao deboche da classe eclesiástica, numa crítica aberta ao Antigo Regime; mesmo vivendo num momento de afirmação do Liberalismo, esta matéria não seria de fácil edição à época. Em 1845, o ambiente tornou-se mais propício para dar a conhecer publicamente este romance. O segundo volume apenas surgiu cinco anos depois, reflectindo a contestação face à veracidade histórica dos acontecimentos relatados, com a qual o autor, numa advertência inicial, mostra o seu descontentamento. Era também adicionado um anexo documental para comprovação dos factos escritos.

Neste livro realizou-se um louvor ao próprio arco, como testemunho do tempo passado e palco de inúmeras histórias das quais preservava a memória. Ao longo das suas páginas foi referindo as destruições e modificações da cidade da sua infância, como o caso da demolição do Convento Capucho do Vale da Piedade. Nesta obra, Garrett tentou fazer reviver os tempos do século XIV, muito ao modo de Victor Hugo<sup>46</sup> na sua *Notre Dame de Paris*, publicada em 1831, e cuja primeira tradução para português fora editada em 1841.

---

<sup>44</sup> GARRETT, Almeida, *O Arco de Sanct'Anna – Chronica Portuense*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1845 e 1850. <http://purl.pt/6/3/>.

<sup>45</sup> Idem, p. XV.

<sup>46</sup> Victor Hugo foi uma grande influência para muitas pessoas ao longo do século, entre as quais se encontra Ramalho Ortigão.



Neste livro havia várias referências às modificações infligidas a esta catedral ao longo dos anos.

*...Mais si belle qu'elle se soit conservée eu vieillissant, il est difficile de ne pas soupirer, de ne pas s'indigner devant les dégradations, les mutilations sans nombre que simultanément le temps et les hommes ont fait subir au vénérable monument, sans respect pour Charlemagne, qui avait posé la première pierre, pour Philippe-Auguste, qui en avait posé la dernière.*<sup>47</sup>

No mesmo capítulo desta obra, era também realizada uma reflexão sobre a cidade de Paris, sendo a sua imagem naquela data, totalmente diversa da medieval. Garrett parece também ter retomado este mote, quando o transportou para as modificações da cidade do Porto, não só da Idade Média para a altura do cerco, mas também desde a sua meninice. Logo no ano seguinte, em 1846, publicava-se a primeira edição do mais famoso romance de Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*<sup>48</sup>, uma fonte inspiradora para tantos autores e, como referimos várias vezes, de Ramalho Ortigão, nesta data a iniciar a sua adolescência. A análise aprofundada desta obra, faz-nos perceber isso mesmo, apenas vindo exaltar este aspecto essencial para a compreensão do escritor.

Mais uma vez Garrett voltava a frisar a ideia do monumento como testemunho do passado. No capítulo XXVI do segundo volume da primeira edição encontramos bem explícito este princípio, ao referiu o seu desejo de ir a Roma ver as ruínas da civilização romana, para atingir uma compreensão mais correcta e completa da sua História, cujos monumentos tinham visto escrever as obras clássicas, presenciado os feitos mais importantes, o progresso e a decadência daquela sociedade.

No entanto, esta obra ficou especialmente conhecida pelo lamento lançado ao estado de abandono e de barbárie inculidos aos monumentos de Santarém.

---

<sup>47</sup> Embora tenhamos lido uma tradução desta obra recente, optámos por transcrever uma edição mais próxima da primeira, na qual encontramos parágrafos diferentes. HUGO, Victor, *Notre-Dame de Paris*, Typographie plon Frères, Paris, 1850, p. 154. Nesta edição encontrava-se um parágrafo a seguir a este, também ausente da tradução portuguesa por nós consultada, com as seguintes palavras: *Sur la face de cette vieille reine de nos cathédrales, à côté d'une ride on trouve toujours une cicatrice. Tempus edax, homo edacior; ce que je traduirais volontiers ainsi: Le temps est aveugle, l'homme est stupide.*

<sup>48</sup> GARRETT, J. B. de Almeida, *Viagens na Minha Terra*, 2 vol., Typographia da Gazeta dos Tribunaes, Lisboa, 1946. (<http://purl.pt/55/3/>.)

*...chegue-me a Santarem, descanse e ponha-se-me a ler a chronica: verá se não é outra coisa, vera se deante d'aquellas preciosas relíquias, ainda mutiladas, deformadas como ellas estão por tantos e tam sucessivos bárbaros, estragadas emfim pelos peiores e mais vandalos de todos os vandalos, as auctoridades administrativas e municipaes do feliz systema que nos rege, ainda assim mesmo não ve erguer-se deante de seus olhos os homens, as scenas dos tempos que foram; se não ouve fallar as pedras, bradar as inscripções, levantar-se as estátuas dos túmulos: e reviver-lhe a pintura toda, reverdecer-lhe toda a poesia d'aquellas edades maravilhosas!*<sup>49</sup>

Um pouco mais à frente, afirma ter encontrado, como forma mais correcta para estudar e compreender as coisas, uma visita ao local, sendo preferível ir directamente à fonte, não seguindo as pegadas de outros. Mais adiante concretizava esta ideia, aclarando a razão da integração destas considerações no seu livro: a História era feita nos locais, alcançando assim outra graça e força.

Quando lia Camões, sentia a grandiosidade da perda dos fundamentos característicos da nação, o nosso prestígio, escrevendo: *... e sonhei, sonhei que era portuguez, que Portugal era outra vez Portugal*<sup>50</sup>. Numa clara nostalgia por um passado histórico, não vivido por si próprio mas cuja Torre de Belém servia de testemunha, reforçava as ideias anteriormente defendidas na descrição das desgraças e barbáries realizadas nos monumentos, casas e ruas de Santarém, bradando:

*Maldittas sejam as mãos que te profanaram, Santarem... que te deshonraram, Portugal... que te invilleceram e degradaram, nação que tudo perdeste, até os padrões da tua historia!...*<sup>51</sup>

Para o autor, do passado glorioso apenas sobravam os monumentos, mesmo as pessoas tinham desaparecido, tornando-se praticamente invisíveis. Garrett lutava contra a ignorância destruidora e mutiladora desta herança, contribuindo para o apagamento do

<sup>49</sup> Idem, Tomo II, p. 4. Ramalho Ortigão irá pegar nestas ideias para escrever as suas linhas sobre Santarém em *O Culto da Arte em Portugal*, retomando a importância desta cidade na literatura portuguesa, como afirma Jorge Custódio. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “Renascença” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República, Doutoramento em Arquitectura apresentado à Universidade de Évora, exemplar policopiado, Évora, 2008, p. 117.

<sup>50</sup> Idem p. 7. Mais uma vez remetemos para o estudo de Clara Moura Soares o aprofundamento da importância de Camões na formulação do sentimento nacional em Portugal. SOARES, Clara Moura, *As Intervenções Oitocentistas...*

<sup>51</sup> GARRETT, J. B. de Almeida, *Viagens...*, Tomo II, p. 156.

passado glorioso, conscientemente ou não, ao eliminar e transformar sistematicamente esses mesmos testemunhos. No entanto, tal como Reinaldo dos Santos afirma, esta dedicação aos monumentos portugueses foi apenas uma pequena parcela na sua grande obra literária, pouca sendo a consequência prática das suas ideias<sup>52</sup>.

Rodrigues Cavalheiro sublinha a influência desta obra do no nosso escritor, vindo ao encontro das afirmações do próprio Ramalho:

*Do cenário das Viagens na Minha Terra receberia Ramalho a sagrada noção de Pátria, e essa noção dar-lhe-ia, uma vez de posse de uma completa consciência nacionalista, as feições primordiais da sua actividade de homem e de estilista: - a crítica construtiva, a paixão cívica, o culto da tradição – e o amor entranhado por tudo o que era português, da paisagem aos costumes, da Arte à História, da linguagem aos sentimentos, e que é o mais lucilante fulgor e mais bela lição da sua existência aprumada e da sua obra incomparável<sup>53</sup>.*

Este sentimento de nacionalismo atingiu o seu auge com o *Ultimatum*, como referimos no anteriormente, marcando-se particularmente esta época pelas primeiras participações de Ramalho em actividades relacionadas com comissões para a defesa dos monumentos nacionais.

Sendo os monumentos a garantia da anterior grandeza da Pátria portuguesa, era essencial provir pela sua conservação e esplendor, numa altura particularmente crítica para a manutenção da existência e importância da soberania da Pátria devido à ameaça das potências estrangeiras, em plena apropriação de territórios das nossas colónias, a legitimação do nosso grandioso passado histórico. Perdendo os nossos domínios fora do território nacional, tornava-se essencial valorizar os bens existentes dentro das fronteiras nacionais, essas sim bem definidas.

O próprio Garrett afirmara no seu poema *Camões*, a obrigação das novas gerações em manterem as memórias dos feitos dos seus avós, para os seus netos.

*Terra esquecida ahi jaz, ahi moram cinzas*

<sup>52</sup> SANTOS, Reinaldo dos, “O Sentido da Arte na Obra de Garrett”, Separata da revista *Belas Artes*, n.º 8, Lisboa, 1955, p. 11.

<sup>53</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Ramalho Ortigão...*, p. X.

*Porque em vão fallam epitaphios, letras.  
 Sôbre a face da terra que deixaste?  
 Que feitos de virtude ou de heroísmo  
 Tua passagem n'ella assignalaram?  
 Nenhum? Inteiro ao tumulo desceste.  
 Traga-te o olvido todo. Ergue obeliscos,  
 Amontoa pyramides; - embalde!  
 Livra o mármore só do esquecimento:  
 É a memoria do prestante feito  
 Que as edades lembradas vão guardando  
 De geração em geração na terra<sup>54</sup>.*

### **O lamento de Alexandre Herculano nos “Monumentos Patreos” (1838-39 – 1873)**

Outro autor de extrema importância na obra de Ramalho Ortigão, foi Alexandre Herculano, numa relação de veneração, mas também de revolta face ao seu aparente afastamento da vida política e social, tendo o nosso escritor acabado por seguir muitos dos seus passos.

Um dos aspectos mais emblemáticos da sua obra, ainda hoje marcante no panorama nacional, foi o conjunto de artigos escritos por Alexandre Herculano, intitulados: “Os Monumentos (I)”, “Os Monumentos (II)” e “Mais um brado a favor dos monumentos (I e II)”, publicados na revista *O Panorama*, entre 1838 e 1839, e reeditados em 1873, nos *Opúsculos* do mesmo autor, sob a designação “Monumentos Patreos”, adaptados à evolução ocorrida nos anos passados entre as duas publicações<sup>55</sup>. Numa edição relativamente recente dos *Opúsculos*, Jorge Custódio e José Manuel Garcia apresentaram os dois textos paralelamente, para se conseguirem compreender estas alterações com facilidade. Na introdução escrita por estes dois autores é sublinhada a sua importância e o impacto na sociedade da época da primeira edição, chegando mesmo a gerar a ideia da formação de uma Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais sem repercussões práticas<sup>56</sup>.

<sup>54</sup> Canto II – XII, GARRETT, V. de Almeida, *Camões*, 5.ª edição... pp. 39-40.

<sup>55</sup> Aspecto referido na introdução ao texto em HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos I*, organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Maria Garcia, Editorial Presença, Porto, 1982, pp. 175-177.

<sup>56</sup> HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos I*...

Já se escreveu muito sobre estes textos, no entanto julgamos pertinente retomar alguns pontos chave para a compreensão dos elementos aqui analisados, optando por nos dedicarmos exclusivamente à segunda edição, por considerarmos ser a mais influente na obra de Ramalho Ortigão, bem como pelo facto de ser a mais adaptada ao contexto social em estudo<sup>57</sup>. De qualquer modo, deixamos aqui a nota de que quase todos os pontos citados se encontrarem em ambas as versões.

Num período de enorme mudança e instabilidade no concernente à protecção do património nacional, cujo abandono se encontrava no seu apogeu, depois da extinção das ordens religiosas, Alexandre Herculano vinha lançar um *brado* a favor da sua protecção. Esta expressão foi posteriormente adoptada por vários escritores, incluindo pelo próprio Ramalho.

Embora mais ou menos original no nosso país, esta atitude fora precedida por uma série de iniciativas de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, entre as quais se destaca a primeira tentativa de inventariação patrimonial após a instauração do regime liberal, com o apoio da Real Academia das Ciências. Apesar de se terem começado a desenvolver os trabalhos de recolha, com as mudanças políticas de 1836, esta iniciativa acabou por cair no esquecimento<sup>58</sup>. Por outro lado e como vimos no ponto anterior, o contexto internacional também não deve ser descurado, especialmente os artigos publicados na década de trinta anteriormente referidos, pois influência destes textos na redacção de “Monumentos pátreos” foi extensa como provou Lúcia Rosas. Através de alguns paralelos, esta autora concluiu ser mais acentuada a ideia de decadência do povo português e da sua sociedade nos textos de Herculano, onde foi utilizado um discurso sombrio enaltecendo a glória do passado, numa retórica pesada com grande aceitação nos seus seguidores<sup>59</sup>.

A forma de encarar os monumentos mudara e continuava em transformação, sendo vários os contributos para a abordagem de Alexandre Herculano, como defende Paulo Archer ao afirmar a sua concepção do monumento como *...uma espécie de filho anónimo de um*

<sup>57</sup> Neste estudo baseamos na primeira edição da versão de 1873, HERCULANO, Alexandre, *Opusculos, Questões Publicas*, Tomo II, Casa Viúva Bertrand & C.ª, Lisboa, 1973, pp. 2-52, (<http://purl.pt/718/3>).

<sup>58</sup> ALVES, Alice Nogueira, “Inventariar para Salvar - Mousinho Albuquerque e a Comissão incumbida de examinar os Edifícios dos Conventos Suprimidos (1836)”, *Artis – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.º 6, Braga, 2007, pp. 297-315.

<sup>59</sup> Lúcia Rosas sintetiza em quatro pontos as principais influências do artigo de Montalembert no de Alexandre Herculano. 1.º Os vários tipos de vandalismo e os seus perpetuadores, 2.º a definição de dois tipos de vandalismo, o restaurador e o destruidor, 3.º o culto dos monumentos históricos, os monumentos como símbolos do passado, 4.º o progresso contra a preservação do monumento do ponto de vista histórico e estético. Esta comparação encontra-se mais aprofundada em ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios ...*, pp. 24-25.

*tempo*... uma obra colectiva, construída com a força e suor do povo para a sua satisfação e glória, reflectindo a sua envolvência social e, como tal, testemunhando este momento glorioso do passado no presente<sup>60</sup>. Por outro lado, para Mário Augusto S. Bento, Herculano encarava o monumento como uma conjugação entre o autor e executor do projecto e a vontade colectiva do povo para a sua edificação<sup>61</sup>, como era explorado no seu romance “A Abóbada”<sup>62</sup>.

Nos “Monumentos Patreos”, Alexandre Herculano saiu em defesa dos monumentos, esses vestígios do passado preservadores dos momentos áureos de Portugal<sup>63</sup>. Para David Mourão-Ferreira<sup>64</sup> estas palavras podem ser consideradas como um acto de fé, mesmo tendo em conta a pouca importância dada sociedade do tempo da primeira edição. De facto, embora encontremos sempre presentes as palavras de Herculano, especialmente a designação do *Camartelo*, estes textos começaram a ter maior impacto a partir da edição de 1873. A conjuntura evoluíra, não só do ponto de vista político, mais aberto a estes aspectos, mas também do social, onde uma geração de intelectuais, dando mais valor a este assunto, se encontrava em plena actividade.

No caso específico de Ramalho embora não se encontre grande reflexo na obra estudada anteriormente, a influência relativa à protecção do nosso património será sentida mais tarde, especialmente na sua obra *O Culto da Arte em Portugal* e nos pareceres redigidos para as Comissões e Conselhos onde participou, sendo nessa fase adaptadas muitas ideias de Alexandre Herculano, como veremos.

Para o autor dos *Opúsculos* havia que transpor vários obstáculos, maioritariamente relacionados com a ignorância e desprezo geral por parte das entidades competentes, resultando no desmoronamento dos edifícios ou no seu restauro de maneiras completamente arbitrárias, mais relacionadas a modas ou gostos pessoais, esquecendo ou

---

<sup>60</sup> ARCHER, Paulo, *Sobre a versão patrimonial de Herculano em Monumentos Pátrios*, Terra do Linho, Tomar, 2003, pp. 5-6.

<sup>61</sup> BENTO, Mário Augusto S., *Conservação, Restauro, Reabilitação, Ideologias e práticas*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Exemplar policopiado, Coimbra, 1994, p. 53.

<sup>62</sup> HERCULANO, Alexandre, *Lendas e Narrativas*, Imprensa Nacional, Viúva Bertrand e Filhos, 1851, pp. 225-306.

<sup>63</sup> Ao contrário de Almeida Garrett, quando este considerava como monumentos importantes todos aqueles que caracterizassem o carácter nacional, apesar da sua preferência pela época dos Descobrimentos, Alexandre Herculano reduzia este conceito aos edifícios da Idade Média. MAIA, Maria Helena, *Património e Restauro...*, p. 24. Neste ponto a doutrina dos dois divergiu, abarcando os seus períodos de eleição épocas diferentes e, por isso mesmo, realidades distintas sob o ponto de vista do tipo de arquitectura realizada e dos seus objectivos.

<sup>64</sup> MOURÃO-FERREIRA, David, *Alexandre Herculano e a valorização do património cultural português*, Edição da Secretaria-Geral da Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, 1977, p. 9.

ignorando qualquer critério artístico ou ponderação sobre o edifício a intervir, a sua génese, história e evolução ao longo dos séculos, sem se respeitarem minimamente os desejos e ideias do artista original. Era necessário prover a sensibilização da opinião pública<sup>65</sup>. Apenas o conhecimento contribuiria para a valorização e, conseqüentemente, para a preservação destes tão importantes testemunhos do passado. A importância assumida pelo passado na época presente e numa futura teria de ser incutida no povo, como elemento justificador do país, uma nação com o seu povo. Para Herculano, este desdém pelas coisas identificadoras da glória passada prendia-se ao facto dos portugueses quererem assim escamotear a decadência nacional onde estavam mergulhados. Deixando de haver ponto de comparação, a época contemporânea era obviamente valorizada em relação a todas as outras.

Mesmo tendo noção do facto de *...a superstição pela idéas e tendencias do presente, mais cega que a superstição pelas crenças do passado...*<sup>66</sup> o iriam levar à crítica da sua pessoa pelas palavras escritas, Alexandre Herculano achava-se na obrigação de chamar a atenção para este assunto, a importância do ensino generalizado da importância dos monumentos da História da Arte, páginas da glória nacional.

*...Cada facto historico tinha uma igreja, uma casa, um mosteiro, um castello, uma muralha, um sepulchro, que eram documentos perennes desse facto e da existencia dos indivíduos que nelle haviam intervindo...*<sup>67</sup>

A preservação destes bens era o prolongamento da memória dos nossos antecessores e seríamos julgados pelas gerações vindouras pelo tipo de cuidados tido perante esta herança. Esta ideia de momento de passagem é muito interessante e interfere intimamente com a maneira como se processa uma intervenção. Enquanto as intervenções criticadas pretendiam preservar os edifícios para as gerações contemporâneas, seguindo um conjunto de padrões tendentes a homogeneizar todos os edifícios ao mesmo gosto, caiando-os ou dourando-os, sem qualquer cuidado com os elementos pré-existent<sup>68</sup>, quando se pretendesse a preservação do edificio e da memória por ele representada, não só

<sup>65</sup> Idem, p. 13.

<sup>66</sup> HERCULANO, Alexandre, *Opusculos*,... pp. 3-4 .

<sup>67</sup> Idem, p. 21.

<sup>68</sup> Para o defensor dos monumentos pátrios esta padronização dos espaços retirava-lhes o seu lado misterioso, tornando-os em salões de baile, iguais em todo o lado, onde deixavam de pesar os séculos e os feitos de várias gerações de portugueses.

para o usufruto dos presentes, mas como marcos chegados até ao presente e pelos cuidados tidos pelas gerações passadas, era necessária uma abordagem distinta.

Na sociedade ocidental a preservação da materialidade do elemento é essencial. Para além da forma, ligada a algum princípio estilístico ou corrente artística característica de uma determinada época ou região, mesmo tendo em conta todas as suas variações, acrescentos e remendos adicionados ao longo dos anos, a sua própria materialidade é um elemento sujeito aos cuidados de conservação, funcionando também como testemunho, enquanto em outras sociedades, apenas interessa a forma, sendo os seus materiais facilmente substituídos por novos, garantindo-se assim a conservação da memória<sup>69</sup>.

Lamentando a perda da qualidade artística nos últimos 150 anos, Herculano realizou uma incursão pelas principais obras então construídas criticando-as, numa linha seguida posteriormente por Ramalho no seu livro de 1896. De facto a ligação entre estes dois documentos é enorme, como ficará demonstrado na análise desta obra, onde continuaremos a encontrar novos paralelos dignos de nota.

A consequência desta ignorância e desinteresse por parte do Estado resultava numa onda de vandalismo, levado a cabo uma destruição indiscriminada do passado, através da eliminação dos seus testemunhos ou, em casos mais específicos, da utilização dos seus espaços para actividades totalmente distintas das originais, retirando-lhes todo o valor intrínseco. Por exemplo, ao transformarem-se espaços de culto em estábulos, estes passavam a ser encarados como tal, especialmente por parte das populações, a quem era tão urgente mostrar a importância da preservação destes monumentos, como edifícios de utilização secundária. Não havia limites para a destruição e o desprezo e, naquele momento, ao contrário de outras épocas anteriores, não havia desculpa para isso:

*...Nossos paes destruíram por ignorancia e ainda mais por desleixo: destruíram, digamos assim, negativamente: nós destruimos por idéas ou falsas ou exageradas; destruimos activamente; destruimos, porque a destruição é uma vertigem desta*

---

<sup>69</sup> A compreensão destas diferentes maneiras de encarar o património é essencial para o entendimento de muitas das discussões, especialmente as relacionadas com as metodologias de intervenção desenvolvidas na segunda década do século XIX, bem como às suas teorias de base. De qualquer modo, esta ideia de encarar o problema, como uma passagem de um testemunho, é essencial para a compreensão de toda a História do Restauro no Ocidente até aos nossos dias. Existem vários trabalhos sobre este tema, onde se defendem diferentes posições, entre os quais destacaremos o seguinte: JOKILEHTO, Jukka, *A History of Architectural Conservation*, Butterworth-Heineman, Oxford, 1999.



*epoca. Feliz quem isto escreve, se pudesse curar alguém da febre demolidora; salvar uma pedra, só que fosse, das mãos dos modernos hunos!*<sup>70</sup>

Para frisar a sua opinião, escrevia de modo exagerado, sobre a acção do camartelo, expressão a partir de então relacionada de um modo indissociável com este texto de Alexandre Herculano. Se a destruição continuasse a este ritmo, dentro de cem anos Portugal deixaria de ter monumentos. O autor apelava para deixarem ... *os monumentos em paz!*<sup>71</sup> Mais valia não realizar qualquer intervenção. O desvirtuamento em massa era, muitas vezes, altamente destrutivo para o monumento e a sua materialidade. Acima de tudo, era necessário conservar as ... *cousas cuja perda é irremediavel, a gloria nacional, o passado e o futuro, as obras mais admiraveis do engenho humano, a historia, a religião*<sup>72</sup>. Além de serem de serem pertença das povoações ou regiões onde se encontravam eram propriedade da nação, constituindo um dos seus elementos definidores e, como tal, responsabilidade de todos e não apenas de quem o usufruía diariamente<sup>73</sup>, sendo necessária uma agregação com vogais espalhados por todo o país para denunciar as destruições, bem como uma lei reguladora destes assuntos.

Estas ideias apenas foram postas em prática muito mais tarde, apesar do contínuo fluxo de artigos e textos a alertar da importância e necessidade destes parâmetros para a correcta preservação dos monumentos nacionais. Apesar disso, mesmo quando foram executadas, o seu grau de actuação deixou muito a desejar relativamente ao previsto, levando Ramalho a publicar o seu *O Culto da Arte em Portugal*, onde eram seguidas muitas das ideias apresentadas por Herculano, mas principalmente, se repetiam estas lamentações face ao desprezo e ignorância votados aos nossos edifícios monumentais, testemunhos de um passado glorioso sem retorno.

Herculano clamava contra a ideia de progresso, sobreposta ao valor espiritual dos monumentos medievais, mais uma vez um pouco na linha de Montalembert, e à remoção desta herança dos seus antepassados, colocando do homem contemporâneo sob o julgamento dos seus descendentes<sup>74</sup>. Por outro lado, referia a valorização dos

<sup>70</sup> HERCULANO, Alexandre, *Opusculos*,... p. 16.

<sup>71</sup> Idem, p. 50.

<sup>72</sup> Idem, p. 26.

<sup>73</sup> O autor defendia que... *nem a historia que transforma um monumento em documento é a historia de uma villa ou cidade, mas sim a de um povo inteiro*... HERCULANO, Alexandre, *Opusculos*,... pp. 51-52.

<sup>74</sup> MAIA, Maria Helena, *Património e Restauro*..., pp. 33-34.

monumentos funcionaria como chamariz para os estrangeiros, contribuindo para o desenvolvimento das economias locais<sup>75</sup>.

Para fundamentar as suas opiniões, apresentava ainda alguns exemplos de monumentos em risco ou já destruídos. Neste conjunto encontramos uma grande referência a vários sepulcros, elemento exemplificativo pela falta de respeito para com os antepassados, não sendo os seus restos mortais respeitados quanto mais as suas memórias. Além destes exemplos, cabe aqui destacar dois elementos essenciais, a muralha Fernandina de Lisboa e a cidade de Santarém. A primeira foi desmesuradamente enaltecida por Herculano, ao ser usada como exemplo da força do povo unido para a construção a principal defesa contra os ataques espanhóis, assegurando a independência nacional, elemento essencial para a nossa identidade cuja destruição se vinha juntar à lista das lamentações patrimoniais. A segunda foi um tema constante nas várias obras analisadas, provavelmente pela sua riqueza patrimonial. Teria sempre havido desprezo e falta de cuidado especialmente em Santarém ou o mote lançado por estes autores terá servido de inspiração a todos os outros?

### **A influência da obra de Raczyński (1846)**

Embora neste capítulo nos dediquemos principalmente a escritores portugueses e à sua produção, não podemos descurar a influência das obras de Atanazy Raczyński<sup>76</sup>, um diplomata polaco, sobre Ramalho, especialmente no referente aos seus comentários sobre o estado dos monumentos portugueses e as intervenções de restauro sobre eles executadas, não só em edifícios, mas também em pintura, mesmo tendo em conta do facto da sua obra se dedicar principalmente às Artes em geral, sua produção e autores, sendo por ele realizada uma sistematização de informação muito importante. Neste texto incidimos sobretudo no seu primeiro livro *Les arts en Portugal*, de 1846.

Com excepção do caso do Mosteiro da Batalha, um dos aspectos mais impressionantes para Raczyński na realidade portuguesa, foi a variedade de estilos existentes em cada

---

<sup>75</sup> Raquel Henriques da Silva defende a opinião de que Alexandre Herculano considerava o progresso como uma fatalidade, sendo impossível compatibilizar o desenvolvimento com a permanência dos testemunhos da memória. SILVA, Raquel Henriques da, *Lisboa Romântica: Urbanismo e arquitectura 1777-1874*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1997, p. 265

<sup>76</sup> RACZYNSKI, A., *Les arts en Portugal*, Jules Renouart et C<sup>ie</sup>, Libraires- Editeurs et Commissionnaires pour l'étranger, Paris, 1846, e RACZYNSKI, A., *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, Jules Renouart et C<sup>ie</sup>, Libraires- Editeurs et Commissionnaires pour l'étranger, Paris, 1847.

edifício e a falta de cuidado das intervenções para a sua manutenção, com alterações decorativas totalmente arbitrárias, criticando, mais uma vez, a moda de pintar tudo, muitas vezes a imitar a própria pedra ocultada, sem qualquer sentido lógico.

*Il n'y a pas de pays que présente, en fait d'architecture, plus d'anachronismes que le Portugal. Les badigeon y exerce son pouvoir d'une manière cruelle. Au reste, en fait d'anachronisme, l'extérieur de la cathédrale de Milan nous fournit un exemple qui n'a été surpassé nulle part. Ici on voit souvent dans un seul portail les styles les plus dissemblables et appartenant à différentes époques. Par exemple le frontispice de la cathédrale de Vizeu est du dernier siècle, et c'est une mesquinerie. On vient tout nouvellement de peindre en blanc les cinq statues dont elle est ornée, et cela fait encore un effet détestable. On m'a dit qu'à Guimarães on a eu l'audace de mutiler les colonnes et le chapiteaux pour les revêtir de planches et de stuc, et ensuite peindre ces planches de manière à imiter la pierre. Cela fait dresser les cheveux sur la tête. On fait monter à 30,000 cruzades ou 80,000 francs les frais de cette restauration. Excepté Batalha que est d'un seul jet, et à qui on a permis de rester de son époque dans toutes ses parties, je ne connais presque pas d'édifice en Portugal que le progrès n'ait sali, et où il n'ait mis la confusion<sup>77</sup>.*

As referências a castelos em ruínas juntamente com a observação dos mais importantes monumentos do país, como os Mosteiros de Alcobaça e da Batalha<sup>78</sup> suscitam ainda considerações pertinentes no nosso contexto<sup>79</sup>.

Pensava Raczyński, com a sua interpretação de estrangeiro, não imbuída no espírito e evolução dos portugueses, que o desconhecimento total sobre as vicissitudes da História da monarquia portuguesa era um dos problemas do nosso país, limitando-se os nossos conhecimentos à reconquista levada a cabo por D. Afonso Henriques aos mouros.

<sup>77</sup> RACZYŃSKI, A., *Les arts...*, p. 372.

<sup>78</sup> *Idem*, pp. 449-486.

<sup>79</sup> Num dos apêndices à sua vigésima primeira carta dedicada à arquitectura, encontram-se dois documentos, um dos quais com extractos de comunicações de M. de Varnhagen, estudioso deste aspecto da arte portuguesa, sendo o seu texto mais conhecido o dedicado ao Mosteiro dos Jerónimos. Este autor criticava os restauros realizados por Nazonni na Sé do Porto, por não terem respeitado o carácter original do edifício, criando-lhe uma nova encenação barroca, apagando o seu valor histórico. *Ces restaurations on effacé entièrement le caractère primitif de l'ouvrage. Les colonnes, recouvertes de plâtre, ne forment plus de faisceaux mais sont réunies en une seule masse d'un style bâtard et indéfinissable. On y voit cependant encore la grande fenètre circulaire que se rencontre toujours dans les églises gothiques et dont les ornemens appartiennent à ce style d'architecture.* *Idem*, p. 412.

Este conhecimento era essencial para o enaltecimento dos monumentos, cuja importância nesta época era dada ao seu valor testemunhal do passado, em detrimento do artístico, sendo impossível valorizar e contar com o apoio da população para a salvação dos edifícios históricos se esta não percebesse qual o seu valor. Estas declarações eram impressionantes por surgirem de um autor dedicado ao estudo da História da Arte portuguesa, e vinham mais uma vez bater no mesmo ponto. Ramalho, com a sua missão pedagógica, adoptou estas ideias e tentou aplicá-las na prática, sem grandes resultados, como veremos.

A definição dos estilos encontrava-se nos seus primórdios, havendo ainda muito poucos levantamentos e estudos realizados. Raczynski apresentava nesta obra a sua contribuição nesta matéria, numa visão fria e crítica, mal aceite na sociedade portuguesa, muito pouco atreita a críticas construtivas e a mudanças, como mais tarde sublinhou Mendes Leal.

Na década de cinquenta começaram a ser realizados alguns destes levantamentos por Possidónio da Silva, mas de um modo muito reduzido, bem longe da amplitude preconizada pelo diplomata polaco<sup>80</sup>.

### **O exemplo dos *Monumentos Nacionaes* de Mendes Leal (1868)**

Ainda antes da edição dos *Opusculos* de Alexandre Herculano, fora publicada uma obra de grande importância, os *Monumentos Nacionaes* de Mendes Leal. Este levantamento e descrição de alguns monumentos portugueses foram muito marcantes no panorama português, influenciando sem dúvida o nosso escritor na sua visão sobre este assunto.

Sabe-se muito pouco sobre José da Silva Mendes Leal, uma figura importante no decorrer do século na defesa dos monumentos nacionais no século XIX. A sua ligação desde muito jovem aos caminhos da cultura como membro da equipa de recolha de livros para o Depósito das Extintas Livrarias, logo após a extinção das ordens religiosas, ter-lhe-á aberto uma perspectiva da arte portuguesa da qual infelizmente nada se sabe<sup>81</sup>.

Os artigos publicados onde demonstrou o seu interesse sobre este assunto datam de 1841, quando Mendes Leal escreveu “Mais um brado contra os destruidores dos

<sup>80</sup> Sobre este assunto veja-se: MARTINS, Ana Cristina N., “Uma breve incursão pelos primórdios da inventariação do património histórico-cultural português (1859-1861)”, *Arqueologia*, n.º 26, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Porto, 2001.

<sup>81</sup> Sobre esta Comissão e os seus trabalhos veja-se: BARATA, Paulo J. S. *Os Livros e o Liberalismo: da Livraria Conventual à Biblioteca Pública*, Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2003.

Monumentos”<sup>82</sup>. Colocando-se obviamente na esteira de Alexandre Herculano, prosseguia o seu lamento contra o progresso como meio impeditivo da manutenção da herança do passado<sup>83</sup>. Pronunciava-se este autor em defesa da Custódia de Belém, de quem ouvira várias histórias, entre as quais a de ter sido reduzida a moeda e a da sua futura venda, tendo para isso sido avaliada por uma ninharia<sup>84</sup>.

De qualquer modo, era aqui lançado um novo lamento sobre a falta de interesse pelo passado e as suas glórias, sustentáculos da existência do país actual. Cada vez mais tudo ia desaparecendo, numa destruição contínua. O descrédito pelos homens no poder era total.

*Homens sem lei, que vivem todos em si e só para si, sem verem, sem acreditarem, e sem comprehenderem, zombam talvez do que lhes recorda o motivo porque teem patria, a causa porque teem vida, na razão porque são livres! Mofam da Fé de nossos maiores, quando sem ella não existiriam hoje! Escarnecem das nossas velhas crenças, usanças e patriotismo... [...] Almas de gelo, sem o lume de uma crença que lhes aqueça o coração!...*<sup>85</sup>

<sup>82</sup> LEAL, J. M. da Silva, “Mais um brado contra dos destruidores dos Monumentos”, *O Mosaico*, vol. 3, n.º 95, 1841, pp. 70-71.

<sup>83</sup> ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios...* pp. 26-27.

<sup>84</sup> Estas afirmações não passavam de boatos. Logo que deu entrada na Casa da Moeda, a Custódia foi separada juntamente com um grupo de peças de valor, devidamente arroladas, por sugestão do então Provedor mais tarde apoiado pela Rainha. INCM-CDA/ARQ, CM, *Registo Geral, Liv 15, 1834-1837*, [Correspondência Recebida], Lv. 1052, p. 41. *Sendo necesario adoptar-se huma medida geral ácerca da conservação dos objectos preciosos pertencentes á Fazenda Nacional, existentes na Casa da Moeda, ou que de futuro ali houverem de entrar, a fim de que resalvando-se o prejuizo da mesma Fazenda, não tenha por outro lado de se lamentar a irreparavel perda de algumas d’aquellas obras primas, que patenteam o gosto e o progrefso das Artes nas diversas epocas: Manda a Rainha, pelo Tribunal do Thesouro Publico, que o Provedor da Casa da Moeda, ou quem suas vezes fizer, faça escolher e clafsificar com toda a exactidão os ditos objectos, e formalizando relações fundamentadas de todos aquelles que se considerarem dignos de ser convenientemente collocados nos muzeus, como peças de primorozo trabalho, raras, historicas, ou celebres por sua antiguidade, ou qualquer singularidade attendivel, remetta pelo referido Tribunal as sobreditas relações, em que deverão declarar-se os nomes das Cazas, ou Conventos a que pertencião as peças n’ellas mencionadas, procedendo quanto á venda, ou amoedação dos mais objectos na conformidade das ordens que se lhe tem expedido, e tudo com a brevidade pofsivel....*INCM-CDA/ARQ, Lv. 01052, p. 61. Esta peça apenas saiu dali quatro anos mais tarde a caminho da Casa Real, por influência de D. Fernando. No contexto de um outro projecto, relacionado com a história da Custódia de Belém, desenvolvido pelo Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em colaboração com o Instituto dos Museus e da Conservação e com o Museu Nacional de Arte Antiga, no qual participámos sob a orientação da Professora Doutora Maria João Neto, realizámos uma consulta bastante aprofundada aos arquivos da Casa da Moeda, em busca de documentação sobre este assunto. Nestes trabalhos não encontramos vestígios de nenhum destes acontecimentos específicos, apenas de uma avaliação, realizada no fim dos anos trinta, sendo o valor apresentado bem inferior ao que tanto escandalizava Mendes Leal neste artigo. NETO, Maria João, SOARES, Clara, ALVES, Alice, “A Custódia de Belém: Símbolo nacional entre o Liberalismo e o Estado Novo”, no prelo.

<sup>85</sup> LEAL, J. M. da Silva, “Mais um brado...”, p. 71.

Posteriormente, ocupou o cargo de director da Biblioteca Nacional, por duas vezes, entre 1850 e 1851 e sete anos mais tarde, ao sabor do partido no poder<sup>86</sup>. Como resultado da segunda passagem por aquela instituição, Mendes Leal apresentou um relatório em 1860 onde se encontrava contemplada uma proposta para a defesa dos monumentos portugueses. Desde 1802, esta responsabilidade tinha sido atribuída ao bibliotecário mor, por Alvará de D. João VI. Neste documento de 1860<sup>87</sup>, onde Maria Helena Maia afirma terem sido seguidas as sugestões anteriormente apresentadas por Castilho, seu antecessor, em 1844<sup>88</sup>, o bibliotecário fez um pequeno apanhado da questão, apresentando um conjunto de pontos sobre as medidas importantes para o cumprimento da lei e o estabelecimento de um conjunto de princípios de protecção dos objectos arqueológicos e edifícios importantes<sup>89</sup>. Este documento foi de uma grande importância, sendo citado várias vezes, posteriormente, e integrado nas compilações de legislação e documentação relacionadas com as medidas tomadas para a protecção dos monumentos nacionais no século XIX, tendo influenciado não só Ramalho, mas todo aquele grupo de homens dedicado a este assunto na passagem para o século XX<sup>90</sup>.

Os *Monumentos Nacionaes* foram publicados em 1868<sup>91</sup>, baseando-se num apelo do seu autor ao estudo dos monumentos, como se fazia noutros países, onde se contavam em número relevante as publicações com compilações de elementos notáveis para o aprofundamento da sua nacionalidade. Mais uma vez se enaltecia a importância em se

<sup>86</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVI, Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa - Rio de Janeiro, s.d., pp. 893-895.

<sup>87</sup> LEAL, Mendes, “Bibliotheca Nacional de Lisboa, Relatório do bibliotecário mor – anno de 1858-1859, Capítulo III”, *Boletim de Instrução Pública*, 1861, pp. 166-168.

<sup>88</sup> MAIA, Maria Helena, *Património e Restauro ...*, p. 198.

<sup>89</sup> Neste documento Mendes Leal levantava uma série de questões pertinentes, lembrando a função dos Alvarás de 1721 e de 1802, ilustradores de uma *...precaução patriótica contra as cegas temeridades do camartello demolidor...* (LEAL, Mendes, “Bibliotheca...”, p. 166) evitando a dispersão das preciosidades artísticas do país, essenciais para a sua História, lamentava as suas disposições não serem cumpridas. Era preciso reformar o sistema, dar mais poder aos governadores civis e garantir a divulgação do conhecimento das leis, evitando-se o seu desconhecimento como justificação para o cometimento de malfetorias. Era também necessário o estabelecimento do contacto entre estes poderes regionais e o Ministério do Reino, ou mesmo, com a Biblioteca Pública, como seria mais correcto, dadas as suas competências. Indicava também a necessidade de se regularem os depósitos de bens, prover o restauro dos bens amovíveis, a descrição e o desenho dos elementos ocultos ou em vias de destruição e classificar estas descrições, posteriormente depositadas na Biblioteca Nacional. Em seguida fez referência ao seu papel prático na área, apresentando mesmo um exemplo ocorrido em Lisboa. Embora este documento saia um pouco dos objectivos sobre os quais nos debruçamos neste capítulo, consideramos importante a sua descrição sumária para se compreender a importância de Mendes Leal neste contexto, enquadrando a publicação do livro em 1868.

<sup>90</sup> Gabriel Pereira também inseriu a parte relacionada aos monumentos na sua recolha: PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionaes - Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes*, Typographia do Rio, Lisboa, 1900.

<sup>91</sup> LEAL, J. da S. Mendes, *Monumentos Nacionaes*, com fotografias de Henriques Nunes, Typographia Franco-Portuguesa, Lisboa, 1868.

estudar o passado para se compreender o futuro e se acautelar a repetição de problemas. Essa mensagem chegava ao momento presente através dos monumentos edificados, sendo mais uma vez valorizados pelo seu papel enquanto testemunhas deste mesmo passado<sup>92</sup>.

*Innegavel é com effeito o influxo do pensamento e sentimento dos seculos nos padroens, que d'elles nos ficam, reflectindo-os atravez das edades. N'isso mesmo consiste a licção que nos transmittem, e isso mesmo justifica o empenho em estudal-os, N'estes livros de pedra, de egual modo que nos livros estampados, se reflectem necessariamente os incentivos, as preoccupaçõens, os elementos de actividade, as modificaçoens successivas de cada povo e de cada época. Não póde porém o monumento acompanhar como o livro a mobilidade dos sucessos, e há de por sua natureza representar só largos períodos em largos traços.*<sup>93</sup>

Esta comparação entre um edifício memorável e um compêndio aberto sobre a História do país onde se encontrava implantado, levou Mendes Leal a enaltecer o valor histórico do Mosteiro dos Jerónimos em detrimento do artístico. O seu valor testemunhal era o mais importante, encontrando-se em cada elemento individual a História e o sentimento de um povo<sup>94</sup>.

Eram precisas novas medidas para se evitar o estado de ruína da maior parte dos monumentos portugueses, começando pela sua valorização, alcançável através do seu estudo, não apenas dos factos históricos, mas também das lendas do imaginário popular.

Outra proposta apresentada neste livro ou ensaio, como o próprio autor o designou, era a dispersão de competências para a salvaguarda dos monumentos. Já que o Estado não tinha meios financeiros para suportar os custos de uma intervenção, podia vendê-los a particulares com as posses para o custearem. Mendes Leal acreditava no *génio da pátria*, numa ideia também lançada por Johann Gottfried Herder, como vimos, que inspiraria essas pessoas para bem concretizarem a sua obra, esquecendo-se por completo da experiência vivida no final dos anos trinta desse século, quando a secularização das ordens religiosas colocou os edifícios em hasta pública, ou acreditaria mesmo numa

<sup>92</sup> Para Lúcia Rosas, Mendes Leal foi buscar a sua definição de monumento a Alexandre Herculano, sobrevalorizando o seu valor pedagógico e de memória em relação a outros aspectos. ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios...* p. 99.

<sup>93</sup> LEAL, J. da S. Mendes, *Monumentos...*, p. 60.

<sup>94</sup> *Para o país e para a posteridade, mais do que pelo aspecto artistico deve o monumento de Belem ser considerado pela significação historica e tradicional. Em cada pedra, em cada lavrado d'aquelles revive a memoria do feito glorioso que fez o nome portuguez illustre no universo...* Idem, p. 74

renovação social onde o cuidado e o respeito pelos monumentos estariam no topo das suas prioridades?

Como vemos neste último parágrafo, esta procura de uma “alma” nacionalista para a protecção dos monumentos em nome da Pátria, era comum a estes autores e seria retomada por Ramalho. Mendes Leal dava o seu contributo para a educação do povo ao publicar esta obra informativa sobre alguns monumentos portugueses, explicando um pouco mais da razão de serem considerados como tal, sendo precisas este tipo de iniciativas para se alcançar esse conhecimento da importância do passado e da sua relação com os monumentos, seus testemunhos.

Apesar da obra de Ramalho ter um carácter mais generalista, houve alguns elementos rebuscados neste livro, como foi o caso da descrição da destruição da Torre de Alporão em Santarém, causada pela necessidade de passagem do coche da rainha D. Maria II numa visita à cidade<sup>95</sup>.

### **A responsabilização do Estado em “Os Monumentos” de Vilhena Barbosa (1873-1908)**

Outras das influências de Ramalho na construção da sua concepção patrimonial foram os textos de Vilhena Barbosa, onde colheu uma visão mais actual dos princípios apresentados por Alexandre Herculano em 1873.

De facto, no mesmo ano da reedição dos “Monumentos Patreos”, Vilhena Barbosa publicou uma série de artigos no *Commercio do Porto*<sup>96</sup>, onde se debruçou sobre o mesmo assunto, aparentemente para efectuar uma actualização de alguns pontos considerados descontextualizados no texto de Alexandre Herculano em relação à sociedade contemporânea. Sendo o seu objectivo realizar também uma chamada de atenção para os monumentos nacionais, apresentava uma série de ideias, algumas das quais adaptadas do texto referido, mais tarde novamente difundidas na reedição destes artigos em 1908.

<sup>95</sup> Estes elementos tinham sido tirados por Mendes Leal de um texto publicado no *Panorama* em 1854, como o próprio autor referenciou em nota de rodapé. *Dz.ºr J. A. Pereira, Carta ácerca das antiguidades de Santarem (Panor., 1854)*, Idem, p. 140-141.

<sup>96</sup> Posteriormente publicados no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.ª Série, Tomo XI, , Typografia da Casa da Moeda e Papel Sellado, Lisboa, 1908, n.º 9, pp. 545-551 e 634-642 e n.º 10, pp. 658-663.



Vilhena Barbosa começava por realizar uma definição um tanto lata de monumento, mas onde se constatava mais uma vez o facto de um edifício não ser valorizável apenas pela sua beleza estética e artística, mas também pelo seu testemunho das glórias nacionais:

*A antiguidade da origem e os feitos gloriosos dos antepassados são títulos de nobreza, que se prezam do honroso epitheto de cultas, estimam e acatam os monumentos da sua historia, velando cuidadosamente pela Conservação delles, ainda que senão recommendem por merecimento artístico*<sup>97</sup>.

Um pouco mais à frente no texto percebemos a razão destas linhas. Até então, independentemente do estado de avanço exemplar de Portugal, com as suas reformas legais e a implantação de políticas adaptadas ao contexto europeu, apenas se tinham realizado intervenções em dois monumentos, os Mosteiros dos Jerónimos e da Batalha, os de maior visibilidade. Continuaríamos a ser os mesmos bárbaros sem tratar dos monumentos, preocupando-nos apenas com o presente e futuro e deixando desaparecer as marcas do nosso passado?

Voltava a insistir na ideia de ser necessário ter em conta o próprio valor económico dos monumentos, não apenas o intrínseco, relacionado com a sua materialidade e valor, mas especialmente as mais-valias alcançáveis com a sua exposição a estrangeiros. O incremento económico local resultante deste tipo de situações já se tinha verificado em vários locais da Europa, largamente desenvolvidas num curto espaço de tempo.

Era também necessário ter em conta os novos monumentos, surgidos do desenvolvimento da arqueologia, destacando a importância do Homem Pré-histórico e das suas construções rudimentares, até então desconhecidas e por isso desprezadas no nosso país, habituado a valorizar os monumentos datados de épocas posteriores à implantação da nacionalidade portuguesa. Este alargamento temporal da noção de monumento nacional em relação aos textos de Herculano era muito importante e reflectia as linhas de conduta da RAACAP da qual fazia parte, mais tarde transposto para a primeira lista de monumentos apresentada oficialmente em 1880.

Com o intuito de chamar a atenção para outros padrões de glória, apresentou uma enumeração de monumentos, com uma descrição sucinta da sua importância, realçando

---

<sup>97</sup> BARBOSA, Vilhena, “Os Monumento”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.ª Série, Tomo XI., Typografia da Casa da Moeda e Papel Sellado, Lisboa, 1908, n.º 9, p. 545.

alguns pormenores mais interessantes, chamando a atenção para o seu estado de conservação, alteração e abandono e lamentando a inércia do Estado face esses aspectos, tão atentatórios para a conservação dos monumentos.

*...Porém o monumento rico de arte, e opulentissimo de memorias historicas, ainda hoje não pôde ser mostrado aos estrangeiros pelos nacionaes, sem que estes córem de vergonha diante de tantos vestigios de barbaridade, e de tantos estragos do tempo, que estão accusando o desleixo governativo*<sup>98</sup>.

A diferença de visão para os textos de Alexandre Herculano era evidente, evoluindo de um cenário de total abandono e desgraça, para um novo enquadramento onde se sublinhava a responsabilidade do Estado, insistindo na necessidade de se alterarem as coisas<sup>99</sup>.

Continuava as suas referências a outros monumentos, como a muralha fernandina de Lisboa, numa clara alusão ao texto de Alexandre Herculano, de onde quase transcrevia os argumentos, bem como a alguns monumentos de Guimarães e da ponte de Ponte de Lima, assunto ao qual Ramalho também se referiu, provavelmente seguindo estes textos como referência, complementando a experiência vivida e observada nos seus passeios pelo país. Para todos os monumentos mencionados realizou uma descrição quase heróica da sua fundação, construção e transformação ao longo dos séculos. No entanto, ao serem seguidos os exemplos dos países mais civilizados em tantas áreas, como a da política, também deveriam ser adoptados os relativos à área da protecção dos monumentos nacionais:

*Não tratamos desta materia por desabafo sómente da dôr, que nos punge, assistindo ou sabendo de tantos actos de vandalica destruição. O impulso, que nos move a erguer a nossa fraca voz em favor dos monumentos, é o desejo de chamar a attenção e solitudine do governo para um ramo do serviço publico, que em todos os paizes civilizados é tão zelosamente attendido, e que em o nosso não pôde continuar no*

<sup>98</sup> Neste caso específico o autor referia-se ao Convento de Cristo em Tomar. Idem, p. 551.

<sup>99</sup> Para consolidar o seu discurso, provando esta indiferença, recorria a um extracto de um relatório apresentado por Teixeira de Pascoais, em 1866, enquanto governador de Portalegre, onde era chamada a atenção para um conjunto de monumentos e o seu precário estado de conservação e abandono, bem como do património integrado ali contido. Era este um exemplo entre tantos outros da falta de cuidados dados aos edifícios importantes do país. Seria o afastamento posterior do Governador daquele posto consequência deste relatório? O autor do texto deixou esta questão sem resposta.

*desleixo em que se acha, sem prejuízo de importantes interesses, sem offensa do decoro nacional, e sem quebra dos nossos foros de nação culta*<sup>100</sup>.

Para tal era necessária a descentralização do poder, mais autonomia nas Câmaras para tratarem dos seus monumentos e a criação de Comissões independentes, encarregues deste assunto, baseando-se no pressuposto de haver pessoas em todas as cidades ou mesmo regiões, com conhecimentos suficientes para cumprir esta tarefa. Esta ideia era contrária à defendida por Herculano, da instituição de uma comissão central com vogais em vários locais do país.

Depois de ter sido o relator da Comissão da RAACAP encarregada de realizar o primeiro arrolamento oficial dos monumentos nacionais<sup>101</sup>, sendo-lhe atribuída a listagem então apresentada, onde já se verificava um alargamento do conceito de património atrás referido, em 1886, Vilhena Barbosa, publicou o seu livro os *Monumentos de Portugal*<sup>102</sup>, para alguns autores sem grande novidade<sup>103</sup>. Nesta obra, pretendia o autor ao menos preservar a memória dos monumentos, contra a destruição provocada pela incúria do tempo e do homem, acabando assim com as nossas memórias históricas.

*...os monumentos, qualquer que seja a sua grandeza ou mesquinhez, sejam quaes forem as mãos que os fabricaram, a epocha e o logar em que foram erigidos, são verdadeiros livros, em que está escripto, com mais exacção e verdade, do que o poderia fazer a penna habil de um escriptor consciencioso, a historia dos seus fundadores, a sua vida publica e intima, o seu atraso ou adiantamento nas vias do progresso*<sup>104</sup>.

Ramalho teve uma visão diferente deste aspecto. Para o nosso escritor as próprias provas materiais deviam ser preservadas e não apenas a sua memória. Era a existência física dos

<sup>100</sup> BARBOSA, Vilhena, “Os Monumento...”, n.º109, p. 663.

<sup>101</sup> *Relatorio e Mappas á cerca dos edificios que devem ser classificados Monumentos Nacionaes, Apresentado ao Governo pela Real Associação dos Architectos e Archeologos Portugueses em conformidade da portaria do Ministerio das Obras Publicas de 24 de outubro de 1880*, Lallemand Frères, Typ : Lisboa, 1881.

<sup>102</sup> BARBOSA, Ignacio de Vilhena, *Monumentos de Portugal – Historicos, Artisticos e Archeologicos*, Castro Irmão – Editores, Lisboa, 1886.

<sup>103</sup> Para Lúcia Rosas estes textos encontram-se norteados por seis pontos: 1.º História completa do monumento, 2.º descrição, 3.º crítica às transformações posteriores ao princípio do século XVI, 4.º apelo à conservação e restauro dos edifícios, 5.º crítica aos maus restauros e elogio aos realizados no “estilo primitivo”, 6.º decadência da arquitectura oitocentista. ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios...*, pp. 90-91.

<sup>104</sup> BARBOSA, Ignacio de Vilhena, *Monumentos...*, p. II.

monumentos o comprovativo do passado e não o seu registo, sem qualquer valor intrínseco. Por outro lado, parece ter concordado com a atribuição das culpas pelo desmazelo e abandono dos nossos monumentos aos poderes constituídos. Esta constatação, apesar de óbvia, marcou a linha ramalhiana. Em *O Culto da Arte em Portugal* foram lavradas duras críticas aos responsáveis pela manutenção dos monumentos e a sua falta de sensatez no desempenho dessa tarefa, tanto a nível regional, como do poder central.

### **As ideias lançadas pelo Marquês de Sousa Holstein e a Comissão da Academia Real de Belas Artes (1875-1876)**

Uma das maiores influências da obra e do pensamento patrimonial de Ramalho em análise, foi sem dúvida, o documento usado como ponto de partida para os trabalhos da Comissão instituída na Academia Real das Belas Artes em 1875, sobre a qual o nosso escritor escreveu logo na altura um artigo em *As Farpas*<sup>105</sup>. Este documento, escrito pelo Marquês de Sousa Holstein, intitulava-se *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, A organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Historicos e da Archeologia*<sup>106</sup>.

Nos primeiros parágrafos do capítulo dedicado aos monumentos nacionais, surgia desde logo um apelo à inventariação dos monumentos portugueses, ainda por realizar, encarada como uma ferramenta indispensável para a protecção dos edifícios espalhados ao longo do país, os quais, por se desconhecer o seu valor, iam sendo vilipendiados, alterados, restaurados, vendidos ou mesmo destruídos com a aprovação do poder central, sendo necessário dotar o Governo desta ferramenta essencial para a correcta ponderação das intervenções de protecção ou restauro desses monumentos. Este mote foi adoptado pela Comissão e discutido ao longo das suas sessões, referindo-se mais exemplos para além dos expostos pelo Marquês, começando a sistematizar-se as soluções apresentadas no *Relatório* publicado logo no ano seguinte<sup>107</sup>.

<sup>105</sup> Este artigo foi analisado na primeira parte deste capítulo.

<sup>106</sup> HOLSTEIN, Marquês de Souza, *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal, a organização dos Museus e o serviço dos monumentos históricos e da arqueologia*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1875, (<http://purl.pt/321>).

<sup>107</sup> *Relatório dirigido ao illustrissimo e excellentissimo Senhor Ministro e Secretario D'Estado dos negócios do Reino pela Comissão nomeada por decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a organização do Serviço dos Museus, Monumentos Históricos e Archeologia*. 2 tomos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876. No texto introdutório do relatório, redigido e assinado por Luciano Cordeiro foi realizado um estado da questão, acompanhado por inúmeras lamentações, muito tributárias dos “Monumentos Patreos”, cuja reedição viera à luz apenas dois anos antes.

*As observações do Marquês de S. Holstein, são um triste sudário do desmazelo que caiu ameaçador sobre os monumentos e relíquias do nosso passado.*<sup>108</sup>

Para Paulo Simões Rodrigues, este relatório não fazia apenas um balanço do estado da questão, apresentava já propostas para a resolução dos problemas existentes através da identificação das carências básicas: para além da referida falta de um inventário, era também sublinhada a falta de técnicos habilitados, de uma Comissão fiscalizadora e responsável, bem como de verbas para a concretização de um projecto global de protecção dos monumentos portugueses<sup>109</sup>. Apesar de muitas destas ideias não serem inéditas, deve ser realçada a importância deste texto como um documento oficial, ao contrário da maioria dos textos que temos vindo a analisar.

Seguindo a linha aberta pelos seus antecessores nesta batalha, o Marquês de Sousa Holstein começava por sublinhar o estado de abandono dos nossos monumentos.

*...O sudario das nossas miserias a este respeito é tal, que nos envergonha mesmo estende-lo aqui á puridade e diante só de olhos portuguezes. A maior parte d'aquellas venerandas reliquias do passado ou desapareceram para sempre ou estão ameaçando imminente ruina. Umas foram voluntariamente destruidas, depois de voluntariamente concedidas, para darem logar a construcções modernas; outras foram successivamente minadas pela implacavel mão do tempo; outras estão barbaramente deturpadas pela mão dos homens, que sob pretexto restaura-las, lhes tiraram toda a feição que as caracterisava.*<sup>110</sup>

Com um objectivo mais prático, esta ponderação dava alguns exemplos mais tarde adaptados por Ramalho, tais como o caso dos Túmulos do Conde D. Henrique e sua mulher, na Sé de Braga, cujas pernas tinham sido cortadas para se adaptarem às suas novas localizações<sup>111</sup>.

<sup>108</sup> ALDEMIRA, Luiz Varela, *Um Ano Trágico: Lisboa em 1836: A propósito do Centenário da Academia de Belas Artes: Impressões, Comentários, Documentos*, La Bécarre, Lisboa, 1937, p. 250

<sup>109</sup> RODRIGUES, Paulo Alexandre Simões, *Património, Identidade e História. O Valor e o Significado dos Monumentos Nacionais no Portugal de Oitocentos*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea (séculos XVIII-XX), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1998, p. 241.

<sup>110</sup> HOLSTEIN, Marquês de Souza, *Observações ...*, p. 41.

<sup>111</sup> Idem, p. 44.

Para além destas referências pensamos ter sido a questão da inventariação, a mais seguida por Ramalho e, posteriormente, transformada no seu próprio cavalo de batalha, como desenvolveremos mais à frente. Devemos destacar o facto de em ambos os casos haver um objectivo prático para a sua elaboração, o Marquês no seio da Comissão de 1875, e Ramalho nos dos anos noventa. Talvez devido a esse aspecto se possa estabelecer este paralelo entre ambos os textos, mais desenvolvido em 1896 pelo nosso escritor.

Outro aspecto fundamental, com influências anteriores na concepção patrimonial de Ramalho, foi a ideia dada pelo Marquês de ser preferível deixar os monumentos desaparecerem a restaura-los erradamente. Este princípio já tinha anteriormente sido abordado por Costa Cascaes, de uma maneira menos radical, num artigo publicado em 1854 nas páginas de *O Panorama*, onde afirmava *...As ruínas de um monumento, não muito, podem muitas vezes enriquecer os thesouros da arte; as parvoíces architectonicas nunca...*<sup>112</sup> A intervenção arquitectónica ou de restauro retirava muitas vezes o valor ao monumento. Não sabemos se o Marquês de Sousa Holstein leu este texto, ou se haveria já aqui alguma influência Ruskiniana, embora não aplicada na íntegra, dada a aceitação da intervenção acompanhada apenas por pessoal especializado.

*...Na verdade melhor é deixar que os velhos monumentos históricos vão caindo pedra por pedra, carcomindo-se com a hera, e desagregando-se pelo rijo vento da tempestade, do que profana-los e como que vilipendia-los com tão ignaros restauros. Deixa-los antes cair. Serão mais bellos em suas ruínas que debaixo da louçania de mau gosto com que querem rejuvenece-los.*<sup>113</sup>

Esta ideia encontrava-se quase transcrita no texto anteriormente analisado de Ramalho sobre a queda da Torre dos Jerónimos, quando defendera mais valer cair de ruína a ser mal restaurada, perdendo o seu carácter original. Apesar de esta opinião ter mudado ao longo do tempo, sendo já ligeiramente diversa em 1896, é importante sublinhar aqui a antecedência desta preocupação de Ramalho e da influência deste texto no seu pensamento em relação ao princípio dos anos noventa, normalmente definidos como o seu despertar para estes assuntos.

<sup>112</sup> CASCAES, J. da Costa, “Monumentos”, *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo*, Vol. XI, terceiro da terceira série, Typographia do Panorama, Lisboa, Jan-Dez 1854, pp. 210-212.

<sup>113</sup> Idem, p. 43.

Gostaríamos ainda de referir o pioneirismo da noção de património global apresentada pelo Marquês, muito precoce para a época. Este aspecto é de um interesse extremo, no entanto, apenas nos vem mostrar a abertura extraordinária do Marquês, limitando-se a maioria dos restantes teorizadores do tema a identificar os monumentos com a História pátria, funcionando estes como identificadores da nacionalidade e, como tal, elementos exclusivos do país onde se encontram, podendo ser usufruídos pelos outros, mas não como um património de todos. Mais tarde Ramalho também veio falar deste património global, mas num novo contexto totalmente diferente. Estas visões globais de património teriam uma influência inglesa, num contexto onde William Morris, também por estes anos, referia a concepção de uma propriedade global dos monumentos arquitectónicos<sup>114</sup> ou seria uma ideia original?

### **O esquema orgânico usado por Possidónio da Silva em “Monumentos Nacionais” (1885-1894)**

A influência de Joaquim Possidónio Narciso da Silva é talvez das mais incontestáveis no panorama da protecção dos monumentos nacionais portugueses do século XIX e, como não podia deixar de ser, Ramalho não fugiu a esta regra. Pelo contrário, a sua proximidade no fim da vida com o este arquitecto, como presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais, mais estreitou esta afinidade teórica.

Em sequência dos trabalhos encetados no seio da primeira Comissão, na primeira metade da década de oitenta, Possidónio da Silva elaborou um relatório, logo publicado no Boletim da RAACAP<sup>115</sup> e, mais tarde, parcialmente reeditado pela Comissão dos Monumentos Nacionais em 1894<sup>116</sup>. Esta segunda publicação foi sem dúvida lida e consultada pelo nosso escritor, já nessa altura vogal da Comissão, constituindo uma das bases para a preparação de *O Culto da Arte em Portugal*.

Embora a actividade de Possidónio da Silva fosse muito anterior a 1882, marcamos agora esta data por ele ter sido nessa altura incumbido da realização de um levantamento do estado de conservação, memórias descritivas e o registo gráfico dos edifícios públicos e

<sup>114</sup> BLANCO, Javier Rivera, *De Varia Restauratione, Teoria e Historia de la Restauración Arquitectónica*, 2.<sup>a</sup> edição, Abada Editores, Madrid, 2008, pp. 150-151.

<sup>115</sup> SILVA, Joaquim Possidónio da, “Monumentos nacionaes”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Série 2.<sup>a</sup>, Tomo IV, n.º10, 1885, pp. 153-158.

<sup>116</sup> SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, *Relatorio da Comissão dos Monumentos Nacionaes, apresentado ao Illustrissimo Excellentissimo Senhor Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria pelo Presidente da Referida Comissão em 1884*, Imprensa Nacional Lisboa, 1894.

dos monumentos considerados nacionais, um pouco à semelhança dos seus trabalhos iniciados no fim da década de cinquenta<sup>117</sup>. Começando pelo levantamento de alguns dos edifícios emblemáticos da capital, estendeu-se posteriormente pelo país, em campanhas de reconhecimento disseminadas por vários locais, especialmente no norte.

Com os seus setenta e muitos anos, Possidónio da Silva meteu-se ao caminho para ir confirmar os monumentos registados na lista apresentada pela mesma Real Associação no final de 1880. No seu relatório fez uma listagem dos trabalhos realizados, bem como do estado de conservação dos monumentos nacionais, referindo os desacatos infligidos sobre eles e quais as providências a serem tomadas pelo Ministério das Obras Públicas, pelas instituições locais ou mesmo pelos próprios proprietários privados, para se tomar alguma posição em prol da defesa desse património. Aproveitou também para ir relatando as suas próprias iniciativas em relação aos monumentos portugueses, louvando sempre o papel do Ministro das Obras Públicas então no poder, Hintze Ribeiro<sup>118</sup> e, provavelmente ao seu sucessor, António Augusto de Aguiar.

Começando por Santarém, Possidónio fez um périplo pelo país, especialmente centrado nos distritos do centro e norte, com excepção de Évora, Beja e Portalegre, passando por Coimbra, Tomar, Porto, Guarda, Caldas da Rainha, Viana do Castelo, Penafiel, Alcobaça, Setúbal, Palmela, Alenquer e Braga, locais onde foi descrevendo alguns monumentos pontualmente, lamentando o seu estado de abandono e os vandalismos sobre eles perpetuados, ou, pelo contrário, louvando o papel positivo de algumas pessoas ou agremiações na protecção dos seus monumentos locais.

Como conclusão dos seus trabalhos, mais uma vez frisava a necessidade da criação de uma entidade responsável pelos monumentos, a sua protecção, a aprovação de projectos, o acompanhamento de obras, etc., tirando esta responsabilidade das mãos das pessoas cujo livre arbítrio, relacionado com o total desconhecimento e ignorância da importância artística e histórica do objecto, continuasse a alterar a feição e a originalidade consagrada dos distintos elementos da evolução histórica do povo português.

Julgamos também interessante a comparação feita com as suas visitas anteriores, especialmente as realizadas no fim dos anos cinquenta e início da década seguinte, onde

---

<sup>117</sup> Sobre este arquitecto e o seu papel na protecção do património nacional deve ser consultada a seguinte tese: MARTINS, Ana Cristina Nunes, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica – Um percurso na arqueologia portuguesa de oitocentos*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1999.

<sup>118</sup> Seria interessante aprofundar este aspecto do político Hintze Ribeiro, dada a sua constante relação com as várias Comissões e Conselhos dos Monumentos Nacionais, como veremos adiante.



fizera vários levantamentos de monumentos, constatando que nada ou muito pouco evoluíra no sentido da sua preservação nos últimos vinte anos.

Ao contrário dos outros elementos analisados e, pela lógica da sua própria natureza, este documento não é doutrinário, nem teórico, mas apenas um relatório dos trabalhos realizados, onde são apontados problemas, sem se desenvolver quais as soluções preconizadas, remetidas para a correspondência trocada com o Ministro tutelar.

A influência referida no início deste ponto, na obra de Ramalho, é confirmada pela utilização de um esquema muito semelhante ao adaptado por Possidónio, mas com um desenvolvimento mais aprofundado de determinados temas, conferindo-lhe um carácter totalmente distinto, complementado pela apresentação de um conjunto de propostas para solucionar os vários problemas abordados.

## Conclusões

Como referimos no início deste capítulo, houve outras pessoas dedicadas a este tema, escrevendo artigos na imprensa periódica, como foi o caso de Costa Cascaes, com o seu artigo “Monumentos”, publicado nas páginas de *O Panorama* em 1854, onde fez um feroz ataque ao desprezo e falta de cuidado votado aos monumentos, considerando o restauro ali efectuado como um ...*aborto artistico de um edificio mutilado...*<sup>119</sup>.

Em 1887, Borges de Figueiredo escreveu dois artigos dedicados aos descatos perpetuados no Convento de Odivelas<sup>120</sup>, onde tanto o enquadramento como o tom lamentoso se adaptam muito bem à linha de continuidade encontrada no conjunto de textos aqui estudados. Para este autor as intervenções eram realizadas sem critério, demonstrando a máxima ignorância face à importância dos objectos e bens a intervir. Mais uma vez, se dava destaque à tumulária, um assunto sempre vergonhoso, ao qual Ramalho também se dedicou profundamente na obra em análise no ponto seguinte.

Não podemos garantir a leitura destes textos todos por Ramalho, na preparação da sua obra *O Culto da Arte em Portugal*, no entanto, fomos encontrando ao longo deste texto os paralelos e influências possíveis nesta obra.

No primeiro caso, o *culto* a Garrett é indiscutível, mas alargado a toda a sua obra e conduta literária. Ao longo das suas páginas vamos sempre encontrando referências a esse

<sup>119</sup> CASCAES, J. da Costa, “Monumentos...”, pp. 210-212.

<sup>120</sup> FIGUEIREDO, Borges de, “Monumentos Historicos”, dir. A. C. Borges de Figueiredo e M. Alexandre de Sousa, *Revista Archeologica e Historica*, Vol. I, Typographia de Adolpho, Modesto & C.<sup>a</sup>, Lisboa, 1887, pp. 156-158 e 177-182.

escritor e muitas vezes a adaptação de textos seus a novas realidades. A sua integração ou influência no grupo dos *neogarretistas* apenas veio confirmar mais este aspecto.

Alexandre Herculano, considerado por muitos como o “pai de uma geração” foi obviamente um exemplo de conduta e probidade tanto para Ramalho, como para os restantes intelectuais da época. A sua inovadora maneira de encarar a História portuguesa, livre de lendas e milagres, tornou-o uma figura de proa na nova abordagem deste assunto. Neste trabalho focamos obviamente a sua faceta directamente ligada ao assunto em estudo, reflectida nos seus “Monumentos Patreos”, sem dúvida o texto mais importante para o ressurgimento da causa patrimonial em Portugal, em dois momentos distintos. Ramalho bebeu ali muitas ideias, acabando por se encontrar facilmente alguns dos seus princípios imbuídos da visão de Alexandre Herculano sobre o assunto, mas adaptado à realidade em análise, marcada pelas várias vicissitudes do fim de século.

Vimos também outras fontes, onde o nosso escritor foi buscar ideias e referências, como foram os trabalhos de Raczynski, Mendes Leal, Vilhena Barbosa, também muito marcantes neste panorama, pela sua actualização de conceitos e lançamento de alertas e novas soluções, algumas das quais adaptadas na sua obra de 1896.

Com influências anteriores directas, recuando um pouco nas datas, encontramos os trabalhos do Marquês de Sousa Holstein, bem como os resultados da comissão de 1875, formada no seio da Academia Real de Belas Artes. Este momento de viragem marcou indiscutivelmente a maneira de se encarar este assunto no nosso país, sendo muito provavelmente, a causa do pedido de ajuda do Ministério das Obras Públicas de um arrolamento geral dos monumentos à RAACAP, e todas as iniciativas desenvolvidas a partir de então, algumas das quais estudaremos nesta tese.

O seu contacto directo com Possidónio da Silva, na Comissão dos Monumentos Nacionais, não podia aqui ser descurado de maneira nenhuma, encontrando-se na organização estrutural do seu relatório dos trabalhos desenvolvidos na década de oitenta, um grande paralelo com o texto de Ramalho. Para além disso, encontrámos também documentação comprovando esta ligação entre os dois homens, onde o arquitecto responde a dúvidas colocadas sobre um dos assuntos em análise<sup>121</sup>.

O conjunto dos textos apresentados dá a visão pretendida de homogeneidade e continuidade nas ideias defendidas, retomadas e actualizadas ao longo dos anos pelos vários escritores, como também se poderá verificar nos estudos académicos e outros

---

<sup>121</sup> Analisaremos este documento no ponto seguinte.

trabalhos referidos ao longo da tese<sup>122</sup>. Embora Ramalho desenvolva um pouco mais alguns pontos aqui referidos, veremos em seguida que ele deu seguimento a este esquema de abordagem ao problema da defesa dos monumentos nacionais.

---

<sup>122</sup> ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios...*, p. 93.



### 1.3. *O Culto da Arte em Portugal*

*O «Culto da Arte em Portugal» é um dos livros mais expressivos do panorama português do final do século XIX no que respeita aos desacatos e sevícias de que os monumentos nacionais foram vítimas. Ninguém como Ramalho fustigou com mais sagrada indignação e com mais graça a incúria, a estúpida incompreensão que chegou ao sacrilégio com que algumas das mais veneráveis obras de arte tinham sido destruídas ou restauradas.<sup>1</sup>*



Figura 8 – Retrato póstumo de Ramalho Ortigão pintado pelo seu neto Luís Ortigão Burnay<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> SANTOS, Reinaldo dos, “Ramalho e a Arte”, *Diário de Notícias*, 4 de Dezembro de 1957, p. 1. Ver Anexo 2 – Artigos publicados na imprensa periódica, Artigo 6.

<sup>2</sup> Esta pintura de grandes dimensões encontra-se actualmente na Biblioteca

Na qualidade de vogal da Comissão dos Monumentos Nacionais, em Abril de 1895 Ramalho Ortigão apresentou numa sessão um parecer sobre as obras executadas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória na Batalha<sup>3</sup>. Este documento surgia no seio de uma discussão marcada pela discórdia entre os vários vogais desde Outubro do ano anterior<sup>4</sup> e marcava a posição do nosso escritor não só face àquele monumento, como ao panorama português de protecção e negligência pelos nossos monumentos.

Embora não tenhamos conseguido localizar o original do texto apresentado, um artigo publicado no dia seguinte à sessão no *Diário de Notícias*, onde foi realizado um resumo dos seus conteúdos dá-nos a entender encontrar-se ali a base para a redacção da obra em análise, sendo a semelhança dos temas abordados notória. Em ambos os casos existe uma crítica à intervenção do Mosteiro da Batalha, bastante desenvolvida no livro em relação aos outros temas, acompanhada de um apanhado geral do estado do país.<sup>5</sup>

*O relatório do sr. Ramalho Ortigão não se refere unicamente às obras de restauração realizadas na Batalha. Principiando por definir a feição da architectura moderna, tão diferente da feição heroica e nobre da architectura antiga, o sr. Ramalho Ortigão delinea-nos, com um grande poder descriptivo, o que era outr'ora a igreja, na idade media e na renascença, o monumento por excellencia, onde a vida social se representava, em todas as suas fases como n'um verdadeiro palco. Depois faz a applicação das suas doutrinas historicas e estheticas ás principaes restaurações artisticas que se tem feito no paiz e põe em relevo algumas das irreverencias commettidas em Belem, na Madre de Deus e na Batalha.*

*Não contente com isto, divaga ainda, com uma critica humoristica, sobre o estado da civilisação portugueza em todas as modalidades, sendo de um extraordinario effeito a nota consagrada á litteratura nephelibata.*

*O sr. Ramalho termina propondo a remodelação da commissão dos monumentos, a quem cabe sobretudo proceder desde já ao inventario de todas as riquezas archirectonicas e artisticas portuguezas<sup>6</sup>.*

<sup>3</sup> O papel desempenhado por Ramalho nesta Comissão será tratado no capítulo seguinte.

<sup>4</sup> Acta de 22 de Outubro de 1894, ANBA, 3-C-SEC.257.

<sup>5</sup> Para ser mais esclarecedor, juntámos uma transcrição integral deste artigo aos nossos anexos. Ver Anexo 2 – Artigos publicados na imprensa periódica, Artigo 1.

<sup>6</sup> *Diário de Notícias*, 28 de Abril de 1895.

Esta abrangência generalizada, fruto de uma ponderação e pesquisas cuidadas, constituiu a estrutura base da obra publicada no ano seguinte, dedicada à Comissão dos Monumentos Nacionais.

Para uma melhor sistematização dos temas abordados o nosso escritor dividiu a obra em doze grandes temas, elucidando logo no seu início o leitor para os assuntos abordados nas seguintes cento e setenta e seis páginas.

*Monumentos architectonicos – Restaurações – Desacatos - Pintura e Escultura - Artes Industriais - O genio e o trabalho do povo - Indiferença official – Decadencia - Anarchia esthetica - Desnacionalisação da arte - Dissolução dos sentimentos - Urgencia de uma reforma<sup>7</sup>.*

### **Impacto da Obra**

Esta amplitude de assuntos resultou numa visão global, mais ou menos aprofundada, do panorama português até à data da sua elaboração, querendo Ramalho marcar uma posição individual, dando a conhecer à sociedade em geral quais eram as suas ideias e as soluções para resolver os problemas existentes. Cruz Malpique na sua biografia sobre o escritor sublinha a sua independência intelectual ao escrever este livro, bem como a forte vertente pedagógica ali demarcada<sup>8</sup>.

*O Culto da Arte em Portugal, escrito pelo desempenado Ramalho, corresponde a uma época em que Ramalho estava ensinando os portugueses a amar a sua própria terra, curando-se dos exageros de louvar o estrangeiro, só porque é o estrangeiro, e denegrindo o que é nacional, só porque é nacional. No próprio Ramalho, esse livro corresponde a uma fase de relativa penitência - a de muito ter olhado para o mundo de fora, com menosprezo no próprio<sup>9</sup>.*

Este conceito enquadrava-se perfeitamente no referido movimento de regresso às origens e ao “verdadeiramente” português, mas ia um pouco mais além, não apresentando apenas uma listagem de desgraças, mas valorizando também determinadas situações e sugerindo

<sup>7</sup> RAMALHO, Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, Antonio Maria Pereira, Livreiro-Editor, Lisboa, 1896, sub capa.

<sup>8</sup> MALPIQUE, Cruz, *Ramalho Ortigão – Ensaio*, Editora Educação Nacional, Porto, 1957, p. 184.

<sup>9</sup> Idem, p. 182.

novas soluções e abordagens para a resolução dos problemas, aspectos estes que acabam por lhe retirar o estatuto de lamento, para a tornar uma obra construtiva.

Talvez por essas razões *O Culto da Arte em Portugal* tenha tido tão grande impacto, não só no momento da sua publicação, como nas várias conjunturas políticas e sociais seguintes, mesmo tendo em conta o número reduzido de edições, comparativamente a outros livros de Ramalho. Publicada pela primeira vez em 1896<sup>10</sup>, esta obra conheceu apenas três reedições: em 1900<sup>11</sup> no Brasil, em 1943<sup>12</sup>, integrada numa colecção do autor e, mais recentemente, em 2006<sup>13</sup>, também como parte integrante de um grupo de textos de autores oitocentistas. Esta última edição vem atestar a importância desta obra no nosso panorama cultural presente. Embora seja considerada por muitos como portadora de uma visão actual, estabelecendo paralelos entre a incúria votada ao nosso património e o desleixo dos nossos dias, infelizmente não será esta a melhor maneira para a caracterizar, porque na época de Ramalho se a ignorância ainda grassava, hoje em dia esta não pode servir desculpa...

Para os autores do final da primeira metade do século XX, enquadrados num contexto totalmente diferente, pautado pela super valorização deste património histórico português como uma das bases ideológicas de um regime ditatorial<sup>14</sup>, só passados alguns anos se começaram a ver os efeitos das palavras proferidas por Ramalho, referindo Marinho da Silva que o alerta lançado em 1896 apenas se repercutiu cinco décadas depois<sup>15</sup>. Esta ideia tinha sido anteriormente defendida por Joaquim Costa atribuindo a Ramalho, um pouco exageradamente, uma ajuda na definição do carácter do povo português, bem como a sua feição especial<sup>16</sup> e por Reinaldo dos Santos ao alertar a importância desta obra, a ser considerada como *...o evangelho de todos que realmente amam a arte deste país, e desejam iniciar-se na sua compreensão e originalidade expressiva...*<sup>17</sup>.

<sup>10</sup> *O Culto da Arte em Portugal*, A.M. Pereira, Lisboa, 1896. As várias referências aqui realizadas a esta obra são sempre relativas a esta primeira edição.

<sup>11</sup> *O Culto da Arte em Portugal*, 2a ed Francisco Alves, Paris, Aillaud, Rio de Janeiro, [19--].

<sup>12</sup> *A Arte Portuguesa I*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1943.

<sup>13</sup> *O Culto da Arte em Portugal*, Colecção Esfera das Letras, Esfera do Caos, 2006.

<sup>14</sup> Este tema encontra-se desenvolvido em algumas teses, entre as quais destacamos: NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *Memória, Propaganda e Poder – O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, FAUP publicações, Porto, 2001, e TOMÉ, Miguel, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, FAUP Publicações, Porto, 2002.

<sup>15</sup> SILVA, Marinho da, “Ramalho Ortigão – O Precursor” in *Panorama - Revista portuguesa de arte e turismo*, n.º 7, ano 1, vol 2º, Edição Mensal da Secretaria de Estado de Propaganda Nacional, 1942, p. IV.

<sup>16</sup> COSTA, Joaquim, *Ramalho Ortigão – precursor do Nacionalismo contemporâneo*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1937, p. 62.

<sup>17</sup> *A ironia com que nos conta a tragédia burlesca dos nossos monumentos, vítimas da insensibilidade e da incultura artística da época, não são apenas modelos de humanismo e graça, são por vezes documentos*



No entanto, estudos mais recentes, realizados por Jorge Custódio, vieram demonstrar a importância deste livro na 1.<sup>a</sup> República, sendo ali estabelecida a ideologia posteriormente seguida na salvaguarda e intervenção nos monumentos nacionais nesse período em Portugal<sup>18</sup>.

Em 1896 a obra teve o mérito de agrupar num só livro um conjunto de exemplos demonstrativos e da sua divulgação por um público teoricamente mais vasto, mas ainda assim muito reduzido, como vimos anteriormente. De qualquer modo, as questões deixavam de se limitar às pessoas directamente envolvidas no assunto, fossem pertencentes à Comissão ou não, reflectindo-se este facto principalmente no impacto obtido na Imprensa da época. Num conjunto de quatro artigos publicados no jornal *O Tempo*<sup>19</sup>, onde analisava profundamente a obra e fazia o seu enquadramento social, Affonso Vargas considerava o livro triste e desalentador, mostrando as verdades aos iludidos pelo amor nutrido pela sua Pátria. Apesar do desalento, acabava por aceitar a prova da pouca importância dada pelo povo à Arte e ao seu desenvolvimento, como um reflexo da atitude tida por parte das entidades superiores: os portugueses não passavam de um povo sem um objectivo comum, dispersando-se em todas as direcções.

*Porque não pôde evitar-se esse erro fundamental e tremendo no impulso que nos foi dado, é que se tornaram possíveis vergonhas como as que o Culto da Arte em Portugal lugubrememente nos deixa observar a nu, e que denotam não já a ignorancia que todavia tantas cousas justifica, mas, peor ainda do que ella, a ausência d'aquelle incoercivel e sagrado sentimento de confraternidade e de civismo que prende todos os filhos da mesma terra á doce atmospherá commum em que se fizeram e radiaram uns certos principios, uns certos ideaes, e uns certos sentimentos, que d'elles vieram para elles voltam e por elles se fortificam e engradecem*<sup>20</sup>.

---

essenciais para a história da arqueologia portuguesa, e que sem a crónica de Ramalho se teriam perdido, SANTOS, Reinaldo, *Ramalho Ortigão* (Conferência proferida no dia 8 de Agosto de 1935), Publicações dos Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais, Lisboa, 1935, p. 9 e 11, respectivamente.

<sup>18</sup> CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a 1.<sup>a</sup> República, Doutoramento em Arquitectura apresentado à Universidade de Évora, exemplar policopiado, Évora, 2008.

<sup>19</sup> VARGAS, Affonso, “O Culto da Arte em Portugal”, *O Tempo*, 8.<sup>o</sup> anno, n.<sup>o</sup> 20306, 2 de Junho de 1896, p. 2. N.<sup>o</sup> 20307, 3 de Junho de 1896, n.<sup>o</sup>20308, 4 de Junho de 1896 e n.<sup>o</sup> 2310, 7 de Junho de 1896.

<sup>20</sup> VARGAS, Affonso, “O Culto...”, n.<sup>o</sup> 20306, 2 de Junho de 1896, p. 2.

Apesar de ter tido o mérito de mostrar aos portugueses a sua capacidade artística, inexistente na opinião de muitos até então, Affonso Vargas vaticinava a sua péssima aceitação por parte da opinião pública em geral, pouco disposta a receber críticas, especialmente da envergadura das apresentadas por Ramalho<sup>21</sup>.

O interesse do estudo desta obra ainda se torna maior, tendo em conta o facto de ser normalmente muito pouco aprofundado nas biografias de Ramalho, surgindo geralmente pequenas referências pontuais ao livro e às suas consequências no meio. Por outro lado, tem sido mais recentemente referido nas teses dedicadas ao património português e, mais especificamente, em dois artigos dedicados exclusivamente a esta obra, da autoria de Lúcia Rosas e de Paulo Oliveira Ramos<sup>22</sup>. Para além destes textos e dos já publicados por nós sobre o assunto<sup>23</sup>, tornava-se da maior pertinência uma análise mais aprofundada de *O Culto da Arte em Portugal*, para a sua compreensão mais ampla e o melhor enquadramento na sua época e nas seguintes.

### Enquadramento geral

Nos estudos já realizados, de uma forma geral, é dado mais valor à facção dedicada ao património imóvel presente nesta obra; no entanto, não se deve descurar o facto de Ramalho não se ter dedicado exclusivamente ao património construído, mas também aos bens móveis e, em menor escala, à arte industrial.

Para o escritor a questão encontrava-se exactamente no culto prestado à nossa Arte, ainda praticamente inexistente num país com tendências para desvalorizar as suas qualidades e potencialidades artísticas, não só do passado, mas também no presente e no futuro, ao apostar tão pouco na educação artística do povo português. Este factor era essencial. Para se apreciar a Arte era preciso conhecê-la e compreendê-la, podendo-se apenas assim valorizar os seus exemplares e promover a sua salvaguarda, valorização esta que faria

<sup>21</sup> VARGAS, Affonso, “O Culto...”, n.º 20310, 7 de Junho de 1896, p. 2.

<sup>22</sup> ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, “Ramalho Ortigão – Teoria e Acção no Restauro Arquitectónico”, in *Antero de Quental e o destino de uma Geração*, Edições Asa, Porto, 1994, pp. 293-297, e RAMOS, Paulo Oliveira, “Ramalho, Portugal, As Artes e o Património”, *O Ensino da História*, n.º 12, Boletim da Associação dos Professores de História, A.P.H., Lisboa, Outubro de 1998, pp. 23-28.

<sup>23</sup> ALVES, Alice Nogueira, “A Importância do Estudo da História da Conservação e Restauro *O Culto da Arte em Portugal* – Um guia no estudo do estado de conservação dos monumentos portugueses no fim do século XIX”, in *4.º Encontro do Instituto Português de Conservação e Restauro, A História, a Formação e as Boas Práticas em Conservação e Restauro, Nos 40 Anos do Instituto José de Figueiredo*, Edição em CD-ROM, Ministério da Cultura, Instituto Português de Conservação e Restauro, Lisboa, 2005, e ALVES, Alice Nogueira, “Património – Um Culto de Ramalho Ortigão”, *Encontro Aprendizagem de Feiticeiro, Investigações de Doutoramento dos cursos do Instituto de História da Arte da FLUL*, Edições Colibri, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009, pp. 179-188.

despoletar o processo criativo assente em bases sólidas com expressão tipicamente portuguesa.

Na linha dos seus antecessores, Ramalho insistia na ideias de o povo não ter interesses comuns, ao contrário dos seus antepassados unidos em prol da construção de uma obra para a comunidade, com uma duração prolongada por várias gerações até à sua conclusão, dando-lhe uma importância monumental, sendo o altruísmo demonstrado na construção da obra para benefício dos seus descendentes, um factor secundário na sociedade oitocentista. Os grandes edifícios tinham sido erigidos para serem o centro da vida destes povos antigos e, por isso mesmo, ali foram aplicadas as principais inovações, os materiais mais nobres e se envidaram os esforços de todos. As construções contemporâneas, pelo contrário, tinham um carácter imediato, sendo o seu objectivo responder a uma determinada necessidade surgida naquele momento, não existindo qualquer preocupação com a manutenção desta funcionalidade por largos anos. A seu ver, não eram usados materiais resistentes, substituídos por novos elementos de rápida produção, como o ferro, cuja durabilidade era reduzida, em comparação com a resistência e longevidade quase intemporais da pedra. Com esse objectivo, os projectos de arquitectura eram substituídos pelos de engenharia, onde imperava a funcionalidade, em detrimento da estética e perenidade do monumento, descurando-se as técnicas de construção tradicionais em favor de um tipo de edificação mais rápida. Esta falta de preocupação com o futuro também se reflectia na qualidade artística da obra em si, sem qualquer preocupação estética, dada a sua exclusiva urgência funcional. Muito longe iam os ideais colectivos orientadores da construção do aqueduto de Elvas, onde os seus primeiros construtores não haviam chegado a usufruir dos seus benefícios, tendo-o construído para os seus descendentes poderem ter uma melhor qualidade de vida, demonstrando uma abnegação totalmente inexistente na sociedade contemporânea.

Esta pequena introdução, muito inspirada nas questões levantadas pelos seus antecessores, era essencial para a compreensão da mensagem geral a alcançar por este livro. Não dando valor à construção colectiva, o povo não poderia compreender a importância dos monumentos como testemunhos do passado, memória de todos, um pouco idealizada pelo autor no caso da Idade Média, influenciado por referências anteriores, especialmente nos escritores de romances históricos. A época medieval tornara-se o ideal de uma sociedade marcada por uma profunda divisão de classes existindo um respeito mútuo e um lugar para a glória militar, num espaço temporal onde se construía um país através das façanhas dessa natureza. Para Ramalho, faltava-nos um

conjunto de características e sentimentos mais favoráveis a um sentido de unidade nacional:

*Falta-nos a noção de solidariedade patriótica, falta-nos o desapego dos bens da fortuna, falta-nos o largo espirito de abnegação, falta-nos a ilimitada liberalidade cavalleirosa, e falta-nos a fé dos nossos avós.*

*Na architectura trabalhamos unicamente para nós mesmos, sem cuidados de futuro, sem pensamento de continuidade de raça ou de familia, deslembrados de que teremos vindouros e de que teremos netos<sup>24</sup>.*

Aliando este facto à falta de conhecimentos sobre a História de Arte e da própria História de Portugal, especialmente dos principais momentos da sua formação, independência e sobrevivência até ao presente, compreendia-se o total desleixo pelos monumentos nacionais, eles próprios construídos ou modificados ao sabor do desenvolvimento dos acontecimentos e, por isso mesmo, testemunhas do devir dos tempos. Como vimos anteriormente, estas ideias colhidas em várias fontes, encontravam-se agora desenvolvidas e amadurecidas, devido a alguma reflexão teórica, mas principalmente, como resultado de uma observação da realidade nacional no terreno.

Infelizmente, as entidades governativas padeciam do mesmo mal e aliavam a essa ignorância a “moda” do progresso, materializado por si na funcionalidade e utilidade através de transformações com o objectivo de mostrarem ao povo haver alguém preocupado com a melhoria das suas condições de vida. A modernização urbanística das vilas e cidades portuguesas encontrava muitas vezes obstáculos nos velhos edifícios, muitos deles abandonados ou sem obras significativas desde a lei da extinção das casas religiosas nos anos trinta, encontrando-se a maioria em franco estado de ruína, sem qualquer aparente valor para um leigo, ali apenas visualizando destroços e a oportunidade de aproveitamento de materiais para outras construções. Em alguns casos as suas cercas haviam já sido aproveitadas para a implementação de espaços públicos, como praças e jardins, criando-se um ritmo de espaços seguindo os ideais românticos de meados desse século. Raquel Henriques da Silva defende esta visão da cidade como um espaço lúdico,

---

<sup>24</sup> RAMALHO, Ortigão, *O Culto...*, p. 5.

de lazer e passeio, onde a abertura de certas zonas dava uma visão mais regenerada e leve ao seu conjunto<sup>25</sup>.

Era importante construir edifícios com condições de salubridade e arejamento, ruas largas para a circulação de veículos, praças para abrir espaços públicos, demolir portas de castelos para se melhorarem os acessos ao interior das cidades, bem como todo um conjunto de medidas muito em voga nos ideais urbanistas da época, causadoras da alteração da traça das urbes, muitas vezes com o prejuízo das suas características medievais. A autora acima referida, sublinha também o facto de estas transformações nas cidades terem já os seus antecedentes, especialmente no caso de Lisboa, onde se continuaram a seguir as ordenações pombalinas pós terramoto, durante o século XIX; no entanto, surgira também a necessidade de aproximação aos padrões internacionais, tentando seguir-se os exemplos de Paris e Londres, nas suas medidas para o saneamento dos seus espaços urbanos<sup>26</sup>.

Lúcio Rosas atribui esta descrença dos defensores do património na ideia de progresso à mensagem passada por Herculano, caracterizada como uma incapacidade do Liberalismo, sendo este factor essencial para a total compreensão do modo de abordar a conservação dos monumentos<sup>27</sup>. Para Paulo Simões Rodrigues, Ramalho não se opunha ao progresso, essencial para a evolução humana, mas achava um dever conservar e preservar um modelo para o futuro<sup>28</sup>.

Se nas grandes cidades o progresso era inevitável, pela sua própria expansão, nos pequenos núcleos urbanos devia-se cuidar dos vestígios do passado, como guardiões da tradição<sup>29</sup>. No fundo, Ramalho apenas discordava da necessidade de se apagarem os testemunhos do passado para a construção do futuro, sob a consideração de não haver espaço para ambos os momentos temporais. Como contrapeso, em alguns locais da Europa começavam-se a reconstruir bairros históricos, contribuindo para a valorização de

<sup>25</sup> SILVA, Raquel Henriques da, *Lisboa Romântica: Urbanismo e arquitectura 1777-1874*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1997, pp. 407-419.

<sup>26</sup> Idem, pp. 278 e 330.

<sup>27</sup> ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios – A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Exemplar policopiado, Porto, 1995, pp. 88-89.

<sup>28</sup> RODRIGUES, Paulo Simões, *A Apologia da Cidade Antiga. A formação da identidade de Évora (sécs. XVI-XIX)*, Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Évora, Exemplar policopiado, Évora, 2008, pp. 385-386

<sup>29</sup> RODRIGUES, Paulo Alexandre Simões, *Património, Identidade e História. O Valor e o Significado dos Monumentos Nacionais no Portugal de Oitocentos*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea (séculos XVIII-XX), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1998, p. 230.

determinados locais como pontos de atracção turística, recriando-se ambientes medievais, numa encenação histórica muito atractiva para os visitantes.

Ramalho bradava contra esta ideia de progresso, esta destruição sistemática acarretando a perda das pequenas “pérolas” da arquitectura monumental portuguesa, como seria o caso do convento do Paraíso em Évora ou dos elementos chorados por Almeida Garrett, especialmente no *Arco de Sant’Anna*, onde atacara fortemente a municipalidade portuense por este tipo de transformações danosas para o seu sistema fortificado. Tal como os escritores antecedentes, também o autor fez da cidade de Santarém um dos seus temas de eleição, retomando o mote das obras de Alexandre Herculano e Almeida Garrett<sup>30</sup>, Ramalho actualizou os vandalismos, com elementos recolhidos de outros locais, como era o caso da história da necessidade da passagem do coche da rainha D. Maria II nas ruas desta cidade, obrigando à demolição da Torre da igreja de São João de Alporão, contada por Mendes Leal nos seus *Monumentos Nacionaes*<sup>31</sup>. Para Reinaldo dos Santos, este retomar do assunto de Herculano aproxima os dois escritores, tornando-os parceiros na indignação contra as autoridades escalabitanas, pelo seu amor à arte e aos monumentos<sup>32</sup>.

Para além deste exemplo, houve muita informação compilada de fontes diversas, não referidas especificamente pelo escritor, mas facilmente detectáveis numa comparação aos textos anteriormente estudados. Esta recolha, feita de modo algo arbitrário, pode ser considerada como uma falha na obra de Ramalho, tirando-lhe o seu potencial carácter científico, pela falta de referências temporais e históricas, ou qualquer menção aos seus intervenientes na maioria dos casos. Embora cite algumas fontes, especialmente as mais eruditas, a falta de referências mais pormenorizadas acaba por transformar a primeira parte deste livro num arrolamento sem ordem das desgraças do nosso património, muitas vezes descontextualizadas, misturando as acções oitocentistas de restauro com as transformações arquitectónicas setecentistas, executadas sob uma orientação totalmente distinta daquelas e, como tal, como uma leitura e compreensão totalmente diferentes.

<sup>30</sup> Referimos já a importância atribuída a esta cidade na literatura portuguesa. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística..., p. 117.

<sup>31</sup> LEAL, J. da S. Mendes, *Monumentos Nacionaes*, com fotografias de Henriques Nunes, Monumentos Nacionaes, Typographia Franco-Portuguesa, Lisboa, 1868, pp. 140-141.

<sup>32</sup> SANTOS, Reynaldo dos, “O Sentido da Arte na Obra de Garrett”, separata de *Belas Artes*, n.º 8, Lisboa, 1955, p. 7.

## A intervenção nos Monumentos Nacionais

O desenvolvimento das ciências históricas e arqueológicas, como novos ramos do saber, vinham incrementando a percepção da importância do passado e da necessidade em se preservarem os seus testemunhos ou, como os povos cultos consideravam, ...*a obra material do passado...*<sup>33</sup>. Na origem do restauro moderno encontrava-se a ideia de manter esse testemunho e o momento por ele caracterizado, não se alterando os monumentos com introduções de novos elementos, ao gosto da época, que contribuía ao longo dos séculos para a existência de edifícios com vários estilos arquitectónicos sobrepostos, num conjunto denominado por Ramalho de *polyarchitectonismo*<sup>34</sup>, com os exemplos máximos em Portugal centrados nos mosteiros dos Jerónimos e da Batalha. Em outros países começava a intervir-se de uma maneira diferente nos edifícios, como era o caso das catedrais de Milão e de Colónia, edifícios acabados seguindo-se o seu suposto estilo primitivo, sem a inserção de elementos de tipologia moderna.

Esta nova maneira de encarar a intervenção nos monumentos surgira em França onde apareceram os primeiros sistematizadores dos critérios de intervenção a ser seguidos, primeiro na pessoa de Vivet, o inspector-geral dos monumentos, seguido de perto por Viollet-le-Duc, autor do complemento e execução das ideias do seu antecessor, reflectido em muitos casos, como no do castelo de Pierrefonds. O facto da obra deste arquitecto ter interessado muito Ramalho, levou-o a visitar algumas das suas intervenções mais tarde, como foi o caso da catedral de Lausanne referido numa carta a sua mulher, bem como num dos seus cadernos de viagem<sup>35</sup>.

Estas teorias difundiram-se pela Europa, havendo já nessa altura várias intervenções dignas de nota, sendo os seus fundamentos muito mal compreendidos em Portugal. Segundo o autor, parecia não haver por parte dos restauradores portugueses conhecimento dos cuidados a ter com a preparação de um bom projecto de restauro. Havia, no entanto, a excepção honrosa de Mousinho de Albuquerque autor de um digno projecto para o mosteiro da Batalha, apoiado numa pesquisa e reflexão aturadas onde as suas opções eram fundamentadas e discutidas de modo sério. Não nos podemos esquecer o facto de Mousinho ter estado exilado no estrangeiro, onde muito provavelmente recolhera as

<sup>33</sup> RAMALHO, Ortigão, *O Culto...*, p. 10.

<sup>34</sup> Idem, p. 13.

<sup>35</sup> BNP, E19/458 – *Ortigão, Ramalho a ORTIGÃO, Emília Ramalho, 1900, Glion 2 de Agosto*, publicada em ORTIGÃO, Ramalho, *Cartas a Emília*, Introdução, selecção, fixação do texto, comentários e notas de Beatriz Berrini, Lisóptima Edições – Biblioteca Nacional, Lisboa, 1993, pp. 133-134, e em BNP, E19/84 - *Caderno 6 – Suíça – Itália – Exposição – 1900*.

informações necessárias neste campo. De resto o panorama era avassalador, por todo lado se intervinha sem qualquer projecto, sem pesquisas históricas e materiais, sem se compreender o carácter do edifício, a sua história, os seus elementos constituintes ou o meio onde se encontrava envolvido.

No entanto, apesar de neste aspecto ir buscar as ideias ao arquitecto e teórico francês, especialmente no concernente às características construtivas de um edifício, como sublinha Lúcia Rosas<sup>36</sup>, não era este a sua única fonte de informação. De facto, Ramalho recolhia aspectos que mais lhe interessavam em determinado teórico em detrimento de outro, sendo necessário enquadrar este aspecto no nas discussões da época em Portugal e, principalmente, nas teorias de Camillo Boitto, publicitadas por Gabriel Pereira no ano anterior<sup>37</sup>. Esta influência, também notada pela mesma autora, encontra-se noutras ideias, como a da necessidade em se atribuir uma função ao edifício antes de se definir qual a finalidade do restauro a efectuar, ou mesmo, na discussão mais aprofundada sobre a validade do próprio restauro enquanto elemento reconstrutor ou eliminador de fases históricas caracterizadas por estilos arquitectónicos originais ou diferentes deste, respectivamente. No entanto, a leitura destes textos não mostra muita clareza nestes assuntos, acentuando Maria João Neto as contradições existentes ao longo do texto<sup>38</sup>, também verificadas na prática, sublinhando ainda o facto de, apesar da influência sofrida por alguns intelectuais portugueses, as ideias e critérios de Ruskin e de Camillo Boito não chegaram a ter qualquer consequência prática, nesta altura<sup>39</sup>.

Entre a teoria e a sua aplicabilidade havia uma grande distância, sendo este o problema mais importante desta área, não só em Portugal, como noutros países da Europa, onde os próprios restauradores advogavam um ponto de vista, mas na prática executavam outro diferente. Estas confusões e contradições levaram à criação posterior das Cartas Internacionais, como tentativas de homogeneização de critérios de intervenção a nível geral, através de frases muito latas e susceptíveis de interpretações distintas, em alguns casos.

Quando estuda as intervenções oitocentistas do mosteiro dos Jerónimos, Clara Moura Soares refere esta questão do fraco seguimento da teoria violletianas, no concernente à escolha de arquitectos pouco experientes na área do restauro, à carga imaginativa pouco

<sup>36</sup> ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, “Ramalho Ortigão – Teoria...”, p. 295.

<sup>37</sup> PEREIRA, Gabriel, “Restaurar e Conservar”, *Arte Portuguesa*, Anno 1, n.º 6, Junho de 1895, p. 1.

<sup>38</sup> NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *Memória Propaganda...*, p. 108.

<sup>39</sup> NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, “ Raul Lino ao serviço da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Uma nova perspectiva de intervenção” in *Artis*, Revista do Instituto de História d Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, n.º 1, Braga, 2002, p. 265.



assente em pesquisas e saber histórico e à importância dada à aparência dos edifícios em detrimento da sua estabilidade<sup>40</sup>. Estas considerações podem aplicar-se de um modo mais generalista aos monumentos intervencionados nesta época.

Entretanto, as obras iam sendo feitas ao sabor do momento e do capricho de quem as orientava e as pagava. O exemplo mais vergonhoso fora o da torre construída no corpo lateral do mosteiro dos Jerónimos, sob um projecto de dois cenógrafos, sem qualquer preocupação construtiva e estrutural, acabando por ruir e pôr termo à vida de vários operários. Repetia aqui o nosso escritor a ideia das afirmações escritas anteriormente: a torre caíra de vergonha.



Figura 9 – Capitel da igreja da Madre de Deus com locomotiva<sup>41</sup>.

Outro caso digno de nota foi o do mosteiro da Madre de Deus, onde o restauro tinha sido completamente arbitrário, construindo-se *...discretamente...* um portal com base numa pintura na fachada principal do edifício e, o mais ultrajante de tudo, decorando-se os capiteis de um dos claustros com locomotivas de comboios a entrar em túneis, numa inspiração obviamente surgida pela proximidade da linha de caminho de ferro, como salientou numa das suas aulas Maria João Neto. Anteriormente também Luciano Cordeiro chamara a atenção para esta representação totalmente desenquadrada no monumento com outro contexto histórico e artístico totalmente distinto<sup>42</sup>. Actualmente consideramos esta representação como pitoresca, datando o momento da intervenção, sobrepondo-se os dois acontecimentos a nível de importância social. A ligação das duas principais cidades do

<sup>40</sup> SOARES, Clara Moura, *As Intervenções Oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém: O Sítio, a História e a Prática Arquitectónica*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2005.

<sup>41</sup> Fotografia da autora.

<sup>42</sup> CORDEIRO, Luciano, *As Obras dos Jeronimos, Parecer apresentado á Comissão dos Monumentos Nacionaes, em sessão de 7 de Novembro de 1895*, Typographia – Casa Portuguesa – Papelaria, Lisboa, 1895, p. 9. Analisaremos esta obra numa fase mais adiantada desta tese.

país entre si e com a Europa era um acontecimento de suma relevância na sociedade de então e ali ficou registado. Para Ramalho, este era o exemplo acabado da má preparação dos projectos de restauro naquela época.



Figuras 10 e 11 – Fachada da Igreja da Madre de Deus antes da Intervenção<sup>43</sup> e pormenor da porta depois do restauro<sup>44</sup>.

Em vez de valorizarem os vestígios e ruínas existentes, construíam-se novas ruínas fingidas no jardim público de Évora e criavam-se falsas cenografias medievais espalhadas pela cidade<sup>45</sup>, demolindo, quase em simultâneo, vestígios da mãe de água do aqueduto da Prata em frente do Convento de S. Francisco da mesma cidade. Faltava ordem, faltavam princípios, mas principalmente, faltava uma lei regulamentadora destas intervenções obrigando à direcção das obras por pessoas com as competências e formação necessárias para tal.

O caso da Batalha era outro exemplo. Voltaremos a aprofundar a sua opinião e conclusões sobre este assunto mais à frente, mas não queríamos deixar de referir o aspecto mais importante sublinhado em relação a este monumento. Apesar da belíssima memória apresentada por Mousinho de Albuquerque, tinham-lhe sucedido arquitectos sem qualquer preparação para aquele tipo de restauro e isso concluía-se facilmente pela

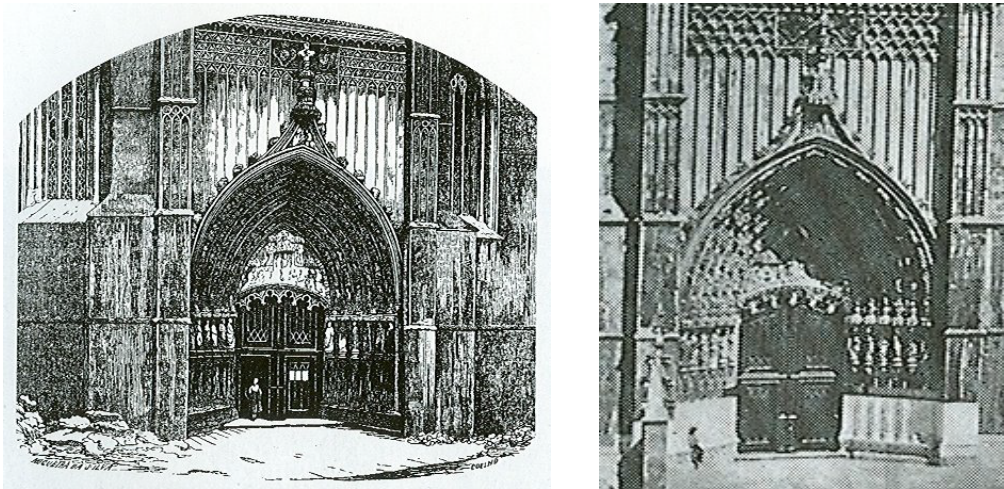
<sup>43</sup> Gravura de Barbosa Lima. BARBOSA, Vilhena, “Convento da Madre de Deus”, *Archivo pittoresco, Semanario illustrado*, 5.º Anno, Editores proprietários, Castro, Irmão & C.ª, 1862, p. 333.

<sup>44</sup> GUIMARÃES, J. Ribeiro, “O Mosteiro da Madre de Deus”, *Artes e Letras*, N.º 3, Terceira Série, Rolland Semiond, Lisboa, 1871, pp. 45-47. Na Figura 25 da página 302 do último capítulo apresentamos uma reprodução da pintura referida. Veja-se também: CAMPOS, Teresa, HENRIQUES, Paulo, “Entre a Obra Nova e a Conservação da Obra”, *Igreja da Madre de Deus – História, Conservação e Restauro*, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2002, pp. 105-115.

<sup>45</sup> RODRIGUES, Paulo Alexandre Simões, *Património, Identidade...*, p. 229.

observação da intervenção realizada na porta da entrada. Para resolver um problema de acumulação de águas, baixara-se a cota da entrada da porta, resultando num aumento da sua altura, disfarçado com cantaria nova, retirando-lhe completamente a proporção original<sup>46</sup>. Para Ramalho era elementar a necessidade de alguma pesquisa por parte deste arquitecto, a leitura dos teóricos da área, como por exemplo Viollet-le-Duc, onde perceberia a interligação de todos os elementos da arquitectura gótica, seguindo regras de proporção inquebráveis, tendo em conta a própria estatura do homem, construtor e usufruidor do edifício. Este problema era tão óbvio para um escritor como seria para um arquitecto a detecção de uma passagem de um livro introduzida modernamente sem respeito pelo estilo original do texto<sup>47</sup>.

*Será difficil encontrar em um tão breve episodio de construcção uma tão vasta affirmativa de desoladora ignorancia*<sup>48</sup>.



Figuras 12 e 13 – Porta da Igreja do Mosteiro de Santa Maria da Vitória antes da intervenção<sup>49</sup> e depois da intervenção<sup>50</sup>.

<sup>46</sup> Sobre esta intervenção ver NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997.

Ver também um documento de Possidónio da Silva referido no capítulo seguinte e reproduzido no nosso anexo. Anexo 1- Documentação, Documento 3.

<sup>47</sup> *Um barbarismo architectonico está tanto ao alcance de um escriptor como um barbarismo grammatical está ao alcance de um architecto*. RAMALHO, Ortigão, *O Culto...*, p. 48.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Desenho de Nogueira da Silva. "Convento da Batalha", *Archivo pittoresco, Semanario illustrado*, 3.º Anno, Editores proprietários, Castro, Irmão & C.<sup>a</sup>, 1860, p. 113.

<sup>50</sup> Foto da DGEMN, publicada em NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *James Murphy...*

Entretanto, o escritor continuava a enumerar atentados perpetuados contra os nossos monumentos.

*Levaria muito tempo e seria excessivamente triste enumerar todos os attentados de que teem sido e continuam a ser objecto, perante a mais desastrosa indiferença dos poderes constituídos, os monumentos architectonicos da nação, os quaes assignalam e commemoram os mais grandes feitos da nossa raça, sendo assim por duplo titulo, já como documento historico, já como documento artístico, quanto ha, sobre a terra em que nascemos mais delicado e precioso para a honra, para a dignidade, para a gloria da nossa patria<sup>51</sup>.*

Ramalho pretendia apenas apresentar alguns exemplos ilustrativos da realidade portuguesa, onde os poderes instituídos em vez de desenvolverem acções para salvarem a memória histórica do país, se entretinham a destruí-la metodicamente até ao dia em que mais nada restasse e desaparecêssemos como povo constituído sobre um conjunto de acontecimentos cujos testemunhos perpetuadores da sua memória deixavam de existir.

Estes poderes instituídos comportavam-se de duas maneiras face aos monumentos: ou os deixavam morrer, através do seu abandono total, ou os restauravam, não existindo um meio-termo onde pudessem ser aplicadas medidas de pura conservação dedicadas simplesmente a manter os edifícios tal como estavam. O restauro era apenas exercido sobre os monumentos mais emblemático, os mosteiros dos Jerónimos, da Batalha e da Madre de Deus, e, mesmo nestes casos, sem qualquer base científica ou preparação, não se conhecendo as características intrínsecas necessárias para uma correcta actuação e intervenção.

Faltavam projectos de restauro; o caso de Mousinho já tinha demasiados anos e não reflectia as realidades contemporâneas. Era necessário promover o estudo global dos edifícios a intervir sob vários pontos de vista, histórico / arqueológico, artístico e técnico, e só assim se alcançaria o pleno conhecimento do monumento<sup>52</sup>. Apenas perante a apresentação de um conjunto significativo de elementos caracterizadores do edifício e do

<sup>51</sup> RAMALHO, Ortigão, *O Culto...*, p. 16.

<sup>52</sup> Na continuação deste parágrafo Ramalho especificou mais pormenorizadamente os aspectos relevantes: *...qualidade do solo, influencias da atmosphaera, escolha de materiaes, condições de resistencia e de equilíbrio, systema geral de structura, determinação do stylo, desde as suas grandes linhas e dos seus motivos dominantes até os ultimos desenvolvimentos d'essas linhas, até o extremo desdobramento d'esses motivos, mão de obra, direcção e apprendisagem em todas as officinas de que depende o restauro, etc.* Idem, p. 20.

meio onde se inseria, bem como as ideias originais norteadoras da sua edificação, se poderia fazer uma correcta avaliação do projecto de restauro. Ao longo de toda a sua obra Ramalho foi sempre insistindo neste ponto: era necessário combater a maneira como os edifícios portugueses andavam a ser interpretados e restaurados.

*...não houve antecedencia de programma, nem estudo previo, nem determinação de methodo, nem sancção critica, nem fiscalisação technica, nem policia artistica de especie alguma*<sup>53</sup>.

Se era este o cenário nas altas esferas, nos municípios a situação era mais preocupante. O desdém era geral, não se limitando infelizmente aos exemplos analisados anteriormente, havendo um pouco por todo o país, qualquer coisa a lamentar. A falta de respeito pelos nossos antepassados reflectia-se muito visivelmente na tumularia, como referido anteriormente.

Teoricamente, a manutenção do túmulo dos nossos avós era uma forma de lhe honrar a memória, vida e feitos. A destruição e mutilação sistemática dos túmulos dos grandes antepassados da História de Portugal eram uma vergonha nacional. Ramalho mostrava a gravidade deste aspecto, pela narração de um conjunto de episódios, alguns deles bastante pitorescos, como o do caso da divisão do túmulo de Egas Moniz na Igreja de S. Salvador de Paços de Sousa, e a colocação de uma metade de cada lado da igreja<sup>54</sup>, ou a amputação das pernas das figuras dos túmulos do Conde D. Henrique e de sua mulher, cortados pelo joelho para caberem nos novos locais para onde tinham sido deslocados na Sé de Braga, com o pormenor imaginoso de os pés terem ficado directamente encostados aos joelhos<sup>55</sup>, como tinha sido contado pelo Marquês de Sousa Holstein no documento estudado e referido anteriormente<sup>56</sup>. Os exemplos multiplicavam-se. A utilização de túmulos como bebedores eram casos comuns ou de lajes como mesas de cozinha<sup>57</sup>. Estas apropriações eram executadas sem qualquer reflexão ou preocupação de espécie alguma.

<sup>53</sup> Idem, p. 54.

<sup>54</sup> Idem, pp. 66-67.

<sup>55</sup> Idem, p. 76.

<sup>56</sup> HOLSTEIN, Marquês de Souza, *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal, a organização dos Museus e o serviço dos monumentos históricos e da arqueologia*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1875, p. 44. (<http://purl.pt/321>).

<sup>57</sup> Neste caso o autor referia-se à pedra do túmulo de Garcia de Resende existente no Convento do Espinheiro em Évora. RAMALHO, Ortigão, *O Culto...*, p. 77.

Por todo o lado se iam demolindo monumentos ou parte significativa deles, alterando fachadas, mutilando esquemas decorativos pré-existentes, através da execução de novos motivos sobre os antigos revestimentos pictóricos, muitas vezes imitando a própria pedra escondida, outras pintando tudo de cor branca, numa homogeneização das várias épocas de intervenção e dos vários edifícios, normalmente religiosos, tirando-lhes significativamente o seu valor. Como vimos, quase todos os autores lamentavam esta moda disseminada pelo território nacional, relatando atitudes frustradas para se impedir a pintura geral das riquezas do país.

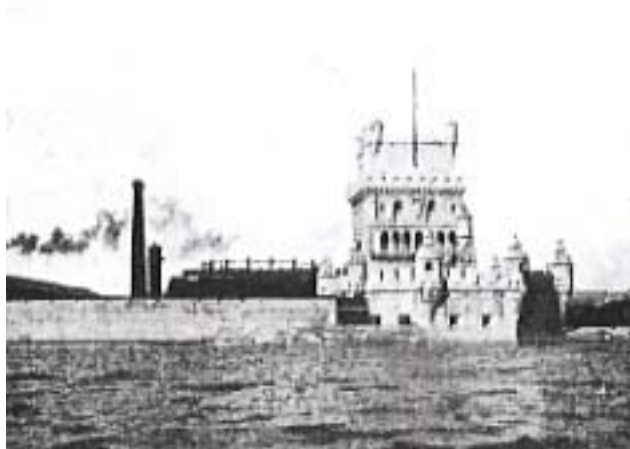


Figura 14 – Torre de Belém e gasómetro<sup>58</sup>.

Lisboa não escapava a esta vaga de vandalizações. Por toda a capital se assistia ao abandono e destruição de edifícios importantes. Iam desaparecendo igrejas e conventos e eram executados restauros incorrectos. O exemplo mais vergonhoso era o da Torre de Belém, atrás da qual se tinha instalado o Gasómetro, escurecendo-a e ocultando-a, contra o qual nada se fazia, por nenhum Ministério dos sucessivos Governos mostrar qualquer preocupação com este assunto<sup>59</sup>. Ninguém dava importância a estas questões, estando os meios influentes estavam mais ocupados com a intriga política, relegando a um número reduzido de intelectuais este tipo de preocupações, de modo totalmente improdutivo. Mesmo as Comissões instituídas até então tinham uma força executiva muito reduzida

<sup>58</sup> “Torre de Belém”, *Serões*, s.l., 1906., pp. 419-126 (artigo encadernado numa miscelânea da Fundação Calouste Gulbenkian com a cota CE 63/4).

<sup>59</sup> Para Ramalho esta era a *...expressão viva do mais abandonado rebaixamento a que, perante as suas tradições históricas e artísticas, podia chegar a degeneração de uma raça...* RAMALHO, Ortigão, *O Culto...*, p. 84. Apesar dos vários protestos contra esta situação a sua resolução através da remoção do gasómetro daquele local apenas ocorreu em pleno século XX. RAMOS, Paulo Oliveira, “Ramalho, Portugal, As Artes...”, p. 26.

causada pela total ausência de poder, existindo apenas para justificar essa necessidade e não para a colmatar.

### **O papel da Comissão dos Monumentos Nacionais**

A imprensa e a política, tão mergulhadas nessa sua ocupação maldizente, há muito tinham perdido o ...*sentimento de nacionalidade e a noção de pátria...*<sup>60</sup> relegando para outros a sua missão de exaltação nacional e de louvor da essência portuguesa. Segundo o autor, ninguém se preocupava com estes assuntos e a Comissão dos Monumentos Nacionais era um reflexo deste mesmo aspecto. Composta apenas por intelectuais, faltavam-lhe homens práticos, engenheiros e arquitectos com um papel mais activo nas suas competências, contribuindo para a sua funcionalidade. Parecia apenas ter sido criada por uma questão de princípios, seguindo exemplos internacionais, mostrando a sua ineficiência a falta de apoios concedidos pela sua tutela<sup>61</sup>.

### ***O estilo original***

De um modo geral, continuavam a seguir-se princípios preconcebidos sobre a Arte, desprezando as descobertas e afirmações realizadas ao longo do século XIX, apenas se valorizando o Gótico, tudo o resto era considerado como decadente, incluindo o estilo manuelino. Ramalho defendia ser necessária realização de uma actualização de conceitos, de forma a perceber-se exactamente qual o valor de cada estilo arquitectónico, as suas características e a importância na História da Arte portuguesa ao longo dos séculos. Um estilo apenas construído por portugueses reflectia a elevação da raça, a sua originalidade, a tecnologia alcançada e, como tal, deveria ser preservado como elemento de carregado valor nacionalista, desenvolvendo um pouco na linha regionalista de Herder já anteriormente explorada.

*... A obra de arte não é um producto de escola: é a livre expressão individual de uma alma, convertida em realidade objectiva, e communicando aos homens uma vibração*

<sup>60</sup> RAMALHO, Ortigão, *O Culto...*, p. 84.

<sup>61</sup> Em capítulo próprio analisaremos aprofundadamente este e outros aspectos. Neste momento apenas nos limitaremos a realizar algumas contextualizações necessárias para a compreensão dos textos de Ramalho.

*nova do sentimento*<sup>62</sup>.

O manuelino era a nacionalização do estilo gótico, numa adaptação muito regionalista, louvada e enaltecida por Ramalho. Este ajustamento de um estilo artístico às realidades do local onde era implantado traduzia a força e independência de um povo, aceitando uma ideia vinda do exterior e transformando-a ao seu modo próprio, tendo em conta vários factores como as condições climatéricas e geológicas, a natureza dos materiais utilizados, a espécies vegetais e animais, a concepção religiosa, a História, a poesia e até mesmo o temperamento e psicologia do próprio artista ... *Quanto mais intensa for a intervenção d'esses factores mais original será a obra...*<sup>63</sup>. Estes elementos tinham contribuído para o aparecimento das jóias da arquitectura portuguesa, como o mosteiro dos Jerónimos ou a janela do Convento de Cristo.

Ramalho seguia as teorias evolucionistas e uma certa tendência positivista característica da época, como afirma Lucília Verdelho da Costa, à semelhança de outros autores analisados, ao realçar o estilo Manuelino como uma adaptação do Gótico ao meio português, criando um estilo nacional moldado à realidade em seu redor<sup>64</sup>. O autor também estava a adaptar as ideias que explicavam a sobrevivência dos seres vivos através da sua adaptação ao meio, uma ideia claramente evolucionista, aos princípios definidos por Hipolito Taine, defensor da influência do meio, da raça e do momento histórico no ser humano. Por outro lado, pensamos estar latente no seu discurso um conjunto de valores sociais definidores de um povo e com ele evoluindo, seguindo a influência de Darwin, por si assumida, mas também a de outros filósofos dedicados a este tema, como Edward Burnett Tylor, o inglês criador da definição da evolução cultural<sup>65</sup>. Não podemos de maneira nenhuma descurar o estudo destes factores para a compreensão geral das ideias em análise.

### **Conhecer para Salvar**

Para o autor de *O Culto da Arte em Portugal* era de extrema importância a realização da

<sup>62</sup> RAMALHO, Ortigão, *O Culto...*, p. 145.

<sup>63</sup> Idem, p. 147

<sup>64</sup> COSTA, Lucília Verdelho da, *Ernesto Korrodi 1889-1944, arquitectura, ensino e restauro do património*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997, pp. 71-72.

<sup>65</sup> A sua obra considerada mais importante data do início da década de setenta do século XIX. TYLOR, Edward B., *Primitive culture, researches into the development of mythology philosophy religion art and custom*, John Murray, s.l., 1871.



inventariação das riquezas nacionais. Em Julho de 1890 fora constituída uma Comissão no seio do novo Ministério da Instrução Pública e das Belas Artes, de duração bem mais efémera da do organismo tutelar<sup>66</sup>. Do conjunto de pessoas então reunido saiu um relatório onde se apresentava um conjunto de indicações e conselhos sobre o melhor meio de abordar esta complexa questão. Embora não tenhamos encontrado este documento, Ramalho, o seu relator, resumiu e divulgou os seus principais pontos nesta obra, tornando-a uma das poucas fontes de informação sobre este assunto.

O ponto mais importante e unânime em todos os documentos analisados era mais uma vez a necessidade da inventariação dos bens nacionais, imóveis e móveis, só assim se conseguindo ter uma base de trabalho. O conhecimento específico dos elementos deste conjunto, nos quais se incluía o seu levantamento gráfico e fotográfico, era essencial para a afirmação da Arte portuguesa, mas também e, principalmente, para a sua compreensão, por ser impossível tomar qualquer tipo de medidas sobre elementos desconhecidos. Por outro lado este material seria também essencial ao desenvolvimento da indústria tradicional como veremos no último capítulo desta tese.

Era inquestionável o facto da elaboração de um arrolamento geral trazer muitas novidades pois seriam conhecidos novos elementos espalhados pelo país, tornando mais fácil o estabelecimento de estilos, escolas, variações regionalistas, influências, etc.

Para a realização sistemática deste processo de inventariação teria de se estabelecer uma divisão em três áreas: edifícios, documentos arqueológicos e produtos artísticos das restantes espécies. Apenas com o conhecimento efectivo destes três grandes grupos se alcançaria uma noção generalizada da arte nacional e assim se chegaria aos resultados pretendidos. Ali se encontravam as forças emotivas e as aptidões artísticas do povo português, sendo essencial unir todos os esforços para o pleno conhecimento deste aspecto.

*...A historia dos seus monumentos é para cada povo a historia da sua individualidade, porque não ha monumento artistico que não traduza, mais ou menos directamente, a acção intellectual e politica da sociedade que o concebeu.*<sup>67</sup>

Ramalho, demonstrando plena consciência da procedência destas ideias, realizou um resumo dos vários antecedentes importantes. Começando por referir D. João V, passou

<sup>66</sup> Teremos ocasião de dedicar algumas linhas a esta Comissão no início do capítulo seguinte.

<sup>67</sup> RAMALHO, Ortigão, *O Culto...*, p. 153.

pela Real Academia de História e o seu alvará de 1721, bem como pelo de 1802, onde se relegavam as atribuições do documento anterior para o bibliotecário-mor. Posteriormente, em 1844, Castilho tentara delegar estas funções nos Governadores Civis. Referia ainda a Comissão criada no seio da Academia Real das Belas Artes em 1875, a base da inventariação realizada pela RAACAP em 1880 e o papel fundamental da Exposição de Arte Ornamental de 1882, da qual resultaram catálogos, um dos quais composto por um levantamento fotográfico de extrema importância para identificação e estudo posterior das peças expostas, sendo necessário estudar estes elencos das exposições para se ter uma base de trabalho para a inventariação dos bens móveis.

Para se chegar à situação então existente, muito se tinha realizado, muitos quilómetros percorridos, muitas vezes nas mais árduas condições, muitos inventários, exames e relatórios dos recheios de conventos e edifícios religiosos. A própria organização da Exposição de Arte Ornamental de 1882 em Lisboa e da sua predecessora londrina, realizada no Museu de South Kensington no ano anterior, tinham obrigado a uma recolha de peças a nível nacional sem precedentes, se exceptuarmos a efectuada pela Comissão para o Depósito das Livrarias dos Conventos Extintos na década de trinta, onde para além de livros, também se constituíra uma vasta colecção de pintura<sup>68</sup>.

### **Como inventariar os Bens Móveis**

Ramalho propunha agora um esquema de arrolamento e classificação, não sabemos se baseado nos resultados da Comissão de 1890, ou numa proposta apresentada anteriormente ao Governo espanhol durante a sua estadia em Madrid na Exposição Colombina em 1892, certamente muito devedora dos trabalhos dessa Comissão. Numa carta reproduzida por Rodrigues Cavalheiro da qual não localizámos o original, enviada a Bernardino Machado, afirmava ter proposto um esquema para o arrolamento das peças expostas, muito baseado nos exemplos ingleses, que fora posteriormente aplicado à arte espanhola.

*...Para este fim requeri que todos os objectos expostos fossem fotografados a objecto por objecto ou a grupo por grupo de objectos congéneres, correspondendo a cada fotografia um cartão no tipo das etiquetas do Museu de Kensington, contendo a*

<sup>68</sup> Este tema foi anteriormente estudado na tese já citada: BARATA, Paulo J. S. *Os Livros e o Liberalismo: da Livraria Conventual à Biblioteca Pública*, Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2003.

*historia sumária do objecto respondendo aos seguintes quesitos: 1.º Escala de fotografia; 2.º onde se acha o objecto; 3.º suas procedências; 4.º o século em que foi feito; 5.º o autor a que se atribui; 6.º a importância em que se avalia. Com os clichés destas fotografias e os correlativos cartões, o governo espanhol ficaria possuindo o Cadastro quase completo da riqueza artística nacional e proporcionaria às suas escolas de artes e ofícios e às suas escolas industriais um precioso elemento de estudo, não só para a historia da arte e para o discernimento dos estilos, como para a fecundidade do poder criativo influindo pelo conhecimento da tradição na sua peça, em todo o artífice.*<sup>69</sup>

Para o nosso escritor a realização deste tipo de inventários era essencial para a execução de uma lei de protecção à propriedade artística, contribuindo-se assim para a protecção geral da Arte.

Para o caso português Ramalho voltava a adoptar estes princípios, mas não sem antes sublinhar a importância em se estenderem os inventários aos edifícios ou bens móveis pertencentes a particulares ou colectividades, para além das propriedades do Estado. Todos deveriam ser obrigados a colaborar com os agentes enviados para o arrolamento. Este grupo incluía tantos os bens civis como os religiosos, pertencentes à Igreja, até então fechada a esta interactividade. Devia haver uma lei definidora da propriedade do Estado sobre os bens artísticos, como elementos de um país e não como pertences exclusivamente a indivíduos ou colectividades, sendo este documento legal composto com o acordo das várias legislações canónicas e de propriedade privada. Só assim se impediria a venda de peças para o estrangeiro, sem sequer haver conhecimento por parte do Estado português da existência prévia destas ou do seu valor.

Para a concretização destas ideias deveriam estabelecer-se Comissões regionais dependentes de um poder central, contando com o apoio de agentes locais, obviamente melhores conhecedores do terreno e dos locais onde se poderiam encontrar bens de interesse relevante. Esta ideia ultrapassava um pouco a da instituição de uma rede de vogais correspondentes, proposta pelas Comissões e anteriormente instituída pela RAACAP, seguindo exemplos exteriores. Estes vogais residentes na província tinham a função de informar sobre as obras existentes ou em risco, mas a sua posição, não muito

---

<sup>69</sup> Carta enviada a 9 de Março de 1893. Por princípio não transcrevemos documentos compilados por outros autores, no entanto a falta do documento original e a sua importância no contexto em estudo, levou-nos a abrir aqui uma excepção. CAVALHEIRO, Rodrigues, *A Evolução Espiritual de Ramalho*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1962, pp. 264-265.

oficial e sem quaisquer poderes, limitava muito os seus objectivos práticos. No entanto, se já era complicado encontrar pessoas com as qualidades necessárias para desempenharem este papel em todas as regiões, dispostas a interactuarem com a Comissão dos Monumentos Nacionais, mais complicado seria descobrir quatro interessados desta área em cada local, dispostos a dedicarem-se a este assunto tão afincadamente como Ramalho propunha. Baseado em modelos italianos, onde o despertar para os problemas relacionados com os monumentos históricos se dera há muito tempo, existindo uma consciência generalizada do seu valor, peso histórico e interesse turístico, era impossível implementar uma solução desta natureza num país ainda longe de perceber os conceitos mais básicos. Aliando este aspecto à questão da fácil sobreposição do progresso à existência de monumentos, contra o qual lutavam um conjunto diminuto de intelectuais sem grandes bases ou apoios, ainda mais distantes ficavam os objectivos pretendidos nesta obra.

Ramalho propunha agora a inventariação destes bens móveis dividida em duas partes. Primeiro seria realizada uma reprodução em fotografia, gesso ou galvanoplastia, complementada por uma descrição inscrita num livrete. Neste documento constariam: a explicação sumária do objecto, localização, proprietário, antecedentes, atribuição, avaliação e escala da reprodução<sup>70</sup>. Ao adoptar os princípios dos grandes Museus da Europa, este esquema resultaria num conjunto de verbetes através dos quais se poderiam associar os objectos por grupos de tipologias ou proveniências, em muito contribuindo para o desenvolvimento do estudo das artes no país. Esta informação seria também benéfica para a publicação de inventários muito proveitosos para o Ensino. O escritor lembrava ainda a possibilidade do estabelecimento de um Museu de Reproduções, à semelhança de outros países, permitindo a apresentação num mesmo espaço de determinadas peças, contribuindo-se assim significativamente para o ensino das artes decorativas e industriais de extrema importância para o desenvolvimento de uma arte nacional autónoma.

Para Lúcia Rosas, esta interacção entre a defesa dos monumentos e o ressurgimento das artes tradicionais não deve ser descurada, sendo uma das bases da ligação entre a Arte e a nacionalidade, no centro de muitas discussões do fim do século XIX<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> RAMALHO, Ortigão, *O Culto...*, p. 162.

<sup>71</sup> ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, "Ramalho Ortigão – Teoria...", p. 293.

### **A falta de técnicos especializados**

O maior problema destes planos de Ramalho continuava a ser a falta de pessoas qualificadas para a sua execução. Não havia em Portugal um conjunto de conhecedores tão significativo com os conhecimentos necessários para levar a cabo uma tarefa desta envergadura. O número de historiadores de arte era reduzidíssimo. Para além disso, quem financiaria esta empresa? Que meios lhe seriam disponibilizados? Eram necessários mais apoios para além das habituais licenças temporárias dos empregos para a deslocação e permanência por longos períodos nos locais, de modo a se poder efectuar esta procura de peças de um modo completo. Esses funcionários deveriam ser contratados a tempo inteiro. Não sendo este tema uma prioridade do Governo nem dos poderes regionais, estas ideias estavam destinadas a não passar disso mesmo, ficando escritas no papel e limitadas à sua discussão no seio das Academias, Comissões, Associações e grupos dedicados a estes assuntos, quase todos compostos pelos mesmos indivíduos.

### **A ineficiência dos organismos**

A Comissão de Monumentos Nacionais também não tinha capacidade para suportar mais este volume de trabalho relacionado com a protecção dos bens móveis. Instituída pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, apenas os monumentos edificados integravam o seu leque de competências, excluindo-se o seu recheio. Para a resolução deste problema, Ramalho propunha a divisão da Comissão existente, sendo criada uma facção exclusivamente dedicada ao Inventário Geral da Arte. No entanto, esta ideia seria pouco apoiada pelo Ministério, já de si tão negligente e esquecido em relação a esta Comissão. Mais tarde, com o Decreto de 1901<sup>72</sup>, as suas atribuições foram alargadas, integrando este tipo de riquezas artísticas; no entanto, estes trabalhos, que deveriam ser exaustivos, nunca chegaram a ser executados mesmo depois da adição de novos vogais, alguns deles pertencentes à Academia Real de Belas Artes, como veremos brevemente. Relativamente à Comissão, em 1896, Ramalho chamava a atenção para a necessidade de um novo programa de trabalhos bem como do pessoal para o conseguir executar. Esta

---

<sup>72</sup> Decreto das *Bases para a classificação dos immoveis que devam ser considerados monumentos nacionaes, e bem assim dos objectos mobiliarios de reconhecido valor intrinseco ou extrinseco pertencentes ao Estado, a corporações administrativas ou a quaesquer estabelecimentos públicos* – 30 de Dezembro de 1901. *Conselho dos Monumentos Nacionaes, Decreto Organico e mais legislação correlativa*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1902, pp.9-15.

reforma deveria passar pela adição de vogais arquitectos, para uma melhor fiscalização das obras, pela ligação directa da Comissão ao Ministro, para lhe dar mais importância e valor aos seus pareceres, bem como pelo fomento da publicação de um Boletim periódico onde seriam dados a conhecer estudos feitos pelos vogais, bem como as acções desempenhadas no seu seio. Sem estas alterações mínimas necessárias mais valia extinguir a Comissão, onde a discórdia começava minar as suas sessões levando à sua suspensão não oficial durante cerca de um ano<sup>73</sup>.

Caso se optasse pela manutenção da Comissão existente, seria necessário dar-lhe poder, sendo esta insuficiência a principal razão para o seu fracasso, bem como das suas antecedentes, sem a autoridade suficiente para fazer cumprir as suas conclusões e determinações<sup>74</sup>.

Com estes meios caberia à Comissão um conjunto de obrigações muito mais abrangentes e activas das actualmente detidas, limitadas à resposta aos pareceres pedidos pelo Ministério, com muito pouca acção prática, especialmente no campo do arrolamento dos monumentos. As alterações permitiriam uma maior dedicação dos vogais a esse assunto, bem como a nomeação de Comissões locais, a definição de uma base teórica de actuação, sendo constituída uma filosofia de intervenção a ser seguida nos projectos de restauro, a serem invariavelmente aprovados pela Comissão central.

### **A discussão de conceitos**

Como já foi referido, para Ramalho a falta de projectos fundamentados era um dos principais problemas do nosso país, reflectindo a pouca preparação de quem orientava intervenções desta natureza. Este aspecto tinha sido anteriormente notado em vários textos sobre o assunto, reflectindo o modo atabalhado e autónomo como se intervinha nos edifícios monumentais portugueses, ao sabor das verbas e da inspiração do momento, tendo como resultado intervenções pouco fundamentadas e sem qualquer validade científica. Este esquema de acontecimentos tinha de ser alterado, sendo necessária a instituição de uma doutrina oficial de intervenção. Para se alcançar este objectivo era preciso estabelecer definitivamente a própria definição dos conceitos sobre os quais se basearia esse conjunto de princípios.

---

<sup>73</sup> Analisaremos esta questão no capítulo seguinte tendo em conta os relatos de Ramalho sobre o assunto.

<sup>74</sup> RODRIGUES, Paulo Alexandre Simões, *Património, Identidade...*, p. 272.

*Os cuidados de conservação devem ser obrigatórios e extensivos a todos os monumentos. Para esse efeito o programma é simples, e a despesa insignificante, ainda perante os mais modestos recursos. As ocasiões em que cabe restaurar são relativamente raras. E nenhum edifício, qualquer que seja a sua importancia historica ou artistica convem concluir, a não ser nos casos em que vantajosamente elle se possa adaptar a algum dos serviços vigentes da civilisação contemporanea. Este mesmo criterio economico se deveria applicar á oppurtunidade das restaurações...*<sup>75</sup>

Depois de estabelecidas estas alterações começariam a surgir projectos devidamente fundamentados. Para a sua correcta apreciação e aprovação a Comissão necessitava de um corpo técnico competente.

Mais tarde, por influência ou não desta proposta, foram adicionados alguns vogais à Comissão, provenientes dos quadros técnicos do Ministério, para colmatar esta lacuna, mas nem assim se resolveram os seus problemas. No documento legal de 9 de Dezembro de 1898 esta Comissão foi substituída pelo Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, estando ali prevista a instituição de uma Comissão Executiva especialmente dedicada a estes assuntos, constituída por engenheiros e architectos<sup>76</sup>, como veremos.

A própria maneira de abordar o problema dos monumentos portugueses tinha de ser revista. Sob a influência ou não de Camillo Boito, Ramalho inseria aqui uma discussão muito pertinente, mais tarde por si sublinhada em relação à questão do Mosteiro dos Jerónimos: era necessário definir uma função para os monumentos, só depois deste parâmetro preenchido se poderiam iniciar os projectos de intervenção adaptados às circunstâncias. Nesse mesmo mosteiro o maior problema das obras realizadas no corpo lateral até então tinha sido a falta de um objectivo, seria necessário atribuir uma função a este espaço e apenas depois disso se poderiam alcançar resultados positivos.

Nesta altura Luciano Cordeiro apresentara o seu parecer em resposta a um pedido do Ministério, onde propunha a instalação, no corpo lateral daquele monumento, da Torre do Tombo e a remoção da paróquia daquela igreja. Ramalho aproveitava a ocasião para se manifestar publicamente contra estas ideias e o parecer apresentado pelo então presidente da Comissão, em substituição de Possidónio da Silva. Para o nosso escritor aquele era o local ideal para a instalação de um Museu Naval. Aquele espaço architectónico celebrava

<sup>75</sup> RAMALHO, Ortigão, *O Culto...*, p. 166

<sup>76</sup> *Collecção de Legislação de 1887 a 1899 relativa aos Serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista de Obras Publicas e Minas»*, coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Vol IX, Fascículo 2.º - 1898, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899, pp. 774-780.

as descobertas portuguesas e o poder do povo sobre o mar<sup>77</sup>. Por outro lado a remoção da paróquia seria um erro crasso. A sua instituição tinha sido paralela à própria edificação do espaço e a tradição histórica devia ser mantida<sup>78</sup>. Para além disso, a passagem do cuidado deste espaço para o Estado poderia ser um erro, ficando votado ao esquecimento e ao vandalismo dos seus visitantes, ao contrário do que acontecia sob a supervisão do Clero, decerto um melhor guardião deste espaço religioso.

### Os beneméritos

Apesar do rol de desgraças apresentado, Ramalho considerava essencial louvar os esforços individuais para a protecção e restauro de alguns monumentos portugueses. Para além de criticar, era essencial lembrar os bons exemplos das obras correctamente desenvolvidas neste país, com o apoio de certas individualidades. Um dos casos mais emblemáticos era o do Bispo Conde de Coimbra nas obras da Sé Velha dessa cidade, como grande conciliador das disputas entre António Augusto Gonçalves e o representante local do Ministério das Obras Públicas, sempre em desacordo sobre os princípios de intervenção a seguir. O Bispo de Beja dedicara-se às obras do Convento da Conceição daquela cidade<sup>79</sup>. Francisco Barahona, um cidadão benemérito da cidade de Évora, custeara a intervenção na Igreja de São Francisco, sem a qual esta, provavelmente, teria desmoronado devido à remoção dos corpos adjacentes sem qualquer cuidado com a estabilização estrutural do templo anteriormente efectuada. A estes exemplos juntavam-se os de associações, sociedades ou mesmo de algumas Juntas. Devido aos seus esforços haviam-se conservado muitos edifícios e instituído museus arqueológicos locais para se salvaguardarem as preciosidades regionais, louvando e homenageando o nome de personagens ilustres da História de Portugal.

---

<sup>77</sup> Não conseguimos apurar se esta ideia foi original do nosso escritor ou de outro autor, mas devemos salientar o facto de ainda hoje o Museu da Marinha ocupar uma parte significativa deste corpo lateral do Mosteiro dos Jerónimos.

<sup>78</sup> *Seria, a meu ver, uma infidelidade, uma ingratidão, e um torpe desacato remover a parochia de Santa Maria de Belem do logar em que seus gloriosos fundadores a estabeleceram, cabendo-nos pelo contrario o dever de reclamar dos poderes civis e dos poderes ecclesiasticos que o modesto voto dos fundadores se cumpra, como é de razão juridica e de probidade nacional, e que em cada missa conventual celebrada pelo paracho na egreja dos Jeronymos, o sacerdote se volte para o povo, ao lavabo, e peça um Pater e uma Ave Maria pela alma do infante D. Henrique e pela de el-rei D. Manoel.* RAMALHO, Ortigão, *O Culto...*, p. 169.

<sup>79</sup> Numa fase mais adiantada desta tese veremos a opinião negativa de Ramalho quanto aos trabalhos ali executados. Neste momento o nosso escritor devia estar apenas a referir-se ao apoio e influências mexidas para a sua concretização.



Deviam também lembrar-se os nomes dos principais contribuintes para o desenvolvimento da História da Arte em Portugal. Através do seu trabalho individual por esse país a fora, tinham sido levados pela sua paixão da tradição artística a desenvolver estudos e acções visando o arrolamento e conhecimento de muitas obras dispersas e desconhecidas, a maior parte das vezes sem qualquer reconhecimento oficial ou apoio monetário.

### **O Culto da Arte Nacional**

Era o culto prestado por todas estas pessoas o principal responsável pela valorização da Arte, sendo assim desenvolvida e exercida *...a religião da nacionalidade...*<sup>80</sup>. Este sentimento devia ser enaltecido e inculcado nas almas dos portugueses. Num mundo onde os valores eram perenes, não havia respeito pelo passado e, por isso mesmo, não se aproveitavam os resultados das experiências vividas anteriormente, nem havia qualquer preocupação com o futuro. Apenas interessava o momento presente, onde a resolução de problemas concretos lucraria muito em ser analisada num contexto mais global. Era necessária uma mudança de direcção do sentido da originalidade e genialidade nacional, sendo um dos maiores expoentes desta estrutura a Arte.

*É unicamente pela arte, inerente á natureza humana, progressiva e eterna, que hoje em dia os homens se associam no destino e na solidariedade da especie.*

*É pela arte que o genio de cada raça se patenteia, que a autonomia nacional de cada povo se revela na sua autonomia mental, e se affirma, não só pela sua especial comprehensão da natureza, da vida e do universo, mas pelo trabalho colectivo da comunidade, na litteratura, na architectura, na musica, na pintura, na industria e no commercio.*

*É pelo culto da arte, e pela educação artistica que esse culto comprehende, que a producção industrial se especialisa, se valorisa pela originalidade caracteristica do producto, a transforma pela prosperidade, unicamente determinada pelo ensino, toda a economia de uma nação, como se evidenciou nos ultimos tempos em Inglaterra, na*

---

<sup>80</sup> RAMALHO, Ortigão, *O Culto...*, p. 172.

*Austria, na Alemanha, por via da simples reconstituição dos museus e da multiplicação das escolas.*<sup>81</sup>

Nesta declaração final Ramalho explicava bem qual a importância conferida às ideias apresentadas e defendidas ao longo do seu livro. A Arte e o seu culto eram elementos fundamentais para a constituição do Homem, enquanto elemento individual ou parte de uma colectividade, neste caso do povo de um país. A sua diferenciação em relação aos outros povos era realizada através das suas capacidades individuais, alcançando-se assim o respeito mútuo. Os recentes acontecimentos no panorama internacional eram um reflexo da falta de poder do país, não conseguindo impor a sua soberania nos seus territórios em África, face à ganância das outras nações. Portugal não soubera sobrepor o peso da sua História e, da sua mesquinhez política e social, não transparecera uma imagem sólida e forte. Era preciso valorizar a originalidade portuguesa para se construir um país ao nível das outras potências europeias, a produção artística constituía um dos factores essenciais para a sua autonomia.

Para Jorge Custódio, esta concepção nacionalista da arte portuguesa, defendida não só por Ramalho, mas também por Joaquim de Vasconcelos, exerceu uma grande influência nos procedimentos adoptados nesta área na 1.ª República, chegando mesmo a considerá-los os mentores de uma *Renascença Artística*<sup>82</sup>.

### **A perda da tradição**

O perigo não ameaçava somente os edifícios monumentais. As próprias tradições regionais se encontravam em risco, num conjunto global de caracterização de uma cidade ou região. Ramalho voltava à questão do grande termo “Tradição”, defendendo ser necessária a manutenção de vários elementos distintos para se conseguir preservar a essência de um local.

*Mas eu é que não posso deixar de dizer á cidade de Evora, que o que a ella nos attrae e n’ella nos retém não são as suas novas avenidas, nem as suas praças, nem o seu lindo theatro, nem o seu bello Passeio Publico. O que em Evora nos embelleza e nos encanta, são os seus velhos mosteiros, as suas antigas egrejas, os nomes das suas*

<sup>81</sup> Idem, pp. 174-175.

<sup>82</sup> CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística..., p. 313.

*primitivas ruas, estreitas e sinuosas, tão curiosos e tão arcaicos como o de Valdevinos, o de Alconchel, o das Amas do Cardeal, o do Alfaiate da Condessa; são os quadros incomparáveis do seu paço archiepiscopal; são os variadíssimos documentos da sua architectura ogival e da sua architectura da Renascença, tão especialmente amoiriscada n'esta parte do Alemtejo; são os restos das suas antigas industrias locais, a olaria, a tapeçaria, a caldeiraria, a sellaria e a carpintaria de moveis; é talvez ainda a sua tradicional cosinha, a doçaria famosa dos seus conventos, a sua honrada assorda de cuentros, e o seu bolo pôdre, de farinha de milho, azeite e mel, como o que se comeria talvez, entre os hebreus da Bíblia, á mesa de Abrahão.*<sup>83</sup>

Mais uma vez encontramos num texto de Ramalho um conjunto de elementos actualmente agrupados sob a designação de Património Imaterial mas, novamente, sem grande desenvolvimento. Não queremos no entanto deixar de chamar a atenção para o interesse deste parágrafo, onde o autor refere um conjunto de aspectos identificadores da cidade de Évora, como parte da nação portuguesa. Aqui, a Tradição é aliada à Arte e à História, correndo o risco de se perder com a estandardização de técnicas e processos industriais.

### **As Artes Decorativas**

Para além da proposta de inventariação dos bens móveis, Ramalho dispensou mais algumas linhas sobre esta problemática, cabendo aqui reflectir um pouco sobre o grito de alerta por ele dado a este tipo de Arte.

Em boa verdade, para além das acções da Academia Real de Belas Artes poucos se tinham preocupado com a arte móvel em Portugal, desleixo este com várias consequências nefastas entre as quais a da perda significativa das riquezas nacionais, agravada pelo desaparecimento por falta de cuidados ou pela venda ao exterior, muitas vezes a preços irrisórios relativamente ao seu hipotético valor real.

Havia ainda tanto por descobrir nos mais remotos recantos do país, justificando-se plenamente a tarefa da sua inventariação como uma urgência, queixando-se Ramalho da

---

<sup>83</sup> RAMALHO, Ortigão, *O Culto...*, pp. 80-81

falta de conhecimento do espólio artístico português, que se manifestada ainda mais quando se descobria alguma coisa ou se tomava conhecimento de peças vendidas.

Ao contrário da ideia passada nos discursos dos primeiros anos do Liberalismo, onde a classe religiosa era a principal culpada do estado de abandono dos monumentos e da dispersão das riquezas a seu cargo, Ramalho enaltecendo as suas qualidades superiores na protecção da Arte portuguesa. Haveria já nesta atitude alguma transformação inerente da sua participação na organização da Exposição de Arte Sacra Ornamental celebrada por ocasião do Centenário Antoniano, um ano antes?

No entanto, este mérito também era relativo e muito limitado. O descalabro geral existente era o reflexo da pouca importância dada pelo Governo e pelo povo em geral à Arte e à sua importância na construção de uma sociedade. O desaparecimento das colecções privadas reflectia o desinteresse das classes mais abastadas, com algumas excepções como as do rei D. Fernando II e da Condessa de Edla, dois grandes mecenas e patronos dos artistas portugueses na segunda metade do século XIX. A indiferença total reflectia-se na produção nacional, cada vez mais pobre e pouco original.

Também na arquitectura urbana este facto se verificava. O desaparecimento dos grandes palácios, onde anteriormente tinham existido colecções preciosas de Arte e onde a própria construção do edifício reflectia esse valor artístico, era um factor comum. Mais uma vez Ramalho voltava ao tema de abertura sobre a falta de originalidade da arquitectura moderna, seguindo um conjunto de padrões persistentes.

Nestes antigos ...*sanctuarios d'arte*...<sup>84</sup> encontravam-se grande parte dos exemplos esplendorosos da Arte portuguesa. Objectos cujas tipologias tinham sido sugeridas por elementos formais e decorativos trazidos de longínquos países e inspirado os artistas nacionais para a produção de uma Arte completamente diferente da do contexto europeu, acabando por contribuir para a nossa distinção em relação aos outros povos, comprovando a nossa originalidade. Tudo isso se perdera, se padronizara, colocando Portugal num plano inferior do campo da originalidade artística e, conseqüentemente, mais uma vez repetimos, contribuindo para a sua irrelevância enquanto nação no meio de tantas outras.

Para os artistas nacionais alcançarem estas ideias modernas, defendidas por Ruskin, de quem Ramalho foi um grande admirador, era necessário desenvolverem-se estudos sobre as artes decorativas, as suas várias tipologias, não só formais, mas também materiais. Era

---

<sup>84</sup> Idem, p. 87

urgente a realização de levantamentos gráficos ou fotográficos para melhor se facultar a circulação de modelos pelo país, servindo não só como fonte de estudo mas também, como inspiração para a criação de novas peças a partir de modelos tradicionais portugueses marcantes da sua época áurea, que contribuiriam o incremento da indústria nacional.

### **Abordagem à pintura “primitiva” portuguesa**

Um dos exemplos mais lamentáveis do abandono da Arte era a indiferença votada à pintura portuguesa, especialmente a designada por “primitiva”. Os maus restauros sobre ela perpetuados desvirtuavam e destruíam sem a pré-existência de estudos aprofundados ou mesmo de qualquer registo gráfico ou fotográfico. Ali se encontravam os testemunhos *... do nosso maior brilho e da nossa riqueza, o apogeu da nossa gloria...*<sup>85</sup>. Nas representações pictóricas estava espelhada a sociedade dos séculos XV e XVI, devendo estas memórias artísticas e históricas ser valorizadas. Vários aspectos da vivência da época dos retratados eram descritos e representados minuciosamente, podendo-se até escrever uma História geral através da observação directa e comparativa entre os motivos representados nas pinturas<sup>86</sup>. Com este fim, Ramalho desenvolveu um plano para uma obra literária dedicada especificamente a este assunto, contando com o contributo de vários peritos. Havia muito a fazer, mas somente mais de uma década depois, em 1910, viria a ser instituída uma Comissão para a beneficiação deste grupo de pinturas, da qual Ramalho foi presidente até à revolução republicana<sup>87</sup>. Era urgente a catalogação desta colecção, a sua reprodução e divulgação destas:

*...fontes de tradição e da nacionalidade, em que cada um de nós tem a mais restricta e a mais instante obrigação de ir retemperar e fortalecer de portuguezismo o seu sangue, dessorado pela mais falsa educação a que se pode condemnar um paiz*<sup>88</sup>.

Infelizmente não era só a pintura a ser negligenciada. Este era apenas um exemplo de um rol de tipos de produções artísticas nacionais muito importantes. Faltavam museus

<sup>85</sup> Idem, p. 96.

<sup>86</sup> No Espólio da BNP encontra-se um rascunho de um texto onde Ramalho tentou aplicar estas ideias cerca de dez anos mais tarde. Voltaremos a focar este documento no último capítulo desta tese. Por enquanto deixamos aqui referência à sua transcrição. Anexo 1 – Documentação, Documento 16.

<sup>87</sup> Remetemos o desenvolvimento deste assunto para a última parte deste trabalho.

<sup>88</sup> RAMALHO, Ortigão, *O Culto...*, p. 101-102.

temáticos, tais como o do Azulejo ou o da Marinha. Num país onde as peças saíam sem qualquer menção do Governo ou da Imprensa, deveriam criar-se meios para impedir este êxodo. Contavam-se pelos dedos os museus fundados por individualidades para a exposição das suas colecções particulares ou dos achados reunidos numa determinada região, provenientes de recolhas ou escavações arqueológicas. Na maioria dos casos, estas instituições privadas abriam com grande custo estes espaços expositivos a partir de esforços particulares louváveis, sem apoios oficiais.

### **O desrespeito pelos testemunhos do passado**

Tudo acontecia em Portugal. Até os espanhóis tinham mais respeito pelas nossas peças. Os símbolos do esplendor português eram esquecidos pelo país, ficando à mercê dos mais caricatos atentados ou mesmo das maiores burlas. Os exemplos sucediam-se desde a utilização de peças de armaduras para brincadeiras de rapazes, à mostra da suposta pá da padeira de Aljubarrota por uma criada num patamar de uma casa particular a pedido dos visitantes, entre outros casos igualmente lamentáveis, tornando-se assim impossível encarar estes assuntos com seriedade. Era preciso educar o povo, mostrar-lhes a importância destes símbolos nacionais, para a sua própria justificação enquanto elementos do povo português.

Mesmo relativamente às nossas melhores e mais importantes peças grassava a falta de interesse e rigor. A Custódia de Belém continuava alterada por um restauro que desvirtuava as suas formas originais. Os painéis de São Vicente estavam escondidos num corredor do paço arcebispal expostos à luz directa do sol proveniente de uma janela próxima<sup>89</sup>, isto sem repetir o problema das preciosidades vendidas para o exterior, enriquecendo as colecções estrangeiras.

*D'esta desorganização geral de toda a policia da arte resulta mais ou menos lentamente, a quebra da tradição esthetica nacional, que é a seiva de toda a producção artística.*<sup>90</sup>

<sup>89</sup> Estes assuntos encontram-se mais desenvolvidos no segundo capítulo.

<sup>90</sup> RAMALHO, Ortigão, *O Culto...*, p. 109.

### A falta da criatividade artística e a influência de Ruskin

Esta ignorância do povo, aliada à pouca educação da classe artística resultava numa criatividade estéril e sem qualquer interesse ...*na arte de Portugal faltam corações portugueses...*<sup>91</sup>. Como temos referido tantas vezes, Ramalho acreditava ser a educação do povo o mote de ressurgimento da raça. Esta falta de gosto, resultava na falta de elevação moral, sendo a pelintrice geral o espelho do declínio e, conseqüentemente, resultado da própria decadência da raça. Como vimos por alguns exemplos, estas ideias estavam muito imbuídas do espírito da época, não sendo somente considerações pessoais, mas reflectindo o meio cultural onde se encontrava inserido.

Os portugueses tinham de acreditar em si e nas suas capacidades e este objectivo apenas seria alcançável com a demonstração das suas qualidades. Urgia estudar mais aprofundadamente a Arte portuguesa e ensiná-la a todos, contribuindo para o seu respeito e inspiração por todos e só assim se recuperariam as indústrias caseiras e se vincaria o carácter individual do artífice. Tinha sido Ruskin o impulsionador do renascimento das indústrias tradicionais e domésticas em oposição à uniformidade das grandes indústrias com máquinas, com uma produção em série estandardizada e de menor qualidade. O movimento começado pelo esteta inglês deu origem a vários movimentos artísticos, mas especialmente ao *Arts and Crafts*. Num texto Posteriormente Ramalho voltou a focar este assunto aprofundando-o um pouco mais, como veremos mais adiante neste trabalho.

Resta-nos aqui insistir nestas referências a Ruskin e ao seu trabalho<sup>92</sup>. Ramalho admirava a sua reintrodução de um conjunto de valores tradicionalistas, começando na própria pintura. A sua obra em prol dos monumentos históricos, das indústrias caseiras, da pintura pré-refaelista, do valor da paisagem natural era um verdadeiro monumento literário ao qual se aliavam as suas acções a favor dos ideais defendidos, tornando-o num dos homens mais notáveis da sua geração, um verdadeiro filantropo da sociedade inglesa oitocentista. A referência ao facto de ter sido Ruskin o fundador do culto dos primitivos em Inglaterra, ao introduzir na National Gallery um conjunto de quadros de determinada época, é de extrema relevância, sendo este um dos principais assuntos que ocupou as últimas décadas da vida de Ramalho, comprovando mais uma vez a enorme influência do esteta inglês.

---

<sup>91</sup> Idem, p. 110..

<sup>92</sup> Existem muitos estudos sobre este autor e a sua obra, entre os quais se poderá referir o seguinte: RAMOS, Iolanda Freitas, *O Poder do Pó – O Pensamento Social e Política do John Ruskin (1819-1900)*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2002.

Em Portugal o caso ainda não estava perdido. Embora se observasse progressivamente o desaparecimento das indústrias domésticas, ainda havia alguns focos bem activos, como a produção artesanal ligada às pescas. Era preciso aproveitar estes exemplos e desenvolvê-los através da sua exposição e divulgação, trazendo um novo incentivo à produção, como Ramalho tentara concretizar na Exposição Colombina uns anos antes<sup>93</sup>. A sua importância voltava agora a ser sublinhada, realizando uma larga listagem de objectos e termos ligados a esta produção, insistindo mais uma vez na falta de um Museu Naval onde estes elementos pudessem estar expostos e devidamente apreciados por todas as pessoas interessadas.

Para finalizar esta grande panorâmica sobre os assuntos referidos por Ramalho nesta obra, resta-nos apenas referir a relação com outros países nos estilos artísticos, especialmente com Espanha e com a Flandres, resultante da proximidade, das influências semelhantes, mas também das trocas comerciais entre eles. Para o nosso escritor estes pontos deveriam ser aprofundados, especialmente o segundo, dada a enorme influência existente na pintura por parte de artistas dessa zona da Europa<sup>94</sup>.

### **Algumas considerações finais**

Como vimos ao longo das páginas deste capítulo inteiramente dedicado à obra de Ramalho *O Culto da Arte em Portugal*, onde fomos realizando alguns enquadramentos históricos e sociais, bem como tecendo certas considerações surgidas da sua análise paralela à restante documentação estudada, há uma série de conclusões a sumariar neste momento.

Para Ramalho era essencial a cultura do povo. No desenvolvimento deste trabalho encontraremos sempre esta preocupação, especialmente relacionada à protecção dos monumentos nacionais ou outras obras de arte invocadoras do passado esplendoroso da odisseia portuguesa. Para Ramalho, ao valor da História equivalia a ideia da Tradição, como um conjunto de hábitos e valores do modo de viver português. Estes dois aspectos

---

<sup>93</sup> Voltaremos a este assunto no último capítulo da nossa tese.

<sup>94</sup> Cerca de dez anos mais tarde teve a oportunidade de participar na edição de uma revista belga exclusivamente dedicada a este assunto, *Les Anciens Arts de Flandres*. No entanto, não conseguimos encontrar nenhum artigo nos seus volumes, provavelmente não deve ter chegado a ser publicado, como sugere a correspondência existente na BNP. Porém, no seu espólio desta instituição encontra-se um rascunho de um texto, provavelmente relativo ao artigo referido, onde Ramalho tentou aplicar estas ideias. Voltaremos a focar este documento no último capítulo desta tese. Por enquanto deixamos aqui referência à sua transcrição. Anexo 1 – Documentação, Documento 16.



estavam intimamente ligados como elementos de memorização de gerações passadas, não só como testemunhos históricos de momentos antecedentes, mas também dos hábitos sobreviventes desde tempos remotos, perpetuados pelo seu uso permanente ao longo de várias gerações, permitindo-nos repetir continuamente fórmulas dos nossos antepassados e evitando o seu esquecimento. Aliavam-se aqui o actual Património material e o imaterial, dois conceitos desenvolvidos posteriormente, no século XX, mas cujas origens também se encontram nestes pensadores final do século, ao verem o mundo à sua volta evoluir a uma velocidade vertiginosa, bem mais lenta da que nos cerca neste momento, mas nem por isso menos impressionante para quem a vivenciou. Todos os anos surgiam novas descobertas, a electricidade, os automóveis, a evolução dos materiais de construção, permitindo novas e ousadas construções. Tudo se passava continuamente e os riscos da sobreposição destas novidades aos elementos constituintes da nossa herança histórica eram inúmeros. Era preciso parar e reflectir sobre a importância dos nossos valores, enquanto pessoas e, principalmente, enquanto elementos constituintes de um povo culturalmente distinto dos demais, formando o seu país independente.

Havia aqui uma esperança e este ponto pode ser considerado inovador em relação aos outros textos analisados. Esta fé é interessante por evidenciar uma mudança de atitude. Ramalho passa da contemplação e lamento por um mundo perdido, para uma abordagem onde era transportada uma confiança na regeneração da raça, através de um conjunto de atitudes despertadoras do povo e das classes do poder político da sua apatia intelectual, uma revolução do conhecimento com bases socialistas às quais o próprio autor não era alheio.

Ramalho não era um indivíduo solitário nesta concepção. Encontrava-se integrado num grupo de intelectuais com um conjunto de conceitos adquiridos nas suas viagens e convivências no estrangeiro. O seu objectivo era adaptar os exemplos exteriores à realidade portuguesa através da sua divulgação, sempre com o objectivo pedagógico. Tornou-se uma pessoa mais conhecida neste âmbito em relação a muitos outros devido à sua vasta obra literária e à sua posição social, construída desde muito cedo, elevando-o a uma posição de sábio a quem se prestava homenagem, apesar de não ser muito levado em conta na execução prática das suas ideias.

Nesta obra, muito apoiada em textos anteriores havia um carácter mais prático, destacado por Lúcia Rosas, ao distanciar Ramalho Ortigão de Alexandre Herculano e de Almeida Garrett, pelo seu rigor e procura de conhecimentos objectivos, ao contrário do carácter romântico conferido pelos seus antecessores na defesa do património português. Era a

identificação dos estilos, especialmente aqueles apenas produzidos pelos portugueses, o alicerce da afirmação do génio nacional<sup>95</sup>.

A História de um povo era constituída por um conjunto de acontecimentos formadores de uma linha de continuidade e de evolução cujos testemunhos eram, para além das crónicas e outros elementos escritos, os objectos e os edifícios portadores até ao presente da comprovação da real existência desse momento histórico. Quando destruíssemos ou desprezásemos esses mensageiros, estaríamos a apagar a nossa essência, a base de sustentação do país, cuja aventura histórica do seu povo contribuía para a construção da sua identidade até ao final do século XIX<sup>96</sup>.

Nos capítulos seguintes vamos analisar o seu papel em prol da defesa dos monumentos nacionais e das artes decorativas, tentando compreender a sua capacidade de execução das ideias desenvolvidas ao longo da sua vida.

---

<sup>95</sup> ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, “Ramalho Ortigão – Teoria...”, p. 297.

<sup>96</sup> ALVES, Alice Nogueira, “Património – Um Culto...”, p. 183.

## 2. Em prol dos Monumentos Nacionais

A partir do início da década de noventa constatamos a presença constante de Ramalho nas principais Comissões e Conselhos criados pelo Governo, não só no seio do efémero Ministério da Instrução Pública e Belas Artes, mas também no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Esta participação terminou com o afastamento final do escritor em 1910 em consequência da implantação do regime republicano. A sua desilusão total face às mudanças políticas concluía um ciclo muito complicado na vida portuguesa, marcado pela perda da sua face no contexto europeu nas últimas décadas do século XIX, culminado com o *Ultimatum* inglês no princípio de 1890 e com uma tentativa desesperada de se controlar o país através da implementação de ditaduras, das quais a de João Franco foi a mais marcante, terminando com o regicídio. Como é óbvio, estes acontecimentos não se podem interpretar unicamente à luz do âmbito nacional, devem ser enquadrados nos acontecimentos políticos específicos desta mudança de século no contexto europeu. A instabilidade era geral, os países digladiavam-se pelos territórios africanos e, ao mesmo tempo, tentavam rechaçar e apagar revoluções internas. Morriam reis e pessoas proeminentes de forma violenta. Estas alterações políticas e sociais foram um dos principais despoletadores da primeira Grande Guerra e da posterior alteração do quadro político e geográfico europeu.

Portugal, a braços com uma enorme dívida externa e uma miríade de problemas internos, não conseguiu resolver, mas apenas agravar os seus problemas internos no reinado de D. Carlos. Entretanto iam-se desenvolvendo novos movimentos nacionalistas, dando origem a uma valorização do património português como testemunho da força do seu povo e marca da sua autoconstrução ao longo dos séculos.

Esta afirmação nacionalista desenvolveu-se ao longo do século, alterando o modo como eram encarados os seus testemunhos e resultando, como em toda a Europa, num novo

despertar da preocupação com os monumentos, muito reflectido nos artigos publicados, bem como nas várias iniciativas, oficiais ou não, promovidas e realizadas.

Embora a preocupação oficial fosse sendo legislada e regulamentada, observou-se também o pedido de ajuda a instituições autónomas, como foi o caso da solicitação realizada à Real Academia das Ciências de Lisboa por Mousinho de Albuquerque em 1836, da qual resultou a *Comissão incumbida de examinar os Edifícios dos Conventos Suprimidos*<sup>1</sup>, o apoio à *Comissão para propor a reforma do Ensino das Belas Artes, o plano para a organização dos Museus e o serviço dos Monumentos históricos e da arqueologia* formada no seio da Academia Real de Belas Artes em 1875 ou do pedido de um arrolamento efectuado em 1880 à RAACAP<sup>2</sup>, desenvolvendo-se dois anos depois para a formação da primeira Comissão dos Monumentos Nacionais<sup>3</sup>.

A partir de 1890 houve uma mudança de atitude nesta delegação de tarefas e o próprio Governo começou a incluir Comissões exclusivamente dedicadas a este assunto nos seus serviços. Se a sua acção foi real e quais foram as suas consequências práticas, será uma questão paralela sobre a qual nos debruçaremos ao longo deste capítulo, mas é

---

<sup>1</sup> Apenas recentemente se aprofundou o estudo desta comissão, dos seus trabalhos e resultados. ALVES, Alice Nogueira, “Inventariar para Salvar - Mousinho Albuquerque e a Comissão incumbida de examinar os Edifícios dos Conventos Suprimidos (1836)”, *Artis – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.º 6, Braga, 2007, pp. 297-315.

<sup>2</sup> Esta iniciativa teve certamente influência dos trabalhos da Comissão de 1875 e dos trabalhos efectuados anteriormente por Possidónio da Silva. Em 1880, para dar resposta à Portaria de 24 de Outubro desse mesmo ano onde era pedido um arrolamento dos Monumentos Nacionais, formou-se uma Comissão no seio da RAACAP composta por José Silvestre Ribeiro, seu presidente, António Pedro de Azevedo, Possidónio da Silva, Teixeira de Aragão, Valentim José Correia e Vilhena Barbosa. Apenas dois meses depois, a 30 de Dezembro era apresentado um primeiro esboço para o inventário dos monumentos, para o qual seria necessária a instituição de uma nova Comissão exclusivamente dedicada a esse assunto. Sobre estas questões devem ser consultadas as seguintes referências: MARTINS, Ana Cristina Nunes, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica – Um percurso na arqueologia portuguesa de oitocentos*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1999, e MARTINS, Ana Cristina Nunes, *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na Senda da Salvaguarda Patrimonial – Cem Anos de Transformação (1863-1963)*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2005.

<sup>3</sup> Como resultado dos trabalhos de 1880, a 29 de Dezembro do ano seguinte, foi ordenada a formação de uma Comissão para a realização de um levantamento do estado de conservação, memórias descritivas e o levantamento gráfico dos edifícios públicos e dos monumentos considerados nacionais. Assim se constituiu a primeira Comissão dos Monumentos Nacionais oficial, directamente relacionada com o Ministério das Obras Públicas. Esta Comissão composta por Joaquim Possidónio da Silva, um secretário, Júlio Mardel, dois desenhadores e um servente, percorreu alguns pontos do país, apresentando posteriormente um relatório dos seus trabalhos onde é dado conhecimento dos monumentos visitados. Foram publicados extractos deste relatório em SILVA, Joaquim Possidónio da, “Monumentos nacionaes”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Série 2.ª, Tomo IV, n.º10, 1885, pp. 153-158. Mais tarde, no contexto da Comissão dos Monumentos Nacionais, realizou-se a publicação reduzida do relatório. SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, *Relatorio da Commissão dos Monumentos Nacionaes, apresentado ao Illustrissimo Excellentissimo Senhor Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria pelo Presidente da Referida Commissão em 1884*, Imprensa Nacional Lisboa, 1894.

indiscutível a preocupação existente na constituição de um grupo de trabalho oficialmente dedicado exclusivamente a este assunto.

Neste contexto, embora ainda um pouco afastada das características das Comissões posteriores, surgiu a Comissão instituída pelo Ministério de Instrução Pública e Belas Artes. A formação deste novo Ministério procurou congregar nas suas competências todos os assuntos relacionados com os Monumentos Históricos, até então sobre a alçada do Ministério das Obras Públicas, seguindo de muito perto a proposta apresentada quinze anos antes pela Academia, no sentido de se agrupar este assunto às artes em geral. Nesta ponderação, não se pode ainda esquecer o exemplo proveniente de França, onde desde 1879, eram agregadas estas áreas sob a mesma alçada<sup>4</sup>.

Provavelmente seguindo estas ideias, o novo Ministro convocou uma Comissão a quem pediu um relatório onde se expusessem um conjunto de medidas consideradas urgentes para a resolução dos problemas relacionados com os monumentos.

Tal como o Ministério tutelar, a Comissão foi rapidamente esquecida, não se conhecendo o relatório resultante dos seus trabalhos<sup>5</sup>. Mais tarde, em 1893, foi instituída uma nova Comissão dos Monumentos Nacionais pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Pegando na tradição da RAACAP, foi convidado Possidónio da Silva para seu presidente, no entanto, provavelmente devido à sua propecta idade, esta tarefa acabou por ser relegada para Luciano Cordeiro. Ramalho Ortigão também integrou esta Comissão, surgindo nesse contexto os primeiros textos e pareceres exclusivamente dedicados aos monumentos e às intervenções neles executadas.

Apesar de algumas alterações efectuadas no grupo de vogais pelo Ministério, em 1898 foi extinta a Comissão e formado o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais que reuniu somente a partir de 1900, provavelmente devido à conjuntura política da época. Para lhe conferir uma vertente mais prática, foi instituída uma Comissão Executiva, composta por engenheiros e arquitectos para darem o apoio necessário ao cumprimento dos objectivos previstos inicialmente.

Ao ser eleito presidente deste novo Conselho Superior, Ramalho teve a oportunidade de tentar colocar os seus princípios em prática. O estudo do discurso da tomada de posse<sup>6</sup>,

---

<sup>4</sup> ARTHUR, Ribeiro, *Arte e Artistas Contemporaneos*, 2.ª série, 1.º volume, Livraria Ferin, Lisboa, 1898, p. 172.

<sup>5</sup> As referências aos assuntos abordados foram incluídas por Ramalho Ortigão no seu *O Culto da Arte em Portugal*, como vimos no capítulo anterior e desenvolveremos em seguida.

<sup>6</sup> Esta documentação foi anteriormente referida e transcrita em: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª*

bem com um conjunto de documentos existentes no seu espólio da Biblioteca Nacional de Portugal, veio demonstrar a sugestão para a alteração do espírito da Comissão, tentando inserir um conjunto de princípios doutrinários, aproveitados de outros teóricos, mas também resultantes da sua longa reflexão sobre o assunto. As várias tentativas de afastamento deste cargo por sua própria vontade parecem demonstrar a frustração em não conseguir alcançar os resultados inicialmente idealizados, percebendo então as dificuldades tidas por Luciano Cordeiro durante a sua presidência.

Entretanto, numa nova organização do Ministério em Outubro de 1901<sup>7</sup>, o Conselho Superior foi renomeado a Conselho dos Monumentos Nacionais. Mais tarde, Gabriel Pereira acabou por substituir Ramalho Ortigão, voltando este às suas antigas tarefas de formulação de pareceres sobre os assuntos mais emblemáticos, não se afastando totalmente. No entanto, a inoperância continuava, esbarrando o Conselho contra o próprio Ministério. Não obstante, este conjunto de vogais teve a distinção de organizar uma nova lista de monumentos que viria a ser classificada pelo Governo em 1910. Depois da implantação da República, o Conselho foi extinto sendo instituído um novo conjunto de medidas visando a alteração do esquema seguido até então.

Neste capítulo vamos estudar mais aprofundadamente o papel de Ramalho Ortigão em cada uma destas Comissões ou Conselhos, bem como na classificação dos monumentos nacionais, tendo em conta o desenvolvimento teórico da evolução do seu pensamento patrimonial desenvolvida anteriormente. Esta sua faceta tem sido muito pouco aprofundada, sendo do máximo interesse compreender não só a sua importância como erudito, bem como a capacidade em executar na prática as suas ideias.

Para além da compreensão do panorama nacional, esta abordagem permite também o surgimento de um estudo de uma nova vertente político-social deste escritor, até agora bastante descurada por quem se tem debruçado sobre a sua obra. Ao contrário do defendido no concernente ao seu afastamento do mundo da política, encontramos aqui um envolvimento mais próximo, muito além do seu apoio a João Franco, ou das críticas publicadas ao longo de toda a sua vida.

Ramalho Ortigão foi um homem activo na defesa dos monumentos portugueses, encontrando-se a sua presença nas grandes discussões envolvendo esta área nas duas

---

*República*, Doutoramento em Arquitectura apresentado à Universidade de Évora, exemplar policopiado, Évora, 2008, pp. 382-383 (volume dos anexos).

<sup>7</sup> Decreto de organização das corporações consultivas da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria – 24 de Outubro de 1901. *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1901*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1902, pp. 858-860.

décadas referidas. A sua tentativa em impor uma nova conduta não teve grande sucesso, mas acabou por marcar indiscutivelmente o panorama nacional do fim do século XIX e princípios do seguinte, bem como as gerações posteriores.





## 2.1. A primeira experiência numa comissão oficial

A primeira referência ao envolvimento de Ramalho Ortigão numa Comissão oficial ligada à defesa dos monumentos portugueses foi dada pelo próprio autor em *O Culto da Arte em Portugal*<sup>1</sup>, onde apresentou as conclusões da Comissão reunida em 1890 para responder a uma consulta do Ministério da Instrução Pública e Belas Artes sobre a questão dos monumentos nacionais, da qual tinha sido o relator.

Este grupo de trabalho foi composto por arqueólogos e escritores, entre os quais se encontravam os seguintes elementos indicados por José Augusto França: o Conde de Almedina, José Luís Monteiro, António Tomás da Fonseca, António José Nunes Júnior, Silva Porto, Manuel de Macedo, Sousa Viterbo e Ramalho Ortigão<sup>2</sup>.

Nesta lista de oito nomes encontramos o Vice-Inspector da Academia Real de Belas Artes, o Conde de Almedina, presidindo aos trabalhos, e quatro professores da mesma instituição e, obviamente, seus académicos, com participações anteriores em várias Comissões relacionadas com este assunto, como a instituída para dar um parecer sobre as obras do Mosteiro dos Jerónimos em 1880<sup>3</sup>. José Luís Monteiro era professor da cadeira de Arquitectura, tendo estudado o restauro de monumentos em Itália enquanto bolseiro<sup>4</sup> e visitado inúmeros conventos femininos gradualmente extintos nos finais anos do século XIX, sobre os quais elaborou relatórios interessantíssimos, com as respectivas propostas de intervenção nos edifícios. António Tomás da Fonseca, para além de professor, devia ainda ser nesta altura director interino do Museu de Belas Artes, para o qual fora nomeado por portaria a 7 de Junho de 1884<sup>5</sup>, tendo participado anteriormente na

<sup>1</sup> RAMALHO, Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, Antonio Maria Pereira, Livreiro-Editor, Lisboa, 1896, pp. 151 e seg.

<sup>2</sup> FRANÇA, José Augusto, *A Arte em Portugal no Século XIX*, 2.<sup>a</sup> vol., 3.<sup>a</sup> edição, Bertrand Editora, Lisboa, 1990, pp. 74 e 439.

<sup>3</sup> ANBA, 1-B-SEC.050, *Correspondencia com Diversos*, Vol III, e 2-A-SEC.096, *Livro de Entradas*, 1.<sup>o</sup>, [2-3-1870 a 27-7-1887], n.<sup>o</sup> 1182.

<sup>4</sup> ANBA, 1-A-SEC.017, *Actas, Academia Real das Bellas Artes, 1869-1881*.

<sup>5</sup> ANBA, 1-C-SEC.066, *Diversos*.

Comissão de 1875. António José Nunes Júnior conhecia largamente muitos conventos portugueses, por ter igualmente participado nos seus arrolamentos e, posteriormente, ocupou também o lugar de Director do mesmo Museu. O famoso pintor Silva Porto era na altura professor de Pintura da Paisagem. Como conservador do Museu de Belas Artes, Manuel de Macedo, também esteve activamente envolvido nos referidos arrolamentos. Sousa Viterbo, ilustre historiador de arte, fez parte da Comissão de organização das exposições de Arte Ornamental de 1881, em Londres, e 1882 em Lisboa<sup>6</sup> juntamente com alguns dos académicos referidos.

Justificar a inserção de Ramalho Ortigão neste grupo tão acreditado na área não é tarefa fácil. Como vimos, até à altura não tivera nenhum papel oficial conhecido na área da Arte ou da sua História, limitando-se a sua contribuição aos textos publicados e à participação na organização do centenário camoniano dez anos antes. Teria a sua reedição das *Farpas* sido um factor determinante? Seria um factor importante o seu envolvimento no Grémio Artístico, para onde tinha entrado graças às críticas anteriormente redigidas sobre o grupo de artistas<sup>7</sup>? Ou seria este aspecto resultado das influências dos seus amigos, muitos dos quais com posições destacadas na Corte e na política, como os elementos do grupo dos Vencidos da Vida? Não possuímos dados suficientes para explicar este envolvimento, no entanto, salientamos o facto de, a partir desta data, não mais ter deixado de participar nestas Comissões, sendo a sua opinião sempre fortemente considerada pelos restantes vogais.

Tal como Ramalho, também a maioria dos elementos aqui referidos continuaram a participar nas Comissões e Conselhos dos Monumentos Nacionais seguintes, com três excepções, o Conde de Almedina, Silva Porto e António Tomás da Fonseca, falecidos antes 1895. Embora não tenham todos participado na primeira Comissão do Ministério das Obras Públicas, os restantes elementos acabaram por ser integrados no seu grupo de vogais<sup>8</sup>. Este aspecto é muito interessante e denota uma certa continuidade entre as várias

---

<sup>6</sup> Sobre a sua participação nestes eventos ver: ANBA, 2-A-SEC.081, *Londres entrada*, ANBA, 2-A-SEC.085, *Exposição de Arte Ornamental 1881, Documentos*, ANBA, 1-B-SEC.053, *Diversos, Vol I e ANBA, 2-A-SEC.093*, [Livro de] *Correspondência, Instrução Publica*, [2-4-1870 a 8-9-1884]. Sobre este tema escreveu entre outros títulos: VITERBO, Sousa, *A exposição d'arte ornamental : notas ao catálogo*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1883.

<sup>7</sup> FRANÇA, José Augusto, *A Arte em Portugal no Século XIX*, 2.<sup>a</sup> vol. ...., p. 25.

<sup>8</sup> Ramalho Ortigão, Sousa Viterbo, José Luís Monteiro e Manuel de Macedo participaram na Comissão e nos dois Conselhos dos Monumentos Nacionais, embora alguns não o tenham feito desde o início. António José Nunes Júnior apenas foi vogal dos Conselhos. Estas informações foram tiradas da leitura das actas das diferentes instituições, bem como dos decretos legais de nomeação do seu corpo, mas encontram-se muito bem analisadas em CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” artística e práticas de*

instituições, mas também a limitação no número de pessoas interessadas na área e a ela dedicadas sem interesses secundários.

A mudança de atitude do Governo, passando para a tutela do novo Ministério da Instrução Pública e Belas Artes, responsabilidades de uma secretaria do Ministério do Reino, relacionada com a educação, bem como, dos assuntos relativos aos monumentos nacionais, até então sob a alçada do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, foi um passo arrojado sem grandes consequências a longo prazo. De facto, apenas dois anos depois da sua instituição, o novo Ministério era dissolvido, sem grandes avanços nas áreas de acção atribuídas.

Os nobres objectivos em se dar *...o primeiro passo, modesto, mas essencial, para o futuro engrandecimento da cultura geral da nação*<sup>9</sup> pretendidos na proposta de Abril de 1890, posteriormente passados a Carta de Lei em Agosto desse mesmo ano, falharam. Neste documento normativo vinha especificamente designado o *...serviço de inventariação, guarda e exposição dos monumentos historicos nacionaes, a superintendencia sobre a sua conservação e restauração, e o serviço do ensino industrial e profficional...* como parte integrante das suas competências, sendo para isso transferidas verbas atribuídas ao Ministério tutelar destas áreas até então<sup>10</sup>.

Na proposta de lei antecedente, surgiam um pouco mais desenvolvidos os conteúdos dos vários artigos insistindo-se em dois pontos fundamentais, o primeiro, ainda relacionado com os monumentos referia ser *... tempo de cuidarmos em salvar os seus restos, restaurando e fortalecendo as tradições artisticas nacionaes, espalhadas aqui e alem em obras de altissimo valor*<sup>11</sup>. No segundo era estabelecida a necessidade em se evitar o êxodo de obras de arte para fora do país:

*Finalmente, o n.º 7.º do artigo 1.º tem por objectivo acudir ao desperdicio das nossas reliquias artisticas e archeologicas, a maior parte das quaes se encontra hoje em paiz estrangeiro, graças á indifferença indesculpavel com que têm sido tratados os assumptos d'esta natureza. Fiscalisar e regular a sua exportação é prestar um culto sincero aos productos valiosos do trabalho artistico e industrial*<sup>12</sup>.

---

*conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*, Doutoramento em Arquitectura apresentado à Universidade de Évora, exemplar policopiado, Évora, 2008.

<sup>9</sup> *Collecção Official de Legislação Portugueza, Anno de 1890*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1890, p. 193.

<sup>10</sup> *Idem*, 1890, p. 394.

<sup>11</sup> *Diário do Governo*, n.º 134 de 17 de Junho de 1890, p. 136

<sup>12</sup> *Idem*.

Aprofundamos estes dois pontos, não só por serem os mais relacionados com o tema em estudo, mas também por serem muito referidos e trabalhados por Ramalho. Nas linhas dedicadas a estes temas, observamos a preocupação constante do escritor em conhecer e defender os monumentos e tradições históricas como elementos fundamentais para a nossa definição enquanto povo, bem como o escândalo por si sentido pela saída indiscriminada de peças valiosas para fora do país, muitas das quais completamente desconhecidas, empobrecendo cada vez mais as nossas riquezas, ao contrário de as valorizar através do seu envio para museus ou mesmo da sua manutenção nos locais de origem. Lembremos apenas o facto de neste momento os objectos mais problemáticos a este nível serem os pertencentes às ordens religiosas, progressivamente abandonados ou vendidos muitas vezes ainda antes da extinção dos conventos, ou pertencentes a particulares, sem qualquer jurisdição do Estado, num descontrolo total sobre esta matéria. Por outro lado, a inserção da referência ao trabalho industrial nesta lei cria também uma ponte com Ramalho, tão interessado por este aspecto e na realização de modelos de elementos e pormenores artísticos portugueses, para servirem de exemplo aos alunos das escolas industriais, à semelhança da experiência inglesa, também levada a cabo em outros países europeus.

Mais tarde foram regulados os vários Serviços do novo Ministério, tendo sempre em conta estas preocupações. No Decreto de 22 do mesmo mês voltava-se a fazer referência às medidas preconizadas relativamente aos monumentos, sendo acrescentados os ... *objectos em posse do estado ou de corporações publicas que importem á historia da arte e do trabalho nacional, e a superintendencia sobre a sua conservação e restauração*<sup>13</sup>. Aumentando imensamente o leque ao abranger especificamente os objectos móveis, até então parcialmente sob a alçada da Academia Real das Belas Artes, não só no relativo às inventariações dos espólios dos conventos femininos, mas também na conservação e restauro de pintura e outros tipos de objectos<sup>14</sup>. Era ainda referida a necessidade de se criarem resoluções e instruções necessárias para a elaboração de leis e regulamentos sobre a instrução artística e os monumentos históricos nacionais, sendo estes pontos especificamente entregues à guarda deste Ministério, bem como as providências necessárias para a sua execução. Infelizmente, estas palavras nunca foram posta em prática, encontrando-se a documentação deste efémero ministério dispersa e muito

<sup>13</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1890*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1890, p. 416.

<sup>14</sup> Estas referências encontram-se nos livros de secretaria da Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa, no entanto, por fugirem um pouco ao nosso tema, são apenas aqui mencionadas brevemente.

incompleta, o que torna difícil compreender totalmente e julgar a sua iniciativa nesta área<sup>15</sup>.

Entretanto, em reacção a estas mudanças legais comportando a responsabilidade pelos monumentos nacionais, Gabriel Pereira escreveu um artigo onde louvava a iniciativa face à urgente necessidade de se tomarem medidas para a sua defesa, desejando o sucesso das novas propostas<sup>16</sup>.

*Teremos emfim algum impulso n'estes importantes ramos da Instrucção Publica? trata-se a sério do ensino artistico, da inspecção e conservação dos monumentos, do racional agrupamento de tanta cousa dispersa? Estará o poder resolvido a fazer estudar o que temos, preparando e educando o espirito publico para tornar impossivel a repetição do vandalismo Madre-de-Deus, do desastre Jeronymos?*<sup>17</sup>

Seria este o momento de mudança, onde o modo de encarar e interpretar o património se alterava no sentido da sua salvaguarda e da realização de intervenções de restauro mais ponderadas? Para se chegar a esse caminho era necessário inventariar exaustivamente as riquezas portuguesas, num trilha anteriormente iniciado por vários organismos, não apenas governamentais, como o Ministério do Reino em 1836, a Academia Real de Belas Artes, no concernente à recolha de objectos ou o Ministério das Obras Públicas em várias iniciativas dispersas, como foi exemplo maior o pedido do arrolamento efectuado à RAACAP em 1880, mas também por Comissões e Sociedades criadas nesse século espalhadas pelo país, normalmente relacionadas directamente com a sua região. Para os autores anteriores a esta data, a falta de inventariação dos monumentos era também óbvia e a Comissão nomeada pelo Ministro da Instrução Pública e das Belas Artes vinha mais uma vez confirmar este ponto de vista.

<sup>15</sup> Na documentação encontrada na Torre do Tombo existe alguma correspondência sobre este assunto, mas não a suficiente para permitir a reconstituição de um percurso, com certeza muito interessante de ser estudado mais aprofundadamente. No entanto, mesmo tendo em conta a aparente boa vontade do Governo da altura, parece-nos não ter havido muita eficiência no seio deste Ministério. Embora encontremos nas colecções oficiais de legislação vários elementos especialmente relacionados com a Instrução Pública, a 16 de Julho do ano seguinte da sua instituição, a sessão do seu Conselho Superior era adiada para o início de Agosto de 1892, e a Exposição de Belas Artes e Artes Industriais, marcada para Março do ano seguinte no Decreto de 21 de Maio de 1891, em documento de Fevereiro de 1892 era também adiada devido à exiguidade de prazo para a sua preparação, demonstrando a falta de atenção dada a este evento. *Collecção Official de Legislação Portugueza, Anno de 1891*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1892, p. 399 e *Collecção Official de Legislação Portugueza, Anno de 1892*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1893, p. 28.

<sup>16</sup> PEREIRA, Gabriel, "Inventario dos Objectos de Arte e de Archeologia em Portugal", dir. A. C. Borges de Figueiredo, *Revista Archeologica – Estudos e Notas*, Vol. IV, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1890, pp. 183-188.

<sup>17</sup> Idem, p. 183.

No mês de Março de 1892 foi extinto o Ministério da Instrução Pública e das Belas Artes<sup>18</sup>, sendo os seus serviços novamente integrados no Ministério do Reino, onde voltou a constituir uma Direcção Geral; pela leitura desta legislação, esta opção foi tomada por motivos económicos, reduzindo em cerca de um terço as suas despesas<sup>19</sup>. A tentativa em se passarem todos os assuntos relacionados com os Monumentos Nacionais para este novo Ministério falhara e o Ministério das Obras Públicas continuava responsável pelos assuntos referentes a este tipo de edifícios, não se chegando a formar nenhuma Comissão dos Monumentos Nacionais permanente, mantendo-se adormecida a formada na década anterior no seio da RAACAP<sup>20</sup>.

Pouco se sabe sobre as conclusões do conjunto de eruditos reunido em 1890, resumindo-se a informação disponível ao escrito por Ramalho Ortigão e, mesmo neste caso, já levantámos anteriormente algumas dúvidas sobre a proveniência dos argumentos apresentados. Seriam realmente estas as conclusões finais do grupo de trabalho ou haveria ali um toque ramalhiano posterior, produto das ideias desenvolvidas desde essa altura pelo autor?

É difícil responder a esta questão sem ter acesso ao relatório final, sendo o assunto limitados a algumas das ideias chaves reproduzidas por Ramalho. De qualquer modo são de salientar as palavras escritas sobre a classificação dos monumentos:

*O arrolamento da nossa riqueza artistica, que se propõe effectuar o ministerio da instrucção publica e das bellas artes é - ponderava o relatório – a pedra fundamental de toda a construcção destinada a dar á arte portugueza o logar que lhe compete na historia geral da nacionalidade, na orientação do sentimento colectivo do povo, no*

<sup>18</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1892*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1893, p. 41-43.

<sup>19</sup> Na regulamentação da nova direcção geral, exclusivamente designada de Instrução Pública, já não se encontram referências específicas às Belas Artes, aparecendo uma segunda repartição de Instrução Secundária e artística, em cujas competências encontramos o registo das Academias de Belas Artes, Museus e estabelecimentos anexos, bem como a gerência do seu pessoal. Num ponto mais adiante, registam-se as Exposições nacionais e estrangeiras, mas não há qualquer referência aos monumentos nacionais. *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1892*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1893, pp. 499-501. O Conselho de Instrução Pública também sofreu algumas alterações, no mesmo sentido. Ver o mesmo volume pp. 660-661.

<sup>20</sup> Sobre este assunto ver: SILVA, Joaquim Possidónio da, *Relatório da Comissão dos Monumentos Nacionaes Apresentado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria pelo Presidente da Referida Commissão em 1884*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1894. Sobre esta Real Associação aconselha-se também a consulta de: MARTINS, Ana Cristina Nunes, *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na Senda da Salvaguarda Patrimonial – Cem Anos de Transformação (1863-1963)*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2005.

*conjuncto dos elementos de impulsão e de progresso para o desenvolvimento das indústrias, no respeito do paiz, emfim, e no da Europa*<sup>21</sup>.

Aproveitando o interesse do novo Ministério, este grupo de artistas e eruditos apresentava como ponto essencial para o avanço da protecção dos monumentos portugueses o seu conhecimento integral. Sem este passo seria impossível avançar na defesa destes elementos constituintes da memória nacional, propulsores da reconsolidação do país, não só perante si próprio, muito debilitado pelos recentes acontecimentos políticos internacionais, como modo de demonstrar a supremacia colonial portuguesa através da sua História composta por feitos heróicos e o descobrimento de novos mundos, permitindo o desenvolvimento dos países europeus.

Vimos já a importância dada por Ramalho à inventariação do património nacional e analisaremos a sua influência no desenvolvimento destes trabalhos, culminando no resultado de Junho de 1910. Por agora, gostávamos de voltar a sublinhar a importância dada a esta medida pela Comissão de 1890, sendo este o primeiro aspecto referido por Ramalho por dar azo a desenvolvimentos e ideias para pôr em prática, tais como um levantamento sistemático e completo dos bens artísticos espalhados por todo o país.

Como vimos anteriormente, a participação de Ramalho nos trabalhos relacionados com a Instrução Pública não se limitou a esta Comissão, sendo nomeado Inspector da Instrução Pública em 1891, onde se permaneceu nove meses, juntamente com Joaquim de Vasconcelos, encarregues, respectivamente da zona sul e norte do país, bem como em 1907, quando foi destacado como representante da Academia Real de Belas Artes no Conselho Superior da Instrução Pública<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *O Culto...*, p. 151.

<sup>22</sup> Desde 23 de Maio de 1884 eram considerados parte integrante deste Conselho Superior dois delegados da Academia Real de Belas Artes. *Collecção Official de Legislação Portugueza, Anno de 1884*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1885, pp. 185-187. O Conselho instituído nesta data vinha substituir a Junta Consultiva de Instrução Pública.





## 2.2. A passagem pelas instituições do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria

A efémera Comissão de 1890, formada no seio do Ministério da Instrução Pública e Belas Artes, não parece ter tido qualquer resultado do ponto de vista prático e foi necessário esperar alguns anos para se formar uma nova Comissão dos Monumentos Nacionais, desta vez no contexto do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, na qual Ramalho Ortigão veio a desempenhar um importante papel.

A atenção dada aos monumentos nacionais por este Ministério tinha já alguma tradição, surgida desde os primeiros anos do Liberalismo, antecedendo a sua autonomização, datada de 1852, do Ministério dos Negócios do Reino, onde constituía a Repartição de Obras Publicas. As iniciativas de Mousinho de Albuquerque despoletaram, num contexto obviamente mais lato, a primeira grande intervenção num monumento português, o Mosteiro da Batalha, seguindo um conjunto de princípios com influências marcadamente europeias, adaptadas ao caso particular numa intervenção tão louvada por Ramalho. Infelizmente, este tipo de abordagem não teve continuação, nem criou escola no nosso país.

A autonomização do Ministério preconizada por Fontes Pereira de Melo, na década de cinquenta, visara o desenvolvimento do país e das suas tecnologias e, principalmente, a criação de novas vias de comunicação entre as várias províncias, de modo a desenvolver o progresso do país, tentando alcançar-se o grau dos países mais civilizados. Com esse objectivo foi criado o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria<sup>1</sup>. Embora de

---

<sup>1</sup> Apesar da existência de uma resenha histórica publicada por ocasião do 125.º aniversário da instituição do Ministério, optámos pela consulta directa da legislação para a realização da nossa introdução aos seus trabalhos nesta área. *Ministério das Obras Públicas 1852/1977*, Gráfica Brás Monteiro, Lisboa, 1977. Decreto de 30 de Agosto de 1862 publicado a 1 de Setembro no *Diário do Governo* n.º 206, 28 de Agosto, *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa – Anno de 1852*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1853, p. 383 -385.

modo intermitente, ao longo dos anos foi-se dando algum destaque aos monumentos nas legislações relativas a este Ministério e verificou-se a sua participação ou apoio em várias iniciativas relacionadas com os monumentos, entre as quais se destaca novamente o arrolamento pedido à RAACAP em 1880, bem como a instituição da primeira Comissão dos Monumentos Nacionais no seu seio, dois anos depois. Esta iniciativa terá sido consequência dos trabalhos da Comissão da Academia Real das Belas Artes instituída em 1875, onde se discutira a quem atribuir esta responsabilidade, mantendo-se a mesma no Ministério das Obras Públicas, detentor do dever de intervenção nos monumentos<sup>2</sup>.

Depois de em 1886 ser sublinhada a importância do estudo e conservação dos monumentos nacionais ser da competência dos architectos<sup>3</sup>, no fim de 1892 estas

---

Na regulamentação deste novo Ministério, datada do fim do mês seguinte, aparecia a primeira referência aos Monumentos Históricos, Edifícios Públicos e Obras de *aformoseamento* e recreio público, como responsabilidade de uma secção autónoma. *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa – Anno de 1852*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1853, pp. 513- 516. Esta ordem foi mantida à sua primeira reorganização no fim de 1859. As competências da nova 3.<sup>a</sup> Secção da Repartição das Obras Públicas abrangiam, entre outras áreas, a ...*reparação e conservação de monumentos historicos; edificios públicos...* sendo de destacar a nomenclatura utilizada, de reparação e conservação, fugindo-se ao termo Restauro. Seria consciente esta escolha de vocabulário? Documento datado de 5 de Outubro de 1859 e assinado por António de Serpa Pimentel. *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa – Anno de 1859*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1860, p. 648. Ao analisarmos os diplomas legais ao longo dos anos, vemos as pequenas alterações inculcadas no seio do Ministério, como foi o caso da substituição do Conselho Superior das Obras Públicas e de Minas pela Junta Consultiva de Obras Públicas e Minas e da extinção da Intendência das Obras Públicas do Distrito de Lisboa e da Superintendência do Tejo, em 1868, cuja análise mais aprofundada traria informação muito rica sobre o papel directo deste Ministério na conservação e reparação dos monumentos nacionais portugueses. Publicado no *Diário do Governo* n.º 3 de 5 de Janeiro de 1869, *Collecção Official da Legislação Portuguesa – Anno de 1868*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1869, p. 603.

<sup>2</sup> ANBA, 1-A-SEC.022, *Actas*, [Comissão para propor a reforma do Ensino das Belas Artes, o plano para a organização dos Museus, e o serviço dos Monumentos históricos e da arqueologia], [29-11-1875 a 12-3-1876], p. 9-9v. Estas actas encontram-se publicadas no *Relatório dirigido ao illustrissimo e excellentissimo Senhor Ministro e Secretario D'Estado dos negócios do Reino pela Commissão nomeada por decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a organização do Serviço dos Museus, Monumentos Históricos e Archeologia*. Tomo 2, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876.

<sup>3</sup> Decreto de 24 de Julho de 1886, “Organização dos serviços technicos de obras publicas no ministerio das obras publicas, commercio e industria”. ...*Art. 40.º Ao architecto chefe compete: informar sobre todos os projectos relativos a edificios publicos, monumentos nacionaes e obras artisticas e de aformoseamento, que houverem de ser submettidos á junta consultiva de obras publicas e minas; dirigir, no interesse immediatamente à boa escola de architectura, os estudos e as obras de construcção ou de restauração de edificios e monumentos de grande importancia; [...] colleccionar e classificar modelos de architectura nacionaes, segundo os seus caracteres proprios ou de relação com os periodos e caracteres predominantes da architectura nos outros paizes, para estudo e exame nos museus e escolas de desenho; e em geral fazer todos os estudos e inspecções, que lhe forem ordenadas, por si e com o auxilio dos architectos seus subordinados, e que possam concorrer para se aperfeçoar o gosto e a sciencia na construcção de edificios e monumentos*. No Decreto de 20 de Julho do mesmo ano, onde se aprovou a organização da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras, Públicas, Comércio e Indústria, também se focaram estes aspectos, nas atribuições da 3.<sup>a</sup> sessão da Repartição das Estradas, Obras Hidráulicas e Edifícios Públicos: ...*Estudos, projectos e construcção de edificios publicos; construcção, reparação e conservação de monumentos nacionaes e obras artisticas e de aformoseamento; classificação e conservação de modelos de architectura nacionaes; guarda e conservação de instrumentos, cartas, plantas, memorias e modelos; contencioso*

atribuições foram dadas aos engenheiros, no âmbito de uma nova reorganização do Ministério<sup>4</sup>. No ano seguinte foram reunidos os serviços relacionados com os monumentos, *...de modo a não se confundirem as obras de maior utilidade com as de somenos importancia, e a não se effectuarem trabalhos sem plano geral, sem nexos, e por consequencia sem a precisa economia...*<sup>5</sup>. Embora fujam um pouco ao assunto em questão, estes dados servem-nos para verificarmos a importância atribuída a este assunto pelo Ministério.

A irregularidade das abordagens a este tema por parte do Governo parece-nos estar relacionada com a rotatividade política do poder, provocando uma grande instabilidade e impedindo o desenvolvimento de trabalhos de maior envergadura de forma dinâmica e controlada. Pela análise da cronologia e dos ministérios, parece-nos haver uma relação directa entre o Ministro Hintze Ribeiro e estas actividades. De facto, ao colocarmos em paralelo as várias iniciativas tomadas nesta área, encontramos as principais acções maioritariamente relacionadas às políticas regeneradoras. No entanto, deve ser destacado o facto de o primeiro pedido de arrolamento de 24 de Outubro de 1880 ter sido realizado pelo Governo progressista, liderado por Anselmo José Braamcamp, sendo a formação da Comissão dos Monumentos Nacionais no fim do ano de 1881 obra do Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria de um Governo Regenerador<sup>6</sup>.

Quando se formou a Comissão da Academia Real das Belas Artes em 1875, estava no poder Fontes Pereira de Melo cuja visão progressista fomentou o desenvolvimento do país em muitas áreas, demonstrando igualmente cuidado com a defesa do património, num equilíbrio muito interessante repetido posteriormente noutros contextos. Haveria já nesta altura a consciência da utilização da relação entre as ideias de passado e de presente para a potencialização das políticas de desenvolvimento e progresso desenvolvidas

---

*relativo a estes serviços... Legislação e Disposições Regulamentares acerca do Serviço de Obras Publicas coordenada pelo Primeiro Official Chefe de Secção do Ministerio das obras Publicas, Commercio e Industria, coord. Gaspar Candido da Graça Fino, Typographia de Eduardo Roza, Lisboa, 1889, p. 421 e 463, respectivamente,*

<sup>4</sup> Decreto de 1 de Dezembro de 1892 *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1882*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1893, pp. 827–997. Ali encontramos referências ao estudo, construção, administração e fiscalização de Edifícios e Monumentos Públicos e os Serviços geológicos, paleontólogos, e investigações arqueológicas e pré-históricas.

<sup>5</sup> Decreto de 18 de Maio de 1893. *Collecção de Legislação de 1887 a 1893 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista das Obras Publicas e Minas»*, coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Volume VII, Tomo II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1893, p. 765.

<sup>6</sup> São curiosos os vários elogios realizados por Possidónio da Silva ao Ministro no relatório resultante dos seus trabalhos, direccionados a Hintze Ribeiro ou ao seu sucessor, António Augusto de Aguiar com a mesma filiação política. SILVA, Joaquim Possidónio da, *Relatório da Comissão dos Monumentos Nacionaes Apresentado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria pelo Presidente da Referida Comissão em 1884*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1894.

cinquenta anos mais tarde pelo Ministro desta pasta Duarte Pacheco<sup>7</sup>? Esta relação não pode ser totalmente descurada, dada a enorme influência de algumas destas políticas na fundamentação do regime ditatorial.

Os problemas indicados pelos críticos da época sobre estas questões prendiam-se não só à falta de verbas, como com na pouca preparação dos directores e dos responsáveis pelas obras, não existindo um planeamento bem definido, obtendo-se como resultado intervenções executadas de modo aleatório e, muitas vezes, sem qualquer sentido de prioridades face aos monumentos mais importantes.

Apesar desta aparente preocupação, os Decretos emanados na última década do século XIX, onde se referiram os monumentos e o cuidado a ter nas intervenções a realizar neste tipo de edifícios<sup>8</sup>, parecem querer encontrar um rumo no claro descontrolo geral. Na verdade, nada se fazia de concreto relativamente aos Monumentos Nacionais, sua inventariação, protecção, etc., desde os trabalhos da década de oitenta.

Provavelmente, para tentar resolver esta indefinição ou mesmo para dar resposta às vozes críticas sobre este assunto, o Ministério terá convidado um grupo de eruditos em 1893 para a constituição de uma Comissão de Monumentos Nacionais a funcionar sobre a alçada do Conselho Superior das Obras Públicas<sup>9</sup>, o que acabou por limitar bastante o seu poder, conforme afirma Lúcia Rosas<sup>10</sup>.

<sup>7</sup> Encontra-se a aguardar a defesa pública uma tese de doutoramento exclusivamente dedicada a Duarte Pacheco e à sua obra onde se apresentam dados muito pertinentes para a compreensão deste assunto: COSTA, Sandra Vaz, *O País a Régua e Esquadro. Arquitectura, Urbanismo e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco*. Doutoramento em Arte, História e Património apresentado à Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, exemplar policopiado, Lisboa, 2009.

<sup>8</sup> Em 9 de Maio de 1891 saiu um Decreto do Ministério das Obras Públicas para se fiscalizarem os financiamentos realizados pelo Governo às obras de beneficiação de várias naturezas, entre as quais figuravam os Monumentos Nacionais. A lacuna existente até então resultava muitas vezes no desvio dos fundos e sua aplicação em outras áreas. *Diário do Governo*, n.º 104, 12 de Maio de 1891. Na Portaria de 4 de Outubro de 1897, eram reguladas as obras em edifícios do Estado executadas pela Direcção de Edifícios Públicos, salientando-se neste documento a necessidade da aprovação Ministerial para a execução de obras de conservação. *Collecção de Legislação de 1897 a 1899 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas*, org. Gaspar Candido da Graça Corrêa Fino, Volume IX, Tomo I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1898, pp. 143-144.

<sup>9</sup> Embora os trabalhos da Comissão dos Monumentos Nacionais se tenham iniciado em 1893, a Portaria aprovando o seu Regulamento foi assinada apenas no princípio do ano seguinte. *Collecção de Legislação de 1894 a 1896 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista das Obras Publicas e Minas»*, coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Volume VIII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1895, pp. 52-53. Neste documento apresentava-se a definição de “Monumento Nacional” e as funções da Comissão, a sua organização interna, sem ser esquecida a publicação de *Annaes* com o resultado dos seus trabalhos. Em 1897 Ramalho chegou a ser nomeado o Director da Publicação, sendo inclusivamente informado o Ministério, mas não se verificou o desenvolvimento destes trabalhos. ANBA, 3-C-SEC.248, *Minutas, Anos 1882-1904*.

<sup>10</sup> ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios – A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Exemplar policopiado, Porto, 1995, p. 142.

Os trabalhos da nova Comissão dos Monumentos Nacionais iniciaram-se na tarde do dia 11 de Abril de 1893, na sala do Conselho das Obras Públicas, Comércio e Indústria, sob patrocínio do governo de Hinzte Ribeiro. Nesta sessão, inaugurada pelo próprio Ministro das Obras Públicas, Bernardino Machado, foi eleito como presidente Joaquim Possidónio da Silva, não obstante a sua propecta idade de 87 anos, pelos vogais presentes: Luciano Cordeiro, Alberto Pimentel, Sousa Viterbo e Júlio Mardel, secretário<sup>11</sup>. Esta Comissão reunia-se seguindo os ditames de uma Portaria datada do fim de Dezembro de 1891<sup>12</sup>.

Após o seu regresso de Madrid, onde desempenhara a função de Comissário português na Exposição Colombina, Ramalho Ortigão foi agregado a esta Comissão como vogal, juntamente com outros quatro elementos: Alfredo Ribeiro, Gabriel Pereira, Joaquim Rasteiro e José Luís Monteiro<sup>13</sup>.

Ficavam deste modo ocupados os dez lugares inicialmente previstos, contando-se com três vogais provenientes da Comissão formada no seio do Ministério da Instrução Pública e Belas Artes três anos antes, sendo posteriormente adicionados mais dois com a mesma proveniência. Possidónio da Silva e Júlio Mardel integraram a Comissão de 1882 e Luciano Cordeiro fora o redactor da Comissão de 1875. Estes factos mostram uma certa continuidade entre as várias iniciativas, dando um cunho de seguimento aos seus trabalhos. Por outro lado, a escassez de personalidades com competências e interesses por estes assuntos na época, resultava na sua múltipla participação nas diversas organizações do meio, como era o caso da RAACAP com quem a Comissão dos Monumentos Nacionais partilhava alguns vogais<sup>14</sup>. Por essa razão, Ana Martins encontrou nas suas iniciativas uma certa tendência em se manterem os mesmos tipos de procedimentos<sup>15</sup>, resultando em algumas incongruências a determinada altura, dada a diferença dos seus objectivos.

Segundo Ribeiro Arthur, o arquitecto José Luís Monteiro apresentou prontamente recusa a esta nomeação por considerar os moldes instituídos sem o carácter técnico necessário

---

<sup>11</sup> ANBA, 3-C-SEC.257, *Actas das Sessões, Anos 1893-1898*. Este documento encontra-se reproduzido em CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*, Doutoramento em Arquitectura apresentado à Universidade de Évora, exemplar policopiado, Évora, 2008, pp. 323-324. (volume dos anexos).

<sup>12</sup> Existe uma referência a este documento de 29 de Dezembro de 1891, na nomeação dos vogais datada de 30 de Junho de 1893, mas este documento não foi encontrado. ANBA, 3-C-SEC.244, *Correspondência e Vários*.

<sup>13</sup> Documento datado de 30 de Junho de 1893, ANBA, 3-C-SEC.244.

<sup>14</sup> Esta dualidade gerou algumas questões com influência nos trabalhos da Comissão e dos Conselhos posteriores.

<sup>15</sup> MARTINS, Ana Cristina Nunes, *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na Senda da Salvaguarda Patrimonial – Cem Anos de Transformação (1863-1963)*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2005, p. 169.

para cumprir os seus objectivos<sup>16</sup>. Mais tarde, voltará a ser integrado no Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, provavelmente para colmatar esta lacuna. Alguns meses mais tarde, em Março de 1894 assistimos à entrada de um militar, Fernando Larcher<sup>17</sup> cuja função foi o estabelecimento de uma relação mais próxima ao Ministério da Guerra, na altura responsável por inúmeros monumentos portugueses, muitos dos quais votados ao abandono. Neste grupo, encontravam-se não só os elementos directamente relacionados com a acção militar propriamente dita, mas também todos os conventos e outros edifícios ocupados por militares desde a extinção das ordens religiosas, ocorrida a partir da primeira metade do século. No entanto, nos seus pareceres não fez menção a este tipo de monumentos, mas apenas às torres, castelos e outras praças de guerra, esquecendo este conjunto de edifícios sob ameaça das transformações impostas pela nova ocupação.

Logo no princípio da sua colaboração, Fernando Larcher apresentou um parecer sobre os monumentos militares de extremo interesse. Interpretando este documento, como sendo escrito por um porta-voz do Ministério da Guerra, mesmo sendo perceptível a abordagem do assunto como um reflexo da sua opinião pessoal, encontra-se ali um conjunto de linhas directrizes muito bem definidas, quando às suas bases e objectivos.

Começando por explorar um pouco o tema do monumento nacional e qual o seu significado, citando de modo generalista o exemplo estrangeiro, o militar de carreira lamentava o enquadramento geral.

*Infelizmente não tem o nosso paiz acompanhado os grandes progressos que as nações extranhas teem feito durante o seculo que vae correndo; e se é verdade que o estudo da archeologia encontrou alguns homens de talento e boa vontade, que lhe teem dedicado o melhor e mais precioso tempo da vida, não é menos verdadeiro que esses trabalhos não teem passado de esforços singulares e isolados, desacompanhados e até mesmo repudiados pelos nossos governos e outra [sic] classes dirigentes.*

*Comtudo, todo o mal tem um fim e o termo do nosso parece-me ter chegado*<sup>18</sup>.

Na sua opinião, a institucionalização de uma Comissão específica para este fim, mostrava a generalização do problema ao Governo. Ao desprenderem-se das suas limitações

<sup>16</sup> ARTHUR, Ribeiro, *Arte e Artistas Contemporaneos*, 2.ª série, 1.º volume, Livraria Ferin, Lisboa, 1898, p. 149.

<sup>17</sup> Acta de 19 de Março de 1894. ANBA, 3-C-SEC.257.

<sup>18</sup> Consulta datada de 30 de Março de 1894, ANBA, 3-C-SEC.244.

intelectuais anteriores, nascia uma nova esperança em quem se preocupava com os monumentos. Fernando Larcher encontrava-se entre estes, acreditando poder contribuir para o seu arrolamento com o conhecimento dos monumentos militares e da organização do Ministério<sup>19</sup>.

Entretanto, a Comissão dos Monumentos Nacionais apenas se voltou a reunir seis meses mais tarde, já sob um modelo de trabalho bem diferente. Na sessão de 25 de Outubro de 1893, compareceram os novos vogais, sendo iniciada a discussão de assuntos práticos, com a leitura de pareceres e chamadas de atenção para a realidade de alguns monumentos portugueses, onde havia uma clara necessidade da intromissão da Comissão<sup>20</sup>. Esta vontade parece-nos ter sido apoiada pelo Ministério, pelo envio de elementos para a sua avaliação. A importância destas reuniões era atestada pela publicação do seu resumo no dia seguinte, nos periódicos da capital, como por exemplo no *Jornal de Notícias*, onde encontramos vários artigos desta natureza, muitos deles enaltecendo especialmente o nosso escritor.

Veremos no desenvolvimento deste texto a rápida evolução de várias facções dentro desta Comissão, levando ao afastamento de alguns dos seus vogais e à constante disputa entre outros. Este problema agravou-se com a ausência de Possidónio da Silva e com a sua substituição definitiva por Luciano Cordeiro, que, apesar de já desempenhar essas

---

<sup>19</sup> Para uma melhor sistematização dividia os elementos em dois grandes grupos, as praças de guerra, como as Torres de Belém, de S. Lourenço da Barra, do Outão, de Estremoz e os castelos de Elvas, de S. Jorge e de Bragança, entre outros, e os “abandonados”, ou seja sem uma função militar activa. No primeiro caso a sua regular conservação era inerente às suas funções, pela manutenção dos locais ligada ao seu uso. No segundo caso poderia fortalecer-se o sistema de guarda, com auxílio de militares reformados ou de supervisão directa da secretaria de Estado provendo a sua conservação e defesa face aos agentes exteriores, nomeadamente o vandalismo popular. Chamava também a atenção para a importância da formação do quadro de engenheiros militares para se puder pôr em prática um plano de acção tendo como objectivo ...a salvação dos tristes monumentos que nos restam, e que protegidos por ignota providencia teem logrado conjurar os ultrajes do tempo e resistir ás devastações, derivadas das paixões e ignorancia humana que sendo muito mais perniciosas são por isso mesmo bem mais danninhas. Consulta datada de 30 de Março de 1894, ANBA, 3-C-SEC.244.

Mais tarde, alguns membros da Comissão foram pessoalmente recebidos pelo Ministro da Guerra, alcançando o seu compromisso a cooperar neste sentido, dando para isso um conjunto de directrizes aos seus serviços. Foi ainda proposto por Larcher o estabelecimento de uma espécie de “protocolo”, como designamos actualmente, um acordo entre as duas instituições no sentido de se encontrar um conjunto de medidas a adoptar, neste caso para a preservação dos castelos e outros monumentos dependentes deste ministério. Não conseguimos, no entanto, apurar qual terá sido o seguimento deste processo. Embora Alfredo Pimentel tivesse proposto a ampliação deste tipo de iniciativa para outros ministérios, não localizámos mais nenhuma referência a este tipo de acções conjuntas. Acta de 4 de Maio de 1894, ANBA, 3-C-SEC.257. Este aspecto, bem como a contribuição deste vogal para os trabalhos da Comissão foram aprofundados em: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística..., p. 286 e seg. O parecer referido encontra-se transcrito no seu anexo documental, pp. 332-334.

<sup>20</sup> Como referimos na introdução deste capítulo, a riqueza destas actas foi já objecto de um estudo muito aprofundado. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística... No presente trabalho dedicaremos especial atenção a determinados pontos mais relacionados com o nosso escritor e das suas ligações aos outros membros da Comissão.

funções de um modo interino, apenas foi indigitado oficialmente para o cargo nove meses depois do falecimento do primeiro.

O primeiro sintoma da importância deste vogal no grupo encontra-se logo nas primeiras actas, com a apresentação do seu projecto de regulamento para a Comissão dos Monumentos Nacionais<sup>21</sup>. Nesse documento Luciano Cordeiro propunha as linhas mestras de trabalho, apoiado na definição de Monumento Nacional lançada pela Comissão de 1875, com algumas alterações<sup>22</sup>. Transcrevemos aqui os primeiros pontos pelo seu interesse para o assunto em análise:

*Artigo 1.º*

*Para os efeitos do presente regulamento são considerados monumentos nacionaes todos os edificios, construcções, ruinas e objectos artisticos, industriaes ou archeologicos.*

- a) que importem á historia do modo de ser intellectual, moral e material da Nação nas diversas evoluções e influencias do seu desenvolvimento,*
- b) que testemunhem e commemorem factos notaveis da historia nacional;*
- c) que constituam vestigios dos povos e civilizações anteriores á formação da nacionalidade, quando existentes ou encontrados em territorio portuguez<sup>23</sup>.*

É curioso o facto de não haver qualquer referência à valia artística do monumento, sendo dada primacial importância ao seu valor histórico, como testemunho da civilização construtora da nossa nacionalidade. Este aspecto é de extremo interesse, pela forma como se encarava o Património e a razão da sua importância, bem como pelas suas alterações sofridas ao longo dos anos<sup>24</sup>. Apesar dos estudos entretanto desenvolvidos sobre a

<sup>21</sup> Acta da sessão de 4 de Dezembro de 1893, ANBA, 3-C-SEC.257, *Actas das Sessões, Anos 1893-1898*.

<sup>22</sup> ARTIGO 67.º - *São considerados monumentos historicos nacionaes todos os edificios, construcções, ruinas, objectos artisticos, industriaes e archeologicos, de caracter distinctamente typico do trabalho, usos, costumes, progressos, estado industrial, influencias sociaes e modo de ser intelectual, moral e material da sociedade portugueza nas diversas evoluções do seu desenvolvimento historico, bem como os que representem ou memorem os feitos mais distinctos da historia nacional.*

ARTIGO 68.º - *São igualmente considerados monumentos historicos nacionaes todos os vestigios dos povos e civilizações anteriores á fundação da monarchia portugueza, existentes ou encontrados no solo e sub-solo do reino e seus domínios. Ver Relatório dirigido ao illustrissimo e excellentissimo Senhor Ministro e Secretario D'Estado dos negócios do Reino pela Commissão nomeada por decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artistico e a organização do Serviço dos Museus, Monumentos Historicos e Archeologia. Primeira Parte – Relatorios e Projectos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876, p. 12.*

<sup>23</sup> Acta da sessão de 4 de Dezembro de 1893, ANBA, 3-C-SEC.257.

<sup>24</sup> Lúcia Rosas, ao analisar aprofundadamente a História do Restauro a partir da primeira metade do século XIX, resume esta circunstância à necessidade de se utilizarem os monumentos como testemunhos de



História da Arte portuguesa, ainda hoje vemos ser este o factor essencial para a identificação comum de um monumento, sendo muito poucos os casos onde a classificação é efectuada apenas com base em critérios relacionados com estilos artísticos ou riquezas decorativas, como é o caso da Igreja de São Francisco do Porto, onde é dado um valor predominante à sua magnificência e decoração do seu interior.

Esta limitação deveria ir um pouco contra a opinião de Ramalho, apreciador de uma visão muito romântica e bucólica das História, dando um destaque importante à componente artística e à sensibilidade despertada nos seus sentidos, criando um elo místico muito além desta limitada relação directa dos edifícios com a sua história. Para o escritor era importante não esquecer a importância do factor histórico como elemento identificador, mas também era necessário adicionar a estes eventos a componente artística, a identificação dos estilos seguidos e das regras arquitectónicas definidoras de um monumento, um marco artístico e cultural, onde se poderia encontrar a essência da arte portuguesa, mostrando a criatividade do seu povo. Embora não usasse esta última expressão, não nos podemos esquecer nas referências anteriormente apresentadas a Darwin, Edward B. Tylor, e a evolução cultural. Lembremos as viagens de Ramalho e a sua consulta frequente de periódicos estrangeiros, estando sempre a par destas correntes europeias em debate, influenciando muito a sua obra, apesar da ausência de referências específicas a determinados autores.

No segundo ponto da proposta de Luciano Cordeiro eram determinadas quais seriam as funções da Comissão dos Monumentos Nacionais:

- a) de estudar, classificar e inventariar os monumentos nacionaes*
- b) de consultar e propôr ao Governo as providencias necessarias á guarda, conservação, reparação e exposição publica d'esses monumentos;*
- c) de instruir, projectar ou propôr as respectivas reparações, apropriações, aquisições e destinos;*
- d) de promover a propaganda e o culto publico pela conservação e pelo estudo d'esses monumentos e de velar por elles<sup>25</sup>.*

---

determinados momentos de glória, sendo a sua feição estética um elemento importante, mas não essencial para a sua definição enquanto monumento nacional, como tivemos ocasião de verificar na primeira parte desta tese. ROSAS, Lúcia, *Monumentos Pátrios...*p. 82.

<sup>25</sup> Acta da sessão de 4 de Dezembro de 1893, ANBA, 3-C-SEC.257.

Este artigo tinha complemento no 4.º onde se encontrava mencionada a necessidade do parecer técnico da Comissão para qualquer ....*restauração, apropriação, remoção, empréstimo, ou alienação de monumentos nacionaes*<sup>26</sup>. Por fim, surgia a intenção de publicação de um boletim periódico, com os trabalhos e estudos elaborados por vogais<sup>27</sup>. Apesar de publicado em *Diário do Governo*<sup>28</sup>, a concretização deste documento nunca chegou a ser total, tanto pela própria incapacidade dos seus membros, como pela falta de colaboração do Ministério tutelar. No entanto, Ramalho ainda tentou levar alguns destes pontos à letra, rapidamente se apercebendo da reduzida capacidade da Comissão em os pôr em prática. De facto, pouco tempo depois, no seu *O Culto da Arte em Portugal*, lamentava esta ineficácia e propunha algumas transformações essenciais para se poderem pôr em prática as funções previstas inicialmente.

Para uma melhor sistematização da evolução dos acontecimentos, dividimos os trabalhos desta Comissão em duas fases distintas. A primeira acabou no início do ano de 1897, quando o seu corpo foi alargado a novos elementos. Estas alterações, resultantes da intervenção do Ministério, provinham da diminuição de actividade causada pela falta de consenso entre os seus membros. Alguns autores da época defendem ter sido a tomada de posse de Luciano Cordeiro, durante os últimos tempos e depois da morte de Possidónio da Silva, o principal despoletador da divergência de opiniões entre os vogais e o seu novo presidente<sup>29</sup>, aspecto este nitidamente espelhado em vários casos, alguns dos quais

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> A 14 de Abril de 1897 Ramalho Ortigão lembrou a importância da publicação do Boletim sendo em seguida votado para seu presidente. Acta de 14 de Abril de 1897, ANBA, 3-C-SEC.257. Este elemento teria sido essencial para a projecção e conseqüente valorização para o exterior do meio onde agia, o que lhe poderia ter dado outro impulso. Apesar destas discussões, o assunto do Boletim nunca chegou a ser resolvido. Em 1902 discutiu-se pormenorizadamente nas sessões da Comissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionais esta publicação, a designar por *Memorias do Conselho dos Monumentos Nacionais*, sem obrigação periódica, mas onde fossem sendo registadas memórias, catálogos de desenhos, etc., de modo a tornar-se ...*um óptimo auxiliar para estudos futuros que se quizessem fazer relativos a monumentos...* Sessão de 30 de Outubro de 1902, ANBA, 3-D-SEC.260, *Con.º Sup dos M, Actas, 1900-1907*. Porém, apesar de algumas referências nas actas da sessões gerais este assunto só voltou a ser abordado com alguma profundidade em 1910, por se julgar essencial para o Conselho a existência de uma voz fidedigna para se sobrepor às opiniões publicadas nos artigos dispersos pelos jornais. Nessa altura foi nomeada uma Comissão composta por Sousa de Carvalho, Abel Botelho e José de Figueiredo, para organizar e dirigir esta publicação. Pretendia-se contribuir para o desenvolvimento da História da Arte em Portugal e para a manutenção dos seus monumentos nacionais. Sessão de 1 de Junho de 1910, ANBA 3-D-SEC.258, *Minutas das Actas 1905-1911*. No entanto, mais uma vez, não se verificaram resultados práticos. De qualquer modo, a sua acção teria sido reduzida, tendo em conta a extinção do Conselho alguns meses mais tarde, em consequência das novas leis emanadas pelo regime republicano. Pela análise realizada a vários documentos, esta incapacidade em se publicar o Boletim, prendeu-se claramente com a falta de verbas e, indirectamente, com a falta de iniciativa dos seus membros.

<sup>28</sup> N.º 46 de 28 de Fevereiro de 1894, *Collecção de Legislação de 1894 a 1896 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista das Obras Publicas e Minas», org. Gaspar Candido da Graça Corrêa Fino, Volume VIII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1895, pp. 52-53.*

<sup>29</sup> ARTHUR, Ribeiro, *Arte...*, p. 150.

especialmente relacionados com Ramalho, seu sucessor no Conselho seguinte. Segundo a opinião do nosso escritor, esta falta de acordo terá contribuído significativamente para o abandono progressivo dos vogais, sendo as sessões suspensas durante onze meses, entre Fevereiro e Dezembro de 1896 e, mesmo quando se voltou a reunir passado este período de tempo, a pouca afluência verificada não foi suficiente para a realização de uma sessão oficial. A segunda fase abrange o período decorrente desde esta alteração até ao fim dos seus trabalhos, não muito tempo depois.

Numa carta dirigida a António Augusto Gonçalves, Ramalho pormenorizava alguns destes acontecimentos, colocando em causa a continuação da existência da Comissão nesta situação.

*A comissão, por indirectas instancias minhas, foi a final [sic] convocada pelo seu presidente depois de mais de um anno de immobildade. Os vogaes, feridos pelo procedimento durante muito tempo arbitrario do presidente, imagine o meu amigo que se desplicam não comparecendo quando os convocam! Eu, cynicamente insensivel às formulas burocraticas, fui ao chamado. E, como / entendo que os vogaes d'esta comissão foram nomeados para tratar dos monumentos nacionaes, e não uns dos outros, insisti mais uma vez nas propostas que fiz desde a primeira reunião em q. tomei parte, insistindo principalmente em que sejam nomeados os vogaes correspondentes; em que se lhes enviem instrucções categoricas sobre o que lhes cumpre fazer em defesa dos monumentos confiados à sua protecção; em que sem demora se nomeie a comissão de redacção do Beletim [sic], e que sem perda de tempo este appareça...*<sup>30</sup>

Embora a falta de comparência dos vogais não impossibilitasse a Comissão de dar resposta aos pedidos provenientes do Ministério, limitava a sua acção, impedindo a

---

<sup>30</sup> Coleção de Ortigão de Oliveira, carta s/d [segunda-feira], publicado em VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha de Coimbra*, 2 volumes, reedição do Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993, vol. II, pp. 141-143. Anteriormente o nosso autor manifestara as suas preocupações sobre este assunto ao mesmo destinatário: ...*A Comissão dos Monumentos continua a não se reunir por falta de convocação, funcionando unicamente com o presidente Luciano e com o secretario Mardel. Nem se nomeiam os delegados proviciaes nem de faz o inventario dos monumentos das obras d'arte, nem se publica o Boletim, nem se fiscalizam as restaurações, nem – em summa - se faz nada. Grande desdita!* Coleção de Ortigão de Oliveira, carta datada de 11 de Novembro de 1896, publicada em VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha...*, vol. II, pp. 137-139.

realização de reuniões por falta de quórum<sup>31</sup>. Este facto era agravado pela carência de um espaço próprio, não existindo uma sala onde se pudesse estabelecer um arquivo, essencial para o desenvolvimento dos trabalhos. Luciano Cordeiro culpava ainda a suspensão das actividades, da demora verificada na substituição do Presidente, Possidónio da Silva, depois da sua morte. Para o novo dirigente, a Comissão necessitava de meios para atingir os seus altos objectivos, passando pela dotação de um espaço, mas também pela nomeação de novos vogais, trazendo uma nova vitalidade aos trabalhos<sup>32</sup>.

Segundo a versão contada por Ramalho a Joaquim de Vasconcelos<sup>33</sup>, perante a ineficiência da Comissão, em 1897 o Ministro das Obras Públicas resolveu reforçá-la, nomeando por Decreto o Conde de Bertiandos, o General Manuel Raymundo Valadas, Manuel de Macedo Pereira Coutinho, Zacharias d’Aça, Adolpho Benaruz, o Major Abel Botelho, Pedro Romano Folque (Inspector dos Edifícios Públicos), Leite de Vasconcelos e M. Botelho. Este novo corpo constituído sobretudo por engenheiros e arquitectos, alguns pertencentes ao Conselho Superior de Obras Públicas, seria nomeado com o objectivo de fortalecer o poder da Comissão dos Monumentos Nacionais. Mais tarde foi também integrado Ventura Terra, provavelmente devido à insistência de Ramalho, dado o facto de já ter colaborado com alguns trabalhos da Comissão anteriormente<sup>34</sup>.

<sup>31</sup> Este aspecto conturbado foi notado fora do Ministério, sendo um dos seus vogais, o Par Fernando Larcher, quem assinou um documento proveniente da Câmara dos Pares, registado num livro do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Pública, Transportes e Comunicações, onde se pretendia saber o número de sessões realizadas pela Comissão entre Março de 1896 e aquele dia, bem como o número de membros presentes em cada uma. A resposta a este pedido foi redigida a 28 de Janeiro de 1898. AHMOPTC, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, et alii. Secretaria Geral, Registo de correspondência entrada*, SG-1-3, 21 de Janeiro de 1898 a 10 de Maio de 1902. N.º 23, pp. 3v-4. Depois desta resposta ainda foram cruzados mais documentos oficiais a pedir e a responder a mais informações, mas infelizmente não encontramos estes originais, não se conseguindo extrapolar as razões subjacentes. Seria uma tentativa dos próprios membros chamarem a atenção do exterior ou, pelo contrário, o militar vira-se envolvido nessa questão no seio da Câmara? Uma pesquisa nos arquivos da Assembleia teria sido muito interessante para se compreender qual a importância dada a este assunto a esse nível, no entanto, a vastidão de informação existente impediu a sua realização no decorrer deste trabalho.

<sup>32</sup> Minuta datada de 5 de Dezembro de 1896. ANBA, 3-C-SEC.248. Documento transcrito em CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” artística...* p. 345 (volume dos anexos)

<sup>33</sup> BGUC, *Espólio de Joaquim de Vasconcelos, Cartas de Ramalho Ortigão para J. Vasconcelos*, s.d. Ver Anexo 1 - Documentação, Documento 1.

Este espólio foi amplamente estudado e organizado por Sandra Leandro quando preparou a sua tese. LEANDRO, Sandra Maria Fonseca, *Joaquim de Vasconcelos (1849-1936). Historiador, Crítico de Arte e Museólogo*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, exemplar policopiado, Lisboa, 2008.

<sup>34</sup> Segundo Ribeiro Arthur esta nomeação foi contra a vontade do Presidente, opositor à entrada deste arquitecto ARTHUR, Ribeiro, *Arte e Artistas...*, p. 150. Ventura Terra regressara a Portugal em 1895, ano em que ganhou o concurso para o projecto de São Bento e começou também a colaborar com a Comissão dos Monumentos Nacionais. Provavelmente a sua escolha também deve ter estado relacionada com o facto de trabalhar para o Ministério das Obras Públicas onde fora colocado também em Outubro desse ano. Mais tarde, já depois da implantação do regime republicano chegou a exercer cargos mais importantes no seio das Comissões relacionadas com os Monumentos Nacionais. Para mais informações sobre a vida e obra deste

Por sugestão ou não de Luciano Cordeiro, o crescimento da Comissão foi um aspecto interessante, contradizendo a própria posição do Ministério naquele período, veladamente inibidora da sua acção. As suas consultas foram muito esporádicas, dando-se pouca importância aos seus resultados, continuando a Comissão sem um espaço próprio onde pudesse desenvolver os seus trabalhos. Esta alteração deixa transparecer a ideia da importância da manutenção da Comissão por uma questão de imagem política, mesmo não tendo muito relevo prático não só a nível da capital, mas ainda menos das outras regiões, como veremos através do exemplo das lutas travadas por Ramalho.

Embora estivesse um pouco relutante com as novas alterações impostas à Comissão, considerando a intromissão dos engenheiros do Ministério no seio da Comissão como razão para o desaparecimento do bom senso necessário para a salvaguarda dos monumentos, defendido até então pelos eruditos contra os homens do ofício, o nosso escritor acabou por ficar surpreendido com os resultados na primeira reunião conjunta. Nessa ocasião Raimundo Valadas apoiou as suas opiniões e propostas, lamentando a inexistência de elementos do valor de Ramalho e de Joaquim de Vasconcelos nos quadros do Ministério. Este apoio honrou muito o nosso escritor, como vemos pela sua transcrição numa carta enviada ao outro vogal elogiado<sup>35</sup>, mas não foi o suficiente para aceitar a proposta de Luciano Cordeiro para ser nomeado vice-presidente numa das primeiras sessões da Comissão remodelada<sup>36</sup>.

Apesar desta aparente harmonia inicial, houve casos de claro conflito de ideias, como o da em torno da demolição da Igreja de Santa Ana onde se encontrariam as ossadas de Camões. Uma facção da Comissão opôs-se determinantemente a esta acção, defendendo o seu valor histórico essencial para a Pátria portuguesa, mesmo tendo em conta o fraco valor artístico apresentado pelo edifício. Por outro lado, outro conjunto de vogais, entre os quais se encontrava Pedro Romano Folque, o responsável pelo processo da demolição do dito convento, considerava bastar o estudo prévio aprofundado e a colocação de uma laje evocativa no local<sup>37</sup>.

---

arquitecto aconselha-se a consulta de: *Miguel Ventura Terra, A Arquitectura enquanto projecto de vida, Architecture as a life Project*. Coord. Ana Isabel Ribeiro, Câmara Municipal de Esposende, Museu Municipal, Esposende, DL [2006].

<sup>35</sup> BGUC, *Espólio de Joaquim de Vasconcelos...* Ver Anexo 1 - Documentação, Documento 1.

<sup>36</sup> Acta de 19 de Fevereiro de 1897, ANBA, 3-C-SEC.257.

<sup>37</sup> Acta de 23 de Junho de 1897, ANBA, 3-C-SEC.257 e “Comissão dos Monumentos, A igreja de Sant’Anna – A conclusão dos Jeronymos”, *O Século*, 24 de Junho de 1897. Esta questão encontra-se bem desenvolvida em: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística..., p. 296 e seg.

Estas alterações tardias não eram acompanhadas por nenhuma modificação no regulamento da Comissão, não sendo suficientes para suportar muito mais tempo a sua existência, sendo o último registo encontrado de uma sessão datado de 18 de Fevereiro de 1898<sup>38</sup>. A mudança de governo também pode ter estado na origem da falta de vontade política face à Comissão. Apenas dois anos mais tarde do estabelecimento do novo Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, em diploma legal<sup>39</sup> se reiniciaram os seus trabalhos.

Tal como vinha sendo costume aos níveis nacional e internacional, foi estabelecida uma vasta rede de vogais correspondentes espalhados pelo país, com a função de informar ou ajudar a Comissão sobre matérias do seu interesse, sendo escolhidos entre as elites culturais das cidades provincianas, seguindo muito os passos dados pela RAACAP e da sua estabelecida rede de colaboradores<sup>40</sup>. Ramalho Ortigão foi um dos principais activistas nesta área, relembrando várias vezes os outros membros da importância deste ponto e propondo inúmeras pessoas<sup>41</sup>, provavelmente, conhecidas nas suas deslocações por terras de Portugal ou com quem interagia em trabalhos da própria Comissão ou mesmo, devido ao seu cargo de Bibliotecário-Mor da Ajuda. As suas funções na Real Academia das Ciências de Lisboa abriam-lhe um vantajoso leque de contactos.

A iliteracia e o desconhecimento geral em relação à História da Arte no nosso país dificultaram a sua rede de actuação, sendo esta uma das razões apontadas por Ana Martins para explicar a reduzida força da Comissão portuguesa em relação à sua congénere francesa<sup>42</sup>.

<sup>38</sup> Embora não exista a acta desta sessão o seu resumo pode ser encontrado no *Jornal do Commercio* de 19 de Fevereiro de 1898. Nesse dia formulou-se um voto de sentimento por Ramalho Ortigão não poder assistir às suas sessões devido a uma doença prologada.

<sup>39</sup> 9 de Dezembro de 1898, *Collecção de Legislação de 1887 a 1899 relativa aos Serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista de Obras Publicas e Minas»*, coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Vol IX, Fascículo 2.º - 1898, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899, pp. 774-780.

<sup>40</sup> MARTINS, Ana Cristina Nunes, *A Associação dos Arqueólogos...*, p. 122. Para esta autora este processo foi um pouco desarticulado, chegando a existir vários vogais na mesma cidade, muitos dos quais sem competências para a tarefa pedida. Idem, pp. 128-129. Para aprofundar esta questão veja-se também: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” artística...*

<sup>41</sup> Dando apenas dois exemplos, bem documentados, cabe referir António Augusto de Gonçalves, director artístico das obras da Sé Velha de Coimbra e Albano Belino um grande activista bracarense em prol da defesa dos monumentos da sua cidade. A proposta do primeiro encontra-se registada em vários documentos das colecções referidas e a ela voltaremos, no segundo caso ver: BNP, E19/1032 – *Albano Belino, 1896, Fev 6, Braga*.

<sup>42</sup> MARTINS, Ana Cristina Nunes, *A Associação dos Arqueólogos...*, p. 123.

Após os decretos de 1897<sup>43</sup> a organização dos serviços do Ministério foi sofrendo alterações, numa instabilidade pouco operativa, impedindo o desenvolvimento de projectos a longo prazo. No meio destas alterações, em 9 de Dezembro de 1898 foi definido o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais<sup>44</sup>. No relatório de apresentação do novo Decreto, encontramos novamente a definição de um conjunto de questões importantes, entre os quais uma declaração de princípios.

*Quer, pois, os monumentos nacionaes offereçam simples valor de antiguidade, sendo coevos dos antepassados extinctos, quer representem tradições e factos historicos, recordando glorias de passadas epopéas, quer, emfim, manifestem caracteres artisticos, demonstrando as faculdades estheticas nacionaes, é dever impreterivel das nações civilizadas conservar com amor e zêlo, resguardadas da acção do tempo e da ignorancia dos homens, esses padrões eloquentes, que symbolisam o espirito e o trabalho populares em diferentes periodos da historia patria<sup>45</sup>.*

Parece-nos interessante demarcar neste monumento a importância atribuída ao valor artístico dos monumentos, embora, na prática, este acabasse sempre por ser apresentado a par ou em segundo plano, em relação ao valor histórico definidor do monumento enquanto tal<sup>46</sup>.

A necessidade desta nova regulamentação era atestada pelos exemplos dos outros países, especialmente de Itália, onde havia uma lei muito rígida bem aceite pela camada mais educada da sociedade, encarando o Património como sua posse geral e não exclusiva a determinados indivíduos. Como já referimos, em Portugal esta cultura artística não existia e muitos dos bens móveis ou removíveis da sua localização eram levados para o estrangeiro, os outros, salvos deste êxodo, acabavam por se degradar pela passagem do tempo ou pela incúria dos homens, sendo muitas vezes os seus componentes aproveitados como material de construção ou sujeitos a restauros sem qualquer respeito pela obra original. Encontramos aqui a linha defendida em *O Culto da Arte em Portugal* onde abundam referências dedicadas a este abandono. Tal como nessa obra, também neste

<sup>43</sup> Decretos de 21 e 27 de Julho e de 4 de Agosto de 1897. *Collecção de Legislação de 1897 a 1899 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas*, org. Gaspar Candido da Graça Corrêa Fino, Volume IX, Tomo I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1898, pp. 105 e 121-122.

<sup>44</sup> *Collecção de Legislação de 1887 a 1899...*, pp. 774-780.

<sup>45</sup> *Idem*, p. 774.

<sup>46</sup> A propósito desta questão, ver ALVES, Alice Nogueira, “As Maravilhas de Portugal – Um século depois”, Revista *História*, n.º 99, Ano XXIX (III Série), Julho/Agosto 2007, pp. 44-49.

relatório citavam-se os exemplos de Batalha e da Sé Velha de Coimbra, cujos trabalhos entretanto tinham evoluído e se excluía os Jerónimos do grupo dos bons exemplos... É de suspeitar a influência da obra de Ramalho neste relatório antecedente ao Decreto, dada a sua recente popularidade, no entanto, não devemos descurar a ascendência directa do nosso escritor nas linhas analisadas como membro da Comissão, cuja própria constituição continha vogais do Conselho Superior de Obras Públicas com bastante poder no Ministério.

Tornara-se necessário reformular os princípios da Comissão dos Monumentos Nacionais cuja ineficiência não permitia uma acção directa sobre a protecção dos monumentos. Para além do desejado processo de classificação, era necessário efectivar a avaliação dos projectos de intervenções, passando o novo Conselho Superior dos Monumentos Nacionais a constituir *...uma corporação technica, que, sob o ponto de vista esthetico exclusivamente, os aprecie, por fórma que seja conservada a pureza do character historico e do estylo do monumento*<sup>47</sup>. Independentemente da propriedade dos monumentos ser pública ou privada, poderia aplicar-se a expropriação de bens caso fosse do melhor interesse para a sua preservação.

No Decreto final era frisada a responsabilidade do Ministério das Obras Públicas pela classificação e conservação dos monumentos nacionais, sendo para isso criada uma corporação técnica consultiva, o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais que, para além das referidas tarefas de classificação e aprovação de projectos de intervenção, fossem estes considerados de conservação, reparação ou restauração, deveria também propor novas medidas, assegurar a fiscalização da correcta execução das intervenções, responder a consultas do ministro, encetar os trabalhos para o restauro gráfico dos monumentos, um pouco na linha de James Murphy e Viollet-Le-Duc, ou mesmo de Possidónio da Silva<sup>48</sup>, publicar monografias sobre monumentos, estudos de História da Arte nacional, recolher modelos para escolas e museus, elaborar regulamentos especiais e administrar os seus fundos próprios. A grande inovação deste novo documento, no sentido de dotar o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais de ferramentas técnicas com acção prática, era a constituição de uma Comissão Executiva com cinco membros,

<sup>47</sup> *Collecção de Legislação de 1897 a 1899 relativa aos Serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista de Obras Publicas e Minas», coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Vol IX, Fascículo 2.º - 1898, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899, p. 776*

<sup>48</sup> Possidónio da Silva tinha restaurado graficamente alguns elementos dos monumentos no levantamento realizado depois de 1882, como fora o caso da Sé de Lisboa. SILVA, Joaquim Possidónio da, *Relatório da Comissão dos Monumentos...*, pp. 7-8.



três escolhidos pelo Ministério, onde deveriam constar de dois engenheiros do quadro, um militar e outro civil e um arquitecto, e os outros dois propostos pelos próprios vogais.

Um dos principais objectivos destas alterações era uma maior integração deste Conselho no Ministério, aproximando-o do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, o que aconteceu mais tarde, com o Conselho dos Monumentos Nacionais. De facto, logo em 1899, no Decreto onde foram aprovados os planos de organização das corporações consultivas do Ministério, apareceu referido o Presidente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais como parte integrante do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas<sup>49</sup>.

A primeira reunião deste novo Conselho Superior dos Monumentos Nacionais só se realizou no dia 10 de Janeiro de 1900, num palácio do largo de São Roque, faltando apenas 5 vogais de entre o grupo nomeado três meses antes por Decreto<sup>50</sup>. Nessa lista encontravam-se representadas as várias áreas relacionadas com os objectivos da Comissão, tendo em consideração da sua envolvimento do Ministério das Obras Públicas, imposta no Decreto de 1898. Assim, para além dos pares do reino e dos eruditos "habituais", encontravam-se representantes de vários ministérios, engenheiros, um arquitecto, vários professores da Academia das Belas Artes e representantes da Biblioteca Nacional<sup>51</sup>, mas esta lista não ficou estagnada, sendo adicionados posteriormente novos elementos<sup>52</sup>.

<sup>49</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1899*, Imprensa Nacional, Lisboa 1900, p. 916. Na primeira sessão deste Conselho reorganizado, encontramos presente Ramalho Ortigão desempenhando a função de presidente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. No entanto, não detectámos referências a mais nenhuma presença sua nessas sessões. Acta de 16 de Abril de 1900, AHMOPTC, L.O. *Actas das Sessões do Conselho Superior d'Obras Publicas e Minas*, Livro 26, p. 153.

<sup>50</sup> Decreto de 27 de Setembro de 1899. Nesta norma legal, era indicado um conjunto de vinte pessoas, sendo discriminadas as suas profissões / ocupações, dando-nos a conhecer que dos mais de vinte vogais da extinta Comissão, apenas transitavam nove. Para além de Ramalho Ortigão, mantiveram-se: Luciano Cordeiro, Júlio Mardel, Alberto Pimentel, Sousa Viterbo, Gabriel Pereira, Abel Botelho, Fernando Larcher e Lino de Assumpção. Nos novos elementos encontramos: Anselmo Braamcamp Freire, Augusto Fuschini, Augusto Luciano Simões de Carvalho, Augusto Ribeiro, Augusto Vieira da Silva, Conde de Bertandos, Fernando Eduardo de Serpa Pimentel, José Ferreira Chaves, José Velloso Salgado, Luís José Monteiro, Visconde de Castilho. Na segunda sessão foram propostos: Columbano Bordalo Pinheiro, Miguel Ventura Terra e Luciano Freire. Ao longo das sessões vemos ainda aparecerem Nery Delgado, José Leite de Vasconcelos. Alfredo de Andrade foi nomeado vogal honorário por não aceitar o estatuto de permanente. *Collecção de Legislação de 1887 a 1899 relativa aos Serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista de Obras Publicas e Minas»*, coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Vol IX, Fascículo 3.º - 1898, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899, pp. 264-266.

<sup>51</sup> Nesta listagem surgem definidos os três elementos escolhidos pelo Ministério para a Comissão Executiva, a saber, Augusto Fuschini, *do conselho de Sua Magestade, engenheiro chefe de 2.ª classe do corpo de engenharia de obras publicas e minas*, Fernando Serpa Pimentel, *major de engenheiros e inspector geral dos paços reais* e Luís José Monteiro, arquitecto. *Collecção de Legislação de 1887 a 1899 ...*, pp. 265. Logo na segunda sessão o Conselho escolheu para a Comissão o Conde de Bertandos e Alberto Pimentel.

<sup>52</sup> Sessão de 19 de Junho de 1900, ANBA, 3-D-SEC.259, *Con. Sup<sup>or</sup> dos M, Actas, 1900-190...*, s.p. Em Novembro de 1900, num pedido de passes para o Caminho de Ferro, necessários para os vogais puderem

O próprio Ramalho louvou esta novidade num artigo escrito para um jornal distribuído em Portugal e no Brasil, onde criticava a lei impositora de um imposto aos brasões existentes nas fachadas das casas, resultando na sua eliminação por parte dos proprietários para evitarem despesas.

*Vemos que, para o fim de defender o que ainda nos resta da grande riqueza artistica do povo portuguez, acaba de se instituir um conselho superior dos monumentos nacionaes; e apressamo-nos a aplaudir o meritorio acto de publica decencia que essa fundação representa.*

*Um paiz que, por um lado, subsidia assaz dispendiosamente o theatro de S. Carlos, e por outro lado se mostrava corneamente insensivel e indifferente a que existisse ou deixasse de existir a Sé de Lisboa, a igreja dos Jeronymos ou a Torre de Belem, é um paiz que, pela sua comprehensão da arte, se deveria considerar no resto da Europa, como cahido em temulencia alcoolica, em paralyisia geral ou em regressão do espirito publico à civilisação das cavernas ou das cidades lacustres<sup>53</sup>.*

Neste artigo, o escritor queria salientar a maior importância dada ao mundo do espectáculo, simbolizado pelo Teatro de S. Carlos, relativamente à dispensada na defesa e protecção do património nacional, portador de uma simbologia essencial para a definição da História e das tradições de Portugal, ao acumular o testemunho de tantos acontecimentos importantes e caracterizadores, em contraposição a uma arte efémera, acabada no fim do espectáculo.

Na primeira sessão Ramalho Ortigão foi eleito para presidente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais por aclamação geral, comprovando a sua importância na área

---

realizar as suas funções de observação, levantamento e registo, bem como para a formulação dos seus pareceres, era fornecida uma lista dos vogais do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, onde se encontravam inscritos os nomes de Abel Botelho, Alberto Pimentel, Anselmo Braamcamp Freire, Augusto Ribeiro, Augusto Vieira da Silva, Conde de Bertandês, Fernando Larcher, Sousa Viterbo, Gabriel Pereira, Ramalho Ortigão, Velloso Salgado, Julio Carlos Mardel, Lino da Assumpção, Luis José Monteiro, Visconde de Castilho, Conde de Samodães, António José Nunes Junior, José Geraldo da Silva Sardinha, Manuel de Macedo e José Leite de Vasconcellos. Desta regalia eram excluídos, por a terem inerente aos seus serviços: Augusto Fuschini, Augusto Luciano Simões de Carvalho, Fernando Eduardo de Serpa Pimentel, Conde de Ficalho, Polyeano Lima e Nery Delgado. Para além destes nomes, encontrámos na documentação relativa a este Conselho Superior mais três vogais: Ventura Terra, José Ferreira Chaves e Cordeiro de Sousa. Pedido datado de 15 de Novembro de 1900, ANBA, 3-C-SEC.248.

<sup>53</sup> ORTIGÃO, Ramalho, “Os nossos brasões”, *Brasil-Portugal*, n.º 25, 1 de Fevereiro de 1900, p. 2. Este artigo foi reproduzido em ORTIGÃO, Ramalho, *Folhas Soltas 1865-1915*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1956, pp. 283-289. A versão original está disponível em formato digital em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/BP2.htm>.

nesta altura. Como temos vindo a observar, o nosso escritor tornara-se um símbolo na defesa do património, especialmente desde a publicação de *O Culto da Arte em Portugal*, que lhe trouxera uma enorme notoriedade, a par da alcançada anteriormente pela sua Obra e pelos cargos ocupados.

Só passados seis meses se voltou a reunir este Conselho Superior, sendo nesse dia lido pelo novo presidente o seu discurso de tomada de posse, sobre o qual nos vamos agora debruçar, devido à sua extrema relevância para a definição da filosofia a ser seguida por este corpo<sup>54</sup>.

Depois de sublinhar a importância do exemplo que devia transparecer a acção dos vogais do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, Ramalho definiu o conceito de monumento nacional e a razão da sua importância:

*Este glorioso deposito, que hoje se entrega á nossa guarda, não é somente um sagrado patrimonio de familia legado por nossos avós, é tambem uma parte integrante da riqueza collectiva da humanidade, a qual inflexivelmente nos ha de julgar para o respeito ou para o desprezo que lhe merecermos<sup>55</sup>.*

Desmitificando a eficiência da lei italiana, como tinha sido transmitido no relatório antecedente ao Decreto acima referido, Ramalho definia um princípio estritamente nacionalista, baseado num conceito de extremo interesse.

*Os monumentos e os objectos de arte nacional guardam-se unicamente pelo amôr do povo, uma vez acordado para a consciencia e para o orgulho de si mesmo<sup>56</sup>.*

Mais uma vez, surgia a ideia de ser necessário educar o povo para este proteger os seus monumentos, não bastando a sua classificação, limitada a esferas circunscritas de intelectuais e do Governo. Se o próprio povo não conhece-se a importância de um determinado monumento, não iria comportar-se no sentido da sua preservação e respeito pelo original. Era preciso ensinar o povo a ser português, ou, como o próprio disse, era

<sup>54</sup> Sessão de 19 de Junho de 1900, ANBA, 3-D-SEC.259. Ver Anexo 1 – Documentação, Documento 6. Este discurso também se encontra transcrito no volume dos anexos de: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” artística...*, pp. 382-383.

<sup>55</sup> Sessão de 19 de Junho de 1900, ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>56</sup> Idem.

preciso prover a ...«renacionalisação» do povo portuguez<sup>57</sup> para se alcançar o culto dos monumentos.

A ideia de nacionalidade estava relacionada com a evolução deste conceito já avançado anteriormente. De facto, para um individuo se sentir português, ou seja, elemento constituinte de um determinado grupo, constituidor de uma nação, era necessário conhecer os seus elementos caracterizadores e quais os acontecimentos desenvolvidos até ao momento presente. Sendo os monumentos os principais meios de transmissão, era preciso educar o povo, mostrando-lhe os aspectos constituintes e justificadores da sua existência e os êxitos alcançados pelos seus antepassados<sup>58</sup>.

Para Ramalho a missão do Conselho Superior ultrapassava a simples protecção dos monumentos, era um dever moral, situado num plano quase transcendente, contrariando o sentido prático definido no seu Decreto. Seria este discurso orientado nesse sentido ou terá sido apenas uma demonstração dos seus altos ideias nacionalistas e pedagógicos? A evolução do seu pensamento desde a publicação de *O Culto da Arte em Portugal* é um facto incontestável, mas os objectivos também eram outros. No primeiro pretendia-se chamar a atenção para a realidade portuguesa e a ineficiência das Comissões até então instituídas, no segundo os propósitos prendiam-se ao estabelecimento de uma linha de conduta, marcando os valores a não esquecer, apesar dos novos meios práticos de acção proporcionados ao Conselho Superior.

*...Somos – a bem dizer – os serviçaes de uma religião, - a religião da belleza nacional. O objecto d’ella é defender perante as prerogativas da raça o dogma esthetico na sua maxima pureza, cathechizando o povo no culto da sua tradição e da historia do seu passado, transmittida de idade em idade, atravez dos seculos, pelos monumentos da arte, que ainda esmaltam a superficie do solo portuguez, como outros tantos padrões de legitima posse, plantados pelo genio do habitante sobre a terra sagrada em que nasceu, e pela defeza da qual elle tem a obrigação rudimentar de dar a vida, porque o sangue que nos circula nas veias é tambem, como a seiva da arte, uma herança que tanto pertence ao usufruto da nossa geração como á honra e ao decoro d’aquelles de quem descendemos<sup>59</sup>.*

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Esta problemática encontra-se discutida em várias obras referidas na nossa bibliografia entre as quais destacamos: MATTOSO, José, *A Identidade Nacional*, cadernos democráticos, 4.<sup>a</sup> edição, Fundação Mário Soares, Gradiva-Publicações, SA, Lisboa, 2008.

<sup>59</sup> Sessão de 19 de Junho de 1900, ANBA, 3-D-SEC.259.

Teria esta linha de pensamento marcado o conflito dentro do Conselho Superior? A sua radicalidade foi mais tarde comum no contexto do Estado Novo, muito influenciado por estas últimas gerações monárquicas<sup>60</sup>.

Nas actas das seis sessões gerais realizadas, as primeiras bastante espaçadas no tempo, encontrámos um conjunto de assuntos reflectindo as principais problemáticas debatidas, sendo as de carácter prático resolvidos pela Comissão Executiva. Entre as questões mais abordadas encontrava-se a definição dos vogais correspondentes, numa linha da batalha já defendida por Ramalho na anterior Comissão, referências a vários monumentos, obras realizadas, o mérito dos intervenientes, a publicações, a estudos e a projectos, entre os quais se destacaram o Mosteiro da Flor da Rosa, no Crato, o Convento de Cristo e o Palácio Foz. Para além destas problemáticas, também foram debatidos alguns assuntos fora das competências deste Conselho Superior como foi o caso do projecto decorativo da nova Escola Cirúrgica<sup>61</sup>. Embora algumas destas questões tenham resultado em discussões acesas entre os vogais e o seu presidente, a situação não nos parece comparável ao antagonismo gerado na Comissão anterior.

Logo na terceira sessão Ramalho apresentou uma proposta para a classificação de monumentos, baseada num conjunto de verbetes da sua autoria, a ser acrescentados e completos com novas informações recolhidas, para a constituição de um ficheiro a publicar no almejado Boletim, encontrando-se também ali referida a elaboração de uma primeira lista, em conjunto com José Leite de Vasconcelos e Gabriel Pereira, destinada a servir de base ao Inventário. A aprovação desta proposta pelo Conselho Superior ficou registada na acta<sup>62</sup>.

Não encontrámos esta lista específica, no entanto, também no Espólio da BNP existe um caderno escrito por Ramalho, com um arrolamento de monumentos. Por algumas das datas registadas, ficámos com a impressão de existirem ali várias épocas de laboração, com início provável em 1897<sup>63</sup>. Seria este o caderno referido por Ramalho na sua

---

<sup>60</sup> Sobre este assunto aconselha-se a leitura de: NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *Memória Propaganda e Poder – O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, FAUP publicações, Porto, 2001.

<sup>61</sup> *Pareceres da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais e do Conselho da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa acerca das pinturas muraes para esta escola*, Lisboa, 1902.

<sup>62</sup> Sessão de 21 de Fevereiro de 1901, ANBA, 3-D-SEC.259, p. 8.

<sup>63</sup> BNP, *Espólio de Ramalho Ortigão*, E19/148, *Caderno 70*. Ver Anexo 1 - Documentação, Documento 8.

proposta? Independentemente da resposta a esta pergunta, pensamos tratar-se uma boa base para analisarmos as suas ideias nesta época.

Para além deste elemento, nos documentos avulsos da mesma Biblioteca, existe também um arrolamento de 211 monumentos, em nome de Gabriel Pereira<sup>64</sup>, sem possibilidade de datação exacta. Seria relativo a estes trabalhos ou o resultado da Comissão mais tarde instituída no Conselho dos Monumentos Nacionais<sup>65</sup>? São questões que adiante retomaremos.

Ao longo das sessões, Augusto Fuschini, como presidente da Comissão Executiva comunicava aos vogais os seus trabalhos, bem como informações e medidas do Governo, tais como a aprovação de verbas para intervenções em monumentos. Na última sessão do Conselho, informou ter sugerido como urgentes as intervenções na Sé de Lisboa, no claustro dos Filipes em Tomar, no claustro grande de Alcobaça e na fachada de Santa Cruz de Coimbra, obras para as quais já tinha conseguido, a 23 de Julho de 1901, uma promessa de verba do Ministro<sup>66</sup>, ficando a dita Sé e o mosteiro dos Jerónimos com verbas autónomas.

Nesta proposta apresentada ao Ministério encontramos um conjunto de ideias importantes, definidoras dos princípios de actuação defendidos pela Comissão Executiva em intervenções nos grandes monumentos.

*É fundada deliberação d'esta Commissão Executiva seguir o verdadeiro methodo de restauração dos monumentos que em primeiro logar consiste em preserval-os de crescente ruina e depois em ~~restaural-os~~ reparal-os delicadamente sem lhes tirar o ~~caracter~~ cunho de antiguidade ou alterar-lhes o character e o valor do estylo, o que se consegue renova[ndo] tão sómente os elementos necessarios para a sua conservação, que a acção do tempo tenha / arruinado profundamente ou destruido por completo<sup>67</sup>.*

Esta noção de obras de conservação prendia-se com a manutenção do edifício, sem se realizarem alterações de grande porte, cujo objectivo de recriação as afastaria do conceito

<sup>64</sup> BNP, Mss 222, n.º 3, Gabriel Pereira, *Monumentos Portugueses*. [fichas manuscritas e numeradas]. Ver Anexo 1 - Documentação, Documento 9.

<sup>65</sup> Jorge Custódio considera este conjunto de verbetes resultado dos trabalhos posteriormente realizados por Gabriel Pereira na Comissão instituída pelo Conselho dos Monumentos Nacionais para o arrolamento dos monumentos a ser classificados a que nos voltaremos a referir. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” artística...*, p. 428.

<sup>66</sup> Sessão de 25 de Julho de 1901, CE, ANBA, 3-D-SEC.260.

<sup>67</sup> Minuta datada de 14 de Agosto de 1901, ANBA, 3-C-SEC.248.

de uma correcta intervenção de restauro; tal como fora o caso do Mosteiro dos Jerónimos considerado como ...*uma verdadeira construção nova...*<sup>68</sup>, sem projecto aprovado. Fugia-se desta questão ao proporem-se obras de conservação nos monumentos, onde o respeito pelos elementos originais e estéticos se aliasse aos orçamentos baixos, permitindo a efectiva intervenção do Estado.

Entretanto a organização do Ministério continuava em constante transformação, sendo aprovada a constituição do Serviço das Inspeções Permanentes de Obras Públicas no qual existiria uma 3.<sup>a</sup> secção dedicada aos *Edifícios, monumentos públicos e outros serviços não especificados*<sup>69</sup>. Os pontos contidos nesta lei demonstravam claramente uma mudança de atitude no Ministério, tendo em conta o leve afloramento dado até então a estes assuntos nos documentos legislativos referentes à Comissão e ao Conselho Superior dos Monumentos Nacionais<sup>70</sup>. Ali se definia uma tentativa de se imbuírem com um determinado espírito os serviços técnicos do Ministério, quem efectivamente levava as obras a cabo, com uma supervisão seguindo determinado conjunto de critérios normativos para se cuidar, conservar, proteger e mesmo encontrar novos elementos com carácter patrimonial a serem conservados.

Teria esta iniciativa continuidade? Face à ineficiência do Decreto em vigor, logo em Outubro de 1901 foi assinado um novo documento legal<sup>71</sup>, onde se oficializava a

<sup>68</sup> *Idem.*

<sup>69</sup> Art. 8.º *Em relação aos edifícios e monumentos publicos examinará o inspector o seguinte:*

1.º *Qual o estado de conservação e mais circunstancias em que se encontram os edificios publicos e monumentos em cada uma das direcções inspeccionadas;*

2.º *Quaes os edificios, quer publicos, quer particulares, que pela sua architectura ou recordações historicas são dignos de ser mencionados;*

3.º *Se as obras executadas ou em execução estão em harmonia com os projectos approvados, e no caso de ter havido alterações qual a sua natureza, e se foram auctorizadas;*

4.º *Se ha algum melhoramento importante, ou restauração, que valha a pena emprender, e os seus fundamentos, designado a despeza approximada;*

5.º *Quaes os melhoramentos que devam emprender-se para o saneamento e embelezamento de qualquer cidade ou villa de importancia;*

6.º *Alcançar, quando seja possivel, as vistas ou desenhos dos edificios ou monumentos publicos, a fim de que o inspector possa illustrar com elles os seus relatorios de inspecção.*

Publicado no *Diário do Governo* n.º 79 de 9 de Abril de 1900, *Collecção de Legislação de 1900 a 1902 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista das Obras Publicas e Minas»*, org. Gaspar Candido da Graça Corrêa Fino, Volume X, 1.º Fasciculo - 1900, Imprensa Nacional, Lisboa, 1901, pp. 50-58.

<sup>70</sup> Apesar de termos procurado nos arquivos históricos esta documentação, relacionada com os Inspectores dos Edifícios, e de sabermos da presença de alguns deles no seio das Comissões e Conselhos, não conseguimos encontrar informação pertinente, limitando-se o existente no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações à documentação do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, de interesse relevante para a compreensão do contexto geral, mas pouco esclarecedora nos casos particulares.

<sup>71</sup> Decreto de 24 de Outubro de 1901, *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1901*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1902, pp. 837-856.

presidência da Comissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionais, por um Engenheiro Chefe<sup>72</sup>. Nesse mesmo dia era também assinado outro Decreto definindo o Conselho dos Monumentos Nacionais como uma corporação consultiva ligada à Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, a par do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas<sup>73</sup>. Neste documento destacavam-se algumas alterações, nomeadamente na definição dos elementos constituintes do Conselho, *...com funções inherentes aos respectivos cargos*<sup>74</sup> mais tarde considerados como *vogaes de qualidade...*<sup>75</sup>. No novo grupo, foram incluídos o presidente da Comissão Consultiva de Serviço Geológico e o conservador do Museu Nacional de Lisboa, para além dos referidos anteriormente<sup>76</sup>. Apesar destas transformações, as actas seguiram a mesma linha, mantendo-se a continuação da numeração e os livros de registo, conservando a Comissão Executiva a

<sup>72</sup> Idem, p. 850. Este cargo era ocupado desde a primeira sessão em Junho de 1900, por Augusto Fuschini, membro do corpo de engenheiros deste Ministério.

<sup>73</sup> Idem, p. 856-860.

<sup>74</sup> Decreto de 24 de Outubro de 1901, Idem, p. 859.

<sup>75</sup> Decreto de 12 de Janeiro de 1903, *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa, Anno de 1903*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1904, p. 22.

<sup>76</sup> Contrariando a ideia de continuidade linear entre os Conselhos, a 7 de Novembro foi assinado um Decreto de exoneração dos vogais das corporações consultivas de Obras Públicas e Minas e dos Monumentos Nacionais, sendo estes louvados pelo zelo demonstrado no desempenho das suas funções. *Collecção de Legislação de 1900 a 1902 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista das Obras Publicas e Minas»*, coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Volume X, 2.º Fascículo - 1902, Imprensa Nacional, Lisboa, 1903. Mesmo não tendo encontrado o documento legal da renomeação dos vogais, nas actas encontra-se mencionadas as propostas para a recolocação dos elementos esquecidos. A única referência publicada encontrada foi a de José de Figueiredo, a 11 de Dezembro de 1902, preenchendo a vaga existente devido ao falecimento de Tomás Lino de Assunção. *Collecção de Legislação de 1900 a 1902 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista das Obras Publicas e Minas»*, coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Volume X, 3.º Fascículo - 1902, Imprensa Nacional, Lisboa, 1902, p. 676. Apesar desta manutenção dos vogais do Conselho anterior, foram-se verificando algumas alterações. Em 1904 são referidos os seguintes nomes numa circular onde era dado a todos o conhecimento da nova morada: Abel Acacio d'Almeida Botelho, Alberto Augusto d'Almeida Pimentel, Alfredo Vaz Pinto da Veiga, Anselmo Braancamp Freire, Antonio Jose Nunes Junior, Augusto Luciano Simões de Carvalho (Numa referência da acta de 17 de Janeiro de 1906, encontra-se a nomeação de Simões de Carvalho para o cargo de Inspector dos Edifícios Públicos, demonstrando mais uma vez a grande proximidade existente entre o Conselho e o Ministério), Augusto Ribeiro, Augusto Vieira da Silva, Candido Celestino Xavier Cordeiro, Conde de Samodães, Fernando Larcher, Francisco de Sousa Viterbo, Gabriel Pereira, Joaquim Felipe Nery da E. Delgado, José Alves Pimenta d'Avellar Machado, José Duarte Ramalho Ortigão, José de Figueiredo, José Geraldo da Silva Sardinha, José Leite de Vasconcellos Pereira de Mello, José Maria Cordeiro de Sousa, José Simões d'Almeida Junior, José Vellozo Salgado, Julio Carlos Mardel d'Arriaga Cabral da Cunha, Luiz José Monteiro, Manuel de Macedo Pereira Coutinho, Marquez de Avila e Bolama, Miguel Ventura Terra, Victorino Teixeira Laranjeira e Visconde da Atouguia, faltando alguns elementos, entre os quais destacamos os membros da Comissão Executiva, Augusto Fuschini e Serpa Pimentel. Circular de 25 de Fevereiro de 1904, ANBA, 3-C-SEC.245, *Correspondencia Saida, 1914-1925*. A constituição de um quadro de funcionários exclusivos ao Conselho, também demonstra a importância dada à sua nova estruturação por parte do Ministério. ANBA, 3-D-SEC.260 e 3-D-SEC.293, *Académicos*.



sua regularidade, apenas se encontrando uma referência ao Decreto na sessão do dia 7 de Novembro<sup>77</sup>.

Logo no mês de Dezembro seguinte foram estabelecidas as bases para a Classificação dos Monumentos num novo Decreto<sup>78</sup>, muito provavelmente ainda consequência dos trabalhos do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, embora não lhes tenhamos encontrado referências específicas. A importância desta disposição foi extrema, começando-se de imediato a trabalhar afincadamente na construção da lista sancionada oficialmente a 16 de Junho de 1910, no culminar de um trabalho de muitos anos.

Ainda em 1901, este novo documento legal, para além de estabelecer as bases fundamentais para a classificação, definia também as suas consequências, no âmbito do grau protecção a conferir aos bens classificados, relativamente à alienação de imóveis, à sua conservação e a intervenções aleatórias sem qualquer projecto ou acompanhamento<sup>79</sup>, entre outros pontos igualmente pertinentes, mas a sua principal inovação era a referência aos bens móveis, a serem inventariados com o objectivo de precaver a sua saída do país.

A fiscalização de intervenções de restauro ou reparação também deveria ser estabelecida, de modo a se limitar a destruição dos monumentos nacionais. Lamentava-se o legislador de não poder fazer mais, sublinhando o facto de *...nem a nossa legislação civil nos permite ir mais alem, nem o espirito do nosso povo está ainda sufficientemente preparado para acceitar bem providencias d'este genero...*<sup>80</sup>. Apesar disso, muito já se tinha avançado graças a um conjunto de individualidades e aos trabalhos do Conselho Superior e do Museu Etnológico.

---

<sup>77</sup> CE, ANBA, 3-D-SEC.260. Não deve deixar de ser notada a autonomia dada ao Conselho por esta reformulação, sendo então instalado no Largo de São Roque, onde pôde estabelecer a secretaria e a biblioteca, mudando-se mais tarde para a Praça da Alegria, devido ao alargamento dos escritórios do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado. Sessão de 19 de Novembro de 1903, ANBA, 3-D-SEC.260. Numa acta posterior, encontra-se uma relação de salas essenciais ao funcionamento do Conselho, onde eram discriminadas a sala da Assembleia e Comissão Executiva, a repartição, as salas de trabalhos gráficos, biblioteca, colecções iconográficas e modelos e o gabinete da Comissão do boletim. O texto não é claro quanto à efectiva existência de todos estes espaços, no entanto, no enquadramento do assunto, relacionado com a possibilidade de adjudicação de espaços a outras instituições, é usada esta justificação para não se efectuar nenhuma cedência. Sessão de 13 de Janeiro de 1910, ANBA, 3-D-SEC.258. Mais tarde foi pedida a transferência para as dependências ocupadas pela Fazenda do Distrito no lado Oriental da Praça do Comércio. Documento datado de 15 de Maio de 1907, ANBA, 3-C-SEC.249, *Minutas, Anos 1905-1911*. Não sabemos quais foram os resultados desta solicitação, no entanto, não pode deixar de se ter em conta o facto de ser este o local onde, posteriormente, se encontraram instaladas as instituições relacionadas com os monumentos nacionais ao longo do século XX, até muito recentemente.

<sup>78</sup> Decreto de 30 de Dezembro de 1901, *Conselho dos Monumentos Nacionaes, Decreto Organico e mais legislação correlativa*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1902, pp. 9-15.

<sup>79</sup> *...dos attentados a que, sob pretexto de reparação ou restauração, tão expostos tem andado por falta da indispensavel fiscalização...* Relatório do Decreto. Idem, p. 9.

<sup>80</sup> Idem, pp. 9-10.

*Confiando no zelo e civismo de todos que teem de intervir nestes assuntos, é licito esperar que a desejada transformação no sentir e pensar da grande maioria da nação, a respeito dos deveres e dos direitos que incumbem ao Governo sobre a conservação das reliquias do nosso glorioso passado, se opere em breve espaço, e será então opportuno ir mais alem na defesa d'essas reliquias, segundo o exemplo de outros paises não menos liberaes que o nosso, e especialmente da Italia, a patria classica da arte em todas as suas manifestações*<sup>81</sup>.

Embora de um modo muito simples e extremamente incompleto, vemos aqui surgirem as primeiras linhas para a protecção dos bens imóveis e móveis, nas quais se destacava a necessidade da aprovação de qualquer intervenção sobre um elemento classificado por parte do Conselho dos Monumentos Nacionais. Até ao momento apenas se tinham falado de casos pontuais de património móvel, não se encontrando referências específicas ao seu acervo, excepto na questão da sua saída indiscriminada para o estrangeiro. Esta foi de facto uma medida inovadora no nosso contexto nacional, muito provavelmente tributária dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de 1875, quando o Marquês de Sousa Holstein<sup>82</sup> alertara para a venda dos bens a compradores estrangeiros, sem qualquer controle por parte do Estado<sup>83</sup>.

Apesar desta menção específica, a acção do Conselho dos Monumentos Nacionais nesta matéria continuou muito limitada, permanecendo a Academia Real de Belas Artes a desempenhar este papel como se pode ver na sua documentação ao longo dos anos<sup>84</sup>. De qualquer modo, para além de ser um pouco tardia, tendo em conta o lento processo de extinção dos conventos femininos, onde se perdera muita coisa, nesta medida era exageradamente valorizada a autonomia dos Museus no tratamento dos seus espólios, dadas as possíveis consequências nefastas da sua acção na recolha e descontextualização de peças e outros elementos da sua localização original.

<sup>81</sup> Idem, p. 10.

<sup>82</sup> HOLSTEIN, Marquês de Souza, *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal, a organização dos Museus e o serviço dos monumentos históricos e da arqueologia*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1875. (<http://purl.pt/321>).

<sup>83</sup> Numa das actas das suas sessões, chegou a ser proposto pedir-se ao Governo a suspensão de todas essas transacções. ANBA, 1-A-SEC.022, pp. 1-1v. Ver também *Relatório dirigido ao illustrissimo...* Mais tarde Joaquim de Vasconcelos, ao criticar duramente os trabalhos desta Comissão, também chamava a atenção para a falta de regulamentação para impedir a exportação dos bens móveis, preconizando as mais severas penas para quem praticasse tal acto de lesa-majestade, contra um património tão depauperado. VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma de Bellas-Artes, analyse do relatorio e projectos da commissão official nomeada em 10 de Novembro de 1875*, Imp. Literário Comercial, Porto, 1877, pp. 65-66. (<http://purl.pt/980>).

<sup>84</sup> Como se pode encontrar em vários registos de sessões. ANBA, 3-D-SEC.260.

O desacordo com este ponto por parte do Conselho pode ser comprovado na resposta à ordem chegada no ano seguinte para o avanço deste processo de classificação<sup>85</sup>, onde declarou não considerar esta função como parte das suas competências, mais vocacionadas para o património imóvel. O inventário destes bens deveria ser realizado por quem se encontrava mais próximo dos próprios edifícios onde, de uma maneira mais célere e prática, conseguiria realizar inventários dos bens existentes. Nessa mesma ocasião, era também sublinhada a ineficiência da lei de 1901, no concernente à sua divulgação por muitas instituições e pela falta da sua regulamentação, um impedimento à sua execução, sendo necessário criar uma moldura penal para a alienação e exportação de obras de arte, não só pertencentes a instituições públicas, mas também a particulares, onde estivesse previsto o direito de preferência do Estado<sup>86</sup>. Logo na sessão seguinte resolveu-se consultar as leis estrangeiras sobre esta matéria pedindo-se às autoridades competentes um levantamento no exterior, para se obter uma base sólida de trabalho.

No seio do Conselho os trabalhos continuaram. As sessões gerais recomeçaram em Fevereiro de 1902, continuando Ramalho a ser o presidente e Gabriel Pereira o vice-presidente. Mesmo estando ausente na sessão oficial de instalação do novo Conselho a 5 de Abril seguinte, o nosso escritor recusou a sua renomeação, apresentando várias razões não discriminadas na acta, no entanto, devido à insistência de várias pessoas, acabou por aceitar novamente o cargo. Face a um novo pedido de demissão apresentado no fim do ano, o Conselho anuiu com uma certa resignação a esta pretensão, ainda na esperança da reconsideração de Ramalho sobre este assunto<sup>87</sup>. Seria este um dos sinais mais evidentes da sua desilusão face ao pouco poder executivo do Conselho ou, como defende Jorge Custódio, estaria relacionada com a saída de Luciano de Castro do Governo<sup>88</sup>? Depois de criticar o desempenho de Luciano Cordeiro, ocupara o seu lugar, esbarrando contra as mesmas paredes e sentido na pele a incapacidade de concretizar os seus altos ideais na matéria. Esta incapacidade, provavelmente agravada com a mudança da conjuntura política, caía sobre os seus ombros e Ramalho optava por voltar para a sombra, continuando a frequentar as sessões do Conselho, agora de modo mais desprendido e sem responsabilidades, envolvendo-se nas questões mais complicadas. Apesar dos esforços

<sup>85</sup> Ofício de 21 de Novembro de 1902, ANBA, 3-C-SEC.246, *Correspondencia, Anos 1882-1903*. Sessão de 27 de Novembro de 1902, ANBA, 3-D-SEC.260.

<sup>86</sup> Minuta datada de 18 de Dezembro de 1902, ANBA, 3-C-SEC.248. Ainda assim, começou a surgir com mais frequência nas actas o assunto da protecção das obras de arte e da procura de soluções para evitar a sua saída massificada do país.

<sup>87</sup> Sessão de 2 de Dezembro de 1902, ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>88</sup> CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” artística...*, p. 316.

constantes para se afastar do cargo, ainda assim, a 20 de Janeiro do ano seguinte, pediu a Gabriel Pereira que o substituísse na Presidência e reiterou mais uma vez a sua exoneração do cargo, já aceite pelos restantes vogais anteriormente<sup>89</sup>.

Apesar destas alterações legais, os problemas do novo Conselho permaneciam inalteráveis. O facto do Ministério apenas ser responsável pelos monumentos ditos nacionais, deixava nas mãos das juntas de paróquia a intervenção em todos os outros edifícios não abrangidos por este “estatuto”<sup>90</sup>, sendo ali perpetuadas obras sem supervisão oficial e qualquer parecer por parte dos vogais do Conselho dos Monumentos Nacionais<sup>91</sup>. O problema da falta de projectos não tinha desaparecido, as intervenções eram feitas sem critério, orientadas por pessoas sem formação ou conhecimentos para tal e os próprios serviços públicos queixavam-se da falta de pessoal especializado para dar apoio nesta área. Para combater este problema Ventura Terra propunha o envio de um pedido ao Ministério da divisão do país em zonas, correspondentes aos Distritos e, posteriormente, distribuídas pelos sete arquitectos do seu quadro<sup>92</sup>. Esta iniciativa visava melhorar a qualidade dos projectos apresentados ao Conselho. Para Lucília Verdelho da Costa esta proposta reflectia a querela entre os arquitectos e engenheiros existente no seio do Ministério, onde estes últimos dominavam, como se pode ver pelo seu número entre os elementos destacados para incluírem a Comissão Executiva<sup>93</sup>. Mas o problema era mais grave, na mesma acta tomamos conhecimento do facto da maioria dos arquitectos do Ministério serem apontadores promovidos, ou seja, sem formação de base na área, contando apenas com a experiência adquirida na prática; apesar de este aspecto ser essencial para uma boa intervenção, era insuficiente no concernente às bases teóricas de uma obra num monumento, impedido a análise e ponderação correcta dos seus problemas<sup>94</sup>. Este assunto continuou a ser debatido nas sessões, até se concluir não ser esta a melhor solução para o problema, dada a disseminação da tutela dos monumentos,

<sup>89</sup> Sessão de 20 de Janeiro de 1904, ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>90</sup> Sessão de 16 de Dezembro de 1906, ANBA, 3-D-SEC.260 ANBA e 3-D-SEC.259.

<sup>91</sup> Sessão de 18 de Janeiro de 1905, ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>92</sup> Proposta de 15 de Fevereiro de 1905, ANBA, 3-C-SEC.243, *Correspondência Entrada, Anos 1882-1925*. RIBEIRO, Ana Isabel, “Miguel Ventura Terra, Biografia 1866/1919”, *Miguel Ventura Terra, A Arquitectura...*, p. 65.

<sup>93</sup> COSTA, Lucília Verdelho da, *Ernesto Korrodi 1889-1944, arquitectura, ensino e restauro do património*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997, p. 86.

<sup>94</sup> Embora Augusto Fuschini se tenha oposto à ideia, especialmente por acarretar uma grande mudança na estrutura do Ministério, concordou-se na redacção de uma representação nesse sentido. Sessão de 18 de Janeiro de 1905, ANBA, 3-D-SEC.259.

sendo o caso mais evidente o do Ministério da Guerra, independente do das Obras Públicas<sup>95</sup>.

A importância deste Conselho dos Monumentos Nacionais também pode ser atestada pela correspondência recebida, entre a qual se encontram pedidos de apoio da RAACAP, até então com uma atitude paralela<sup>96</sup>, como se comprovou pelo questionário lançado por si na década anterior, a que nos referiremos brevemente<sup>97</sup>. Independente destes factores, a RAACAP continuava as suas tarefas, entre as quais se destacou a iniciativa de defender e conservar os pelourinhos e cruzeiros por todo o país que mereceu o louvor do Conselho<sup>98</sup>. Contribuiu também com algumas sugestões para o grupo de edifícios a classificar e foi alertando para alguns monumentos em perigo, pedindo a interferência do Conselho junto do Ministério para se prover à sua conservação e recuperação<sup>99</sup>.

A Academia Real das Belas Artes também pediu ao apoio do Conselho em algumas questões, sendo o caso do Convento de Santa Clara de Santarém um deles<sup>100</sup>. Numa missiva escrita por Luciano Freire a 4 de Agosto de 1902, apelava-se à manutenção desta igreja pelo seu valor, e à demolição do convento em estado de ruína, transferindo-se o seu pórtico manuelino para outro local. Este tipo de abordagem estava muito longe dos objectivos do Conselho dos Monumentos Nacionais, no entanto, a resposta surgida apenas um ano depois, escrita pela mão de Augusto Fuschini, apoiou a opção da venda destes edifícios escalabitanos, salvaguardando-se alguns elementos de maior interesse

<sup>95</sup> Sessão de 1 de Março de 1906, ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>96</sup> Na sessão de 15 de Março de 1905 foi lido um pedido da RAACAP para a consideração da Igreja de Jesus de Setúbal como Monumento Nacional, pedindo-se ao Conselho a sua influência junto do Ministério para se avançar com o restauro da fachada. ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>97</sup> A partir desta data começou a haver uma maior colaboração, através do envio de documentação sobre monumentos.

<sup>98</sup> Sessão de 17 de Janeiro de 1906, ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>99</sup> Na sessão de 3 de Abril de 1907, foi lido um documento da RAACAP a chamar a atenção para o castelo de Estremoz e para o cruzeiro de Santa Maria de Óbidos. ANBA, 3-D-SEC.258. Outro exemplo desta proximidade ficou registado na acta da RAACAP referente ao dia 4 de Fevereiro de 1909. Ao se comentar a falta de resposta do Conselho a um pedido de providências para se obstar às destruições dos monumentos nacionais, Gabriel Pereira, presidente do Conselho, retorquiu não ser essa a sua função, devendo antes apelar-se ao Governador Civil e à Câmara Municipal. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.ª Série, Tomo XI, n.º 10, Typ. da Casa da Moeda e Papel Sellado, Lisboa, 1909, p. 719. Outro exemplo foi o da deliberação tomada pelo Conselho acerca da Igreja da Conceição Velha. Era necessário analisar o projecto, antes de se responder à representação da RAACAP a pedir ao Rei a demolição do seu frontão ... *por anachronico e antiartístico*.. sendo solicitada a construção de um complemento da fachada em harmonia com o estilo da restante frontaria. Sessão de 17 de Junho de 1905, ANBA, 3-D-SEC.260.

<sup>100</sup> Este documento surgiu, muito provavelmente, no contexto da inventariação das extintas casas religiosas femininas. Estes arrolamentos eram efectuados com a colaboração de representantes da Academia, sendo os seus relatórios muitas vezes complementados com propostas de intervenção no edifício. Documento datado de 4 de Agosto de 1902, ANBA, 3-D-SEC.242, *Igrejas M-V*, Santarém.

artístico num Museu, como seria o caso dos azulejos<sup>101</sup>. Seria esta a opinião geral ou uma mera opinião pessoal? Denotariam estes exemplos a distância entre a Comissão Executiva e o Conselho? Pelos textos analisados, esta opção de venda ou demolição de edifícios históricos era claramente oposta aos princípios de Ramalho. Para o nosso autor os vestígios materiais do passado histórico e artístico do país deviam ser conservados no seu local original, retirando-lhe a transferência a envolvência e o seu valor.

Com o desenvolvimento dos trabalhos, o Conselho continuou a queixar-se da ineficiência da lei aprovada em 1901, lembrando as legislações mais apertadas existentes em outros países. A sessão onde mais se aprofundou este tema ocorreu no dia 2 de Maio de 1903, contando com a participação de Alfredo de Andrade<sup>102</sup>. Nesta ocasião foram trocadas ideias e impressões sobre a lei portuguesa, complementada com a descrição de factos, sendo realizada uma ponderação geral sobre o "estado da questão" no nosso país. Para o convidado era necessário classificarem-se os monumentos em vários tipos diferentes: nacionais, regionais e de importância local, provavelmente reflectindo o exemplo italiano, seu país de adopção<sup>103</sup>. Entre os temas debatidos, salientamos o lançado por Fernando de Serpa Pimentel, sobre os pedidos provenientes de todo o país para a destruição de muralhas e torres com o objectivo de melhorar a higiene das cidades, uma medida contra a qual Ramalho se tinha insurgido anteriormente no seu *Culto da Arte em Portugal*, de

---

<sup>101</sup> Documento datado de 21 de Novembro de 1903, ANBA, 3-D-SEC.242, Santarém. Mais tarde, o vogal correspondente daquela cidade, João Arruda, alertou para os danos sofridos pelo convento devido à sua adaptação a quartel, mesmo tendo em conta a prévia remoção do espólio móvel. Apesar da experiência acumulada desde a extinção das ordens religiosas masculinas na década de trinta e dos vários documentos legais entretanto emanados, continuava sem haver uma política de protecção onde se previssem critérios para a reocupação dos conventos entretanto extintos por morte da última freira. Os problemas repetiam-se continuamente, muitas vezes sem qualquer preocupação das entidades oficiais, como neste caso. Pouco se tem estudado sobre a extinção das ordens femininas e as transformações dos seus edifícios para a adaptação às suas novas funções, fossem elas de natureza cível, militar, escolar ou de beneficência ou mesmo a sua demolição para a abertura de novos espaços públicos em consonância com o desenvolvimento e progresso das cidades. Este aspecto é essencial para a compreensão da evolução dos espaços e dos edifícios tal como se encontram actualmente, sendo primordial para a realização de estudos de História da Arte, bem como para a execução de projectos de conservação ou reabilitação integrados nas várias realidades temporais contidas nestes espaços. Sobre estes assuntos ver: SILVA, Raquel Henriques da, *Lisboa Romântica: Urbanismo e arquitectura 1777-1874*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1997, e CAEIRO, Elsa, *Os Conventos do Termo de Évora*, Doutoramento em Teoria y Prática de la Rehabilitación, Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidade de Sevilha, exemplar policopiado, Sevilha, 2005.

<sup>102</sup> O Conselho Superior tinha felicitado anteriormente Alfredo de Andrade pelo seu mérito, numa missiva assinada por Ramalho Ortigão a 27 de Fevereiro de 1901, ANBA, 3-C-SEC.248. O original deste documento, existente no Archivio di Stato de Turim, em Itália, encontra-se referido em: COSTA, Lucília Verdelho da, *Alfredo de Andrade (1839-1915) Da Pintura à Intervenção do Património*, Coleção Artes/História, Veja Limitada, Lisboa, (DL 1997), p. 542.

<sup>103</sup> Seria muito interessante realizar-se um estudo aprofundado das várias legislações europeias para se estabelecerem pontos de comparação com a portuguesa.

forma bastante veemente. Também o nosso escritor aproveitou a oportunidade para fazer um discurso; infelizmente na acta, apenas se refere a sua insistência na necessidade da realização o inventário dos bens imóveis, fácil e sumário, e na urgência do arrolamento dos bens móveis. Na sequência das suas ideias anteriores, considerava necessário iniciar-se a recolha dos catálogos das exposições realizadas por todo o país, onde se tinham valorizado: *...o methodo de inventariação, ordem chronologica, geographia, matérias in-trínsecas, etc...*<sup>104</sup>. Um dos exemplos destes arrolamentos era o da Exposição Antoniana, do qual declarava ser o autor, tendo apenas sido publicada a parte relativa à sala do Rei<sup>105</sup>.

A rede de vogais correspondentes foi rapidamente restabelecida pelo Conselho, encontrando-se registados cerca de 136 nomes num livro da Academia, residentes em várias localizações geográficas portuguesas, entre as quais se destaca um caso na Índia<sup>106</sup>. Estes vogais, tão acarinhados por Ramalho, não tinham apenas voz na inventariação do património, indo a sua acção mais além, ao chamarem a atenção para o que se passava nas suas regiões ou para a necessidade de intervenção em determinados imóveis<sup>107</sup>.

No entanto, a falta de conhecimentos aprofundados nesta área por parte de muitos deles, ditava a sua incapacidade em identificar a importância dada aos edifícios de menores dimensões como monumentos nacionais, por não serem facilmente comparáveis aos grandes mosteiros da Batalha e dos Jerónimos, esses sim, dignos de nota e exaltação como padrões da glória nacional. Apesar de se encontrarem reconhecidamente inseridas nas grandes classes estilísticas internacionais, estas edificações mais modestas apresentavam características de carácter mais regionalista que não se comparavam com os

<sup>104</sup> Sessão de 2 de Março de 1903, ANBA, 3-D-SEC.259. Sobre Alfredo de Andrade e a sua vida e trabalhos aconselha-se a leitura de: COSTA, Lucília Verdelho da, *Alfredo de Andrade (1839-1915) Da Pintura à Intervenção do Património*, Colecção Artes/História, Veja Limitada, Lisboa, (DL 1997).

<sup>105</sup> Aprofundaremos este assunto no último capítulo desta tese.

<sup>106</sup> ANBA, 3-D-SEC.290, *Vogais Correspondentes, Comissão dos Monumentos*.

<sup>107</sup> O caso da Sé da Guarda foi disso sintomático. Em Abril de 1902, Hipólito de Vasconcelos escrevia uma carta de Viseu à Comissão Executiva a chamar a atenção para a falta de formação técnica e artística de quem estava a orientar as obras, apesar de o projecto ser de Rosendo Carvalheiro, ele próprio vogal do Conselho dos Monumentos Nacionais. Requeria o viseense o envio do autor do projecto ao local. Carta datada de 21 de Abril de 1902, ANBA, 3-D-SEC.241, *Igrejas G-L*, Guarda. A memória deste projecto de Rosendo Carvalheira encontra-se no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas e Transportes e foi anteriormente estudada por alguns autores. Deve destacar-se o facto deste projecto se apoiar numa componente teórica forte, adaptando-se aos requisitos exigidos na época. NETO, Maria João Baptista, "As Intervenções realizadas na Catedral da Guarda de Rosendo Carvalheira aos nossos dias", *2º Encore – Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios*, 27 de Junho a 1 de Julho de 1994, 1º Volume, LNEC, Lisboa, 1994. ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, "O restauro da Sé da Guarda Rosendo Carvalheira e o poder sugestivo da arquitectura", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2ª Série, vol. XIII, Porto, 1996, pp.535-559. ROSAS, Lúcia, *Monumentos Pátrios...*, p. 247 e seguintes.

seus “modelos” ou “padrões” e nem mesmo as construções militares eram tidas em conta, fugindo totalmente a estes padrões pré-estabelecidos<sup>108</sup>.

Porém, é de frisar a existência de apenas um monumento fora do continente na classificação de 1910, a Sé do Funchal. Mesmo tendo em conta a viagem dos monarcas aos arquipélagos dos Açores e da Madeira alguns anos antes, que poderia ter provocado maior interesse por estas regiões.

Nos últimos anos de colaboração de Ramalho com o Conselho, vemos o nosso escritor surgir em defesa deste património menor, sustentando serem exactamente estas afirmações regionalistas as responsáveis pelo carácter único dos edifícios, funcionando como marcos de diferenciação de uma região ou país em relação a outro, na linha de raciocínio e influências já analisadas. Veremos como apresentou esta questão em 1907, num artigo referente à classificação dos monumentos nacionais.

Outra grande vitória de Ramalho foi a publicação de alguns livros sobre os auspícios do Conselho, como o segundo volume do Dicionário de Sousa Viterbo<sup>109</sup> e da *Arquitectura Religiosa em Portugal* de Augusto Fuschini<sup>110</sup>. Como vimos, o antigo presidente do Conselho considerava ser este um meio de divulgação de informação necessário para a consciencialização do povo relativamente à importância dos seus monumentos e, conseqüentemente da sua protecção, princípio este aparentemente um pouco ingénuo, dada a reduzida percentagem de população letrada existente no país. No entanto, ao abranger os curas e padres a propagação de conhecimentos seria incrementada.

Mais tarde Fuschini propôs a realização de conferências sobre Arte por alguns vogais ou outras pessoas especializadas no assunto, com fins educativos, sendo Ramalho sugerido como primeiro comunicante<sup>111</sup>, mas a ideia não deve ter tido seguimento, não se encontrando mais referências a esta proposta.

---

<sup>108</sup>Entre os exemplos mais sintomáticos encontram-se os ofícios enviados pelos Directores das obras Públicas dos Distritos da Horta e de Ponta Delgada, onde se afirmava não existirem monumentos nacionais naquelas ilhas. Ofício assinado pelo Engenheiro Director Interino Francisco Augusto Ramos Coelho de Sá a 21 de Agosto de 1902 e Ofício de 22 de Abril de 1902, ANBA, 3-C-SEC.246, respectivamente. Estes aspectos também foram notados por: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística...p. 376. Curiosamente na análise dos pareceres do Conselho Superior de Obras Públicas, encontram-se muitos elementos sobre igrejas e edifícios notáveis das ilhas, indicando o facto de este assunto não ser deixado ao desbarato, como à primeira vista pudesse parecer. AHMOPTC, *Consultas*, [Conselho Superior de Obras Públicas], Caixas 13 a 51. [1.º sem de 1868 a Ag/Set 1902] (esta documentação tem algumas lacunas temporais).

<sup>109</sup> VITERBO, Sousa, *Dicionário histórico e documental dos Arquitectos, engenheiros e constructores portugueses ou ao serviço de Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1904.

<sup>110</sup> FUSCHINI, Augusto, *A Arquitectura Religiosa na Idade Média*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1904.

<sup>111</sup> Sessão de 3 de Maio de 1905, ANBA, 3-D-SEC.259.



Nestas sessões foram discutidos muitos outros assuntos, como por exemplo a leitura perturbada incutida nas paisagens e vistas de Lisboa pelos cartazes afixados pela cidade, como referiu Gabriel Pereira<sup>112</sup>, ou mesmo os métodos de intervenção mais convenientes para a limpeza da pedra, variando entre o uso da água, o branqueamento ou a raspagem que nunca deveria ser utilizada, na opinião de Ramalho<sup>113</sup>. Também se chamou a atenção sobre a estátua de D. José na Praça do Comércio, para a necessidade de se terminarem as obras do Mosteiro da Madre de Deus<sup>114</sup>, a falta de acessibilidade do Castelo de São Jorge em Lisboa<sup>115</sup>, quais as linhas a seguir no restauro da capela de S. Brás em Évora<sup>116</sup>, o estado de abandono da Igreja de Santa Engrácia, onde havia já sido proposto anteriormente o estabelecimento do futuro panteão nacional<sup>117</sup>, entre muitos outros assuntos<sup>118</sup>. Estas problemáticas dão-nos a noção geral do estado dos monumentos nacionais e dos poucos cuidados ali dispendidos<sup>119</sup>.

Apesar destes casos, nem tudo era mau exemplo e os bons também se exaltavam nas sessões, enviando-se votos de louvor aos seus responsáveis. Aqui se enquadravam não só obras mas também vários tipos de iniciativa visando a protecção de elementos

<sup>112</sup> Sessão de 15 de Março de 1905, ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> Sessão 5 de Abril de 1905, ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>115</sup> Sessão de 17 de Maio de 1905, ANBA, 3-D-SEC.259. A 7 de Fevereiro referia-se a necessidade de se desobstruir a porta do Martim Moniz e na acta da sessão da CE de 14 de Fevereiro de 1906 há referência ao estado de imundice do caminho para a porta do Martim Moniz, ofício à CM, ANBA, 3-D-SEC.260.

<sup>116</sup> Sessão de 15 de Novembro de 1905, ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>117</sup> Sessão de 4 de Abril de 1906, ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>118</sup> Nos volumes de documentação relativos aos pareceres dados por vogais, existentes na Academia Nacional de Belas Artes sob a designação *Igrejas*, encontra-se muita documentação complementar à leitura das Actas das sessões, permitindo a definição de uma linha de conduta do grupo em análise. Nesta colectânea de documentação, organizada por localidades, com subpastas relativas a monumentos específicos, encontramos os mais variados tipos de informação. Nestes pareceres, pedidos de verbas e apoios, fotografias, desenhos, etc., é sempre dada uma grande relevância ao factor histórico, como justificação da especificidade de determinado edifício e da necessidade da sua preservação. Na maioria dos casos, os vogais deslocavam-se aos locais para poderem redigir os seus pareceres com bases sólidas ou, em casos de acessibilidades mais complicadas, pedia-se ajuda aos vogais correspondentes. Nestes documentos, normalmente era realizada uma descrição do estado de conservação do imóvel, das intervenções anteriores, eram dadas sugestões para a sua preservação ou mesmo para intervenções e, em muitos casos, exigida a apresentação de projectos. Esta última exigência tinha a óbvia pretensão de se realizarem obras mais cuidadas, assentes em critérios bem definidos e não no acaso ditado pelo desenvolvimento dos trabalhos e pelo gosto de quem financiava ou coordenava, muitas vezes resultante numa desconexão total da intervenção e na destruição de elementos essenciais do ponto de vista histórico e estético.

<sup>119</sup> Os argumentos para as opiniões dos vários vogais eram os mais variados. Um exemplo curioso foi o utilizado por Fuschini como principal razão para se obstar à demolição prevista da Igreja do Colégio de São Bento de Coimbra, pelo facto de este edifício aparecer no livro de Haupt. HAUPT, Albrecht, *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Introdução crítica de M.C. Mendes Atanázio, Editorial Presença, Lisboa, 1986. Sessão de 6 de Dezembro de 1905, ANBA, 3-D-SEC.259. Esta discussão iniciada pelo Instituto de Coimbra não alcançou qualquer resultado, acabando a igreja por ser demolida. Sessão de 3 de Janeiro de 1906, ANBA, 3-D-SEC.260.

patrimoniais, como foi a criação de uma Comissão em Vila Real destinada a inventariar os monumentos romanos de Panoias, com o objectivo de melhor os conservar<sup>120</sup>.

Embora a ineficiência geral continuasse, houve progressos entre as Comissões iniciais de monumentos e o Conselho dos Monumentos Nacionais, observando-se a execução prática de alguns dos seus pareceres<sup>121</sup>. No entanto, as queixas permaneciam, porque os monumentos considerados como nacionais continuavam a ser objecto de intervenção sem a sua avaliação prévia, como era o caso do Mosteiro dos Jerónimos, apesar de todas as opiniões expressas anteriormente pelos seus vogais. Este problema foi novamente levantado por Ramalho Ortigão numa sessão, onde lembrou o teor do seu parecer anterior, bem como das cartas trocadas alguns anos antes<sup>122</sup>.

Este tipo de questões levaram ao envio de uma nova representação ao Governo em 1905, por sugestão de Veloso Salgado, onde se voltava insistir na necessidade da aprovação do Conselho em todas as obras a executar neste tipo de monumentos<sup>123</sup>, continuando sem qualquer resposta, visto que um ano mais tarde as dificuldades se mantinham. Na opinião do Conde de Bertiandos, deveria ser atribuída uma verba ao Conselho para lhe dar autonomia e eficácia<sup>124</sup>, sendo preciso avançar rapidamente com o processo de classificação, encarado como uma ferramenta legal para trabalhar.

A Comissão Executiva desenvolveu os seus trabalhos a partir de 7 de Junho de 1900<sup>125</sup>. A análise das suas actas mostra que o objectivo de expandir o Conselho tinha sido parcialmente alcançado mas, mesmo assim, continuavam a não ser seguidos os seus pareceres.

Logo desde o início começou a haver notícia dos processos para análise, encontrando-se várias referências aos principais monumentos portugueses, demonstrando alguma vontade ministerial para com o Conselho. Estas consultas tinham objectivos variáveis entre a análise de projectos, a opinião sobre a classificação de determinado edifício, pedidos para

<sup>120</sup> Sessão de 1 de Agosto de 1906, ANBA, 3-D-SEC.258.

<sup>121</sup> Sessão de 5 de Abril de 1905, ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>122</sup> Sessão de 15 de Março de 1905, ANBA, 3-D-SEC.259. Mais tarde, em resposta a um pedido de informações do Conselho o Ministério informou não ter seguido o parecer da antiga Comissão. Minuta datada de 12 de Abril de 1905, ANBA, 3-D-SEC.241, Lisboa. Perante esta resposta o Conselho pediu mais esclarecimentos. Sessão de 3 de Maio de 1909, ANBA, 3-D-SEC.259. Analisaremos a primeira abordagem a este assunto, onde se encontrou envolvido Ramalho Ortigão, no ponto seguinte.

<sup>123</sup> Sessão de 2 de Novembro de 1905, ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>124</sup> Nesse mesmo dia também se voltou a referir a proposta de Ventura Terra para a remodelação dos serviços do Ministério. Sessão de 19 de Dezembro de 1906, ANBA, 3-D-SEC.258.

<sup>125</sup> CE, ANBA, 3-D-SEC.260. ANBA, 3-D-SEC.241, Lisboa. A última data encontrada de uma sessão da Comissão Executiva foi no dia 16 de Outubro de 1907, quando Fernando Eduardo de Serpa Pimentel anunciou a sua demissão do cargo de secretário por ser sido eleito Major. Estará este facto relacionado com o fim das sessões, nesta altura apenas frequentadas pelo seu presidente e este secretário?

concessões de partes de edifícios, constituição de comissões de trabalho, etc. Pelas respostas e discussões registadas nas actas, detecta-se a uma vontade da Comissão executiva direccionada para um papel mais fiscalizador ou mediador e menos interventivo, em evidente contradição com as obras onde desempenhava um papel directo, como era o caso da Sé de Lisboa. De qualquer modo, também nas suas sessões o principal assunto prendia-se com o processo de classificação dos monumentos nacionais, comprovando a importância dada a este assunto nesta altura.

Entre os assuntos debatidos interessa-nos ainda salientar a discussão de conceitos, elemento fundamental se tivermos em conta a vertente mais prática da Comissão. Esta falta de bases da própria organização encarregue dos monumentos históricos tinha sido anteriormente sublinhada por Ramalho várias vezes, entre as quais se destacam os pontos analisados em *O Culto da Arte em Portugal*.

Para os vogais da Comissão Executiva havia ainda algumas questões de base a responder. Deveria procurar-se a pureza original ou, pelo contrário, respeitar-se as alterações sofridas em diferentes épocas, deixando registados diversos momentos históricos e artísticos<sup>126</sup>? Esta pergunta aparentemente simples, vinha dividindo as opiniões ao longo do século XIX e dera origem à formação de “partidos” a favor de uma ou outra abordagem, tentando os italianos chegar a um consenso entre ambas, especialmente Camillo Boito<sup>127</sup>. Em Portugal surgiram várias facções das quais se destacam duas. De um lado encontravam-se os engenheiros e arquitectos apoiando as ideias de restauro integral, do outro os eruditos, mais apoiados na reflexão e respeito pela história do edifício, tentando a Comissão equilibrar as duas facções.

O caso da Sé de Lisboa vem parcialmente responder a estas questões<sup>128</sup>. A direcção desta obra foi a única experiência e oportunidade do Conselho pôr em prática as suas teorias, criando um exemplo a ser seguidos em outras obras<sup>129</sup>. No entanto, esta direcção acabou por ser entregue a Augusto Fuschini, o presidente da Comissão Executiva. Para além da

<sup>126</sup> Sessão de 11 de Dezembro de 1900, CE, ANBA, 3-D-SEC.260.

<sup>127</sup> Sobre este tema ver: JOKILEHTO, Jukka, *A History of Architectural Conservation*, Butterworth-Heinemann, Oxford, 1999, CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Colecção Arte & Comunicação, Edições 70, Lisboa, 2000, BLANCO, Javier Rivera, *De varia Restauratione*, Teoría e Historia de la Restaración Arquitectónica, 2.ª ed., Abada Editores, Madrid, 2008, entre outros.

<sup>128</sup> Logo na segunda sessão do Conselho Superior foi abordado o problema da Sé de Lisboa, quando Lino de Assumpção pediu para se oficialar ao Governo a pedir a tutela das obras deste monumento, sendo para isso dissolvida a Comissão das obras deste monumento, formada a 16 de Janeiro de 1899<sup>128</sup>. *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1899*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1900, p. 10. A empreitada só foi oficialmente entregue à Comissão em Maio de 1902. Sessão de 14 de Maio de 1902, ANBA, 3-D-SEC.260.

<sup>129</sup> Na documentação consultada também se encontraram referências a uma interferência mais directa no Convento de Cristo. Sessão de 23 de Março e 18 de Abril de 1901, CE, ANBA, 3-D-SEC.260, ANBA, 3-D-SEC.293. Sobre este assunto ver: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística...

informação presente nas actas sobre este assunto, encontramos as principais linhas definidoras do seu projecto e execução no seu livro *A Architectura Religiosa na Edade-Média*<sup>130</sup> de 1904, mais tarde acrescentadas no artigo sobre este monumento publicado na revista *A Arte e a Natureza em Portugal*, em 1908<sup>131</sup>.



Figura 15 – Projecto de restauro da fachada principal da Sé de Lisboa de Augusto Fuschini<sup>132</sup>.

Depois de demonstrar a importância histórica do edifício, analisando as várias fases de construção sem muito espírito crítico, especialmente em relação ao século XVIII e às gravuras então produzidas das destruições causadas pelo terramoto<sup>133</sup>, apresentava o estilo gótico como o definidor deste edifício, mesmo tendo em conta o facto de o edifício ter sido primitivamente românico. Lúcia Rosas considera o resultado desta transformação

<sup>130</sup> FUSCHINI, Augusto, *A Architectura Religiosa...* Este texto já foi estudado por outros autores. Chamamos especial atenção para: GORDALINA, Maria do Rosário, *As obras realizadas na Fachada Ocidental da Sé de Lisboa no Séc. XIX – Critérios de Intervenção*, trabalho apresentado na cadeira de Conservação do Património Artístico Nacional do Mestrado em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa 1987, e ROSAS, Lúcia, “A Sé de Lisboa: Augusto Fuschini e a representação da arquitectura medieval”, *Idearte – Revista de Teoria e Ciência da Arte*, Ano II, n.º 3, Outubro de 1005, pp. 57-71 ([www.idearte.org](http://www.idearte.org)).

<sup>131</sup> FUSCHINI, Augusto, “A Sé de Lisboa”, dir. F. Brutt e Cunha Moraes, *A Arte e a Natureza em Portugal*, Emilio Biel & C.ª – Editores, Porto, 1902-1908, pp. 93-96.

<sup>132</sup> FUSCHINI, Augusto, *A Architectura Religiosa...*

<sup>133</sup> A utilização de reproduções gráficas como base de actuação para o restauro em monumentos pode por vezes ser enganadora. Também Mousinho de Albuquerque se tinha baseado na obra de James Murphy para a concretização do restauro do Mosteiro da Batalha, não tendo em consideração o restauro gráfico realizado pelo arquitecto nos seus desenhos. Sobre este assunto veja-se NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Editorial Estampa, Lisboa 1997.

de um edifício românico num gótico, como uma reconstrução muito para além dos princípios de Viollet-le-Duc, ao ignorar as formas originais de edifício<sup>134</sup>. Para Maria João Neto<sup>135</sup>, estes factores reflectem a falta de preparação do engenheiro para a concretização de um trabalho desta envergadura. A falta de formação como arquitecto ou do conhecimento desta arte medieval de Fuschini, resultou na procura de um projecto idealizado criador de uma determinada época histórica importante. Por outro lado, para um dos seus defensores, Martinho da Fonseca, esta falta de preocupações arqueológicas/históricas deve-se à importância atribuída pelo autor do projecto à forma como concretização máxima da manifestação artística<sup>136</sup>, independentemente do estilo utilizado para a sua construção, sendo a conjugação dos volumes o elemento essencial para o alcance de determinadas características, enquadradas em rótulos pré-estabelecidos<sup>137</sup>.

Fuschini caía na contradição tão corrente nos restauradores desta época, ao não conseguirem aplicar na prática as suas teorias, com o pretexto da busca da pureza original. Este ideal de perfeição foi atacado pelos outros membros do Conselho dos Monumentos Nacionais, levantando muitas celeumas no seu seio<sup>138</sup>, numa discussão mais uma vez comprovadora da atitude pro-conservação bastante enraizada em alguns vogais, não só relativamente aos princípios estéticos, mas também aos materiais a utilizar.

Mesmo tendo em conta este desacordo com as linhas norteadoras da intervenção, a liberdade dada a Augusto Fuschini resultou no total descontrolo sobre a obra ali realizada. Esta falta de acordo deve ter sido um dos maiores problemas do Conselho dos Monumentos Nacionais, mais uma vez se caindo nas disputas assistidas na anterior Comissão<sup>139</sup>.

<sup>134</sup> ROSAS, Lúcia, *Monumentos Pátrios...*, p. 278.

<sup>135</sup> NETO, Maria João, “Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade do tempo”, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida; in memoriam*, Vol. II, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, s.d., p. 134. (<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3206.pdf>)

<sup>136</sup> Segundo as palavras deste autor ...*a archeologia não corresponde á mais larga manifestação do sentimento artistico*. FONSECA, Martinho da, “Sé de Lisboa”, revista *O Occidente*, 35.º ano, volume XXXV, N.º 1202, 20 de Maio de 1912, p. 107.

<sup>137</sup> Segundo José Alberto Ribeiro, Fuschini ...*reformulou o edifício com um critério de mera idealização, mesmo com o prejuízo do novo desenho ser pouco fiel à verdade histórica do monumento. Nas soluções por este apontadas ligavam-se, de uma forma heterogénea, formulários estéticos bizantinos, românticos e góticos, com clara preferência por este último...* RIBEIRO, José Alberto, *A Catedral de Papel. O Escritor Manuel Ribeiro (1878-1941): Um Esteta da Medievalidade e da Espiritualidade Cristã*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2002, p. 190.

<sup>138</sup> Veja-se por exemplo a Sessão de 15 de Maio de 1907, ANBA, 3-D-SEC.258. Os aspectos relacionados com esta obra encontram-se mais desenvolvidos em: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” *artística...*

<sup>139</sup> Segundo Luciano Freire, nos últimos tempos o domínio de Fuschini sobre o restante Conselho tinha levado muitos membros a afastarem-se dos seus trabalhos. FREIRE, Luciano, “Em Defesa dos

Ramalho Ortigão também se encontrava entre o grupo de descontentes com a acção da Comissão Executiva, pois este critério de intervenção ia contra todos os princípios anteriormente defendidos por si. Algumas declarações veladas existentes nas actas levam-nos a verificar essa suposição e a 29 de Janeiro de 1904, já depois de afastado da presidência do Conselho, ripostava a um relatório de Fernando Serpa Pimentel sobre os trabalhos da Comissão. O nosso escritor afirmava não duvidar do seu bom trabalho, mas achava necessária uma lei de protecção de monumentos, insistindo mais uma vez na necessidade da inventariação dos monumentos e do esclarecimento das suas tutelas. Para o secretário da Comissão não eram precisas novas leis, apenas o cumprimento das existentes<sup>140</sup>.

Quem nos deu a conhecer um pouco mais sobre o Conselho e os seus princípios foi Gabriel Pereira, numa conferência realizada em meados de 1909, na Sala da Real Associação de Agricultores, subordinada ao tema dos Monumentos Nacionais<sup>141</sup>. A sua proximidade com Ramalho, especialmente nas teorias defendidas e postas em prática no seu modo de encarar a defesa dos monumentos nacionais, leva-nos a sublinhar um pouco estas suas palavras.

Embora não se referisse especificamente aos trabalhos até então realizados, nesta época conturbada da política portuguesa, Gabriel Pereira apresentava um ponto da questão generalizado seguindo as linhas por si publicadas em 1895<sup>142</sup>. Passados todos esses anos e com a experiência adquirida no seio das Comissões, bem como na RAACAP, à qual pertencia desde 1876, continuava a atacar gravemente Viollet-le-Duc, cuja procura da perfeição original, tal como se ela tivesse hipoteticamente sido realizada, era tida como um disparate e um perigo, correndo-se o risco de destruir o monumento original, ao aplicarem-se aqueles princípios. Apresentava-se formalmente contra o disfarce da intervenção nova de modo não discernível ou, pior ainda, como era comum em Portugal, a remoção do antigo e sua substituição por elementos novos a pretenderem ser originais, resultando numa falsificação, uma *...ratoeira para os vindoiros, mentira aos contemporâneos...* Na sua opinião, uma intervenção deveria limitar-se a sustentar o processo

---

Monumentos”, dir. J.M. Cordeiro de Sousa, *Revista de Arqueologia*, Tomo I, Imprensa Moderna, Lisboa, 1932-1934, pp. 50-55.

<sup>140</sup> Sessão de 20 de Janeiro de 1904, ANBA, 3-D-SEC.259. Nestas questões não devia ser alheio o problema originado pelo concurso para o provimento da 13.ª cadeira da Academia Real das Belas Artes, para o qual tinha concorrido Augusto Fuschini, sendo Ramalho Ortigão um dos membros do júri. Este assunto será mais desenvolvido no capítulo seguinte desta tese.

<sup>141</sup> PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionaes – Conferencia, Realizada na Sala da Real Associação de Agricultores em 9 de Maio de 1909*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1909, p. 5.

<sup>142</sup> PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionaes II*, Typographia do Dia, Lisboa, 1902.

de degradação de uma ruína, respeitando as suas características e as diferentes fases constituintes. Estas palavras assumidamente influenciadas pelos teóricos italianos desde 1895, vinham responder a uma realidade nacional onde se continuavam a seguir maus princípios nas intervenções realizadas nos monumentos.

Em 1909 Gabriel Pereira desenvolvia estas questões mais aprofundadamente apresentando referências específicas a Renan e Ruskin, como grandes opositores do restauro. Citava algumas obras destes onde apareciam menções à problemática da escolha de uma época a conservar, no primeiro caso, e, no segundo, ao facto de o homem contemporâneo não ter o direito de querer sobrepor-se ao criador, alterando a forma actual do monumento<sup>143</sup>. A sociedade portuguesa não estava preparada para respeitar a ruína como elemento da passagem do tempo, sendo necessário arranjar os edifícios e atribuir-lhes uma dignidade apenas alcançável através de uma intervenção directa. Este aspecto tinha também sido defendido por Ramalho, especialmente no caso do Mosteiro dos Jerónimos, como veremos em seguida, apoiado nas mesmas ideias de base, e era a solução preconizada por Camillo Boito para a justificação de uma intervenção mais aprofundada num edifício histórico.

Na prática estas discussões estavam bem longe da mente de quem dirigia as obras, baseando-se os critérios de intervenção utilizados em gostos pessoais e modas, na procura do aspecto novo e arranjado, já nesta altura definido por Aloïs Riegl. O teórico austríaco analisara e classificara os vários tipos de intervenção existentes e, no presente caso, a adaptação era óbvia, acabando este aspecto “novo” por sobrepor-se à busca de um estilo original ou à preocupação com critérios históricos, artísticos ou arqueológicos<sup>144</sup>.

A falta de uma lei obrigando à apresentação do projecto para avaliação, resultava na sua inexistência e na despreocupação total das autoridades, no concernente às intervenções realizadas pelas paróquias espalhadas pelo país, limitando-se o Conselho ao que era apresentado pelo seu Ministério e aos casos onde era especificamente pedida a sua opinião, em resultado da sensibilidade e preocupação de algum interveniente mais

---

<sup>143</sup> PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionaes – Conferencia...*, pp. 17-18. Estes assuntos encontram-se tratados em NETO, Maria João Baptista, “Monumentos Nacionais através do lápis do distinto eborense Gabriel Pereira (1849-1911)”, *Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, n.º 26, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Abril 2007 pp. 124-133.

<sup>144</sup> Embora não tenhamos encontrado referências específicas a Aloïs Riegl na obra destes autores, consideramos importante a inserção deste comentário por demonstrar a generalização destas problemáticas no contexto europeu. RIEGL, Aloïs, *El Culto Moderno a los Monumentos, Caracteres y Origen*, 2.ª edição, La balsa de la Medusa, Visor, Madrid, 1999.

consciencioso. Seriam as palavras de Gabriel Pereira mais um apelo ao bom senso tão difícil de alcançar?

*Para que serve o conselho?*

*Classifica os monumentos nacionaes sob os aspectos archeologicos, historico e architectonico, e fiscalisa, superiormente, a respectiva conservação, quer os monumentos sejam propriedade do Estado quer pertençam a individuos ou collectividades.*

*Estuda e aprecia os respectivos projectos de conservação, reparação e restauração que lhe sejam submettidos.*

*Porpôr, por iniciativa propria as medidas necessarias para conservação, reparação e restauração dos monumentos nacionaes. E consulta e fiscalisa, elabora monographias historicas, collige e classifica dados e documentos que possam interessar á historia da arte portugueza, etc.! etc.! e para tudo isto tem uma verba que chega para a renda da casa, e para um magrissimo expediente; nem chega para um modesto boletim em que se publiquem bastantes trabalhos, monographias, pareceres, que lá jazem mudos nos armarios<sup>145</sup>.*

Neste texto encontrava-se claramente patente uma grande frustração com a análise dos resultados obtidos na prática do restauro. Este mesmo sentimento tinha levado Ramalho a escrever as linhas relativas à precária sustentabilidade da Comissão dos Monumentos Nacionais em 1896 e afastara-o da sua presidência algum tempo depois da instituição do Conselho dos Monumentos Nacionais. Gabriel Pereira fechava assim um ciclo, iniciado em 1893 com algumas variações nominais, mas sempre com os mesmos problemas de falta de apoio para a execução das ideias e pareceres defendidos. A sua existência parecia basear-se apenas numa pretensão de fachada do Ministério, para dar resposta às críticas e exigências exteriores, sem contudo se preocupar em ouvir a sua opinião sobre os assuntos inerentes à sua existência.

Apesar deste lamento, não podemos esquecer da grande vitória deste Conselho: a apresentação de uma lista de monumentos nacionais classificados pelo Governo a 16 de Junho de 1910.

---

<sup>145</sup> PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionaes – Conferencia...*, p. 12.



### 2.3. Da teoria à prática

Embora Ramalho Ortigão não tenha participado nas primeiras sessões da Comissão dos Monumentos Nacionais, provavelmente devido à sua recente estadia e regresso da capital espanhola, a partir de certa data começou a ter uma posição mais activa, emitindo pareceres sobre diversos assuntos. A análise destes textos estabelece uma continuidade no seu pensamento, em relação aos já analisados, como veremos no desenvolvimento deste ponto.

Muitas vezes as suas ideias entraram em conflito com as de Luciano Cordeiro, substituto de Possidónio da Silva na presidência do Conselho. Para Ramalho era necessário tomarem-se posições mais radicais, contrariando a posição harmoniosa com os desígnios do Governo defendida pelo primeiro. Ao se chamar a atenção para o panorama nacional e se efectuar uma crítica construtiva, apontando os erros e apresentando soluções, estaria a contribuir-se para a mudança das metodologias de intervenção e começariam a encarar-se os monumentos portugueses como edifícios distintos. Era essencial a implementação da execução de projectos prévios, com fundamentação teórica sujeitos à avaliação da Comissão. Estes princípios não se reflectiram no desempenho desta primeira Comissão, mas mais tarde, quando assumiu a presidência do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, o autor tentou pôr estas e outras ideias em prática seguindo ainda as propostas apresentadas em *O Culto da Arte em Portugal*.

Apesar de haver uma certa rivalidade entre a capital e as províncias, existem ainda nos arquivos da Academia Nacional de Belas Artes muitos pedidos de auxílio à Comissão dos Monumentos Nacionais, provenientes das mais diversas instituições, procurando o apoio para a concretização de obras e alterações nos seus edifícios com valor patrimonial, processos estes distribuídos pelos vogais para estes se pronunciarem sobre o assunto em questão. Em certos casos ainda existem as respostas, noutros, apenas se detectam esboços de propostas elaborados no seguimento dos processos; frequentemente era agendada a

visita de membros da Comissão ao local para a realização da avaliação das situações ou das intervenções realizadas.

O lamento geral com o panorama nacional e o abandono dos monumentos era unânime, mas para Ramalho havia esperança. É necessário lembrar a sua estadia de cerca de nove meses em Madrid, onde convivera com a sua elite cultural. Sendo este um assunto pelo qual já se interessara anteriormente, é normal que tivesse realizado as suas indagações sobre o panorama espanhol e europeu, tentando agora aplicar os resultados dessa pesquisa ao seu país. A sua eleição como sócio correspondente da Real Academia de Bellas Artes de San Fernádo, nesta altura<sup>1</sup>, também pode pressupor estas influências, tratando-se de uma instituição muito relacionada com a protecção do património daquele país. Devem também considerar-se as influências francesas, estudadas nas publicações periódicas e aprofundadas nas suas viagens ao exterior, onde tomava particular atenção a estes aspectos, como se pode comprovar na documentação existente no seu Espólio da BNP<sup>2</sup>.

### **O exemplo do Mosteiro da Batalha**

O parecer redigido pelo nosso escritor sobre as obras do Mosteiro da Batalha foi um dos momentos onde se encontram claramente reflectidas as influências estrangeiras, sendo também aquele onde Ramalho tomou a sua primeira posição de ruptura contra Luciano Cordeiro, enquanto presidente interino da Comissão, até então apenas vislumbrado a nível de pequenas celeumas.

Na acta de 22 de Outubro de 1894, registou-se uma visita de Júlio Mardel ao Mosteiro da Batalha, demonstrando o secretário da Comissão o seu escândalo face às obras executadas naquele edifício, defendendo então mais valer o abandono do que a prossecução de soluções imaginosas em detrimento da manutenção dos elementos resultantes de concepções originais do monumento. As transferências de túmulos e o erro na sua simbologia eram para si os aspectos mais dolorosos.

*Que achava preferível a ruína demorada dos seculos, do que a transformação caprichosa do primitivo, por phantasias ridículas e sem arte, filhas talvez muito bôa*

---

<sup>1</sup> BNP, E19/2015 – [Diploma], 1892, Madrid.

<sup>2</sup> BNP, E19.

*vontade, mas que estão fallando bem alto da ignorancia e mau gosto de quem as mandou fazer...*<sup>3</sup>

Na sessão seguinte Alberto Pimentel propôs a nomeação da uma Comissão encarregada em efectuar uma avaliação no local, sendo Ramalho encarregue desta missão<sup>4</sup>, apesar de este considerar ser uma melhor abordagem a recomendação ao Governo de organizar mais convenientemente um serviço de fiscalização e inspecção de monumentos<sup>5</sup>.

Esta resolução indignou Luciano Cordeiro, defendendo a ideia da Comissão não alcançar o reconhecimento pretendido por parte das entidades oficiais ao atacar abertamente os seus trabalhos.

*Contendia-se agora com os trabalhos da Batalha, o unico monumento que o Estado tem desde muito acautelado e cuja guarda, conservação e restauração constitue um ~~espee~~ serviço especial regularmente dotado. Diria desde já que esse serviço ~~está~~ é zelosamente derigido por um engenheiro distincto que tem evidenciado uma grande ~~competencia~~ dedicação e competencias, e servido por um nucleo de operarios de longa escola que podem dar e teem dado já, licção aos que supoem conhecer e aventurozamente discreteam e decretam á cerca de estylos e elementos da architectura nacional dos seculos 15 e 16. Juncto deste serviço ha hoje / uma aula de desenho sob a direcção e influxo da Escola de Leiria onde ha professores ~~[?] mais competentes~~ excellentes e estudiosos<sup>6</sup>.*

O trabalho devia ser louvado e não criticado, devendo os esforços da Comissão orientar-se para a classificação dos monumentos nacionais. Além disso considerava exemplares as obras realizadas no monumento, discordando com as afirmações proferidas pelos outros vogais. Luciano Cordeiro surgia em defesa do Ministério contra a opinião dos restantes vogais apoiantes da análise crítica aos trabalhos realizados, realçada na sessão anterior por Ramalho, ao pretender aconselhar medidas concretas para a melhoria da qualidade

<sup>3</sup> Acta de 22 de Outubro de 1894, ANBA, 3-C-SEC.257.

<sup>4</sup> Numa carta de 20 de Dezembro de 1894, justificou o atraso da apresentação da sua proposta por ainda não ter tido a oportunidade de visitar o monumento pessoalmente, ANBA, 3-C-SEC.246.

<sup>5</sup> *Diário de Notícias*, 10 de Novembro de 1894, p. 1

<sup>6</sup> Acta de 23 de Dezembro de 1894, ANBA, 3-C-SEC.257. Este documento encontra-se reproduzido no anexo documental da seguinte tese: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República, Doutoramento em Arquitectura apresentado à Universidade de Évora, exemplar policopiado, Évora, 2008, pp. 336-337.

das intervenções, bem como a formação dos seus quadros técnicos. O Presidente interino, pelo contrário, receava a crítica destrutiva e as suas consequências.

Apenas a 27 de Abril do ano seguinte Ramalho apresentou o relatório sobre este assunto. Defendemos no primeiro capítulo da nossa tese a utilização deste texto por parte do autor como base para a escrita do livro *O Culto da Arte em Portugal*. Não tendo encontrado o original, iremos basear-nos nesta obra para a extrapolação da sua opinião sobre as obras do Mosteiro da Batalha<sup>7</sup>, pois as páginas do livro dedicadas a este monumento extravasavam o esquema normal de abordagem aos outros casos em análise, corroborando as suspeitas da reutilização desta informação.

Como vimos anteriormente, Ramalho louvava a *Memória* de Mousinho de Albuquerque<sup>8</sup> e toda a preparação realizada para a execução de uma intervenção num conjunto arquitectónico daquela envergadura, não seguida pelos seus sucessores. O nosso escritor considerava aquele procedimento um exemplo à parte, tendo sido Mousinho, provavelmente, o único a compreender as necessidades de informação necessárias para uma obra desta envergadura. Depois dele, não houvera mais nenhum programa de conjunto onde se tivessem em conta os elementos essenciais para a concretização de um projecto de restauro completo, para o que era necessário o conhecimento global não só do monumento mas também dos vários elementos adjacentes, num estudo arquitectónico e arqueológico bem fundamentado.

Em 1896 começou por afirmar o valor deste edifício como a *...triumphante afirmação da nacionalidade independente...*<sup>9</sup>, justificando a importância merecida como símbolo nacional, bem como o respeito a ter perante qualquer intervenção a ser executada. Esta notoriedade fora construída na literatura ao longo dos tempos, num conjunto de referências citadas na introdução histórica sobre o edifício, complementadas com algumas opiniões pessoais. Para o nosso escritor era preciso ir um pouco mais além e perceber as origens do próprio Gótico e os sistemas e métodos de construção, bem como a organização social onde fora concebido.

---

<sup>7</sup> Referimos anteriormente as obras de restauro desenvolvidas no mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha foram estudadas por Maria João Neto e por Clara Moura Soares, pelo que nos limitaremos apenas analisar os comentários tecidos pelo nosso escritor sem grandes delongas. NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Editorial Estampa, Lisboa 1997 e SOARES, Clara Moura, *O Restauro do Mosteiro da Batalha – Pedreiras Históricas, Estaleiro de Obras e Mestres Canteiros*, Coleção História e Arte, Magno Edições, Leiria, 2001.

<sup>8</sup> ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mousinho de, *Memória Inedita acerca do Edifício Monumental da Batalha*, Typographia Leiriense, Leiria, 1854. (<http://purl.pt/1347/3/>)

<sup>9</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *O Culto da Arte em Portugal*, Antonio Maria Pereira, Livreiro-Editor, Lisboa, 1896, p. 24.

Todos estes elementos apenas reforçavam a importância do monumento e o seu valor, parecendo escapar completamente aos responsáveis pelas obras de restauro actuais, seguidores da sua própria vontade, indiscriminadamente, sem quaisquer justificação tipológica e arquitectónica de base. O caso da porta principal da igreja era apenas um exemplo deste problema, sendo um erro básico a alteração das proporções de um elemento daquela importância numa catedral gótica.

No espólio de Ramalho existente na BNP encontramos uma interessante carta de Possidónio da Silva onde este explicava a modificação da fachada principal, devendo este documento constituir a resposta dada a um provável pedido de informações efectuado pelo nosso escritor ao então ainda Presidente da Comissão<sup>10</sup>. Mostrava o ilustre arquitecto a sua indignação face à modificação empreendida, sublinhado o aspecto do responsável pela obra, Lucas Pereira ter alterado a dimensão da porta em relação à proporção certa do estilo ogival, modificação esta que deixava atónitos muitos estrangeiros sábios em visita ao monumento, impedindo a compreensão do conjunto da fachada<sup>11</sup>.

*Conforme requer o estilo ogival, os portaes devem ter de altura uma vez e meia a sua largura; mas pela alteração que fez no portal, teem agora duas vezes a largura do portal, isto é; deram-lhe a proporção clafsica da architectura Romana!!!*

*Os architectos e archeologos estrangeiros vieram a Portugal para verem o Monumento da Batalha, tão celebre é elle citado pela sua bella architectura, ficaram pasmados notando-lhe tão grande defeito no frontispicio ogival da sua construcção; havendo admirado em toda a sua primitiva construcção rigorosamente executada conforme as regras do puro estilo ogival, não puderam explicar similhante absurdo!*

Ramalho desenvolveu esta linha de pensamento, lembrando os grandes teóricos da arquitectura deste estilo, entre os quais se destacava Viollet-le-Duc; de facto, o escritor, não referindo a missiva de Possidónio da Silva, procurou uma justificação teórica para aquelas observações, citando vários autores famosos para fundamentar a opinião expressada.

Como vimos no nosso estudo dedicado a *O Culto da Arte em Portugal*, o mosteiro da Batalha era apenas um dos grandes exemplos, juntamente com os Mosteiros dos

<sup>10</sup> BNP, E19/2263 – SILVA, Possidonio da, a [?], 1895.jan.21, m. 1. Ver Anexo 1 - Documentação, Documento 3.

<sup>11</sup>Idem.

Jerónimos e da Madre de Deus, demonstrativos da indisciplina oficial das instituições centrais. Como classificar o papel desempenhado pelas câmaras e paróquias espalhadas pelo país? Ramalho insistia na necessidade de se educarem novos arquitectos, dotados dos conhecimentos para este tipo de intervenção<sup>12</sup>.

### **A imagem contraditória da Comissão dos Monumentos Nacionais no caso da sé de Lisboa**

A discórdia existente no seio da Comissão, em grande parte resultante da procura de Luciano Cordeiro em agradar ao Ministério, concordando sempre com a sua opinião, pode ser facilmente confirmada no caso da Sé de Lisboa, encontrando-se diferenças de opinião entre a primeira impressão dos vogais relativamente às obras ali encetadas, publicada na imprensa periódica, e o relatório enviado oficialmente, onde era dada uma visão “politicamente correcta”. Embora este caso não esteja directamente relacionado Ramalho, a análise deste parecer de Luciano Cordeiro é muito elucidativa.

Segundo Maria João Neto, em 1895 tinham sido iniciadas obras na Sé de Lisboa com o objectivo de ali se realizar a Exposição de Arte Sacra Ornamental comemorativa do centenário antoniano, acabando esta por passar, devido ao atraso dos trabalhos, para as instalações do Museu das Belas Artes<sup>13</sup>.

A primeira visita às obras daquele monumento realizou-se a pedido do Ministério, com a devida permissão do Deão<sup>14</sup>. Segundo um artigo publicado em *O Século*, no dia a seguir à visita, 26 de Maio, os vogais tinham ficado bem impressionados com o observado, sendo os trabalhos elogiados, quanto aos procedimentos praticados: *...o troço de pessoal de obras publicas que ali anda tem feito é de excellente serviço, desaterrando, desentupindo*

<sup>12</sup> Saberá Ramalho que o arquitecto tinha sido indicado pela Academia Real das Belas Artes a pedido do Ministério do Reino? De facto, nos anos sessenta tinham sido indicados o arquitecto civil e académico de mérito Lucas José dos Santos Pereira ou Joaquim José Boaventura Alves para dirigir as obras do Mosteiro da Batalha por aquela instituição. ANBA, 1-C-SEC.068, *Minutas, 1851-1862*, n.º 7, p. 16. A 15 de Novembro de 1866 foi informado o Ministério de Reino da passagem de Lucas Pereira para os quadros do Ministério das Obras Públicas. ANBA, 1-C-SEC.056, *Offícios para o Reino e diversos, 1862-1870*, n.º 22, pp.140v-141.

<sup>13</sup> NETO, Maria João, “Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade do tempo”, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida; in memoriam*, Vol. II, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, s.d., pp. 131-142. Analisaremos este tema no capítulo seguinte.

<sup>14</sup> Documento datado de 5 de Maio de 1896, ANBA, 3 -D-SEC.241, Lisboa. A autorização para a realização desta visita e para que os vogais pudessem dar indicações aos trabalhadores da obra, foi concedida pelo Ministério a 25 de Maio, no próprio dia da visita. ANBA, 3-C-SEC.246.

e pondo a descoberto as belas construções antigas...<sup>15</sup>, contribuindo para o enriquecimento do monumento e considerando louvável a intenção de renovação da feição original dos espaços. Esta opção em valorizar-se a obra antiga em detrimento dos acrescentos mais recentes ali construídos, a maioria dos quais sem qualquer preocupação no enquadramento artístico face ao monumento, caracterizou as intervenções realizadas naquele monumento no último quartel do século, continuando, mais tarde com a mesma abordagem Augusto Fuschini<sup>16</sup>, como vimos anteriormente.

Porém, não foi esta a mensagem passada ao Director dos Edifícios Públicos e Faróis do próprio Ministério, Pedro Romano Folque<sup>17</sup>, para quem os procedimentos adoptados naquela obra eram revoltantes, continuando a construir-se novos edifícios para satisfazer necessidades pessoais, sem ter em conta o valor da Sé e as suas alterações ao longo dos tempos. Querendo desobrigar-se daquele atentado destruidor das feições originais, pedia um parecer à Comissão sobre este assunto ao qual respondeu Luciano Cordeiro, num documento algo confuso, onde se constata a concordância com a opinião deste.

A minuta do parecer começava por mencionar a avaliação realizada pela Comissão no local, referindo-se, muito provavelmente à visita de Maio, dada a similitude de assuntos e pessoas presentes<sup>18</sup>, a que apenas tinham comparecido, para além de si próprio, Júlio Mardel e Ramalho Ortigão, apesar de terem sido convocados todos os vogais<sup>19</sup>. Este documento é extremamente interessante por se apresentarem algumas definições de critério de intervenção a ser seguidas para uma correcta abordagem da obra, fornecendo uma linha de princípios fundamentais para a compreensão do papel da Comissão dos Monumentos Nacionais nesta área.

O primeiro ponto abordado louvava o facto de não se ter adoptado a moda das restituições à traça primitiva culpada de tantos males nos monumentos portugueses, resultado de séculos de construção permanente, adaptando-se às necessidades estéticas dos povos ao longo desses períodos históricos. Para além da contradição em relação ao louvor referido anteriormente sobre a procura da feição original, é curioso realçar mais uma vez a discordância destas ideias, com os princípios seguidos posteriormente por Augusto

<sup>15</sup> *O Seculo*, n.º 5:156, de 26 de Maio de 1896, ANBA, 3-D-SEC.241, Lisboa. (Ver nota de rodapé do Anexo 1 – Documentação – Documento 2).

<sup>16</sup> NETO, Maria João, “Os restauros...”, p. 133.

<sup>17</sup> Mais tarde foi agregado à Comissão como seu vogal, provavelmente por inerência do cargo. Cópia enviada pelo Ministério, o original está datado de 11 de Junho de 1896, ANBA, 3-D-SEC.241, Lisboa.

<sup>18</sup> Minuta de Luciano Cordeiro datada de 15 de Agosto de 1896, ANBA, 3-D-SEC.241. Ver Anexo 1 – Documentação, Documento 2. Este documento também se encontra transcrito no volume de anexos de: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística..., pp. 340-342.

<sup>19</sup> No referido artigo de *O Seculo*, também vem mencionado o nome de Adolfo Bernarus.

Fuschini, quando a Comissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionais assumiu a direcção técnica desta obra.

*Apenas serão possíveis e com a vantagem de serem ~~em muito~~ geralmente faceis e não só de ~~vantagem~~ boa razão, esthetica como de conveniencia pratica immediata, algumas restituções parcelares, desmascarando, reparando, completando um ou outro membro da estructura e da decoraçõ mais antiga / que a brutalidade da natureza e a não menor ~~da ignorancia e do mau gosto~~ dos homens escondeu [?] e ~~ainda~~ truncou [?] e deformou...*<sup>20</sup>

Pedro Romano Folque tinha já demonstrado uma certa ponderação relativamente aos modos de intervenção nos monumentos históricos, nomeadamente na questão do Mosteiro dos Jerónimos, onde defendia a reconstrução do corpo contínuo dos antigos dormitórios em substituição da torre de Rambois e Cinatti. Para este engenheiro do Ministério das Obras Públicas, havia uma linha muito bem definida para os limites de uma intervenção, devendo as novas obras respeitar o monumento como um todo, tentando voltar-se à sua forma original ou mantendo as transformações sofridas pelos edifícios ao longo dos séculos, mas repudiando veementemente a obra nova de restauro, como elemento criador de novos volumes estéticos<sup>21</sup>. Esta visão mais purista, baseada em estudos aprofundados em busca da unidade de estilo original, divergia um pouco do defendido pelo nosso autor, como teremos ocasião de verificar.

A Comissão voltava a queixar-se do impedimento à análise prévia do projecto desta obra, muito provavelmente inexistente. Esta falta de planos predefinidos seguindo princípios rigorosos, cujo principal objectivo fosse a protecção e defesa do nosso património, não era um problema novo, tinha já sido referido por vários autores anteriormente.

Para a concretização deste projecto, Luciano Cordeiro estabelecia um conjunto de indicações, lembrando o facto de esta intervenção não se dever nortear por necessidades funcionais e pessoais para se criarem mais alojamentos e dependências para serviços, mas sim de eliminar todas as construções que, pela sua natureza, alteravam e danificavam a feição formal do edifício, sem qualquer princípio estético e, muitas vezes, funcional.

<sup>20</sup> Minuta de 15 de Agosto de 1896, ANBA, 3-D-SEC.241.

<sup>21</sup> Seria de interesse extremo estudar mais aprofundadamente esta figura e as suas ideias. Analisaremos no decorrer deste ponto algumas das suas atitudes em relação aos procedimentos a adoptar na intervenção dos monumentos, muitas vezes em conflito directo com a vontade do próprio Ministério.



*Melhor do que restaurar pode dizer-se que é sempre conservar, e quando alem de todos os perigos e contingencias das chamadas restaurações que geralmente o não são, tal processo tem de ser arredado por impossivel, mais se impoe naturalmente o da simples conservação e resguardo, evitando a continuação das ruinas, umas vezes, guardando-as n'outras, como preciosas reliquias que falam ainda ao coração e ao espirito, que são ainda testemunho / e padrão, as ruinas existentes, desafrontando-as e defendendo-as de desarmadas violações, limpando-as-de É este precisamente o caso<sup>22</sup>.*

Neste pequeno texto designavam-se princípios muito actuais, seguindo uma linha de reflexão e cruzamento entre teorias antagónicas europeias, desde o restauro estilístico de Violet-Le-Duc ao não-restauro ruskiniano, já nessa altura trabalhada por Luca Beltrami e Camillo Boito em Itália, com o objectivo de se definir um código de condutas exequível e adaptável à realidade de cada monumento, como um elemento individual e não um todo repetido em vários locais de maneira diferente, seguindo padrões rígidos na maioria dos casos inexistentes. A primeira frase da transcrição acima realizada é a mais flagrante relativamente à influência boitiana, mas não nos podemos esquecer o texto então editado por Gabriel Pereira sobre esta teoria italiana<sup>23</sup>, tornando este assunto tema de discussões não só entre os membros da Comissão, como também da própria RAACAP. Mesmo não havendo referências directas a nenhum dos nomes mencionados ao longo das sessões, a sua influência e, principalmente, o conhecimento da sua existência e dos princípios por si defendidos foi uma constante a ter em conta, encontrando-se vários membros da Comissão muito bem informados sobre estes assuntos a nível europeu, conhecendo mesmo especificamente alguns casos práticos.

Era evidente a diferença de opiniões entre o texto publicado, escrito certamente por alguém da Comissão, onde se apoiavam os trabalhos em curso, e a opinião enviada oficialmente para o Ministério, criticando as mesmas obras, levantando objecções à sua continuidade sem um estudo prévio complementado com a apresentação de um projecto. Este tipo de situações minava a posição da Comissão dos Monumentos Nacionais na opinião pública que a via defender pontos opostos consoante os casos.

<sup>22</sup> Minuta de 15 de Agosto de 1896, ANBA, 3-D-SEC.241.

<sup>23</sup> PEREIRA, Gabriel, “Restaurar e Conservar”, *Arte Portuguesa*, Anno 1, n.º 6, Junho de 1895, p. 1.

### Como intervir no Mosteiro dos Jerónimos?

As obras oitocentistas realizadas no Mosteiro de Santa Maria de Belém foram amplamente estudadas por Clara Moura Soares<sup>24</sup>, que nos dá a conhecer o desenvolvimento dos acontecimentos no período em estudo. Por essa razão seguiremos a par e passo as suas informações para enquadrar o tema, tendo em conta o nosso objectivo de estudar a opinião de Ramalho sobre este assunto e as consequências dos seus pareceres.

A partir de 1886, os trabalhos de restauro do Mosteiro dos Jerónimos passaram da tutela da Casa Pia, ali instalada havia largos anos, para o Estado, na figura do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. De parecer em parecer e de projecto em projecto, chegou-se a 1894 com as indefinições da década e meia seguinte à derrocada da torre do corpo central desenhada por Rambois e Cinatti. Não se conseguia definir qual a melhor maneira de intervir naquele espaço, variando as opiniões entre a reconstrução do corpo corrido ou a inserção de uma torre marcando o eixo da longa galeria dos antigos dormitórios. Em Março deste ano, Pedro Romano Folque propôs ao Ministério a abertura de um concurso público, limitado a arquitectos portugueses, para a reconstrução deste corpo, pretendendo o Director dos Edifícios Públicos e Faróis, a vitalização dos trabalhos neste estaleiro, praticamente inactivo desde 1891, em resultado da crise económica do país. Por outro lado, referia o interesse de evocar o quarto centenário do descobrimento da Índia com a conclusão deste “anexo” em ruínas. Indo contra os projectos previamente existentes, pretendia o estabelecimento de uma nova abordagem ao problema, propondo a ocupação deste corpo pelo Museu de Belas Artes, aproveitando ideias já anteriormente defendida por outros<sup>25</sup>. Apesar das suas intenções, quando o Conselho Superior das Obras Públicas aprovou a sua ideia e lhe ordenou o prosseguimento do processo, Pedro Romano Folque boicotou a sua própria proposta por considerar não estarem reunidos os elementos técnicos necessários para a abertura de um concurso. Numa justificação apresentada um ano mais tarde, alegava a delicadeza da questão, não devendo por isso ser apressado o

<sup>24</sup> SOARES, Clara Moura, *As Intervenções Oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém: O Sítio, a História e a Prática Arquitectónica*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2005.

<sup>25</sup> Vejam-se os trabalhos da Comissão da Academia Real das Belas Artes reunida em 1875. *Relatório dirigido ao illustrissimo e excellentissimo Senhor Ministro e Secretario D'Estado dos negócios do Reino pela Comissão nomeada por decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a organização do Serviço dos Museus, Monumentos Históricos e Archeologia*. 2 tomos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876, pp. I-II.

processo, tendo entretanto dedicado as suas horas livres à realização de um estudo aprofundado das obras e projectos até então realizados e concluindo poder optar-se por duas hipóteses para a resolução do problema: ou se escolhia a reconstrução da lacuna em corpo corrido ou se reconstruía um corpo central, nobre, singelo e económico, sem qualquer sobreposição em relação ao restante edifício pelo seu valor. O autor deste parecer preferia a primeira hipótese e por ela se bateu nos anos seguintes, arrolando apoiantes como José Maria Nepomuceno, o director das obras no Mosteiro da Madre de Deus<sup>26</sup> e o famoso arquitecto francês Victor Laloux. Foi nesta altura pedido o primeiro parecer sobre o assunto à Comissão dos Monumentos Nacionais do qual resultou um documento muito polémico entre os seus vogais.

No entanto, o processo avançou e os concorrentes apresentaram os seus projectos em Junho de 1896, tendo sido seleccionado como vencedor o arquitecto Parente da Silva, o funcionário do próprio Ministério encarregue das obras naquele monumento desde Outubro de 1891. Apesar disso, o processo foi novamente travado por Pedro Romano Folque, apoiado na opinião do referido arquitecto francês contra a construção de um corpo central. A controvérsia então gerada levou à realização de um novo pedido de parecer à Comissão dos Monumentos Nacionais em 1897, do qual resultou o documento assinado por Ramalho Ortigão, apoiado num projecto realizado em conjunto com o arquitecto Ventura Terra, também com o aval de Victor Laloux, vindo a sua posição ao encontro da defendida pelo Ministério e pelo Conselho Superior das Obras Públicas nessa altura<sup>27</sup>.

Embora também se discutisse o problema da intervenção da igreja, a orientação do discurso de Ramalho para a reconstrução deste corpo levou-nos a limitar a nossa abordagem a este assunto.

Depois de nomeadas duas comissões, para analisarem a causa do desastre de 1878, identificaram-se como principais culpados desta derrocada a insuficiência das fundações construídas e a fragilidade dos materiais empregados. No entanto, passaram os anos e nada se tinha projectado para resolver este problema, mantendo-se o aspecto ruinoso do conjunto no início da década de noventa.

---

<sup>26</sup> Onde curiosamente tinha executado a transformação completa da fachada, como vimos anteriormente.

<sup>27</sup> Estes elementos encontram-se mais desenvolvidos na tese referida. SOARES, Clara Moura, *As Intervenções Oitocentistas...*, pp. 312-349.

O problema das obras de conclusão do edifício dos Jerónimos foi pela primeira vez referido nas actas a 19 de Abril de 1894, sem grandes desenvolvimentos<sup>28</sup>. Alguns meses mais tarde, começou a discutir-se a questão mais frequentemente, surgindo referências à necessidade de se alertar o Governo da urgência de terminar a fachada, caso se pretendesse fazer coincidir a sua conclusão com as celebrações do quarto centenário da descoberta da Índia<sup>29</sup>. Depois da questão do Mosteiro da Batalha onde discordara do parecer crítico de Ramalho, Luciano Cordeiro declarava-se agora contra a ideia da Comissão dar o parecer final sobre os projectos apresentados:

*Tambem em relação aos Jeronymos observaria / que tendo sido o primeiro a lembrar á Commissão que se interessasse pelos projectos de conclusão daquelle monumento, não podia desejar nem approvar que a Commissão ~~queria~~ pretendesse exclusivamente resolver e derigir o assumpto, parecendo ate ~~dispens~~ julgar dispensavel o concurso das habilitações especiaes do ~~ar~~ engenheiro, ~~ar~~ do architecto, do esculptor para o estudo e monographico e de restauração de um monumento de tal natureza. Via mesmo um perigo de conflictos desagradaveis com estações e ~~eo~~ competencias officiaes, / nas resoluções relativas quer á Batalha quer aos Jeronymos.*

*Pedia desculpa de ter occupado por tanto tempo a Commissão, mas feitas e repetidas as declarações ~~de como não podera as~~ da rasão porque não assistira ás ultimas sessões e de como, se tivesse assistido teria rejeitado absolutamente em todos os pontos o que nellas se dicera e resolvera, ~~recolhia-se reservava-se inteiramente a sua opinião~~ acrescentaria ainda que tendo sido, se bem se lembrava quem suscitara a atenção da Commissão para os projectos do acabamento do edificio / dos Jeronymos nunca fora a sua idea que a commissão quisesse privativamente arrogar-se a resolução ou parecer sobre o assumpto, nem entendia que ~~ella~~ podesse seriamente determinar-se o estudo monographico daquelle grande monumento e da Batalha, sem o concurso e associação de competencias e ~~estudos~~ e conhecimentos profissionaes que se não acham representados na Commissão.<sup>30</sup>*

Mais uma vez encontramos aqui acentuadas as divergências entre Luciano Cordeiro e os restantes vogais, que não se contentavam com uma posição pacífica em prol da harmonia

<sup>28</sup> Acta de 19 de Abril de 1894, ANBA, 3-C-SEC.257.

<sup>29</sup> Acta de 27 de Julho de 1894, ANBA, 3-C-SEC.257.

<sup>30</sup> Acta de 23 de Dezembro de 1894, ANBA, 3-C-SEC.257.

entre as instituições, defendendo antes a actuação activa contra a metodologia de intervenção usada nos restauros dos grandes monumentos portugueses. Por sua vez, o presidente interino voltava a insistir na ideia da maior concentração dos trabalhos na constituição da lista de edifícios a serem considerados monumentos nacionais. Para Luciano Cordeiro os limites da Comissão dos Monumentos Nacionais encontravam-se bem definidos, limitando-se o seu papel à vertente mais teórica e não ao acompanhamento das obras.

Segundo Clara Moura Soares, a avaliação do projecto apenas se verificou devido a uma solicitação da própria Comissão<sup>31</sup>. Esta informação leva-nos a acreditar ter acabado por se enviar o pedido ao Ministério apesar da opinião contrária de Luciano Cordeiro, tendo-se este oposto também à ideia de se formar uma subcomissão para responder ao pedido oficial do Ministério, datado do ano seguinte. Porém, perante a insistência da maioria dos vogais, integrou o grupo de trabalho encarregado desta tarefa, juntamente com Sousa Viterbo e Gabriel Pereira<sup>32</sup>, acabando por apresentar um parecer feito sem a colaboração dos outros elementos que não foi aprovado pela Comissão<sup>33</sup>.

A sua opinião apoiava a reconstrução das arcadas, sendo concordante com a de Pedro Romano Folque, garantindo-se a continuidade do corpo onde se encontravam as ruínas da torre desde 1878, justificando este ponto de vista, com uma pequena resenha histórica das obras do edifício, seguida dos pareceres emitidos pela comissão de fiscalização ao desmoronamento, bem como do Director dos Edifícios Públicos e Faróis, onde se defendia o retorno à solução existente antes das obras iniciadas pelo Provedor. A duplicidade do monumento, com toda a sua carga histórica e simbólica, servir de albergue e asilo de crianças desvalidas, chocava o relator. Para ele, ambas as partes perdiam, porque o monumento era obrigado a adaptar-se a uma instituição para a qual não tinha sido construído, implicando uma perda das suas características originais em prol das condições de habitabilidade necessárias ao asilo ali inconcebivelmente instalado.

Esta dicotomia entre asilo e monumento tinha constituído o problema fundamental das obras até então ali realizadas. O objectivo único da reabilitação da grandeza do edifício era relegado para segundo plano, apesar de ser um factor essencial para a sua recuperação correcta. Por essa razão, Luciano Cordeiro defendia a saída das instituições presentes

---

<sup>31</sup> SOARES, Clara Moura, *As Intervenções Oitocentistas...*, p. 329.

<sup>32</sup> Acta de 8 de Junho de 1895, ANBA, 3-C-SEC.257.

<sup>33</sup> Mais tarde Luciano Cordeiro publicou este parecer, tornando pública a sua opinião sobre o assunto. CORDEIRO, Luciano, *As Obras dos Jeronymos, Parecer apresentado á Comissão dos Monumentos Nacionaes, em sessão de 7 de Novembro de 1895*, Typographia – Casa Portuguesa – Papelaria, Lisboa, 1895.

naquele espaço, a Casa Pia e o Museu Industrial, sendo substituídas pelo arquivo Nacional – Torre do Tombo, sendo neste ponto a sua opinião distinta da professada por Pedro Romano Folque. Também se defendia a cessação das funções paroquiais no templo, passando as suas obras a estarem directamente afectas ao Ministério e o desafrontamento do monumento, através da remoção dos quarteirões edificados até ao rio. Apesar de tudo, o mais grave era a falta de um projecto de intervenção, baseado em estudos histórico artísticos, sem negligenciar as várias características intrínsecas do edifício, como a sua integridade material, a pertinência da intenção histórica e da unidade estética e dos elementos destruídos nas várias intervenções efectuadas ou projectadas<sup>34</sup>. Depois do projecto inicial de Colson, recusado por várias razões, não se tinha voltado a realizar um projecto global, fazendo-se as obras ao sabor do momento.

*No monumento fundiu-se uma idea; reside e perpetua-se n'elle uma intenção, um culto, uma consagração histórica que se quer respeitar desde que se quer conservar e restaurar o Monumento.*

*Se não se comprehende, se não se sente, se não se respeita isto, parece hypocrisia o empenho e o cuidado da conservação material<sup>35</sup>.*

Como seria de esperar, esta posição diplomática do presidente interino não foi bem aceite por alguns vogais, optando estes por esperar a chegada de Gabriel Pereira para saberem a sua opinião sobre o assunto como membro da subcomissão nomeada para redigir este parecer. Para além disso, Alberto Pimentel e Ramalho Ortigão pediram para também terem acesso aos documentos enviados à Comissão para poderem dar os seus pareceres sobre este assunto<sup>36</sup>, mostrando claramente o seu desacordo com o apresentado; posteriormente, Gabriel Pereira e Sousa Viterbo apresentaram os seus pareceres separadamente. A leitura destes documentos poderia elucidar-nos sobre a concordância das suas ideias, porém, o facto de uma Comissão apresentar três pareceres é por si só esclarecedor da discórdia existente.

Alguns dias depois, foi a vez de Júlio Mardel apresentar a sua opinião. Embora concordasse com a adopção do projecto apresentado pelo Ministério, discordava com a remoção do culto paroquial. Concordava também com o facto de a Comissão não ter de

<sup>34</sup> CORDEIRO, Luciano, *As Obras dos Jeronymos...*, p. 13.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 17

<sup>36</sup> Acta de 9 de Novembro de 1895, ANBA, 3-C-SEC.257.

opinar sobre a manutenção da Casa Pia e do Museu Industrial por não lhe ter sido colocada essa questão e aceitava, numa pequena nota final, a transferência para aquele local da Torre do Tombo<sup>37</sup>.

Saiu desta última sessão o primeiro parecer oficial enviado pela Comissão ao Ministério. O facto de Luciano Cordeiro não estar presente nesse dia tornou-se um novo foco de problemas, referidas pelo próprio numa minuta de uma carta para o Ministro onde explicava a situação e apresentava o seu parecer. Neste documento, carregado de queixas sobre a afronta, descreviam-se os acontecimentos e as discórdias entre os membros da Comissão, sem contudo se nomearem nomes, com excepção do de Gabriel Pereira. Este vogal fora por si encarregue de o substituir, acabando por assumir funções fora da sua competência, acabando por ser aprovada uma resposta para o parecer sobre as obras dos Jerónimos, perante uma assembleia reunida sem convocatória geral, onde apenas estavam presentes sete vogais<sup>38</sup>. Mais tarde, quando se realizou a exposição dos projectos do concurso dos Jerónimos, numa carta pessoal dirigida a Joaquim de Vasconcelos, confessou a sua tristeza e desilusão, referindo mais uma vez o seu apoio a Pedro Romano Folque para se evitar a realização do concurso, deitado por terra devido à rebelião dos restantes vogais da Comissão. Neste documento também ficamos a perceber a existência de uma combinação prévia com o Ministro no sentido de se aligeirar o processo, gorada pelo parecer enviado em nome da Comissão dos Monumentos Nacionais sem o seu conhecimento<sup>39</sup>.

Na opinião posterior de Ramalho, o parecer assinado por Gabriel Pereira, não tinha ido contra a opinião do Director dos Edifícios Públicos e Faróis, no entanto, considerava ser indispensável *...indicar uma entrada por meio de qualquer motivo architectónico em harmonia com a simplicidade do edificio...*<sup>40</sup>.

<sup>37</sup> Parecer datado de 11 de Novembro de 1895, ANBA, 3-C-SEC.241, Lisboa.

<sup>38</sup> Minuta datada de 15 de Dezembro de 1895, ANBA, 3-D-SEC.241, Lisboa.

<sup>39</sup> *...Da Exposição dos projectos dos Jeronymos: - nem fui vel-a. Liquidei o caso com o meu folheto. Nunca me dice [sic] se o recebeu, com os mais que enviei. Oficialmente nada posso faser no caso. O concurso fez-se, como se fará ou não fará o novo attentado das obras, por culpa da Commissão dos Monumentos ou dos Sns. meus collegas della que aproveitando a minha ausencia, estragaram e contrariaram / malcreadamente e ineptamente uma boa idea e uma delicada deferencia do Ministro, que contava com ella para evitar o concurso e faser concluir para o anno as obras. De maneira que a Comissão inhabilitou-se para intervir de novo em qualquer incidente do assumpto. Contos largos.* Carta datada de 16 de Agosto de 1896. BGUC, *Espólio de Joaquim de Vasconcelos, Luciano CORDEIRO – JV*. Esta carta foi citada em LEANDRO, Sandra Maria Fonseca, *Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), Historiador, Crítico de Arte e Museólogo*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2008, p. 144.

<sup>40</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *A Conclusão do Edificio dos Jeronymos – Parecer da Commissão aprovado em sessão de 23 de Junho de 1897*, Comissão Nacional dos Monumentos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1897, p. 13.

Este documento da Comissão deu origem a um novo parecer do Conselho Superior das Obras Públicas, tendo o seu relator, Manuel Raymundo Valladas, constatado a praticamente nula novidade do seu conteúdo, limitada apenas a alguns conselhos sobre o esquema decorativo<sup>41</sup>. Para se realizar uma análise mais aprofundada fora necessário rever não só as obras de construção e as modificações introduzidas, mas também os vários trabalhos de restauro e o relatório da Comissão encarregada de descobrir as causas da queda da torre. Depois deste estudo concluíram-se dois pontos importantes, o primeiro consistia na existência de um conjunto de irregularidades em todo o processo e o segundo na presunção da autonomia formal do corpo em relação ao edifício do mosteiro, justificando a sua intervenção de modo independente<sup>42</sup>. Seria esta uma justificação para se fugir aos ditames seguidos numa intervenção de conservação e restauro num edifício desta natureza?

Para o Conselho Superior de Obras Públicas era impensável voltar à solução da continuidade do corpo, mesmo tendo em conta a opinião do Director dos Edifícios Públicos e Faróis, mas aceitava a ideia de se construir o novo corpo central com uma altura mais reduzida em relação ao projectado por Cinatti e Rambois. Estas declarações denunciavam o desentendimento existente dentro do próprio Ministério, impeditivo da unidade e colaboração essenciais neste tipo de procedimentos. A conclusão deste parecer ditava o regresso à ideia da realização do concurso para a apresentação de propostas de reconstrução deste elemento.

Apenas depois do alargamento do número de vogais da Comissão dos Monumentos Nacionais de 1897 o tema do mosteiro dos Jerónimos voltou a surgir nas suas actas, por ser necessário responder a um ofício do Governo, sobre um parecer do arquitecto De La Rue acerca da intervenção. Apesar da pouca importância dada ao último parecer da Comissão, depois de algumas declarações de vários vogais, foi nomeada uma nova subcomissão para responder ao pedido, onde se acordou no regresso às formas originais. Para a redacção deste documento foram escolhidos o presidente Luciano Cordeiro,

---

<sup>41</sup> *Tendo sido mandada ouvir à comissão dos monumentos nacionaes esta em seu officio de 11-11-95 diz apenas que opta pelo ante-projecto apresentado pela direcção d'edifícios públicos e pharoes, sem dizer coisa alguma importante sobre tão melindroso assumpto; a não ser, que julga indispensável indicar uma entrada por meio de qualquer motivo architectonico, em harmonia com a simplicidade geral do edificio.* AHMOPTC, *Conselho Superior das Obras Públicas - Consultas*, Caixa 45, 25795, 22925, 21-11-95. Pelo interesse deste documento aparentemente inédito, optámos por apresentar a sua reprodução integral em anexo. Ver Anexo 1 – Documentação, Documento 4.

<sup>42</sup> Este assunto parece ter suscitado alguma discórdia geral, reflectida num artigo de Emydio Monteiro onde este provava, apoiado noutros autores, a unidade dos dois corpos como um conjunto. MOSTEIRO, Emydio, “A Restauração dos Jeronymos”, *O Correio da Manhã*, 2, 3 e 6 de Abril de 1897.



Manuel Raimundo Valadas (apesar de ter declarado naquele dia a sua posição contra a solução de Pedro Romano Folque), Ramalho Ortigão, Ventura Terra e Zacarias d’Aça, propondo este último, uma visita ao local e a nomeação de um conservador para o monumento. Nesta data, foi na vez de Abel Botelho propor a saída da Casa Pia dos claustros, considerando-os como uma parte monumental do mosteiro<sup>43</sup>. Como temos vindo a ver, esta sugestão era recorrente, embora a instituição se mantivesse naquelas acomodações ainda mais uns anos.

Neste contexto, Ramalho apresentou o seu parecer sobre as obras dos Jerónimos a 23 de Junho de 1897, mais tarde impresso na Imprensa Nacional sobre ordem da Comissão<sup>44</sup>. Este acontecimento apareceu referido em vários periódicos da época onde era enaltecido o documento apresentado pelo respeitável escritor.

*Passando-se á questão dos Jeronymos, o sr. Ramalho Ortigão leu o relatorio-parecer da sub-commissão encarregada de estudar o assumpto, que é um documento sob todos os pontos de vista primoroso, em que se faz a historia do monumento e das chamadas obras de restauração, corrigindo muitas noções erradas, restabelecendo os principios da boa critica, arredando a ideia de se tornar effectivo o resultado que se pretende attribuir ao ultimo e singular concurso ultimamente feito e apresentando, finalmente, um projecto definido, racional, pratico e economico de concluir as obras, com dignidade para a arte e para o paiz<sup>45</sup>.*

Por falta do documento original, a publicação será a base de análise de onde partiremos para tecer as considerações seguintes, apesar de infelizmente não se encontrarem ali publicados os desenhos de Ventura Terra. O projecto proposto pelo architecto da Comissão foi definitivamente aprovado com algumas modificações propostas por Abel Botelho na última sessão da Comissão dos Monumentos Nacionais, registada com data 18 de Fevereiro de 1898<sup>46</sup>.

Embora inicialmente fosse defendida a posição de Luciano Cordeiro, neste parecer Ramalho acabava por apresentar uma solução inovadora em relação às existentes, muito apoiada no parecer de Gabriel Pereira, propondo a construção de um corpo pouco

<sup>43</sup> Acta de 20 de Março de 1897, ANBA, 3-C-SEC.257.

<sup>44</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *A Conclusão do Edifício...*

<sup>45</sup> “Comissão dos Monumentos, A igreja de Sant’Anna – A conclusão dos Jeronymos”, *O Século*, n.º 5547, 24 de Junho de 1897.

<sup>46</sup> *O Jornal do Commercio*, 19 de Fevereiro de 1898.

saliente, sendo a economia e o custo da obra de importância primordial, alcançáveis através da reutilização das estruturas da torre desmoronada, tendo em conta os requisitos apresentados no concurso anterior.

Ramalho baseou esta proposta do pressuposto de um monumento apenas poder ser restaurado, no sentido restrito desta palavra, se as suas funções iniciais puderem ser repostas como se à origem se regressasse, seguindo um conjunto de influências já referidas. Com o seu humor habitual, defendia a impossibilidade da concretização deste objectivo maior, por já não constituirmos um país de conquistadores, tornando-se desnecessário o abrigo dos pescadores e mercadores nas arcadas do corpo do antigo dormitório do mosteiro, sendo pois impossível restaurar a sua função. Numa visão muito ruskiniana, defendia ainda ser impossível restaurar o monumento à sua forma original.

*...A reconstituição conjectural, pelo desenho e pela indução archeologica, de um edificio historico, tal como elle deveria ser na phase primitiva, ou em qualquer ulterior phase da sua existência, é sempre uma obra de preciosa illucidação e de alto ensino para a historia de todas as questões sociaes reflectidas na historia da arte em dado periodo de uma civilisação. Transportar esse trabalho da esphera do estudo á da realidade material, sem outro interesse que não seja o de uma demonstração erudita, é um capricho de scenographia archeologica...<sup>47</sup>*

Encontrar uma função correcta para um edifício histórico fazia parte do projecto de reconstrução, tornando a sua necessidade justificável e óbvia. Era *...um principio fundamental que só um destino de pratica utilidade comprovada justifica a restauração de um monumento*<sup>48</sup>, sendo as hipotéticas reconstituições do monumento muito interessantes do ponto de vista didáctico, mas não se devendo empregar na prática, por serem invenções arqueológicas com a finalidade única de se dissiparem verbas públicas.

Seguindo este princípio, os autores do projecto apresentado, apoiavam a ideia de se instalar no edifício o Museu de Belas Artes, encontrando-se a sua colecção de pintura primitiva no primeiro andar, obrigando à existência de uma entrada na zona central deste enorme corpo, facilmente executável através do aproveitando do elemento construído previamente, completando com um novo corpo respeitador do ritmo geral da fachada,

<sup>47</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *A Conclusão...*, p. 15.

<sup>48</sup> Idem, p. 15. Encontram-se aqui algumas reminiscências da teoria de Camillo Boito, como veremos um pouco mais à frente.

mas com pormenores decorativos distintos, e com a manutenção da varanda existente. Esta solução parecia conciliar as várias opiniões em discussão, almejando chegar a um acordo entre todos.

Voltando a insistir num dos principais pontos da sua obra *O Culto da Arte em Portugal*, sobre a necessidade da compreensão global do edifício a intervir, Ramalho acusava os autores dos projectos anteriores de optarem pelo estilo Gótico num monumento claramente Manuelino, tentando adaptar as regras do primeiro às diferenças do segundo que fugia dessas regras “maiores”, como qualquer regionalização de um estilo artístico. Para realçar a sua posição frisava mesmo considerar esta variação de estilo herética, tendo em conta os princípios basilares do próprio Gótico.

Para sustentar as suas ideias, Ramalho começou por realizar um estudo documental, onde reuniu um conjunto de descrições do mosteiro ou outros aspectos contributivos para a compreensão da fisionomia adquirida até ao arranque do restauro norteado pela Casa Pia. Ao fazer um paralelo com os vários momentos históricos mais importantes, o autor comprovava a importância extrema de um tão alto padrão da História portuguesa, símbolo do expoente máximo da nossa raça: a saída à descoberta de outros mundos, munidos de pouco para além do nosso corpo, numa demonstração insofismável da bravura e grandeza do povo português. Este enaltecimento era essencial, não só para a discussão em torno dos caminhos a seguir na reconstrução deste imóvel, mas também para a contextualização da época contemporânea, onde o convento era considerado como um marco histórico, antes de o ser como monumento artístico.

*Á beira mar, quasi beijada pela maré cheia, uma das mais bellas igrejas de todo o mundo, com uma crasta sem rival, na sua alta expressão de fé, de aventura e de gloria, verdadeira flor esculptural da alma enthusiástica de uma grande raça*<sup>49</sup>.

Neste texto encontramos uma metodologia de trabalho assente nas correntes de restauro então em voga, embora misturadas de uma maneira aparentemente confusa. Apoiando-se nas teorias europeias, adaptou alguns dos seus aspectos consoante os casos e as suas necessidades. Para além da influência de Ruskin, a de Violet-Le-Duc foi também essencial, na sua sobrevalorização do Gótico como estilo arquitectónico e artístico, símbolo de um período histórico relacionado com o despertar das nacionalidades e a

---

<sup>49</sup> Idem, pp. 8-9.

afirmação da autonomia dos diferentes países. Por outro lado, indo contra a opinião da corrente francesa, o nosso escritor defendia a manutenção dos elementos construídos nas várias fases históricas do monumento como testemunhos da evolução da História do povo, bem como da sua arte, colocando completamente de lado a ideia de uma reconstituição imaginária de elementos ao estilo primitivo, renegando o conceito de repriminção defendido pelo arquitecto francês referido.

Como vimos, no presente caso, a luta contra a reconstrução ou o restauro seguia uma vertente mais ruskiniana, tendo as intervenções anteriores inventado um novo esquema decorativo em desacordo com o espírito dos seus artesões originais. Todos os elementos acrescentados constituiriam uma invenção sem sentido, uma mera despesa caprichosa, em desrespeito total pelas linhas e pensamentos originais. Esta impossibilidade da recriação do momento de concepção da obra justificava a intervenção minimalista, aqui difundida por Ramalho seguindo a ideias do crítico e esteta inglês.

As observações do nosso escritor eram colmatadas com o já então velho argumento contra a reintegração das lacunas, comparável à invenção das lacunas dos documentos literários<sup>50</sup>; mais valia inserir um elemento novo com motivos decorativos distintos, harmoniosamente integrados no conjunto, assumindo a sua modernidade. Nestas linhas encontrava-se a nítida influência de Camillo Boito<sup>51</sup>.

Esta mistura de ideias marcou claramente uma nova posição face à intervenção em monumentos; no entanto, a confusão de valores pouco definidos resulta numa amálgama muitas vezes complicada de se compreender e de ainda mais difícil execução, acabando a sua aplicação prática por ser muito reduzida ou mesmo nula, optando-se sempre pela busca da unidade de estilo, defendida pelos engenheiros e alguns arquitectos, no período em análise. Esta fronteira nítida entre as posições dos teóricos e dos práticos é uma constatação sempre presente nestas discussões.

Provavelmente devido a este conflito de opiniões, a componente provocadora deste parecer não foi aceite com boa vontade por todos os vogais, um grupo já então constituído

---

<sup>50</sup> Segundo Lúcia Rosas este argumento tinha sido relançado por Camillo Boito inspirado numa metáfora semelhante usada por Didron em 1851 a propósito do restauro da Catedral de Reims. ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios – A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Exemplar policopiado, Porto, 1995, p. 341.

<sup>51</sup> Este tipo de metodologias de intervenção da época tinha uma grande ascendência do arquitecto italiano, sendo uma das grandes influências destacadas por Lúcia Rosas a da necessidade da manutenção dos elementos adicionados em épocas posteriores aos monumentos, como elementos da sua história e evolução artística. ROSAS, Lúcia, *Monumentos Pátrios...*, p. 231. Clara Moura Soares também sublinhou esta importância da teoria do arquitecto italiano nos pareceres de Ramalho Ortigão e Luciano Cordeiro. SOARES, Clara Moura, *As Intervenções Oitocentistas...*, p. 387.

por teóricos, engenheiros e arquitectos, alguns dos quais pertencentes ao Conselho Superior das Obras Públicas e defensores da prossecução do projecto vencedor do concurso.

Os projectos de Parente da Silva e de Ventura Terra foram posteriormente sujeitos à análise do Conselho Superior de Obras Públicas, sendo ambos considerados dignos de nota. No entanto, o de Ventura Terra suscitava algumas questões relativamente ao tipo de decoração, às escadas de serviço principal, à interrupção da galeria do piso térreo, bem como à criação de espaços administrativos, sem efeito devido ao plano do Museu. Por outro lado, a diferença na dificuldade de execução e no orçamento previsto, para além da maior harmonia atribuída ao projecto de Parente da Silva, faziam recair sobre este a preferência do Conselho.

*O Conselho tem ainda a observar que tendo a Comissão dos Monumentos abandonado a sua primitiva ideia, como se vê do projecto Ventura Terra, de não accentuar a parte central do annexo por meio de um corpo saliente, concordando afsim com a opinião primitiva deste Conselho, ha motivo para lembrar que o projecto do Architecto Parente, premiado no concurso aberto por decisão ministerial, deve ainda ser considerado, como de facto é, por este Conselho como aquelle que, de todos os projectos apresentados, merece a preferencia.<sup>52</sup>*

Assim se concluía a primeira questão onde Ramalho se envolvera mais profundamente, constituindo uma primeira derrota à qual se vieram adicionar posteriormente outros dissabores.

### **Entre os Directores da intervenção na Sé Velha de Coimbra**

Ramalho Ortigão também desempenhou um papel importante como vogal da Comissão dos Monumentos Nacionais na resolução dos conflitos existentes na última década do século em torno da intervenção da Sé Velha de Coimbra.

Desde as primeiras sessões foi recorrente a ideia de os vogais se deverem deslocar às obras para a realização dos seus pareceres de um modo fundamentado. No entanto, esta medida era muito limitada, visto serem necessários os conhecimentos técnicos e práticos

---

<sup>52</sup> AHMOPTC, L.O. *Actas das Sessões do Conselho Superior d'Obras Publicas e Minas*, [Livros 6 a 43.] [23-9-1867 a 1 de Fevereiro de 1912], Livro 25, Acta n.º 517 de 10 de Março de 1898, pp. 87v-88.

para a resolução de determinadas questões, não detidos pelo seu grupo de teóricos, sendo o caso das obras da Sé Velha de Coimbra e do Paço Episcopal sintomático desta lacuna. No início de 1893 iniciara-se uma intervenção de restauro naquele edifício emblemático da cidade, sendo a comissão encarregue destes trabalhos composta pelo Bispo Conde de Coimbra, o director de obras do Distrito, Franco Frazão, o fiscal Estevão Parada e António Augusto Gonçalves, o Director artístico. Esta obra e os problemas inerentes foram amplamente descritos e estudados por vários autores, especialmente por António de Vasconcelos<sup>53</sup>, testemunha presencial dos trabalhos desenvolvidos e querelas então surgidas e, mais recentemente, por Lúcia Rosas<sup>54</sup>, remetendo-se o aprofundamento desta problemática para os seus trabalhos, interessando-nos neste ponto apenas perceber o envolvimento do nosso escritor.

Segundo os autores referidos, o ambiente gerado em torno desta obra deveu-se a conflitos não só entre os vários elementos presentes<sup>55</sup>, mas também devido a uma certa rivalidade entre a capital e as instituições regionais.

A busca de António Augusto Gonçalves pelo estilo original, não foi ao princípio muito bem aceite, suscitando muitas críticas aos seus trabalhos, entre as quais se encontra a de Possidónio da Silva<sup>56</sup>. Em Maio de 1893 este arquitecto considerava a obra como uma *...falsa restauração...* sendo nessa altura alertado o Governo para o assunto<sup>57</sup>. Esta posição gerou polémica na imprensa conimbricense<sup>58</sup>, como se pode constatar num artigo guardado na pasta da própria Comissão, onde, depois de louvados todos os intervenientes, mostrando bem a importância desta obra para a cidade<sup>59</sup>, eram escritas as seguintes palavras de claro ataque à Comissão dos Monumentos Nacionais:

<sup>53</sup> VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha de Coimbra*, 2 volumes, reedição do Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993

<sup>54</sup> ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos ...*, e ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, “O restauro da Sé Velha de Coimbra. António Augusto Gonçalves entre o rigor da História e o rigor do Desenho”, *Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*, Actas VII colóquio luso-brasileiro de história da arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, pp. 257-263 (<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6149.pdf>).

<sup>55</sup> ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, “O restauro...”, p. 257.

<sup>56</sup> Minuta de 21 de Maio de 1893, ANBA, 3-D-SEC.240, *Igrejas A-F*, Coimbra. Para Jorge Custódio, apesar do parecer se encontrar assinado por Possidónio da Silva, as ideias ali escritas são claramente do seu autor Luciano Cordeiro. Nos seus anexos documentais encontra-se transcrita a minuta deste parecer. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística..., pp. 326-327.

<sup>57</sup> VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha...*, vol. I, p. 305.

<sup>58</sup> A polémica entre conimbricenses e a Comissão dos Monumentos Nacionais não se limitou apenas a este facto pontual, existindo ao longo da sua documentação referências a outras questões.

<sup>59</sup> Este aspecto também pode ser comprovado na citada obra de António de Vasconcelos.

*Depois de tudo causa verdadeiro assombro e até indignação, que haja em Lisboa uma comissão, chamada dos monumentos, ou cousa que o valha, que proteste contra os relevantíssimos serviços que em benefício das artes se estão a prestar em Coimbra De modo que, houve no seculo passado um bando de estupidos e de vandalos, que conspurcaram e destruíram muitas das bellezas do magnifico templo da Sé Velha, e agora que se trata de restaurar essas bellezas, ha quem reclame a conservação das obras de selvageria alli praticadas.*

*Sim senhores! Fazem muito bem!*

*É essa a paga que se dá áquelles que não duvidam sacrificar-se para restaurar as obras de arte.*

*A paciência de Job ainda seria pouca para aturar uma tal injustiça.*

*O que vale é que procedimentos como este todos os tem na conta que merecem*<sup>60</sup>.

Passados dois anos, como resultado das frequentes discussões e problemáticas surgidas entre os vários intervenientes desta obra, foi apresentado o projecto do Director da obra, funcionário do Ministério das Obras Públicas, à apreciação da Comissão dos Monumentos Nacionais, variando as razões desta submissão consoante o seu relator. Numa minuta de uma carta escrita por Luciano Cordeiro ao Ministro relatando os acontecimentos, encontra-se referido o pedido desta consulta do projecto por parte do Ministro, em resultado de uma conversa onde um membro da Comissão tinha alertado para os acontecimentos em curso e a necessidade de avaliação do projecto e da sua conformidade com os princípios mais correctos para a intervenção num monumento daquela importância<sup>61</sup>.

Como vimos anteriormente, a procura da forma original era criticada no seio da Comissão, defendendo-se a preservação das várias fases de intervenção existentes nos monumentos como elementos essenciais para a manutenção da sua história, das marcas da passagem do tempo, ou ...*Em vez, então, de se diser que restauramos melhor se dicera que destruíamos truncavamos*<sup>62</sup>, sendo necessário um equilíbrio, através da procura dos elementos originais e o seu enaltecimento, mas sem destruir todos os restantes vestígios de outras épocas. Esta crítica era, obviamente, contra a remoção dos azulejos para a recuperação das supostas colunas primitivas, de estilo românico.

<sup>60</sup> CARVALHO, Joaquim Martins de, "A igreja da Sé Velha", *O Conimbricense*, 14 de Novembro de 1893. Recorte colado em: ANBA, 3-C-SEC.240, *Igrejas A-F*, Coimbra.

<sup>61</sup> Minuta de 21 de Maio de 189[5?], ANBA, 3-C-SEC.240, Coimbra.

<sup>62</sup> Idem, p. 5.



Figuras 16 e 17 – Nave da Sé Velha de Coimbra antes e depois da intervenção<sup>63</sup>.

Depois da análise do processo, a Comissão considerou o suposto projecto do Director de Obra deficiente para se esclarecerem as suas dúvidas, julgando os dados fornecidos insuficientes e pouco fundamentados do ponto de vista teórico.

*...independentemente da parte [?] relativamente tranquillizadora das explicações recebidas, não poderam as apprehensões da [?] Comissão ser inteiramente [?] feitas dissipadas pela comunicação ou conhecimento de qualquer estado ou preparação critica que por um lado assegurasse determinasse a boa razão e seguro criterio de modificação tão / importantes e que abrangem todo aspecto e feição architectonica actual, do templo, e por outro traçasse ao pensamento e projecto de restauração os limites e condições em que ella deva ~~prend~~ distinctamente contenter-se...*<sup>64</sup>

Mais uma vez se focava o mesmo problema. Faltava um projecto norteador de toda a intervenção, supostamente a cargo de António Augusto Gonçalves, excluído desta reunião<sup>65</sup>. Segundo a Comissão, esta lacuna apenas seguia a tradição da prática do restauro em Portugal, onde a existência deste tipo de projecto era rara. Provavelmente, em consequência desta análise, quando se formou uma subcomissão para ir a Coimbra visitar

<sup>63</sup> VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha...*, vol. I, figuras XXV e XXVI.

<sup>64</sup> Idem, p. 3.

<sup>65</sup> Até ao momento não encontramos registos da sua existência, enquanto documento estruturado e fundamentado.



as obras de Igreja de Santa Cruz, a pedido do Ministério<sup>66</sup>, os vogais escolhidos para o cumprimento desta função, Ramalho Ortigão, Gabriel Pereira e Júlio Mardel, aproveitaram a oportunidade para também visitar a Sé Velha de Coimbra, tentando encontrar no próprio local as respostas às suas questões<sup>67</sup>.

Quando a subcomissão se deslocou a Coimbra, foi chamado António Augusto Gonçalves entretanto afastado da obra<sup>68</sup>, para poderem ser ouvidas as diferentes facções. Sem darem a sua opinião pessoal, os vogais limitaram-se a chamar a atenção para a necessidade da aprovação prévia dos novos trabalhos pela sua Comissão, sendo esta atitude de conciliação, como já analisámos anteriormente, típica desta instituição. Tomar uma atitude directa contra o director da obra, poderia significar entrar em guerra com o Ministério tutelar. Por outro lado, a falta de um arquitecto ou de um engenheiro nesta subcomissão limitava muito o seu poder de intervenção, faltando-lhe este aspecto essencial para a elaboração de pareceres fundamentados sobre as obras visitadas, problema este que não passava despercebido a Ramalho levando-o a procurar este apoio no arquitecto Ventura Terra, como veremos em seguida.

Entretanto Ramalho Ortigão e António Augusto Gonçalves tornaram-se amigos, iniciando uma profícua troca de correspondência onde, para além das questões da Sé Velha, eram partilhadas informações sobre objectos e monumentos, bem como análise de peças para o Museu de Coimbra<sup>69</sup>, guiando-nos esta documentação pelos meandros da história do processo. Em Novembro de 1896, o Director artístico contava ter sido convocado para uma reunião na Sé, o que muito o espantara por não ter havido nenhum encontro oficial nos últimos dezasseis meses<sup>70</sup>. Apenas quatro dias mais tarde noticiava o ressurgimento a

<sup>66</sup> Acta de 26 de Junho de 1895, ANBA, 3-C-SEC.257.

<sup>67</sup> Nesta viagem foram também visitados outros locais, como foi o caso do Mosteiro de Cellas, posteriormente incluído em *O Culto da Arte em Portugal. O Conimbricense*, de 27 de Agosto de 1895, ANBA, 3-C-SEC.240, Coimbra. No entanto, em resposta ao pedido de exame deste local datado de 12 de Setembro realizado pela Câmara Municipal da cidade, foram Luciano Cordeiro e Júlio Mardel quem formulou um parecer contra a transferência dos colunelos para um Museu, onde ficariam descontextualizados do seu local original, perdendo-se a memória do local. Pelo contrário, deveria promover-se a conservação do conjunto, tratando-se dos seus elementos estruturais, em vez de se colocarem vitrinas ou se isolar o claustro para a sua preservação, como tinha sugerido o Instituto de Coimbra. Aconselhavam também a colocação de um guarda no local, para evitar descatos ou vandalismos, tentando assim colmatar esta grande lacuna do Estado em não garantir a conservação e guarda dos seus monumentos nacionais. Parecer de Luciano Cordeiro datado de 4 de Agosto de 1896, ANBA, 3-C-SEC.240, Coimbra.

<sup>68</sup> VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha...*, vol. I, p. 337.

<sup>69</sup> Encontram-se nove cartas de António Augusto Gonçalves no Espólio de Ramalho Ortigão existente na BPN. As do nosso escritor, publicadas no segundo volume da obra de António de Vasconcelos estão actualmente na posse da família Ortigão de Oliveira, que amavelmente colocou a sua colecção à nossa disposição. VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha...*, vol. II, pp. 131-146. Por uma questão de rigor, optámos por citar os documentos originais, assinalando sempre onde se encontram publicados.

<sup>70</sup> BNP, E19/1303, GONÇAVES, A. Augusto, 1896, Nov, 16, Coimbra.

Comissão de Coimbra e aproveitava para alertar Ramalho para as obras do Paço Episcopal, onde se planeava destruir a *loggia*, com o acordo do Bispo Conde. Era urgente tomar uma resolução<sup>71</sup>.

Provavelmente em resultado desta reunião, no primeiro dia do mês seguinte, foram apresentados dois projectos para a Sé Velha, um do Director de Obra e outro do Director artístico. No entanto, mais uma vez não se chegou a um consenso, surgindo a necessidade de se chamar novamente a Comissão dos Monumentos Nacionais a Coimbra para procurar resolver o impasse<sup>72</sup>, confirmando a improficuidade da primeira visita de Ramalho e dos outros vogais ao local.

Lamentando-se da ignorância de Frazão no projecto apresentado nessa reunião, António Augusto Gonçalves confessava a Ramalho aceitar o apoio da sua Comissão, apesar das críticas por si realizadas anteriormente, manifestando, no entanto, a sua insatisfação face à vinda de Luciano Cordeiro e Júlio Mardel a pedido do Director da obra, por não confiar na sua opinião<sup>73</sup>. Esta insegurança surgia, provavelmente, de conversas ouvidas sobre a divergência de opiniões em relação aos outros vogais e ao tipo de posições pró-Ministério tomadas pelo presidente da Comissão.

Estes receios mostraram-se infundados, acabando por ser nomeados Ramalho Ortigão e o vogal correspondente Joaquim de Vasconcelos<sup>74</sup> para irem a Coimbra resolver o conflito ainda nesse mês de Dezembro. Estaria este envolvimento do vogal exterior relacionado com a grande amizade com António Augusto Gonçalves, tendo já os dois trabalhados juntos noutras questões artísticas?<sup>75</sup>

Nas cartas trocadas entre os três, vemos o descontentamento de Ramalho com o envolvimento do arquitecto italiano Bigaglia<sup>76</sup>, sugerido pelo Director técnico. Para o

<sup>71</sup> BNP, E19/1304, GONÇAVES, A. Augusto, 1896, Nov, 20, Coimbra.

<sup>72</sup> Na versão de António de Vasconcelos apenas tinha sido pedido um projecto a António Augusto Gonçalves, tendo sido uma surpresa para todos a apresentação do Director da obra. VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha...*, vol. I, pp. 361-362.

<sup>73</sup> *É claro que por forma alguma aceito o voto decisivo d'estes cavalheiros, que me não oferecem garantias de competencia e imparcialidade para uma solução, que carece de ser amorosamente meditada, no mais completo desprezo/dimento de prevenções e de astucias.*

*O caso é extremamente complicado; e com certesa a opinião que eu apresento, na mais decidida convicção, não poderá ser aceita pela ligeirice desprovida de aptidões e de sentimentos.*

*Hoje mesmo vou expôr ao Sr. Bispo-Conde as minhas duvidas sobre os votos das ditas pessoas, que aliaz muito respeito e que Frazão com / tanto afam solicita.* BNP, E19/1306, GONÇAVES, A. Augusto, 1896, Dez, 5, Coimbra.

<sup>74</sup> Acta de 2 de Dezembro de 1896, ANBA, 3-C-SEC.257. A nomeação foi comunicada aos dois vogais a 7 de Dezembro de 1896. BGUC, *Espólio de Joaquim de Vasconcelos, Luciano CORDEIRO – JV. LEANDRO, Sandra Maria Fonseca, Joaquim de Vasconcelos...*, p. 144-145.

<sup>75</sup> Esta amizade é salientada em LEANDRO, Sandra Maria Fonseca, *Joaquim de Vasconcelos...*

<sup>76</sup> *Uma coisa lhe peço: que não insista na nomeação de Bigaglia. Faz-me pena que a resolver uma questão d'arte portugueza, em que mais se pede probi=dade de voto do que rasgo de genio, se chame um*

nosso escritor este assunto devia ser resolvido apenas por portugueses, apesar de todos os méritos no estudo dos monumentos portugueses daquele arquitecto estrangeiro. Não sabemos a razão concreta deste entrave: haveria motivos pessoais resultantes da participação do arquitecto na recolha de peças para a Exposição de Arte Sacra Ornamental, organizada no ano anterior, ou Ramalho movia-se por altos princípios, defendendo o verdadeiro sentimento pátrio como elemento essencial para a resolução do conflito? Para colmatar esta lacuna técnica, propunha Ventura Terra não só para auxiliar à resolução deste conflito, mas também para apoiar a Comissão dos Monumentos Nacionais em problemas desta índole.

Não conseguimos apurar especificamente a razão da escolha deste arquitecto, recentemente regressado da sua formação por terras francesas. Certamente a sua posição como arquitecto do Ministério terá influenciado a sua selecção, mas não esqueçamos um texto publicado alguns anos mais tarde por Ramalho, onde juntamente com José Luís Monteiro e Marques da Silva, classificava este arquitecto entre os únicos três com uma formação sólida na escola francesa, dando-lhes uma importância superior no panorama nacional<sup>77</sup>. Raquel Henriques da Silva enquadra este arquitecto numa linha moderna preocupada com o Património como uma herança a respeitar, sem contudo se impor ao progresso<sup>78</sup>. Seriam estas linhas de pensamento conhecidas por Ramalho?

Apesar dessa sua intenção, na visita de 17 de Dezembro apenas compareceram os dois vogais. Segundo António de Vasconcelos, após a análise dos dois projectos, não foi tomada nenhuma posição definitiva, para poder dar tempo a uma ponderação e discussão aprofundados entre os vogais, com o objectivo de se alcançar uma posição final bem fundamentada<sup>79</sup>.

Tal como acontecera anteriormente, também nesta viagem foram analisados mais monumentos, apresentando Ramalho três relatórios distintos, onde eram referidos os trabalhos observados em Santa Cruz, na Sé Velha e no Paço Episcopal daquela cidade. Infelizmente não conseguimos localizar estes documentos, com toda a certeza muito

---

*estrangeiro. É certo que Bigaglia tem estudado os nossos monumentos com um zelo, de que não abusam os artistas nacionaes. No caso sujeito, porem, será talvez possível, sem grande inconveniente, esconder este vexame, Colecção de Ortigão de Oliveira, carta sem data, VASCONCELOS, António de, A Sé Velha..., vol. II, pp. 141-143. Ver também BGUC, Espólio de Joaquim de Vasconcelos, Cartas de Ramalho Ortigão para J. Vasconcelos, s.d.*

<sup>77</sup> ORTIGÃO, Ramalho, “A Obra de Ventura Terra – A nova camara dos deputados de Lisboa”, dir. F. Brütt e Cunha Morais, *Arte e Natureza em Portugal*, Vol III, Emilio Biel, Porto, 1903.

<sup>78</sup> SILVA, Raquel Henriques da, “Miguel Ventura Terra em Contexto”, *Miguel Ventura Terra, A Arquitectura enquanto projecto de vida, Architecture as a life Project*. Coord. Ana Isabel Ribeiro, Câmara Municipal de Esposende, Museu Municipal, Esposende, DL [2006], p. 17.

<sup>79</sup> VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha...*, vol. I, pp. 362.

interessantes para o desenvolvimento do nosso trabalho, limitando-nos por isso à informação publicada nas obras já referidas. De qualquer modo, podemos compreender a insistência realizada para o envio de Ventura Terra a Coimbra em nome da Comissão.

A leitura destes pareceres foi realizada na primeira sessão com os novos membros da Comissão, em 1897, sendo amplamente aceite, especialmente por parte de Raimundo Valadas, de quem Ramalho esperara as maiores críticas, como referimos anteriormente<sup>80</sup>. Aproveitando o momento de mudança do qual se aguardavam grandes transformações da políticas e atitudes da Comissão, pela inserção de elementos importantes do Ministério das Obras Públicas, o escritor apresentou outras propostas também elas aprovadas, das quais se destacam: a nomeação de António Augusto Gonçalves como vogal correspondente (tendo Júlio Mardel contraposto a nomeação do Director de obra da Sé Velha, Franco Frazão, acabando por ser também incluído no grupo o Bispo Conde de Coimbra)<sup>81</sup>, a proposta para a inserção de novos monumentos na lista de classificação, a ida de Ventura Terra a Coimbra para dirimir as discussões da Sé Velha e apresentar uma proposta para o Paço Episcopal, a publicação do Boletim, a reconstituição do túmulo de Egas Moniz, a colocação de uma placa identificadora nos monumentos com a seguinte frase: *Recommenda-se ao amor e ao respeito do publico este edificio, que è um sagrado documento da tradição e da gloria da nossa patria*<sup>82</sup>, bem como a elaboração de um regulamento de obras, redigido por si, onde se abordassem vários temas.

*Para regulamento das obras que haja a fazer vou redigir um programma definindo o que è conservar, restaurar e concluir / um edificio e preceituando as condições em que se deve proceder a cada uma d'essas diversas e distinctas operações. Quando redigir essa proposta lh'a enviarei para que V. a julgue e amplie ou restrinja como entender*<sup>83</sup>.

---

<sup>80</sup> Dada a importância da carta onde resume e mostra a sua surpresa relativamente aos acontecimentos ocorridos nesta sessão a Joaquim de Vasconcelos, optámos por a transcrever para o nosso anexo documental. BGUC, *Espólio de Joaquim de Vasconcelos, Cartas de Ramalho Ortigão para J. Vasconcelos*, s.d. [domingo] Anexo 1 – Documentação, Documento 1. Ramalho também escreveu um pequeno resumo desta sessão a António Augusto Gonçalves. BNP, E19/1309, GONÇAVES, A. Augusto, 1897, Maio, 7, Coimbra.

<sup>81</sup> Acta de 5 de Fevereiro de 1897, ANBA, 3-C-SEC.257. Esta nomeação ocorreu com muita discussão, devido a um artigo publicado anteriormente por António Augusto Gonçalves, onde eram tecidas críticas à Comissão dos Monumentos Nacionais. BGUC, *Espólio de Joaquim de Vasconcelos, Cartas de Ramalho Ortigão para J. Vasconcelos*, s.d. [domingo]

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Idem.

Esta linha de princípios já tinha sido defendida em *O Culto da Arte em Portugal*, no entanto, como vemos neste texto, Ramalho deve tê-la achado a sua menção na publicação insuficiente, tornando-se necessário definir oficialmente os conceitos e a sua aplicação prática nas obras, numa discussão ainda hoje considerada de resolução complicada.

Estes relatórios foram posteriormente enviados ao Ministério, acompanhados por uma carta de Luciano Cordeiro concordando com o seu conteúdo e relembrando a importância dos projectos de intervenção em monumentos serem aprovados pela Comissão dos Monumentos Nacionais, do ponto de vista histórico e arqueológico<sup>84</sup>.

Passado pouco tempo, Ventura Terra dirigiu-se a Coimbra para analisar a obra da Sé Velha com o objectivo de resolver o conflito entre os dois directores da obra, apresentando uma nova proposta posteriormente aprovada por todas as facções<sup>85</sup>. No entanto, apesar da sua anuição face às insistências do Bispo Conde, António Augusto Gonçalves não ficou convencido com o novo projecto, como confidenciou mais tarde a Ramalho<sup>86</sup>.

Com a posterior substituição do Director da obra, por influência do Bispo Conde e, muito provavelmente, da Rainha<sup>87</sup>, secreta patrocinadora desta obra, as discussões apaziguaram-se, sendo a obra finalmente inaugurada no início do século seguinte, ocasião em que

<sup>84</sup> Minuta datada de Fevereiro de 1897, ANBA, 3-C-SEC.240, Coimbra. Em carta particular a Joaquim de Vasconcelos, afirmava: *Sempre lamentei de mim p.<sup>a</sup> mim que o Gonçalves se aventurasse assim na Sé Velha e embora / não possa concordar com varias ideas fundamentaes delle sobre o que devia ser ou era aquelle monumento e sua filiação critica, se tivéssemos um estudo e plano geral podia discutir-se e apurar-se seriamente a cousa. Que de resto cada vez estou mais ferrado á idea: - conservar, e o menos possivel restaurar.* BGUC, *Espólio de Joaquim de Vasconcelos*, Luciano CORDEIRO – JV, s.d. Seguindo sem dúvida as palavras de Ramalho Ortigão.

<sup>85</sup> No caso do Paço Episcopal, em resultado da carta de António Augusto Gonçalves referida, as obras foram suspensas até à avaliação da Comissão. Numa carta posterior escrita a Ramalho aparecem as seguintes palavras: *Em todo o caso, e fosse como fosse, o esforço de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> teve o exito mais completo que podiamos desejar: a obra está suspensa!* BNP, E19/1306, GONÇAVES, A. Augusto, 1896, Dez, 5, Coimbra. Nestas linhas aparece a sugestão da paragem dos trabalhos ter sido consequência directa da influência do nosso escritor. O mesmo se pode confirmar na leitura da sua resposta onde afirmava: *...No mesmo dia em que recebi a sua carta falei da cruel restauração do Paço do Bispo ao ministro das obras publicas e à rainha. Esta sei que escreveu em seguida ao bispo conde. È possível que estas influencias actuassem na modificação das obras projectadas.* Colecção de Ortigão de Oliveira, Carta datada de 27 de Novembro de 1896, VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha...* vol. II, pp.140-141. Mais tarde, foi enviado Ventura Terra para a resolução deste problema.

<sup>86</sup> *A situação da Sé Velha com esta intervenção ficou como dantes se não peor. O projecto não me commoveu.[...] Pela minha parte, entre a paralisação illimitada das obras pelo abandono do Bispo, e o sacrificio duma opinião, depois de muito pensar, optei pela segunda.* BNP, E19/1310, GONÇAVES, A. Augusto, 1897, Out, 18, Coimbra.

<sup>87</sup> Para melhor compreender o seu papel nesta obra aconselha-se a leitura da obra citada anteriormente: VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha...* No conjunto de cartas de Ramalho para António Augusto Gonçalves encontram-se várias referências a conversas entre o nosso escritor e a Rainha sobre este assunto, provavelmente devido à proximidade conferida pelo seu cargo de Bibliotecário da Ajuda à real figura. Colecção de Ortigão de Oliveira e VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha...* vol. II, pp. 131-146.

foram lavrados louvores ao desempenho de ambos nas Actas do Conselho dos Monumentos Nacionais<sup>88</sup>.

Embora não tenha havido mais contactos oficiais de interesse relevante entre as duas Comissões, em 1900 António Augusto Gonçalves ainda solicitou o apoio aos seus dois amigos Ramalho Ortigão e Joaquim de Vasconcelos para a resolução de um problema, não chegando o primeiro a responder-lhe por ausência do país<sup>89</sup>.

### **Outros pareceres de Ramalho Ortigão**

Para além destas grandes questões, ainda no âmbito da Comissão dos Monumentos Nacionais, foram também dados pareceres sobre edifícios de menor envergadura, sendo um destes casos a igreja de Santa Maria dos Olivais em Tomar, cujo documento foi redigido pela mão de Ramalho Ortigão. Neste texto, antecedido de uma resenha histórica apontando a importância do edifício do ponto de vista patrimonial, era descrita a intervenção a realizar. O princípio seguido deveria ser meramente conservativo, através da adição de um sistema de reforço para permitir a manutenção dos elementos originais<sup>90</sup>.

Como presidente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, Ramalho teve uma acção menos profícua, mas não devem ser descurados neste trabalho alguns dos seus pareceres desta época. Um dos casos interessantes, por levar ao aparecimento de contradições entre a opinião do Presidente e a dos restantes vogais, foi o do Palácio Foz.

Face à questão entre se comprar ou demolir este palácio, a Comissão Executiva defendia a sua preservação, mesmo tendo em conta o facto de ser um edifício do século XIX e por isso, não poder ser considerado Monumento Nacional. Esta questão gerou algumas discussões em várias sessões, tendo Ramalho, como presidente, escrito um parecer, cujas últimas linhas não foram aprovadas pela generalidade dos vogais, aceitando este a alteração imposta com algumas reservas.

A minuta deste parecer mostra a forte opinião de Ramalho sobre o assunto, evidenciada na circunstância de ter passado a sua ideia final ao Ministro, revelando uma clara sobreposição da sua personalidade em relação ao grupo restante, facto este ainda mais

<sup>88</sup> Sessão de 22 de Julho de 1902, ANBA, 3-D-SEC.259, *Con. Sup<sup>or</sup> dos M, Actas, 1900-190...*, s.p.

<sup>89</sup> Coleção de Ortigão de Oliveira, carta datada de 28 de Outubro de 1902, VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha...*, vol. II, pp. 144-146.

<sup>90</sup> S/d, ANBA, 3-D-SEC.242, *Igrejas M-V, Tomar*. Ver Anexo 1 – Documentação, Documento 5. Nesta sessão também discutidas outras questões, como a da remoção do gasómetro da vizinhança da Torre de Belém, sob proposta de Pedro Romano Folque, e a legislação para protecção dos bens e delimitação de escavações por sugestão de Leite de Vasconcelos. Acta de 19 de Fevereiro de 1897, ANBA, 3-C-SEC.257.

vincado, porque para além de escrever a conclusão geral do Conselho Superior, ainda acrescentou uma nota com a sua opinião pessoal.

*Sendo possível que da interpretação [?] inductiva, d'este officio se possa deprehender que eu procuro tacitamente suggerir a VEx<sup>a</sup> a compra pelo estado do edificio a que me refiro, cumpre-me especificar bem claramente que o Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes, de que tenha a honra de ser interprete, me não auctorisou a emittir esse alvitre...*<sup>91</sup>

No entanto, contradiz esta opinião numa nota paralela do mesmo documento, onde manifesta a sua tristeza contra esta compra, quando o dinheiro ali despendido seria muito mais bem empregue na conclusão das obras dos Jerónimos, resultado do génio nacional, e onde, para além disso, se poderia vir a instalar o Museu Nacional, tal como tinha sido pensado anteriormente. A valorização da nossa arte era uma prioridade, constituindo a sua missão social a felicidade aos homens. O Palácio não era um monumento, não tinha significado histórico e artístico excepcional, era apenas um *aformoseamento publico*, enquanto se não tiver fechado a brecha do edificio dos Jeronymos; que è uma vergonha nacional.<sup>92</sup>

Encontraremos aqui uma repetição dos problemas da Comissão dos Monumentos Nacionais especialmente fomentados pelas posições antagónicas entre o seu presidente e os restantes vogais? Cairia Ramalho no mesmo erro? Pelo desenvolvimento dos trabalhos não nos parece ter havido consequências deste facto, mas não podemos deixar de sublinhar aqui este conflito de opiniões, muito provavelmente uma das causas do gradual afastamento do escritor do cargo ali ocupado.

Vimos anteriormente as várias tentativas efectuadas por Ramalho para deixar de ser presidente do Conselho dos Monumentos Nacionais, acabando por ser substituído por Gabriel Pereira, continuando, contudo, a escrever pareceres durante mais alguns anos.

Nas actas existem diversas referências a esta sua participação activa, chamando a atenção para determinados monumentos e o seu recheio, como foi o caso de S. João de Tarouca, do Quartel do Carmo<sup>93</sup>, da Igreja de S. Pedro de Cete e matriz de Moncorvo<sup>94</sup>. Apesar de

<sup>91</sup> Carta datada de 14 de Maio de 1901, ANBA, 3-D-SEC.241, *Igrejas G-L*, Lisboa. Este documento encontra-se transcrito do volume dos anexos de CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” *artística...* pp. 390-391.

<sup>92</sup> *Idem.*

<sup>93</sup> *Idem.*

saberemos a enorme proliferação de pareceres, como muitos destes não se encontram nos arquivos da Academia Nacional de Belas Artes, apenas podemos ter uma ideia dos problemas pelos debates sobre os assuntos mais polémicos, construindo um panorama geral sobre o estado de abandono e das injúrias perpetuadas contra os monumentos na altura, numa visão muito unilateral dos membros do Conselho<sup>95</sup>.

Um dos exemplos da participação e preocupação do nosso escritor foi a sua opinião contrária ao pedido da RAACAP para o restauro da fachada da igreja de Jesus de Setúbal, por considerar haver edifícios em pior estado de conservação a precisar de intervenções com mais urgência<sup>96</sup>. Esta ponderação era necessária, por não se poder dar resposta a todos os problemas, sendo a escolha um problema difícil de resolver e a razão pela qual por vezes não se devia ou podia fazer mais. Optar-se pela aposta em elementos individuais em detrimento de conjuntos mais vastos e disseminados, poderia alcançar resultados práticos mais significativos.

### **A desilusão causada pela demolição parcial do Convento das Carmelitas de Aveiro**

A questão do Convento das Carmelitas de Aveiro foi uma das polémicas onde Ramalho Ortigão mais se envolveu.

Depois de ter existido a pretensão de se transformar este edifício no tribunal e em escolas, em 1905 o objectivo camarário era a sua demolição parcial. Para evitar este desastre, foi apresentada uma exposição ao Rei, por um movimento popular formado em Aveiro sob a liderança de Marques Gomes, um entusiasta da História e da História da Arte locais e fundador do seu Museu<sup>97</sup>. Este documento era acompanhado por um texto intitulado: “Brado em favor d’um monumento”, provavelmente da autoria do líder deste movimento e com claras influências dos textos de Alexandre Herculano. Nestes documentos descreviam-se sumariamente as riquezas do edifício e a sua importância como testemunho histórico, lembrando a sua história desde a primeira edificação e evolução ao

---

<sup>94</sup> Sessão de 18 de Janeiro de 1905, ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>95</sup> Em Junho de 1904 encontravam-se à espera de avaliação do Conselho, processos relativos ao Mosteiro dos Jerónimos, às igrejas de São Vicente Mártir em Abrantes e da Flor da Rosa e às igrejas matrizes de Freixo de Espada à Cinta, de Moncorvo e de Vila Nova de Foz Côa. ANBA, 3-C-SEC.248, *Minutas, Anos 1882-1904*. A opinião do Conselho parecia ser mais procurada pelas outras instituições, no entanto, a insuficiência dos dados enviados para dar pareceres era notada pelos seus vogais. Sessão de 18 de Janeiro de 1905, ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>96</sup> Sessão de 15 de Março de 1905, ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>97</sup> João Augusto Marques Gomes tinha mesmo chegado a colaborar com Joaquim de Vasconcelos por ocasião da Exposição de Aveiro em 1883. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 16, Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa - Rio de Janeiro, s.d, p. 408.



longo dos séculos. Lamentava-se a sua destruição que se viria juntar ao rol de desastres causadores do desaparecimento da maior parte dos edifícios memoráveis da cidade, sendo também referida a necessidade da manutenção das tradições para o espírito do homem se puder elevar. Este assunto foi objecto de discussão na Câmara dos Pares a 15 de Abril do mesmo ano, onde aparentemente o Conde de Bertiandos chamou a atenção para a necessidade de ser ouvido o Conselho dos Monumentos Nacionais<sup>98</sup>.

Este Par era um dos vogais do Conselho e por aí percebemos a pertinência desta intervenção, demonstrando não só a importância social e política dos seus elementos, como o poder por eles detido em vários meios.

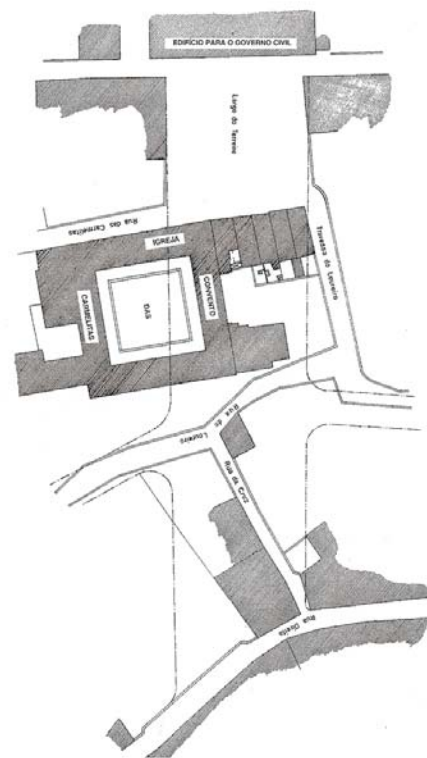


Figura 18 – Projecto de nova avenida apresentado pela Câmara de Aveiro<sup>99</sup>.

No entanto, ainda antes desta sessão da Câmara dos Pares já o assunto havia surgido no seio do Conselho. A 5 de Abril<sup>100</sup> a sessão geral tinha começado o debate sobre a pretensão da demolição do Convento das Carmelitas de Aveiro para dar lugar à construção de uma avenida. Este assunto indignou Ramalho, levando-o a insurgir-se contra a ignorância das pessoas que não compreendiam ser mais importante a manutenção dos seus monumentos, mesmo em detrimento de novos traçados urbanos. Este assunto

<sup>98</sup> Estes factos, bem como o estudo aprofundado do Convento foram apresentados em: BOLINQUETE, José Martins, *As Carmelitas em Aveiro: Ontem e Hoje*, Sinai, Aveiro, 1996. Nos anexos o autor apresenta a transcrição das várias representações dirigidas ao rei e seus documentos anexos. Ver pp. 528-544.

<sup>99</sup> BOLINQUETE, José Martins, *As Carmelitas...*, p. 193.

<sup>100</sup> Sessão de 5 de Abril de 1905, ANBA, 3-D-SEC.259.

tinha sido por si referido em vários momentos, mas especialmente em *O Culto da Arte em Portugal*, onde falara dos casos de Santarém, Porto e, especialmente, no de Évora, lembrando o exemplo estrangeiro, onde, ao invés de se demolirem, construíam-se novos bairros históricos, como vimos anteriormente.

Perante estas palavras, foi encarregado de redigir um parecer, ficando o Conselho com a esperança de alcançar um resultado idêntico ao obtido no caso da discussão em torno do derrube das muralhas de Viseu, sobre o qual não encontramos pareceres do nosso autor. Terá sido Ramalho escolhido pelo seu peso na sociedade portuguesa ou pelas palavras proferidas no decorrer da sessão?

Depois de uma visita à cidade, em Abril<sup>101</sup>, o seu parecer foi lido e aprovado na sessão seguinte, sendo posteriormente publicado no *Diário de Notícias* de 17 de Maio de 1905<sup>102</sup> e mais tarde reproduzido em vários periódicos, como por exemplo no *Boletim da RAACAP*<sup>103</sup>, revelando a importância dada na época tanto ao assunto como ao seu autor. Seguindo o título da representação anexa pelo grupo de cidadão de Aveiro, intitulava-o de “Um Brado a favor dos Monumentos”.

*Convem ou não convem á esthetica de uma cidade e o seu enriquecimento artistico e material, pois que toda a obra d’arte é um valor economico, sacrificar ao alargamento de uma rua ou á abertura de uma avenida, alguns dos seus palacios historicos, dos seus velhos castellos ou dos seus antigos conventos?*<sup>104</sup>

Como estas primeiras linhas indicam, este parecer baseou-se essencialmente na questão do sacrifício dos nossos testemunhos históricos em prol do progresso, não tendo sentido construir uma nova cidade apagando os vestígios dos seus fundadores e construtores ao longo dos séculos. E pior ainda, no caso presente, não se tratava de construir novas infra-estruturas para benefício social do povo, mas apenas ... *substituir o relevo de uma architectura pelo vasio de um chão...*<sup>105</sup>.

<sup>101</sup> BOLINQUETE, José Martins, *As Carmelitas...*, p. 194.

<sup>102</sup> ORTIGÃO, Ramalho, “Um brado a favor dos monumentos”, *Diário de Notícias*, 17 de Maio de 1905, p. 1. (Usaremos este artigo nas referências dadas nos próximos parágrafos). Ver Anexo 2 – Artigos publicados na imprensa periódica, Artigo 2.

<sup>103</sup> ORTIGÃO, Ramalho, “Um Brado a Favor dos Monumentos”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.<sup>a</sup> Série, Tomo X, n.º 8, 1905, pp. 369-376.

<sup>104</sup> ORTIGÃO, Ramalho, “Um brado...”, p. 1.

<sup>105</sup> Idem.

Mais uma vez a questão da definição de uma identidade através dos monumentos era aqui sublinhada, encontrando-se inerentes as várias referências estudadas anteriormente. O Homem identificava-se com o que via diariamente, mesmo sem estar consciente dessa atitude, tendo nela a ligação à terra e à continuidade dos seus antepassados. Destruir essa relação constituiria um desastre, por subtrair as bases de sustentação do carácter de um povo, o seu elo de unificação, ou seja, o seu passado comum, factor de identificação e base de criação da memória histórica, com um conjunto de pessoas pertencentes a um povo com uma origem comum. Ramalho romanceava este sentimento de constituição do próprio ser enquanto conjunto de factos acrescentados ao longo dos séculos formando uma identidade individual e colectiva:

*...Para todo o homem bom, ainda que inculto, o desaparecimento de um monumento que elle conheceu pequeno, e de pequeno inconscientemente, irracionalmente se habituou a amar, é como que uma amputação dolorida e saudosa do seu proprio ser. Parece que um misterioso instinto de conservação e de aperfeiçoamento moral da especie, sugere a cada homem que – como se lê na Sagrada Escripura – as obras realizadas pelos antepassados são o engrandecimento da nossa gloria e a perpetuação do nosso nome<sup>106</sup>.*

No meio rural a importância de se conservar a *...seiva ethnica...* do povo português era ainda maior, face à perda de originalidade observada nas grandes cidades, cada vez mais adaptadas ao progresso. Esta ideia de se ir à província buscar as fontes do saber para a inspiração dos artistas portugueses de várias áreas não era obviamente sua, mas estava enquadrada numa corrente nacionalista, o Neogarretismo<sup>107</sup>. Ramalho seguia as ideias em voga, adaptando-as ao problema da salvaguarda do património nacional, sendo as áreas no interior locais privilegiados para se manterem as tradições, os usos, os costumes, a vivência característica do povo, incluindo as casas e os monumentos, constituindo uma espécie de teatros vivos, mas onde a vivência era real, ao contrário das actuais reconstituições históricas. Esta visão era muito neo-romântica e não tinha em conta os benefícios do progresso e do aumento da qualidade de vida das populações, reflectindo uma ideia da cristalização da sociedade, para não se perderem as suas tradições

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> Este assunto é muito explorado por: DIAS, Augusto da Costa, *A Crise da Consciência Pequeno-Burguesa, o Nacionalismo Literário da Geração de 90*, 3.<sup>a</sup> edição, Editorial Estampa, Lisboa, 1977.

etnológicas características de determinados momentos. Lúcia Rosas também sublinhou este facto, atribuindo a este ...*mito da pureza do povo...*<sup>108</sup> o impedimento para estes intelectuais perceberem a impossibilidade de se travar o progresso, fosse ele bom ou mau. Nestas sociedades congeladas no tempo, deveria haver um conjunto de aspectos a ter em conta para a conservação da tradição, entre os quais se encontrava a manutenção dos edifícios públicos, onde se deveria impedir ... *não só que se destrua, mas que se deteriore, que se desacate, que se oblitere, que se deshonre por meio de superfetações absurdas ou de restaurações ineptas qualquer edifício publico da sua circumscrição*<sup>109</sup>. Esta visão simplista do problema, não tinha em linha de conta inúmeras questões suscetíveis. Qual o momento a conservar? Como impedir o êxodo regional em busca de melhores condições de vida? Seria este um dos problemas combatidos ao melhorarem-se e modernizarem-se as cidades do interior? Para além disso, com o advento do automóvel, surgiram necessidades diferentes de espaço e de circulação, mesmo tendo em conta a escassez destes veículos motorizados<sup>110</sup>. Nas várias propostas provenientes de autoridades municipais para a destruição de edifícios ou conjuntos monumentais, o saneamento e a salubridade eram sempre os argumentos utilizados para justificar a pretensão apresentada. O confronto entre a cidade urbana e a cidade rural era essencial como base de justificação apresentada neste parecer de Ramalho. Na primeira observava-se a desnacionalização do indivíduo, na segunda garantia-se a manutenção das tradições, funcionando estas como ... *preciosos repositórios de todas as vivas forças da raça*<sup>111</sup>.

Esta conservação ideal das tradições foi fundamentada de modo ambíguo com exemplos estrangeiros, tais como a musealização de espaços específicos onde ocorreram momentos históricos importantes ou onde viveram homens ilustres de determinada sociedade. Este conceito era diferente da sua proposta de manutenção de estilos de vida de comunidades inteiras, desfasadas do tempo real circundante, marcado por um progresso constante, acelerando cada vez mais de um modo impetuoso. Compreenderia o nosso escritor esta contradição?

Neste texto Ramalho voltava a frisar a necessidade de se proteger esta “Tradição”, preconizando um conjunto de deveres a ser executados pelas administrações locais.

<sup>108</sup> ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios...*, p. 152 e ROSAS, Lúcia, “Joaquim de Vasconcelos e a valorização das artes industriais”, *Rodrigues de Freitas, A Obra e os Conteúdos*, Actas do Colóquio, CLC-FLUP, Centro Leandro Coimbra, Porto, DL [1997], pp. 229-238.

<sup>109</sup> ORTIGÃO, Ramalho, “Um brado...”, p. 1.

<sup>110</sup> Referimos anteriormente as opiniões de Raquel Henriques da Silva sobre este assunto no primeiro capítulo desta tese.

<sup>111</sup> ORTIGÃO, Ramalho, “Um brado...”, p. 1

*D'estas summarias e vulgares considerações me parece deduzir-se que o primeiro dos deveres administrativos n'uma cidade provincial deveria ser o de manter e afervorar quanto possível o culto de todas as tradições locais e o carinhoso respeito de todos os seus vestígios. Para este fim, nunca desfigurar os antigos aspectos geraes do passado, manter os primitivos nomes das velhas ruas, facilitar o estudo e a catalogação de todos os monumentos escriptos nos cartoreos públicos, crear o museu ethnologico e, o museu industrial da região, auxiliar a compilação do Folk-Lore, crear sociedades orpheonicas para o desenvolvimento e cultura da musica popular, repor em voga os antigos jogos tradicionaes de destreza e de atletismo, promover exposições e concursos periódicos de industrias populares e de industrias caseiras, crear entre os homens mais cultos e mais honrados, associações protectoras da arte local, e – sobretudo – impedir, não só que se destrua, mas que se deteriore, que se desacate, que se oblitere, que se deshonne por meio de superfetações absurdas ou de restaurações ineptas qualquer edificio publico da sua circumscripção<sup>112</sup>.*

Este conjunto de procedimentos mostram alguma evolução desde as anteriores referências a alguns destes elementos patrimoniais, marcando uma atitude mais pró-activa para a sua preservação, em relação ao simples lamento pelo seu desaparecimento anteriormente referido.

Também na sequência de *O Culto da Arte em Portugal*, era referida a importância do núcleo urbano enquanto conjunto monumental, como complemento do grande monumento, tentando demonstrar a importância, não só da defesa da grande catedral, mas também do meio circundante, dois elementos essenciais no seu conjunto que deveriam ser encarados como tal. Para se justificar voltava aos exemplos europeus, tais como Bruges, Santiago de Compostela, entre outros, onde todo o conjunto era importante. Esta importância da envolvimento dos monumentos vinha sendo defendida pela linha de William Morris e a sua *Society of the Protection of Ancient Buildings* e foi mais tarde aprofundada por outros autores.

No caso português o problema era mais grave porque estava relacionado com a ignorância das entidades competentes, como temos vindo a sublinhar ao longo desta tese,

---

<sup>112</sup> Idem.

sendo difícil ter a noção dos elementos a proteger quando não se conhecia o real valor dos edifícios.

*Na administração da provincia portugueza o desdém deshumano pela poesia do passado, o monstruoso desacato da tradição patria, tem-se recentemente aggravado por um estranho delirio contagioso e epidemico. É a mania das grandezas, manifestada na dimensão das vias publicas. É a vessania opposta á agoraphobia. Os alienistas dirão se lhe posso chamar agoromania. É este achaque impulsivo que estamos vendo arrastar as mais estreitas povoações para o desequilibrado appetite das mais largas ruas*<sup>113</sup>.

Embora não o referisse expressamente, ficava clara a necessidade de se fazer perceber ao povo a importância da preservação destes elementos para a sua unidade nacional como um todo, na sequência dos ideais defendidos por si desde longa data.

Ainda em 1905, no mês a seguir ao pedido de suspensão da pretensão de se demolir o edifício, foi escrita uma nova representação ao rei, desta feita pela facção oposta, onde se anexou um texto intitulado “Brado em favor do progresso e da moderna civilização” dirigido ao Conselho dos Monumentos Nacionais. Pelo título do texto podemos claramente perceber o seu conteúdo, onde se bradava a favor do progresso da cidade, para o qual seria necessária a demolição de uma parte do convento, com os claros benefícios da construção de uma nova fachada mais harmoniosa<sup>114</sup>, bem como de uma frontaria para a igreja “escondida” no meio do edifício, demonstrando um claro desconhecimento da arquitectura deste tipo de casas religiosas. Ao lermos este documento, onde a anterior representação era criticada, colocando-se na sua antítese quase total, vemos o pouco valor dado ao edifício como testemunho histórico ou mesmo artístico. Apesar de os assinantes assumirem respeitar os edifícios merecedores em todos os “aspectos”, consideravam este conjunto arquitectónico como uma manta de retalhos composta por várias edificações sobrepostas, sem qualquer qualidade estética.

Parecia não ter havido qualquer evolução na definição do conceito de monumento nacional e no modo como intervir em edifícios históricos até esse momento, não se tendo

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> Em 1906 foi discutido o projecto para a nova fachada deste convento no Conselho Superior das Obras Públicas e Minas. AHMOPTC, *L.O. Actas das Sessões do Conselho Superior d'Obras Publicas e Minas*, [Livros 6 a 43.] [23-9-1867 a 1 de Fevereiro de 1912], Livro 30, Acta n.º 241 de 4 de Setembro de 1906, p. 120v, e acta 256, de 12 de Dezembro de 1906, pp. 174v-175. Pareceres apresentados por Luciano de Carvalho.

concluído sobre a importância da coexistência de vários estilos arquitectónicos no mesmo local, como prova da passagem dos séculos. As discussões do último século foram completamente ignoradas ou negligenciadas por estes defensores do progresso.

No entanto, apesar de todos os argumentos apresentados, acabaram por ser estes adeptos do progresso a ganhar esta batalha. Depois de uma primeira Comissão composta pelo Director das Obras Públicas do distrito, por Ramalho Ortigão, Abel Botelho, José de Figueiredo e Miguel Ventura Terra a quem mais tarde foram adicionados os engenheiros Júlio Pinto Portela, João Rodrigues Pinto Brandão e Saturnino Barros Leal, bem como o arquitecto Adães Bermudes, no seio da qual se defendia o parecer apresentado pelo nosso escritor a favor da preservação do conjunto monástico, o Ministério das Obras Públicas, claro apoiante das pretensões da Câmara de Aveiro, instituiu uma nova Comissão que concordou com a demolição de parte do convento, composta pelos referidos Director regional, Júlio Pinto Portela e Saturnino Barros Leal, a quem foram reunidos Vitorino Laranjeira Borges de Castro, Frederico Ramires, também engenheiros e o arquitecto Marques da Silva. Este conjunto de homens aprovou o “progresso” e, apesar de uma nova representação popular posterior a esta decisão, a 20 de Julho iniciou-se a demolição do edifício<sup>115</sup>.



Figura 19 – Actual fachada do convento das Carmelitas de Aveiro onde se observa claramente a amputação sofrida<sup>116</sup>.

Embora não tenham sido completamente destruídas, a ala norte e uma parte da igreja foram amputadas, tornando-se este processo em mais uma prova flagrante do pouco respeito tido pela opinião do Conselho dos Monumentos Nacionais quando se opunha aos

<sup>115</sup> BOLINQUETE, José Martins, *As Carmelitas...*, p. 199 e segt.

<sup>116</sup> <http://carmeloaveiro.carmelitas.pt/> (consulta realizada a 24 de Novembro de 2009).

desígnios do Ministério, acabando este por arranjar maneira de não respeitar aos seus pareceres, de forma escandalosa. Mesmo tomando como seu porta-voz alguém tão respeitado como Ramalho, estas opiniões acabaram por surtir poucos efeitos.

### O desaparecimento das muralhas de Braga

Embora sem o envolvimento directo de Ramalho, outro incidente que muito abalou o nosso escritor foi do desaparecimento das muralhas de Braga<sup>117</sup>.

Encontrando-se este conjunto incluído na lista de monumentos a classificar, merecendo por isso um certo estatuto, a Câmara Municipal daquela cidade decidiu demolir a antiga cadeia para construir *...o bairro mais bello e mais ambicionado da cidade...*<sup>118</sup>, com o objectivo de solidificar a confiança e estimular o progresso dos bracarenses, segundo palavras escritas no pedido dirigido ao Rei para permitir esta demolição. No entanto, para se alcançar tão almejado objectivo, era necessário destruir *...as quatro paredes d'um antigo castello e restos das velhas muralhas da cidade, castello sem uso ou applicação alguma, mas classificado, crêmos, como monumento nacional de terceira classe...*<sup>119</sup>. A sua manutenção traria muitos prejuízos ao novo projecto, para além de impedir as correctas condições de salubridade exigidas pela nova construção.

*Respeita, vénera a Camara os Antigos Monumentos, sobretudo quando n'elles se attesta a riqueza e desenvolvimento das Artes, ou quando perpetuam factos historicos que seria crime obliterar. Nada d'isto succede, porem, no caso presente; e, se bem que não desconheça a Camara que é sempre interessante guardar e manter as tradições d'uma terra, com a sua mais vehemente sinceridade e amôr por esta cidade, affirma que não é possivel hesitar em face d'esta consequencia irreductivel: todo o obstaculo á eliminção do classificado monumento valeria por um indestructivel tropeço ao mais notavel melhoramento de Braga*<sup>120</sup>.

Esta transcrição demonstra a total falta de compreensão sobre os critérios de classificação de um monumento nacional, relacionando apenas essa distinção como um elemento de

<sup>117</sup> Este assunto encontra-se desenvolvido em: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “Renascença” *artística...*, 1.º vol, pp. 333 e seg.

<sup>118</sup> Representação do Presidente da Câmara Municipal de Braga de 20 de Maio de 1905, ANBA, 3-D-SEC.240, Braga.

<sup>119</sup> Seguiu-se aqui a lista apresentada em 1880 pela RAACAP. Idem.

<sup>120</sup> Idem.



beleza distinta, mas esquecendo por completo a importância do seu significado histórico, e da sua mensagem como testemunha de um passado sobre o qual poucos elementos existiam, de primordial conservação como elemento definidor de uma soberania nacional, sendo estes argumentos ainda mais graves que os apresentados pelo documento em favor do progresso da cidade de Aveiro<sup>121</sup>. Apesar de estas afirmações não demoverem a posição do Conselho<sup>122</sup>, classificando esta hipotética destruição como o acontecimento de maior descrédito para a defesa dos monumentos nacionais, indo claramente contra as leis existentes neste campo<sup>123</sup>, o processo avançou. Mais uma vez, em nome do progresso e da salubridade, foram demolidos estes elementos urbanos, identificadores da cidade na História do nosso país, para darem lugar à construção de novos quarteirões modernos.



Figura 20 – Torre de Menagem do Castelo de Braga, único elemento preservado até aos nossos dias<sup>124</sup>.

Segundo as palavras publicadas num artigo do *Diário Ilustrado* resultante de uma entrevista pessoal ao escritor, a desilusão inerente à derrota do Conselho na luta pela

<sup>121</sup> Para fortalecer esta posição, juntamente com a representação referida, a Câmara apresentava também um parecer sobre a cadeia e o seu estado de degradação, obrigando à sua demolição urgente. Este parecer também era assinado pelo Director das Obras Públicas de Braga, vogal correspondente do próprio Conselho por inerência do cargo.

<sup>122</sup> Até Leite de Vasconcelos interveio nesta questão, lembrando a pertinência do facto de as torres deste castelo aparecerem no próprio brasão da cidade. ANBA, 3-D-SEC.240, Braga.

<sup>123</sup> Parecer assinado por Fuschini, 3 de Julho de 1905, ANBA, 3-D-SEC.240, Braga. Ver também a acta da sessão de 13 de Setembro de 1905, ANBA, 3-D-SEC.260. Este documento encontra-se reproduzido no volume dos anexos de: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística..., pp. 433-438. Neste documento, muito bem elaborado, foi escrita uma descrição sucinta das muralhas, a sua evolução, várias fases de construção, com comparações tipológicas, restauros, importância da sua protecção e manutenção, mais-valias orçamentais e patrimoniais, bem como a apresentação de linhas gerais para um plano de restauro do conjunto, onde se previa a demolição de edifícios modernos encostados às muralhas e era proposto um museu. Era também realizada uma breve incursão por exemplos internacionais, onde se preteriam os edifícios modernos às antiguidades, como era o caso do Fórum de Roma.

<sup>124</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Castelo\\_de\\_Braga](http://pt.wikipedia.org/wiki/Castelo_de_Braga) (consulta realizada a 24 de Novembro de 2009).

sobrevivência das muralhas de Braga foi o ponto de ruptura de Ramalho, declarando ele nesta altura a sua intenção de não mais voltar a frequentar as suas sessões e frisando a falta de independência e de poder do Conselho.

*...vendo-a subalternizada á burocracia do ministério das obras publicas, e este, por seu turno acorrentado ás influências eleitoraes que podem arrazar impunemente monumentos de arte...*<sup>125</sup>

### **O Convento da Conceição de Beja**

Um dos poucos exemplos de relatórios das deslocações da Comissão Executiva ao local para análise da situação, ainda existentes na Academia Nacional de Belas Artes, foi o resultante da visita ao Convento da Conceição de Beja cuja igreja que se pretendia converter em catedral daquela cidade. Embora se julgasse o edifício sem valor suficiente para ser considerado monumento nacional, escreveu-se um parecer, onde se criticaram as intervenções até então realizadas e se davam novas sugestões para obras futuras ... *fazendo quanto é possível que a nova pareça antiga e não que a antiga se torne nova, fazendo perder no edifício o seu velho character historico*<sup>126</sup>, sublinhando o cuidado a ter com a preservação da leitura original do edifício. Mais uma vez se alertava para a necessidade de um projecto sem o qual tudo seria realizado aleatoriamente, sem uma linha de conduta definidora dos critérios utilizados e do tipo de intervenção a realizar<sup>127</sup>. Referimos este exemplo especificamente, por ter sido um tema anteriormente tratado pelo nosso escritor. Embora aparentemente de modo paralelo aos trabalhos da Comissão, também Ramalho se manifestara sobre esta intervenção, criticando-a muito severamente. Encontrámos dois textos onde a obra surge referida e são explicados os procedimentos efectuados sob uma perspectiva pessoal do assunto, divergente em relação à da Comissão. No primeiro documento encontrado, um apontamento manuscrito num caderno do Espólio da BNP e por isso mesmo com um carácter íntimo e particular, Ramalho definiu os seus princípios e a sua opinião relativamente aos trabalhos efectuados.

<sup>125</sup> Mesmo tendo em conta as reservas negativas de Ramalho Ortigão face a este artigo, considerámos pertinente esta citação. BASTOS, Silva, “Visitas e Palestras – Na trapeira do sr. Ramalho Ortigão”, *Diário Illustrado*, 18 de Fevereiro de 1906. Ver Anexo 2 – Artigos publicados na imprensa periódica, Artigo 5 e respectiva nota de rodapé.

<sup>126</sup> Sessão de 6 de Agosto de 1902, ANBA, 3-D-SEC.260, Ver Anexo 1- Documentação, Documento 10.

<sup>127</sup> Parecer de Fuschini e Fernando Serpa Pimentel, ANBA, 3-D-SEC.240, Beja.

*Reprovo toda a restauração mal feita. E toda a restauração bem feita, reprovo-a também. [...] Com a Conceição de Beja o que havia a fazer era manter por [?] dos indispensáveis reparos o paço dos infantes com o passa=diço que se encostava ao coro da igreja e o mantinha. Demolido o paço reconheceu-se que a falta de passadiço desamparando o coro o fazia alluir. Que resolveram os restauradores? Deitar abaixo tudo, paço e côro e recons=truir a igreja, preenchendo com um remendo a parte que desaparecera com o coro demolido. Na parte reconstruída, imitou-se a estuque a talha do resto da igreja e correu-se o novo tecto a toda a nave. O tecto é reles até a imbe=cilidade. O coreto posto por cima da porta da igreja que está à um lado sobre a ~~direita~~ esquerda de quem olha, em vez de estar ao meio da empena, é que ha mais ridiculo, com os seus balaustres torneados. Por cima / da porta collocaram uma janella da casa dos infantes, que é idiota em tal lugar. Trata-se agora de reproduzir em gesso com grande despendio a cimalha manuelina do templo para guarnecer o eirado do claustro.*

*O palacio dos Infan=tes que se demoliu estava inteiramente solido.*

*A talha das capelas do côro achava-se a monte no claustro de cima com as telas que ella emoldurava.*

*As preciosidades que existiam no convento, riquissi/mo dispersaram-se por toda a parte. Os andores de prata, que tinham muitas pedras preciosas substituidas por pedras falsas, estão desarmados (!) no paço do Bispo. So se armam, gastando com isso dinheiro todos os annos no dia / da procissão a 3 de Junho.<sup>128</sup>*

Transcrevemos estes parágrafos por reflectirem a realidade das obras realizadas ao sabor das circunstâncias, sem qualquer projecto, resultando em intervenções amorfas e descuidadas, onde não havia nenhum sentido, nem estético, nem histórico<sup>129</sup>. Para

<sup>128</sup> BNP, *Espólio de Ramalho Ortigão*, E19/90, Caderno 12 – *Valença Gerez Alentejo. Vianna Beja. Guimarães Brag. Coimbra – Pensamentos originaes. – Pesquisas de arte em Beja e costumes populares: - Museu, igrejas e outros monumentos de Evora. Episodio em Balusão. – [?] das obras de Jorge Ferreira. – Impressões de Cintra.*

<sup>129</sup> No Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações encontram-se dois pareceres sobre as obras a efectuar na Igreja da Conceição de Beja, onde foram descritos os problemas existentes e os procedimentos a ser adoptados para a sua resolução. A avaliação desta documentação sobre o ponto de vista patrimonial seria muito interessante para a compreensão mais aprofundada das intervenções efectivamente realizadas nesta época pelo Ministério, no entanto, a complexidade de tal assunto e a dificuldade em se reunir um corpo de informação consistente, infelizmente ultrapassa os limites deste trabalho. AHMOPTC, *Consultas*, [Conselho Superior de Obras Públicas], Caixas 13 a 51. [1.º sem de 1868 a Ag/Set 1902], Caixa 38, 2.º e 3.º trimestres de 1892, parecer de 28-7-1892, 21948 (n.º da consulta), 19892 (n.º de entrada) e Caixa 42, 4.º trimestre de 1894 e 1.º trimestre de 1895, parecer de 15-10-1894, 24374 (n.º da consulta), 21813 (n.º de entrada).

Ramalho não se fazer nada era preferível a este tipo de restauros destruidores da beleza dos edifícios, compostos pelos seus elementos originais e pelas adições efectuadas ao longo dos séculos, caracterizando-os como testemunhas da passagem dos séculos.

O segundo registo de Ramalho sobre este assunto foi publicado em 1905, no parecer das Carmelitas de Aveiro anteriormente citado. Nesse momento, embora lhe fizesse referência não criticava a obra de restauro da igreja, mas a perda do conjunto, enquanto edifício histórico e o seu recheio, enquadrado na manutenção da “tradição” como essência de um povo.

*O convento da Conceição de Beja, resguardado durante seculos de toda a contaminação exterior, recheiado, - no seu mobiliário, no seu cartório, na sua collecção d’arte, nas suas celas, uma d’ellas a da Religiosa Portugueza, no seu refeitorio, nas suas cozinhas, nas maquetinas dos seus sanctuarios, no seu coro, no seu claustro, na sua cerca, - das memorias mais intimas das senhoras da primeira nobreza de Portugal, que em gerações sucessivas o habitaram por espaço de quatrocentos annos, seria o mais inapreciavel dos museus historicos, infinitamente mais interessante que o de todas as casas particulares em exposição no mundo. Sómente, ao expirar a ultima monja não ocorreu uma cousa tão simples, como seria entregar esse valiosíssimo documento sociologico á curiosidade do mundo. Não lembrou secularisal-o pelo simples adiconamento de uma bilheteira. Pareceu mais sábio, mais económico, mais elucidativo, mais documental, mais civilizador e mais humano deitar ao monturo de bric-á-brac o recheio da comunidade e arrazar o edificio<sup>130</sup>.*

Mais uma vez Ramalho frisava não serem apenas os edifícios monumentais a carecerem de protecção legal, mas também todos aqueles que mereciam ser conservados, por alguma razão histórica ou artística. Se a primeira era mais importante para a definição da nossa identidade nacional, a segunda era a demonstração da nossa criatividade artística através da regionalização e particularização dos estilos vindos do exterior.

---

<sup>130</sup> ORTIGÃO, Ramalho, “Um brado...”, p. 1.

### Breve referência ao Congresso dos Architectos em Madrid (1904)

*... Sou membro do VIº Congresso Internacional dos architectos, que neste anno se reúne em Madrid, e no qual vivamente desejo assistir, porque nelle se vão discutir com a cooperação dos primeiros architectos do mundo as questões d'arte que mais particularmente me interessam como critico, como académico de Merito da nossa Academia de Bellas Artes e como antigo presidente do Conselho dos Monumentos Nacionais de q. ultimamente me demitti mas em que q. continuo a trabalhar diligentemente como simples vogal q. preferi ser e em cuja qualidade espero ainda fazer como final de vida alguma coisa útil ao meu tempo<sup>131</sup>.*

Nesta análise dos pareceres e influências de Ramalho Ortigão, não queríamos deixar de referir a sua presença no Congresso dos Architectos de Madrid em 1904. Este encontro internacional, seguindo a linha dos anteriores, realizados noutros locais, foi um momento extremamente importante deste princípio de século, embora aparentemente sem grande impacto no contexto em análise nesta tese.

Apesar disso, no Boletim da RAACAP, foi publicado o resumo das conclusões do evento<sup>132</sup>, encontrando-se no segundo tema discutido, *A Conservação e restauração dos monumentos de architectura*, uma definição importante de monumentos mortos e monumentos vivos. No primeiro caso, devia apenas conservar-se o existente, evitando-se a sua ruína, como o edifício não tinha nenhuma função, valia apenas pela memória representada. No segundo, o monumento vivo continuava a desempenhar uma função, fosse esta a original ou não. Neste caso deveria realizar-se um restauro, permitindo a continuação do usufruto desse espaço. Esta intervenção deveria buscar o estilo original, tendentes à unidade, caso se conseguisse realizar uma reprodução legítima através de elementos existentes no local. De qualquer modo, deveriam sempre respeitar-se as várias épocas de construção, especialmente quando apresentassem algum merecimento digno de figurar no conjunto e estas intervenções deveriam ser dirigidas por architectos diplomados ou com a devida autorização, sendo ainda sublinhada a necessidade de se distinguirem facilmente os objectos novos dos antigos<sup>133</sup>. É interessante denotar aqui um

<sup>131</sup> BNP, E19/799 – ORTIGÃO, Ramalho a ORTIGÃO, Vasco Ramalho (Jeco), 1904, Fevereiro 20, Madrid.

<sup>132</sup> “Congresso Internacional de Architectos”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.ª série, Tomo X, n.º 4, Lisboa, Typ. Lallemand, 1904, pp. 194-197.

<sup>133</sup> ROSAS, Lúcia, *Monumentos Pátrios...*, p. 251

princípio fundamental da Conservação e Restauro actual: a adaptação dos processos de intervenção a cada caso específico, evitando-se seguir tipologias predefinidas, sem a ponderação cuidada dos seus benefícios e consequências.

Estas questões eram muito tributárias das ideias de Camillo Boito e da facção italiana, bem como da teoria de Riegl, recentemente publicada no seu livro *O Culto Moderno dos Monumentos*<sup>134</sup>.

Não temos documentação comprovativa da influência destas ideias novas no pensamento patrimonial ramalhiano, algumas já defendidas por si anteriormente outras um pouco diferentes das que foram expostas ao longo desta tese, no entanto, a falta de textos depois desta fase, também relacionada com o seu afastamento gradual destes problemas, pode explicar estas lacunas<sup>135</sup>, mas não podíamos deixar esquecida esta relação potencialmente interessante no contexto da época.

---

<sup>134</sup> RIEGL, Aloïs, *Der moderne Denkmalkultus - Sein Wesen und Seine Entstehung*, K.K.Zentral-Kommission für Kunst – Und Historische Denkmale, Wien und Leipzig, Im Verlage Von W. Braumüller, 1903. Para os devidos efeitos consultámos uma versão espanhola mais recente: RIEGL, Aloïs, *El Culto Moderno a los Monumentos, Caracteres y Origen*, 2.ª edição, La balsa de la Medusa, Visor, Madrid, 1999.

<sup>135</sup> No seu espólio da BNP, encontramos algumas referências a esta viagem e ficamos a saber que Ramalho ficou encantado com este encontro, afirmando, numa carta escrita a sua mulher, já ter tido ... *...ocasião de elevar a minha débil voz...* BNP, E19/525, *Ortigão, Ramalho a ORTIGÃO, Emília Ramalho, 1904, Abril 7, Madrid*. Também nesta documentação encontramos referências desta ida a Madrid num dos seus cadernos, onde apontou vários itens relacionados com uma exposição de pintura e outros acontecimentos ocorridos na capital espanhola nesta altura. BNP, E19/126, *Caderno 48, Lamego Braga Asturias, Obras de arte nas igrejas e outros edificios de Lamego, Tarouca e Sabredas; Santiago de Compostela, Oviedo, Covadonga e Gijon; Braga e Caldellas.- Paisagem entre Valença e Monforte.- Pensamento sobre as exigencias da civilização*.

## 2.4. Contribuição para o arrolamento dos monumentos nacionais

Apesar das desilusões de Ramalho Ortigão face à pouca importância dada aos pareceres do Conselho dos Monumentos Nacionais, tal como acontecera com as Comissões anteriores, o escritor não se afastou completamente dos seus trabalhos, especialmente do processo de arrolamento para a classificação dos monumentos nacionais, um objectivo sempre presente em toda a sua obra.

O processo de inventariação do património português já foi estudado aprofundadamente por diferentes autores, bem como os vários contributos e suas consequências na lista classificada a 16 de Junho de 1910<sup>1</sup>. Na presente tese pretendemos dar especial destaque à contribuição de Ramalho para este processo, tanto do ponto de vista teórico, desenvolvido em capítulos anteriores, como no aspecto prático, analisando algumas listagens de monumentos de forma a estabelecer linhas de conduta e metodologias para a sua concretização.

Para melhor contextualizar o assunto, faremos algumas referências a outras contribuições e ao papel desempenhado pelos vogais mais próximos do escritor, como foi o caso de Gabriel Pereira, cuja contribuição paralela a Ramalho Ortigão não pode ser descurada neste ponto.

Para a compreensão da importância desta questão, é necessário ter em conta que a classificação de um bem como monumento nacional, apesar de ser uma honra dada pela sua importância como marco de um determinado momento histórico ou de uma corrente artística, é principalmente uma ferramenta legal, com o objectivo de o inserir num

---

<sup>1</sup> Damos aqui alguns exemplos: ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios – A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Exemplar policopiado, Porto, 1995, MARTINS, Ana Cristina Nunes, *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na Senda da Salvaguarda Patrimonial – Cem Anos de Transformação (1863-1963)*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2005, e, mais recentemente, CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*, Doutoramento em Arquitectura apresentado à Universidade de Évora, exemplar policopiado, Évora, 2008.

conjunto de medidas protectoras, visando a sua preservação como marco da evolução de um povo. Esta ideia não é nova, surge na sequência do panorama vivido no país, onde se destruíam e se desvirtuavam edifícios com valor histórico ou artístico ao bel-prazer das autoridades locais ou das entidades religiosas, na maioria dos casos não havendo qualquer reflexão sobre o próprio edifício e as suas características intrínsecas. A urgência destas medidas de protecção era imensa, no entanto, o processo demorou muitos anos a ser concretizado. E terá atingido os seus objectivos?

### **As primeiras propostas de Gabriel Pereira para a classificação dos monumentos nacionais.**

Embora o papel desempenhado na Comissão dos Monumentos Nacionais por Ramalho se tenha destacado mais na redacção de pareceres sobre intervenções, não deve deixar de se mencionar o esforço conjunto realizado para o arrolamento geral de monumentos. De facto, a orientação no sentido da inventariação e classificação dos Monumentos Nacionais foi a principal linha de trabalhos das Comissões e Conselhos nas últimas décadas da monarquia, sendo unânime a ideia de que a protecção destes elementos dependia do seu conhecimento. Só após a elaboração desta base de trabalho, se poderiam tomar as medidas legais necessárias para a sua protecção, preservação e valorização.

Gabriel Pereira partilhou estas ideias desde cedo, publicando o já referido artigo da *Revista Archeologica*, a louvar as medidas da Lei de 1890 onde se estabelecia e organizava o novo Ministério da Instrução Pública e Belas Artes<sup>2</sup>. Para o autor, o aprofundamento do conhecimento histórico e arqueológico passava pela inventariação dos monumentos, não só os edificadas, mas também as peças existentes no seu interior, muitas das quais elementos importantíssimos para a História da Arte nacional. Era necessário seguir o exemplo francês, não querer alcançar objectivos complexos, mas inventariar pura e simplesmente, de forma metódica e contínua, publicando-se os resultados obtidos. Segundo ele, esta tarefa encontrava-se muito facilitada em Portugal, dado o tamanho reduzido do país, facilmente abarcável por um só estudioso.

Este artigo é interessante sobre o ponto de vista da concepção da necessidade da Inventariação, não sendo ainda expresso o alto ideal de educação do povo, como chave

---

<sup>2</sup> PEREIRA, Gabriel, “Inventario dos Objectos de Arte e de Archeologia em Portugal”, dir. A. C. Borges de Figueiredo, *Revista Archeologica – Estudos e Notas*, Vol. IV, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1890, pp. 183-188.



para o nascimento do respeito pelos testemunhos do glorioso passado nacional, e consequentemente da sua preservação, numa abordagem ainda distante da de Ramalho, para quem o ideal da educação do povo se sobrepunha a todos os outros, mesmo tendo em conta a necessidade de modelos para o desenvolvimento das artes industriais e da arquitectura portuguesa.

No início da década de noventa, para Gabriel Pereira o objectivo prendia-se, sobretudo, à contribuição do aumento da informação disponível para os estudiosos poderem aprofundar os seus conhecimentos, com o máximo de dados possíveis, na linha anteriormente procurada desde os primeiros inventários de Joaquim de Possidónio na década de cinquenta, mais tarde desenvolvidos no seio da RAACAP<sup>3</sup> e discutidos pela Comissão da Academia Real de Belas Artes na década de setenta<sup>4</sup>.

Esta ideia tinha sido também anteriormente defendida no primeiro número dessa mesma publicação, a *Revista Archeologica*, por Joaquim Espanca<sup>5</sup>, através de um apelo à realização de um inventário geral para facilitar aos estudiosos um conjunto de elementos essenciais para o desenvolvimento da História da Arte. Como contributo para se alcançar esse fim a redacção da própria revista apresentava uma proposta de questionário, seguindo claramente os passos do Alvará de 1721, mas alargando os seus limites temporais ao acrescentar elementos mais antigos, agora também considerados testemunhos de um passado mais longínquo, assim como bens posteriores aos limites temporais do reinado de D. Sebastião definidos anteriormente pela Academia de

---

<sup>3</sup> MARTINS, Ana Cristina N., “Uma breve incursão pelos primórdios da inventariação do património histórico-cultural português (1859-1861)”, *Arqueologia*, n.º 26, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Porto, 2001. Em artigos publicados em 1877 e 1879 no Boletim da RAACAP, tomámos conhecimento de um inquérito enviado por esta Associação com o objectivo de se iniciarem os trabalhos de Inventariação dos Monumentos Nacionais em 1873. Estes textos baseavam-se ambos numa publicação realizada pelos franceses, onde era apresentado o resultado de uma primeira fase de inventariação geral dos seus monumentos, ordenada em 1874, ainda circunscrita à cidade de Paris. Era dever dos portugueses seguir estes exemplos. S.V., “Bellas Artes – monumentos Nacionaes (Inventario - Superintendencia)”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Serie 2.<sup>a</sup>, Tomo II, n.º 3, 1877, pp. 37-38 e RIBEIRO, José Silvestre, “Bibliographia – Inventario das obras de arte”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Serie 2.<sup>a</sup>, Tomo II, n.º 11 de 1879, pp. 177-179. Os autores são discordantes nas datas, devendo a apontada pelo primeiro ser mais fidedigna.

<sup>4</sup> O objectivo do arrolamento de 1836 pedido por Mousinho de Albuquerque à Real Academia das Ciências tinha como objectivo a salvação da destruição ou venda indiscriminada dos edificios e seus bens. ALVES, Alice Nogueira, “Inventariar para Salvar - Mousinho Albuquerque e a Comissão incumbida de examinar os Edifícios dos Conventos Suprimidos (1836)”, *Artis – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.º 6, Braga, 2007, pp. 297-315.

<sup>5</sup> ESPANCA, P.º Joaquim J. da R. “Os Estudos Archeologicos em Portugal”, dir. A. C. Borges de Figueiredo e M. Alexandre de Sousa, *Revista Archeologica e Historica*, Vol. I, Typographia de Adolpho, Modesto & C.<sup>a</sup>, Lisboa, 1887, pp. 45-47.

História<sup>6</sup>. Este alargamento tinha sido proposto em 1880 pela RAACAP, quando se considerara importante o conceito de que todos os elementos marcantes da passagem dos povos poderiam ser considerados monumentos, ao contribuírem para o estudo da definição do território, ultrapassando a linha imposta pela Comissão de 1875, também limitada aos elementos relacionados com a nacionalidade portuguesa.

Apesar de não serem mencionados os trabalhos da RAACAP, negligenciando-se esta base de trabalho tão importante, esta proposta seguia alguns dos seus princípios apresentados anteriormente, propondo, no entanto, uma nova concepção metodológica mais alargada, segundo as tipologias e funções específicas, afastando-se da distinção de graus de importância ou de grandes grupos tipológicos constituídos em 1880<sup>7</sup>.

No seio da Comissão dos Monumentos Nacionais, esta tendência alterou-se, provavelmente devido à presença de Possidónio da Silva. Retomando os trabalhos iniciados onze anos antes pela Comissão da RAAPAC, para a inventariação do património português, decidiu-se não continuar a enviar as circulares para os diversos pontos do país, pela fraca qualidade e quantidade de réplicas recebidas na década anterior, num total de trinta e duas respostas dispersas pelo território. Nessa altura tinham chegado a existir casos, como o de Rio Maior, onde se declarava: *...nada há que tenha a indicar*

<sup>6</sup> No primeiro grupo encontravam-se os monumentos megalíticos. No segundo, estavam os *Templos antigos, igrejas, capellas; mosteiros, conventos; castellos, torres; casas antigas, amphitheatros, theatros, banhos antigos, necropoles*. O terceiro grupo era constituído pelos *Aqueductos, arcos; columnas, estatuas; tumulos; cruzeiros, padrões, pelourinhos; fontes, cisternas; pontes, vias romanas; minas, caminhos subterraneos*. No quarto grupo dava-se destaque à *Epigraphia; inscripções em edificios, monumentos, tumulos, rochedos, cippos, etc.* Por último, o quinto grupo era composto por bens móveis como *Moedas antigas (romanas, celtibericas, wisigothicas, hispano-arabes, portuguezas, etc.); armas, alfaias; amuletos; moveis; objectos de uso domestico e outros (que se tornem notaveis por sua antiguidade, ou por sua fôrma)*. Num conjunto muito genérico de resposta difícil. Em seguida era realizado um conjunto de questões, relacionadas com a localização, propriedade, forma, dimensões, orientações, registos históricos ou populares associados, bem como de inscrições. No caso dos objectos, deveria enviar-se um registo gráfico ou fotográfico. A resposta a este questionário requeria a existência de pessoas com os conhecimentos e a disponibilidade necessários para o fazer acertadamente em cada região. “Questionario Archeologico”, dir. A. C. Borges de Figueiredo e M. Alexandre de Sousa, *Revista Archeologica e Historica*, Vol. I, Typographia de Adolpho, Modesto & C.<sup>a</sup>, Lisboa, 1887, pp. 110-112.

<sup>7</sup> A RAACAP tinha dividido os monumentos em seis grandes classes, consoante o seu valor: 1.<sup>a</sup> - *Monumentos historicos e artisticos, e tambem os edificios que sómente se recommendam pela grandeza da sua construcção, ou pela magnificencia, ou por encerrarem primores d’arte*. 2.<sup>a</sup> - *Edificios importantes para o estudo da historia das artes em Portugal, ou somente históricos, mas não grandioso, ou simplesmente recommendaveis por qualquer excellencia d’arte*, 3.<sup>a</sup> - *Monumentos de arte militar antiga, Castellos e torres*. 4.<sup>a</sup> - *Monumentos levantados em logares públicos pela gratidão nacional em honra de homens, que bem mereceram da pátria.*, 5.<sup>a</sup> - *Padrões de mui diferentes generos importantes para a historia e para as artes* e na 6.<sup>a</sup> - *Monumentos Prehistoricos*. Ver *Relatorio e Mappas ácerca dos edificios que devem ser classificados Monumentos Nacionaes, apresentado ao Governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes em conformidade da Portaria do Ministerio das Obras Publicas de 24 de Outubro de 1880*, Lallemand Frères, Typ. Lisboa, 1881.

com referencia a todos os quesitos aqui declarados...<sup>8</sup>. Ao invés, seria mais interessante a deslocação dos próprios vogais aos locais, recolhendo pessoalmente as informações necessárias, seguindo um pouco a linha implementada pelo seu presidente em 1882, quando percorrera o país a confirmar a lista anteriormente entregue e a procurar novos elementos para lhe serem adicionados<sup>9</sup>. Com esse objectivo foram distribuídas zonas distintas aos cinco membros originais da Comissão: Possidónio Narciso da Silva - Sintra e Mafra, Luciano Cordeiro - Vila Franca, Alenquer, Lourial e Torres Vedras, António Pimentel - Setúbal, São Tiago do Cacém e Grândola, Sousa Viterbo - Loures, Cascais e Oeiras e Júlio Mardel - Almada, Seixal, Aldeia Galega, Moita e Sesimbra, demonstrando uma clara insuficiência no número de atribuições em relação aos objectivos pretendidos pela reduzida distribuição territorial relativamente à área do país<sup>10</sup>.

Mais tarde, face à evidente impossibilidade de se prover a esta tarefa, não só pelo limitado número de vogais, como pela sua pouca disponibilidade em viajar pelo país com dedicação exclusiva a este trabalho, retomou-se a ideia dos questionários, tarefa esta entregue a Gabriel Pereira e Fernando Larcher em 1894. O primeiro preparou dois questionários, um de carácter geral e outro destinado às paróquias, bem distantes das propostas da *Revista Archeologica* referidas. O segundo dedicou o seu aos monumentos militares, seguindo as suas propostas anteriores<sup>11</sup>.

A atribuição desta tarefa a Gabriel Pereira deve ter estado relacionada com a sua defesa anterior ao benefício em se recorrer a este tipo de expediente<sup>12</sup>, seguindo o exemplo francês, onde se tinham criado questionários adaptados às várias áreas, cujo preenchimento era complementado com desenhos identificadores, com um vocabulário

---

<sup>8</sup> Esta resposta da Câmara Municipal de Rio Maior, datada de 14 de Julho de 1882, encontra-se arquivada juntamente com as provenientes de Leiria, Coimbra, Évora, Fundão, Avis, Alenquer, Vila Viçosa, Lamego, Campo Maior, Elvas, Tavira, Idanha-a-Nova, Mangualde, Alvito, Rio Maior, Paços de Ferreira, Amarante, Crato, Manteigas, Portalegre, Odemira, Mirandela, Fafe, Loulé, Arronches, Reguengos, Pinhel, Peso da Régua, Salvaterra, Celorico da Beira e Setúbal. ANBA, 3-C-SEC.243, *Correspondência Entrada, Anos 1882-1925*.

<sup>9</sup> MARTINS, Ana Cristina Nunes, *A Associação dos Arqueólogos...*, p. 170. Para reunir o máximo de informação possível logo nas primeiras sessões foram sendo realizados vários pedidos para a obtenção dos levantamentos gráficos anteriormente efectuados por Possidónio da Silva, no entanto, apenas a 19 de Abril de 1894, se encontrou referência à entrega de 14 desenhos. Acta de 19 de Abril de 1894, ANBA, 3-C-SEC.257.

<sup>10</sup> Acta da Sessão de 11 de Abril de 1893, ANBA, 3-C-SEC.257.

<sup>11</sup> Consulta datada de 30 de Março de 1894, ANBA, 3-C-SEC.244, *Correspondência e Vários*. As propostas deste vogal relativamente ao monumentos militares foram tratadas por: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” artística...*, p. 286 e seg. Segundo Ana Martins, esta variedade de questionários resultaria em inventários temáticos seguindo ideias antigas de membros da RAACAP. MARTINS, Ana Cristina Nunes, *A Associação dos Arqueólogos...*, p. 178.

<sup>12</sup> PEREIRA, Gabriel, *“Inventario...*

uniformizado. No entanto, estes questionários não chegaram a ser distribuídos, ficando apenas limitados a um número restrito de pessoas<sup>13</sup>.

No conjunto de questões de 1894 tentava-se evitar o carácter generalista do questionário de 1882 pedindo-se mais informações, o que também tornava mais difícil a resposta. De facto, a compreensão dos vários pontos representados exigia algum grau de conhecimento nos domínios especificados, tendo em conta o facto de nem todas as instituições para onde seriam enviados terem alguém com essa preparação<sup>14</sup>.

Para Lúcia Rosas<sup>15</sup> a divisão tipológica proposta por Gabriel Pereira nestes questionários em Monumentos Pré-históricos, antiguidades romanas, tradições locais, antiguidades românicas e góticas, monumentos árabes e monumentos portugueses, antiguidades de origem desconhecida, notícias de retratos estampas ou cartas geográficas antigas, representava uma primeira caracterização por épocas históricas, embora entremeada pela ponderação de outros factores. Esta intenção de tudo classificar reflectia a vontade da Comissão em salvar a totalidade dos elementos característicos do povo e do país, não só os edifícios em mau estado de conservação, mas também elementos contemporâneos em risco de desaparecimento, ou, como lhe chamava Ramalho, da Tradição do povo. Encontraríamos aqui a sua influência ou pelo contrário fora Gabriel Pereira o responsável por esta sua visão tão generalizada dos elementos a proteger? Muito antes de participar nestas Comissões, o nosso escritor defendera as tradições e dos seus componentes como elementos a preservar para a manutenção da memória nacional. Esta troca de influências entre ambos os eruditos torna-se por vezes ambígua dada a sua proximidade constante a nível profissional e intelectual, embora a sua correspondência mantenha sempre um tom muito cordial, não reflectindo uma amizade pessoal próxima<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> Mais tarde, face a esta falta de divulgação, Gabriel Pereira publicou os questionários e as circulares, para o seu trabalho ser conhecido. PEREIRA Gabriel, “Comissão dos Monumentos Nacionais”, *Boletim de arquitectura e de archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 3.<sup>a</sup> Série, Tomo VII, n.º 1, Lisboa, 1898, pp. 1-4. Posteriormente voltou a publicar os questionários, como uma pequena nota introdutória de onde retirámos estas informações: PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionais II*, Typographia do Dia, Lisboa, 1902, p. 3.

<sup>14</sup> *Monumentos Nacionais Portuguezes – Legislação (Publicação Oficial)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1910, pp. 22-24.

<sup>15</sup> ROSAS, Lúcia, *Monumentos Pátrios...*, pp. 143 e segs.

<sup>16</sup> Por outro lado, é necessário referir as muitas páginas dedicadas por Gabriel Pereira a monumentos, especialmente aos eborenses. Ocupando o lugar de bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional, seguiria uma linha de personalidades dedicadas aos monumentos nacionais e sua defesa, primeiro por obrigação do Alvará régio de 1802, onde lhes era imputada essa responsabilidade, depois por interesse pessoal. Lançamos aqui estas questões, visto que nem Gabriel Pereira mereceu ainda um estudo académico sobre a sua vida e obra nesta área, nem o papel desempenhado pelos bibliotecários-mor foi ainda aprofundado e totalmente compreendido. Deve aqui destacar-se um artigo exclusivamente dedicado a Gabriel Pereira: NETO, Maria João Baptista, “Monumentos Nacionais através do lápis do distinto eborense Gabriel Pereira

O Questionário geral apresentado por Gabriel Pereira era acompanhado de uma circular onde se explicavam os objectivos a alcançar, bem como a elevada importância de se realizar o arrolamento dos monumentos nacionais, contribuindo-se para o aumento do conhecimento histórico e artístico, mas também, apresentando este assunto como uma questão de *brio nacional*., com o objectivo de *...respeitar os veneráveis monumentos antigas testemunhas dos feitos portugueses, e provas das phases de civilização que a nossa brilhante nacionalidade tem percorrido*<sup>17</sup>. Não esquecendo a *...influência moral do estudo dos monumentos nacionaes*<sup>18</sup>, ajudando à recuperação do país num momento de crise. Como vemos, o discurso mudara, impondo-se aqui um princípio patriótico como meio de justificação, alcançando os corações de todos, tendo em conta os alertas racionais para o perigo da perda eminente dos nossos monumentos lançados até então, sem muitos resultados práticos. De qualquer modo, apelava-se ainda para o aumento do seu valor económico, argumento sempre válido em todas as questões.

Na circular introdutória ao questionário paroquial, directamente dirigido aos párocos de cada localidade, ainda era mais notória esta mudança de discurso, apelando aos nobres sentimentos patrióticos desta classe.

*O amor da pátria, o brio natural que nos leva a amar a nossa terra, a nossa aldeia, a envaidecer nos das notabilidades da nossa localidade, se tornará mais intenso se soubermos apreciar os monumentos e os factos que se lhes relacionam; ao mesmo tempo o conhecimento do passado, dos trabalhos e dos factos das gerações que se succederam inspira virtudes austeras e impulsos generosos*<sup>19</sup>.

Esta transcrição alberga um conjunto de ideias essenciais para a compreensão dos objectivos da Comissão, aqui explicados de forma clara e linear tentando alcançar-se os responsáveis pelas intervenções realizadas nos templos portugueses ainda afectos ao culto<sup>20</sup>. Também não podemos deixar de destacar mais uma vez a ligação deste discurso ao de Ramalho e, especialmente, a sua integração na corrente nacionalista aprofundada no

---

(1849-1911)”, *Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, n.º 26, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Abril 2007 pp. 124-133.

<sup>17</sup> *Monumentos Nacionaes Portuguezes...*, p. 22.

<sup>18</sup> *Idem*.

<sup>19</sup> PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionaes II...*, p. 11.

<sup>20</sup> O aprofundamento deste assunto não deixaria de ser interessante, passando pela análise do processo de introdução de cadeiras específicas sobre este tema nos cursos dos seminários, para se começar a colmatar esta lacuna. Esta área de estudo também se encontra ainda muito pouco explorada, sendo apenas mencionada ao de leve nas teses referidas na introdução deste trabalho.

primeiro capítulo. O amor pela pátria e as suas tradições era mais uma vez explorado pelos intelectuais desta geração em prol da defesa dos monumentos nacionais.

Mas não foi só nas ideias que Gabriel Pereira introduziu inovações, o próprio método de abordagem do questionário foi muito diferente do da década de oitenta, apresentando um conjunto significativo de elementos, agrupados em categorias gerais, numa mistura de tipologias variando desde os próprios edifícios a elementos de carácter etnográfico ou de arte integrada móvel. As perguntas presentes no questionário procuravam a determinação do estilo e época de construção, tentando substituir-se a ida ao local através da sua resposta completa. De facto, quanto maior fosse o número de variáveis apresentadas, melhor se poderia caracterizar um edifício. No entanto, mais uma vez eram largamente extravasados os objectivos atribuíveis a um inventário desta natureza, incorrendo-se por áreas paralelas, relacionadas com as questões etnográficas referidas e com os hábitos regionais, através da recolha das tradições populares e costumes culturais praticados na zona, chegando a indagar-se se o baptismo seria realizado por imersão total ou parcial e qual o tipo de oferendas dadas nos casamentos, entre outras questões da mesma índole. As perguntas variavam num enorme leque de opções, desde a fundação, a implementação, a orientação, as intervenções e obras realizadas ao longo dos anos e sua datação, a existência de cartórios, de irmandades e confrarias, passando pela disposição espacial, descrição dos espaços, azulejos, pinturas murais e mesmo da frontaria, sendo dados alguns exemplos de elementos decorativos, para se confirmar a sua existência. Eram ainda referidos os cemitérios nas proximidades e a tumularia no interior. Para além destes aspectos mais relacionados com o edifício, indagava-se também o seu recheio, as peças existentes, como as imagens de devoção, a pintura, as alfaias de culto, o mobiliário, a relojoaria, a ourivesaria, os têxteis, chegando-se ao pormenor de se pedir a análise dos paramentos e jóias presentes nas imagens. Para além de todas estas questões, no final inquiria-se ainda o estado de conservação dos elementos mencionados<sup>21</sup>. No entanto, mesmo sendo estes inventários realizados por conhecedores do assunto, nunca se conseguiria atingir este grau de pormenorização, mostrando também aqui alguma fantasia nos objectivos pretendidos.

---

<sup>21</sup> Para Lúcia Rosas esta vastidão de objectos era um reflexo do pensamento dos membros da Comissão, especialmente Gabriel Pereira, Sousa Viterbo e Ramalho Ortigão, dedicados a vários tipos de produção artística na sua obra. ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios...*, p. 144. Este tipo de inventário, muito pormenorizado, pode ter paralelo com os anteriormente realizados nos conventos femininos pela Academia Real de Belas Artes e pelo Museu de Belas Artes, extravasando nessa altura os objectivos da Comissão dos Monumentos Nacionais alterados mais tarde com a instituição da Lei de 1901.

Provavelmente para se evitar o fiasco do questionário da RAACAP, chamava-se ainda a atenção para os pequenos edifícios, não se devendo limitar a resposta ao questionário aos maiores e mais sumptuosos, lembrando ser importante dar valor aos recantos mais escondidos do país, onde muitas vezes se verificaram feitos de extrema importância para a definição da nossa nacionalidade. Mais tarde Ramalho tornou-se um acérrimo defensor deste património menor, abraçando estas ideias e desenvolvendo-as na sua produção literária.

Quanto ao questionário relacionado com a parte militar, embora também extremamente pormenorizado no tocante aos elementos constituintes das fortificações ou outros materiais presentes nas proximidades, destacava-se o uso de exemplos ilustrativos, tornando-se mais fácil a identificação e descrição dos monumentos a inserir em cada categoria, numa metodologia de trabalho distinta da apresentada por Gabriel Pereira.

Mesmo tentando evitar a verificação posterior dos resultados obtidos, era impossível confiar-se nas informações recolhidas, devendo a confirmação final do valor de quase todos os elementos pelos vogais da Comissão ser inevitável. Terá sido esta tarefa hercúlea um dos factores impeditivos da prossecução destes trabalhos naquela época, misturado com a complicada aplicabilidade das questões indagadas ou a própria falta de operacionalidade da Comissão?

Nos anos posteriores a 1894, embora fosse mencionado amiudadamente, o problema da listagem dos monumentos portugueses ficou um pouco adormecido no meio das inúmeras incompatibilidades entre os vogais e apenas no início de 1897 se voltou a discutir este tema, referindo-se a necessidade de uma relação completa, de todos os edifícios ou conjuntos enquadráveis na categoria de monumentos nacionais.

A partir desta altura foram sugeridos nomes de monumentos por vários vogais, em todas as sessões. Tendo Ramalho Ortigão e Leite de Vasconcelos apresentado listas de monumentos a 19 de Fevereiro de 1897<sup>22</sup> que, muito provavelmente, em conjunto com as propostas de outros vogais, serviram de base para a enviada ao Ministério por Luciano Cordeiro alguns dias depois<sup>23</sup>. No mês seguinte, o nosso escritor voltou a propor mais

---

<sup>22</sup> Ramalho Ortigão propôs a adição dos seguintes elementos à lista: a igreja de Vilar de Frades em Barcelos, a igreja de S. Marcos em Coimbra, a igreja de S. Martinho de Candoso em Braga, a igreja matriz de S. Torcato e capela adjunta de Santa Catarina também em Braga, a capela do Arnozo, as ruínas do Paço dos marqueses de Vila Real, a igreja do extinto convento do Carmo na Vidigueira, onde se encontravam os ossos de Vasco da Gama, a igreja matriz de Viana do Alentejo, a igreja e ruínas do Convento de S. João de Tarouca e o convento e a igreja de Odivelas. Leite de Vasconcelos propôs o Castelo de Ucanha e a Igreja de Santa Maria de Salzedas. Ver propostas anexas à acta de 19 de Fevereiro de 1897.

<sup>23</sup> CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística..., p. 295.

edifícios, bem como a formação de subcomissões compostas por vogais responsáveis por vários grupos de monumentos, criando-se uma estrutura, um pouco tributária da proposta inicial da Comissão, mas agora organizada de um modo muito mais desenvolvido e composto, tendo em conta as várias necessidades previsíveis.

Comissão [sic] de Redacção

*Monumentos pre historicos, epigraphia e antiguidades romanas*

*Luciano Cordeiro*

*Leite de Vasconcellos*

*Monumentos da idade media, e da renascença e dos tempos modernos*

*Gabriel Pereira*

*Sousa Viterbo*

*Ventura Terra*

*Monumentos de Architectura militar*

~~*General Valladas*~~

~~*Alfredo*~~ *Fernando Larcher*

*Abel Botelho*

*Redacção de actas, communicações e expediente*

*Julio Mardel*

*Zacharias Aça*

*Direcção dos trabalhos de desenho e de photographia*

*General Valladas*

*Pedro Folque*

*Manoel de Macedo*

*Commisão de revisão da legislação relativa a protecção dos monumentos*

*Conde de Bretiandos*

*Fernando Larcher*

*Leite de Vasconcellos*

=====

*Visconde de Mangualde*<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> O último nome foi acrescentado por outra pessoa, provavelmente Júlio Mardel. Nesta ocasião foram propostos a Igreja da Graça em Santarém e o Mosteiro de Cette, agora acompanhadas de uma breve descrição e de uma nota sobre quem estava encarregue da sua conservação. Ver propostas anexas à acta de 20 de Março de 1897. ANBA, 3-C-SEC.257, *Actas das Sessões, Anos 1893-1898*. Este documento



É interessante reparar no facto do escritor se excluir a si próprio destes conjuntos.

Nas pesquisas efectuadas encontraram-se mais listas suas de edifícios a classificar em vários locais comprovando mais uma vez a sua dedicação a este assunto. O documento mais interessante, deste ponto de vista, foi apresentado um pouco mais tarde, já como presidente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais provavelmente em resultado das recolhas realizadas nesta altura<sup>25</sup>.

### **De novo a Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses em defesa dos monumentos nacionais**

Dada a incapacidade de afirmação da Comissão dos Monumentos Nacionais, a RAACAP avançou com uma proposta para a resolução do problema da falta de um inventário artístico nacional. Contando um trabalho de mais vinte anos, com a presença de elementos provenientes de vários meios, a sua influência superior em relação ao pequeno grupo da Comissão e uma rede de contactos estabelecida por todo o país, permitindo-lhe o acesso à informação de uma forma muito mais rápida, no final de 1897, a RAACAP lançou um novo questionário visando a concretização destes trabalhos, sobrepondo-se claramente às atribuições da Comissão do Ministério.

Pela análise das actas publicadas no seu *Boletim* foi Rosendo Carvalheira, architecto das Obras Públicas, posteriormente vogal do Conselho dos Monumentos Nacionais, quem iniciou o tema nas sessões da RAACAP, defendendo ser escandalosa a falta de resultados das entidades estatais responsáveis pelo restauro dos Monumentos<sup>26</sup>. As intervenções continuavam a não ter critérios, sem estudos prévios e sem seguir o caminho do grande teorizador da área, Viollet-Le-Duc, tornando necessária uma tomada de posição pela RAACAP, numa missão por si assumida desde a sua fundação e para a qual tinha vindo a contribuir ao longo dos anos.

---

encontra-se reproduzido no volume dos anexos de: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” *artística...*, p. 348.

<sup>25</sup> Nos cadernos do Espólio da BNP encontram-se várias listagens de monumentos, normalmente referentes a uma determinada região. No nosso anexo documental reproduzimos um caderno exclusivamente dedicado a este assunto que analisaremos em seguida. Ver Anexo 1 – Documentação, Documento 8.

<sup>26</sup> Este discurso surgia em consequência de uma visita realizada por Rosendo Carvalheira ao norte do país, onde se deparara com o estado de ruína, abandono ou má política de intervenção dos monumentos. Um pouco ao sabor local, caiavam-se integralmente as fachadas, cobrindo-se os motivos decorativos originais, por todo o país, num discurso sem grande novidade já amplamente conhecido desde os tempos de Alexandre Herculano.

*Pergunta o que fazem as corporações officiaes, a quem é incumbido velar pela conservação de todos os monumentos que pela sua construcção ou pelas tradições que representam lhes deviam merecer toda a solícitude e attenção? Porque deixam que se considere perfeitamente nulla a sua existência em face de tantos attentados contra venerandas preciosidades artísticas que possuímos?*<sup>27</sup>

A nível europeu a conservação e protecção dos monumentos era um dever patriótico, ficando os estrangeiros de visita ao nosso país escandalizados com o aspecto dos nossos monumentos, apelidando-nos por *barbaros do ocidente*. O povo português tinha o dever de proteger o seu património e isso começaria com a tomada de consciencialização, alcançável através de uma representação colectiva, envolvendo as diversas entidades relacionadas com esse assunto, à frente da qual se apresentaria a RAACAP, com larga tradição de trabalho nesta área. Para se alcançar este objectivo era necessário o estabelecimento de critérios de intervenção, contrariando a corrente geral das obras sem qualquer orientação metodológica e conscienciosa, onde muitas vezes os restauros efectuados eram eles próprios actos de vandalismo, apelando a uma *...cruzada santa de respeito pelos nossos gloriosos padrões*.

Esta ideia não era nova, amplamente tributária das reflexões publicadas no ano anterior por Ramalho no seu *O Culto da Arte em Portugal*, onde chamara exactamente a atenção para estes aspectos, criticando a Comissão dos Monumentos Nacionais por esta ineficiência quase total. Seria esta iniciativa uma resposta ao apelo lançado pelo nosso escritor?

Face a esta proposta foi Sousa Viterbo, membro das duas instituições, quem propôs a elaboração de uma circular a enviar a diversas entidades<sup>28</sup>. Não nos podemos esquecer também da sua participação na Comissão formada em 1890 no Ministério da Instrução Pública e Belas Artes, onde fora aconselhada a inventariação dos monumentos para se poder prover à sua protecção. O erudito vinha mais uma vez tentar pôr em prática os ditames então lançados.

Apesar da aparente boa recepção geral desta ideia, este ataque à Comissão dos Monumentos Nacionais não foi muito bem aceite dentro da própria RAACAP,

<sup>27</sup> Sessão de 24 de Outubro de 1897 da RAACAP, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 3.<sup>a</sup> Série, Tomo VII, n.º 12, 1897, pp. 179-180.

<sup>28</sup> Sessão de 31 de Outubro da RAACAP, *Boletim...*, p. 181. Esta proposta foi transcrita na íntegra na acta seguinte de 7 de Novembro do mesmo ano, *Boletim...*, pp. 183-184.

defendendo o seu presidente, nesta altura o Visconde de S. Januário, que os trabalhos se deveriam realizar em acordo com esta e não contra ela. Mesmo assim, optou-se por se avançar, entregando-se posteriormente ao Governo os resultados obtidos, ficando nas suas mãos a escolha do destino mais correcto para a resolução do problema. Esta opinião foi também apoiada por Sousa Viterbo, apesar da sua discórdia com alguns pontos do discurso do arquitecto, chegando mesmo a apresentar sugestões para a alteração de frases inseridas na Circular, apresentada na sessão seguinte.

Nesta discussão voltavam a levantar-se as velhas questões entre as duas vertentes do restauro. O erudito atacava o arquitecto no aspecto concernente ao restauro estilístico seguido por Viollet-Le-Duc, defendendo a Conservação como elemento motor de uma intervenção. Os diversos elementos presentes num monumento deviam ser mantidos, respeitando-se as suas transformações ao longo dos tempos, não caindo no erro de se tentar reinterpretar o pensamento original do seu criador. Por seu lado, Rosendo Carvalheiro retorquia, insistindo mais uma vez na sua visão restauradora da feição original do edifício<sup>29</sup>. Esta discussão reflectia a querela entre os eruditos e os homens práticos no concernente aos critérios de intervenção a adoptar, sendo, segundo Lúcia Rosas, os primeiros a favor da conservação, enquanto os arquitectos defendiam o restauro como modo de intervir nos monumentos.

Haveria aqui alguma influência de Gabriel Pereira como sócio da RAACAP, face à ineficiência das suas iniciativas no seio da Comissão? Não encontramos referências específicas a este aspecto, no entanto, não podemos deixar de realçar de novo esta relação paralela entre as duas instituições. A publicação realizada no ano seguinte no *Boletim* desta instituição dos seus questionários efectuados para a Comissão dos Monumentos Nacionais, pode ter alguma relação com esta nova atitude de sobreposição de competências.

Como meio de divulgação da circular e dos questionários, foi escolhida a Imprensa periódica. Esta interessante iniciativa permitiria a transmissão da mensagem a um maior número de pessoas, dando uma maior amplitude ao problema, até então limitado às estâncias directamente responsáveis pelo Património e obtendo-se uma corrente de opinião pública que poderia influenciar uma mudança de comportamento generalizada. Apelava-se à colaboração de todos de modo apartidário, não só em nome da Arte, mas

---

<sup>29</sup> Idem.

também do patriotismo e do desenvolvimento da Ciência, dando assim um meio justificativo à *...sacrosanta cruzada...* iniciada.

Era necessário recuperar a grandeza dos tempos anteriores, onde Portugal fora reconhecidamente uma grande potência, invertendo-se o desleixo e esquecimento votados a esses padrões de memórias gloriosas, para as outras nações nos deixarem de ver como *...indignos de sermos os depositarios d'esses venerandos padrões de inegualável ousadia, crença e arte*<sup>30</sup>. Era necessária a união de todos por um objectivo comum, com nobres fins e o início do processo de inventariação e valorização do património português, como marca da sua antiga grandeza e identidade, numa afirmação patriótica até então sem precedentes.

Em resposta a este apelo chegaram muitas missivas à RAACAP, algumas das quais reproduzidas no seu *Boletim*, de dimensão e qualidades variadas<sup>31</sup>. Talvez este facto se explique pelo impacto do livro de Ramalho, cuja divulgação contribuía para o despertar das atenções para todos estes aspectos.

Mais uma vez se verificava o facto de, para a maioria das pessoas, um monumento ter de estar a par dos grandes padrões da História portuguesa, tais como os Mosteiros dos Jerónimos ou da Batalha, desvalorizando-se os edifícios de menores dimensões, por não se enquadrarem tipologicamente nos grandes estilos artísticos europeus, deixando esquecida a sua importância no desenrolar da História do país<sup>32</sup>. A constante destruição descrita nos inúmeros documentos existentes nestas Comissões e nas publicações também era um reflexo deste aspecto, sobre o qual Ramalho tinha vindo dar a sua versão em 1896.

---

<sup>30</sup> Idem p. 5.

<sup>31</sup> “Extracto dos officios enviados á Commissão que a Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes encarregou de redigir a representação ao Governo acerca dos monumentos nacionaes”, *Boletim...* 3.<sup>a</sup> série, Tomo VIII, n.<sup>os</sup> 1 e 2, 3 e 4, 5 e 6, 1898, pp. 32, 60-64, 92-96 (respectivamente). Embora se mantivessem algumas declarações de inexistência de monumentos em determinados pontos do país, noutras cartas encontramos a descrição pormenorizada de determinados edifícios e em alguns casos o seu enquadramento histórico. Aparece também louvado quem tivesse feito alguma coisa em prol da defesa de monumentos. Curiosamente, havia algumas referências a vogais da Comissão dos Monumentos Nacionais, entre os quais estava Ramalho Ortigão, provavelmente como meio de confirmar a importância de determinados edifícios aos quais se tivessem referido anteriormente. Como tinha sido pedido na Circular, era descrito o estado de conservação dos edifícios de modo extremamente sumário, sendo por vezes sugeridas novas utilizações para os espaços. No entanto, o carácter generalista não deve ter trazido muitas informações novas à RAACAP em relação aos trabalhos realizados entre 1880 e 1882.

<sup>32</sup> Para além destes aspectos é necessário ter em conta o reduzido grau de escolaridade do povo português no final do século passado. O sentimento de nacionalidade e dos seus valores constituintes são nos ensinados principalmente nas escolas, onde se recebe uma base de conhecimentos para a nossa identificação colectiva, como habitantes de um determinado limite geográfico que um conjunto de factos históricos uniu numa nação comum. MATTOSO, José, *A Identidade Nacional*, cadernos democráticos 1, 4.<sup>a</sup> edição, Fundação Mário Soares, Gradiva – Publicações, S.A., Lisboa, 2008.

Como proposto inicialmente pela RAACAP, estas respostas foram partilhadas com o Conselho e devem ter contribuído para o arrolamento realizado na década seguinte<sup>33</sup>.

### **As propostas apresentadas por Ramalho Ortigão**

Com a instituição do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais e o início dos seus trabalhos em 1900, este tipo de conflitos e sobreposições acabaram por se amenizar, sendo uma das primeiras propostas apresentadas por Ramalho Ortigão a continuação do desenvolvimento deste trabalho de classificação dos monumentos. Terá o seu poder no novo cargo influenciado a importância dada a este assunto?

As ideias gerais desta proposta encontram-se manuscritas pelo próprio Ramalho num documento por nós encontrado no Espólio da BNP, até então misturado com outro texto sem qualquer relação, nem de assunto, nem de data<sup>34</sup>. Pensamos por isso ser esta a sua primeira referência pública. O seu interesse é da máxima relevância para o assunto em estudo por constituir uma base de trabalho bastante desenvolvida para se encetarem os trabalhos de arrolamento dos monumentos portugueses, tendo muito provavelmente servido de rascunho para a proposta apresentada nessa sessão. Pelas palavras do próprio autor, esta seria uma minuta de uma circular a enviar a todos os sócios, onde se daria conhecimento das resoluções tomadas, seus fundamentos, bem como de uma listagem efectuada por si com a colaboração de Joaquim Leite de Vasconcelos e Gabriel Pereira<sup>35</sup>. Esta relação serviria de base ao desenvolvimento dos trabalhos para o apuramento dos monumentos existentes no país, com a colaboração de todos os vogais do Conselho Superior, tanto os efectivos como os correspondentes.

Neste texto frisava-se mais uma vez a importância e função do monumento já enaltecida pelo escritor no seu discurso de tomada de posse.

<sup>33</sup> *Tudo o que esta Afsociação pofsa prestar de serviço util a esta cruzada, em que tão intima e sinceramente se empenha, o põe incondicionalmente ao dispor da / Commifsão, a quem V.Ex.<sup>a</sup> se digne confiar efse honroso e patriotico encargo, provando afsim esta Afsociação que os seus intuitos, ao iniciar a campanha de protecção aos monumentos nacionaes, se orientavam exclusivamente nos interefses geraes da arte e tradições do paiz, e não pelos restrictos e absorventes interefses d'uma collectividade.* Carta assinada pela Mesa da Assembleia Geral, constituída pelo Conde de S. Januário, Gabriel Pereira e Eduardo Augusto da Rocha Dias, datada de 23 de Setembro de 1899. É ainda chamada a atenção do Ministro para alguns casos mais problemáticos e para a urgência da actuação do Governo para a sua protecção e salvamento. O exemplar existente na Academia foi uma cópia entregue ao Conselho por ordem do Ministro a 20 de Junho de 1900. ANBA, 3-D-SEC.241, Lisboa.

<sup>34</sup> BNP, Espólio de Ramalho Ortigão, E19/6A, “Esboço de um arrolamento geral de todos os monumentos - sd - 7 f”, [1900]. Ver Anexo 1 - Documentação, Documento 7.

<sup>35</sup> *...Tal foi a proposta que approvou o Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes em sessão de 1 e em virtude de cujas disposições eu tenho a honra de enviar a cada um dos seus vogaes e delegados do Conselho a primeira emissão dos apontamentos destinados a servir de inicio ao Inventario...* Idem.

*Os monumentos são as provas irrefutáveis d'essa historia escripta, que umas vezes concorre com elles e outras vezes d'elles se deriva, descrevendo-os, explicando-os, pondo em evidencia a estreita correlação evolutiva existente entre o organismo humano que se chama a sociedade e o organismo de pedra que é o mosteiro, a Cattedral, o Casttelo ou o palacio.*

Poderemos também considerar este documento como uma afirmação de princípios e directrizes a ser seguidas pelo novo Conselho Superior, começando, mais uma vez, os propósitos pretendidos a extravasar um pouco os definidos inicialmente para esta instituição. Ramalho pensava ser necessário recolher todos os documentos de séculos passados, descritores da vida do povo português, dos seus usos e dos seus costumes, provavelmente com o objectivo de realizar uma História global, composta não só pela documentação e pelo testemunho dos monumentos existentes, mas também por uma recolha dos elementos componentes da “Tradição”, numa visão sociocultural que ultrapassava a História baseada apenas em factos. No entanto, na prática, dada a enormidade desse conjunto de projectos, o nosso escritor cingia-se à procura da genealogia dos monumentos.

Esta proposta alargada surgia sequênciada da anteriormente defendida recolha das fontes populares e das tradições, enquadrada nos movimentos nacionalistas da última década do século XIX, pautados pela busca desenfreada da verdadeira essência do povo português. Como vimos, esta ideia de levantamento total fora anteriormente também aplicada por Gabriel Pereira, na elaboração dos seus questionários apresentados em 1894.

A proximidade entre estes dois homens também se verificou na elaboração conjunta da hipotética listagem já referida, sendo a sua influência mútua uma constante nestes anos, não só a nível teórico, como no exemplo da teoria boitiana dada a conhecer por Gabriel Pereira e absorvida por Ramalho, mas também nos aspectos práticos do mesmo.

Esta visão global da História, da Pátria e do seu povo, bem como da sua evolução cultural, designada por Tradição, era também nessa mesma época frisada por Ramalho no primeiro número de uma nova revista referida anteriormente.

*A pátria não é um organismo exclusivamente político, como cuidam que imaginam as nossas secretarias de Estado. A pátria é também a terra e a tradição.*

*A terra ama-se por simples instinto, em virtude de leis naturais que prendem o affecto do homem aos lugares em que nasceu, assim como a raiz prende a árvore ao solo de que bebe a seiva.*

*O amor da tradição, esse, é um resultado educativo. Para amar a tradição é preciso conhecê-la, e é no fundo desse conhecimento que verdadeiramente reside a consciência da nacionalidade<sup>36</sup>.*

Voltamos a frisar a amplitude deste que ainda se encontra em construção nos nossos dias, sendo de sublinhar, mais uma vez, a importância da caracterização do país através de um conjunto de elementos originais e singulares, compostos por um conjunto de elementos costumes e tradições sobreponível, em muitos casos, às riquezas artísticas materiais, tendo como elemento primordial a própria língua e o seu variadíssimo vocabulário<sup>37</sup>, tão interessantes para o nosso escritor em toda a sua obra, publicada ou manuscrita.

Nesta proposta, Ramalho afirmava serem louváveis as várias iniciativas encetadas até então, faltando, no entanto, um inventário base para ser trabalhado e acrescentado, pois sem ele não se conseguiria criar uma lei de protecção dos Monumentos Nacionais, por se desconhecem os edifícios abrangidos por este estatuto e de quem eram as competências da sua conservação, dada a dispersão das suas tutelas por vários Ministérios e instituições. Devia existir apenas um Ministério de Belas Artes responsável por todos eles.

Mais uma vez Ramalho se “esquecia” dos trabalhos realizados anteriormente, em especial do inventário apresentado pela RAACAP em 1880 ao Ministério das Obras Públicas. Seria esta omissão propositada? Consideraria negativamente os trabalhos desta Comissão por serem assentes na classificação por graus de importância contradizendo a sua ideia de igualdade para todas as memórias do passado? Estas questões ficam em suspenso, não devendo este facto ser resultante de uma distração, num autor tão cuidadoso na redacção dos seus textos, como temos vindo a constatar.

Para se iniciar a colmatação desta lacuna, o nosso escritor apresentava um ...*Caderno de um touriste...*<sup>38</sup> pronto a ser transformado num conjunto de verbetes, originando uma listagem aberta a novas sugestões. Nestes verbetes seria inserida toda a informação

<sup>36</sup> Artigo retirado de *A Tradição*, publicado em ORTIGÃO, Ramalho, *Folhas Soltas 1865-1915*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.ª (Filhos), Lda, Lisboa, 1956, p. 249. Referimos este artigo no primeiro capítulo.

<sup>37</sup> Sobre este aspecto, veja-se: MARTINS, Guilherme D’Oliveira, *Portugal, Identidade e Diferença, Aventuras da Memória*, 2.ª ed., Gradiva, Lisboa, 2007.

<sup>38</sup> BNP, E19/6A.

recolhida sobre cada monumento, dando assim origem a um ... *verdadeiro tomo de inventario susceptível dos maximos aperfeiçoamentos, e que se desejasse atingir*<sup>39</sup>.

Posteriormente seriam analisados individualmente os diversos monumentos, sendo adicionado a cada verbete as suas características histórico-artísticas, bem como outros aspectos relevantes para a sua total caracterização. Estes elementos poderiam contribuir para o desenvolvimento de estudos mais aprofundados, dando lugar a monografias individuais enriquecedoras do conhecimento geral sobre os monumentos portugueses.

Não se pode secundarizar o carácter pedagógico ainda presente nesta proposta. Segundo o autor, o povo deveria conhecer mais profundamente os monumentos dignos de protecção, seguindo a linha anteriormente aprofundada em *O Culto da Arte em Portugal*. Ramalho vinha agora tentar concretizar as suas ideias, adaptando-as à realidade da inventariação dos monumentos nacionais, fossem estes imóveis ou móveis. Neste último caso, era dada uma crescente importância à sua manutenção no local de origem, muito valorizada pelas Comissões como vimos, opondo-se à sua descontextualização. Mais tarde, este conceito foi introduzido na Lei das Bases para a classificação dos monumentos nacionais de 1901.

Infelizmente, a suposta lista de monumentos efectuada por Ramalho com o apoio de Joaquim de Leite Vasconcelos e Gabriel Pereira, não se encontra nos arquivos da Academia Nacional de Belas Artes. No entanto, no Espólio da BNP existem dois documentos muito interessantes, o primeiro é um caderno onde Ramalho escreveu uma listagem de edifícios portugueses dignos do epíteto, o segundo é um ficheiro numerado com designações de monumentos, atribuído a Gabriel Pereira. Embora não nos pareça haver uma relação directa entre ambos os arrolamentos, sendo o segundo fruto de uma conjuntura posterior, já no seio do Conselho dos Monumentos Nacionais, julgamos não ser de descurar a existência de alguma continuidade em relação à lista apresentada pelos três vogais, dada a participação de Gabriel Pereira em ambas. Na falta do documento oficial, pensamos que a análise destas listas nos dará uma visão dos monumentos propostos na altura, tendo em conta as ideias subjacentes à sua concretização, bem como a sua influência nas listagens apresentadas posteriormente.

No caso do caderno manuscrito por Ramalho<sup>40</sup>, deverá realçar-se a predominância de edifícios posteriores à fundação da nacionalidade, com poucas excepções, como é o caso

---

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> A redacção deste caderno deve ter sido iniciada, muito provavelmente, no contexto das suas propostas referidas anteriormente, no entanto deve destacar-se o facto de alguns dos edifícios sugeridos a 19 de Fevereiro de 1897 não se encontrarem ali contemplados, como é o caso das ruínas do Paço dos Marqueses de Vila Real, a Capela do Arnoso e o Convento do Carmo na Vidigueira. Esta hipótese pode ser



da Sé de Lisboa, ao contrário da maioria das outras listas de monumentos propostas na época, onde eram sempre referidos monumentos de períodos históricos anteriores. Consideraria o escritor a identificação dos restantes monumentos fora das suas atribuições? Na introdução desta proposta referida, aparecia uma especificação geral dos monumentos a ter em conta.

*Esboço de um arrolamento geral de todos os monumentos, megatithicos, neolithicos, da antiguidade, da idade media, da renascença e dos tempos modernos, - compreendendo cavernas, ruínas, castellos, templos, muralhas, edificios religiosos, civis e militares, e bem assim todas as producções da arte prehistorica, protohistorica, antiga e moderna de que se encontrem documentos caracteristicos para a historia da nação, do povo e da raça sobre o solo de Portugal*<sup>41</sup>

Esta pluralidade excedia largamente os principais temas abordados até então pelo nosso escritor, cujas referências se limitavam ao conjunto reflectido neste seu caderno, denotando a colaboração ou o resultado de discussões tidos com os outros dois elementos do grupo de trabalho e mesmo a influência dos trabalhos da RAACAP e de outras iniciativas nesse âmbito referidas neste texto.

Na relação manuscrita neste caderno, existem mais de 120 entradas, variando os edifícios seleccionados entre igrejas, conventos, castelos, palácios, pontes, até às ruas antigas do Porto. Estes elementos arquitectónicos foram sendo referenciados individualmente, sendo o seu nome de identificação complementado com as principais datas, autores, fundadores, transcrições de lápides, obras de grandes dimensões ou restauros, histórias pitorescas ou lendas e bibliografia específica e, mais pontualmente, uma relação estilística entre edifícios, um pouco na senda da especificação defendida para a formulação das fichas de cada monumento.

Embora o nosso escritor justificasse a apresentação do seu trabalho na suposta falta de um inventário sobre o qual se pudesse trabalhar, a comparação com a lista de 1880 torna obvia a influência na concretização da sua proposta, encontrando-se ali grande parte dos monumentos de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> classes referentes àquele período temporal. Outra base de

---

comprovada pela existência de algumas datas que nos indicam a sua elaboração posterior a 1897, BNP, E19/148, *Caderno 70, Monumentos nacionaes, Descrição e classificação architectonica*, s.d. Deve notar-se a sua organização meticulosa, encontrando-se as páginas todas numeradas e um índice no fim. Ver Anexo 1 – Documentação, Documento 8.

<sup>41</sup> BNP, E19/6A.

trabalho deverá também ter sido a bibliografia publicada anteriormente por outros autores, como era sua prática.

Pela documentação analisada, estas propostas de Ramalho não tiveram qualquer consequência prática, não se verificando a evolução no processo de arrolamento dos monumentos nacionais no seio do Conselho Superior, sendo necessário esperar até ao dia 2 de Dezembro de 1902 para ser instituída uma Comissão composta por vogais do Conselho dos Monumentos Nacionais para o processo começar verdadeiramente a ser desenvolvido. Para a sua composição foram escolhidos Gabriel Pereira, Vieira da Silva, Mendes Guerreiro, Abel Botelho e Simões de Carvalho<sup>42</sup>, sendo posteriormente remodelada em 1905, para passar a ser integrada também por Câmara Manoel e Pinto da Veiga<sup>43</sup>, saindo os três primeiros. Ainda assim os trabalhos avançaram lentamente, ao sabor da disponibilidade dos seus membros, muito pautada também pela falta de recursos disponíveis como frisou no ano seguinte, Sousa Viterbo<sup>44</sup>.

Apenas no início de 1904, Gabriel Pereira apresentou um projecto para a classificação dos monumentos, dividindo-os nos seguintes grupos:

*Classificação dos Monumentos Nacionaes*

*(Conviria terminar a 1ª classificação em 1800)*

*I Monumentos megalithicos e prehistoricos – Dolmens ou antas, menhirs, mamunhas.*

*II Monumentos antigos – Romanos, suevos e arabes. Cippos. Castros. Citanias.*

*Columnas miliarias. Memorias epigraphicas. Cemiterios.*

*Thermas. Estatuas. Pontes e aquedutos.*

*III Monumentos da idade media, da renascença e modernos até 1800:-/*

<sup>42</sup> Sessão de 2 de Dezembro de 1902, ANBA, 3-D-SEC.259, *Con. Sup<sup>or</sup> dos M, Actas, 1900-190...*

<sup>43</sup> Sessão de 3 de Maio de 1905, ANBA, 3-D-SEC.259. Provavelmente com o intuito de colaboração para estes trabalhos, a 24 de Dezembro foi enviada uma circular a pedir a ajuda dos vogais correspondentes ...*a fim de obter a conservação do pouco que já nos resta do nosso património histórico-artístico*. Circular de 18 de Dezembro de 1902. O exemplar enviado a Joaquim de Vasconcelos, datado de 24 de Dezembro, encontra-se reproduzido em: LEANDRO, Sandra Maria Fonseca, *Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), Historiador, Crítico de Arte e Museólogo*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar fotocopiado, Lisboa, 2008, Volume II, Anexos e Apêndices, Doc. 11.

<sup>44</sup> Acrescentava ainda: *O Conselho dos Monumentos não é uma inutilidade aparatosa, antes tem sido uma instituição profícua, embora não tenha correspondido em absoluto ao que delle se podia e devia esperar*. Propunha também o início levantamento por Lisboa, dada a falta de verbas, dividindo-se a capital em seis zonas a ser distribuídas pelos vogais. Este artigo publicado no *Diário de Notícias* datado de 24 de Novembro de 1903 foi posteriormente reeditado pela sucessora da RAACAP juntamente com outros relacionados com as artes e os monumentos. VITERBO, Sousa, “Anotações artísticas e archeologicas – O Conselho dos Monumentos e o inventario artístico”, *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, Tomo XII, 5.ª Série, n.º 10, Typographia do Commercio, 1912, pp. 442-444.

a) <i>Monumentos religiosos</i> . . . . .	<p><i>Cathedraes</i>  <i>Egrejas</i>  <i>Capellas</i>  <i>Cruzeiros</i></p>
b) <i>Monumentos militares</i> . . . . .	<p><i>Castellos e fortalezas</i>  <i>Atalaias e torres</i>  <i>Marcos miliarios commemorativos</i>  <i>Padrões de batalhas</i>  <i>Inscripções</i></p>
c) <i>Monumentos civis</i> . . . . .	<p><i>Palacios reaes</i>  <i>Paços de concelho</i>  <i>Paços episcopaes</i>  <i>Mosteiros e conventos</i>  <i>Tumulos</i>  <i>Mizericordias e hospitaes</i>  <i>Aquedutos e pontes. Chafarizes</i>  <i>Arcos ou portas commemorativos</i>  <i>Monumentos levantados em praças publicas a benemeritos</i>  <i>Pelourinhos</i>  <i>Casas memoraveis particulares</i>  <i>Trechos architectonicos esparsos</i>  <i>Ediculas</i><sup>45</sup></p>

Pela leitura de um pequeno texto publicado em 1902, Gabriel Pereira baseava-se na legislação francesa, aprovada na lei de 30 de Março de 1887, e regulamentada a 3 de Janeiro de 1889, onde surgia uma divisão semelhante dos grupos de monumentos<sup>46</sup>.

<sup>45</sup> Sessão de 20 de Janeiro de 1904, ANBA, 3-D-SEC.259.

<sup>46</sup> I – *Monumentos megalithicos*; II – *Monumentos antigos*; III – *Monumentos da edade-média, do renascimento e modernos* PEREIRA, Gabriel, “Legislação para a conservação dos monumentos em diferentes paizes”, *Monumentos Nacionaes II...*, p. 22. Este texto foi repetido na Conferência de 1909, com algumas alterações. PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionaes – Conferencia, Realizada na Sala da Real Associação de Agricultores em 9 de Maio de 1909*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1909. Neste mesmo artigo eram referidas outras legislações da Dinamarca, do Império Austro-húngaro, de Itália e da Grécia. Esta

Esta ordenação estava bem distante da apresentada nos questionários de 1894, encontrando-se os grandes grupos temporais adaptados à realidade portuguesa e subdivididos segundo as suas tipologias construtivas.

Seguindo a influência francesa, apresentavam-se agora três grandes épocas, sendo a última subdividida tipologicamente, de acordo com a natureza e função do bem a inventariar, deixando de existir monumentos mais importantes e tornando muito mais fácil a contínua introdução de novos elementos. Seria seguida a linha ramalhiana ou este conceito era na altura já um lugar-comum?<sup>47</sup>. Nesse mesmo ano foi reeditada, a pedido da Comissão Executiva, a lista proposta pela Comissão de 1880, juntamente com um arrolamento de monumentos do município de Coimbra anteriormente editado no jornal *O Instituto*<sup>48</sup> que deveram ter servido de base para os seus trabalhos

A colecção de verbetes de Gabriel Pereira existente na BNP é muito subsidiária dos arrolamentos mais antigos, especialmente do efectuado pela RAACAP, levando-nos a crer ter sido realizada nesta altura<sup>49</sup>. Neste ficheiro existem 211 fichas maioritariamente numeradas, contendo apenas a designação de cada monumento, algumas das quais repetidas<sup>50</sup>. A ordenação por ordem alfabética de localidades não nos permite estabelecer um paralelo em relação às grandes divisões temporais propostas no questionário apresentado no âmbito dos trabalhos da Comissão dos Monumentos Nacionais, nem na nova divisão de 1904, limitando as conclusões quanto à metodologia seguida e à data da sua execução.

A maior abrangência de monumentos referidos torna esta listagem muito mais completa em relação à apresentada por Ramalho, sendo eliminados alguns elementos propostos pelo escritor, mas em geral seguindo os mesmos princípios classificadores no relativo à

recolha tinha sido realizada pela Comissão, encontrando-se alguns exemplares ainda na Academia Nacional de Belas Artes, mas também pela RAACAP, através da sua vasta rede de contactos.

<sup>47</sup> Na prática essa igualdade revela-se utópica, existindo sempre um conjunto privilegiado demarcado dos restantes, como se verifica nas relativamente recentes integrações de alguns dos nossos monumentos da Lista de Património Mundial da UNESCO, como são o caso do Mosteiro dos Jerónimos, da Batalha e de Alcobaça, do Convento de Cristo, da Torre de Belém, da paisagem cultural de Sintra e dos centros históricos de Évora, do Porto e de Guimarães.

<sup>48</sup> Igrejas de São Tiago e de S. Salvador, Sé Velha, mosteiro de Cellas, mosteiros de Santa Clara a Velha, Igreja de Santa Cruz, Palácio Sub Ripa, igreja de S. Domingos, pórtico do colégio de S. Tomás, templo do Colégio dos jesuítas, Colégio de S. Agostinho, Universidade, mosteiro de Santa Ana, Santa Clara a Nova, Seminário episcopal e igreja de S. Marcos. *Subsídios para a Classificação dos Monumentos Nacionais*, Conselho dos Monumentos Nacionais, Imprensa Nacional, Lisboa, 1904, pp. 23-24.

Como nas sessões gerais, o principal assunto debatido nas sessões da Comissão Executiva também foi a classificação dos monumentos nacionais.

<sup>49</sup> Jorge Custódio também é desta opinião. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” *artística...*, p. 428.

<sup>50</sup> BNP, Mss 222, n.º 3, Gabriel Pereira, *Monumentos Portugueses*. [fichas manuscritas e numeradas].

época trabalhada pelo primeiro. Da lista apresentada pela RAACAP, eram ignorados alguns casos pontuais, tais como a Sé Nova de Coimbra, e adicionados muitos outros, provavelmente conhecidos por Gabriel Pereira pessoalmente, especialmente no caso dos monumentos do primeiro grupo, ligados à pré-história, comprovando o facto de estas relações poderem ser muito facciosas variando consoante os conhecimentos do seu executor.

Tal como em 1880, deu-se relevância aos vários períodos históricos, desde a pré-história até aos tempos contemporâneos, integrando também muitos monumentos evocativos de personalidades históricas, como por exemplo a estátua de Luís de Camões, posteriormente excluída das listas posteriores. No entanto, encontramos uma clara influência destes verbetes na lista apresentada pela referida Comissão do Conselho dos Monumentos Nacionais em 1907<sup>51</sup>.

Para este novo resultado tinham contribuído as inúmeras propostas apresentadas nas sessões das Comissões e Conselhos ao longo dos anos, bem como os trabalhos desenvolvidos pela RAACAP, onde se focavam especialmente os pelourinhos e cruzeiros<sup>52</sup>.

Entretanto, já se havia começado a classificar alguns monumentos, como fora o caso do Castelo de Elvas, em 1906<sup>53</sup>, seguido, logo no início do ano seguinte, dos Mosteiros da Batalha e de Alcobaça, a Igreja de Santa Cruz de Coimbra, os Conventos de Mafra, dos Jerónimos e de Cristo em Tomar, a Basílica do Coração de Jesus, a Sé Velha de Coimbra, as Sés da Guarda, de Lisboa e de Évora, a Igreja do Carmo em Lisboa, a Torre de Belém e o Templo Romano de Évora<sup>54</sup>. Mais tarde a 27 de Agosto do ano seguinte, foi a vez do

<sup>51</sup> Os exemplares desta lista de monumentos apresentada em 1907 são muito raros, tendo sido recentemente encontrado um por Jorge Custódio, reproduzido na sua tese de Doutoramento: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística... Este autor estudou aprofundadamente o processo de arrolamento levado a cabo por estas instituições, bem como os diferentes contributos para a sua execução, pelo que remetemos para ali o aprofundamento destas questões, limitando-nos a analisar ao contributo de Ramalho Ortigão no processo, como já tivemos ocasião de referir.

<sup>52</sup> Representação de 30 de Dezembro de 1905, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.<sup>a</sup> Série, Tomo X, n.º 9, Lisboa, s.d. [1906], pp. 437-440.

<sup>53</sup> Decreto do dia 27 de Setembro de 1906. *Classificação dos Monumentos Nacionaes*, Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, Conselho dos Monumentos Nacionaes, Imprensa Nacional, Lisboa, 1909, p. 3.

<sup>54</sup> Fuschini justificava esta necessidade do seguinte modo: *Considerando que uma relação geral de todos os monumentos que possuímos importa um estudo circunstanciado, somando de muito tempo, e, convindo salvaguardar, desde já, alguns edificios que, pelo seu valor historico e artistico devem ser, sem a menor duvida, considerados monumentos de 1.<sup>a</sup> Classe...* Documento anexo à acta da sessão de 31 de Outubro de 1906, ANBA, 3-D-SEC.258. Sessão de 10 de Novembro de 1906, ANBA, 3-D-SEC.260. Ver também o documento enviado ao Ministério, datado de 8 de Novembro de 1906, onde se encontra transcrita uma parte da acta da Comissão de Classificação dos Monumentos referente a este assunto. ANBA, 3-C-SEC.247, *Correspondencia, Anos 1904-1910. Collecção de Legislação de 1907 relativa aos Serviços do Ministerio*

Castelo de Guimarães, salvaguardando-se as zonas pertencentes ao Ministério da Guerra<sup>55</sup>.

Ao analisarmos a lista dos monumentos classificados antes de 1910 tornam-se evidentes os seus critérios de selecção. Para além das óbvias características estilísticas e arquitectónicas, de extrema relevância no contexto da Arte nacional, era sobrevalorizada a representação histórica de cada elemento, ligado aos momentos-chaves da identificação da nacionalidade portuguesa e ao estabelecimento das fronteiras territoriais. Um edifício ou conjunto era considerado monumento nacional, por uma questão simbólica, superior à sua localização ou o seu valor material e artístico<sup>56</sup>, como temos tido ocasião de verificar ao longo deste trabalho. O caso do Castelo de Elvas, embora se pudesse enquadrar nesta valorização, estava especialmente relacionado com uma série de influências políticas que tinham determinado a sua classificação<sup>57</sup>.

---

*das Obras Publicas*, coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Vol XIV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1908, pp. 1-2.

<sup>55</sup> *Collecção de Legislação de 1908 relativa aos Serviços do Ministerio das Obras Publicas*, coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Vol XV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1909, p. 64.

<sup>56</sup> Numa das primeiras sessões do ano de 1907 (Sessão de 6 de Fevereiro de 1907, ANBA 3-D-SEC.258), encontram-se registos de um pedido do Ministério da Instrução Pública, para a indicação de vinte monumentos para serem fotografados, para serem entregues como prémio aos melhores alunos das escolas. Interessa-nos especialmente salientar os vinte monumentos escolhidos, obviamente os mais emblemáticos na época, como o Templo romano de Évora, os castelos de Guimarães e de Bragança, a Sé Velha de Coimbra e Sés da Guarda e de Viseu, Santa Cruz em Coimbra, os mosteiros de Alcobaça, Batalha e dos Jerónimos, as ruínas da igreja do Carmo em Lisboa, os conventos de Cristo em Tomar e de Mafra, os palácios de Sintra, Pena e Queluz, as torres dos Clérigos no Porto e de Belém em Lisboa, a estátua de D. José I na Praça do Comércio e Universidade de Coimbra. Curiosamente este conjunto esteve em grande parte representado na selecção realizada em 2007, cem anos depois, para a selecção das 7 Maravilhas de Portugal, provando uma continuidade de valores, agora acrescentada por novos factores, influenciados não pelos posteriores contributos da ideologia do Estado Novo e pelo enorme fenómeno do Turismo de massas, mas também por outras correntes operantes a nível internacional. O paralelo entre esta selecção e a mais recente foi por nós estudado anteriormente. Nesse artigo indicámos quais os novos elementos seleccionados: as ruínas de Conímbriga, o castelos do Marvão, Almourol, Óbidos e Monsaraz, a igreja de São Francisco do Porto, a fortaleza de Sagres, o Paço Ducal de Vila Viçosa, o palácio de Mateus, sendo excluídos o castelo de Bragança, a Sé Velha de Coimbra, as Sés da Guarda e de Viseu, Santa Cruz de Coimbra, o palácio de Sintra e estátua equestre de D. José I. ALVES, Alice Nogueira, “As Maravilhas de Portugal – Um século depois”, *Revista História*, n.º 99, Ano XXIX (III Série), Julho/Agosto 2007, pp. 44-49.

<sup>57</sup> Ao contrário do que seria esperável o primeiro monumento nacional a ser oficialmente classificado foi o Castelo de Elvas, em 1906. Este processo pode ser compreendido pela leitura do parecer do vogal correspondente da cidade, António Thomaz Pires, chamando a atenção para o estado de abandono do monumento. PIRES, A. Thomaz, *O Castello d’Elvas, Memoria apresentada á Ex.<sup>ma</sup> Comissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionaes, Estudos e Notas Elvenses*, vol IX, Editor, Antonio José Torres de Carvalho, Elvas, 1907. Com a chegada de um novo Governador, o General João Carlos Rodrigues da Costa, em 1904, a atenção dada a este monumento tinha aumentado. Mais atento aos seus problemas, começou a prover à sua manutenção, limpeza e remoção de entulhos, à colocação de um guarda permanente e, mais importante, propôs à Câmara Municipal de Elvas pedir às instâncias superiores a sua classificação como Monumento Nacional que, ainda nesse ano, enviou uma representação ao Rei, onde pediu a classificação desse elemento. Esta iniciativa partia da obrigação em zelar pelos seus monumentos, como elementos identificadores, não só da História da cidade, mas também da independência do país, pedindo a passagem da tutela do conjunto para o Ministério das obras Públicas. Este General foi uma figura influente, membro

A concretização destas propostas parece ter dado um novo impulso ao processo de classificação geral dos monumentos. A 16 de Janeiro de 1907 convocou-se uma sessão geral para a discussão das propostas da Comissão instituída para esse fim, posteriormente publicadas sob a forma de arrolamento para ser enviada a todos os vogais. Apesar de se encontrarem poucos registos da presença de Ramalho Ortigão nas sessões do Conselho a partir de 1906, nessa sessão enviou uma lista de “pequenos” monumentos merecedores de serem classificados<sup>58</sup>, proposta esta publicada apenas três dias depois no *Diário de Notícias*<sup>59</sup>.

Neste artigo, Ramalho retomava a sua ideia da defesa do carácter regionalista da Arte, reflectido nos monumentos das províncias, aos quais se dava pouco valor por não se enquadrarem nas correntes artísticas internacionais. Os grandes monumentos estavam protegidos por si próprios, pela sua monumentalidade e poder evocativos dos grandes episódios da História, desprezando obviamente a problemática dos maus restauros anteriormente por si tão sublinhada em *O Culto da Arte em Portugal*. O objectivo da sua mensagem era agora distinto. Os grandes monumentos não corriam o risco de ser demolidos para se construir uma avenida como acontecia aos pequenos, merecedores de medidas efectivas para a sua protecção contra esta desventura: a destruição realizada pelos homens em prol do progresso, perfeitamente adaptável às realidades pré-existentes. Encontravam-se neste texto as marcas da desilusão sofrida com o insucesso do seu parecer sobre o Convento das Carmelitas de Aveiro, parcialmente demolido poucos anos antes, sendo necessário precaver este tipo de situações, o escritor considerava a classificação como um meio de protecção efectivo, a partir do qual, os monumentos estariam automaticamente fora do alcance destas destruições bárbaras.

A originalidade artística regional dos pequenos monumentos mostrava a evolução de um povo, a verdadeira essência da sua nacionalidade, construídos com um objectivo comum da criação de memórias. Estas ideias não eram novas, tinham sido desenvolvidas no seu

---

do partido regenerador e deputado por duas vezes. A sua participação na organização dos centenários de Camões e no da Índia em 1898, podem eventualmente explicar a sua consciência face à protecção dos monumentos, bem como a sua influência para a concretização dos seus objectivos no caso concreto do castelo de Elvas. PIRES, A. Thomaz, *O Castello d'Elvas...* pp. 28-29. Para se aprofundar mais este assunto aconselha-se a leitura de CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística..., p. 447 e seg.

<sup>58</sup>Sessão de 16 de Janeiro de 1907, ANBA 3-D-SEC.258.

<sup>59</sup>*Diário de Notícias*, 19 de Janeiro de 1907. Pelo interesse optámos por reproduzir este texto. Ver Anexo 2 – Artigos publicados na imprensa periódica, Artigo 3.

parecer sobre a reconstrução do Mosteiro dos Jerónimos<sup>60</sup>, mas surgiam agora contextualizadas a estes casos concretos.

*Convem advertir ainda que a missão do Conselho dos Monumentos Nacionais é proteger e defender dos estragos calamitosos do tempo, das destructivas injurias a desgovernada estupidez do homem, para bem da compreensão histórica do nosso passado, da civilização da nossa raça e da religião da nacionalidade a que pertencemos, os harmoniosos vestígios d'amor, de poesia e d'arte, com que os antepassados tão liberalmente enobreceram o solo da nossa patria<sup>61</sup>.*

A sua linha saudosista da defesa do património, como elemento chave para a identificação da nacionalidade portuguesa mantinha-se, mas agora sem a feição pedagógica e acompanhada por um conjunto de lamentos reflectindo as desilusões dos últimos anos nesta área, causados ao ver os seus pareceres e iniciativas ignorados ou colocados acintosamente de lado, em prol de objectivos com os quais não concordava, por acreditar existirem soluções mais respeitadoras para com os monumentos nacionais, símbolos da História e da Tradição nacional.

Na comparação entre os monumentos referidos no caderno da BNP e a lista agora publicada, encontramos uma grande correspondência de edifícios. De facto, Trinta e três dos quarenta e oito propostos em 1907 estavam presentes na primeira, levando a crer que, após a realização de uma análise aprofundada da lista apresentada pela Comissão, Ramalho propunha a adição dos elementos em falta. Os quinze novos elementos resultariam de pesquisas e viagens realizadas entretanto<sup>62</sup>.

Apenas em Janeiro do ano seguinte se voltou a discutir a proposta apresentada pela Comissão para a classificação de monumentos, acabando por ser aprovada como ponto de partida para os trabalhos na sessão seguinte, apesar da opinião de Fuschini contra o seu

---

<sup>60</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *A Conclusão do Edifício dos Jeronymos – Parecer da Comissão aprovado em sessão de 23 de Junho de 1897*, Comissão Nacional dos Monumentos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1897.

<sup>61</sup> *Diário de Notícias*, 19 de Janeiro de 1907.

<sup>62</sup> Tendo em conta as nossas deduções temporais referidas anteriormente. Entre estes elementos encontram-se: o convento de S. Francisco em Serpa, a igreja de São Salvador em Arnoso (proposta por si em 1897), o mosteiro de Pombreira, o mosteiro de Arouca, a ermida de Santo Amaro em Lisboa, o convento e igreja de Varatojo, a ermida de S. Jorge em Aljubarrota, a igreja de S. Quinino em Sobral do Monte Agraço, a Torre de Quintela em Vila Marim, a igreja de Santa Maria do Castelo em Abrantes, a igreja matriz de Nossa Senhora dos Anjos em Montemor-o-Velho, o Claustro de Chelas, o convento de S. Domingos e a igreja de Santa Ana, estes últimos três em Coimbra.



tamanho exagerado, dificultando a futura protecção de todos os elementos ali incluídos<sup>63</sup>. A análise e correcção da lista proposta foram então encetadas através da sua discussão nas sessões e pelo contributo dos vogais correspondentes<sup>64</sup>.

A publicação desta proposta deu azo a algumas críticas, como foi o caso da publicada por Sousa Viterbo no *Boletim* da RAACAP, pouco tempo depois<sup>65</sup>. Desta vez a sua opinião virava-se contra o Conselho dos Monumentos Nacionais. Mesmo tendo em conta a dificuldade da recolha de informação ali existente, lançava um apelo para não se considerar este documento como definitivo, sendo necessária a sua abertura a novas adições posteriores, evitando-se assim o esquecimento de tantos elementos relevantes à memória nacional. Para este autor a divulgação deste arrolamento pelo país era essencial, com especial incidência nas escolas, as fontes do saber, onde paralelamente ao ensino das letras, se deveria ensinar a História do país: *É preciso ensinar o povo a lêr nos monumentos, como se lesse numa Cartilha Nacional*.<sup>66</sup>

Nas referidas conferências de Gabriel Pereira, proferidas em 1909, não se fizera especial menção a esta lista ou à sua publicação. Verificámos o seu afastamento em 1905 da Comissão responsável pela apresentação da lista de monumentos a ser classificada e a leitura destes textos vinha, mais uma vez, trazer para a discussão os elementos não inseridos nestes arrolamentos, como era o caso dos objectos móveis, intrinsecamente incluídos na sua definição de monumento nacional.

*Monumentos nacionaes, historicos, patrios, artisticos, são os edificios e os objectos que nos commemoram feitos, acções, o gosto e as crenças do que passou*<sup>67</sup>,

Estes objectos também deveriam ser salvaguardados, como *...fragmentos históricos e artísticos que devemos transmittir aos vindouros, para que elles nos não chamem vandalos*<sup>68</sup>. Gabriel Pereira recordava a importância deste conjunto, assumidamente negligenciado pelo Conselho, e na relevância da sua classificação com carácter igual à

<sup>63</sup> Sessão de 29 de Fevereiro de 1908 (2.ª acta com esta data), ANBA, 3-D-SEC.258.

<sup>64</sup> Nestas contribuições encontrou-se também incluída uma listagem de casas onde tivessem vivido personalidades ilustres para a História portuguesa, apresentada pela RAACAP. Sessão de 6 de Fevereiro de 1907, ANBA 3-D-SEC.258. *Boletim da Real...*, 4.ª Série, Tomo XI, n.º 2, Abril a Junho de 1907, pp. 73-83.

<sup>65</sup> VITERBO, Sousa, “A Classificação dos Monumentos Nacionaes”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.ª série, Tomo XI, n.º 5, Typ. da Casa da Moeda e Papel Sellado, Lisboa, 1908, pp. 321-322.

<sup>66</sup> Idem p. 322.

<sup>67</sup> PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionaes – Conferencia...* p. 5.

<sup>68</sup> Idem, p. 31.

atribuída aos edifícios e conjuntos. Seria esta uma afirmação contra a instituição por si presidida? Encontraremos aqui o mesmo desconsolo de Ramalho quanto à fraca capacidade das Comissões e Conselhos Nacionais? Não vimos documentação doutrinária por parte deste homem como a existente do seu antecessor, mas a frustração quanto à falta de poder destas instituições tornava-se óbvia.

No mesmo ano em que o presidente se lamentava publicamente, era finalmente impresso o resultado final das discussões<sup>69</sup>. A classificação seguia o plano geral apresentado por Gabriel Pereira em 1904, sendo realizada uma divisão por três grandes épocas históricas: os Monumentos Pré-históricos, os Lusitanos e Lusitano-romanos, e os Medievais, do Renascimento e Modernos. Era também seguida uma ordenação segundo o carácter do género, caracterizado pela sua natureza ou qualidade, podendo os monumentos ser considerados religiosos, militares ou civis, e pelo seu carácter de espécie, ou seja, a sua função.

Para Ana Martins, esta classificação baseada em critérios essencialmente cronológicos, secundarizando a forma, o estilo e a funcionalidade vinha abrir caminho a muitas confusões, podendo os conjuntos ser encarados de formas diferentes, consoante as abordagens realizadas, fossem estas históricas, arqueológicas ou artísticas<sup>70</sup>.

Pela comparação entre esta lista e a apresentada por Ramalho em 1907, mais uma vez, constatamos o facto de a sua opinião ter sido desconsiderada, pela exclusão dos monumentos por si propostos. A partir de então não encontramos mais referências relevantes a Ramalho nos trabalhos do Conselho dos Monumentos Nacionais, demonstrando o seu desinteresse por esta instituição. A improficuidade dos seus pareceres leva-nos a concluir a importância do seu papel a nível teórico, mas sem grande aplicação prática no modo de se encarar e intervir nos monumentos nacionais. No concernente ao arrolamento dos monumentos, apesar das suas constantes chamadas de atenção para o assunto e da apresentação das propostas analisadas, parece-nos não ter havido grande ligação prática à lista de 1909, classificada legalmente em Junho do ano seguinte.

---

<sup>69</sup> No fim da publicação vêm discriminadas as sessões onde foi discutido o assunto: 31 de Janeiro, 17 e 29 de Fevereiro, 16 de Março, 1 de Abril, 15 de Maio, 9 e 15 de Junho, 7 e 15 de Julho de 1908. *Classificação dos Monumentos Nacionaes*, Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, Conselho dos Monumentos Nacionaes, Imprensa Nacional, Lisboa, 1909.

<sup>70</sup> MARTINS, Ana Cristina Nunes, *A Associação dos Arqueólogos...*, p. 239.

## O culminar do processo de arrolamento dos monumentos nacionais

No início de 1910 encontramos as primeiras referências à ineficácia dos objectivos pretendidos relativamente à classificação dos monumentos. Considerava-se então necessária a identificação dos edifícios considerados monumentos com uma lápide, para se saber facilmente quais estavam abrangidos por um regime especial de protecção, obviando-se todo o tipo de situações nefastas no futuro, tal como fora anteriormente proposto por Ramalho<sup>71</sup>.

Entretanto continuavam a surgir sugestões para aumentar a lista, tanto de vogais do Conselho como de outras entidades que enviavam documentos a chamar a atenção para determinado elemento, muitos dos quais já incluídos na proposta anteriormente apresentada. Em Maio de 1910, foi sugerido pelo vogal Simões de Carvalho a apresentação da lista à aprovação do Governo<sup>72</sup>, oficializando-se desse modo o trabalho de tantos anos, do que resultou a o Decreto de 16 de Junho de 1910, publicado poucos dias depois no *Diário do Governo*<sup>73</sup>. Terminava assim um longo processo marcado por tantas atribuições, como vimos ao logo deste capítulo.

Por uma questão de curiosidade vejamos apenas os resultados finais destes trabalhos de arrolamento dos monumentos nacionais:

A análise da listagem publicada permite-nos sintetizar da seguinte maneira a divisão então apresentada: o primeiro grupo temporal, dos monumentos pré-históricos, (maioritariamente Antas), o segundo, dos Monumentos Lusitanos e Lusitano-Romanos, (dividido em castros, entrincheiramentos como a Casa do Viriato em Viseu, povoações, marcos milenários, pontes, o Castelo de Valongo e o grande Templo Romano de Évora, arcos, fontes, estatuas, inscrições e ruínas), e o último grupo, composto pelos Monumentos Medievais, do Renascimento e Modernos, era subdividido em três grandes subgrupos, os monumentos religiosos (catedrais, mosteiros, basílicas, igrejas, capelas, cruzeiros, túmulos e sepulturas), os Monumentos Militares (castelos, torres e padrões) e, por fim, os Monumentos Cívicos (paços reais, municipais, episcopais e os das Universidades, os palácios particulares e casas memoráveis, as misericórdias e hospitais, os aquedutos, os chafarizes e fontes, as pontes, os arcos e padrões comemorativos, os

<sup>71</sup> Sessão de 10 de Fevereiro de 1910, ANBA 3-D-SEC.258.

<sup>72</sup> Sessão de 4 de Maio de 1910, ANBA 3-D-SEC.258.

<sup>73</sup> *Collecção de Legislação de 1910 relativa ao Ministério do Fomento*, dir. Gaspar Candido da Graça Correia Fino, Vol. XVII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1911, pp. 118-142. À lista de 1909 apenas foi adicionado um elemento, a Anta de Pavia, no conselho de Mora, transformada em Capela de São Dinis

pelourinhos e os trechos arquitectónicos), num total de 516 monumentos, espalhados por todo o país. Excluía-se todos os monumentos irrecuperáveis devido ao seu estado de degradação ou à destruição causada por mão humana, tendo perdido a sua função de portadores de uma mensagem, os objectos retirados de monumentos em posse de museus ou de colectividades e eram incluídas na lista as lápides e estátuas avulsas existentes fora destas instituições.

Na análise da tabela da página seguinte podemos chegar a conclusões muito interessantes, reflectindo o próprio processo de levantamento, bem como o seu facciosismo. Tendo em conta o enorme número de marcos milenários classificados adulterador dos resultados, denota-se uma maior preponderância de monumentos na região de Lisboa<sup>74</sup>, uma assunção óbvia. Logo em seguida surge Évora, muito provavelmente devido à influência de Gabriel Pereira, natural daquela cidade, dada a enorme preponderância de monumentos do primeiro grupo. O Porto ocupa a terceira posição, seguido de Viana, Portalegre e Coimbra. A presença de Viana explica-se também pela grande quantidade de marcos e Portalegre pelos seus treze monumentos megalíticos referenciados. Daqui concluímos a predominância de monumentos nos grandes centros urbanos, não só pela sua óbvia concentração nestas zonas, mais vividas ao longo dos séculos, mas pelo mais fácil acesso dos vogais inventariantes a esses locais. Este factor explica também certamente a inexistência de monumentos nas ilhas, figurando apenas a Sé do Funchal. A exclusão das colónias é evidente, não só pelo distanciamento físico, mas também pela conjuntura política.

Quanto à análise tipológica também se podem tecer algumas considerações interessantes. Excluindo novamente a enorme predominância de marcos milenários, com 95 elementos, o tipo de monumento mais classificado são os castelos. Esta predominância talvez se deva ao facto de estes elementos se encontrarem mais bem referenciados, por questões não só estratégicas, mas também relacionadas com a sua tutela por parte do Ministério da Guerra, cujo papel na sua preservação, como referimos anteriormente, se encontra infelizmente muito mal estudado. Em seguida, contando apenas com menos seis elementos, encontram-se as igrejas, representando um número muito limitado em relação ao esperável, mesmo tendo em conta a divisão tipológica apresentada entre catedrais, mosteiros, basílicas, igrejas e capelas. Nos monumentos civis a predominância é dos

---

<sup>74</sup> Braga tem 92 monumentos, mas 58 são marcos. No entanto, não deve ser esquecido o papel de Albano Belino neste distrito, reflectido na correspondência existente na Academia. ANBA, 3-D-SEC.240, Braga.



pelourinhos, largamente acrescentados na campanha da RAACAP, referida anteriormente.

A análise mais pormenorizada dos monumentos escolhidos ajudará também à compreensão dos objectivos pretendidos pelo Conselho dos Monumentos Nacionais e da enunciação da definição do que era um Monumento Nacional, cuja preservação tornava-se essencial para a definição da nacionalidade portuguesa, não só histórica, mas também territorial.

### 3. Em prol das Artes Decorativas

O papel de Ramalho Ortigão na defesa e valorização do património português não se limitou à participação nas Comissões e Conselhos dos Monumentos Nacionais. A sua preocupação estendeu-se também ao património móvel, envolvendo-se em alguns projectos expositivos de interesse relevante no país, em representações internacionais e na instituição de uma Comissão para a beneficiação da pintura portuguesa dos séculos XV e XVI<sup>1</sup>.

No desenvolvimento da nossa tese, optámos por não nos debruçar sobre seu papel como crítico de Arte contemporânea, para não fugirmos ao objectivo do estudo do seu papel em prol da defesa dos monumentos nacionais e das suas preciosidades artísticas<sup>2</sup>. No entanto não deve ser esquecido o seu desempenho nesta área, onde a sua sensibilidade, o espírito crítico, mas principalmente, a sua actualização de conhecimentos sobre a produção europeia da época o dotou de uma capacidade de análise peticular contribuindo para a afirmação de uma geração de novos artistas. Também nesta área se encontra a promoção de uma Arte nacional, fundamentada em elementos pictóricos e formais regionais, para a afirmação da singularidade criativa nacional e do verdadeiro espírito português. Para Reinaldo dos Santos, Ramalho Ortigão foi um dos primeiros críticos de Arte a usar a sua própria sensibilidade para analisar e interpretar a produção artística contemporânea em Portugal.

---

<sup>1</sup> Estas prestações encontram-se pouco estudadas na bibliografia consultada.

<sup>2</sup> O aprofundamento destas matérias pode ser realizado na vasta obra de José Augusto França, como por exemplo FRANÇA, José Augusto, *A Arte em Portugal no Século XIX*, 2.º volume, 3.ª edição, Bertrand Editora, Lisboa, 1990 e FRANÇA, José Augusto, *O Romantismo em Portugal. Estudo de Factos Socioculturais*, 3.ª edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1999, bem como na seguinte tese: OLIVEIRA, Maria João L. Ortigão de, *O Pensamento Estético de Ramalho Ortigão – Para uma estética do natural – Itinerários e paisagens de uma leitura*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Exemplar policopiado, Lisboa, 1988.

*Ramalho deu aos portugueses o exemplo duma das mais belas encarnações do que deve ser um crítico de arte – sensível para compreender a obra, culto para a explicar, escritor para a exprimir. E como a sua alma era nobre, o que não é frequente, os seus juízos eram generosos. Por isso já em tempos recomendei esta receita particularmente útil aos nossos críticos de arte: Uma colher de sopa de prosa de Ramalho todas as noites ao deitar*<sup>3</sup>.

Obviamente, estes aspectos não podem ser dissociados uns dos outros, para além da exaltação das belezas do país, para se conseguir retornar à glória e unicidade portuguesa era necessário ir buscar exemplos à Arte Antiga, estudar aprofundadamente os modelos existentes, padrões de épocas áureas do país e adaptá-los às novas artes, não só pictóricas e escultóricas, mas acima de tudo industriais. Esta era uma obrigação moral de todos os artistas e deveria ser facilitada pelo Estado.

Num texto publicado em 1900, “A Arte Aplicada em Portugal, A propósito da Baixela Barahona”<sup>4</sup>, Ramalho sublinhou esta vertente regionalista essencial para a afirmação da Arte portuguesa. Para o escritor a falta do ...*sagrado sentimento da nacionalidade*<sup>5</sup>, era uma das principais causas da decadência da Arte portuguesa no final do século XIX, tendo os artistas falhado as convicções europeias gerais desses tempos, caracterizadas por um interesse marcadamente nacionalista, louvando a ...*honra da terra em que nascemos e o da gloria da raça de que provimos*<sup>6</sup>. Pegando neste mote, o autor desenvolveu uma reflexão sobre a Arte Aplicada ou, como a designa, a Arte Industrial, onde comparou a Arte portuguesa com o contexto europeu, desenvolvendo este assunto a partir de textos escritos anteriormente, mas especialmente apoiado em ideias desenvolvidas no seu livro *O Culto da Arte em Portugal*.

<sup>3</sup> SANTOS, Reinaldo dos, “Ramalho e a Arte”, *Diário de Notícias*, 4 de Dezembro de 1957, p. 2. Ver Anexo 2 – Artigos publicados na imprensa periódica, Artigo 6.

<sup>4</sup> Existem alguns estudos que abarcam este tema mais aprofundadamente: COSTA, Lucília Verdelho da, *Ernesto Korrodi 1889-1944, arquitectura, ensino e restauro do património*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997, ou LEANDRO, Sandra Maria Fonseca, *Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), Historiador, Crítico de Arte e Museólogo*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2008, entre outros.

<sup>5</sup> BNP, E19, E19/7, “A Arte aplicada em Portugal (A propósito da Baixela Barahona) (1900)”, p. 1. Este artigo foi originalmente publicado no *Brasil-Portugal*, ano II, n.º 34 a 16 de Junho de 1900, informação fornecida na reedição efectuada 1943. ORTIGÃO, Ramalho, “A Arte Aplicada em Portugal”, *A Arte Portuguesa II*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.ª (Filhos), Lda, Lisboa, 1943, pp. 279-299. As transcrições do nosso texto foram realizadas a partir do documento existente o espólio da BNP.

<sup>6</sup> BNP, E19/7, p. 1.



Tal como quatro anos antes, o escritor lamentava a falta de carisma da arquitectura contemporânea quando comparada com a grandeza das proezas arquitectónicas alcançadas anteriormente:

*Em architectura o seculo XIX não produziu em Portugal um unico edificio que possa, ainda que muito distanciadamente, comparar-se a qualquer dos monumentos anteriores: aos romanicos dos seculos XII e XIII, aos gothicos do seculo XIV, aos gothicos da renascença dos seculos XV e XVI, aos jesuiticos do seculo XVII, ou aos da nova renascença do seculo XVIII, o qual, apesar de despotico e de freiratico, nos legou ainda - e bom pago lhe tem dado a critica liberal! - o lindo palacio de Queluz, a mais bella das residencias reaes, e a soberba igreja de Mafra, cujas obras assim como as do real paço d'Ajuda, foram o mais fecundo fóco de moderno ensino artistico, dando alumnos como Vieira Lusitano, como Joaquim Machado de Castro, como todos esses barristas encantadores, que fizeram epoca na esculptura portugueza, modelando para os presepios da casa do marquez de Borba, da Sé e das igrejas da Estrella e da Madre de Deus estatuettinhas que lembram a graciosidade e o mimo das de Tanagra<sup>7</sup>.*

Esta reflexão alargava-se para as outras artes plásticas. De um modo geral, a pintura mostrava a completa internacionalização da Arte, excepto em alguns casos, como nas obras de Anunciação, Silva Porto e seus discípulos, ou mesmo do rei D. Carlos, artistas que imprimiam às suas produções pictóricas um cunho mais regionalista, muito condicente com os objectivos defendidos por Ramalho. Na escultura, destacavam-se Teixeira Lopes e na arquitectura, Ventura Terra, pouco produtivos por falta de encomenda. A Arte devia inspirar-se nas tradições locais, devendo existir um corporativismo associativo, para possibilitar e fomentar a divulgação das culturas regionais para o exterior, sendo também essencial o apoio do Estado para o desenvolvimento das Artes Aplicadas em Portugal e na sua afirmação no estrangeiro.

Para fundamentar as suas opiniões, Ramalho apoiou-se no esteta inglês, John Ruskin, uma das maiores referências do nosso escritor. No seu *O Culto da Arte em Portugal*, mencionara-o várias vezes. Neste contexto interessavam-lhe especialmente as ideias relacionadas com o ressurgimento das indústrias caseiras, o regresso aos valores de origem pré-industrial, um pouco desenquadradas do nosso panorama nacional, onde a

---

<sup>7</sup> Idem, p. 2.

industrialização não tinha tido a mesma força da britânica. Nestas influências não podemos descurar o imenso trabalho desenvolvido até então por Joaquim de Vasconcelos, amplamente estudado por Sandra Leandro<sup>8</sup>, ou a sua amizade com Eça de Queirós, ele próprio um admirador de Ruskin<sup>9</sup>.

Ramalho pretendia mostrar o alcance da Arte contemporânea, ao valorizar a Arte Aplicada, sendo Inglaterra o exemplo máximo deste aspecto, pelo imenso valor conferido às antigas artes *secundárias*, como eram expoente máximo as coleções do Museu de South Kensington<sup>10</sup>, em Londres, a *Century Guild*, a sociedade *Arts and Crafts*, fundada por William Morris e da *Guild of handicraft*, como fonte de inspiração e trabalho para a produção coeva.

*Ruskin fez-se o apóstolo da nova doutrina, seguindo-o uma legião de proselytos, artistas, criticos d'arte, poetas, homens do mundo e senhoras. Muitas outras sociedades se fundaram e muitas officinas se estabeleceram segundo o programa da nova escola*<sup>11</sup>.

Este tipo de produção apenas se alcançaria se escudada por fortes sentimentos de valorização nacionalista, onde seriam enaltecidas as produções das indústrias caseiras como elementos identificadores de uma determinada região em relação a outra, caracterizando e diferenciando-a. Era necessário regressar aos princípios unitários da Idade Média e da Renascença, sem distinção entre o artista e o artesão, nem entre as artes nobres e as menores.

Ao contextualizar o panorama português sob este ponto de vista, Lucília Verdelho da Costa refere as várias propostas contraditórias então defendidas, entre as quais se encontravam as do nosso escritor. Joaquim de Vasconcelos compreendia a linha progressista destes movimentos europeus, entre eles o *Arts and Crafts*, mas Ramalho encarava esta procura de motivos estéticos e de tecnologias tradicionais como um retorno

<sup>8</sup> LEANDRO, Sandra Maria Fonseca, *Joaquim de Vasconcelos...*

<sup>9</sup> Não nos podemos esquecer da visita realizada por Ramalho a Eça de Queirós quando este desempenhava as suas funções diplomáticas naquele país. De qualquer modo, o próprio Eça refere John Ruskin na sua correspondência para o nosso escritor: BNP, E19/1721, *Eça de Queirós, 1878, Nov 28, Newcastle*.

<sup>10</sup> Ramalho tinha anteriormente escrito algumas linhas sobre este Museu num dos capítulos do seu livro dedicado a Inglaterra, publicado em 1887. ORTIGÃO, Ramalho, *John Bull – Depoimento de uma testemunha acerca de alguns aspectos da vida e da civilização inglesa*, Livraria Internacional de Ernesto Cherdron, Lugan & Genelioux, Successores, 1887, p. 113 e seg.

<sup>11</sup> BNP, E19/7, p. 5.

às origens<sup>12</sup>, recuando para o regresso a uma produção artesanal, onde se exploravam as potencialidades das industriais caseiras regionais, em vez de avançar para a produção em massa, industrializada que falhava o entendimento dos objectivos pretendidos. Um bom exemplo disto era a produção de Rafael Bordalo Pinheiro na fábrica das Caldas da Rainha, com algum sucesso alcançado nas mostras internacionais onde esteve presente pela sua originalidade artística.

Mais uma vez Ramalho se debruçava sob uma das vertentes do seu pensamento patrimonialista, ao tentar preservar a essência do povo português e da sua evolução ao longo dos séculos. Também na linha de Herder, era necessário valorizar esse espírito único e compeli-lo à produção da sua própria arte. Se a produção fosse idêntica em todo o lado, sem qualquer originalidade regionalista ou mesmo estética, acabariam por desaparecer as fronteiras e formaríamos uma massa uniforme, sem distinção de nacionalidades, com tendência para o que hoje designamos por “processo de globalização”.

Não podemos mais uma vez descurar aqui o aspecto pedagógico imposto pelo escritor às suas acções, tendo a recolha de peças e elementos decorativos como objectivo educar o povo, mostrar-lhe os verdadeiros tesouros nacionais produzidos pelos seus antepassados, assinalando uma feição da raça, ensinando-o a produzir o que mais o caracterizava e distinguia das comunidades envolventes, bem como a proteger a sua herança cultural, ainda sob a influência dos factores definidos por Hippolyte Taine referidos no primeiro capítulo desta tese.

Outro aspecto interessante nesta sua abordagem à Arte Móvel, prende-se aos mecanismos para a sua protecção desenvolvidos a partir da segunda metade do século, mais especificamente com a moda inserida no nosso país pelo rei D. Fernando II, do coleccionismo do “Brick à brack”.

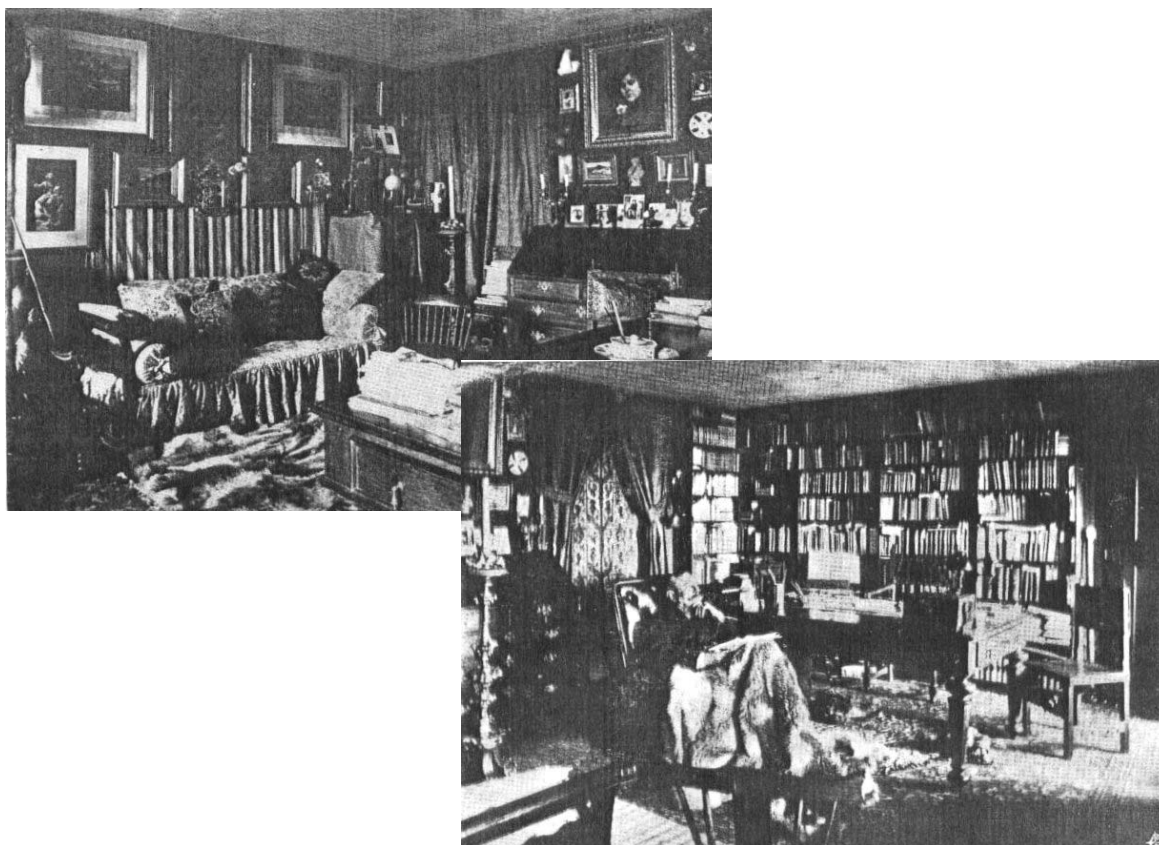
No seu livro de 1896, Ramalho queixava-se da falta de colecções privadas em Portugal, referindo o desmembramento dos grandes recheios dos palácios e das casas religiosas extintas, por falta de interesse dos herdeiros, pela sua venda para o exterior ou mesmo pelo abandono a que eram votados, causador da sua perda irremediável. O Estado não podia descurar, sendo essencial o incentivo a este gosto, para se constituírem novamente colecções nacionais.

---

<sup>12</sup> COSTA, Lucília Verdelho da, *Ernesto Korrodi...*, pp. 46-47.

Não sabemos se este gosto de Ramalho foi fruto da sua relação próxima com o rei consorte, mas ao longo da sua obra e dos elementos manuscritos do Espólio da BNP, encontram-se inúmeras referências a esta recolha de peças pelos países visitados, muitas vezes a pedido de terceiros, parecendo as suas escolhas incidir especialmente sob objectos de fabrico artesanal, caracterizados pela singularidade regional dos locais visitados.

Gradualmente, o nosso escritor terá constituindo a sua própria colecção, transformando a sua casa numa espécie de mini-museu, para delícia dos visitantes, chegando mesmo a propor o empréstimo de peças de loiça de Marajó no Brasil e de fotografias da sua colecção particular para figurarem na mostra portuguesa da exposição colombina realizada em Madrid, objecto de análise do capítulo seguinte<sup>13</sup>.



Figuras 21 e 22 - *Dois interiores do gabinete de trabalho do escritor, na sua casa à Calçada dos Caetanos, em Lisboa*<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> ACL, *Livro 59B*, p. 13.

<sup>14</sup> Reproduções de Alberto Ortigão de Oliveira publicadas em: MALPIQUE, Cruz, *Ramalho Ortigão – Ensaio*, Editora Educação Nacional, Porto, 1957, entre pp. 168-169.

Num artigo muito interessante, intitulado “Na trapeira do sr. Ramalho Ortigão”, já aqui citado, foi efectuada uma descrição, mais ou menos pormenorizada das peças existentes em sua casa.

*... pequeno museu de um homem de gosto e que pacientemente, a poder da economia de ferro, logrou povoar o seu home de uns nadas de arte que interessam os intellectuaes e os prendem ao cantinho onde se escoaram os dias e annos de indefesso labor*<sup>15</sup>.

Como vimos nos capítulos precedentes, as influências exteriores foram sempre uma constante em Ramalho. Nas suas estadias no estrangeiro<sup>16</sup>, visitava museus, galerias particulares e públicas e grandes exposições internacionais, convivendo com os intelectuais e artistas locais, colocando-se a par das novidades, mais tarde interpretadas à luz das várias correntes estéticas e filosóficas do seu conhecimento. Com este conjunto de informações constituiu uma bagagem intelectual considerável, onde se apoiou para tecer a sua apreciação artística, de um ponto de vista pessoal, destacado da restante crítica publicada na época no nosso país.

A sua postura e sensibilidade nesta matéria acabaram por ser reconhecidas e, em 1890, foi seleccionado para desempenhar o cargo de Presidente da Comissão Executiva do Grémio Artístico, uma agremiação constituída por elementos do antigo *Grupo do Leão*. Este grupo de artistas nascera da recusa da Sociedade Promotora de Belas Artes em expor no seu salão permanente ou nas suas exposições anuais, elementos das novas correntes paisagistas internacionais, sendo esta nova geração de artistas instigada pelo pintor Silva Porto, antigo bolseiro no estrangeiro. Este novo conjunto de pintores “recusados” foi maravilhosamente retratado por Columbano Bordalo Pinheiro, no seu *Leão d’Ouro*<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> BASTOS, Silva, “Visitas e Palestras – Na trapeira do sr. Ramalho Ortigão”, *Diário Illustrado*, 18 de Fevereiro de 1906. No entanto, a alusão a uma carta de crédito que seu filho lhe passara deixou Ramalho muito desgostoso com este artigo acabando por confidenciar-lhe a sua opinião sobre ele nos seguintes termos: *...Se pelo menos elle me soubesse descrever a casa e transcrever sem abusar as coisas que eu lhe disse... Mas nem isso. É nestas e noutras, que a gente aprende reconhecer e a apreciar o enorme e impagavel favôr que nos fazem aquelles que se não ocupam de / nós, o que è a mais linda e a mais captivante maneira de nos deixarem em paz...* BNP, E19/810, *ORTIGÃO, Ramalho a ORTIGÃO, Vasco Ramalho (Jeco), 1906, Mar 11*. Ver Anexo 2 – Artigos publicados na imprensa periódica, Artigo 5 e respectiva nota de rodapé.

<sup>16</sup> Para o aprofundamento deste assunto poderá ser consultada a seguinte tese: ONOFRE, Ana Luísa Liberato Vieira Vilela Anileiro, *Imagens do Estrangeiro e Auto-Imagem na Obra de Ramalho Ortigão*, Dissertação de Mestrado em Literaturas Comparadas Portuguesa – Francesa (séculos XIX e XX), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Exemplar policopiado, Lisboa, 1991.

<sup>17</sup> Este tema foi já tratado por vários autores entre os quais se destaca José Augusto França, na obra acima citada, entre outros, como SOARES, Clara Moura, “A Galeria de Pintura do Restaurante «Leão de Ouro»:

Nas críticas de Ramalho às exposições organizadas por este grupo, encontramos uma clara adesão aos seus ideais, especialmente ao seu espírito anti-académico, considerado como um factor limitativo na criação artística. A representação da natureza e das paisagens tipicamente portuguesas coincidia com os ideais nacionalistas do nosso escritor.

Esta paixão pela terra portuguesa foi uma das principais facetas de Ramalho. Palmilhou-a de lés a lés ao longo da sua vida, à procura do conforto e descanso contrário ao turbilhão das cidades onde tudo se encontrava em constante mudança, sem dar tempo à reflexão e à escrita cuidada das suas obras. Lembramos a sua defesa à acusação de Alberto de Oliveira, quanto à sua preferência pelo estrangeiro, declarando encontrar-se inserido num grupo muito reduzido de pessoas que se podiam vangloriar de conhecer Portugal profundamente<sup>18</sup>. Muitos destes passeios encontram-se relatados em artigos e livros publicados, bem como na sua colecção de cadernos / diários existentes no Espólio da BNP. O estudo aprofundado desta documentação, em grande parte um pouco lateral ao nosso tema, iria certamente contribuir significativamente para um conhecimento mais completo da vida e obra de Ramalho Ortigão.

A partir de certa altura, começou a debater-se no seio do *Grupo do Leão* a criação de um organismo legal, problemática esta que se arrastou por muito tempo, devido à divergência de opiniões dos seus vários membros. Segundo a descrição dos acontecimentos apresentada no primeiro número do *Anuário do Grémio*<sup>19</sup>, esta foi uma das principais causas da falha da organização da exposição anual de 1889. Dos trabalhos de um grupo constituído para propor um novo rumo, composto por Silva Porto, Ernesto Condeixa, João Vaz, e pelos escritores Abel Botelho, Monteiro Ramalho e Emídio Brito Monteiro, resultou a nova agremiação denominada de Grémio Artístico<sup>20</sup> que realizou uma série de exposições, com algum êxito, até se juntar à Sociedade Promotora em 1901, por razões económicas, originando a Sociedade Nacional de Belas Artes, ainda existente.

---

percursos de uma colecção”, *Artis – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.º 6, Braga, 2007, pp. 269-307.

<sup>18</sup> Este assunto encontra-se mais desenvolvido no primeiro capítulo desta tese.

<sup>19</sup> *Anuário do Grémio artístico relativo ao anno de 1890*, Typ. Franco-Portuguesa, Lisboa, 1891e *Anuário do Grémio Artístico relativo ao anno de 1890-1898*, Lisboa, 1891-98.

<sup>20</sup> Antes de se formar o Grémio Artístico foi ainda necessário esclarecerem-se algumas questões com o grupo de artistas de Paris, aliando-se as duas iniciativas de se fundar uma sociedade com o mesmo fim. *Anuário...* p. 9. QUEIRÓZ, Amílcar de Barros, *Da Sociedade Promotora de Belas Artes e do Grémio Artístico à Sociedade Nacional de Belas Artes : 1860-1951*, Sociedade Ind. de Tipografia, Lisboa, 1951, p. 7.

Ramalho foi um dos grandes apoiantes desta iniciativa, sendo incorporado desde o início nos seus trabalhos<sup>21</sup>; no entanto, as grandes transformações ocorridas nos seus corpos directivos após 1893 originaram a sua destituição, um pouco ignominiosa, segundo Xavier da Cunha<sup>22</sup>, ao aproveitar-se a sua ausência como representante português na Exposição Colombina de Madrid para se proceder ao seu afastamento. Aparentemente, este acontecimento terá levado ao seu desinteresse e afastamento desta agremiação<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> Não sabemos exactamente porque meandros fora Ramalho Ortigão escolhido para ocupar aquele lugar. Uma investigação exaustiva nos arquivos desta instituição poderia trazer novas luzes sobre esta problemática, no entanto, quando esta questão surgiu no decorrer dos nossos trabalhos, o arquivo estava em obras, tornando muito difícil a consulta da sua documentação.

<sup>22</sup> A não reeleição de Ramalho tinha levado Xavier da Cunha a despedir-se do Grémio. BNP, E19, CD. 12, E19/1189 – *CUNHA, Xavier da, 1893, Mar, 20, Lx.*

<sup>23</sup> Segundo José Augusto França, estas turbulências foram resultado da morte de Silva Porto, o principal aglutinador do grupo até esta data, resultando na saída de um número significativo de pessoas. FRANÇA, José Augusto, *A Arte ...*, p. 85.





### 3.1. A representação portuguesa na Exposição Colombina

*Cristóvão Colombo, marítimo, casado em Lisboa na freguesia de Santos, hóspede do Sr. Agostinho de Ornelas na ilha da Madeira, sócio da Sociedade de Geografia, sucedeu-lhe um dia descobrir a América, e assim principiou a festa.*<sup>1</sup>

A primeira participação conhecida de Ramalho Ortigão num evento internacional relacionado com as Artes Decorativas foi como Comissário da representação portuguesa na Exposição Colombina realizada em Madrid em 1892 e 1893.

Na última década do século XIX, este escritor era já uma pessoa proeminente na sociedade intelectual do país, com um currículo literário relevante e uma vasta rede de amizades por todos os sectores, contribuindo largamente para a sua proeminência nestas áreas. Como referimos anteriormente, durante a sua estadia na capital espanhola, o escritor integrou determinados meios onde deve ter tomado conhecimento das medidas em prol da defesa dos monumentos nacionais e das artes decorativas, não só daquele país, mas também um pouco de toda a Europa, permitindo-lhe uma visão mais global sobre o assunto. Esta sua descontração neste círculos tornou a sua representação digna dos maiores elogios por parte da imprensa estrangeira, sendo um dos exemplos mais notórios o louvor do Barão de Barghon de Fort-Rion, publicado num texto dedicado à exposição.

*Cette admirable exposition archéologique, artistique et ethnographique, qui remplit quatre vastes salons du rez-de-chaussée de la bibliothèque, a été organisée avec autant de zèle que de bon goût, par don Ramalho Ortigao, un lettré doublé d'un archéologue émérite que le gouvernement portugais avait délégué à cet effet.*

*M. Ortigao, nous nous plaisons à le constater une fois de plus, joint à toutes ses qualités, celle non moins précieuse de se mettre à la disposition des visiteurs por leur*

<sup>1</sup> ORTIGÃO, Ramalho, “A Rainha”, *Pela Terra Alheia*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1949, p. 193.

*faire apprécier d'une manière intelligente, tous les trésors d'archéologie et de l'industrie portugaises, commis à sa garde. Il le fait de la meilleure grâce du monde, ce qui lui est certainement plus facile qu'à tout autre, puisqu'il parle couramment plusieurs langues, et surtout la nôtre, qu'il écrit remarquablement.*<sup>2</sup>

Para além deste papel de “embaixador” popular no certame, aprofundaremos agora a importância da sua participação no evento, um dos grandes estímulos da sua concretização.

Nos documentos consultados na Academia das Ciências de Lisboa<sup>3</sup>, encontramos um conjunto de informações essenciais para a compreensão mais aprofundada deste assunto. Cruzando estes novos dados com a correspondência existente no Espólio da BNP, nomeadamente a referente à sua ausência do país, entre Outubro de 1892 e Julho de 1893, conseguimos reconstituir uma cadeia de acontecimentos, contribuidora para o desenvolvimento dos dados apresentados por Joaquim de Araújo num artigo das *Memórias da Academia*, bem como por outras publicações<sup>4</sup>.

Ao publicar a correspondência de Ramalho com a sua esposa Emília, Beatriz Berrini teceu alguns comentários interessantes sobre esta estada e os temas abordados pelo escritor durante esse período<sup>5</sup>. Segundo esta autora, passados os primeiros tempos, em que os assuntos abordavam, quase exclusivamente, as exposições hitórico-americana e hitórico-europeia, Ramalho começou a descrever outro tipo de acontecimentos, de índole religiosa, popular ou mundana. Esta mudança de tema deveria, provavelmente, ter em vista a recolha de informação para a elaboração de um futuro livro dedicado a Espanha:

<sup>2</sup> FORT-RION, Le Baron de Barghon de, *Le Portugal au Quatrième Centenaire de la Découverte de l'Amérique et a L'Exposition de Madrid 1892*, Chez les Principaux Libraires, Paris, 1895, p. 10. A 19 de Janeiro de 1893, o barão enviou pessoalmente a Ramalho, um artigo recortado de uma revista com este texto, provavelmente uma primeira versão posteriormente reeditada. BNP, E19, Cx. 11, E19/1014, *BARGHON DE FORT-RION, barão de, 1893, Jan. 19, Fort Rion*.

<sup>3</sup> Alguns elementos aqui referidos encontram-se publicados pela Academia, nomeadamente nas *Actas, Boletins e Memórias*.

<sup>4</sup> ARAUJO, Joaquim de, “A Comissão Portuguesa da Exposição Colombina”, em *Centenario do Descobrimto da America – Memorias da Comissão Portuguesa, Memorias da Academia Real das Sciencias, Classe de Sciencias Moraes, Políticas e Bellas Lettras*, Nova Serie, Tomo VI, Parte II, Typographia da Academia, Lisboa, 1892. Sobre este assunto, aconselha-se também a consulta de: SOUTO, Maria Helena, “Do levantamento e apresentação de Arte Ornamental portuguesa em Exposições Internacionais. Dois casos de estudo: Paris (1867) e Madrid (1892)”, em dir. Ana Isabel Seruya e Mário Pereira, *40 Anos do Instituto José de Figueiredo*, Ministério da Cultura e Instituto Português da Conservação e Restauro, Lisboa, DL [2007], pp. 57-63.

<sup>5</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Cartas a Emília*, Introdução, selecção, fixação do texto, comentários e notas de Beatriz Berrini, Lisóptima Edições – Biblioteca Nacional, Lisboa, 1993, p. 79.

*Los de Castilla*<sup>6</sup>. Tal como noutras ocasiões, o nosso escritor utilizaria estas cartas como apontamentos para a elaboração de livros e artigos, em alturas posteriores.

A organização da exposição a cargo da Real Academia das Ciências de Lisboa, onde Ramalho trabalhava desde o fim da década de sessenta, iniciou-se oficialmente a 3 de Outubro de 1891, quando o novo Secretário perpétuo, Pinheiro Chagas, alertou o Governo para a importância do certame madrileno de comemoração do Centenário de Colombo. Para além da referência às primeiras iniciativas para a recolha de peças encetadas pelo seu antecessor, Latino Coelho, nesta missiva eram ignorados ou omitidos todos os trabalhos anteriormente desenvolvidos por outras instituições<sup>7</sup>. Nas sessões da Classe das Letras do fim desse mês<sup>8</sup> e início do seguinte<sup>9</sup>, Oliveira Martins propôs a instituição de uma Comissão no seio da Academia, exclusivamente dedicada a este fim, na sequência dos preparativos iniciados<sup>10</sup>. Este grupo de trabalhos teria como objectivo estudar o melhor enquadramento de Portugal no programa das comemorações do país vizinho, tentando não ser deixado para segundo plano face à evolução histórica dos acontecimentos.

<sup>6</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Cartas...*, p. 89-90. Também surge uma referência a este projecto numa carta enviada a Oliveira Martins a 28 de Março de 1893. BNP, *Espólio de Oliveira Martins*, E20, ORTIGÃO, Ramalho, 28 Março, Madrid. Não conseguimos encontrar mais indícios sobre esta pretensão, nem da sua execução real.

<sup>7</sup> ACL, Livro 3B, *Correspondencia com o Governo 1878-1919, Representações ao Governo Correspondencia Official, Tomo 3.º*, [22 de Fevereiro 1879 a 10 de Dezembro de 1919], p. 69. A correspondência entrada na Direcção-Geral da Instrução Pública demonstra que estes trabalhos de recolha de livros, manuscritos ou objectos eram resposta a um ofício enviado a 25 de Maio de 1888, reiterado dois ou três anos mais tarde. Documento enviado pela Real Academia das Ciências a 3 de Outubro de 1891. ANTT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, 3.ª repartição, 1892*, Mç. 4031.

<sup>8</sup> ACL, Livro 20B [Actas de Sessões da 2.ª Classe], [18 de Julho de 1878 a 13 de Janeiro de 1898], pp. 90-91.

<sup>9</sup> Nesse dia foram seleccionados os elementos para comporem esta Comissão: sob proposta de Teófilo Braga foram indicados Oliveira Martins, Silveira da Mota, Teixeira de Aragão e Pinheiro Chagas. A esta lista foi adicionado o seu nome por sugestão de Silveira da Mota, bem como o de três académicos da 1.ª Classe: o Conde de Ficalho, João Barbosa do Bocage e Tomás de Carvalho, propostos por Oliveira Martins. ACL, Livro 20B, pp. 91v-92. Posteriormente foram ainda indicados Jaime Moniz e Álvaro Rodrigues de Azevedo. Quem não se encontrava presente na sessão, foi notificado no dia seguinte, a 6 de Novembro de 1891. ACL, Livro 9B, *Correspondencia com os Socios e Institutos Nacionaes e Estrangeiros, Livro 2.º*, [3 de Outubro de 1876 a 5 de Fevereiro de 1916], pp. 65-65v.

<sup>10</sup> Para além da selecção de materiais do Museu começada anteriormente, Pinheiro Chagas iniciara a compilação dos Livros existentes na biblioteca académica, composta pela biblioteca do Convento de Jesus, cujas instalações tinha vindo ocupar, bem como de exemplares provenientes do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos. Sobre este assunto aconselhamos a leitura da tese de BARATA, Paulo J. S. *Os Livros e o Liberalismo: da Livraria Conventual à Biblioteca Pública*, Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2003, ou um artigo nosso: ALVES, Alice Nogueira, “Inventariar para Salvar - Mousinho Albuquerque e a Comissão incumbida de examinar os Edifícios dos Conventos Suprimidos (1836)”, *Artis - Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras*, n.º 6, 2007, pp. 249-267. Uma obra fundamental para a compreensão deste período é: SILVA, António Martins da, *Nacionalizações e Privatizações em Portugal – A Desamortização Oitocentista*, Minerva História, Coimbra, 1997. Para uma melhor compreensão da colecção da Academia recomenda-se a leitura da “Mensagem do Director do Museu da Academia das Ciências de Lisboa – Museu Maynense, Miguel Telles Antunes, em [www.acad-ciencias.pt](http://www.acad-ciencias.pt) (consulta realizada a 12 de Janeiro de 2009).

*...a apotheose da figura de Colombo, o genovês illustre, cujos serviços, desaproveitados pelo nosso D. João II, se converteram no maior dos pedestaes em que na Historia ficou esculpturado o vulto da singular Rainha que, por uma curiosa coincidência, em tanto comprehendera as ambições e o caracter desse notavel rei a quem ella appellidara – o Homem*<sup>11</sup>.

Apesar da conjuntura portuguesa naquela época poder vir a beneficiar bastante com uma aparição internacional, o desenvolvimento dos acontecimentos reflecte a pouca importância dada ao acontecimento por parte do Governo. Esta falta de interesse poderá estar directamente relacionada com os tempos de crise então vividos, mas também não deve aqui ser descurada a questão ibérica desenvolvida ao longo do século, constituindo provavelmente um travão para a participação num Encontro onde se procuravam unificar os momentos gloriosos das duas nações<sup>12</sup>. Mesmo tendo em conta o recente *Ultimatum* inglês e a necessidade de afirmação da posse legítima das colónias portuguesas, numa oportunidade única para a exaltação dos caracteres portugueses na Península Ibérica, tão defendidos pela geração de noventa, a organização deste evento foi muito atribulada.

Independentemente do pouco apoio oficial, a primeira sessão da Comissão encarregue pela Academia de organizar a participação portuguesa no evento ocorreu no mês de Dezembro, prolongando-se os seus trabalhos desde 1891 até Março de 1895<sup>13</sup>, sendo publicado oficialmente a sua incumbência num Decreto assinado no dia 28 de Janeiro seguinte<sup>14</sup>. A pretensão inicial de alargamento a membros da Sociedade de Geografia e da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos Públicos<sup>15</sup>, beneficiando-se com os seus trabalhos

<sup>11</sup> ARAUJO, Joaquim de, “A Comissão...”, p. 3.

<sup>12</sup> Sobre este tipo de questões: MATOS, Sérgio Campos, “Iberismo e identidade nacional (1851-1910)”, *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Nova Série, Volume 14/15 (n.º duplo), Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006, pp. 249-400.

<sup>13</sup> ACL, *Livro 59B, Comissão Portuguesa da Exposição Columbina – Actas*, [10 de Novembro de 1891 a ? de Março de 1895]. Numa folha solta no início deste mesmo livro verificamos que a última sessão, para o encerramento dos seus trabalhos verificou-se em Março de 1895.

<sup>14</sup> Neste documento, sublinhava-se ser *...um dever nacional concorrer áquella grande festividade, não só para corresponder a tão honroso convite da nação vizinha, mas também para afirmar a parte gloriosa que tiveram nossos maiores na descoberta do novo mundo*. Contrariando o pouco apoio posteriormente dado ao desenvolvimentos dos seus trabalhos. *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1892*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1893, p. 11. Sessão de 28 de Janeiro de 1892, ACL, Livro 33B, *Afsembleas Geraes 11-5-1876 a 6-6-1895*, p.162v-164.

<sup>15</sup> A 29 de Janeiro 1892 foram enviadas cartas para a Sociedade de Geografia e para o Inspector-geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos. ACL, Livro 9B, pp. 66-66v. Da Academia, deveriam fazer parte da Comissão oito sócios, seis efectivos: Thomaz de Carvalho, Barbosa do Bocage, Teixeira de Aragão, Pinheiro Chagas, Conde de Ficalho e Theophilo Braga e dois correspondentes: Rodrigues de Azevedo e Agostinho de Ornellas.

anteriores, foi rapidamente posta de lado<sup>16</sup>, devido aos problemas surgidos com a sobreposição de competências em relação à Sociedade de Geografia gerados com o alerta de Pinheiro Chagas, tendo a primeira retirado a sua participação da organização de um modo um pouco ofendido. Apesar de ainda se tentar aplacar este conflito em algumas missivas, a Sociedade de Geografia não voltou atrás<sup>17</sup>, patenteando o seu desagrado directamente ao Governo no mês seguinte<sup>18</sup>.

Logo na segunda sessão, onde o nosso escritor se encontrava presente, provavelmente como oficial de secretaria, foi proposto para membro desta Comissão, agradecendo pessoalmente a honra concebida. Nesse mesmo dia foi sugerida a criação de uma Comissão Executiva, Oliveira Martins apresentou um programa e foram distribuídas as tarefas, sendo Ramalho encarregue de reunir objectos cerâmicos e ilustrativos da história marítima, juntamente com o oficial de marinha Arthur Baldaque da Silva<sup>19</sup>.

Esta escolha de Ramalho não foi aleatória. Como vimos anteriormente, nesta altura já participara na Comissão do Ministério da Instrução Pública e escrevera muito sobre questões relacionadas com as artes decorativas. Por outro lado, a documentação consultada sugere que, para além do seu lugar de oficial de secretaria, Ramalho também deveria estar encarregue ou directamente relacionado com o Museu na Academia. Esta suposição surge-nos na recolha de elementos da documentação referente ao ano de 1875, onde se encontraram referências à incumbência dada ao Oficial de Secretaria, muito provavelmente Ramalho, de arranjar e aumentar o Museu Maynense<sup>20</sup>. Este

<sup>16</sup> Segundo Joaquim de Araújo a composição final da Comissão terá sido a seguinte: ...*Presidente, Conde de Ficalho, 1.º secretario, Manuel Pinheiro Chagas, 2.º secretario, Joaquim de Araujo, thesoureiro, Augusto Carlos Teixeira de Aragão, vogaes, A. Arthur Baldaque da Silva, José Duarte Ramalho Ortigão, Henrique Lopes de Mendonça. Theophilo Braga, José Ramos Coelho, Prospero Peragallo, João Braz de Oliveira, Xavier da Cunha, Thomaz Lino de Assumpção, Alvaro Rodrigues de Azevedo, Raphael Basto, Visconde de Condeixa, Gabriel Victor do Monte Pereira, Agostinho Ornellas e Vasconcellos, Thomaz de Carvalho, Francisco Marques Sousa Viterbo. [...] no Porto, o sr. governador civil, João Antonio Brissac das Neves Ferreira, em Coimbra, o Rev.º Bispo Conde de Arganil (D. Manuel Correia de Bastos Pina), em Guimarães, o sr. Francisco Martins Sarmiento e nos Açores, o sr. Ernesto do Canto.* ARAUJO, Joaquim de, "A Comissão...", pp. 5-6.

<sup>17</sup> Sobre esta polémica ver ACL, Livro 33B, p.165, ACL, Livro 9B, p. 66-67v e 68v-69.

<sup>18</sup> Documento enviado pela Sociedade de Geografia de Lisboa a 8 de Fevereiro de 1892. ANTT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, 3.ª repartição, 1892*, Mç. 4031. Nessa missiva referiam-se a uma publicação com a correspondência trocada para a organização do evento: *Congresso Hispano-Portuguez-Americano: correspondência*, Sociedade de Geographia de Lisboa, Typ. do Commercio de Portugal, Lisboa, 1891.

<sup>19</sup> Joaquim de Araújo, Lino d'Assumpção e Rafael Bastos foram incumbidos da recolha de monumentos bibliográficos. Teixeira de Aragão e Teófilo Braga responsabilizados da parte Etnográfica. As publicações ficaram a cargo de Teixeira de Aragão, Alvaro de Azevedo e Ornellas. Teófilo Braga faria a introdução a estas três memórias. ACL, Livro 59B, p.4- 5v

<sup>20</sup> Não encontramos mais elementos sobre este assunto ou o seu desenvolvimento naquela época. Acta de 10 de Junho de 1875, ACL, Livro 30B, *Sessões do Conselho e das Assembleas Geraes, 22 de Outubro 1851 a 1910*, [22 de Outubro de 1851 a 9 de Fevereiro de 1911], pp. 228-229v, 236v. Também nesse ano, Ramalho

conhecimento aprofundado das colecções da Academia, seria muito útil para a escolha das peças a enviar para a Exposição, bem como para todo o desenvolvimento do processo. Tal como nas anteriores exposições de Arte Ornamental realizadas em Londres, em 1881, e em Lisboa, em 1882, para a exposição colombina a Academia tentou abranger um conjunto de peças variadas, espalhadas pelo país. Embora esta mostra fosse bastante distinta em termos de importância, mas acima de tudo de dimensão, reduzindo-se a representação portuguesa na Exposição Colombina a duas salas. Com esta finalidade foram mobilizadas pessoas em várias regiões, inclusivamente nos Açores e na Madeira<sup>21</sup>, procurando-se novos objectos originais e desconhecidos, relacionados com as temáticas específica dos Descobrimentos portugueses.

A partir da integração de Ramalho Ortigão na Comissão, o seu papel de secretário passou para segundo plano, começando a participar activamente nas sessões e tornando-se um elemento fundamental para a organização e concretização final do evento devido às suas propostas e iniciativas. Entre as várias sugestões apresentadas para a resolução de problemas práticos encontra-se o pedido ao Governo do pagamento das despesas necessárias e o contacto com a Comissão espanhola para se indagar do espaço disponível e a determinação do local onde poderiam ser guardados os documentos e objectos recolhidos<sup>22</sup>. Este tipo de propostas funcionais multiplicou-se, a par de outras estratégias para o planeamento do evento, como a sugestão de se pedirem aos herdeiros de D. Fernando as peças de ourivesaria Manuelina presentes na sua colecção<sup>23</sup>, bem como as peças de mobiliário indo-português das colecções do Museu Nacional. Para além desta mostra de objectos de arte, seria também interessante apresentar documentação relacionada com o assunto e para isso poderia pedir-se à Torre do Tombo documentos

---

foi encarregado de ir ao Museu buscar moedas e medalhas. ACL, Livro 6B, *Correspondencia com diferentes entidades 1860-1914, Correspondencia com autoridades civis e militares e eclesiásticas*, [19 de Março de 1858 a 19 de Junho de 1914], p. 23v. Mais tarde, em Maio de 1910, ainda exercendo as suas funções na Academia, foi eleito membro da Comissão do inventário do mesmo Museu, juntamente com Cristovam Ayres, Alberto Girard e Lopes Mendonça ACL, Livro 34B, *Actas das Sessões da Afsemblea Geral, 6 de Junho de 1895 a 21 de Novembro de 1912*, p. 176-176v (publicado).

<sup>21</sup> A 5 de Fevereiro 1892 foi pedida ajuda na recolha de informação a dois sócios correspondentes: Ernesto do Canto, residente em S. Miguel nos Açores, e a Martins Sarmento, morador de Guimarães. ACL, Livro 9B, pp.67v-68. Mais tarde, com o objectivo de se alargar a esfera de actuação e poder da Comissão foram sugeridos novos membros, representantes das elites culturais de algumas cidades do país, como foi o caso de Eduardo Allan no Porto, o Bispo Conde em Coimbra e Gabriel Pereira em Évora, propostos por Ramalho, sendo ainda referido Brito Rebelo no Algarve por Pinheiro Chagas. Acta da sessão de 5 de Abril de 1892, ACL, Livro 59B, pp. 10v-12v.

<sup>22</sup> ACL, Livro 59B, p.5.

<sup>23</sup> ACL, Livro 59B, p.5v-6. Provavelmente o objectivo principal prendia-se com o empréstimo da Custódia de Belém, símbolo das descobertas portuguesas, uma das atracções da participação portuguesa na Exposição Universal de Paris de 1868, bem como da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de Lisboa em 1882.

onde figurassem as encomendas de tapeçarias de D. Manuel, com cenas da História do descobrimento da Índia. Para ilustração da nossa costa e dos nossos monumentos do século XVI, bem como dos elementos inamovíveis, deveriam convidar-se fotógrafos portugueses, entre os quais destacou Carlos Relvas<sup>24</sup>, e solicitar-se à Direcção dos Trabalhos Geodésicos exemplares de uma carta geográfica e de uma carta corográfica do reino para melhor complementar a apresentação do país e das suas fronteiras. Quanto à secção da indústria pesqueira, deviam contactar-se o Ministério da Marinha e o das Obras Públicas para fornecerem documentação relacionada com a História da indústria pesqueira, bem como uma colecção de redes e armações. Por fim, seria pedida a autorização necessária para se enviarem peças do Museu Marítimo Industrial, anexo à Escola Pedro Nunes de Faro, que mostrariam o esplendor da Arte portuguesa na época dos Descobrimentos, transparecendo não só a riqueza, mas também a perfeição e elevação tecnológica alcançada; a análise da influência na indústria artesanal, alcançada na elaboração de trabalhos em corda por pescadores, seria destacada com a sua utilização na decoração das salas, como propôs posteriormente. Encontramos assim reflectidas as suas ideias da regionalização da Arte dependente da evolução histórica distinta dos povos, sob as influências analisadas anteriormente. Estes elementos mostram-nos uma tentativa de concretização das suas ideias, apresentado no estrangeiro o valor da Arte nacional através da exposição das suas obras artísticas mais importantes.

De facto, ao longo da leitura das propostas sugeridas por Ramalho, encontramos uma tentativa de conjugação dos aspectos religiosos com os profanos, na busca da relação entre a Arte Antiga e a Arte Industrial contemporânea, tentando evidenciando as relações entre estes objectos, na esperança de encontrar um fio condutor, constituindo a essência e originalidade dos artistas portugueses. A possibilidade de concretização desta ideia iria colmatar umas das lacunas criticadas pelo nosso escritor na organização da exposição portuguesa de 1882<sup>25</sup>.

Quando foi escolhido para a subcomissão encarregue da Arte Ornamental, juntamente com o Conde de Ficalho, de Teixeira de Aragão e Casanova<sup>26</sup>, o nosso escritor

<sup>24</sup> Foi provavelmente devido a esta proposta de Ramalho que Carlos Relvas foi agregado à Comissão; no entanto, devido à sua recusa, foi substituído por Rocchini.

<sup>25</sup> Num artigo publicado na reedição de *As Farpas*, datado de Março de 1882, Ramalho defendia não ser só a Arte Sacra a caracterizar a Arte portuguesa, mas também a fabricada pelo artesão, esquecida naquele certame, não estabelecendo ainda uma ligação directa entre ambas. ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas, Aspectos Varios da Sociedade, da Politica, da Administração*, Tomo XI, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1890. pp. 167-170.

<sup>26</sup> Entretanto tinha sido adicionado à Comissão. Acta de 5 de Março de 1892, ACL, Livro 59B, pp. 7-8v.

apresentou, em conjunto com Baldaque da Silva, uma lista de instituições onde deveriam ser recolhidas peças, uma nota sobre a urgência de cabimento orçamental para fazer face às despesas e a proposta para se usar a sala do risco do Arsenal da Marinha como depósito<sup>27</sup>, referindo também a necessidade de um catálogo precedido de uma memória justificativa<sup>28</sup>. Todas estas ideias mostram a capacidade de organização de Ramalho. Para além do aspecto expositivo, terá sido esta vertente prática para a resolução de problemas, tornando-o uma peça fundamental para toda a organização, a principal razão para a sua escolha como comissário da exposição na capital espanhola. O seu entusiasmo chegou a ser tão grande que até propôs o empréstimo de objectos de proveniência brasileira e de fotografias das suas colecções particulares para figurarem na mostra<sup>29</sup>, como já tivemos ocasião de referir.

Outro aspecto interessante da contribuição de Ramalho foi a proposta de novos membros para a Comissão, como foi o caso de Gabriel Pereira ou de Rafael Bordalo Pinheiro. Sobre o primeiro, encontrámos uma missiva do distinto eborense referente à preparação da exposição, onde agradeceu a sugestão do seu nome para os trabalhos da Exposição Colombina no Espólio da BNP<sup>30</sup>. Nesta carta refere-se um álbum de desenhos de Coimbra com objectos interessantes, onde se chamava a atenção para *...os trechos do Côro de Santa Cruz*, manuelinos, alusivos às descobertas ultramarinas, fazendo uma descrição sumária dos seus motivos decorativos<sup>31</sup>. Mais uma vez surge aqui a relação entre os dois homens, sempre paralela ao desenvolvimento dos vários trabalhos das Comissões frequentadas por ambos. O seu amigo pessoal Rafael Bordalo Pinheiro foi proposto mais tarde, como encarregue da decoração das salas<sup>32</sup>, muito provavelmente em consequência do êxito recentemente alcançado no trabalho realizado no pavilhão de Portugal na exposição Universal de Paris em 1889.

Para além deste conjunto de sugestões, a leitura das actas mostra também que a sua actividade na organização do evento se prendeu em dois aspectos essenciais, a constituição de uma secção marítima, tentando reunir todos os complementos

<sup>27</sup> Um mês mais tarde, aparece uma referência à possibilidade de recolha destes objectos para uma sala da Academia Real das Belas Artes. Acta de 5 de Abril de 1892, ACL, Livro 59B, pp. 11v-12v.

<sup>28</sup> 5 de Março de 1892, ACL, Livro 59B, pp. 7v-8.

<sup>29</sup> ACL, Livro 59B, p. 13.

<sup>30</sup> BNP, E19/1581, *Gabriel Pereira, 1892, Abril 9, BN, Lisboa*.

<sup>31</sup> Provavelmente trata-se de um dos cadernos estudados em: NETO, Maria João Baptista, “Monumentos Nacionais através do lápis do distinto eborense Gabriel Pereira (1849-1911)”, *Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, n.º 26, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Abril 2007 pp. 124-133.

<sup>32</sup> ACL, Livro 59B, pp. 14-16.



demonstrativos da forte relação com o mar ainda existente no povo português, com uma indústria pesqueira produtora de matérias e componentes artísticos de capacidade técnica artesanal e, por outro lado a escolha e recolha dos objectos de Arte Decorativa e Sacra, tentando obviamente seleccionar objectos onde se estabelecesse a relação entre as duas artes e revelando a importância do estudo e difusão da mais antiga, para a ilustração e benefício da mais recente.

Esta contribuição foi ainda mais longe e a 30 de Abril, conjuntamente com Joaquim de Araújo, apresentou o esboço de programa da exposição, posteriormente enviado para a legação espanhola em Lisboa. Neste documento encontravam-se representados os vários pontos anteriormente referidos.

~Programa.~

*I. Secção Marítima*

- a) Mappas e quadros demonstrativos dos descobrimentos portugueses e historia dos methodos de navegação e conhecimentos geographicos em Portugal nos seculos 15 e 16.*
- b) Collecção de cartas marítimas e portulanos relativos a Portugal e suas colonias nos referidos seculos.*
- c) Collecção completa dos Atlas e cartas modernas de Portugal e suas colonias.*
- d) Modelos das embarcações portuguezas nos seculos 15 e 16.*
- e) Collecção completa das actuaes embarcações de pesca nas costas portuguezas.*
- f) Collecção de todos os aparelhos de rede e anzol empregados na industria da pesca em Portugal.*
- g) Collecção dos trabalhos de marinheiro na Real Armada portugueza empregados na arte da navegação.*
- h) Collecção de quadros do natural documentando o estudo da ichtyologia marítima, fluvial e lacustre nas aguas de Portugal.*
- i) Collecção de motivos de ornamentação: remos, fatechas, redes, boias, cabaças, vellas, camaroeiros, nassas, tremalhos, collecção de bandeiras e estandartes, etc<sup>a</sup>.*
- j) Documentos de historia e archeologia marítima: padrão de Diogo Cão, janella da casa de Christovao Colombo na Madeira, Sineta da Nau Capitanea de Vasco da Gama, imagem de S. Gabriel – figura de proa da Nau de Vasco da Gama, modelo – reconstrucção da referida nau, astrolabios, etc<sup>a</sup>.*

*II Secção bibliographica e documental*

- a) *Catalogo dos documentos mais importantes relativos a descobrimentos portugueses desde o seculo 15 até meiodos do seculo 16.º*
- b) *Fac-simile e reproducções de alguns dos mais notaveis dos referidos documentos,*
- c) *Collecção de roteiros, manuscriptos e livros antigos, concernentes aos descobrimentos e arte nautica no periodo indicado.*
- d) *Memorias originaes especialmente feitas sobre descobertas e navegações portuguezas nos seculos 15 e 16.*
- e) *Imprefsão exprefsamente feita do manuscripto de Duarte Pacheco Pereira (1505) Esmeraldo. – “De situ orbis.”*

### *III. – Ethnographia americana*

- a) *Instrumentos de pedra americanos.*
- b) *Ceramica.*
- c) *Armas.*
- d) *Tecidos*
- e) *Mascaras e ornatos*
- f) *Utensilios domesticos*
- g) *Mumias e idolos*

### *IV. – Secção d’arte ornamental*

- a) *Peças de ourivesaria portugueza no seculo 16 provenientes das collecções publicas e particulares.*
- b) *Moveis portuguezes de inspiração indiana, tapeçarias, etc.<sup>a</sup>*
- c) *Photographias dos principaes monumentos portuguezes, egrejas, tumulos, pelourinhos, etc.<sup>a</sup> da epoca manoelina, e mais importantes detalhes da architectura desta epoca destinados a exemplificar a originalidade do stylo portuguez e suas differenças caracteristicas do pleteresco hespanhol.*
- d) *Collecção de livros, illuminuras, encadernações, etc.<sup>a</sup> nos seculos 15 e 16. – Bibliographia artistica<sup>33</sup>.*

Em Maio de 1892, Ramalho deslocou-se ao Algarve para procurar objectos<sup>34</sup>, reunindo um total de 24 volumes<sup>35</sup>. Para além de elementos para a mostra, também recolheu

<sup>33</sup> ACL, Livro 59B, pp. 14v-15. Este documento encontra-se publicado em: ARAUJO, Joaquim de, “A Comissão...”, pp. 7-14.

<sup>34</sup> Há no espólio da BNP, alguns cadernos preenchidos com anotações sobre deslocações ao Algarve, muito provavelmente relativos a esta viagem de preparação da exposição, como por exemplo BNP, E19/79 - Caderno 1 – Algarve – Impressões de Alfeizeirão, Loulé, Messines e Silves. – Como o A. salva a criada de

objectos para a ornamentação das salas, provavelmente já em consonância com o decorador por si sugerido<sup>36</sup>. Outra deslocação importante do escritor nesse contexto foi a sua ida a Madrid em Junho, de onde trouxe várias indicações sobre as vitrinas, as salas, o espaço expositivo, além da falta de representações de Portugal na União-Ibero-Americana e da má localização da legação portuguesa em Madrid<sup>37</sup>. Numa colectânea de textos organizada pela Clássica Editora nos anos quarenta, foi recolhido um artigo sobre esta primeira estada na capital espanhola onde, para além das habituais considerações mundanas de várias ordens, se consegue constatar a sua recepção oficial na Comissão Directora das festas do centenário de Colombo e a conseqüente visita ao edifício do evento, ainda em construção, onde se iria instalar posteriormente a Biblioteca Nacional e um Museu de Pintura Moderna<sup>38</sup>.

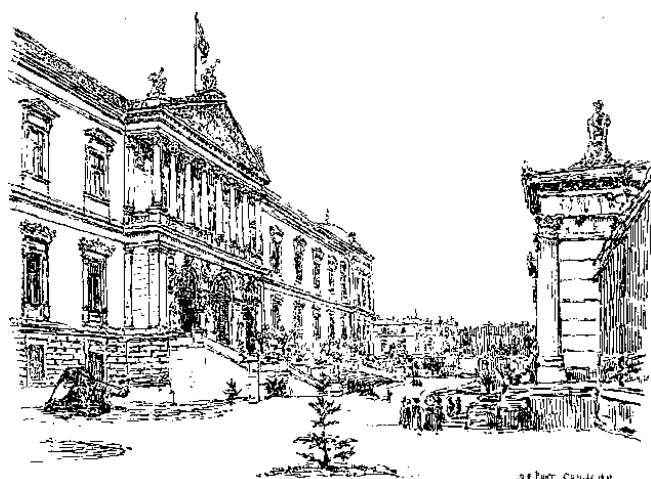


Figura 23 – Palacio da Bibliotheca, onde estão installadas as diversas secções da Exposição colombiana<sup>39</sup>.

*Hotel Silvensse n'uma afflicção e a livra de um castigo iminente* e BNP, E19/117 - Caderno 39 - *Excursões Algarve*. Mesmo estando ausente das sessões, Ramalho enviou uma lista de objectos indicados para figurarem na exposição: ...*Busto do infanti* [sic] *D. Henrique, em madeira, esculpido por Soares dos Reis, pertencente á Associação Commercial do Porto; naveta de prata, em forma de galeão, da Irmandade do Sacramento de Bellas; Custodia da Sé do Porto, que tem as armas de D. Diogo / de Souza, trabalho do fim do seculo 15º; naveta de prata, em forma de galeão, da junta de parochia de Condeixa-a-Velha; dois objectos de prata dourada (seculo 16º) da Sé de Coimbra; naveta representado um galeão, da Misericordia do Funchal; varios objectos em prata do seculo 15º, do Museo do bispado de Coimbra; naveta representando um galeão (seculo 16º) de S. Pedro de Almargem do Bispo, concelho de Cintra; varias peças de ourivesaria da Sé do Porto e da Collegiada de Guimarães; varios objectos da Academia de Bellas Artes de Lisbôa; um contador que era do convento de Thomar e que está na Torre do Tombo. ACL, Livro 59B, pp. 16v-17.*

<sup>35</sup> Estes volumes encontravam-se na alfândega a 3 de Junho. ACL, Livro 60B, *Comissão Portuguesa da Exposição Columbina – Correspondencia*, [20 de Fevereiro de 1892 a 21 de Janeiro de 1894], p. 7.

<sup>36</sup> ACL, Livro 59B, pp. 28v-29

<sup>37</sup> ACL, Livro 59B, pp. 21-21v.

<sup>38</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Pela Terra Alheia*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1949, Tomo I, p. 123 e seguintes. Esta edição alterou a original colectânea organizada com este nome, publicada em 1916, muito provavelmente pelo seu filho Vasco, a partir de artigos da *Gazetta de Notícias* do Rio de Janeiro.

<sup>39</sup> PINHEIRO, Rafael Bordalo, *O António Maria*, n.º 366, Ano VIII, 22 de Dezembro de 1892, p. 630.

Apresentado todo este encadeamento de acontecimentos, a sua selecção como representante português durante o decorrer da exposição em Madrid foi evidente<sup>40</sup>, tendo sido a necessidade da criação deste posto um assunto recorrente desde as primeiras sessões, chegando o próprio Ramalho, a referir este imperativo<sup>41</sup>.

Ainda antes da formação da Comissão da Academia, provavelmente como resultado dos trabalhos iniciados pelas outras instituições, a partir do mês de Setembro de 1891, começaram a realizar-se vários pedidos de peças e vitrinas à Academia Real das Belas Artes<sup>42</sup>. Na resposta oficial a uma requisição datada de 9 de Setembro de 1892<sup>43</sup>, foram enumerados praticamente todos os objectos cedidos, sendo especificados aqueles a que não se dera autorização de saída devido ao seu estado de conservação ou por constituírem elementos fundamentais das decorações das vitrinas do Museu, sem os quais ficariam desguarnecidas<sup>44</sup>. Independentemente destes impedimentos, algumas dessas peças acabaram por figurar na exposição madrilena.

Logo no dia 22, chegou nova ordem do Ministério do Reino, indicando Ramalho Ortigão como a pessoa responsável pela recolha dos objectos cedidos *...encarregado de providenciar como o maximo cuidado – não só sobre a guarda e devida conservação dos mesmos objectos, como sobre a restituição d’elles a essa Academia*<sup>45</sup>.

Entretanto os trabalhos da Comissão para a preparação da Exposição prosseguiram entre Fevereiro e Setembro de 1892, sendo os seus resultados mais tarde destacados por Joaquim de Araújo, pela sua contribuição para o melhor conhecimento da época dos Descobrimentos sobre várias vertentes:

<sup>40</sup> Ramalho Ortigão foi nomeado pelo chefe do Governo, José Dias Ferreira, a 20 de Agosto de 1892, ANTT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, 3.ª repartição, 1892*, Mç. 4031. Esta determinação foi, muito provavelmente, realizada sob a sugestão da Comissão da Academia, embora os seus membros apenas tenham chegado a este acordo a 27 de Agosto seguinte. ACL, Livro 59B, pp. 28v-29. O Decreto da nomeação oficial apenas foi assinado no primeiro dia do mês de Dezembro desse ano. ACL, Livro 33B, p.169v. Até ao momento não conseguimos encontrar este Decreto publicado no Diário do Governo. Entre as suas funções estavam a orçamentação do evento, apresentada a 12 de Setembro, na 25ª sessão. ACL, Livro 59B, p. 29v.

<sup>41</sup> Proposta apresentada a 21 de Julho de 1892, ACL, Livro 59B, p.26v.

<sup>42</sup> ANBA, 1-C-SEC.057, *Ministério do Reino – Correspondência Entrada, Anos 1888-1903*, e ANBA, 3-A-SEC.172, *Correspondência Entrada – Vários, Vol I*, [ 1831? a 16-12-1893]. Esta requisição de peças em Setembro de 1891 ainda foi efectuada pelo Ministério da Instrução Pública e Belas Artes, extinto em Março de 1892.

<sup>43</sup> ANBA, 1-C-SEC.057. Ver Anexo 1 – Documentação, Documento 11.

<sup>44</sup> ANBA, 2-A-SEC.095, *Livro de Correspondência com o Ministerio do Reino*, [19-9-1884 a 17-5-1905], n.º 25. Anexo 1 – Documentação, Documento 12.

<sup>45</sup> ANBA, 1-C-SEC.057.

*...investigando sollicitamente quanto lhe pareceu digno de um estudo de maior; preparando elementos que hão de certamente enriquecer as collecções nacionaes; inventariando objectos notáveis na historia da nossa evolução artística dos séculos XV e XVI; chamando para o nosso paiz documentos curiosos e importantes como o inapreciavel mappa de Cantino, que ha pouco ainda fôra citado entre nós a primeira vez pelo sr. Gabriel Pereira; elaborando monographias originaes que honram singularmente os seus autores, rebuscando no Archivo Nacional os mais preciosos documentos para a historia dos nosso navegadores; colleccionando e recolhendo memorias de descobertas e descobridores; procedendo a averiguações sobre o paradioiro de relíquias dos nossos fastos artisticos e historicos; procurando emfim documentar os trechos desse periodo admiravel da civilisação portuguesa, que vêm desde a ultima parte do seculo XV até meados do século XVI.<sup>46</sup>*

Apesar dos trabalhos encetados, a três meses do início da exposição ainda pairavam dúvidas sobre a participação do país neste certame. Numa carta dirigida pela Academia ao Director-Geral de Instrução Publica, lamentava-se a falta de interesse no empréstimo das peças necessárias, não se entendendo esta fraca colaboração, quando o propósito da exposição não se limitava a uma mostra de objectos relacionados com as Descobertas, mas sim com a glorificação da Arte portuguesa nos séculos XV e XVI<sup>47</sup> a época áurea do nosso país. Esta indiferença apenas contribuía para a ideia do pouco valor dado a Portugal na conjuntura histórica e social europeia então vivida, vindo este apelo ao encontro da necessidade de afirmação do nacionalismo emergente, especialmente desde os acontecimentos recentes em África, sublinhando as nossas palavras anteriores.

<sup>46</sup> ARAUJO, Joaquim de, “A Comissão...”, pp. 15-16.

<sup>47</sup> Carta datada de 12 de Setembro de 1892, ACL, Livro 3B, pp.73v a 74v.



Figuras 24 a 27 – Duas imagens do retábulo de Santa Auta: *Partida de Colónia das Relíquias de Santa Auta* (cima dir) e *Chegada das Relíquias de Santa Auta ao Mosteiro da Madre de Deus* (baixo esq). Reprodução da porta de entrada (cima esq) e do quadro da *Partida das Relíquias* (baixo dir) por Rafael Bordalo Pinheiro<sup>48</sup>.

Mesmo perante as dúvidas a iniciativa desenvolveu-se e, no fim desse ano, Rafael Bordalo Pinheiro compôs a decoração das salas da mostra madrilena com matérias-primas

<sup>48</sup> <http://www.matriznet.imc-ip.pt/ipm/MWBINT/MWBINT00.asp>, pesquisa realizada a 29 de Dezembro de 2008 e PINHEIRO, Rafael Bordalo, *O António Maria*, n.º 366, Ano VIII, 22 de Dezembro de 1892 e 367, Ano VIII, 30 de Dezembro de 1892, Manuel Luiz da Cruz (editor), Lisboa, 1892, pp. 629 e 640, respectivamente.

de pescadores, executadas por marinheiros da Real Armada portuguesa, construindo todo um conjunto em cordame onde se reproduziam motivos de estilo manuelino, tão característicos da época áurea dos descobrimentos portugueses, acentuando a busca da aproximação da Arte Antiga à Arte Industrial.

O exemplo mais interessante desta decoração foi a reprodução do portal da igreja da Madre Deus em corda, oferecido ao Governo espanhol no fim da mostra<sup>49</sup>. A escolha deste motivo é curiosa, visto a sua autenticidade ser dúbia, até para o próprio Ramalho, inspirada num quadro de Gregório Lopes, representando a *Chegada das Relíquias de Santa Auta ao Mosteiro da Madre de Deus*<sup>50</sup>. Nos desenhos de Rafael Bordalo Pinheiro, publicados em dois números de *O António Maria*, sobressai a reprodução deste último quadro, como se poderá ver Figura da página anterior. Para além destes elementos e dos remos e faróis dos bergantins reais, encontravam-se ainda grandes peças de loiça e azulejos reproduzindo exemplares do século XVI existentes em edifícios portugueses, produzidos na Fábrica Nacional, propriedade de Bordalo Pinheiro, estabelecida nas Caldas da Rainha<sup>51</sup>, comprovando a ligação tão defendida pelo nosso escritor entre a Arte Antiga e as Artes Industriais.

A estrutura e planeamento deste esquema decorativo foram explicados na última parte do catálogo, onde se encontra referido que esta profusão de elementos procurava demonstrar o expoente da capacidade técnica portuguesa. No texto de Rafael Bordalo Pinheiro publicado no *António Maria*, encontramos a filosofia subjacente a toda a encenação realizada: a exaltação da glória nacional.

*Armada a secção portugueza na Exposição Colombiana, Portugal, o velho, o velhinho de pernas de pau e muleta, logrou apresentar-se bem, tão bem que nem parecia o mesmo.*

<sup>49</sup> As vitrinas também foram oferecidas a instituições espanholas. ACL, Livro 59B, folha solta no princípio.

<sup>50</sup> No catálogo também se encontra a referência ao quadro da *Partida de Colónia das Relíquias de Santa Auta*, erroneamente interpretada na época como retratando a chegada destas relíquias a Lisboa. ORTIGÃO, Ramalho, *Catálogo Especial de Portugal*, Cuarto Centenario del Descubrimiento de América, Exposición Histórico-Americana, Est. Tipográfico «Sucesores de Rivadeneira», Impresores de La Real Casa, Madrid, 1892, p. 11. Curiosamente, encontramos uma carta datada de 20 de Setembro de 1892, onde a Comissão Administrativa do Asilo D. Maria Pia se opunha à saída de dois quadros do Convento da Madre de Deus. ANTT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, 3.ª repartição, 1892*, Mç. 4031.

<sup>51</sup> ... *Los que se ven en los trenzados de cuerdas de las vitrinas, son de la época de D Juan III, reproducidos de la iglesia de la Madre de Dios. Los que adornan la parte inferior de la vitrina otogona, son copia de la casa llamada da Bacalhôa, mandada edificar por el rey D. Manuel para el hijo de Alfonso de Alburquerque. Los de estilo mozárabe proceden de los que se encuentran en el Real palacio de Cintra y en la iglesia de la Sé Velha, en Coimbra.* ORTIGÃO, Ramalho, *Catálogo especial...*, p. 14.

*Symbolos ricos d'uma grandeza histórica, quasi incomparavel, casados com salientes specimens das nossas modernas industrias, tudo disposto sob um principio decorativo, que, sem vãs modéstias, signalava bem as particulares tendências da raça lusitana – a sua idyosincrasia artística, a sua feição toda, marítima, toda d'aventuras – davam n'um pittoresco resumo todo o fio da nossa vida passada e presente e abriam a janella de sol para o futuro, pois mostravam, sem nuvens, que não vivemos só de platonicas tradições, do echo de esmorecidos prestígios.*

*Urge dizel-o: - a secção portugueza deu a quantos a visitaram uma sensação de estranheza.*

*A legenda pessimista da nossa completa decadência, como um nevoeiro tenue, dissipou-se. A nossa arte e a vossa industria, tidas e havidas como coisas velhas, anemicas, esfarrapadas, vestidas de teias d'aranha, ficaram sendo olhadas pelos olhos dos estrangeiros como duas das mais fortes columnas que hão-se aguentar o peso da contemporanea gloria europea<sup>52</sup>.*

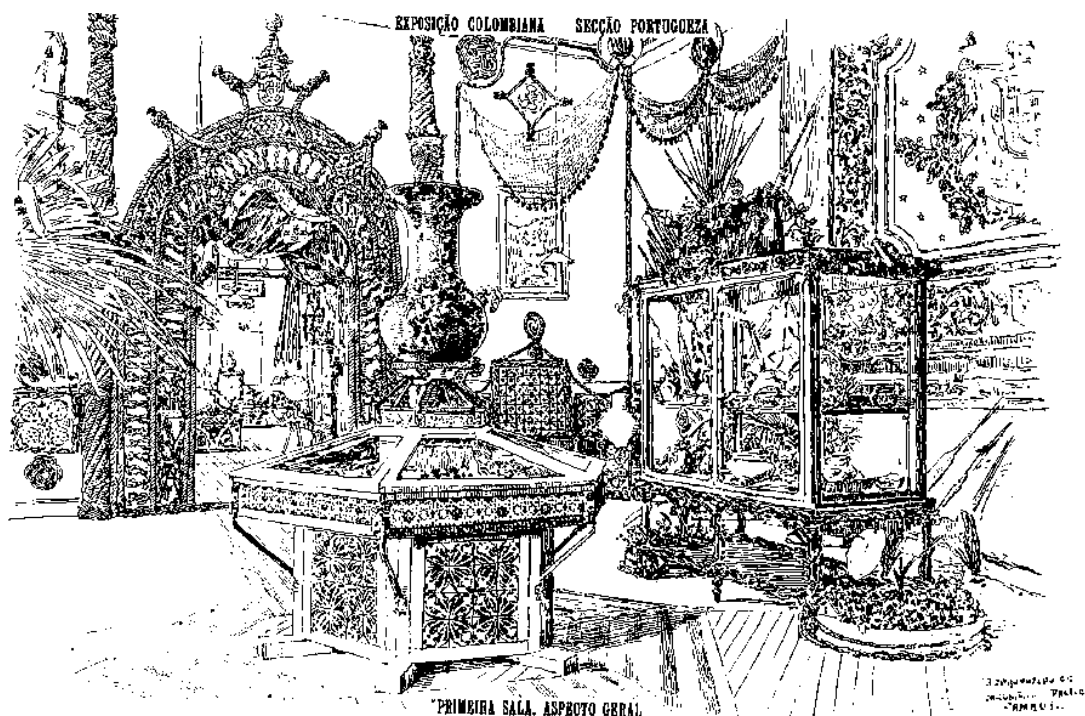


Figura 28 – Vista da primeira sala da representação portuguesa na Exposição Colombiana<sup>53</sup>.

<sup>52</sup> PINHEIRO, Rafael Bordalo, *O António Maria*, n.º 367, Ano VIII, 30 de Dezembro de 1892, Manuel Luiz da Cruz (editor), Lisboa, 1892, p. 630.

<sup>53</sup> PINHEIRO, Rafael Bordalo, *O António Maria*, n.º 366, Ano VIII, 22 de Dezembro de 1892, p. 632.



Segundo Pinheiro Chagas, numa carta escrita de Madrid, o impacto da decoração das salas portuguesas foi tão grande *...que todos os paizes, já adiantados na installação recuaram outra vez ao ponto de partida, modificando sensivelmente as decorações respectivas*<sup>54</sup>.



Figura 29 – Vista da segunda sala da representação portuguesa na Exposição Colombina<sup>55</sup>.

Apesar desta aparente harmonia entre Ramalho e Rafael Bordalo Pinheiro, na correspondência recebida por Emília Ortigão aparece a sugestão a alguns problemas entre os dois amigos durante a montagem da exposição<sup>56</sup>, mas nada de significativo para o abalo da sua sólida amizade.

Foi também através da leitura destes documentos do género epistolar, que nos apercebemos ter sido Ramalho o autor do catálogo da exposição<sup>57</sup>. Como não encontrámos este aspecto mencionado anteriormente, sublinhamos a sua importância como elemento essencial para a compreensão da vertente patrimonialista do nosso autor. Este facto confirmou-se na consulta do seu processo individual da Biblioteca da Ajuda,

<sup>54</sup> ACL, Livro 59B, p. 33.

<sup>55</sup> PINHEIRO, Rafael Bordalo, *O António Maria*, n.º 366..., p. 633.

<sup>56</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Cartas...*, pp. 77-78.

<sup>57</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Catálogo Especial...*

onde Ramalho escreveu um pequeno apontamento para acompanhar as peças emprestadas à Sociedade de Geografia para a *Exposição de Cartografia Nacional*, entre Janeiro de 1903 e Fevereiro de 1904.

*No catalogo da secção portugueza da Exposição Historico-maritima, celebrada em Madrid por ocasião do centenario de Colombo, foi este Atlas attribuido, sem especificação de clausulas ao cartographo Vaz Dourado. A extrema precipitação com que foi feito esse catalogo, por mim redigido em castelhano, e a seguir impresso composto, revisto e impresso no praso de quarenta e oito horas, deu origem a esse abuso de laconismo de que pode resultar confusão.*<sup>58</sup>

Esta precipitação na edição também foi realçada numa carta de Joaquim de Araújo de agradecimento ao envio do catálogo, onde foram tecidas algumas críticas ao texto, tomando o seu autor a liberdade de apontar alguns aspectos com os quais discordava na escolha das palavras, ou mesmo, o fornecimento de ideias erradas, como seria a existência de um autógrafo de Rui Pina em Paris<sup>59</sup>.

Para a organização deste Catálogo publicado em castelhano, Ramalho começou por elaborar uma breve resenha sobre a organização da exposição e os seus objectivos: a divulgação do papel português no desenvolvimento da geografia, da navegação, dos descobrimentos e das conquistas do Novo mundo; a importância da sua contribuição para o estudo da etnografia americana, através da apresentação de uma colecção onde predominavam utensílios brasileiros<sup>60</sup> e a definição do grau de cultura e civilização portugueses entre os séculos XV e XVI, através da apresentação de pintura, objectos de

<sup>58</sup> BA, *Arquivo Interno*, D. 295 – *Direcção de Ramalho Ortigão*, 32 – [1903] *Relação das Obras que foram enviadas para a exposição de Cartografia Nacional, Auto de Entrega das obras assinadas por Ramalho Ortigão e Ernesto de Vasconcelos*, p. 6.

<sup>59</sup> BNP, E19/945, Araújo, Joaquim, , s.d.

<sup>60</sup> Esta secção tinha um catálogo autónomo, ARAGÃO, A. C. Teixeira, “Catálogo dos Objectos de Arte e Industria dos Indigenas da America que pelas festas commemorativas do 4.º centenário da sua descoberta a Academia Real das Sciencias de Lisboa envia é Exposição de Madrid”, *Memorias da Commissão Portugueza, Memorias da Academia Real das Sciencias, Classe de Sciencias Moraes, Políticas e Bellas Lettras*, Nova Serie, Tomo VI, Parte II, Typographia da Academia, Lisboa, 1892. De qualquer modo Ramalho fez uma descrição interessante de uma parte:

*La colección de cerámica brasileña se compone de artefactos de la época colonial y de la época anterior á Pedro Alvares Cabral. En esta colección figuran piezas de los antiguos barros prehistóricos hallados en los recientes excavaciones de la isla de Marajó; barros más modernos de la provincia del Amazonas en que se notan los mismos temas decorativos de los barros de Marajó. Entre las calabazas hay algunos ejemplares delicadamente pintados en estilo italiano y ornamentados en las oficinas fundadas en el Gran Pará por los misioneros portugueses. Muito provavelmente referindo-se às peças por si cedidas para figurarem na exposição.*

prata, mobiliário e fotografias de monumentos. Finalmente, a pretensão de demonstrar a permanência da índole marítima do povo português através de elementos sobre a pesca e a navegação nas nossas costas<sup>61</sup>. Para alcançar estes objectivos, a exposição encontrava-se dividida em quatro secções: documental e bibliográfica, etnografia americana e a Arte ornamental e marítima. Em seguida o nosso escritor fez uma descrição dos objectos mais pertinentes de cada secção, explicando pontualmente a razão da sua escolha.

Na parte dedicada à Arte Ornamental, designada por Arte Europeia, foi realizada uma divisão em três partes, Mobiliário português dos séculos XV, XVI e primeira metade do XVII, Pratas portuguesas, com alguns objectos emprestados por D. Carlos e pelo Museu Nacional, e Pintura, representada por oito quadros de influência francesa, destinados a mostrar a alta qualidade plástica desta arte no Renascimento.

A leitura destas linhas mostra-nos a concretização práticas dos seus objectivos, em total acordo com as ideias passadas na literatura publicada e na documentação analisada ao longo desta tese, mais tarde materializadas e sistematizadas no seu *O Culto da Arte em Portugal*, onde era sublinhada a importância dos catálogos das exposições desta natureza para a inventariação do património artístico português.

Embora a inauguração da exposição tenha ocorrido no dia 30 de Outubro, apenas se celebrou a sua abertura oficial quando visitada pelos reis dos dois países da Península Ibérica<sup>62</sup>. No referido volume de *Pela Terra Alheia*<sup>63</sup>, encontramos um artigo, datado de 4 de Dezembro, onde o nosso escritor descreveu a ovação dos espanhóis à Rainha de Portugal com uma grande festa espontânea<sup>64</sup>, sendo a descrição desta cerimónia mais desenvolvida numa carta a Emília, onde relatou a chegada de D. Carlos e de D. Amélia, bem como um episódio curioso, relacionado com um mal entendido suscitado pela encomenda de ramos de Violetas para oferecer às rainhas quando estas entrassem nas salas da delegação portuguesa, também publicado na referida obra do Baron de Barghon de Fort-Rion<sup>65</sup>.

<sup>61</sup> Esta secção também tinha um catálogo próprio escrito por Baldaque da Silva, SILVA, Baldaque da, *Catalogo da secção maritima portugueza na Exposição de Madrid em 1892 - comemoração do descobrimento da America*, Typographia da Academia Real das Ciencias, Lisboa, 1892.

<sup>62</sup> Documento enviado por Pinheiro Chagas ao Presidente do Conselho de Ministros e Secretário de Estado dos Negócios do Reino a 31 de Outubro de 1892. ANTT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, 3.<sup>a</sup> repartição, 1892, Mç. 4031.

<sup>63</sup> ORTIGÃO, Ramalho, “A Rainha”, *Pela ...*, 1949, pp. 193-199.

<sup>64</sup> No Espólio da BNP encontra-se uma carta escrita pelo Conde de Arnoso onde se refere este artigo. BNP, E19, cx. 11, E19/961 – ARNOSO, *Conde de*, 1893, Jan, 26, Lisboa.

<sup>65</sup> FORT-RION, Le Baron de Barghon de, *Le Portugal ...*, p. 10. Também encontramos referência a esta história num texto manuscrito existente no Espólio da BNP, provavelmente rascunho de um artigo: BNP, E19/2203 – MOLÉRES, *Émile de, L'Exposition Historique de Madrid, [1892] [Madrid]*.

*...Quando eu offereci os ramos deu-se o signal de apito como a bordo dos navios de guerra, os marinheiros depois de tirarem os chapéus, gri-/taram todos por tres vezes como nas vergas dos navios: Viva! viva! viva! Esta palavra diz-se muito arrastada, demorando muito a primeira sylaba. Não imaginas o effeito! O rei ficou muito commovido, desde esse momento principiou a tratar-me por tu. Com as violetas succedeu uma coisa engraçada. Eu mandei à ultima hora um telegramma ao Bernardo para que elle me trouxesse violetas, Não lhe dizia para que, e pedia-lhe segredo.*

*O Bernardo não foi ao paço antes de partir, mas o rei abriu o telegramma, e ja na estação disse ao Bernardo: “O Ramalho mandou-te um telegramma a pedir / violetas. Pede-te segredo, de modo que são naturalmente para um fim galante, Eu mandei-lhe comprar quantas violetas se encontrassem e levo-lh’as.” Effectivamente à noite appareceu no Hotel Ingles um creado do Palacio trazendo as violetas dentro de um grande cesto muito bonito, e dizendo que vinham para mim da parte do rei de Portugal. Não se pode ser mais amavel nem mais amigo...”<sup>66</sup>*

O destinatário do telegrama referido, Bernardo, o futuro Conde de Arnoso, era secretário particular do Rei D. Carlos e amigo de Ramalho e pertencente ao grupo dos *Vencidos da Vida*. Este documento também nos mostra uma proximidade entre o rei e o nosso escritor, explicando a familiaridade posterior existente no seu “convite” para o desempenho das funções de Bibliotecário-mor da Ajuda.

O sucesso da Exposição foi grande, tendo sido atribuídas duas medalhas de ouro à Academia, uma pela organização da representação e a colecção de objectos etnográficos e geográficos expostos, outra pelas publicações produzidas. Recebeu também uma de prata, comemorativa, atribuída pela direcção das festas<sup>67</sup>. Os principais envolvidos, Oliveira Martins, Pinheiro Chagas e Ramalho Ortigão também foram homenageados pelo Governo espanhol com a atribuição da condecoração de Cavaleiro Gran Cruz da Real Ordem de Isabel a Católica<sup>68</sup>. Apesar da distinção, nas cartas a sua mulher, Ramalho confessou

<sup>66</sup> BNP, E19/352 – *ORTIGÃO, Ramalho a ORTIGÃO, Emília Ramalho, [1892] Madrid.*

<sup>67</sup> ACL, Livro 33B, pp. 170v e 171, 174v Numa carta de Joaquim de Araújo encontram-se referidas as atribuições de mais medalhas de prata e de cobre e os seus destinatários. BNP, E19/942, *ARAÚJO, Joaquim de, 1893, Fev, 10.*

<sup>68</sup> Numa carta de Fevereiro ou Março de 1893, Ramalho pedia conselhos sobre a toilette a usar para ir agradecer à Rainha de Espanha a credencial de Cavaleiro Gran Cruz da Real Ordem de Isabel a Católica, *ORTIGÃO, Ramalho, Cartas...*, pp. 89-90.

alguma contrariedade face à medalha de ouro que o júri da exposição lhe pretendia conferir.

*... No trabalho que tive com a organização da exposição e dos desgostos profundos que ella me deu ahi, chegando a engulir humilhações, não quero recompensa nenhuma, porque não há recompensa que me pague. Fazer o que eu fiz, escolher os objectos que eu escolhi, e pôr aqui o que eu pus n'um quadro completo da civilização portugueza, demanda uma cultura, uma vista de conjunto, um sentimento de nacionalidade, uma comprehensão do que è a gloria da minha raça, de que ninguem mais, nem Academia, nem Rei, nem Bordallo, nem ninguem deu testemunho...*<sup>69</sup>



Figura 30 – Pessoas envolvidas na organização da Exposição Colombina<sup>70</sup>.

Esta homenagem não era totalmente descabida. Como referimos, durante a sua estada em Espanha, Ramalho integrara-se na sociedade madrilena em torno da Exposição, sendo convidado para vários acontecimentos, saraus, jantares, etc., entre os quais se destacam os convites da Rainha regente de Espanha, Maria Cristina, para as suas recepções<sup>71</sup>, demonstrando a sua notoriedade nestes meios. Nessa altura, foi também nomeado sócio

<sup>69</sup> BNP, E19/374, *ORTIGÃO, Ramalho a ORTIGÃO, Emília Ramalho*, [31 Dez, Madrid] Este excerto encontra-se publicado em *ORTIGÃO, Ramalho, Cartas...*, p. 109.

<sup>70</sup> PINHEIRO, Rafael Bordalo, *O António Maria*, n.º 367..., p. 639.

<sup>71</sup> BNP, E19/1215-1217 – *Rainha regente Espanha (Maria Cristina)*, 1892, Nov 11(2), s.d. 2, Madrid. Esta conclusão também pode ser retirada da correspondência enviada a sua mulher existente neste espólio.

correspondente da Sociedad Geográfica de Madrid a 25 de Outubro de 1892<sup>72</sup> e sócio correspondente da Real Academia de Bellas Artes de San Fernádo a 22 de Maio do ano seguinte<sup>73</sup>, ligação esta que não deve ser descurada dada o papel proeminente desta instituição na salvaguarda do património artístico espanhol no século XIX<sup>74</sup>.

No seio da Comissão portuguesa, os votos de louvor ao seu representante na capital espanhola foram constantes, tendo sido enviada uma missiva para o informar deles<sup>75</sup>. No contexto da própria Exposição colombina, deve também referir-se a sua selecção para a proposta de um motivo alegórico para a medalha a conceder como recompensa aos expositores, em conjunto com os Srs. Juan Facundo Riaño e J. José Ramon Mérida,<sup>76</sup> a sua nomeação como vice-presidente do júri da Exposição Histórico-europeia<sup>77</sup>, bem como um convite para participar na seguinte exposição colombina a realizar-se nos Estados Unidos<sup>78</sup>.

Depois de resolvidas as questões inerentes à organização da exposição e à dúvida sobre a participação portuguesa no certame até ao último instante, rapidamente se gerou um novo problema, pois o período previsto para a representação portuguesa, até ao final do mês de Janeiro, juntamente com a exposição Histórico-americana não coincidia com o das outras delegações constituintes da exposição Histórico-europeia, onde a nossa representação se enquadrava também. Para evitar o encerramento das salas portuguesas, o Governo espanhol começou a pressionar os representantes portugueses na Exposição com vista ao prolongamento da sua abertura, explicando este facto as várias menções ao assunto encontradas nas cartas de Ramalho, logo a partir de Dezembro<sup>79</sup>. Muito incomodado com este aspecto, o escritor apelava ao apoio da Comissão da Academia, para se conseguir prolongar a mostra<sup>80</sup>. Esta questão gerou alguma polémica e a Exposição, cujo período

<sup>72</sup> BNP, E19/2014 – [Diploma], 1892, Madrid.

<sup>73</sup> BNP, E19/1008 – *Simeón Avals Agra, 1893, Maio, 23, Madrid* e E19/2015 – [Diploma], 1892, Madrid.

<sup>74</sup> Não encontramos qualquer referência específica a este aspecto na documentação analisada no decorrer desta tese

<sup>75</sup> Como foi o caso da sessão de 29 de Dezembro de 1892. ACL, *Livro 60B*, p.14v. Seria interessante analisar qual o impacto desta organização na imprensa periódica.

<sup>76</sup> BNP, E19/1089 – *CÁNOVAS DEL CASTILHO, a. 1893, Fev, 1, Madrid*

<sup>77</sup> Documento enviado pela Comissão da Real Academia das Ciências no dia 1 de Fevereiro de 1893. ANTT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, 3.ª repartição, 1892, Mç. 4031.*

<sup>78</sup> BNP, E19/1384 – *S. B. Luce, 1892, Dez, Madrid.*

<sup>79</sup> Pela leitura das cartas escritas por Ramalho sobre esse assunto para vários destinatários, vemos o seu desespero na resolução deste problema, chegando a apelar ao Rei, numa carta dirigida ao seu amigo Conde de Arnoso, onde realizou uma descrição pormenorizada dos factos. BNL, *Espólio do Conde de Arnoso, E32/2630, ORTIGÃO, Ramalho, 1836-1916, 1893, Abril 9, Madrid.*

<sup>80</sup> Nesse mesmo mês começou a discutir-se esta hipótese nas sessões da Comissão, acabando por se concordar com o prolongamento da abertura da exposição, sendo para isso necessário um subsídio do Governo. Acta de [?] de Dezembro de 1892, ACL, *Livro 58B*, pp. 35-35v.

inicial de previsão de abertura ao público se situava entre Dezembro de 1892 e Janeiro do ano seguinte, viu o seu término ser adiado sucessivamente até ao mês de Junho, quando se começaram a embalar as peças para o regresso a Portugal<sup>81</sup>. Pela leitura da correspondência enviada por Ramalho a Oliveira Martins<sup>82</sup>, ficamos com a ideia de que o seu intento foi sempre o de manter a exposição aberta, mesmo contra a vontade do Governo. Para pressionar esta decisão, Ramalho declarou prescindir dos seus honorários relativos aos meses extraordinários, vindo mais tarde a escusar-se quando o Governo lhe quis pagar os meses de Junho e Julho, correspondentes ao final da Exposição<sup>83</sup>.

Após terminada esta fase, a questão do regresso das peças a Portugal trouxe alguns dissabores ao nosso escritor, sendo publicado no dia 25 de Novembro um artigo no jornal *Século*, onde se referia o mau estado das peças do Museu de Arte Antiga provenientes da exposição, sendo frisado o desaparecimento de uma patena:

*- A Academia de Bellas Artes informou o governo de que dos objectos do Museo Nacional confiados á Commissão Colombina para a Exposição de Madrid chegaram arruinados um quadro, diversas molduras de outros, alguns moveis antigos, um pelicano, bastante deterioradas todas as vitrines, tendo desaparecido, como é já sabido, a patena de ouro esmaltado, chamada do calix de Alcobça, já tambem em tempo desaparecido, e não tendo ainda a Commissão / pago a respectiva emballagem<sup>84</sup>.*

Num cenário onde não existiam garantias da segurança das peças durante o seu transporte e permanência em espaços com condições expositivas diversas dos seus locais de origem, este tipo de acontecimentos era previsível<sup>85</sup>. Para resolver este problema, Ramalho perguntara anteriormente à Academia qual o valor desta peça para poder proceder ao seu

<sup>81</sup> Carta N.º 81 de 28 de Janeiro de 1893, ACL, Livro 60B, p15-15v. ACL, Livro 107B, *Comissão Portuguesa da Exposição Colombina – Receita e Despesa*, [12 de Abril de 1892 a 31 de Dezembro de 1893], p.6.

<sup>82</sup> BNP, E20/2024, *ORTIGÃO, Ramalho, [1893], Abril, 20, Madrid*.

<sup>83</sup> Acta de 21 de Agosto de 1893, ACL, Livro 59B, pp. 36-37v. A 6 de Julho de 1893 o Governo desbloqueou uma verba, para completar o pagamento das despesas da Exposição, de 5:200\$000, seguindo uma carta de lei datada de 30 de Junho de 1893. *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1893*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1894, p. 430.

<sup>84</sup> ACL, Livro 60 B, pp. 25. Encontrámos um ofício do Inspector da Academia Real as Belas Artes com as mesmas informações em ANTT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, 3.ª repartição, 1892*, Mç. 4031.

<sup>85</sup> Mesmo actualmente, apesar da existência de seguros e do acompanhamento permanente de técnicos das instituições de origem, estas questões continuam a levantar-se.

pagamento pessoalmente, tentando assim resolver a polémica questão, dada a sua responsabilidade pessoal pelo espólio emprestado<sup>86</sup>.

A publicação desta notícia, levou o escritor a redigir relatórios sobre o sucedido para a Real Academia das Ciências, provavelmente a seu pedido<sup>87</sup>. Estes documentos são de enorme interesse, proporcionando dados sobre a Exposição, o processo de embalagem e transporte e a questão dos honorários, sendo também tecidas considerações sobre conservação e restauro e algumas opiniões pessoais sobre certas situações geradas com a Exposição, incluindo uma nota justificativa das verbas atribuídas e das resoluções por si tomadas como representante do país, para tentar resolver as situações ocorridas de um modo digno. Estes documentos foram enviados ao Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Reino ainda nesse ano, colocando-se a Academia do lado do seu funcionário e apelando ao bom senso de não se aceitar o pagamento da peça como fora proposto por Ramalho, para indemnização dos danos ao Museu<sup>88</sup>.

No primeiro relatório<sup>89</sup> devem salientar-se alguns aspectos muito pertinentes para a compreensão do pensamento ramalhiano sobre o aspecto que temos vindo a estudar. Se por um lado, o escritor concordava com os cuidados a ter acerca da saída indiscriminada de peças dos museus, sob o risco de se perderem irremediavelmente, como acontecera com a patena, bem como noutros casos de peças emprestadas pela Real Academia das Ciências onde trabalhava, por outro, deveria ter-se em conta a importância das exposições retrospectivas de pintura e de Arte Ornamental ... *com tanta frequencia celebradas em todos os paizes cultos, onde constituem um nucleo de estudos comparados, indispensaveis á segurança da critica e ao conhecimento exacto da historia da arte*<sup>90</sup>. Ramalho equacionava nesta altura questões muito pertinentes sobre estes perigos, mas demorou ainda muitos anos o surgimento de uma tomada de consciência sobre este aspecto, cometendo-se entretanto erros muito arriscados para a protecção das principais preciosidades artísticas nacionais. Estas palavras eram expressas com bastante lucidez, demonstrando uma grande reflexão sobre a questão.

---

<sup>86</sup> ANBA, 3-A-SEC.172.

<sup>87</sup> ACL, Livro 60 B, pp. 24-28 e 28v-31v. Ver Anexo 1- Documentação, Documentos 13 e 14.

<sup>88</sup> Também há referências a estes elementos na documentação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo que temos vindo a citar.

<sup>89</sup> Embora o documento esteja datado de Dezembro, pela data da representação da Academia, consideramos ter havido um erro na transcrição, estando no original escrito Novembro.

<sup>90</sup> ACL, Livro 60 B, pp. 24-28



*Não me queixo de que principie por mim a exercer-se o zelo da Academia das Bellas Artes, antes muito me regosija e honra ser eu a fechadura escolhida, pela qual os zeladores officiaes da arte portugueza, seus portageiros e almotacés, abrem agora a nova era de uma administração mais perfeita...*<sup>91</sup>

No documento seguinte, o nosso escritor relatou minuciosamente o processo de embalagem das peças, descrevendo todo o cuidado tido neste processo, cuja leitura poderá ser cruzada com a análise de um caderno do Espólio da BNP onde foram rigorosamente assentes referências a todas as peças<sup>92</sup>.

Pouco antes do final do ano, foi enviado um ofício de Ramalho Ortigão ao Ministro do Reino, a lembrar o facto de o assunto dos honorários ainda não estar resolvido e a demonstrar a sua revolta contra a incapacidade geral de apresentação de um preço para a patena perdida. A desculpa do valor inqualificável da peça era para si infundada, visto que no Museu de South Kensington todos os objectos apresentavam uma referência ao seu preço, sendo por isso perfeitamente possível efectuar-se o mesmo no caso da peça portuguesa. Para concretizar este objectivo, o nosso escritor encetara um conjunto de averiguações sobre o objecto, não só pelas instituições, mas também nos arquivos da Biblioteca Nacional, de onde fora roubado o respectivo cálice do conjunto quando a peça ainda se encontrava sob a sua alçada<sup>93</sup>.

Estas dificuldades e dissabores não lhe retiraram a satisfação da obtenção prática de resultados das ideias por si defendidas. Ainda antes de começarem os problemas sérios na Exposição, em Janeiro de 1893, já Ramalho acalentava planos para lhe ser atribuída a função de organizar o Centenário de Vasco da Gama, propondo numa carta ao Conde de Arnoso, a formação de uma comissão na qual fosse inserido<sup>94</sup>. Não encontramos mais elementos sobre esta pretensão, com excepção de uma referência à sua nomeação como representante do Grémio Artístico na Comissão encarregue de organizar a este centenário,

---

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> BNP, E19/177 - *Caderno 99 - Índice da Exposição Portuguesa*.

<sup>93</sup> Documento datado de 26 de Dezembro de 1893, ACL, Livro 60 B, pp. 28v-31v.

<sup>94</sup> *...Pelo trabalho que a exposição me custou a mim, pelos desgostos profundos que ella me deu, pelas humilhações – por emquando impunes – que ella me obrigou a tragar, só ao governo portuguez caberia recompensar-me, se pusesse haver paga para serviços d’esses. Veja V. o que é em mim o terrivel espirito de aventura! Ainda agora saio de uma que me deu todas as apoquentações que V. sabe e muitas outras. / Pois o meu maior gosto seria metter-me n’outra immediatamente. A minha ambição sabe qual era? Era fazer eu o Centenario de Vasco da Gama. Bem sei que isto se não pode oficialmente incumbir a um individuo. Que se incumbisse a uma corporação e que essa corporação me elegeesse a mim. BNP, E32/2670, ORTIGÃO, Ramalho, 1836-1916, 1893, Jan 17, Madrid.*

por iniciativa da Sociedade de Geografia<sup>95</sup>, mas projecto este que não teve prossecução, provavelmente devido ao seu afastamento daquele Grémio<sup>96</sup>.

---

<sup>95</sup> Esta decisão foi comunicada a Ramalho numa missiva de D. José Pessanha. BNP, E19/1591 – *Pessanha, José, 1892, Dez 20, Lx.*

<sup>96</sup> Na sessão da Sociedade destinada a eleger a Comissão executiva para a organização do centenário, apenas aparecem referidos Luciano Cordeiro e Gabriel Pereira. Deve ter-se em conta que, embora ambos fossem vogais da Comissão dos Monumentos Nacionais, acumulavam os cargos de secretário da Sociedade de Geografia, entidade organizadora, e de director da Biblioteca Nacional, respectivamente. *Annaes da Comissão Central Executiva / apresentados pela Direcção da Sociedade de Geographia de Lisboa, 2.ª parte*, Sociedade de Geografia de Lisboa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1895-1896, pp. 5-6.

### 3.2. A colaboração com a Casa Real

Ramalho Ortigão encetou as suas ligações à Casa Real como oficial de secretaria da Real Academia das Ciências de Lisboa. As suas visitas em substituição de Latino Coelho, o secretário perpétuo daquela instituição, para a assinatura dos diplomas académicos por D. Fernando II e D. Luís<sup>1</sup>, desencadearam uma amizade que se foi desenvolvendo até à sua morte. Mais tarde, o seu ingresso numa sociedade mais selecta, frequentando os encontros do grupo dos *Vencidos da Vida*, trouxe-se-lhe novos contactos com pessoas deste meio social e com D. Carlos, um *Vencido* oficioso, com quem muito provavelmente já convivera anteriormente.

Desta ligação gostaríamos de destacar dois aspectos essenciais: a sua prestação como Bibliotecário-mor da Ajuda e a sua participação na organização da Exposição de Arte Sacra Ornamental do Centenário Antoniano. Estes dois temas levantam algumas questões gerais sobre as posições políticas e religiosas de Ramalho ao longo da sua vida, mas especialmente, dão-nos noção de mais alguns aspectos essenciais para a reconstituição correcta do seu pensamento.

#### **Biblioteca da Ajuda: a *Torre de Marfim***<sup>2</sup>

Um dos grandes marcos da relação entre o rei D. Carlos e Ramalho Ortigão foi a sua escolha para Bibliotecário-mor da Ajuda, um cargo atribuído sempre a pessoas da maior confiança real<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Carta escrita a Teófilo Braga a 16 de Outubro de 1910, quando se demitiu do cargo de bibliotecário. ORTIGÃO, Ramalho, *Carta de um Velho a um Novo*, precedida de um estudo de Alberto de Monsaraz sobre a Política de Ramalho seguido da resposta de João Amaral, Cadernos Políticos, Edições Gama, Lisboa, 1947, p. 89-96.

<sup>2</sup> SARMENTO, José, “A Real Bibliotheca da Ajuda”, *Ilustração Portuguesa*, III volume, 11 de Fevereiro de 1907, p. 174

<sup>3</sup> A Biblioteca da Ajuda teve como antecedentes as Bibliotecas reais portuguesas. No entanto, devido a várias vicissitudes, como o terramoto de 1755 e a saída da família real para o Brasil, o espólio actual

Ramalho colocava-se na continuidade de uma nobre linhagem iniciada no reinado de D. Maria II, pelo seu antigo tutor Dr. António Nunes de Carvalho<sup>4</sup>, entre 1836 e 1837, após ter desempenhado o cargo de Encarregado dos Depósito Geral das Livrarias dos Conventos Extintos, no convento de São Francisco. Em seguida foi nomeado para esta função, em 1837, o Padre António Nunes e, em 1839 fora a vez de Alexandre Herculano, convidado oficiosamente por D. Fernando II, segundo as palavras de Mariana Santos<sup>5</sup>. Mais tarde, D. Luís convidou para este posto o Médico da Casa Real, José Eduardo Magalhães Coutinho, seu secretário particular desde 1864<sup>6</sup> e, entre 1893 e 1895, o Capitão Joaquim Emygdio Xavier Machado desempenhou as funções de bibliotecário no impedimento de Coutinho<sup>7</sup>.

Ao tomar conhecimento da vacatura deste lugar tão prestigiante, onde finalmente alcançaria um estatuto superior, análogo ao de Alexandre Herculano, um dos seus mais importantes exemplos intelectuais, como vimos ao longo da tese, Ramalho Ortigão avançou com uma proposta velada para a sua nomeação, embora oficialmente tenha dado a entender que o seu convite para Bibliotecário tivera origem nos laços pessoais com a família real, existentes desde a sua entrada como oficial da Academia em 1868<sup>8</sup>.

---

representa muito pouco do espectável. Ainda assim, a sua colecção contém cerca de 105 000 exemplares manuscritos e impressos provenientes de diversas origens, públicas e particulares, um pouco mais dos 70 123 volumes referidos em 1908, num relatório apresentado por Ramalho a D. Manuel II, ou dos 35 000 mencionados por Alexandre Herculano em 1837 por si aumentados para 60 000 até 1875, dois anos antes da sua morte. Para mais informações sobre a Biblioteca da Ajuda, poderão consultar-se os seguintes endereços: [http://www.ippar.pt/sites\\_externos/bajuda/index.htm](http://www.ippar.pt/sites_externos/bajuda/index.htm) e o blog, mais actualizado: <http://bibliotecadaajuda.blogspot.com/> Há pouca bibliografia publicada sobre este assunto, destacando-se os seguintes artigos: M.M.F., “Biblioteca da Ajuda – Esboço Histórico”, *Biblioteca da Ajuda, Revista de Divulgação*, Ano I, N.º 1, Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Maio de 1980, pp. 7-38, e CARITA, Alexandra, “Os Livros dos Reis” *Suplemento ACTUAL – Expresso*, Sábado 1 Julho 2006, pp. 8-11, SANTOS, Mariana Amélia Machado, “Alexandre Herculano e a Biblioteca da Ajuda”, Separata de *O Instituto*, vol. CXXVII, Coimbra, 1965. Desde 2007, esta Biblioteca da Ajuda encontra-se integrada na BNP, embora ainda mantenha as suas instalações. Esta união tinha em parte sido prevista pelo nosso escritor em Outubro de 1910, como um caminho natural, devido à distância deste lugar aos centros de estudo mais importantes. Carta a Teófilo Braga em ORTIGÃO, Ramalho, *Carta de um Velho a um Novo*, Edições Gama, Lisboa, 1947, p. 96.

<sup>4</sup> Sobre esta instituição e do seu director aconselha-se a consulta de BARATA, Paulo J. S. *Os Livros e o Liberalismo: da Livraria Conventual à Biblioteca Pública*, Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2003, pp. 33-43 e da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIX, Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa-Rio de Janeiro, s.d., p. 71.

<sup>5</sup> Para corroborar este facto, a autora cita uma carta de 22 de Março de 1848, enviada por Alexandre Herculano ao Duque de Saldanha, onde era referido o convite espontâneo realizado pelo rei consorte para ocupar este cargo. SANTOS, Mariana Amélia Machado, “Alexandre Herculano...”, p. 8. Além de tutor dos filhos da Rainha, Alexandre Herculano nutria pela família real uma grande amizade prolongada aos reinados posteriores de D. Pedro V e de D. Luís, até 1877, ano da sua morte.

<sup>6</sup> SANTOS, Mariana Amélia Machado, “Alexandre Herculano...”, p. 39.

<sup>7</sup> M.M.F., “Biblioteca da Ajuda...”, p. 27.

<sup>8</sup> Carta escrita a Teófilo Braga a 16 de Outubro de 1910, quando se demitiu do cargo de bibliotecário. ORTIGÃO, Ramalho, *Carta de um Velho...*, p. 89-96.

Numa análise ao Espólio do Conde de Arnos, secretário particular do Rei D. Carlos, encontrámos um documento onde se encontra escrita esta insinuação, datado de 13 de Janeiro de 1895. Ramalho referia uma pessoa em fim de vida para quem este lugar seria indicado, não se mencionando especificamente a si próprio, mas sem contudo escrever o nome desse ... *velho litterato*, deixando assim em aberto alguma especulação quanto às suas intenções<sup>9</sup>, esclarecidas na carta seguinte.

*Meu querido Bernardo – Da historia da bibliotheca da Ajuda, de que sò tomei conhecimento depois de lhe ter escripto a minha carta de hontem, vejo que o logar de bibliothecario não corresponde inteiramente, como eu suppunha, a determinada função attribuida a determinado funcionario, em vista de dadas necessidades de serviço. A nomeação de Herculano pelo rei D. Pedro V e de Magalhães Coutinho pelo rei D. Luiz são um testemunho inteira=mente intimo da amisade de dois reis a dois homens do mais relevante merito. Ora eu nem tenho a alta categoria d’esses dois homens, nem tenho titulos alguns de outra especie que me auctorisem a invocar a amisade de El-Rei em troca d’aquella que eu lhe consagro, porque esta – ainda que bem sincera e inteiramente dedicada - nunca se manifestou com o valor e o peso que determina a gratidão de um homem para com outro. / Attentas estas considerações em que não ponho uma falsa modestia, mas sim um recto sentimento de proporções, rogo-lhe que peça a El-Rei que dê por não lida a minha carta, e diga a Sua Magestade que em vez de lhe pedir a mercê a que essa carta alludia, eu unicamente lhe peço me dê occasiões de lhe provar que, pela respeitosa dedicação que lhe consagro, eu não seria indigno de a receber<sup>10</sup>.*

A leitura deste documento retira a espontaneidade ao convite real que se deve ter seguido. No dia a seguir à sua nomeação oficial, a 9 de Fevereiro de 1895, Ramalho fez a sua primeira estreia na Biblioteca<sup>11</sup>. No entanto, só foi instituído legalmente neste cargo 10 anos mais tarde, a 2 de Fevereiro de 1905, num decreto da Administração da

<sup>9</sup> *Acabo de ler que està vago por morte de Magalhães Coutinho o logar de Bibliothecario da Ajuda. Conheço um velho litterato, capaz de se entender muito bem com a administração de uma bibliotheca, para o qual esse emprego seria o mais appetecivel refugio de applicação, dando-lhe um fim de vida em melhor companhia do que aquella com que ate agora lhe era / permittido contar no asylo da Mendicidade ou no Recolhimento de S. Patrício. Informe-o V. fazendo-lhe saber se, requerendo esse logar, elle poderia contar com alguma probabilidade de o obter.* BNP, *Espólio do Conde de Arnos*, E32/2631 – ORTIGÃO, Ramalho, 1836-1915, 1895 Jan. 13 s.l.

<sup>10</sup> BNP, *Espólio do Conde de Arnos*, E32/2632 - ORTIGÃO, Ramalho, 1836-1915, 1895 Jan.14 s.l.

<sup>11</sup> BNP, *Espólio do Conde de Arnos*, E32/2633 - ORTIGÃO, Ramalho, 1836-1915, 1895 Fev. 9 s.l.

Fazenda da Casa Real. No documento onde descreveu a sua primeira ida à Biblioteca, o escritor referiu o estado de desordem da mesma, como menor do que o esperado, e apresentou algumas ideias novas para a sua nova organização, expondo uma proposta de verbete, com a explicação dos vários campos a preencher, bem como um conjunto de medidas tendentes a melhorar a sua *bibliothconomia*.

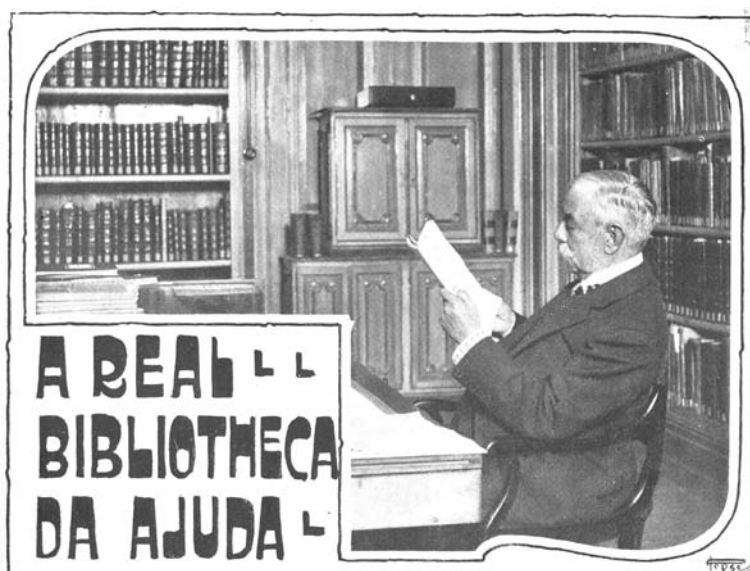


Figura 31 – Ramalho Ortigão na Biblioteca da Ajuda<sup>12</sup>.

Embora os trabalhos encetados neste âmbito passem um pouco à margem da nossa tese, interessa-nos referir a sua prestação do ponto de vista metodológico, de organização e limpeza deste espaço, demonstrando cuidados essenciais para a preservação do acervo da Biblioteca e uma preocupação especial na apresentação do espaço ao público, questionando Ramalho qual a utilidade da documentação se esta estivesse desorganizada e degradada<sup>13</sup>. Este tipo de preocupação foi notado por pessoas exteriores à Biblioteca, merecendo alguns elogios na Imprensa da época.

*Percorro as salas, de altas estantes branco e oiro, onde nem um grão de poeira poisa, nem nos alisares nem nas lombadas dos livros, de modo que as letras fulgaram com mais brilho e parece terem um ar de cumprimento lisongeiro quando assomamos ás portas. Esta galanteria e este ar de saude, esta fidalguia de maneiras,*

<sup>12</sup> SARMENTO, José, “A Real Bibliotheca...”, p. 173.

<sup>13</sup> Não nos devemos esquecer da sua experiência na Real Academia das Ciências, onde levava a cabo as mais diferentes tarefas.

*este requinte ancien regime fez-me recordar imediatamente a figura de Ramalho Ortigão*<sup>14</sup>.

José Sarmiento sublinhava ainda a grande transformação incutida pelo novo bibliotecário do estabelecimento de princípios de limpeza e arrumação.

*...milagre de bom gosto e hygiene. Com elle o velho cliché dos livros poeirentos desapareceu; severidade e tristeza nas acomodações rigidadas das estantes não existe nem é precisa. É tudo claro e luminoso tudo arejado e sadio; circula o ar, circula a luz, o proprio silencio – tão profundo que diria ouvir-se, - é luminoso*<sup>15</sup>.

Quando em 1908, Ramalho apresentou a sua demissão ao Rei D. Manuel II em consequência da morte de D. Carlos, fez um relatório das suas actividades acompanhado de uma resenha histórica da biblioteca muito interessante, onde era frisada ... *a gloriosa historia da Bibliotheca Real e da sua influencia que ~~atraves da idade media, no periodo da Renaseença e nos tempos modernos~~ ella tem exercido na evolução / da mentalidade portugueza e no fecundo prestigio litterario que teve no mundo a nossa pequena patria*<sup>16</sup>. No relatório dos trabalhos desenvolvidos referia os seus resultados práticos, explicando pormenorizadamente a nova organização das estantes e livros, de modo a facilitar a sua leitura. Até então os volumes não tinham sido inventariados nem numerados, encontrando-se arrumados nas estantes por matérias<sup>17</sup> e segundo a dimensão dos volumes consoante a altura das prateleiras, sem nenhuma relação com a ordem das antigas instalações. ...*Os manuscritos não encadernados, em peças soltas, achavam-se promiscuamente em [?] em a um canto da casa chamada de arrecadação...*

<sup>14</sup> GUIMARÃES, Domingos, “A Cidade de Marmore – A Bibliotheca Real da Ajuda – Exposição de livros de medicina antiga”, *Jornal do Commercio*, n.º 15:691, 5 de Maio de 1906, p.1.

<sup>15</sup> Idem. Esta ideia também é vincada no artigo citado anteriormente: SARMENTO, José, “A Real Bibliotheca... p. 177.

<sup>16</sup> Encontrámos duas versões deste documento. Um rascunho existente no espólio da BNP. BNP, E19/3 – *Ramalho Ortigão, Ajuda: Relatorio [da] Bibliotheca, [1908], s.l.*, e uma versão mais completa, datada de 25 de Março de 1908, transcrita dos Arquivo Histórico do Ministério da Finanças existentes na Torre do Tombo (maço 44 – n.º 848) e se encontra disponível on-line em [http://www.ippar.pt/sites\\_externos/bajuda/index.htm](http://www.ippar.pt/sites_externos/bajuda/index.htm), (pesquisa realizada a 16 de Fevereiro de 2009). Por uma questão de sistematização das nossas fontes, optámos por realizar transcrições do rascunho encontrado na BNP, muito semelhante ao exemplar *on-line*. Ver Anexo 1 – Documentação, Documento 15.

<sup>17</sup> O Espólio da Biblioteca encontrava-se distribuído por vários núcleos: Teologia, História, Jurisprudência, Literatura, Ciências e Artes, Miscelâneas e Livros Raros, Música e Manuscritos.

havendo ainda volumes espalhados pelo chão<sup>18</sup>. Os três catálogos existentes, muito incompletos e desactualizados, tinham ainda as cotas das livrarias antigas, impossibilitando a localização de qualquer obra, não fosse a memória do então oficial Rodrigo Vicente de Almeida<sup>19</sup>. Para uma melhor acessibilidade ao conjunto, Ramalho implementou um conjunto de medidas práticas.

*1º Numerei todas as estantes, assim como todas as prateleiras de cada estante em todas as salas da casa.*

*2º Mande construir archibancos, igualmente numerados, nos quaes em uma das salas estabeleci a bibliotheca de El Rei, herança de El Rei D. Luiz para cuja acomodação não havia logar nas estantes existentes.*

*3º Coloquei em pastas, sob uma superficial classificação todos os manuscritos dispersos\*.*

*4º Fiz em seguida numerar com rotulos impressos familiarmente impressos num componedôr mecanico todos os livros e todas as pastas da nossa collecção*

*5º Adoptei, para ~~a~~ ~~catalogo~~ facilidade de catalogação por dois praticantes inexperientes, verbetes especiaes, tendo impressos os dizeres que convem preencher para dar de cada obra noticia methodica do nome do auctor, do titulo ~~da obra~~ do livro, da historia da edição, da historia do exemplar, do formato e da colocação do volume na sua respectiva estante.*

*6º Fiz acrescentar a cada verba do catalogo das Necessidades e do Catalogo dos manuscritos, tornando-os assim utilisaveis, a cota a tinta encarnada dos volumes a que cada verba se refere. A / cota, prescindindo de qualquer convenção ou chave systematica, [2] consta em toda a nova catalogação de uma formula de 3 numeros. Por exemplo 25-XII-3. O primeiro n.º é o da estante, o segundo o da parteleira, o terceiro o do volume igualmente assignalado no seu resp<sup>tivo</sup> rotulo.*

*7º Para substituir na serie qualquer volume que por motivo justificado tenha de sair temporareamente do seu logar adoptei um calço de madeira, tendo a forma de um livro e por uma das suas faces a configuração de uma lombada, á qual se applica um rotulo igual ao do livro ausente. Na face lateral d'este falso livro corre um ~~reparte~~*

<sup>18</sup> BNP, E19/3.

<sup>19</sup> Este octogenário trabalhava na Biblioteca desde a infância, constituindo um obstáculo delicado à modernização do espaço. Para uma melhor acessibilidade ao conjunto, tomou um conjunto de medidas práticas.



*rectangulo recortado na madeira um cartão em que se inscreve o destino que teve o livro substituido no seu lugar por este lembrete de sahida.*

*8º Em cada estante coloquei em parteleira ao alcance da mão uma folha de cartão com um bem aparente debrum contendo a contagem exacta dos volumes que cada parteleira ~~contem~~ encerra. Esta relação é periodicamente revisada para rectificação do inventario numerico da livraria.*

*9º Como desenvolvimento do Catalogo geral confecionei inventarios especiaes das seguintes especies: 1º Rol das encadernações artisticas; / 2º Rol dos ex-libris - 3º Rol dos brasões d'armas.*

*10º Estabeleci as seguintes peças constitutivas do archivo ~~especi~~ particular da Bibliotheca os seguintes registos: 1º Inventario numerico dos livros contidos em cada estantes; 2º registo dos leitores ~~3º Registo~~ e das consultas; 3º registo ~~das obras~~ chronologico das obras adquiridas ou offertadas; 4º Ephemerides da Bibliotheca ou registo quotidiano do serviço<sup>20</sup>.*

Para além destes pontos, promoveu a tradução do catálogo dos manuscritos para francês, sendo para esse efeito contratado Cardoso Bettencourt em 1905<sup>21</sup>. O seu trabalho foi considerado tão competente pelo nosso escritor, que a Academia das Ciências o nomeou como oficial da sua biblioteca, ficando a trabalhar nos dois locais. Nas suas tarefas incluía-se também o Catálogo dos Incunábulo, em impressão na Academia em Outubro de 1910<sup>22</sup>, devendo ainda referir-se o Catálogo dos Manuscritos da Exposição da Guerra Peninsular<sup>23</sup> e a cópia de grande parte da correspondência de Junot realizada por Ramalho<sup>24</sup>.

O pedido de demissão apresentado em 1908 foi recusado pelo novo rei, mantendo-se Ramalho Ortigão nestas funções até à implantação da República, data em que

<sup>20</sup> BNP, E19/3.

<sup>21</sup> Este catálogo ainda não se encontrava pronto em 1910, quando Ramalho apresentou a sua demissão. Carta a Teófilo Braga ORTIGÃO, Ramalho, *Carta de um Velho...*, p. 94.

<sup>22</sup> Idem, p. 94.

<sup>23</sup> BETHENCOURT, Cardozo, *Catálogo dos manuscritos da Real Biblioteca da Ajuda, referentes à guerra peninsular*, sob a direcção do bibliothecário Ramalho Ortigão, Academia das Sciencias, Lisboa, 1910.

<sup>24</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Carta de um Velho...*, p. 95. Em 1908, a pedido do Administrador da Fazenda da Casa Real, Ramalho apresentou uma descrição do acervo da Biblioteca, muito resumida, em que referia o tipo de obras existentes e algumas origens. BNP, E19/4, *Ramalho Ortigão, [Ajuda; relatório da Bibliotheca], [1908], s.l.* Ver Anexo 1 – Documentação, Documento 16.

apresentou a sua demissão do cargo de Bibliotecário da Ajuda directamente a Teófilo Braga, então Presidente provisório<sup>25</sup>.

### A Exposição de Arte Sacra Ornamental

Após regressar de Espanha, Ramalho Ortigão começou a frequentar as sessões da Comissão dos Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria mostrando o seu reconhecimento nos campos das Artes e da defesa do Património. A prestação tida na Exposição Colombina encantara a Rainha, devendo este factor ser determinante para a sua escolha, bem como a de Rafael Bordalo Pinheiro, para a montagem da nova mostra expositiva, a efectuar-se em meados do ano de 1895 por ocasião do centenário de Santo António. O cargo ocupado na Biblioteca da Ajuda deu-lhe também algum peso nesta organização, especialmente devido ao seu acesso facilitado às colecções reais.

*Attendendo ao que me representou a comissão executiva das festas do setimo centenario do nascimento de Santo Antonio, pedindo para que seja desde já considerada esta festa como nacional, e desejando eu concorrer para o maior esplendor da glorificação de um santo que, pelos seus insignes merecimentos e piedosas obras, tão sublime exemplo foi das mais acrisoladas virtudes christãs e com tamanha gloria illustrou a igreja e a patria que o viu nascer: hei por bem decretar que o dia 15 de agosto de 1895 setimo centenario do nascimento do glorioso Santo Antonio seja considerado como de festa nacional<sup>26</sup>.*

No âmbito da celebração do sétimo centenário do nascimento de Santo António, organizou-se um programa de festividades, com um forte cunho religioso, onde se inseriu uma exposição de Arte Sacra Ornamental. Segundo o *Programa Oficial do Centenário*, a Comissão Central de Lisboa, instalada a 13 de Junho de 1894, tinha como presidente honorária a rainha D. Amélia e como presidente a Marquesa de Fronteira e Alorna, integrando também um rol de condes, marqueses, viscondes e um conjunto de

<sup>25</sup> *Emigro sem armas e quase que sem bagagens para o interior da minha velhice, sendo minha única ambição acabar recolhidamente no meu canto sem empachar o caminho nem estorvar ninguém.* ORTIGÃO, Ramalho, *Carta de um Velho...*, p. 96.

<sup>26</sup> Decreto no Ministério dos Negócios do Reino, Direcção Geral de Administração Política e Civil, 19 de Julho de 1894. *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa, Anno de 1894*, Imprensa Nacional, 1895, p. 643.

peessoas distintas representando a alta sociedade lisbonense da altura, entre as quais figuravam os nomes de Ramalho Ortigão e o de sua filha, Maria Felisberta Ortigão Burnay. Em Março do ano seguinte, a *Voz de S. António*, um periódico de natureza católica, anunciou os resultados da reunião da Comissão dedicada ao planeamento do Centenário a realizar-se entre 12 e 30 de Junho de 1895, onde se incluía uma Exposição de objectos de Arte Sacra Ornamental<sup>27</sup>, entre outros eventos de natureza diversa, tais como um cortejo de homenagem ao Santo, um cortejo fluvial, um grande arraial no Terreiro do Paço, uma regata internacional, uma festa veneziana no Tejo, corridas de touros, diversões dinásticas e acrobáticas, batalha de flores na Avenida, uma festa de infância com a inauguração do asilo-oficina de Santo António, uma festa do trabalho com a inauguração da Vila de Santo António entre a Junqueira e Santo Amaro, corridas de velocípedes, Sortes de Santo António, a criação de um hino-marcha do Santo e de um selo anúncio, numa panóplia que nos dá uma boa noção da abrangência desejada<sup>28</sup>. Para além do *Programa Oficial*<sup>29</sup>, foi ainda publicado um *Guia do Forasteiro*, onde se fornecia toda a informação pertinente<sup>30</sup>. Ali se imprimiu o programa da Exposição de Arte Sacra Ornamental, constituído por um plano de nove artigos onde se regulamentava a sua inauguração, contando com a presença de suas majestades, uma Comissão específica para a organização da Exposição, presidida pelo Cardeal Patriarca, sendo seus vice-presidentes os Prelados Diocesanos e o Vigário Geral do Patriarcado, informando também quais os vogais tinham seleccionados: o Deão António José Boavida, o Arcediago Carlos Eduardo Sande Sacadura Botte, juntamente com o Conde de Almedina<sup>31</sup>, Inspector da Academia Real de Belas Artes, Manuel de Macedo Pereira Coutinho, conservador do Museu das Belas Artes, José Luiz Monteiro, arquitecto e professor na Academia, Eduardo Burnay, médico (genro de Ramalho e irmão do conde de Burnay), João Vaz, pintor, e N. Bigaglia arquitecto e decorador veneziano, ambos

<sup>27</sup> “Festas Centenares em Portugal – Projecto dos Festejos”, *Voz de Santo António, Revista Mensal Ilustrada*, Órgão de Pia União, n.º 3, Março de 1895. No mês seguinte, o mesmo periódico pormenorizou estas informações, avançando com um programa provisório onde se apresentava uma clara ideia dos objectivos pretendidos.

<sup>28</sup> Para além destes pontos seriam promovidas as reduções nos bilhetes dos transportes para Lisboa, nacionais e internacionais, de modo a facilitar a afluência às Festas, como já tinha acontecido em celebrações anteriores. “Festas Centenares em Honra de S. Antonio – Festas Nacionaes”, *Voz de Santo António, Revista Mensal Ilustrada*, Órgão de Pia União, n.º 4, Abril de 1895.

<sup>29</sup> *7 o centenário de Sto Antonio de Lisboa : 1195-1895 : programma official*, Lisboa [s.n.], 1895.

<sup>30</sup> SANTOS JÚNIOR, José Maria, MORGADO, A., *Guia do forasteiro nas Festas Antonianas: 1195-1895*, Typ. do Commercio, Lisboa, 1895, pp. 100-101.

<sup>31</sup> O Conde de Almedina não acompanhou a Exposição toda devido a uma doença, acabando por falecer em Setembro desse mesmo ano. MNAA, Arquivo dos Directores, SD(MNBAA)13/3(3.5)/8, *Exposição de Arte Sacra Ornamental, Lisboa, 1895*, n.º 97.

professores das Escolas Industriais, Adães Bermutes, arquitecto (provavelmente como representante da RAACAP), Ramalho Ortigão e Rafael Bordalo Pinheiro. Um conjunto de personalidades envolvidas nas várias áreas das artes, com o objectivo claro de se obter uma maior credibilidade científica ao evento, acabando estes por constituir o grupo organizador da Exposição, assumindo o Conde de Almedina a presidência desta subcomissão.

Entre os restantes pontos do programa previa-se ainda a criação de Comissões diocesanas para escolha de objectos para a Exposição, com o acordo dos párocos e das irmandades locais, decisão esta importante, podendo ser considerada um avanço em relação à organização anterior das exposições desta natureza, compostas por Comissões não eclesiásticas, como as exposições de Arte Ornamental de Londres e de Lisboa em 1881 e 1882, respectivamente, ou mesmo da Exposição Colombina de Madrid, realizada apenas três anos antes. Na organização destes eventos, os vogais encarregados da selecção nos locais, tinham que obter ordem superior do Ministério para conseguirem trazer os elementos seleccionados e, ainda assim, muitas vezes com uma certa dificuldade.

Apesar de inicialmente se pretender montar esta mostra na Sé de Lisboa, como sublinha Maria João Neto, o atraso das obras anteriormente analisadas pela Comissão dos Monumentos Nacionais, obrigou à mudança de planos<sup>32</sup>, propondo a Comissão encarregada da organização da Exposição a sua instalação nas salas do rés-do-chão do Museu Nacional<sup>33</sup>.

Haveria a influência de Ramalho Ortigão na definição destes pontos, relacionados com aspectos burocráticos sobre os quais adquirira experiência anteriormente ou com a sua prestação na Comissão dos Monumentos Nacionais, com a qual tinha efectuado a visita à Sé de Lisboa nesse mesmo ano, encontrando-se por isso bem informado do avanço das suas obras? Nos arquivos consultados não encontramos a documentação relativa a este grupo de trabalho para podermos responder acuradamente a estas questões. No entanto,

---

<sup>32</sup> Já falámos deste assunto no capítulo anterior. NETO, Maria João, “Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade do tempo”, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida; in memoriam*, Vol. II, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, s.d., p. 134.

<sup>33</sup> Numa carta do dia 25 de Maio, o Conde de Almedina pediu autorização ao Ministério do Reino para a utilização destes espaços para a Exposição de Arte Sacra Ornamental. ANBA, 1-C-SEC.057 *Ministério do Reino – Correspondência Entrada, Anos 1888-1903*. Apenas três dias depois, chegou à Academia a autorização pedida. ANBA, 2-A-SEC.095, *Livro de Correspondencia com o Ministerio do Reino* [19-9-1884 a 17-5-1905], ofício n.º 137.

não pode esquecer-se o trabalho desenvolvido pelos outros membros, como por exemplo Manuel de Macedo<sup>34</sup>.

Esta celebração, orientada principalmente pela comunidade católica, tinha obviamente objectivos mais profundos, relacionados com a demonstração de poder numa época já muito instável da monarquia portuguesa, abalada pela “questão religiosa” do século que findava. No artigo de António Ventura anteriormente citado, é abordado aprofundadamente o tema da contestação a este Centenário, sublinhando o carácter religioso dado a esta celebração, acentuado pela publicação de uma carta do Cardeal Patriarca, na *Voz de S. Antonio*, lançando um apelo à participação do povo. Mais tarde havia sido divulgada uma carta do papa Leão XIII apoiando esta iniciativa e organizou-se um congresso católico simultaneamente, com os seus objectivos claramente direccionados aos ataques então dirigidos à Igreja. Estes acontecimentos originaram o desenvolvimento de uma facção anticlerical, especialmente nos grupos republicanos, socialistas e anarquistas, dando azo a uma série de contestações que, segundo o autor, marcaram um momento decisivo na luta anticlerical em Portugal<sup>35</sup>. No entanto, apesar destes incidentes, a *Voz de S. Antonio*, publicitou o despertar dos indiferentes mais profundamente adormecidos para a causa católica, enaltecendo as manifestações da religião do povo português, apenas à espera de um guia para a concretização de grandes objectivos<sup>36</sup>. Na Exposição de Arte Sacra Ornamental pretendia-se provar o esplendor alcançado pelo mecenato da Igreja, contrariando assim a ideia de decadência geral então divulgada.

*A exposição Sacra e Ornamental é um bom desmentido á nota de obscurantismo com que certos ignorantes procuram alcunhar os frades*<sup>37</sup>.

<sup>34</sup> Como vimos anteriormente, o conservador do Museu encontrava-se muitas vezes inserido nas equipas de inventariação dos conventos femininos em processo de extinção e na proposta da transferência das suas peças mais valiosas para o Museu.

<sup>35</sup> VENTURA, António, “A Contestação ao Centenário Antoniano de 1896”, *Estudos sobre História e Cultura Contemporâneas de Portugal*, Caleidoscópio, Centro de História da Universidade de Lisboa, Casal de Cambra, 2004, pp. 95-113. Existem mais referências a este outro lado da questão, como por exemplo em: PINHEIRO, Bordalo, *O António Maria*, n.º 423 de 15 de Junho, n.º 424 de 10 de Julho e n.º 425 de 18 de Julho de 1895

<sup>36</sup> “Apoz o Septimo Centenario”, *Voz de Santo António, Revista Mensal Ilustrada*, Orgão de Pia União, n.º 7, Julho de 1895, p. 123.

<sup>37</sup> Em, seguida acrescenta as seguintes linhas: *Pena é que a Direcção tivesse a infeliz lembrança de expôr certo quadro que se vê na primeira sala do andar térreo á esquerda. É uma nota desafinadíssima n’uma exposição de Arte Sacra Ornamental. A verdade antes de tudo. Infelizmente não conseguimos apurar qual o quadro a que se refere este artigo. “Comunhão Geral: Exposição Sacra Ornamental, Villa de S, Antonio”, *Voz de Santo António, Revista Mensal Ilustrada*, Orgão de Pia União, n.º 7, Julho de 1895, p. 124.*

Na documentação consultada sobre a organização da Exposição não transparecem estes objectivos, no entanto, esta conjuntura abria novas portas aos seus organizadores para finalmente trazerem a Lisboa peças presas nas províncias, sob a chancela directa dos principais representantes da Igreja, sendo esta uma oportunidade única para o real conhecimento e levantamento das preciosidades artísticas mais importantes, muitas vezes afastadas pelas próprias paróquias para salvaguardar a sua saída dos locais onde se encontravam. Na correspondência existente nos arquivos do Museu Nacional de Arte Antiga encontramos bem marcado este aspecto, através da análise dos pedidos de colaboração para o empréstimo de peças provenientes dos mais variados pontos do país<sup>38</sup>. Em dois artigos do *Correio da Noite* foram parcialmente publicados os resultados destes trabalhos, em listagens de peças provenientes de Coimbra e de Guimarães<sup>39</sup>.

Pela crítica posterior realizada por Rafael Bordalo Pinheiro à exposição, surgem-nos algumas dúvidas quanto à interpretação dos resultados desta recolha de peças, de facto, numa imagem publicada no *António Maria* (Figura da página seguinte), podemos ler na legenda: *Empréstimos sobre penhores Almedina&Com<sup>a</sup> Habilitados Reserva de Mestre*. A interpretação desta frase pode ser ambígua, mas sem dúvida nenhuma ataca a selecção e disposição das peças, com excepção dos objectos da Casa Real, expostos na primeira sala, sendo este aspecto curioso, dado o facto de o autor da crítica participar na Comissão organizadora.

---

<sup>38</sup> Para além das mais diversas entidades religiosas, como os Arcebispo de Braga e de Évora, o Cardeal Bispo do Porto, os Bispos do Algarve e de Portalegre, diversos priores e párocos por todo o país, as Misericórdias de Lisboa, Porto e Cascais, encontram-se também pedidos às Bibliotecas de Lisboa, Porto, Évora e Mafra, Museu das Belas Artes do Porto, Asilo D. Maria Pia, Real Casa Pia de Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, Torre do Tombo, Biblioteca da Universidade – Governo Civil de Coimbra, Governos Cívicos de Braga, Porto, Évora, Leiria, Portalegre, Santarém e Elvas e algumas Câmaras Municipais, entre outros. Para recolher estas peças, foram destacados João Vaz, Nicola Bigaglia e João Ribeiro Cristino da Silva. Pelo pedido de colaboração enviado a Manuel Henrique Pinto, Director da Escola Industrial de Tomar, ficamos a saber do alargamento dos pedidos de colaboração para fora dos membros da Comissão. Foi ainda enviada uma circular aos fotógrafos espalhados pelo país, através dos Governadores Cívicos. Para custear estas despesas, bem como a da instalação nas salas do Museu, pediram-se verbas ao Presidente da Comissão Central. MNAA, *Arquivo dos Directores*, SD(MNBAA)13/3(3.5)/8, *Exposição de Arte Sacra Ornamental, Lisboa, 1895*.

<sup>39</sup> *Correio da Noite* de 15 e 19 de Junho de 1895, respectivamente.



Figura 32 – Ilustração da exposição efectuada por Rafael Bordalo Pinheiro<sup>40</sup>.

Num outro artigo do *Correio da Noite*<sup>41</sup>, onde se publicou uma descrição da exposição, também se referia a pobreza do espólio apresentado, face ao património artístico do país, desvalorizando a qualidade esperada<sup>42</sup>. Aparentemente, as expectativas da subcomissão saíram goradas, no entanto, mais uma vez em defesa da Celebração, o órgão católico, *Voz de S. Antonio*, louvava as riquezas artísticas da mostra, destacando as peças provenientes dos conventos. Referir-se-iam ao espólio do próprio Museu ou às peças recolhidas no âmbito da Exposição?

Segundo as palavras confiáveis de Gabriel Pereira, deveria honrar-se este tipo de organização, por demonstrar a possibilidade de ainda se conseguir salvar alguma coisa de valor no meio de tanta barbárie. Apesar da qualidade das peças expostas, especialmente as tapeçarias preteridas na Exposição de 1882, lamentava o facto de

<sup>40</sup> PINHEIRO, Bordalo, *O António Maria*, n.º 425, 18 de Julho de 1895, p. 86.

<sup>41</sup> A descrição da exposição efectuada neste artigo, ajudando-nos a compreender os seus critérios, bem como as peças presentes. *Correio da Noite* de 22 de Junho de 1895. A dificuldade de acesso deste jornal nas nossas bibliotecas, levou-nos a apresentar a sua transcrição no nosso Anexo 2 – Artigos Publicados na Imprensa periódica, Artigo 4.

<sup>42</sup> Deve também ter-se em conta o curto prazo de cinco dias de montagem do conjunto, impedindo a recolha de algumas peças, como foi o caso de um tapete do Palácio das Necessidades referido por Ramalho. ORTIGÃO, Ramalho, *Catalogo da Sala de Sua Magestade El-Rei – Exposição de Arte Sacra Ornamental, promovida pela comissão do Centenário de Santo António em Lisboa no anno de 1895*, Typographia Castro Irmão, Lisboa, 1895, p. 7.

continuar a existir uma desorganização da concepção expositiva, sobrepondo-se obras de grande valor a outras de mais fraca qualidade, faltando algum sentido crítico na selecção das peças, o que não retirava o mérito alcançado pela mostra.

*...Parece-me quasi um milagre, talvez do santo, como se tem salvado tanta coisa n'este paiz: mais que advogado das cousas perdidas me parece empenhado em não as deixar perder*<sup>43</sup>.

A exposição foi inaugurada no dia 21 de Junho, por volta da uma e meia da tarde. Nesta cerimónia estiveram presentes o rei e as rainhas, bem como *...os representantes da nossa primeira sociedade e tudo o que ha de mais distincto na nossa sociedade artistica e litteraria e bem assim membros da comissão do centenario*<sup>44</sup>. Segundo a *Voz de S. Antonio*, o Cardeal Patriarca leu um discurso adaptado às circunstâncias, ao qual o rei respondeu com outra prédica. A documentação do Museu sugere o seu encerramento no dia 15 de Agosto<sup>45</sup>.



Figura 33 – Alguns objectos da Exposição de Arte Sacra Ornamental<sup>46</sup>.

A pedido da Casa Real, provavelmente sob a sugestão de Ramalho, a primeira sala constituiu um núcleo independente, onde se expuseram apenas as suas colecções<sup>47</sup>. Esta decisão reflectiu-se também na publicação individual do próprio catálogo, tendo o rei

<sup>43</sup> Neste artigo são referidas alguma das peças expostas, sendo acompanhadas por uma ilustração de duas delas. PEREIRA, Gabriel, “Exposição de Arte Sacra Ornamental”, *O Ocidente- Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*, 18.º anno, XVIII Volume, n.º 587, 25 de Julho de 1895, pp. 163-164.

<sup>44</sup> *Correio da Noite* de 22 de Junho de 1895.

<sup>45</sup> MNAA, Arquivo dos Directores, SD(MNBAA)13/3(3.5)/8, *Exposição de Arte Sacra Ornamental, Lisboa, 1895*.

<sup>46</sup> *O Ocidente- Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*, 18.º anno, XVIII Volume, n.º 587, 25 de Julho de 1895, p.

<sup>47</sup> *Correio da Noite* de 20 de Junho de 1895.



incumbido o seu novo Bibliotecário-mor da Ajuda da redacção destes textos<sup>48</sup>, num resultado final muito elogiado por Gabriel Pereira, no seu artigo de *O Ocidente*.

*O catalogo redigido pelo sr. Ramalho Ortigão (Catalogo da Sala de Sua Magestade El-Rei) é para mim um documento, uma prova de que até para trabalhos de modesta inventariação é preciso amor. O critico, estylista brilhante, o litterato imaginoso ficou dominado pelo objecto d'arte, encantado nos problemas de escolas, epochas, processos de execução. O seu Gemuth um tanto mosqueado de ironias e desfallecimentos transformou-se em doçura, quasi em prece, ao folhear vagarosa, attenta, criticamente um maravilhoso livro de horas, serie de finas illuminuras, variadas nos assumptos, de diversas mãos, ligadas todavia por uma só poesia, banhadas por um só luzeiro, a velha e boa pátria. E elle começou a descrever carinhosamente as joias, possuido do encanto na evocação do antigo; da obra d'arte, do estylo... á essência da alma nacional. Aqui é que está a força dominadora da arte. Ha primores que são ventanas de zimbórios abertas para o insondavel por sobre casarias de cidade e asperezas do terreno; a custodia dos Jeronimos atira-nos de subito a alguma [sic] para o momento maximo da gloria portugueza<sup>49</sup>.*

A colecção da Casa Real, constituída ao longo do século, especialmente devido às recolhas efectuadas pelo Rei D. Fernando II, ainda levantava alguma polémica na época. Depois da extinção das casas religiosas o monarca consorte efectuou uma série de incorporações de objectos artísticos de grande valor patrimonial, talvez tentando aglomerar um núcleo para substituir o Museu Nacional então inexistente. Um dos exemplos mais ilustrativos destes casos foi o da Custódia de Belém, referida anteriormente, entrada nesta colecção em 1845, proveniente da Casa da Moeda. No entanto, quando o Museu abriu as suas portas em 1884, em sequência da Exposição de Arte Ornamental de 1882, estes objectos não transitaram para a sua posse, mantendo-se

<sup>48</sup> BNP, Espólio do Conde de Arnos, E32/2607 – *ORTIGÃO, Ramalho, 1836-1916, s.d., Lisboa*. Em 1896, o nosso escritor explicou que o restante catálogo não foi publicado por falta de verbas, não chegando a especificar se a autoria também seria sua. Nessa ocasião lamentou também a falta de despacho à proposta de Emílio Biel para a reprodução fotográfica de todos os objectos expostos. *ORTIGÃO, Ramalho, O Culto da Arte em Portugal*, Antonio Maria Pereira, Livreiro-Editor, Lisboa, 1896, pp. 107-108. Muito provavelmente o seu objectivo naquele momento era publicar um catálogo fotográfico à semelhança do realizado por Carlos Relvas na sequência da exposição de Arte Ornamental de 1882. *RELVAS, Carlos, SIMÕES, Augusto Fillipe, Album de phototypias da exposição retrospectiva de arte ornamental em Lisboa, 1882*, Officina de J. Leipold, Lisboa, 1883.

<sup>49</sup> PEREIRA, Gabriel, “Exposição...”, p. 164.

no palácio das Necessidades até uma data posterior. Esta apropriação real suscitara anteriormente muitas discussões na Imprensa periódica, onde se defendia a posse nacional destes objectos patrimoniais de extrema importância e o direito à sua usufruição por parte de todos.

Ramalho Ortigão aproveitou esta oportunidade e o livre acesso às colecções reais para reunir um conjunto significativo de objectos de grande valor e redigir o seu catálogo, onde procurou realizar o estudo mais aprofundado de algumas peças presentes na exposição<sup>50</sup>. Dada esta especificidade, centraremos a nossa análise exclusivamente sobre a sala onde se encontravam expostas a colecções reais, os seus conteúdos e o catálogo publicado para complementar a linha seguida nesta tese.

*A primeira sala, occupada por objectos de El-rei, tem quatro vitrines lateraes e uma pequena vitrine ao centro, que descança sobre um rico movel de castanho, com quatro faces ricamente esculpidas de figuras. Ao centro d'esta vitrine o cofre de prata do tempo de D. Sebastião, rodeado de pequenos objectos, cruces, corôas, crucifixos, livros de pergaminho illuminados, entre os quaes umas horas com uma estampa que se diz representar o enterro de D. Manuel.*

*A custodia de Belem, a cruz de D. Sancho, um cofre bisantino, uma corôa de prata com inscripção arabe, além de outros objectos preciosos, estão patentes nas outras vitrines. O tecto tem um grande reposteiro com armas reaes, tapessaria de Anbrunon. Nas paredes quatro medalhões em faiança de la Robia e quadros a oleo, bellissimos.*

*Entre as duas janellas um baldaquino, sob o qual um quadro representando Santo Antonio, feito de embutido de madeira e que imita perfeitamente a pintura. Na secretaria da igreja do Loreto existem tambem uns quadros n'este género<sup>51</sup>.*

Comparando esta descrição publicada no *Correio da Noite* com a análise do catálogo de Ramalho, podemos interpretar os critérios para a selecção destas peças, bem como o desenvolvimento histórico-artístico feito pelo nosso escritor a alguns exemplares.

Para a elaboração deste catálogo, Ramalho advertia logo no seu início, ter tido apenas o período de uma semana antes da sua impressão. Apesar desta limitação o escritor

<sup>50</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Catalogo da Sala de Sua Magestade El-Rei – Exposição de Arte Sacra Ornamental, promovida pela comissão do Centenário de Santo António em Lisboa no anno de 1895*, Typographia Castro Irmão, Lisboa, 1895.

<sup>51</sup> *Correio da Noite* de 22 de Junho de 1895.

afirmava pretender ...*chamar a curiosidade do publico e a atenção dos estudiosos para alguns problemas da arte portugueza, a cuja historia tão intimamente se liga a tradição da nossa terra e a gloria da nossa raça*<sup>52</sup>. Por outro lado, numa carta escrita ao Conde de Arnoso, secretário particular do Rei, descreveu o seu cuidado e estudo aprofundado para a sua concretização, mostrando a grande relevância dada à sua elaboração. Nesta mesma missiva, estranhava o facto de o Rei não lhe ter respondido a algumas dúvidas sobre os objectos a expor, muito importantes para se garantir a seriedade dos textos escritos, reportando desta maneira para D. Carlos a aprovação final da encomenda que este lhe fizera.

*Bem entendido que o nosso publico, medonhamente desnacionalizado, se importa pouco com esses infimos detalhes da historia / toria [sic] da sua arte, que elle inteiramente ignora. Mas não me succede o mesmo a mim, nem aos criticos de Hispanha, de França, de Inglaterra e da Allemanha, aos quaes, principalmente, se destina, como symptoma de um resto de decencia litteraria...*<sup>53</sup>

Seria este um sintoma de alguma insegurança, uma mera questão de cortesia ou pretenderia demonstrar a falta de estudos histórico-artísticas sobre as peças em posse da família real? Nesta altura Ramalho já granjeara alguma fama na área e, mesmo depois da elaboração do catálogo da Exposição Colombina, esta era a primeira grande oportunidade de se debruçar especificamente sobre peças de arte individualmente, desenvolvendo um comentário mais aprofundado, para além da sua mera descrição complementada por uma ou duas curiosidades. Provavelmente o nosso escritor procurava alcançar alguma notoriedade no meio dos historiadores de arte ou, mais uma vez, apenas demonstrar a sua capacidade em tratar uma enorme diversidade de assuntos, de um modo sério e válido. Qualquer que tenha sido o seu intuito, Ramalho aproveitou bem esta oportunidade de publicar um estudo mais aprofundado na área da História da Arte, demonstrando a sua capacidade de análise e compreensão histórico-artística de um objecto, tentando colocar-se a par dos seus colegas da Comissão dos Monumentos Nacionais, com Obra sobre estes assuntos.

Ao contrário da aparente desordem da descrição do artigo do *Correio da Noite* sobre a exposição, Ramalho dividiu o seu catálogo em oito secções distintas: Armação e

<sup>52</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Catalogo...*, p. 3.

<sup>53</sup> BNP, E32/2607.

indumentária eclesiástica, Torêutica, Cerâmica, Ourivesaria, Pintura, Iluminura, Arte Tipográfica e Musica Sacra. Ao longo destes capítulos enumerou as peças expostas, algumas com uma descrição sumária, outras com um tronco de texto desenvolvido, onde se abordavam vários aspectos pertinentes para a sua compreensão histórica e artística, complementadas com algumas notas bibliográficas e com a opinião de outros autores sobre o assunto em questão, como era seu costume, garantindo-se assim a fundamentação de algumas das suas opiniões. No final foi adicionada uma bibliografia dividida por temas, com um conjunto de obras base, essenciais para a compreensão das problemáticas levantadas. Em casos pontuais, foram ainda descritos episódios pitorescos relacionados com determinada peça, conferindo um certo ritmo literário aos textos.

Dentro destas análises mais aprofundadas devemos destacar o caso na Custódia de Belém, muito presente ao longo da sua obra, como temos constatado. Tal como nos outros casos, Ramalho tentava responder a um conjunto de perguntas relacionadas com a sua caracterização total, passando pela história da peça, a sua autoria, o seu significado original e seu valor artístico, apresentando a sua contribuição para uma actualização do “estado da questão”, num conjunto de questões posteriormente sistematizadas nos livretes propostos no seu livro *O Culto da Arte em Portugal*, para a inventariação dos bens móveis de grande valor, como analisámos no primeiro capítulo. Neste catálogo, o escritor procurava a forma literária desta caracterização, tornando-a acessível aos visitantes interessados, bem como aos restantes estudiosos da área.

Nas páginas dedicadas à Custódia de Belém, Ramalho começou por demonstrar a sua importância no contexto internacional, através de uma longa citação de um artigo de Charles Yriarte, publicado na *Gazette des Beaux Arts*<sup>54</sup> por ocasião da Exposição Retrospectiva de 1882.

Baseado na proposta de reintegração da Custódia à sua suposta forma original apresentada publicamente por Joaquim de Vasconcelos em 1883, com o apoio de grandes desenhos de António Augusto Gonçalves, Ramalho criticava os pilares de prata existentes, óbvios acrescentos para alteração da forma do hostiário, apresentando uma proposta de intervenção para a restituição da peça à sua suposta forma original.

---

<sup>54</sup> YRIARTE, Charles, “Exposition Retrospective de Lisbonne, L’Art en Portugal”, *Gazette des Beaux Arts*, vol. 25, 1.º sem 1882, Paris, pp. 445-461. Este assunto foi estudado por : ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, “Arte e Nacionalidade – Um proposta de Yriarte a propósito da Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de 1882”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. VIII, 1991, Universidade do Porto, pp. 327-338.

*Dada a eliminação dos pilares, teria de ser igualmente restituída a collocação e a fôrma da luneta do hostiario, que deixou tambem de ser o primitivo em virtude da modificação por que passou a originaria armação da peça. Os pinaculos dos corucheos em que terminam os corpos lateraes, especie de botareus, subiriam a cerca de meia altura do zimbório. A cupula baixaria a coroar o grupo de apóstolos, e este ficariam em frente da sagrada fórmula, em vez de contornarem a peanha espuria do recipiente actual<sup>55</sup>.*

Ao escrever estas linhas, o nosso escritor baseava-se certamente na proposta do eminente Historiador de Arte, no entanto, não conseguimos localizar um artigo, não publicado, mas referido por várias fontes, onde Joaquim de Vasconcelos fundamentava a sua opinião, através de exemplos de outras custódias datadas da mesma época, não podendo assim garantir-se a continuidade das suas ideias. Dada a falta deste texto, mesmo tendo em conta o contacto próximo entre João Couto, o conservador do Museu responsável pelo restauro da Custódia para a sua apresentação na Exposição de Sevilha em 1929, e Joaquim de Vasconcelos, poderemos deixar no ar a dúvida de terem sido estas linhas de Ramalho uma das principais fontes para esta futura intervenção<sup>56</sup>.

Ainda sobre esta peça, Ramalho atreveu-se a dar a sua contribuição à eterna discussão sobre a autoria da Custódia, seguindo a ideia do Visconde Sanches de Baena que referiu ser o Gil Vicente ourives tio do Gil Vicente poeta<sup>57</sup>.

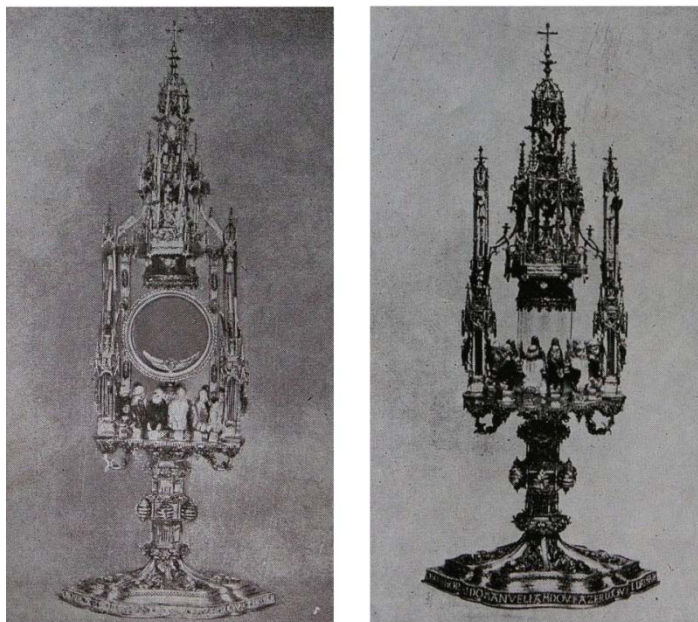
Para Ramalho, a ourivesaria atingira o seu auge nesta época dos Descobrimentos, a par da glória nacional então alcançada, originando *...peças typicas, fundamentaes, de um portuguezismo vigorosamente accentuado, cujo exame nos habilita para sempre a distinguir a nossa joia nacional da Renascença de qualquer outra joia*<sup>58</sup>.

<sup>55</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Catalogo...*, p. 26.

<sup>56</sup> MNAA, *Processo Individual da Custódia de Belém*, doc. II. Neste documento é feita uma descrição do processo de restauro, indicando as fontes onde se basearam para a nova transformação imposta à custódia, onde é especificamente referido o nome de Ramalho Ortigão, a par do de Joaquim de Vasconcelos. Sobre este tema veja-se NETO, Maria João, SOARES, Clara, ALVES, Alice, “A Custódia de Belém: Símbolo nacional entre o Liberalismo e o Estado Novo”, no prelo.

<sup>57</sup> Provavelmente, Ramalho referia-se à seguinte publicação: BAENA, Visconde de Sanches de, *Gil Vicente*, Empreza Typographica, Marinha Grande, 1894.

<sup>58</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Catalogo...*, p. 40-41.



Figuras 34 e 35 – A Custódia de Belém antes e depois do restauro. Fotografias de Ferreira Tomé, o ourives responsável pela intervenção<sup>59</sup>.

Outra questão sobre a qual Ramalho se debruçou neste catálogo foi a da pintura portuguesa dos séculos XV e XVI, um assunto que lhe foi muito caro, como verificámos na nossa análise ao seu livro de 1896, e desenvolveremos no ponto seguinte, no estudo sobre a Comissão de inventário e beneficiação de pintura antiga em Portugal, formada no seio da Academia Real de Belas Artes.

Para se compreender este fenómeno artístico português, Ramalho julgava necessário entender o ambiente cultural da época, num contexto histórico digno de nota. A realização de uma exposição onde figurassem os quadros dispersos pelo país era urgente, por muitos se encontrarem *...sem classificação, sem inventario, sem arrolamento!*<sup>60</sup>. Este dever de solidariedade e de patriotismo ajudaria ao aprofundamento do conhecimento das obras e dos seus autores, podendo estabelecer-se paralelos até então desconhecidos. Era essencial o estudo das representações pictóricas como espelhos da sociedade da época, dos seus hábitos e costumes, permitindo deste modo um maior conhecimento da renascença portuguesa, *...mostrando o mais secreto e*

<sup>59</sup> TOMÉ, José Ferreira, *Duas Fases da Vida de Gil Vicente (Ourives até 1506. Poeta desde 1502) – Subsídios para a sua Identificação*, Edição do Autor, Lisboa, s.d.

<sup>60</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Catálogo...*, p. 57. Conforme veremos no ponto seguinte, o estado destas pinturas já tinha sido notado pelo Marquês de Sousa Holstein em 1875, nas suas *Observações* para a preparação da reforma a cargo da Comissão da Academia Real das Belas Artes HOLSTEIN, Marquês de Souza, *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal, a organização dos Museus e o serviço dos monumentos históricos e da arqueologia*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1875 (<http://purl.pt/321>).

*profundo da alma da nossa raça*<sup>61</sup>. Este assunto foi mais desenvolvido em *O Culto da Arte em Portugal*, no ano seguinte, como veremos no ponto seguinte.

A obra mais merecedora da sua atenção foi um *Livro de Horas* em Latim, supostamente quinhentista, sobre o qual fez uma contextualização histórica, social e artística, complementada com a descrição de várias páginas. Sobre este livro, tinha Ramalho levantado algumas dúvidas a D. Carlos na carta referida anteriormente, alegadamente essências para a validação científica do seu trabalho. O nosso autor questionava o facto de ser este o *Livro de Horas* de D. Manuel I, oferecido por Leão X, através de Tristão da Cunha, por esta informação não estar conforme com a sua ornamentação, onde se encontrava representada uma moeda de D. João III, juntamente com outras portuguesas e castelhanas, reportando-se, conseqüentemente, a sua execução para uma época posterior. Como o rei tardava em lhe dar esta resposta, Ramalho deixou uma página em branco no fim para as observações reais<sup>62</sup>.

Em relação ao catálogo da Exposição Colombina observa-se aqui um maior desenvolvimento dos temas, complementado com a procura do referido enquadramento histórico-artístico das peças mais relevantes, em oposição ao anterior, onde se efectuava uma listagem das peças, composta por uma pequena descrição sem grandes comentários. Esta evolução, não só relacionada com a diferença de tempo disposto para a preparação dos catálogos, como pelo acesso mais facilitado às fontes, dificultado no caso da exposição madrilena, reflecte principalmente uma reflexão e maturação sobre os resultados obtidos, levando à execução de um texto mais elaborado neste último caso. Também se deverá ter em conta a diferença entre os públicos alvos, contando da Exposição realizada em Portugal com um grupo intelectual no qual Ramalho se movimentava e de quem procurava reconhecimento.

Por outro lado, faltou ao catálogo de 1895 a contextualização da Exposição efectuada no anterior, onde eram explicados os seus objectivos e enquadramento, constituindo esta a grande lacuna para a compreensão do programa decorativo, bem como dos seus objectivos gerais, apenas sugeridos pelos aspectos aqui analisados.

---

<sup>61</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Catalogo...*, p. 59.

<sup>62</sup> E32/2607 – ORTIGÃO, Ramalho, 1836-1916, s.d., Lisboa.

### Polémicas em torno de Ramalho

Não podemos deixar de referir ao tratar estes temas, as maiores polémicas existentes à volta da figura do nosso escritor, não só em vida, mas também postumamente, sobretudo as questões religiosas e políticas. Sem nos queremos alongar em nenhum destes temas, gostaríamos apenas de referir alguns pontos relacionados com a nossa tese.

Depois do ataque a figuras eclesiásticas feito em vários periódicos, em maior escala, em *As Farpas*, o escritor deixou de assumir uma posição tão activa neste campo, significando para muitos a sua conversão ao catolicismo, comprovado pela publicação de um artigo na *Gazeta de Noticias* no final da sua vida<sup>63</sup>. Mas a realidade não deve ter sido tão linear.

Para Manuel Clemente, os ataques de Ramalho eram dirigidos à componente social da prática da religião e não à fé e crenças associadas, criticando especialmente factos, tais como o das pessoas escolherem as celebrações litúrgicas consoante a moda e o estrato social, afastando-se da verdadeira fé. Este autor frisa ainda a conservação no nosso escritor do *...respeito e o gosto pela tradição popular e familiar dum cristianismo ideal e simbólico*<sup>64</sup>.

Em toda a sua obra trespassa sempre uma tendência religiosa indiscutível, inquestionável mesmo perante os seus ataques a personalidades individuais relacionados com a hierarquia Católica. Com o passar dos anos e o abandono gradual de posições radicais, consegue-se perceber o reajustamento aos costumes sociais pré-estabelecidos, vivendo segundo os mesmos cânones da sociedade circundante, incluindo o da prática de religiosa. Muito provavelmente, se fosse opositor da Igreja Católica, não teria participado na celebração do centenário de Santo António.

Estes costumes estavam de acordo com os seus ideais da manutenção das tradições e ritos ancestrais, para se conseguir manter a verdadeira essência do povo, essencial para a defesa da Tradição, como vimos anteriormente. Ao relacionar a religião com este culto e, conseqüentemente, com o da nacionalidade, integrando este aspectos, defendia a

---

<sup>63</sup> Esta carta surge como resposta a um pedido de Luiz Gozanga Cabral, que, em 1914, o aconselhava a publicar um artigo onde repudiasse os seus devaneios articulistas, para mostrar a sua total adesão à doutrina católica. ORTIGÃO Ramalho, *Ultimas farpas : cartas portuguesas : homens e factos dos derradeiros tempos, 1910-1915*, Francisco Alves Lisboa : Aillaud e Bertrand, Rio de Janeiro, 1916.

<sup>64</sup> CLEMENTE, Manuel, “A Vitalidade Religiosa do Catolicismo português: do Liberalismo à República”, dir. Carlos Moreira Azevedo, *História Religiosa de Portugal*, Volume 3, Circulo dos Leitores, Rio de Mouro, 2002, p. 86.



preservação dos rituais e crenças e a salvação dos testemunhos dessa fé, materializados no Património nacional, móvel e imóvel.

Esta admiração pela beleza da Arte alcançada pelo catolicismo não era obviamente novidade. Vimos anteriormente as influências de Chateaubriand e de Ruskin, não só em Ramalho, mas também em muitos intelectuais do século XIX, atraídos pela ideia da pureza do Gótico e do seu manto de memória associado a uma medievalidade definidora dos países. Num caderno do seu espólio da BNP, encontra-se reflectida mais uma vez esta influência e a importância do esplendor relacionado com o momento litúrgico e a sua relação com o patriotismo no seu auge.

*Ninguém vae a igreja com mais desinteresse que eu porque me não leva à presença de Deus o espirito de religião fundado no temor de um castigo ou na esperança de uma recompensa. Vou à igreja impellido cada vez mais irresistivelmente por um impulso d'arte, por interno e fervoroso sentimento de poesia, de tradição, de respeito, de decencia e de / saudade. O culto que mais me atrai è o culto ingenuo e popular, nas velhas egrejas de aldeia, em que avejam [?] andorinhas e n'um cheiro de manjerição e de rosmaninho. As egrejas novas repugnam-me com falsificações. É preciso que ellas tenham pelo menos um seculo para me darem a impressão de ser legitimas. Aqui em Cascaes a missa a que gosto de ir è a da cida=/della com a sua padroeira Nossa Senhora da Victoria no alto do seu throno ornado de ramos de flores ervas que ali mandou pôr uma rainha, tendo à sua mão direita no retabulo do altar mòr a mesma imagem de Sto Antonio que na guerra da Peninsula acompanhou o regimento de Cascaes sobre um macho branco. No pulpito, em alguns ornatos da construcção de=/senha-se a rocaille Luis XV do nosso seculo passado. Aos dois lados do altar mor a guarda de honra é feita por 12 soldados de bayonetas armadas. Ao longo da igreja formam os contingentes de artilharia, de infantaria e de marinha. Algumas senhoras ajoelham-se junto da capella mòr. A familia real assiste na sua tribuna. Eu coloco-me ao fundo da igreja, do lado / do evangelho, junto de uma janella aberta ao lado de um pescador velho, de camisola esburacada, o barrete ao hombro. A parada da cidadela tem aspecto de uma reconstituição theatral de antiga fortaleza, com a sua cisterna ao meio. Por cima do arco da entrada esta estúpida legenda Servi bem a patria que ella vos recompensará<sup>65</sup>.*

<sup>65</sup> BNP, E19/109, *Caderno 31*. Infelizmente este caderno não se encontra datado, nem encontramos pistas que pudessem indicar alguma data.

Seguiria esta ideia a linha iniciada em *As Farpas* ou seria posterior? A falta de elementos para a datação destes documentos complica esta resposta. De qualquer modo, nessa altura o nosso escritor defendia o monumento não apenas como uma testemunha da História, mas também pela materialização de um sentimento religioso muito importante.

*O catholicismo vive na architectura incomparavel das suas admiraveis cathedraes; vive na ourivesaria artistica das suas primoras alfaias; vive nos frescos dos seus muros, e nas telas dos seus retabulos immortalisados pelos pinceis dos maiores artistas do mundo*<sup>66</sup>.

A ligação estabelecida entre a Arte e a religião católica nesta época foi estudada por vários autores e encontra-se bem sintetizada na tese de José Alberto Ribeiro, onde se defende a ideia do restauro da catedral medieval à sua forma original relacionada com a procura de uma espiritualidade cristã baseada na Idade Média<sup>67</sup>.

Outro elemento de extrema pertinência nesta discussão foi a sua entrevista pessoal com o Papa Leão XIII, o apogeu da vida de qualquer católico. Este acontecimento, ocorrido a 10 de Novembro de 1901, durante cerca de vinte minutos, foi para Ramalho uma experiência inesquecível, sobre a qual escreveu muitas linhas onde demonstrou o seu orgulho em ter obtido a bênção papal para a sua família e amigos.

Cinco anos mais tarde, publicou na *Ilustração Portuguesa*, um artigo intitulado “Flores de Roma”<sup>68</sup> dedicado à sua estadia na cidade, *...a mais perene fonte de informação relativa á historia da cultura e do poder mental da humanidade*<sup>69</sup>. Neste texto o escritor descreveu as belezas e realidades sociais e a sua influência na arte e na cultura europeia, sublinhando a impressão e encantamento exercido sobre si pelo cosmopolitismo da cidade eterna obrigando-o a estudar para compreender o que o envolvia.

<sup>66</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas, Religião e a Arte*, Tomo V, David Corazzi – Editor, Lisboa, 1888, p. 314.

<sup>67</sup> RIBEIRO, José Alberto, *A Catedral de Papel. O Escritor Manuel Ribeiro (1878-1941): Um Esteta da Medievalidade e da Espiritualidade Cristã*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2002.

<sup>68</sup> ORTIGÃO, Ramalho, “Flores de Roma”, *Ilustração Portuguesa*, n.º 44, 24 de Dezembro de 1906, s/p.

<sup>69</sup> Idem.

*Deliciado de viver, sentido a cada hora vir do meu coração á bocca a linda exclamação que atravez dos maiores infortunios mais frequentemente repete a doce lingua do povo italiano – Dio, com' é bello! – eu percorria de manhã os museus e as bibliothecas, visitava os monumentos de tarde, e reunia-me á noite com os meus amigos*<sup>70</sup>.

Para além da correspondência existente na BNP, e de artigos da Imprensa periódica, esta é a descrição pormenorizadamente da entrevista de Ramalho com o Papa Leão XIII e a sua preparação. Depois de ultrapassar a questão se seria ou não recebido devido aos seus *...pecados de escritor rebelde*<sup>71</sup> do passado, encetou uma profunda pesquisa sobre o sumo pontífice, estudando as suas encíclicas e história pessoal, ficando espantado com a informação encontrada. De facto, este Papa foi uma figura muito importante, tornando-se os seus princípios da Democracia Cristã, muito interessantes para o nosso escritor. Analisou ainda aprofundadamente o Vaticano, a sua Biblioteca e o Museu, tecendo-lhes louvores e colocando em dúvida, talvez com alguma falsa modéstia, se seria digno de ali ser recebido.

*Podia lá ser! Eu velho filho do seculo, ferrugento racionalista, pobre pecador, discipulo, no ultimo banco de Spinosa, de Darwin, de Littré, d'Auguste Comte, de Renan, antigo entusiasta de Byron, d'Hugo, de Carlyle, de Proudhoun, de Michelet, de Ruskin, ser assim recebido na paternal intimidade do Santuario, pelo successor de S. Pedro, pelo Vigario de Christo, figurava-se-me a mais inverosímil anomalia, parecendo tacitamente envolver da minha parte uma deturpação de identidade, uma dissimulação de pessoa, quasi uma insidia.*<sup>72</sup>

No período de maior agonia da sua doença terminal, embora escrevesse com a mão a tremer o *...apelo dos sacramentos á ultima hora para os enfermos moribundos è um*

---

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> Este comentário encontra-se inserido numa carta dirigida ao Conde de Arnoso, sendo também ali descrito o seu pedido para serem apresentados ao Papa todos os elementos do seu passado para este poder decidir conscientemente se aceitaria recebê-lo ou não. Nesta missiva foi feita uma descrição minuciosa do encontro, com o objectivo de informar pessoalmente o rei sobre os assuntos discutidos. Ali contava os seus comentários sobre o estado da religião em Portugal e da sua tentativa em dar uma visão imparcial sobre este assunto para não prejudicar o seu rei. BNP, E32/2645, *Roma, 11 de Novembro de 1900*. Esta data está mal atribuída, porque Ramalho Ortigão foi recebido na sua viagem a Itália no ano seguinte, 1901.

<sup>72</sup> ORTIGÃO, Ramalho, “Flores de Roma...

*ridículo sim-/ptoma da hyprocrisia in-extremis das familias indifferentes*<sup>73</sup>, era assistido por uma religiosa, com quem rezava terços diários, recebeu a extrema-unção e foi enterrado com um hábito religioso<sup>74</sup>. Estes momentos finais foram descritos por Eduardo Burnay, numa carta a Luís Magalhães para ser publicada, onde tentou defender a imagem do seu sogro contra as inúmeras discussões surgidas depois da sua morte<sup>75</sup>.

Esta publicação também tentou esclarecer outra polémica existente à volta de Ramalho Ortigão: a sua suposta conversão de republicano em monárquico que lhe valeu o epíteto de “vira-casacas”, justificando Eduardo Burnay a sua presença num comício republicano pouco depois da vinda para Lisboa, devida a laços de amizade para com os seus oradores e não por questões ideológicas<sup>76</sup>. Mas não era só este acontecimento a suscitar dúvidas, a sua relação com alguns dos primeiros republicanos portugueses, bem como a participação na organização das comemorações do Centenário de Camões, fortemente conotado com este movimento, também contribuíam fortemente para a sua conotação ao republicanismo<sup>77</sup>.

Pela análise dos seus textos, públicos e privados, e tendo em conta as opiniões dos diversos autores analisados, para quem este assunto é, na maioria das vezes, secundário, vemos que, embora Ramalho apoiasse inicialmente as ideias socialistas, a sua luta contra o parlamentarismo foi o maior denominador da sua vida<sup>78</sup>, pois para este escritor era uma vergonha o modo como se governava o país, à vontade de quem estava no

<sup>73</sup> BNP, E19/187 - Caderno 109 - Anotações

<sup>74</sup> Há quem diga que foi vestido com um hábito, devido às deformações do seu corpo causadas pela sua doença.

<sup>75</sup> BURNAY, Eduardo, *Carta a Luiz de Magalhães*, Typographia “A Editora Lda”, Lisboa 1916.

<sup>76</sup> Idem, p. 20.

<sup>77</sup> Em 1962, Rodrigues Cavalheiro, refere a existência de documentos falsificados depois da sua morte, numa tentativa de provar esta conversão tão mal vista aos olhos dos seus contemporâneos. CAVALHEIRO, Rodrigues, *A Evolução Espiritual de Ramalho*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1962, pp. 473-477.

Para Vasco Pulido Valente ...*Ramalho tomou, em momentos diferentes e alternadamente os dois caminhos. Ou pensou em resolver o incómodo e o que D. Carlos chama o gâchis do parlamentarismo, reduzindo o Estado à expressão mais simples, [...] Ou na exasperação dos momentos mais graves, como, por exemplo, a crise de 1890, pensou numa ditadura dos homens de «honra e competência», com carácter nacional, que exactamente por ser ditadura e nacional lhe não parecia político. [...] para ele, o afastamento da monarquia seria possivelmente útil para restabelecer a liberdade numa sociedade oprimida pelo despotismo do compadre, mas seria extremamente prejudicial se fosse pretexto para o estabelecimento de um regime despótico, de um Estado forte, que pretendesse revolucionar legislativamente a sociedade, deformando a sua natural evolução e violentando as condições objectivas existentes.* VALENTE, Vasco Pulido, “Ramalho Ortigão e a crise do Estado em Portugal”, *Estudos sobre a Crise Nacional*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1980, pp. 34-35.

Amadeu Carvalho Homem considera a sua ideia transitória de republicanismos ligada a um projecto de pedagogismos neo-iluminista muito distante do republicanismo existente na sua sociedade. HOMEM, Amadeu Carvalho, “Razão e sentimento na evolução espiritual de Ramalho Ortigão”, separata da *Revista de História das Ideias*, vol 21, Faculdade de Letras, Coimbra, 2000, pp. 219.

<sup>78</sup> ...*não se limita a desfazer a razão, a exilar a competência, destrói igualmente a honestidade e a dignidade....* Idem, p. 28.

poder e dos seus amigos, tornando necessária uma mão forte para acabar com este compadrio, como foi a de João Franco, em quem depositou grandes esperanças, especialmente durante a ditadura de 1907, chegando mesmo a ser discutida a hipótese da sua nomeação a Par do Reino. Para o nosso escritor chegara o momento da mudança.

*O q. eu vejo atravez da politica de João Franco? Vejo o lodo imundo correndo nas fontes de Versailles durante a primeira meia hora do jogo das grandes aguas. É preciso que passe o enxurro para que brilhe a imaculada transparencia da agua cristalina. Franco restabe=leceu na politica portugueza o regimen da verdade e da honra....*<sup>79</sup>

Estas ilusões foram abruptamente interrompidas e terminadas com o regicídio, golpe do qual o escritor nunca mais recuperou, chegando mesmo a escrever algumas páginas dedicadas ao monarca depois da sua morte trágica, publicadas no Brasil e, posteriormente, distribuídas no nosso país<sup>80</sup>. Mesmo depois da morte do monarca, não houve qualquer acontecimento que alterasse o sentimento de repulsa causado por este facto, mantendo relações com a família real até 1915, data da sua morte.

Para Ramalho, o uso da força e da destruição como arma de mudança estava fora de questão, pois a alteração das instituições tinha de partir de uma reforma planeada e não de um golpe armado baseado na força. Mais tarde havia de assumir perante os jovens republicanos ter sido este o mote causador do seu afastamento do grupo socialista a que se juntara quando viera para Lisboa, sendo mais uma vez sem dúvida, este o grande problema com a aceitação do novo regime republicano em 1910.

*Um principio comum nos reunia e confatrenizava então: a convicção colectiva de que ~~juntos~~ no velho mundo em que viviamos havia acumulados dejectos de gerações transactas e de exercicios findos, que a nós, jovens atletas da retorica, cabia a missão de remover por lavagem diluvial. Fomos, eu e elles, diligentes e intrepidos aguadeiros do espirito novo nessa campanha de bombeiros voluntarios, contra a labareda da rotina, - campanha em que os estragos dos socorros tinha de sair à*

<sup>79</sup> BNP, E19/131, Caderno 53 - Paris Biarritz Evora - 1906 A bordo do <Aragon>.- Um Argentino regalão.- Notas de alguns museus de Paris e Bordeaux. Viagem para Biarritz e impressões d'esta cidade Notas sobre a politica de João Franco.- Notas historicas e Evora, pp. 26-27.

<sup>80</sup> ORTIGÃO, Ramalho, Rei D. Carlos – O Martyrisado, separata da Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, Typographia “A Editora”, Lisboa, 1908.

*Sociedade muito mais caro talvez do que o perigo do magusto ao qual com tão entusiastico zelo nos haviamos encarregado de acudir./*

*D'essa velhada toda de que vós, pobres rapazes, fizestes os nossos porta-estandartes, me separei para sempre desde que elles com tão senil obtusidade deliberaram converter numa estúpida [?] zaragata de rua, à mocada, a tiro, à navalhada e bombas de dinamite, a campanha que haviamos iniciado literariamente e educadamente por meio de alguns engenhosos raciocinios e a poder de agudos, repetidos e tilibantes golpes de stylo<sup>81</sup>.*

Depois da implantação da República e do seu exílio voluntario durante os seus primeiros anos, ao regressar a Portugal, Ramalho foi tido como um dos mentores do movimento Integralismo Lusitano, sendo-lhe mesmo dedicado um artigo na sua revista *Nação Portuguesa* após a sua morte<sup>82</sup>. Os ideais defendidos por este novo grupo aproximavam-se dos do nosso escritor, mas este assunto ultrapassa os nossos limites temporais e temáticos, como já tivemos ocasião de referir anteriormente

---

<sup>81</sup> BNP, E19/6 - *Aos Jovens Filósofos que nos governam – sd.*

<sup>82</sup> MONSARAZ, Alberto, “Ramalho Ortigão”, *Nação Portuguesa – Revista de Filosofia Política*, Ano 1, n.º 9, Editores: Franco & Armenio, Coimbra, s.d. pp. 261-273.

### 3.3. A defesa dos “Primitivos”

Como temos tido ocasião de verificar ao longo desta tese, um dos assuntos que mais interessou Ramalho Ortigão foi o estudo e protecção da pintura dos “primitivos” portugueses. O fascínio por este contexto artístico, exercido sobre um dos responsáveis da descoberta “crítica” dos painéis de São Vicente, levou-o a propor em várias ocasiões o desenvolvimento de análises mais aprofundadas sobre a sua temática, bem como a organização de exposições para a reunião e comparação de exemplares dispersos pelo país, tentando estabelecer ligações a outras Escolas, contribuindo assim para o seu estudo histórico e artístico de modo integrado.

No final da sua vida conseguiu finalmente atingir este objectivo, através da formação no seio da Academia Real de Belas Artes de uma Comissão de Inventário e Beneficiação da Pintura Antiga em Portugal, da qual infelizmente não chegou a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, devido ao seu afastamento em 1910. Por esta razão, focaremos a nossa atenção especialmente ao processo desenvolvido até à instituição desta Comissão e à contribuição de Ramalho para este efeito, não sendo analisadas as intervenções posteriores<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Sobre este assunto poderão ser consultados vários documentos, começando pelo relatório de Luciano Freire sobre estes trabalhos, recentemente publicado: FREIRE, Luciano, “Elementos para um relatório acerca do tratamento da pintura antiga em Portugal segundo notas tomadas no período da execução desses trabalhos”, *Conservar Património*, n.º 5, Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal (ARP), Lisboa, 2007. Devem também ser referidos os seguintes trabalhos: CARVALHO, José Alberto Seabra, “Os trabalhos de Luciano Freire por ele próprio: Nota introdutória à edição de um relatório de um restaurador de pintura no início do século XX”, *Conservar Património*, n.º 5, Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal (ARP), Lisboa, 2007, pp.5-8, CARVALHO, José Alberto Seabra, “Pinturas antes do restauro. Provas fotográficas do espólio de Luciano Freire”, dir. Ana Isabel Seruya e Mário Pereira, *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, Ministério da Cultura, Instituto Português de Conservação e Restauro, Lisboa, DL [2007], pp. 97-117 e CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República, Doutoramento em Arquitectura apresentado à Universidade de Évora, exemplar policopiado, Évora, 2008.

Apesar de na revisão dos Estatutos da Academia, passada a Decreto a 7 de Novembro de 1901<sup>2</sup>, se encontrar referido o Presidente do Conselho dos Monumentos Nacionais como seu vogal efectivo, os vários documentos analisados mostraram a ineficiência desta medida na constituição muito fechada deste círculo académico. De facto, tanto Ramalho, presidente desde 1900, como o seu sucessor Gabriel Pereira, foram convidados para académicos de mérito, na mesma data, em 1903, não existindo referências a colaborações activas anteriores.

No entanto, a primeira menção a Ramalho nas actas da Academia surgiu a 17 de Março de 1902, quando justificou a sua falta como Académico efectivo<sup>3</sup>, muito provavelmente devido à recente saída do Decreto acima referido. No entanto só no fim do ano seguinte, o Visconde de Atouguia, então presidente da Comissão Executiva, propôs a atribuição do título de Académico de Mérito a um grupo de escritores *...que tanto se teem occupado de critica de Artes e de estudos de investigação archeologica...*<sup>4</sup>, onde, para além de Ramalho Ortigão, também estavam incluídos Zacarias d’Aça, Antonio Jorge Arroyo, Abel Accacio d’Almeida Botelho, José de Figueiredo, Joaquim de Vasconcelos, o Visconde de Castilho e, como referimos, Gabriel Pereira. A resposta de agradecimento do nosso escritor foi pronta, mostrando o seu *...reconhecimento a alta distincção com que a Academia de Bellas Artes de Lisbôa se dignou de condecorar-me...*<sup>5</sup> e aproveitando a oportunidade para apresentar dois trabalhos seus, *O Culto da Arte em Portugal* e a *A Conclusão do Edifício dos Jeronymos*<sup>6</sup>, para rectificação dessa proposta.

Ainda no mês de Janeiro de 1904 foi-lhe atribuída a sua primeira tarefa como académico: a participação no júri do concurso para a escolha de um docente para a cadeira de *História da Arte da Idade Média e Tempos Modernos*, juntamente com Joaquim de Vasconcelos<sup>7</sup>, à qual se propuseram Augusto Fuschini, D. José Maria da Silva Pessanha e

<sup>2</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1900*, Imprensa Nacional, Lisboa 1901, p. 890.

<sup>3</sup> Acta de 17 de Março de 1902. ANBA, 1-A-SEC.018, *Actas Academia*, [1883-1910], p. 137v-139v.

<sup>4</sup> Acta de 19 de Dezembro de 1903. ANBA, 1-A-SEC.018, p. 143v.

<sup>5</sup> Carta de 7 de Janeiro de 1904. ANBA, 1-C-SEC.058, *Ministerio do Reino, Correspondencia Entrada, Anos 1903-1909*.

<sup>6</sup> Acta de 15 de Janeiro de 1904. Nesta sessão da Comissão Executiva também se acusou a recepção dos elementos de Gabriel Pereira e de António Arroyo, n.º 21, pp. 34-34v, ANBA 1-A-SEC.019, *Comissão Executiva – Actas, Livro I.º*, [8 de Abril de 1902 a 5 de Junho de 1911].

<sup>7</sup> N.º 946, 2 de Março de 1904, ANBA, 2-A-SEC.095, *Livro de Correspondencia com o Ministerio do Reino*, [19-9-1884 a 17-5-1905]. Os pontos abordados neste concurso foram publicados no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.ª série, Tomo XI, n.º 5, Typ. da Casa da Moeda e Papel Sellado, Lisboa, 1908, pp. 306-315.



Emygdio de Brito Monteiro<sup>8</sup>. Ao receber esta notícia, Ramalho pediu as dissertações ou teses dos candidatos, para se preparar para as suas entrevistas<sup>9</sup>.

Pelo relato de Luciano Freire, esta requisição poderá ter sido uma das causas dos problemas surgidos neste concurso, visto que Fuschini apenas tinha entregado um exemplar da sua tese, com o receio da divulgação das suas conclusões por terceiros<sup>10</sup>. Por outro lado, a questão de incompatibilidade invocada pelo Júri, considerando não ser possível acumular a leccionação desta cadeira com outros cargos desempenhados, levaram Fuschini a lançar uma nota de suspeição sobre os seus membros. Não sabemos quais os resultados desta acção, mas mais tarde, em documento oficial, os jurados agradeceram o apoio dado pela Academia, na referida questão<sup>11</sup>.

De qualquer modo, como vimos anteriormente, as relações entre Ramalho e Augusto Fuschini não seriam as melhores. Na questão da Exposição Colombina em 1893, como Ministro da Fazenda, Fuschini fora um dos apoiantes do encerramento prematuro em relação aos restantes expositores, facto este que escandalizara Ramalho, ao ponto de o mencionar na carta dirigida ao Conde de Arnoso sobre este assunto<sup>12</sup>. Mais tarde, o engenheiro fora colocado no Conselho Superior dos Monumentos Nacionais<sup>13</sup>, entrando em conflito velado com os princípios defendidos pelo seu presidente, podendo esta ser também uma das principais causas do afastamento de Ramalho dos seus trabalhos e posterior demissão do cargo. Os percalços ocorridos na ocasião deste concurso, apenas confirmam esta inimizade entre os dois.

Provavelmente devido aos dissabores causados pela sua primeira incumbência académica, a inclusão de Ramalho nos trabalhos da Academia foi lenta e pouco profícua, com algumas excepções.

<sup>8</sup> N.º 931, 13 de Janeiro de 1904, ANBA, 2-A-SEC.095.

<sup>9</sup> Carta de 23 de Janeiro de 1904, ANBA, 1-C-SEC.058.

<sup>10</sup> FREIRE, Luciano, “Elementos para um relatório...”, p. 10. Mais tarde, Fuschini publicou esta tese no seu livro: FUSCHINI, Augusto, *A arquitectura religiosa na Edade Média*, Imp. Nacional, Lisboa, 1904. (<http://purl.pt/412>)

<sup>11</sup> *O Jury do concurso para o provimento do lugar de professor da 13.ª cadeira d’esta Escola vem agradecer penhoradissimo as provas de consideração e confiança a todos os seus membros tributados em officio de V Exª de 31 de Julho do corrente, e participar a VExª, que em virtude de se ter tornado publica a nota de suspeição lançada sobre o mesmo jury pelo candidato Augusto Fuschini, mantem a sua attitude de incompatibilidade, aguardando resposta de Sua Exª o Ministro.*, 3 de Agosto de 1905, ANBA, 1-C-SEC.058.

<sup>12</sup> BNP, E32/2630 - *ORTIGÃO, Ramalho, 1836-1916, 1893, Abril 9, Madrid*.

<sup>13</sup> Para Luciano Freire esta transferência teve o intuito de o despacharem dos seus serviços anteriores, como refere em relação à sua nomeação como director das obras da Sé de Lisboa ...*Foi este um dos trabalhos realizados por Fuschini, a quem os políticos, para se livrarem das suas diabrices, entregaram, sem outra qualquer preocupação, a Sé de Lisboa para restaurar...* FREIRE, Luciano, “Elementos para um relatório...”, p.10.

A primeira participação nos trabalhos académicos ocorreu em Março de 1907, quando Ramalho assistiu a uma sessão, por onde passou sem qualquer atitude de registar em acta<sup>14</sup>, na sua presença seguinte, em Outubro, foi eleito por maioria, como vogal das Belas Artes no Conselho Superior de Instrução Pública, em detrimento de Manuel Macedo e de Gabriel Pereira<sup>15</sup>, apenas voltando dois anos depois a integrar-se nos trabalhos da Academia.

Pela análise das actas concluímos terem sido as discussões sobre o estado da colecção de pintura dos séculos XV e XVI existente no Museu, iniciadas nessa altura, a origem do despertar do interesse do nosso escritor por estas sessões.

Desde muito cedo, Ramalho demonstrara nas suas obras um interesse especial pela pintura desta época. No seu livro *A Holanda*<sup>16</sup>, publicado em 1883, reflectira sobre a pintura deste país, as suas influências e contextualização no cenário europeu, ligando as representações e escolha de motivos aos meios e sociedade circundante. Teria nesta altura surgido o seu interesse por este tipo de representação? Mais tarde, no catálogo da exposição de Arte Sacra Ornamental de 1895, o nosso escritor sublinhou a importância do estudo deste tipo de expressão artística como fonte de conhecimento, não só da Arte, mas também do ponto de vista da História Social, interpretando as representações como reproduções da época e dos seus costumes, lançando então o seu primeiro repto ao estudo desta pintura, composto pela sua beneficiação e arrolamento e pela realização de uma exposição dedicada exclusivamente a este tema. Logo no ano seguinte, em *O Culto da Arte em Portugal* aprofundou ainda mais este assunto, tornando-se este tema recorrente, muito frequente na documentação existente no seu Espólio da BNP<sup>17</sup>.

Em 1896, Ramalho lamentava a falta de um estudo aprofundado sobre a pintura dos séculos XV e XVI, especialmente sobre Grão Vasco, a quem na época era atribuída praticamente toda a produção pictórica conhecida deste período. Seguindo a sua linha de raciocínio, este arrolamento permitiria o conhecimento dos elementos existentes e a tomada das medidas necessárias para a sua protecção. Neste sentido, lastimava o tipo de

---

<sup>14</sup> ANBA, 1-A-SEC.018, p. 154-156.

<sup>15</sup> ANBA, 1-B-SEC.053, *Diversos, Vol I*. Infelizmente não encontramos documentação relativa a esta sua prestação, de sumo interesse para a compreensão dos acontecimentos relatados neste ponto. Com este objectivo consultámos improficuamente o Arquivo Histórico do Ministério da Educação e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

<sup>16</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *A Hollanda, (notas de viagem)*, Typ. da Gazetta de Noticias, Rio de Janeiro, 1883.

<sup>17</sup> Devem destacar-se as listagens de pinturas existentes em Portugal, bem como as tentativas do estabelecimento de autorias e paralelos com exemplares existentes fora do país. BNP, E19.

restauro praticado na pintura, destruidor das imagens originais, seguindo, muito provavelmente, as considerações realizadas nas obras de Raczyński sobre este aspecto<sup>18</sup>. A questão do estudo histórico e social do período renascentista através da análise dos motivos representados nas pinturas, marcadores do *...período do nosso maior brilho e da nossa maior riqueza, no apogeu da nossa glória*<sup>19</sup>, era então aprofundada, propondo Ramalho a composição de um livro, sob a responsabilidade das grandes intelectualidades, intitulado: *A patria portuguesa segundo os documentos da pintura nacional nos séculos XV e XVI*, onde se desenvolveria este tema, dividindo-o em vários capítulos: 1.º aspectos da paisagem, com o desenvolvimento dos temas relacionados com a flora e a fauna, tão enriquecida pelos nossos Descobrimientos, 2.º mobiliário, de onde se destacaria a produção indo-portuguesa, 3.º indumentária, também com influências das terras distantes, 4.º armas, 5.º ourivesaria e a joalheria, 6.º embarcações, 7.º olaria e cestaria popular e no 8.º a psicologia das figuras *...pela physionomia, pelo gesto, pelo sorriso, pelo olhar...*<sup>20</sup>

*A / memória do que fomos está ahi, por nós mesmos consagrada, com o maior esplendor a que chegou o nosso génio artístico, nas taboas dos painéis, no pergaminho da bíblias e dos devocionários portugueses. Ahi estão os reis as rainhas, os sacerdotes, os guerreiros e os letrados portugueses do cyclo da renascença. São essas as características figuras dos nossos avós: as faces cheias, a pelle tostada, a carne rija, os olhos rasgados, as boccas imperativas. A essas nobres e delicadas cabeças femininas serviram de modelo as mais lindas mulheres da Lusitânia, de olhos de amêndoa, malicioso olhar avelludado, obliquo e enigmatico, sobrancelhas longas alteando nas fontes, rostos ovaes, boccas quentes e vermelhas, queixo carnudo vincado na base, testa arredondada e lisa, cabelo espesso e fino apartado ao meio em duas curvas de bamdolim, e uma gesticulação leve, sinuosa e ondulante. Teríamos que interrogar longamente, laboriosamente, esse venerados painéis para aprender tantas*

<sup>18</sup> RACZYŃSKY, A., *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, Jules Renouart et C<sup>ie</sup>, Libraires-Éditeurs et Commissionnaires pour l'étranger, Paris, 1847 e RACZYŃSKY, A., *Les arts en Portugal*, Jules Renouart et C<sup>ie</sup>, Libraires-Éditeurs et Commissionnaires pour l'étranger, Paris, 1846. No seu espólio encontramos uns papéis com apontamentos de um artigo de Carl Justi, sobre a pintura flamenga em Portugal e Espanha, de onde compilou uma extensa lista de quadros, suas autorias e origens. Pelo seu interesse nesta área, optámos por reproduzir este documento no fim da tese. Anexo 1 - Documentação, Documento 17.

<sup>19</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *O Culto da Arte em Portugal*, Antonio Maria Pereira, Livreiro-Editor, Lisboa, 1896, p. 96.

<sup>20</sup> Idem, p. 101.

*coisas que ignoramos da physionomia do nosso passado, o trage, as armas, as jóias, a mobília, os utensílios das cãs e os estados de espírito*<sup>21</sup>.

Para Ramalho a falta de catalogação e a ignorância geral quanto à existência e importância destas pinturas andavam a par, insistindo mais uma vez na utilidade da sua catalogação e exposição ao público, bem documentada, porque ...*sem guia que o conduza às fontes de tradição e de nacionalidade, que cada um de nós tem a mais restricta e a mais instante obrigação de ir retemperar e for-/talecer de portuguezismo o seu sangue, dessorado pela mais falsa educação a que se pode condemnar um paiz*<sup>22</sup>.

No ano seguinte, embora não desenvolvesse o assunto, no seu parecer sobre as obras do Mosteiro dos Jerónimos, Ramalho propôs a instalação destas colecções no primeiro andar da antiga ala dos dormitórios, seguindo a antiga ideia do aproveitamento daquele espaço para a instalação do Museu de Belas Artes<sup>23</sup>.

Embora este assunto se mantivesse uma constante preocupação do nosso autor, apenas sete anos mais tarde lhe voltámos a encontrar referências datáveis, quando foi nomeado pelo rei como representante português numa exposição subordinada a este tema na Bélgica.

Em confidência ao Conde de Arnos, Ramalho confessava ter cumprido um dos mais arrojados dos seus sonhos, ao encontrar na exposição de primitivos flamengos realizada em Bruges em 1905, o ressurgimento da Arte portuguesa dos séculos XV e XVI<sup>24</sup> e chamava a atenção para o facto de ter proposto anteriormente este tipo de iniciativa no seu catálogo da exposição antoniana<sup>25</sup>.

Devido à falta de datação desta missiva, não sabemos se foi esta a causa ou a consequência da sua nomeação real para elemento português do conselho de redacção da publicação de *Les Anciens Arts de Flandres*<sup>26</sup> nesse mesmo ano. No Espólio da BNP encontrámos um texto intitulado *L'ancienne Peinture en Portugal au XV éme et XVI éme*, provavelmente a sua colaboração para a publicação internacional, pois encontra-se dirigido a Tulpinck, o seu director<sup>27</sup>. A amizade com este belga estendeu-se pelo menos

<sup>21</sup> Idem, pp. 96-97

<sup>22</sup> Idem pp. 101-102.

<sup>23</sup> Tratámos este assunto no segundo capítulo desta tese.

<sup>24</sup> Não encontrámos referências ao empréstimo de obras portuguesas para figurarem nesta exposição, o que não invalida esta hipótese.

<sup>25</sup> BNP, *Espólio do Conde de Arnos*, E32/2617, s.d., Lisboa, Porto, sl.

<sup>26</sup> BNP, E19/802, *ORTIGÃO, Ramalho a ORTIGÃO, Vasco Ramalho (Jeco)*, 7 de Maio de 1905 [?].

<sup>27</sup> BNP, E19/5 - *L'ancienne Peinture en Portugal aux XV éme et XVI éme - sd - 18,2 f.* Ver Anexo 1 - Documentação, Documento 18.

entre 1905 e 1907, encontrando-se muitas referências a esta publicação nas onze cartas existentes na BNP, bem como a outros assuntos do interesse de Ramalho, tais como a legislação referente à protecção do património belga<sup>28</sup>.

Neste extenso rascunho do artigo, encontramos uma concretização das suas ideias sobre a utilização dos motivos representados na pintura para a contextualização histórica e social da época, centrada na cidade de Évora, considerada pelo autor como um dos pólos artísticos deste período. Este documento abarca sobretudo o lado histórico, especialmente relacionado com os reis, seus casamentos e ligações, explicando o desenvolvimento da Arte naquela cidade. O facto de o documento se encontrar inacabado, não nos permite tirar mais ilações sobre os objectivos de Ramalho ao redigir este texto<sup>29</sup>.

Pelas palavras do autor do artigo do *Diario Illustrado*, já citado anteriormente, em 1906, Ramalho também estava a escrever um livro sobre os *Primitivos Portugueses*, no entanto, para além da documentação do seu Espólio, um pouco dispersa para corresponder a este projecto, não encontrámos mais elementos comprovativos deste propósito<sup>30</sup>.

Estas ideias de Ramalho adoptavam um pensamento iniciado anteriormente por outros autores. Desde a instituição da Galeria de Pintura da Academia e, mais tarde, do Museu de Belas Artes, existiam chamadas de atenção para a necessidade de um arrolamento destes quadros e da sua beneficiação. Em 1868, o Marquês de Sousa Holstein, já então Vice-inspector da Academia Real das Belas Artes, referira o mau estado de conservação de alguns dos quadros “beneficiados” ao longo dos anos, na Introdução ao *Catálogo Provisório da Galeria de Pintura*<sup>31</sup>. Neste texto realizavam-se algumas considerações muito interessantes sobre os princípios de intervenção seguidos, estabelecendo-se não se

<sup>28</sup> BNP, E19/1911 – C. Tulpinck, 1905, Agosto 5, Bruges. Numa das suas cartas, Tulpinck faz um pequeno resumo do seu currículo, onde ficamos a conhecer as suas altas funções nas áreas das artes e da protecção dos monumentos belgas.

<sup>29</sup> Este texto não deve ter chegado a ser publicado, porque na consulta desta Obra não encontrámos nenhum artigo de Ramalho Ortigão.

<sup>30</sup> BASTOS, Silva, “Visitas e Palestras – Na trapeira do sr. Ramalho Ortigão”, *Diário Illustrado*, 18 de Fevereiro de 1906. Dada a objecção levantada por Ramalho e a acusação da falta de verosimilhança das palavras publicadas, colocamos mais uma vez em questão a validade das suas afirmações. BNP, E19/810, *ORTIGÃO, Ramalho a ORTIGÃO, Vasco Ramalho (Jeco), 1906, Mar 11*. Ver Anexo 2 – Artigos publicados na Imprensa periódica, Artigo 5 e respectiva nota de rodapé.

<sup>31</sup> *Catálogo provisório da Galeria Nacional de Pintura: existente na Academia Real das Bellas Artes de Lisboa*, Academia Real das Bellas Artes, Lisboa, 1868. Estes textos foram analisados em: MANAÇAS, Vítor, *Museu Nacional de Arte Antiga, Uma leitura da sua História 1911-1962*, Mestrado em História da Arte apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991. Nesta altura o trabalho de restauro era realizado pelos artistas agregados e, depois da extinção deste posto, por restauradores contratados, destacando-se alguns nomes como o de Norberto José Ribeiro, mais tarde eleito Académico de Mérito pelos seus trabalhos nesta área. Carta expedida a 26 de Agosto de 1839, ANBA, 1-A-SEC.004, *Academia das Bellas Artes de Lisboa, Registo dos Offícios da Academia dirigidos ao Governo nos anos de 1836 a 1840*, n.º 39 de 1839, pp.47-48. Seria interessantíssimo dedicar um estudo a este pintor e aos seus trabalhos de restauro.

dever intervir de maneira drástica, para não destruir as pinturas originais, conselhos estes poucas vezes tomados em linha de conta. Nas suas boas intenções, era mesmo proposto o estabelecimento de princípios para estas intervenções, tentando padronizar o tipo de trabalhos realizados. Para além deste aspecto, referia ainda algumas medidas para a preservação das pinturas, como a sua separação das paredes, o estabelecimento de uma ventilação apropriada e a redução de variações rápidas de temperaturas<sup>32</sup>. Apoiado em vários autores como Taborda, Cyrillo, S. Luiz, Raczynski (com quem discordava em alguns pontos), e Robinson, o marquês realizou um arrolamento de artistas portugueses.

Ao referir a sala dos quadros *gothicos*, declarou haver *...n'elles uma flor de ideal, uma ingenuidade, uma delizadeza de sentimentos bem distantes do convencionalismo das épocas posteriores*<sup>33</sup>. Esta admiração era ensombrada pelo facto de este conjunto pictórico estar mal estudado e, conseqüentemente, mal preservado, precisando de uma análise comparativa dos quadros da mesma época espalhados pelo país. Neste contexto louvava o intuito de Robinson em estudar a pintura portuguesa desta época, defendendo a ideia de uma escola portuguesa de pintura gótica, com o seu apogeu entre os séculos XV e XVI, apesar da sua análise se ter limitado aos quadros de Viseu e Coimbra.

O Marquês protegera este autor inglês, tendo apadrinhado e escrito uma introdução à tradução do seu texto para português *A Pintura Portuguesa nos séculos XV e XVI*<sup>34</sup>, muito criticado por Joaquim de Vasconcelos<sup>35</sup>. Neste texto introdutório desenvolviam-se os pontos lançados anteriormente, sendo frisadas as *...mil particularidades a estudar: vestidos, armas, utensílios, vasos sagrados, moedas, typos de physionomias*<sup>36</sup>, neste tipo de pintura, num mote prosseguido pelo nosso escritor, tendo em conta a análise efectuada até ao momento.

Esta preocupação com as condições ambientais a que as pinturas à guarda da Academia se encontravam expostas, foi uma constante ao longo das actas das sessões desde a sua instituição, sendo alertados os poderes instituídos, em várias cartas oficiais, para o perigo provocado pela humidade das salas ou pelas variações de temperatura, chegando a ser apresentadas algumas propostas para a resolução deste problema.

<sup>32</sup> *Catálogo provisório ...*, p. 18.

<sup>33</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>34</sup> ROBINSON, J. C., *A Antiga Escola Portuguesa de Pintura*, Sociedade Promotora das Bellas Artes, N.º 1, Typographia Universal, Lisboa, 1868.

<sup>35</sup> VASCONCELOS, Joaquim, *A Pintura Portuguesa nos seculos XV e XVI*, Officina Typ. de João Eduardo Alves, Porto, 1881. Neste trabalho, informava ainda que Robinson tinha efectuado o seu estudo a pedido de D. Fernando, um dado interessante, demonstrando o interesse desse monarca por mais este aspecto da arte portuguesa.

<sup>36</sup> ROBINSON, J. C., *A Antiga Escola...*, p. 21.

Em 1868, depois de inaugurada finalmente a Galeria de Pintura, foi constituída uma Comissão, para a qual foi convidado um membro da Real Academia das Ciências, António Augusto de Aguiar, na altura professor de química da Escola Politécnica, com o objectivo de se realizar um relatório sobre o estado de conservação das pinturas e hipotéticas respostas aos problemas detectados<sup>37</sup>. Neste documento, publicado em folha oficial<sup>38</sup>, descrevia-se o estado da galeria, comparando as suas condições ambientes à de uma cisterna, muito nocivas para os quadros, mesmo tendo em conta os procedimentos já efectuados, como as ventilações da sala, responsáveis pela introdução de humidade do exterior, ou as caixas-de-ar entre as paredes e as pinturas, armazéns dessa mesma humidade. Além disso, alertava-se também para o perigo destas condições de salubridade para os alunos e os guardas, chegando a levantar-se suspeitas sobre a recente morte de dois destes funcionários, e defendendo como solução para estes problemas a construção de uma nova sala. O entanto, este apelo não teve o resultado pretendido e os quadros apenas saíram do edifício da Academia quando passaram para o Museu, na década de oitenta, sendo completamente negligenciado o conselho da construção de uma infraestrutura de raiz para albergar a colecção de pintura, apresentada no relatório em questão.

*Não basta que os nomes dos genios que nos meados do século XVI enriqueceram Portugal com as suas portentosas producções, as quaes constituem a parte mais importante do nosso capital artistico, sejam ainda desconhecidos! Não basta ainda os embaraços que se têm deparado áquelles que, animados de boa fé, declaram com argumentos irrefutaveis haver probabilidades para que aquelles quadros sejam de pintores portuguezes, não basta todo este lamentavel concurso de circumstancias, para ainda ser destruido de dia para dia, pelo pouco desvelo e quasi vandalismo com que tem sido tratado, esse legado que possuimos, unicos elementos por onde poderemos um dia desenterrar do olvido um grande nome portuguez<sup>39</sup>.*

<sup>37</sup> Esta interligação entre a Ciência e a Conservação não era uma novidade no mundo dos museus. Segundo Luís Elias Casanovas, em 1850 foi apresentado em Londres um estudo do físico e químico Michael Faraday e de Charles Eastleke, mais tarde Director da National Gallery, sobre os problemas da poluição nas suas colecções. Não podemos garantir uma relação directa entre esta iniciativa inglesa e a nossa, ocorrida dezoito anos mais tarde, mas é esta a hipótese mais provável. CASANOVAS, Luís Efrem Elias, *Conservação Preventiva e Preservação das Obras de Arte. Condições-ambiente e espaços museológicos em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006, exemplar policopiado, pp. 69-70

<sup>38</sup> O relatório encontra-se datado de 21 de Dezembro de 1868. *Diário do Governo*, n.º 118, 28 de Maio de 1869, pp. 665.

<sup>39</sup> *Diário do Governo*, n.º 118, 28 de Maio de 1869, pp. 665.

Depois da instituição do Museu nas novas instalações os problemas mantiveram-se, suscitando mais apelos por parte da Academia<sup>40</sup>. As temperaturas muito elevadas no Verão e muito baixas no Inverno tornavam necessário o estabelecimento de um sistema de ventilação nos sótãos e a reparação das clarabóias<sup>41</sup>. Estas questões arrastaram-se no tempo e na sessão de 29 de Novembro de 1904, D. José Pessanha, entre outros, pedia a adopção de medidas semelhantes às dos museus estrangeiros para controlar as variações de temperatura e humidade nas salas onde se encontravam expostos os quadros<sup>42</sup>. Entre 1905 e 1910, o Director do Museu, Carlos Reis, enviou vários alertas sobre o estado de ruína da colecção de pintura, especialmente devido às más condições das salas do Museu, para os quais não obteve respostas<sup>43</sup> e, no mês de Fevereiro de 1910, a Academia enviou uma nova representação ao Ministério sobre as obras necessárias no Museu, onde voltava a definir os princípios que deviam ser seguidos<sup>44</sup>.

Os conflitos entre os Directores do Museu e a Academia também não propiciavam a resolução dos problemas. Antes de Carlos Reis assumir este cargo, já tinham existido dificuldades com o seu antecessor António Nunes Júnior, responsável pela alteração do critério de disposição da colecção e sobrelotação das salas com peças, desvalorizando algumas e enaltecendo outras sem merecimento suficiente para figurarem nesta galeria dos tesouros nacionais<sup>45</sup>.

Para tentar resolver estas questões, maioritariamente relacionadas com a autonomia pretendida pelo Director do Museu, no decreto de reforma da Academia de 1901 tentou-se colmatar esta disputa, através da inclusão de uma referência no seu primeiro artigo. Passava a ser uma das funções da Academia *Empregar os meios necessários para o*

<sup>40</sup> Como exemplo poderemos referir as conclusões da Comissão proposta em 1895, para tomar conhecimento do estado do Museu. Sobre este assunto veja-se: NETO, Maria João Baptista, “A propósito da descoberta dos Painéis de São Vicente de Fora – Contributo para o estudo e salvaguarda da *pintura gothica* em Portugal”, *Artis. Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.º 2, Braga, 2003, pp. 227 e 254.

<sup>41</sup> 13 de Agosto de 1896, ANBA, 2-A-SEC.095, N.º 176.

<sup>42</sup> ANBA, 1-A-SEC.019, *Comissão Executiva – Actas, Livro 1.º, [8 de Abril de 1902 a 5 de Junho de 1911]*, N.º 42, pp. 44v-45v.

<sup>43</sup> Vejam-se por exemplo os documentos existentes em: ANBA, 1-C-SEC.058, e as palavras escritas por Jorge Custódio na sua tese de doutoramento, bem como os documentos reproduzidos no seu volume dos anexos. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística ..., pp. 423-424. José de Figueiredo acusava o Director de ser responsável por este problema, devido ao desleixo das salas. FIGUEIREDO, José, “O Museu Nacional de Bellas Artes”, *Diário de Notícias*, 21 de Junho de 1909, p. 3.

<sup>44</sup> 16 de Fevereiro de 1910, ANBA, 1-C-SEC.070, *Academia Real Bellas Artes, Correspondencia com o Ministerio do Reino, 1909-191.*, pp. 36-37.

<sup>45</sup> Segundo José de Figueiredo, Carlos Reis tinha sido nomeado como Director do Museu sem o aval da Academia. FIGUEIREDO, José de, “O museu nacional de arte antiga, de Lisboa”, Separata de *Atlantida*, Angra do Heroísmo, s.d., pp. 149-150. [1915?].



*enriquecimento e boa conservação do Museu Nacional*<sup>46</sup>. Depois de algumas vicissitudes relacionadas com a falta de regulamentação da lei, em 1903, a Comissão Executiva da Academia efectuou uma visita ao Museu, definindo quais os quadros necessitados de uma intervenção mais urgente devido ao seu estado de conservação<sup>47</sup>, sendo escolhida para a concretização destes trabalhos o pintor Luciano Freire.

No entanto, esta iniciativa parece não ter tido mais resultados práticos, para além do restauro de algumas pinturas. O objectivo de se removerem das salas os objectos de menor valor artístico, esvaziando-as um pouco, também não resultou, pois logo após a saída dos membros da Comissão, o Director ordenou a recolocação dos elementos no seu local<sup>48</sup>.

Quando Carlos Reis assumiu as funções de Director os trabalhos de intervenção nas pinturas do Museu cessaram. A partir de então começou a observar-se uma evolução acelerada dos processos de degradação dos quadros expostos nas galerias, colocando em risco a sua própria existência. Embora as culpas deste processo, bem como da falta de catalogação das peças, tenham sido posteriormente atribuídas a este pintor, na correspondência de Joaquim de Vasconcelos, apresentada por Sandra Leandro, existem missivas de José de Queiroz, amigo do historiador de arte e funcionário do Museu, onde se relata a suspensão destes trabalhos por ordem de João Franco no final de 1906<sup>49</sup>. A paragem dos trabalhos de Luciano Freire também se relacionou com a exigência do novo Director, de que os restauros se comesçassem a efectuar nas instalações do Museu, evitando-se a deslocação dos quadros para a Academia Real de Belas Artes, onde se localizava o seu atelier, para se precaver o surgimento de mais problemas nas pinturas.

Em 1909 este assunto voltou a suscitar muita polémica, não só nas sessões da Academia, onde o Director do Museu deixara de comparecer, mas também nos periódicos, onde conseguimos reconstituir as tramas da discussão<sup>50</sup>.

Para além dos pontos referidos, relacionados com o mau estado dos objectos do Museu, a falta de uma inventariação e de catálogo também levantou muitas críticas na altura.

<sup>46</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1900*, Imprensa Nacional, Lisboa 1901, p. 890.

<sup>47</sup> Existem algumas referências a estas visitas nas actas da Comissão Executiva de Janeiro de 1903. ANBA, 1-A-SEC.019.

<sup>48</sup> FIGUEIREDO, José de, "O museu nacional de arte ...", p. 150.

<sup>49</sup> LEANDRO, Sandra Maria Fonseca, *Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), Historiador, Crítico de Arte e Museólogo*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2008, p. 165.

<sup>50</sup> Entre os quais destacamos os artigos publicados no *Diário de Notícias*, nos dias 3, 14, 15, 18, 19, 21 e 22 de Junho de 1909.

*Os primitivos, que nisto até se revelam de uma época afastadíssima, cansados de um olvido, que já tem séculos, e ofendidos justamente de não serem mencionados em um catalogo, melindraram-se a valer e não encontrando outra maneira de protestar contra o mau tratamento que lhes dão, vão-se embora – desaparecem!...*

*O caso é que a tinta de alguns já começou a dar sinal da partida e, no dizer “dos Academicos, se se lhes não acudir a tempo, acabam todos por desaparecer de vêz...*

*Esta circunstancia, a dar-se, simplificaria muito o trabalho de organização do catalogo do museu que, na parte correspondente aos primitivos, poderia, com vantagem, ser transferido para o museu florestal.*

*Seria talvez o meio de vêr um dia aquelas táboas classificadas...<sup>51</sup>*

Apesar de ofendido, lembrando criticamente o estado em que se encontrava o Museu quando tomara posse das suas funções de Director, Carlos Reis não colocou o seu lugar à disposição e continuou a não comparecer nas sessões académicas, complicando a resolução dos problemas<sup>52</sup>. Esta situação tomou tais proporções, levando Ramalho<sup>53</sup>, um dos seus apoiantes fervorosos, a apoiar a proposta para a sua demissão<sup>54</sup>. Este conflito chegou a envolver as instâncias superiores, verificando-se mesmo a suspensão das relações entre as duas instituições.

Em 1909 este assunto começou a tomar proporções consideráveis, quando se retomou a sua discussão no seio da Academia. Pretendia-se agora seguir um novo rumo, sendo essencial encontrar uma solução prática para a resolução destes problemas. Se houve ou não anterior influência de Ramalho nesta discussão como vogal desse Conselho Superior, não sabemos, mas constatamos nas actas a sua participação activa nos trabalhos académicos em redor deste tema. Mais uma vez o escritor dava a sua opinião e apresentava soluções para os problemas. Um dos exemplos mais ilustrativos do peso das suas ideias foi a proposta de se encarregar dos trabalhos de restauro de pintura Luciano Freire, o responsável pela intervenção realizada nos Painéis de São Vicente de Fora<sup>55</sup>.

<sup>51</sup> MANO, L, “Museu sem catalogo, Quadros sem tinta”, *Diário de Notícias*, 18 de Junho de 1909.

<sup>52</sup> Num artigo publicado em resposta às acusações, Carlos Reis afirmou ter deixado de assistir a estas sessões, devido ao que lá se passava. *Diário de Notícias*, 14 de Junho de 1909. Posteriormente, o Museu foi dividido, criando-se o actual Museu de Arte Contemporânea, para o qual transitou Carlos Reis, assumindo José de Figueiredo a direcção do Museu de Arte Antiga.

<sup>53</sup> Acta de 17 de Junho de 1909, ANBA, 1-A-SEC.018.

<sup>54</sup> Alguns dias depois Carlos Reis desresponsabilizava-se do estado de conservação dos quadros e pedia uma sindicância aos seus actos como Director. 26 de Junho de 1909, ANBA, 1-C-SEC.058.

<sup>55</sup> Luciano Freire considerava Ramalho Ortigão como o responsável pela sua selecção como restaurador, dos Painéis de São Vicente. Não temos nenhum documento a comprovar esta hipótese, podendo tratar-se de

Segundo alguns autores, a intervenção nestes painéis foi um factor essencial para a criação da Comissão de beneficiação de pintura<sup>56</sup>. Maria João Neto defende o êxito da exposição dos painéis na Academia, depois do seu tratamento, como despoletador de *...uma nova consciência das carências que o património pictórico português enfrentava*<sup>57</sup>. Ao analisarmos a documentação da Academia sobre este aspecto, em grande parte já publicada por outros autores, encontramos o estabelecimento desta relação.

A descoberta crítica destes painéis tem sido atribuída a Joaquim de Vasconcelos, Ramalho Ortigão e José de Queirós. Apesar de já serem conhecidos anteriormente, faltava um estudo aprofundado, como aquele que foi desenvolvido e publicado em dois artigos do *Comércio do Porto*, pelo primeiro, na sequência da visita realizada por este grupo no dia 20 de Julho de 1895, um mês depois da inauguração da exposição de Arte Sacra Ornamental. Nessa ocasião Joaquim de Vasconcelos travara conhecimento com o arcebispo de Mytilene, o seu guia no paço episcopal<sup>58</sup>. Haveria relação entre estes dois acontecimentos? Teria Ramalho aproveitado a sua posição na exposição e o acesso directo a esta figura eclesiástica para proporcionar um encontro entre as pinturas e o distinto historiador? Conheceria o nosso escritor estes quadros previamente pelo acesso a este Paço para a recolha de peças a expor? Tudo indica haver uma relação muito grande entre estes aspectos.

No ano seguinte, Ramalho introduziu algumas linhas dedicadas a estes painéis em *O Culto da Arte em Portugal*, numa referência repleta de novidade. Sem realizar qualquer reflexão aprofundada sobre o assunto, também frisava o bom estado de conservação do conjunto, apesar da sua proximidade a uma janela<sup>59</sup> concordando com o risco da sua remoção daquele local e com o possível perigo de futuras intervenções efectuadas por maus restauradores referido por Joaquim de Vasconcelos<sup>60</sup>. Esta localização no corredor tinha-lhes sido dada por Monsenhor Elviro dos Santos, segundo as suas próprias

---

uma confusão de datas, visto que esta discussão apenas se encontra registada na acta da Academia a 3 de Junho, tendo o pintor sido nomeado para o restauro a 26 de Março desse mesmo ano, no entanto não afastamos radicalmente esta circunstância.

<sup>56</sup> GONÇALVES, António Manuel, *Do Restauro dos Painéis de São Vicente de Fóra*, Amigos do Museu de Arte Antiga, Tipografia Silva & Ourêlo, Lda., Lisboa, 1960, e NETO, Maria João Baptista, “A propósito...”, pp. 219-260.

<sup>57</sup> NETO, Maria João Baptista, “A propósito...”, p. 236.

<sup>58</sup> VASCONCELOS, Joaquim de, “Taboas da pintura portuguesa no seculo XV - Retrato inedito do infante D. Henrique”, *Commercio do Porto*, 27 e 28 de Julho de 1895, p. 1. Este assunto também é tratado em LEANDRO, Sandra, *Joaquim de Vasconcelos...*

<sup>59</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *O Culto...*, pp. 104-105.

<sup>60</sup> VASCONCELOS, Joaquim, “Taboas...”, 27 de Julho de 1895, p. 1.

afirmações depois de as ter encontrado numa sala escura, cobertas com muito pó, em Setembro de 1883<sup>61</sup>, contrariando o mito da sua descoberta a servirem de tábuas de andaime<sup>62</sup>.



Figura 36 – *O primeiro desenho que se conhece dos dois maiores painéis!*  
(*Inédito e rápido esboço feito por mestre Alberto de Sousa em 1899,*  
*quando tinha apenas 19 anos*)<sup>63</sup>.

As primeiras referências aos painéis nas actas da Academia, neste contexto, surgiram no início de 1904, quando Veloso Salgado pediu em sessão da Comissão Executiva a transferência dos quadros valiosos do Paço de São Vicente para o Museu<sup>64</sup>. Alguns meses mais tarde, no meio de um conjunto de propostas muito interessantes tendo em vista a defesa do património artístico português móvel, ao referir-se especificamente aos quatro painéis da segunda metade do século XV existentes no dito palácio patriarcal<sup>65</sup>, D. José Pessanha voltou a propor a ideia da sua transferência para o Museu ou para outro local onde as condições ambientes fossem mais controladas, pretendo proteger as pinturas das

<sup>61</sup> *Diário de Notícias*, 4 de Outubro de 1905.

<sup>62</sup> Elviro dos Santos, uma figura fundamental na área da defesa do património português, encontra-se ainda muito mal estudada. Sobre os meandros desta “história”, para além dos artigos já referidos, deve ser ainda citado o trabalho de José de Figueiredo sobre os painéis. Esta obra deve ser analisada à luz dos contributos dados posteriormente por outros autores, no entanto, achamos importante referir a sua elaboração em paralelo aos trabalhos de restauro das pinturas. FIGUEIREDO, José de, *O Pintor Nuno Gonçalves*, Typ. do Anuario Commercial, Lisboa, 1910.

<sup>63</sup> VASCONCELOS, Joaquim de, “Taboas ...”, 27 de Julho de 1895, p. 1.

<sup>64</sup> Acta de 15 de Janeiro de 1904. ANBA, 1-A-SEC.019, p. 34v.

<sup>65</sup> Nesta altura os painéis laterais encontravam-se unidos em pares.

variações de temperatura e do sol a que se encontravam diariamente expostas pela proximidade da janela do corredor do Paço<sup>66</sup>.

Apesar destes alvitre, apenas em 24 de Março de 1909, os painéis transitaram para a Academia<sup>67</sup>, em consequência do oferecimento do Conde de Olivais e Penha Longa em custear o seu restauro, no culminar de uma campanha levada a cabo por várias personalidades, entre as quais se destacou José de Figueiredo, a quem o tema interessara ao longo dos anos anteriores. Uma das condições deste processo consistia na obrigatoriedade de o restauro ser efectuado por pessoa da confiança da Academia, sendo Luciano Freire nomeado para a sua execução deste trabalho<sup>68</sup>.

Para José Alberto Seabra de Carvalho, para além da constituição de uma “escola portuguesa de pintura”, apoiada no mito do “Grão Vasco”, foi a constituição do laboratório de Luciano Freire, assente sob um conjunto de novas metodologias de respeito pelo original, o grande impulsionador da mudança do ambiente da Arte portuguesa, contribuindo significativamente para ...*a fortuna crítica e destino material do património de pintura antiga em Portugal*<sup>69</sup>. Afonso Lopes Vieira classificou este espaço como ...*um dos primeiros hospitais de quadros que ha no mundo...*<sup>70</sup>

Não queremos ainda deixar de referir a probidade do trabalho de Luciano Freire que, na sessão de 22 de Maio de 1909, solicitou o exame dos seus trabalhos de restauro, daí resultando um auto interessantíssimo<sup>71</sup>. No entanto, apenas em Maio do ano seguinte foi inaugurada a mostra dos painéis na Academia, em paralelo com o lançamento do livro de José de Figueiredo, onde se apresentava um estudo aprofundado das pinturas, muito apoiado nas observações realizadas durante o processo de restauro<sup>72</sup>.

<sup>66</sup> Acta de 29 de Novembro de 1904. ANBA, 1-A-SEC.019, p. 44v-45v.

<sup>67</sup> ANBA, 1-C-SEC.058.

<sup>68</sup> ANBA, 1-A-SEC.019, N.º 99, pp. 109v-110.

<sup>69</sup> CARVALHO, José Alberto Seabra, “Pinturas antes do restauro...”, p. 97. Ver também, CARVALHO, José Alberto Seabra, “Os trabalhos de Luciano Freire ...”, pp.5-8.

<sup>70</sup> VIEIRA, Afonso Lopes, *A Poesia dos Paineis de S. Vicente*, Conferência realizada no Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa, Edição dos «Amigos» do Museu, Lisboa, 1914, p. 13.

<sup>71</sup> ANBA, 1-A-SEC.019, n.º 102, pp. 113-115, Ver Anexo 1 – Documentação, Documento 19.

<sup>72</sup> Afonso Lopes Vieira publicou uma descrição curiosa da intervenção contendo este excerto: *Gravidade religiosa, com efeito, porque religioso era o cuidado com que ia sendo executada a obra melindrosissima – obra de probidade exemplar, de devoção estetica, obra tambem de cirurgião genial operando sobre as côns um tratamento de admiravel destreza. Tarefa de temeroso encanto, esta de fazer ressurgir, por baixo do nevoeiro duro dos betumes, o valor primevo das figuras, tais quais criadas tinham sido; vê-las surgindo sob a acção dos reagentes que desbastam, a crôsta importuna - mas que a devem desbastar em tam subtil espessura que a côr, que por baixo esplende, não seja ofendida; passar longos meses dedicados a essas progressivas ressurreições, e estremecer muitas vezes ao cuidar que o mais ligeiro engano pôde comprometer tudo que já está feito.* VIEIRA, Afonso Lopes, *A Poesia...*, pp.13-14.

Nesse mesmo mês, retomava-se a questão do estado de conservação das pinturas existentes no Museu, em consequência de uma visita de D. José Pessanha e Veloso Salgado dedicada à escolha de elementos a ser enviados para os Museus de Província<sup>73</sup>, que suscitou os seus comentários pelo estado de abandono e de ruína das colecções, especialmente a de pintura dos séculos XV e XVI, obrigando urgentemente, à implementação de medidas de limpeza e ao seu restauro<sup>74</sup>. Na sessão de Junho, quando partilharam este assunto com os restantes vogais, encontrava-se presente Ramalho Ortigão, cujo espanto sobre a situação vem descrito na acta e no resumo publicado posteriormente<sup>75</sup>. No entanto, a familiaridade do nosso autor a este problema levanta algumas dúvidas em relação a esta sua reacção, como o próprio Carlos Reis também constatou.

*...S. ex.<sup>a</sup>, que ha tantos annos conhece, como poucas pessoas, os nossos primitivos; que os tem estudado profundamente com o seu raro criterio e conhecimentos; que a admiral-os tem trazido tantos estrangeiros ao nosso muzeu, não era colhido de surpresa com aquellas declarações, porque tem assistido todos os dias e durante longos annos á ruína d'esses quadros.*

*Não precisava pois que lhe fizessem tal revelação, tanto mais que não ha muito ainda que sobre este assumpto conversámos.*<sup>76</sup>

Para Ramalho esta situação resultava da indiferença governativa pelos assuntos da Arte, colocando Portugal *...na situação de paiz de refugio, deante dos povos cultos*. Já nas Comissões e Conselhos dos Monumentos Nacionais se deparara com este problema, afastando-se lentamente dos seus trabalhos, pela falta de apoio para a concretização de medidas para a preservação destes elementos essenciais para a definição nacionalista do país. Para além do valor artístico e documental destas colecções, a favor do qual se manifestara por diversas vezes, referia-se agora o seu valor monetário, pois talvez a

<sup>73</sup> Estes dois académicos foram encarregados desta missão na sessão da Comissão Executiva do dia 22 de Maio de 1909, seguindo uma deliberação da Assembleia Geral de 9 de Fevereiro. ANBA, 1-A-SEC.019, n.º 102, pp. 113-115.

<sup>74</sup> Acta de 1 de Junho de 1909, ANBA, 1-A-SEC.018. Ver Anexo 1 - Documentação, Documento 20. Esta acta encontra-se parcialmente reproduzida no anexo documental de: PONTES, Teresa, *Museologia da Arte – Conceitos e práticas de José de Figueiredo (1911-1937)*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1999. Este tema também se encontra tratado em: GONÇALVES, António Manuel, *Do Restauro dos Painéis...*

<sup>75</sup> *Diário de Notícias*, 3 de Junho de 1909.

<sup>76</sup> *Diário de Notícias*, 14 de Junho de 1909.

valorização económica chamasse a atenção do Governo para este assunto. Mas o problema não se limitava apenas aos quadros deste Museu, um pouco por todo o país havia peças em muito mau estado de conservação, correndo o risco de se perderem irremediavelmente, sendo essencial instituir-se uma equipa liderada por Luciano Freire, cuja acção nesta área tinha sido louvada por autoridades estrangeiras em visita a Portugal, para se tratar deste espólio nacional. Para além destas medidas, deveria também proceder-se à catalogação das colecções do Museu, a uma selecção cuidadosa dos quadros a serem expostos ao público, afastando os de menor valor e protegendo-se, eventualmente, os exemplares em pior estado de conservação com vidros. Aconselhava também a realização de um levantamento fotográfico, essencial para uma melhor identificação e classificação dos elementos existentes através do estudo comparativo, muito provavelmente também influenciado pelo que assistira nos trabalhos da exposição e publicação belgas referidos anteriormente<sup>77</sup>.

Ao ouvir os elogios, Luciano Freire demonstrou as suas capacidades técnicas e teóricas para a execução da tarefa para a qual tinha sido proposto, apresentando um esboço geral da metodologia de intervenção a ser seguida pela equipa a instituir, após a apresentação de uma pequena resenha histórica sobre o restauro da pintura em Portugal, mencionando obras e nomes de restauradores.

*Disse mais que os quadros do Museu sejam quaes forem as condições climatericas, em que se encontrem, necessitam de ser vigiados, constantemente, pelo que diz respeito ao seu estado de conservação. O Museu de quadros tem, afinal, alguma cousa de enfermaria, visto que, como doentes, elles precisam ser tratados. Entende que se deve principiar por fixar a tinta que ameaça desprender-se em alguns quadros. Em seguida proceder áo beneficiamento geral, que terá de variar, segundo as circunstancias, mas que deverá, na maioria dos casos, consistir em impregnar, pelo reverso, os quadros executados sobre madeira, de substancias apropriadas, conforme se pretender tomar essas Tábuas, menos sensiveis ás intemperies, ou refractarias à acção do Caruncho, que, tambem, toma a larga parte na obra de destruição d'essas admiraveis obras d'arte. Referiu-se ao trabalho complementar de que esses quadros deverão ser*

<sup>77</sup> A estas declarações António Arroyo juntou alguns comentários, defendendo a recolha das peças no Museu como uma das causas do seu decaimento devido à alteração das condições meteorológicas envolventes. Por essa razão, propunha a busca de um novo local, mais adaptado à conservação das colecções. Para além disso, acrescentou dever evitar-se o retoque nas intervenções das peças, porque este ...*dominaria a pintura primitiva, e dar-se-hia falsa e anachronica apparencia*. Juntamos estes comentários por mostrarem o conhecimento e a discussão dos princípios teóricos da Conservação e Restauro da época.

*objecto, entendendo que, de forma alguma se deve procurar illudir o sitio retocado, sobretudo se se tratar de grandes faltas de tinta em pontos importantes; tanto mais que essa illusão è sempre passageira. [...] O Sr Ventura Terra declara concordar com o systema de impregnar de oleos as pinturas executadas sobre madeira, o que dará a esta uma duração e resistencia a intemperies, devéras / apreciáveis*<sup>78</sup>.

Perante as discussões sobre as hipóteses de melhor protecção dos quadros face ao desequilíbrio das condições climatéricas do Museu, através da sua transferência para o Mosteiro dos Jerónimos ou pela sua mudança de sala no interior do próprio Museu, Ramalho propôs que a Comissão Executiva da Academia ficasse encarregada de estudar o melhor meio para se obstar à degradação das pinturas. Este conjunto de determinações do nosso escritor é relevante, mostrando a importância da sua opinião intelectual no seio dos académicos, tendo em conta o facto de anteriormente nem sequer participar nestas sessões, ou, por outro lado, estaria este seu peso eventualmente mais relacionado com a sua função de vogal no Conselho Superior de Instrução Pública? Nas actas não encontramos relação entre estes aspectos, mas não devem ser aqui descurados.

Doze dias mais tarde, Luciano Freire e José Luís Monteiro apresentaram duas propostas relativamente a este assunto<sup>79</sup>. O primeiro expôs o seu relatório: *Medidas a tomar para evitar a ruina immediata de parte dos quadros dos seculos XV, e X.V.I. do Museu Nacional*, onde era realizou uma relação dos quadros em maior perigo<sup>80</sup> e o architecto José Luís Monteiro, sobre quem já referimos a sua formação na área do restauro, aprofundada em Itália, leu o seu parecer sobre as *...modificações a introduzir no Edificio do Museu Nacional, para, tanto quanto possivel, ficar assegurada a bôa conservação dos*

<sup>78</sup> Acta de 1 de Junho de 1909, ANBA, 1-A-SEC.018.

<sup>79</sup> Acta de 12 de Junho de 1909, ANBA, 1-A-SEC.018. ver Anexo 1 - Documentação, Documento 21. Esta acta encontra-se parcialmente reproduzida no anexo documental de: PONTES, Teresa, *Museologia da Arte...*

<sup>80</sup> Este facto devia-se em primeiro lugar ao destacamento da camada pictórica, exigindo uma fixação delicada, seguida do beneficiamento de todos os quadros: *...impregnar pelo reverso, os quadros executados sobre madeira, de substancias apropriadas, conforme se pretender tornar essas tabuas menos insensíveis ás intemperies, ou refractarias á acção do caruncho, que tambem toma carga parte na obra de destruição d'esses preciosos quadros*. Luciano Freire ainda afirmava que alteração das condições climatéricas não iria causar a dispensa destes trabalhos. Em seguida deveria: *...tratar da melhoria do aspecto geral dos quadros, limpando uns, concertando outros, preenchendo as faltas de tinta, com tons approximados, mas sem a pretensão de ~~as~~ disfarçar completamente a ruina soffrida, dispensando-se o restaurador de lisongear espectadores egnaros. O bom exito de todas estas operações depende da maneira como forem realizadas, e da oportunidade; por que, d'outra forma, melhor será deixar esses quadros entregues ao seu malfadado destino, n'este paiz em que tão profunda é a indifferença pelas coisas d'arte*.

Sobre este tipo de questões veja-se: ANTUNES, Vanessa Henriques, “Reintegração cromática em pintura de cavalete: de efeito visual a critério científico. Apontamentos do caso português”, *Ge-conservación*, n.º 0, www.revista.ge-iic.com, pp. 63-78.



*quadros alli expostos.* Neste documento encontramos um verdadeiro tratado do que hoje denominamos de Conservação Preventiva, sendo apresentada uma solução integrada no edifício e não direccionada para cada elemento individualmente. Mesmo tendo em conta o carácter dúbio de algumas soluções ou o facto de estarem um pouco ultrapassadas em termos científicos, a leitura destas linhas demonstra bem o grau de consciencialização do século XIX relativamente a este problema.

*...Diversas são as causas que podem contribuir para os estragos que se observam nos quadros das galerias do Museu Nacional de Bellas Artes, sendo as principaes, as variações bastante sensíveis de temperatura, e a falta e tratamento adequado aos mesmos quadros” Os que mais teem soffrido por esses motivos são os chamados gothicos ou primitivos” por sêrem pintados em madeira. – Procurando os meios de attenuar esses inconvenientes, e limitando-me à parte que me compete: modificações a introduzir ao edificio, direi que o excessivo calôr, que se sente nas salas do andar nobre, poderia combater-se, estabelecendo uma forte corrente de ar nos salões, os quaes, naturalmente teriam de se apropriar para esse effeito. A corrente de ar conseguir-se-hia, por meio de uma ou mais poderosas ventoinhas, movidas por corrente electrica da rede geral, o que, além de ser de grande simplicidade, de instalação, seria muito mais economico do que por meio de outro qualquer motor, e até mais isento de perigos. – Claro está que, a não ser a despeza de installação, pouca importaria a que resultasse do custeio, por não ser muito elevado, em cada anno, o numero de dias, em que o seu funcionamento se tornaria necessario. - E tendo-se alvitado que mais convenientes seriam /, para collocação dos referidos quadros, as salas do pavimento terreo, onde, com effeito, o calôr se faz sentir muito menos, e omittindo quaesquer considerações de outra ordem, que me não cumpre fazer, direi que, por serem bastante humidas todas as salas d’esse pavimento, que olham para o norte, não poderiam ellas ser aproveitadas para aquelle fim, sem que ali se estabelecesse um systema de aquecimento tão completo, que supprimissee, de todo, a humidade das referidas salas, - Este systema seria forçosamente dispendioso, porque, não podendo adoptar-se caloriferos pelo perigo constante de incendio, além de outras desvantagens d’ahi resultantes, teriam as installações de ser bastante onerosas, quer se empregasse o ar aquecido, quer se preferisse o aquecimento pelo vapôr. – Independentemente da providencia que deixo apontada e que, julgo indispensavel, tomar-se desde já, - lembrei que sendo necessario completar o edificio do Museu,*

*segundo, ha pouco, foi representado pela Academia ao Governo, deverá preferir-se para a Exposição dos alludidos quadros, a parte de novo construida, na qual cumpre formar d'accôrdo com a Academia (que não deverá deixar de ser ouvida sobre o respectivo projecto), as precauções necefsarias para manter uma temperatura quanto pofsivel constante, e não muito elevada*<sup>81</sup>.

Apoiando-se nas ideias ramalhianas, D. José Pessanha desenvolveu a proposta da realização de um inventário fotográfico das pinturas dos séculos XV e XVI espalhadas pelo país<sup>82</sup>, do seu tratamento em Lisboa e da organização de uma exposição com catálogo. Provavelmente como resultado destas discussões, a 8 de Junho desse mesmo ano foi redigida uma representação ao Governo, onde se resumiam as sessões anteriores e defendeu a importância da criação de um conjunto de medidas tendo em vista a protecção dos *...quadros chamados gothicos...* não só pertencentes ao Museu, mas também de todos aqueles que se encontravam espalhados pelo país.

*...o que se lhe afigura ser de absoluta e urgente necessidade emprehender, com respeito a essa tão valiosa parcella da nossa riqueza artistica, sob pena de deixar-/mos de cumprir, perante a civilização geral, um dever indeclinavel de solidariedade, e perante os nossos compatriotas, nesta epoca de accentuada desnacionalisação, um alto dever de patriotismo*<sup>83</sup>.

Mais uma vez encontramos aqui espelhado em vários pontos a influência de Ramalho na elaboração deste documento, podendo mesmo levantar-se a questão da sua autoria se poder atribuir ao nosso escritor. De facto, para além desta linha de defesa dos bens nacionais como elementos de afirmação da nossa nacionalidade, aparece enumerado um conjunto de pontos onde são sintetizados os principais problemas e a sua possível resolução, de modo muito prático, seguindo a linha anteriormente defendida por si. Para além disso as próprias referências a outros autores como Carl Justi, sobre a obra de quem

<sup>81</sup> Acta de 12 de Junho de 1909, ANBA, 1-A-SEC.018.

<sup>82</sup> Para isto era proposto recorrer à ajuda dos vogais correspondentes da Comissão dos Monumentos Nacionais, da RAACAP e dos professores das escolas industriais. Acta de 12 de Junho de 1909, ANBA, 1-B-SEC.053

<sup>83</sup> Representação de 8 de Julho de 1909. ANBA, 1-C-SEC.070, p. 1-12. Ver Anexo 1- Documentação, Documento 22. Foi publicada uma cópia dactilografada deste documento existente noutro livro da Academia em NETO, Maria João Baptista, “A propósito da *descoberta...*”, pp. 256-258.

o nosso escritor já fizera anteriormente alguns apontamentos, apenas vêm confirmar esta ideia<sup>84</sup>.

*Executar o plano que deixámos traçado é portanto, realizar uma obra que a civilização e o patriotismo exigem de nós, e que não é lícito adiar, sem demerecermos, justificadamente, no conceito dos povos cultos*<sup>85</sup>.

Outro aspecto relevante deste documento, encontra-se ligado à referência específica ao tipo de tratamento a executar sobre estas pinturas, frisando vários aspectos importantes, entre os quais se destaca uma questão de nomenclatura, não devendo as intervenções propostas ser consideradas restauros ... *palavra que, na sua antiga accepção empirica, deveria expungir-se do vocabulario da arte*<sup>86</sup>. A frase surgia na sequência dos discursos de Luciano Freire, onde se criticava a reintegração inventiva de lacunas das pinturas realizadas por outros restauradores. Esta proposta foi aprovada a 24 de Dezembro desse mesmo ano, por parecer do Conselho Superior de Instrução Pública, incluindo-se uma verba para os trabalhos desta Comissão na nova proposta de orçamento<sup>87</sup>.

Deste conjunto de reflexões nasceu na sessão de 1 de Março do ano seguinte, a Comissão de inventário e beneficiação de pintura antiga em Portugal, responsável pelo arrolamento, descrição, beneficiação e exposição dos quadros do século XV e XVI<sup>88</sup>. Segundo proposta do Presidente, mais tarde comunicada ao Ministério do Reino, foram indicados para a sua composição Ramalho Ortigão, José de Figueiredo, José Pessanha, Manuel de Macedo Pereira Coutinho, o conservador do Museu, e Luciano Freire, ...*devendo os quatro primeiros encarregar-se especialmente do inventario, da organização das exposições e da elaboração de qualquer estudos ou monographias cuja necessidade se reconheça, e o ultimo, na sua qualidade de pintor, tomar a seu cargo a beneficiação dos quadros*<sup>89</sup>.

<sup>84</sup> Na transcrição da tese de Jorge Custódio, presente no seu anexo documental, este documento encontra-se assinado por Ramalho Ortigão, Luciano Freire e D. José Pessanha. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” artística...*, pp. 466-468.

<sup>85</sup> Representação de 8 de Julho de 1909. ANBA, 1-C-SEC.070.

<sup>86</sup> Idem.

<sup>87</sup> ANBA, 1-C-SEC.066, *Diversos*.

<sup>88</sup> Acta de 1 de Março de 1910, ANBA, 1-A-SEC.018. Anexo 1 - Documentação, Documento 23. Esta acta encontra-se parcialmente reproduzida no anexo documental de: PONTES, Teresa, *Museologia da Arte...*

<sup>89</sup> Documento datado de 10 de Março de 1910. ANBA, 1-C-SEC.070, p. 58-60. Anexo 1 – Documentação, Documento 24. Esta comissão foi oficialmente aprovada a 15 de Abril de 1910. ANBA, 2-A-SEC.097, *Livro de Entradas*, [9 jan 1902 – 9 dez 1912], n.º 598, p. 59.

Embora Ramalho tenha sido eleito como presidente na sessão de 21 de Junho de 1910<sup>90</sup>, o seu papel nesta Comissão terá sido muito reduzido, em consequência do seu pedido de destituição no mês de Outubro seguinte, após a implantação da República.

Apesar deste afastamento do seu presidente, a iniciativa não esmoreceu com a mudança de sistema político, muito pelo contrário, na nova *Reorganização dos serviços artísticos e archeologicos e das Escolas de Bellas Artes de Lisboa e Porto*, assinada a 26 de Maio de 1911, no capítulo dedicado ao arrolamento de obras de arte e peças arqueológicas, foi criado um artigo específico onde era regulamentada a manutenção da Comissão encarregue de inventariar tratar e expor a pintura anterior ao século XVII até ao final dos seus trabalhos, definindo-se quais as suas funções de um modo mais pormenorizado<sup>91</sup>.

Esta continuidade dos trabalhos da Comissão, apesar de muito relacionada com os seus membros e o papel por eles desempenhado no novo sistema, deve ser sublinhada, tendo em conta que se tratava de uma ideia desenvolvida por Ramalho Ortigão, constituindo este mais um caso de sucesso da adaptação de reflexões suas à realidade prática.

De facto, após o seu afastamento os trabalhos desenvolveram-se de um modo sistemático, sendo posteriormente relatados por Luciano Freire em duas obras, as suas *Memórias*<sup>92</sup> e nos *Elementos para um relatório acerca do tratamento da pintura antiga em Portugal segundo notas tomadas no período de execução desses trabalhos*<sup>93</sup>, onde descreveu as várias intervenções realizadas ao longo dos anos, as suas dificuldades e, principalmente, a sua louvável perseverança e dedicação. Existe também um livro de acento de correspondência da Comissão, onde se encontra reflectida a dinâmica dos trabalhos facilitada pelos pedidos das pinturas para restauro e da sua devolução, e se percebe a

<sup>90</sup> ANBA, 1-C-SEC.070, pp. 100-101.

<sup>91</sup> 1.º O tratamento dos quadros, segundo os processos actualmente adoptados na hygiene e therapeutica dos antigos paineis; 2.º A reprodução photographica dos quadros, no estado em que sejam encontrados e após as diversas operações do tratamento; 3.º A descrição dos quadros, incluídos, até onde possível seja, os que estejam na posse de particulares; 4.º A realização de exposições, largamente annunciadas nas mais importantes revistas de arte estrangeiras; 5.º A publicação, em volume illustrado, com photogravuras, do catalogo descritivo a que se refere o n.º 3.º; 6.º A compilação das monographias e artigos consagrados pela critica nacional e estrangeira aos quadros de que se trata. § 1.º Os quadros a que este artigo se refere serão incorporados em museus, quando a comissão julgar inconveniente a sua conservação no lugar em que se encontrem, devendo attender se, nessa incorporação; á necessidade de completar series e facilitar o estudo comparativo, embora, para esse effeito, hajam de ser transferidos de uma para outra circunscrição. Nesta ultima hypothese, será indispensavel, para a effectivação da transferencia, o acôrdo dos Conselhos de arte e archeologia interessados. § 2.º São aggregados a esta commissão dois vogaes de reconhecida competencia, sendo um pela 2.ª circunscrição e outro pela 3.ª. Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, Ano de 1911, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912. p. 1157

<sup>92</sup> MNAA, Arquivo dos Directores, *Memórias de Luciano Freire*, SD(LF)12/1, SD(LF)12/2, SD(LF)12/3 e SD(LF)12/4.

<sup>93</sup> Estes dois documentos encontram-se nos arquivos do Museu Nacional de Arte Antiga. Ao longo deste texto temos vindo a citar repetidamente a recente publicação do segundo na revista *Conservar Património* FREIRE, Luciano, “Elementos...”

permanência da oficina no edifício da Academia, no Convento de São Francisco<sup>94</sup>. Após a morte de Ramalho Ortigão e Manuel de Macedo, seu sucessor na presidência da Comissão, em 1916 foram propostos Joaquim de Vasconcelos e João Barreira para a sua substituição, sendo escolhidos como agregados António Augusto Gonçalves e João Marques da Silva Oliveira<sup>95</sup>, nomeações estas que não se realizaram por falta de deferimento oficial<sup>96</sup>.

Mais tarde, Afonso Lopes Vieira veio defender publicamente os trabalhos de Luciano Freire numa comunicação apresentada no Museu, contra as acusações de recriações de pinturas por cima das originais, tentando demonstrar a probidade das suas opções, devendo estas intervenções designar-se por reintegrações e não por restauros<sup>9798</sup>. Seguindo uma linha anterior, voltava a louvar José de Figueiredo pelo seu papel nas expansões para além fronteiras da Escola Portuguesa de Pintura, contribuindo para o enriquecimento no mundo do *...património espiritual da humanidade*<sup>99</sup>, fornecendo a leitura da sua comunicação informação suficiente para se julgar a amplitude dos trabalhos e estudos desenvolvidos depois de 1910.

A relação não fica por aqui. Affonso Lopes Vieira defendera anteriormente que a valorização desta pintura contribuiria para a construção de um lugar de Portugal na Europa, encaixando-se perfeitamente nas ideias desenvolvidas pelo nosso escritor, sobre a valorização das variantes artísticas regionais, como sinal de distinção entre os diferentes

<sup>94</sup> Iniciado em 1913. MNAA, *Arquivo dos Directores, Comissão do inventário e beneficiação da pintura antiga em Portugal*, SD(AA)6/4/1.

<sup>95</sup> Este documento foi assinado por José de Figueiredo, Luciano Freire e D. José Pessanha. *Idem*, p. 11.

<sup>96</sup> FREIRE, Luciano, “Elementos...”, p. 23.

<sup>97</sup> VIEIRA, Affonso Lopes, *Da Reintegração dos Primitivos Portugueses – Conferência realizada no Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa*, Edição dos “Amigos do Museu”, Lisboa, 1923. Sobre esta polémica ver: LEANDRO, Sandra, “O Mito do Recriador: Luciano Freire e os trabalhos de Conservação e Restauro da “Pintura Antiga””, dir. Ana Isabel Seruya e Mário Pereira, *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, Ministério da Cultura, Instituto Português de Conservação e Restauro, Lisboa, DL [2007], pp. 65-80.

<sup>98</sup> Esta questão já tinha sido levemente abordada por este autor na publicação de 1914, *A Campanha Vicentina*, relativamente à Custódia de Belém. No texto de 1922 o autor acrescenta ainda: *Por esta expressão pretendo claramente indicar que a sua personalidade de pintor não interveio no tratamento dos quadros no sentido de que êle os repintasse, lhes tivesse avivado as côres ou retocado de qualquer maneira as expressões*. *Idem*, p. 11 Mais adiante prosseguiu afirmando que: *No caso do professor Luciano Freire a concepção com que êle trata os quadros não é romântica, nem teatral, por ilusória: é uma concepção científica, ao mesmo tempo de cirurgião e de arqueólogo, - de cirurgião porque mede com perfeita justeza o campo em que se devem produzir os seus ataques, de arqueólogo porque possui o perfeito conhecimento da personalidade do pintor que reintegra*. VIEIRA, Affonso Lopes, *Da Reintegração...*, p. 22.

<sup>99</sup> VIEIRA, Affonso Lopes, *A Poesia...* e VIEIRA, Affonso Lopes, *A Campanha Vicentina*, Editora Limitada, Lisboa, 1914, p. 8. Na mesma ocasião, considerara que o trabalho desenvolvido para a conservação dos Primitivos, demonstrava a necessidade em se removerem as camadas resultantes da acumulação de sujidades e do trabalho dos *repintadores*, sobrepostas à beleza e pureza original das pinturas, era preciso fugir do *...perigo que pôde haver em certos respeitos supersticiosos pelas obras de arte deturpadas...* VIEIRA, Affonso Lopes, *A Campanha...*, p. 200.

países, contribuindo para a satisfação da necessidade de afirmação nacionalista de uma região limítrofe.

*O trabalho estético a executar em Portugal será por enquanto – e sê-lo-ia por largos annos – uma reconstituição elaborada segundo o espirito maior moderno: - aportunuesar Portugal, tornando-o europeu*<sup>100</sup>.

A tão almejada exposição dos *Primitivos Portugueses* realizou-se em 1940, por ocasião do duplo Centenário da Fundação e Restauração da Nacionalidade, tendo-se reunido nessa ocasião 340 obras, provenientes de todo o país. Para a recolha, João Couto, então Director do Museu, seguiu as sugestões transmitidas anteriormente pelo seu antecessor José de Figueiredo, com quem tinha colaborado proximamente.

Apesar da diferença temporal e doutrinária, a exaltação dos valores nacionalistas anteriormente defendidos por Ramalho mantinha-se, numa linha de continuidade desenvolvida ao longo do século, baseada na valorização dos valores tradicionais portugueses<sup>101</sup>.

*Abarcando em conjunto os trezentos e trinta e cinco quadros da Exposição dos Primitivos, êsse esfôrço glorioso que prova o estado da mentalidade portuguesa nos séculos XV e XVI, dando às nossas navegações e descobertas o sentido científico contra as insinuações de simples e rude espírito aventureiro que a inveja de outras nações nos imputava, restabelecida para sempre a verdade histórica perante as comemorações nacionais que acabamos de fazer, é-nos dado aspirar nesta Exposição o alto arôma da alma portuguesa através desta floresta olorosa de obras de Arte, de Patriotismo e de Religião dos nossos avós de há quatro séculos, onde encontramos o nosso modo de ser nacional, sempre o mesmo através dos oitocentos anos da nossa existência, energético, saúdoso e grave – tão grave que por entre essa aglomeração de paineis, em que perpassa veemente o espírito místico, mal se divisa uma expressão, um sorrir mundano. Tôdas as santas figuras desses paineis, até às quais subiram tantas orações através de quatro séculos, desde Nuno Gonçalves até aos primórdios*

<sup>100</sup> VIEIRA, Affonso Lopes, *A Campanha...*, pp. 200-201.

<sup>101</sup> Apesar desta ligação, nas publicações da época não há referências à Comissão criada em 1910, nem às antigas aspirações para a concretização desta exposição. COUTO, João, LOPES, Adriano de Sousa, SANTOS, Reinaldo dos, *Os primitivos portugueses: 1450-1550: catálogo-guia*, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1940, e *Exposição de os primitivos portugueses, 1450-1550: catálogo-guia*, Comissão Organizadora das Comemorações Nacionais de 1940, Lisboa, 1940.

*da Renascença italiana, todas essas divinas figuras teem o olhar parado, em sonho, expressão portuguesa do nosso olhar, que assim prevalecerá com a eternidade da nossa Pátria.*

*Como eu me orgulho de ser português ao escrever isto!...*<sup>102</sup>

Assim se encontrava a continuidade da glória portuguesa. As ideias de Ramalho e da sua geração sobre a evolução dos povos e a importância do conhecimento do nosso passado para a construção de uma nação distinta eram postas em prática tornando-se uma linha política oficial, muito interessada na manutenção e conservação destes testemunhos do passado glorioso como garantia da glória do presente<sup>103</sup>.

---

<sup>102</sup> SILVA, José de Almeida e, *Quinze dias de estudo na Exposição dos Primitivos Portugêses: A Escola de Pintura de Viseu, seu início e ramificações*, Tip. Notícias de Viseu, Viseu, 1941, p. 45.

<sup>103</sup> Como referimos anteriormente, o aprofundamento destas questões poderá ser realizado em: NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *Memória Propaganda e Poder – O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, FAUP publicações, Porto, 2001.





## Conclusão

As discussões sobre as ideologias políticas e os princípios religiosos, bem como a enorme vastidão dos temas abordados por Ramalho Ortigão, têm sido um factor de desacreditação da sua obra e do seu papel na sociedade portuguesa. No entanto, a leitura da bibliografia e documentação manuscrita dispersa por vários arquivos, públicos e privados, conjugada com a análise do seu papel desempenhado em diversos projectos, dá-nos uma visão bem diferente deste homem do seu tempo. Ao longo dos capítulos desta tese, fomos desenvolvendo um trabalho de pesquisa e análise destes documentos, permitindo-nos compreender vários aspectos deste escritor até agora subalternizados, essenciais para a sua caracterização, bem como para a compreensão do papel desempenhado por si na área da defesa e valorização dos monumentos nacionais portugueses.

Ao longo da sua vida observamos o desenvolvimento de uma consciência patrimonialista, de certo modo incipiente até à reedição de *As Farpas* no fim da década de oitenta do século XIX, mas sempre subliminar na maioria dos seus discursos. Nesta primeira fase, fortemente inspirada pelos seus antecessores nestas matérias, o escritor foi definindo uma série de conceitos chaves para a interpretação dos seus trabalhos posteriores. Entre estes devemos destacar a noção de importância histórica e nacionalista dos monumentos, como testemunhos da glória do passado, a ser preservados e transmitidos às gerações futuras, mas também a sua importância do ponto de vista artístico, principalmente os representantes da regionalização dos estilos internacionais, como por exemplo o Manuelino, elementos simbólicos da distinção de Portugal enquanto país independente, caracterizado por uma evolução histórico-cultural distinta dos restantes. Alguns destes conceitos eram muito actuais no contexto europeu, onde se vinham discutindo este tipo de problemáticas desde o século anterior, e mostram-nos a capacidade de obtenção e assimilação de informação de Ramalho, não só nas suas estadas no estrangeiro, mas

também pela leitura frequente de novas obras literárias de autores importantes e de edições periódicas publicadas em outros países onde se tratavam os mais variados assuntos.

A esta ponderação não pode, obviamente, obliterar-se a enorme influência de alguns autores portugueses, não só de gerações anteriores, como Almeida Garrett e Alexandre Herculano, como também da sua, com destaque para Antero de Quental, Oliveira Martins e Eça de Queirós, ou mesmo das seguintes, como foi o caso de Alberto de Oliveira, um dos grandes impulsionadores do Neogarretismo.

Influenciado ou impulsionador deste movimento literário, o papel de Ramalho nesta área foi bastante importante. O amor pela terra portuguesa, por si percorrida incessantemente, levou-o a desenvolver uma outra vertente essencial na sua concepção de Tradição, o actual Património, já então encarado como um grande conjunto de elementos sócio-culturais e artísticos, cuja reunião contribuiria para a caracterização de um povo e do seu percurso ao longo dos séculos até ao momento contemporâneo, sendo essencial preservar essa originalidade, não só nos usos e costumes, mas também na criação artística. A utilização dos modelos do passado como fonte de inspiração para a produção era essencial para o incremento da valorização das micro-produções industriais e a sua exportação regional e nacional, sendo a manutenção destes valores uma responsabilidade social, começando no Governo e terminando nas populações, ambos com necessidades prementes de compreender o valor destes bens, reaprendendo a ser portugueses novamente.

Em 1896, quando publicou *O Culto da Arte em Portugal*, Ramalho já trabalhara muito bem estas ideias, adicionando-lhe os princípios entretanto desenvolvidos pela sua participação em várias Comissões e iniciativas, tanto na área dos monumentos edificados, como na das Artes Decorativas, onde teve oportunidade de pôr algumas das suas ideias em prática, com bons e maus resultados, como vimos ao longo desta tese, e onde desenvolveu contactos directos com pessoas influentes no meio, tentando solidificar a sua posição conquistada ao longo dos anos.

No fim da década de oitenta, começou a frequentar meios sociais mais elevados, onde circulavam pessoas com grande importância política, abrindo-lhe portas inacessíveis até então, prováveis responsáveis pela sua introdução no seio das Comissões dos Monumentos Nacionais, iniciada com a fundada no seio do efémero Ministério da Instrução Pública e Belas Artes em 1890.

De oficial de secretaria, passou a ser o principal organizador e representante na mostra portuguesa da exposição do Centenário de Colombo realizada em Madrid em 1892, onde demonstrou a sua capacidade organizativa e a concretização prática das suas ideias, aproveitando bem a oportunidade de provar a possibilidade da ligação entre a Arte Antiga e a Contemporânea, usando-se dos trabalhos de cordame realizados por pescadores, bem como das faianças de Bordalo Pinheiro, reproduzindo motivos decorativos de monumentos. Desta experiência sobressaíram também outros aspectos interessantes, relacionados não só com a concepção expositiva da mostra, onde conseguiu sublinhar esta relação, mas também com toda a problemática da transferência e perda de peças. O extravio de uma patena levou-o a problematizar questões muito pertinentes ainda hoje, relativamente ao empréstimo de peças entre museus e à mudança das suas condições expositivas, constituindo por um lado, um perigo para a própria integridade física da peça ou da colecção onde se integra e, por outro, um benefício para o usufruto da Arte por todos, e o desenvolvimento de disciplinas como a História da Arte, através da possibilidade de comparação de exemplares lado a lado, de outro modo impossível.

No catálogo da sala do rei da Exposição de Arte Sacra Ornamental de 1895, Ramalho fez a sua primeira incursão no ramo da História da Arte. Aproveitando a sua sensibilidade de muitos anos de Crítico de Arte, tentou então alcançar uma posição neste meio onde se inserira no princípio da década, através da apresentação de estudos de algumas peças, onde encontramos uma análise histórico-artística muito bem fundamentada. Ainda neste contexto, a sua presença no momento da “descoberta” dos painéis de São Vicente não pode ser descurada, deixando para Joaquim de Vasconcelos a elaboração do estudo crítico destas pinturas, mas facilitando o seu acesso a esta obra através dos contactos então desenvolvidos.

No seio da Comissão dos Monumentos Nacionais instituída no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Ramalho conviveu com o arquitecto Possidónio da Silva, um dos maiores impulsionadores da defesa dos monumentos portugueses. Já com a experiência da Comissão de 1890, o nosso escritor definira muito bem um conjunto de princípios e, principalmente, a importância do arrolamento dos monumentos nacionais, para a sua protecção. No entanto, a instabilidade desta instituição parecia esquecer este propósito e, no sentido de relembrar os seus elementos dos valores a ser seguidos e dos problemas relacionados com o abandono ou maus restauros dos monumentos nacionais, apresentou um parecer sobre o Mosteiro da Batalha e a intervenção ali realizada, mais tarde aumentado, complementado e publicado em *O Culto da Arte em Portugal*, em 1896.

Neste documento essencial no panorama português, Ramalho sistematizou um conjunto de ideias e construiu uma espécie de código de conduta, mais tarde muito seguido em conjunturas políticas totalmente distintas. Ali se encontram referidos os principais aspectos da defesa patrimonial oitocentista, quais os problemas e as suas possíveis soluções, num conjunto de propostas muito bem fundamentadas sobre os mais variados temas, sendo o seu maior contributo a apresentação de um esquema de inventariação dos monumentos, assente em critérios bem definidos, base da organização de listagens de bens por categorias, a partir de trabalhos efectuados anteriormente.

Este aspecto preocupou-o sempre e, quando foi eleito Presidente do Conselho dos Monumentos Nacionais, retomou este mote, apresentando uma proposta para o arrolamento dos monumentos edificados, baseada em listagens efectuadas em conjunto com Gabriel Pereira e Leite de Vasconcelos, das quais, infelizmente, não encontrámos testemunhos. No entanto, a análise de um caderno existente no seu Espólio da BNP, permitiu conclusões pertinentes sobre os seus critérios de selecção e a sua ligação com aspectos históricos e artísticos essenciais para a afirmação nacionalista da sua importância.

Ao contrário da sua prestação na área das Artes Decorativas, na área dos Monumentos Nacionais não conseguiu concretizar as suas ideias, acabando por se afastar depois do desprezo votado aos seus esforços em prol da preservação integral do Convento das Carmelitas de Aveiro. A força do progresso na época superava a valorização de preservação do património, mesmo tendo em conta a possibilidade da sua valorização turística e, consequentemente económica, observada por Ramalho nas suas sortidas ao exterior. Aliando este facto às contradições existentes entre os seus intervenientes, muitas vezes resultantes na total inércia ou em intervenções erradas e fantasiosas nos nossos monumentos, foi preciso esperar mais alguns anos para que as ideias de Ramalho ganhassem um novo impacto e começassem a ser seguidas, de certo modo exageradamente, tendo em conta a sua descontextualização.

Uma das questões de maior sucesso em que se envolveu, cujos resultados já não chegou a conhecer, foi o da protecção e tratamento da colecção de pintura dos séculos XV e XVI. Desde muito cedo, observámos o seu interesse pela pintura desta época, despertado provavelmente na sua ida à Holanda, onde observara exemplares da Arte Flamenga deste período, começando posteriormente a estabelecer ligações à produção artística da mesma época existente no nosso país. Numa primeira fase, seguindo uma linha já iniciada por outros, Ramalho considerava as representações ali executada como retratos fiéis dos usos

e costumes dessas sociedades, devendo a sua análise detalhada servir como base de estudo para o aprofundamento do conhecimento dessa época áurea da História de Portugal. Na primeira década do século XX, provavelmente embebido do exemplo observado na sua participação na Exposição de pintura flamenga organizada na Bélgica e posteriormente na publicação de uma obra exclusivamente dedicada a este tema, Ramalho começou a atribuir mais importância à vertente artística destas representações, defendendo ser imprescindível a sua preservação e comparação, para o estabelecimento de autorias e escolas, muito pertinente para o desenvolvimento da História da Arte nacional. Nesse sentido, envolveu-se nos trabalhos da Academia Real das Belas Artes, contribuindo largamente para a instituição de uma Comissão para a beneficiação destes exemplares artísticos.

Inserindo-se numa linha desde longa data preocupada com as condições expositivas destas peças, onde encontramos os primórdios da Conservação Preventiva no nosso país, Ramalho defendia a protecção destas pinturas, através da sua inventariação, tratamento, exposição em ambiente controlado e posterior estudo, propondo ainda a organização de uma exposição totalmente dedicada a este tema, de onde resultaria um catálogo crítico essencial para o conhecimento e compreensão dos objectos expostos. As suas ideias ultrapassaram largamente a sua vida e foram sendo concretizadas nos anos posteriores à implantação da República e da morte do escritor, apenas se realizando a mostra cerca de três décadas após as suas propostas.

Da análise destes aspectos concluímos a importância da obra de Ramalho não só no meio onde se movimentou, mas também nos posteriores, influenciando várias gerações ligadas à defesa do património português, através da definição de um conjunto de princípios, por si reflectidos, sistematizados e adaptados à realidade nacional, constituindo a base de muitos conceitos actuais nas áreas da defesa dos monumentos nacionais e da museologia.



## Bibliografia

### 1. Fontes

#### 1.1. Fontes Manuscritas

##### **Academia das Ciências de Lisboa (ACL)**

###### *Série B da Coleção dos Livros de Secretaria*

Livro 1 B, *Correspondencia com o Governo 1833-1847, Livro 2º*, [12 de Agosto de 1833 a 26 de Agosto de 1847].

Livro 2 B, *Correspondencia com o Governo 1847-1878, Livro 3º*, [29 de Setembro de 1847 a 18 de Setembro de 1878].

Livro 3 B, *Correspondencia com o Governo 1878-1919, Representações ao Governo Correspondencia Official, Tomo 3.º*, [22 de Fevereiro 1879 a 10 de Dezembro de 1919].

Livro 4 B, *Portarias, Avizos e Decretos 1833 – 1863*, [4 de Agosto de 1833 a 4 de Agosto de 1863].

Livro 5 B, *Correspondencia com diferentes entidades 1833-1842*

*Livro 2.º*, [21 de Outubro de 1833 a 13 de Fevereiro de 1842].

Livro 6 B, *Correspondencia com diferentes entidades 1860-1814, Correspondencia com autoridades civis e militares e eclesiasticas*, [19 de Março de 1858 a 19 de Junho de 1914].

Livro 7 B, *Correspondencia com os Socios e Institutos Nacionaes e Estrangeiros*, [4 de Janeiro de 1858 a 21 de Dezembro de 1876]

Livro 8 B, *Correspondencia com diversos 1858-1870, Tomo 1.º*, [6 de Fevereiro de 1858 a 18 de Novembro de 1870]

Livro 9 B, *Correspondencia com os Socios e Institutos Nacionaes e Estrangeiros, Livro 2.º*, [3 de Outubro de 1876 a 5 de Fevereiro de 1916]

Livro 10 B, *Correspondencia com Diversos 1870-1921, Tomo 2.º*, [25 de Novembro de 1870 a 5 de Outubro de 1921]

Livro 15 B, *Registo de Portarias 1863-1909, Livro 3.º*, [4 de Agosto de 1863 a 30 de Outubro de 1909].

Livro 18 B, *Correspondencia com diferentes entidades 1842-1857, Livro 3.º*, [14 de Fevereiro de 1842 a 28 de Dezembro de 1857].

Livro 20 B, [Actas de Sessões da 2.ª Classe], [18 de Julho de 1878 a 13 de Janeiro de 1898].

Livro 21 B, *Sessões Litterarias*, [15 de Julho de 1852 a 30 de Dezembro de 1869].

Livro 23 B, *Sessões do Conselho, 11 de Janeiro de 1827 a 5 de Novembro de 1834*.

Livro 24 B, *Sessões do Conselho e das Assembleas Geraes, 8 de Junho de 1810 a 7 de Dezembro de 1826*, [8 de Junho de 1810 a 12 de Janeiro de 1827].

Livro 25 B, *Sessões das Assembleas Geraes, 9 de Junho de 1825 a 16 de Junho de 1834*, [9 de Junho de 1825 a 15 de Outubro de 1834].

Livro 28 B, *Sessões do Conselho e das Assembleas Geraes, 5 Novembro de [1834] a 15 de Julho de 1840*.

Livro 29 B, *Sessões do Conselho e das Assembleas Geraes – D'effectivos, 29 de Julho de 1840 a 15 de Outubro de 1851*.

Livro 30 B, *Sessões do Conselho e das Assembleas Geraes, 22 de Outubro 1851 a 1910*, [22 de Outubro de 1851 a 9 de Fevereiro de 1911].

Livro 31 B, [Actas das Assembleas Gerais], [13 de Maio de 1852 a 30 de Agosto de 1859].

Livro 32 B, *Assembleas Geraes 1859-1876*, [31 de Agosto de 1859 a 6 de Abril de 1876].

Livro 33 B, *Afsembleas Geraes 11-5-1876 a 6-6-1895*.

Livro 34 B, *Actas das Sessões da Afsemblea Geral, 6 de Junho de 1895 a 21 de Novembro de 1912*.

Livro 35 B, *Actas das Assembleas Geraes desde 5 de Dezembro de 1912 a 2 de Dezembro de 1915*.

Livro 39 B, *Sessões Litterarias, 9 de Novembro de 1834 a 11 de Dezembro de 1844*.

Livro 40 B, *Sessões Litterarias de [?] Novembro de 1844 a 17 de Junho de 1852*, [15 de Janeiro de 1845 a 17 de Junho de 1852].

Livro 41 B, *Sessões Litterarias, [7] de Janeiro de 1870 a 23 de Maio de 1878*.

Livro 42 B, *Actas da 2.ª Classe desde 25 N.º 909 a 6-5.º 915, 25 de Novembro de 1909 até à sessão de 6 de Maio de 1915*.



Livro 43 B, *Actas da 2.ª Classe desde 20 de maio de 1915 até à sessão de 15 de Abril de 1920*, [20 de Maio de 1915 a 6 de Maio de 1920].

Livro 51 B, *Livro 1.º da Correspondencia passiva da Academia Real das Sciencias 1824 a 1827, Livro 1.º*, [4 de Janeiro de 1824 a 1 de Novembro de 1827].

Livro 55 B, *Indice das Leis e Decisões que devem reger a Academia Real das Sciencias de Lisboa*, [anteriores a 1861 a 17 de Outubro de 1929].

Livro 56 B, Ponto da Secretaria, [3 de Janeiro de 1868 a 31 de Janeiro de 1872].

Livro 59 B, *Commissão Portuguesa da Exposição Columbina – Actas*, [10 de Novembro de 1891 a ? de Março de 1895].

Livro 60 B, *Commissão Portuguesa da Exposição Columbina – Correspondencia*, [20 de Fevereiro de 1892 a 21 de Janeiro de 1894].

Livro 107 B, *Commissão Portuguesa da Exposição Colombina – Receita e Despeza*, [12 de Abril de 1892 a 31 de Dezembro de 1893].

Livro 112 B, *Registo de Diplomas*, [24 de Agosto de 1865 a 15 de Julho de 1931].

Livro 126 B, *Livro de Entradas*, [29 de Julho de 1885 a 1 de Maio de 1926].

#### *Série Azul-Manuscritos*

780 – Apontamentos para a História da Academia Real das Ciências de Lisboa, 101 fls., 1779.1806.

1024 – Notícia dos Túmulos da Igreja de S. Francisco na cidade da Covilhã, 2fs s.d.s.l.

1031 – VASCONCELOS, José Leite de [(1858-1941), *Signum Salomonis*, 28 fls. (sl. 19...)]

1308 – REBELO, Jacinto Inácio Brito (1830-19..) Gabriel Pereira, s.l. [19..] 17 linguados de texto. Publicado no *Boletim da Segunda Classe*, Coimbra, Imp. da Universidade. 1913, Vol. VI, p. 5770.

1366 – ARANHA, Pedro Venceslau de Brito (1833-1914) Gabriel Pereira – Notas biographicas e bibliographicas, s.l., 19...19 fls.

*Boletim da Segunda Classe*, Coimbra, Imp. da Universidade. 1913, Vol. VI, p. 12-37.

1683 – AZEVEDO, Pedro Augusto de S. Bartolomeu do. (1875-1928) [Gabriel Pereira] (51.19...) 16 linguados de texto.

*Boletim da Segunda Classe*, Lisboa, Imp. da Universidade. 1913, Vol. VI, p. 43-53.

1833 – TEIXEIRA, Francisco Gomes (1851-1937) [Discurso lido na Universidade do Porto, na sessão de abertura do ano lectivo de 1911-1912] Porto, 1911, 1fl.+17fl.

*Processos individuais*

Alexandre Herculano

Eduardo Burnay

Gabriel Pereira

João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett

José da Silva Mendes Leal

José Duarte Ramalho Ortigão

José Maria Latino Coelho

Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque

**Arquivo Histórico do Ministério da Educação (AHME)**

*Actas de Pareceres do Conselho Superior de Instrução Pública, 291(A)(AH) 1897/1922 – 1929/1930, 1932*

*Livro de Actas das Sessões Permanentes do Conselho Superior de Instrução Pública, 1884/1890. 293 (A.H.)*

**Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (AHMOPTC)**

*Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, et alii, Secretaria Geral, Registo de Correspondência entrada, SG1-1 a SG1-5.*

*Conselho Superior de OP e Minas, Registo de distribuição dos Processos, CSOPM 1., 1-1, 1-2, 1-3*

*Consultas, [Conselho Superior de Obras Públicas], Caixas 13 a 51. [1.º sem de 1868 a Ag/Set 1902] (esta documentação tem algumas lacunas temporais)*

*CSOPM, Livro de corresp. Entrada, Secretaria do Conselho das Obras Publicas, L.1º de Entrada, [Conselho Superior de Obras Públicas e Minas], CSOPM 1-4.*

*Junta Consultiva d'Obras Publicas e Minas, Entrada L.º 5 a 29. CSOP, 1-5 a 1-36.*

*Direcção de Obras Públicas do Dis Lisboa, Copiador de correspondência expedida para a DGOPM, 1904-1911, 2 vol. DOP-Lisboa 18-1 e 18-2*

*L.O. Actas das Sessões do Conselho Superior d'Obras Publicas e Minas, [Livros 6 a 43.] [23-9-1867 a 1 de Fevereiro de 1912].*

*Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, et alii. Secretaria Geral, Registo de correspondência entrada, SG-1-3, 3 Jan 98 a 10 Maio 1902. N.º 23, pp. 3v-4.*

*Direcção de Edifícios Públicos e Fornecimento de Materiais, livro de lançamento de despesas das diversas obras a cargo da secção. Verbas autorizadas entre 1895-98, despesa das diversas obras. DEPFM-1.*

*Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa, 1ª Direcção, mapas de despesa com obras em edifícios públicos e paços reais, 1902-1908, [1898-1908] DOP-Lisboa 2.*

*Direcção de Obras Públicas do Dis Lisboa, copiador de correspondência expedida para a DGOPM, 1904-1911, DOP18-1, 18-2.*

*DOPD, copiador de correspondência expedida ao chefe da 2ª secção, 1910-1911, obras, DOP20.*

*DOPD, copiador de corresp. expedida ao chefe da 4ª secção (Edifícios), 1910-1911, obras, DOP21*

*DIOP, Dist Lisboa, 2ª Direcção, mapa das despesas com diversas obras, 1906-1910, DOP-Lisboa-23.*

*Direcção de OP do Distrito de Lisboa, 3ª Direcção, mapas de despesa com diversas obras, 1910, DOP Lisboa-24.*

*Serviço de OP Dist Lisboa, despesa de obras, 1898-99, DOP-7-1 e 2.*

*Direcção de Obras Públicas e Minas, Repartição de Obras Públicas, pedidos de informação do gabinete do Ministro para responder à Câmara dos Deputados, 1875, ROP 2.*

### **Academia Nacional de Belas Artes (ANBA)**

1-A-SEC.001, *Anos de 1836 a 1844, Registo das Propostas e Offícios da Academia dirigidos a diversos.*

1-A-SEC.002, *Anos de 1841 a 1844, Registo das Propostas e Offícios da Academia dirigidos ao Governo.*

1-A-SEC.003, *Anos de 1845 a 1850, Registo das Propostas e Offícios da Academia dirigidos ao Governo.*

1-A-SEC.004, *Academia das Bellas Artes de Lisboa, Registo dos Offícios da Academia dirigidos ao Governo nos anos de 1836 a 1840.*

1-A-SEC.005, *Anos de 1836 a 1840, dos Decretos, Portarias e Offícios dirigidos à Academia.*

1-A-SEC.006, *Actas de 1836 e 1837.*

- 1-A-SEC.007, *Actas de 1838 e 1839*.
- 1-A-SEC.008, *Actas da Academia de B. Artes de Lisboa, 1838 a 1843*.
- 1-A-SEC.009, *Actas da Academia de B. Artes de Lisboa, 1844 a 1850*.
- 1-A-SEC.010, *Actas da Academia de B. Artes de Lisboa, 1851 a 1856*.
- 1-A-SEC.011, *Actas da Academia de B. Artes de Lisboa, 1857 a 1862*.
- 1-A-SEC.016, *Actas, Academia Real das Bellas Artes, 1863-1868*.
- 1-A-SEC.017, *Actas, Academia Real das Bellas Artes, 1869-1881*.
- 1-A-SEC.018, *Actas Academia, [1883-1910]*.
- 1-A-SEC.019, *Commissão Executiva – Actas, Livro 1.º, [8 de Abril de 1902 a 5 de Junho de 1911]*.
- 1-A-SEC.022, *Actas, [Comissão para propor a reforma do Ensino das Belas Artes, o plano para a organização dos Museus, e o serviço dos Monumentos históricos e da arqueologia], [29-11-1875 a 12-3-1876]*
- 1-A-SEC.023, *Portarias de 1842*.
- 1-A-SEC.024, *Portarias de 1841*.
- 1-A-SEC.025, *Portarias de 1843*.
- 1-A-SEC.026, *Portarias de 1844*.
- 1-A-SEC.027, *Portarias de 1845*.
- 1-A-SEC.028, *Portarias de 1846*.
- 1-A-SEC.029, *Portarias de 1847*.
- 1-A-SEC.030, *Portarias de 1848*.
- 1-A-SEC.031, *Portarias de 1849*.
- 1-A-SEC.032, *Portarias de 1850*.
- 1-A-SEC.033, *Portarias de 1851*
- 1-A-SEC.034, *Portarias de 1852*.
- 1-A-SEC.035, *Portarias de 1853*.
- 1-B-SEC.048, *Correspondencia com Diversos, Vol I*.
- 1-B-SEC.049, *Correspondencia com Diversos, Vol II*.
- 1-B-SEC.050, *Correspondencia com Diversos, Vol III*.
- 1-B-SEC.051, *Correspondencia com Diversos, Vol IV*.
- 1-B-SEC.053, *Diversos, Vol I*.
- 1-C-SEC.056, *Offícios para o Reino e diversos, 1862-1870*.
- 1-C-SEC.057, *Ministério do Reino – Correspondência Entrada, Anos 1888-1903*.
- 1-C-SEC.058, *Ministério do Reino, Correspondencia Entrada, Anos 1903-1909*.

- 1-C-SEC.063, *Documentos Vários*.
- 1-C-SEC.064, *Documentos Vários*.
- 1-C-SEC.066, *Diversos*.
- 1-C-SEC.067, *Academia de Belas Artes, Correspondencia com diversos, 1909 a 1912*.
- 1-C-SEC.068, *Minutas, 1851-1862*.
- 1-C-SEC.070, *Academia Real Bellas Artes, Correspondencia com o Ministerio do Reino, 1909-1913*.
- 2-A-SEC.074, *Documentos – Oferecidos por António Tomás Pires, [Vogal da Comissão dos Monumentos Nacionais em Elvas]*.
- 2-A-SEC.076, *Projectos de Regulamentos, Academia Real de Belas-Artes e Escola de Belas-Artes*.
- 2-A-SEC.077, *Arte Ornamental, Livro de Entrada de documentos de expediente*.
- 2-A-SEC.078, *Livro de Minutas de Correspondencia, Exposição de arte ornamental 1881-1882*.
- 2-A-SEC.079, *Exposição de Arte Ornamental em Lisboa, Correspondencia Expedida*.
- 2-A-SEC.080, *Exp<sup>ão</sup> de Lisboa – Livro de Entrada*.
- 2-A-SEC.081, *Londres entrada*.
- 2-A-SEC.082, *Exposição de Londres em 1881, Registo*.
- 2-A-SEC.083, *Exposição de Londres 1881, Registo de Correspondencia Recebida*.
- 2-A-SEC.084, *Documentos Vários – Exposições de Paris, Madrid e Londres, N<sup>o</sup>2*.
- 2-A-SEC.085, *Exposição de Arte Ornamental 1881, Documentos*.
- 2-A-SEC.086, *Exposição de Arte Ornamental, Documentos, Recibos 1881*.
- 2-A-SEC.091, *Livro de Correspondencia com Diversos 3, [4-4-1870 a 22-3-1877]*.
- 2-A-SEC.093, *[Livro de] Correspondencia, Instrucção Publica, [2-4-1870 a 8-9-1884]*.
- 2-A-SEC.094, *Livro de Registo de Documentos Expedidos da Secretaria da Instrucção Publica, [8-4-1870 a 23-7-1890]*.
- 2-A-SEC.095, *Livro de Correspondencia com o Ministerio do Reino, [19-9-1884 a 17-5-1905]*.
- 2-A-SEC.096, *Livro de Entradas, 1.º, [2-3-1870 a 27-7-1887]*.
- 2-A-SEC.097, *Livro de Entradas, [9 jan 1902 – 9 dez 1912]*.
- 3-A-SEC.172, *Correspondencia Entrada – Vários, Vol I, [1831?<sup>1</sup> a 16-12-1893]*.
- 3-A-SEC.173, *Correspondência Entrada – Vários, Vol II, [17-1-1894 a 19-10-1911]*.

---

<sup>1</sup> Indicação escrita na primeira página.

- 3-A-SEC.176, *Correspondência Entrada – Vários, Vol V, [4-1-1910 a 31-12-1912].*
- 3-B-SEC.197, *Documentos vários – Museus de Arte Antiga e Arte Contemporanea – Conselho de Arte e Arqueologia, Anos 1894-1932.*
- 3-B-SEC.217, *Actas do Conselho d'administração e aperfeiçoamento a começar de 20 d'outubro de 1879, [até 13-4-1881].*
- 3-B-SEC.218, *Actas - Conselho de Administração e aperfeiçoamento, 1883-1902.*
- 3-D-SEC.240, *Igrejas A-F.*
- 3-D-SEC.241, *Igrejas G-L.*
- 3-D-SEC.242, *Igrejas M-V.*
- 3-C-SEC.243, *Correspondência Entrada, Anos 1882-1925.*
- 3-C-SEC.244, *Correspondência e Vários.*
- 3-C-SEC.245, *Correspondência Saida, 1814-1925.*
- 3-C-SEC.246, *Correspondencia, Anos 1882-1903.*
- 3-C-SEC.247, *Correspondencia, Anos 1904-1910.*
- 3-C-SEC.248, *Minutas, Anos 1882-1904.*
- 3-C-SEC.249, *Minutas, Anos 1905-1911.*
- 3-C-SEC.257, *Actas das Sessões, Anos 1893-1898.*
- 3-C-SEC.258, *Minutas das Actas 1905-1911.*
- 3-C-SEC.259, *Con. Sup<sup>or</sup> dos M, Actas, 1900-190...*
- 3-C-SEC.260, *Con.º Sup dos M, Actas, 1900-1907.*
- 3-D-SEC.290, *Vogais Correspondentes, Comissão dos Monumentos.*
- 3-D-SEC.291, *Processos [índice dos 3 volumes das Igrejas].*
- 3-D-SEC.292, *Relação dos Académicos Honorários e Academicos de Merito Nacionaes e Estrangeiros e Academicos Effectivos.*
- 3-D-SEC.293, *Académicos.*

### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)**

*Direcção Geral de Instrução Pública, 1823-1916, PT-TT-MR/DGIP.*

*Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, 3.ª repartição, 1892, Mç. 4031, 4032, 4033 e 4034*

*Ministério do Reino, D.G.I. Pública / 1.ª repartição, 1890, mç. 3702, 3703 e 3704.*

*Instrução Pública, 1835-1988, PT-ADLRA-GCLRA/E/93.*

*Instrução Pública, 1836-1941, PT-ADVIS-GOVCIV/I/C/10/204 e 223.*

*Instrução Pública, 1836-1941, Circulares, PT-ADVIS-GOVCIV/I/C/10/223.*

*Instrução Pública, Unidade de Instrução, 1836-1941, PT-ADVIS-GOVCIV/I/C/12/2/97 a 99 e 152 a 165.*

*Negócios da Instrução Pública, 1823-1916, PT-TT-MR/NIP*

### **Biblioteca da Ajuda (BA)**

*Processo Individual de Ramalho Ortigão*

D.295 – *Direcção de Ramalho Ortigão*

Livro D2 – *Diário da Real Biblioteca da Ajuda*

Livro D3 – *Diário – Rascunho 1904-1905*

Livro D4 – *1906 – 1909 – Diário Ephemerides*

### **Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC)**

*Espólio de Joaquim de Vasconcelos, Luciano CORDEIRO – JV.*

*Espólio de Joaquim de Vasconcelos, Cartas de Ramalho Ortigão para J. Vasconcelos, s.d.*

*Espólio de Joaquim de Vasconcelos, Cartas de Ramalho Ortigão para J. Vasconcelos, s.d. [domingo]*

### **Biblioteca do Instituto dos Museus e da Conservação (BIMC)**

*Efemérides Artísticas. [Luciano Freire]*

### **Biblioteca do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA)**

Arquivo dos Directores, *Colóquio o MNAA 1987 – Sessões e opiniões, SD(AA)/3/3(3.1)/1.*

Arquivo dos Directores, *Carta sobre o papel da Academia na Formação do MN de Belas Artes e Arqueologia, SD(ABAL)/3/2/1.*

Arquivo dos Directores, *Comissão para a Exposição Colombina*, SD(ABAL)/3)3(3.5)/1-2.

Arquivo dos Directores, *Ramalho Ortigão*, [Cx 3, Pasta 3 (3.S.), Docs 1 a 7, Exposição Colombina, Madrid 1892], SD(ABAL)/3)3(3.5)/7.

Arquivo dos Directores, *Doc 8 – Sub Comissão executiva para a Exposição de Arte Sacra Ornamental, Lisboa 1895*, SD(MNBAA) 13/3(3.5)/8.

Arquivo dos Directores, *Artigo sobre o MN de Belas Artes e Arqueologia*, SD(MNBAA)13/7/2.

Arquivo dos Directores, *Subsídios para a História do Museu Nacional de Arte Antiga 1912*, SD(AA)13/7/5.

Arquivo dos Directores, *Fotocópias de páginas de publicação sobre pintura portuguesa, séculos XV e XVI, s.d.*, SD(AA)6/1/14.

Arquivo dos Directores, *Comissão do inventário e beneficiação da pintura antiga em Portugal*, SD(AA)6/4/1.

Arquivo dos Directores, *Memórias de Luciano Freire*, SD(LF)12/1.

Arquivo dos Directores, *Memórias de Luciano Freire*, SD(LF)12/2.

Arquivo dos Directores, *Memórias de Luciano Freire*, SD(LF)12/3.

Arquivo dos Directores, *Memórias de Luciano Freire*, SD(LF)12/4.

Arquivo dos Directores, *Manuel de Macedo – Notas várias – Conservador do Museu*, SD(AA)13/1/1.

Arquivo dos Directores, *Manuel de Macedo – Notas várias – Conservador do Museu*, SD(AA)13/1/2.

Arquivo dos Directores, *Manuel de Macedo – Notas várias – Conservador do Museu*, SD(AA)13/1/3.

Arquivo dos Directores, *João Couto – vários*, SD(AA)13/3/1.

Arquivo dos Directores, *João Couto – vários*, SD(AA)13/3/2.

Arquivo dos Directores, *João Couto – vários*, SD(AA)13/3/3.

Arquivo dos Directores, *Manuel de Macedo – relação conventos extintos*, SD(MNBAA) 4/3/7.

Arquivo dos Directores, *Projecto de roteiro e catálogo 1905?*, SD(MNAA)/5/4/5.

Arquivo dos Directores, *Elementos para um relatório sobre o tratamento de pintura antiga – 1931-1935*, SD(MNAA)/5/5/5.

Arquivo dos Directores, *Grémio Artístico, Correspondência para Luciano Freire*, SD(LF)11/12.10.



Arquivo dos Directores, *Parecer da Comissão encarregue de analisar as causas a que foram devidos os estragos que têm sofrido as pinturas da Galeria Nacional*, SD(ABAL)/1/11/3.

Arquivo dos Directores, *Actas referência de Paineis*, SD(ABAL)/1/15/2.

Arquivo dos Directores, *Comissão do Inventário de Beneficiação da Pintura Antiga em Portugal*, SD(MNAA) /5/7/5.

*Processo Individual da Custódia de Belém.*

### **Biblioteca Pública Municipal do Porto (BMP)**

*Espólio Ramalho Ortigão*

MA-Ramalho Ortigão-1-25

*Espólio Alberto Correia*

M-COR-I-7

M-COR-I-7A

M-COR-I-7B

M-COR-X-87

M-COR-II-160

*Espólio António Cândido*

MA-António Cândido-49

MA-António Cândido-50

*Espólio Antero de Figueiredo*

M-AF-3317

M-AF-3318

M-AF-3319

M-AF-3320

### **Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)**

*Espólio de Ramalho Ortigão*, E19.

Mss 222, n.º 3, Gabriel Pereira, *Monumentos Portugueses*. [fichas manuscritas e numeradas].

Esp A/4796 – de: Ramalho Ortigão, 1836-1915 a: Henrique Resende Dias de Oliveira, 18??-19??. Lisboa, 3 de Março de 1913 (acho que deve ser 12)

*Espólio de Oliveira Martins*, E20

E20/2016-2034 - *ORTIGÃO, Ramalho, 1836-1915, 19; 1878?-[1893], s.d.; Lisboa, Trafaria, s.l.; aut.*

*Espólio do Conde de Arnoso*, E32

E32/ 112 – *ORTIGÃO, Ramalho, 1836-1915, e outro, 1909; Lisboa; 1 doc; aut.*

E32/2567-2690 – *Ortigão, Ramalho, 1836-1915, [1885-1911], s.d.; Lisboa, Paris, s.l.; 124 doc.;*

E32/4312 – *ORTIGÃO, Ramalho a PORTUGAL, Rei, 1889-1908 (Carlos), [1908]*

E32/4194-4195 – *Ortigão, Ramalho, 1836-1915, 1911-1913; Paris; 2 doc.; aut.*

### **Imprensa Nacional - Casa da Moeda (INCM-CDA/ARQ)**

*Registo Geral, Liv 15, 1834-1837, [Correspondência Recebida], Lv. 1052.*

### **Colecção Particular de Ortigão de Oliveira**

10 Epístolas de Ramalho Ortigão a António Augusto Gonçalves<sup>2</sup> entre outra documentação variada.

---

<sup>2</sup> VASCONCELOS, António de, *A Sé-velha de Coimbra*, vol II, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2ª edição, Coimbra, 1993.

## Colecção Particular de Luís Ortigão Burnay

15 Epístolas dirigidas à família Burnay entre outra documentação variada.

### 1.2. Fontes Impressas

#### 1.2.1. Obras de Ramalho Ortigão

ORTIGÃO, Ramalho, *A Arte Portuguesa I*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1943.

ORTIGÃO, Ramalho, *A Arte Portuguesa II*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1943.

ORTIGÃO, Ramalho, *A Arte Portuguesa III*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1947.

ORTIGÃO, Ramalho, “A Obra de Ventura Terra – A nova camara dos deputados de Lisboa”, dir. F. Brütt e Cunha Morais, *Arte e Natureza em Portugal*, Vol III, Emilio Biel, Porto, 1903.

ORTIGÃO, Ramalho, “A Pintura de Malhõa”, in *Livro da Homenagem ao grande pintor José Malhoa*, realizado com a exposição das suas obras, Sociedade Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1928, pp. 43-55.

ORTIGÃO, Ramalho, “Banhos de Caldas e aguas Minerais”, in *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 10, ano 2, Edição da Secretaria da Propaganda Nacional, 1942.

ORTIGÃO, Ramalho, *Cartas a Emília*, Introdução, selecção, fixação do texto, comentários e notas de Beatriz Berrini, Lisóptima Edições – Biblioteca Nacional, Lisboa, 1993.

ORTIGÃO, Ramalho, *A Conclusão do Edifício dos Jeronymos – Parecer da Comissão aprovado em sessão de 23 de Junho de 1897*, Comissão Nacional dos Monumentos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1897.

ORTIGÃO, Ramalho, *A Fabrica das Caldas da Rainha*, Tipografia Ideal, Caldas da Rainha, 1957.

ORTIGÃO, Ramalho, *A Holanda*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, [D. L. 1964].

ORTIGÃO, Ramalho, *A Hollanda, (notas de viagem)*, Typ. da Gazetta de Noticias, Rio de Janeiro, 1883.

ORTIGÃO, Ramalho, *A Hollanda*, Magalhães & Moniz - Editores, Porto, 1885, pp. 134-135.

ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, 11 vol., Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1887-1890.

ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas, O País e a Sociedade Portuguesa*, Edição Integra, 15 volumes, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943.

ORTIGÃO, Ramalho, *As Origens da Holanda (De "A Holanda")*, prefácio e notas de António Sérgio, Textos Literários – Autores Portugueses, Lisboa, 1937.

ORTIGÃO, Ramalho, *As Praias de Portugal – Guia do Banhista e do Viajante*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1943.

ORTIGÃO, Ramalho, *As Praias de Portugal*, ilustrações de Emilio Pimentel, Livraria Universal, Porto, 1876.

ORTIGÃO, Ramalho, *Banhos de caldas e aguas minerais*, ilustrado por Emídio Pimental com uma introdução de Júlio César Machado, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, Porto, 1875.

ORTIGÃO, Ramalho, *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1944.

ORTIGÃO, Ramalho, *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1944.

ORTIGÃO, Ramalho, *Carta de um Velho a um Novo*, precedida de um estudo de Alberto de Monsaraz sobre a Política de Ramalho seguido da resposta de João Amaral, Cadernos Políticos, Edições Gama, Lisboa, 1947.

ORTIGÃO, Ramalho, *Cartas a Emília*, Introdução, selecção, fixação do texto, comentários e notas de Beatriz Berrini, Lisóptima Edições – Biblioteca Nacional, Lisboa, 1993.

ORTIGÃO, Ramalho, *Catalogo da Sala de Sua Magestade El-Rei – Exposição de Arte Sacra Ornamental, promovida pela comissão do Centenário de Santo António em Lisboa no anno de 1895*, Typographia Castro Irmão, Lisboa, 1895.

ORTIGÃO, Ramalho, *Catálogo Especial de Portugal*, Cuarto Centenario del Descubrimiento de América, Exposición Histórico-Americana, Est. Tipográfico «Sucesores de Rivadeneyra», Impresores de La Real Casa, Madrid, 1892,

ORTIGÃO, Ramalho, *Contos e Páginas Dispersas*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1945.

ORTIGÃO, Ramalho, *Correio de Hoje*, 2 Tomos, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1948.

ORTIGÃO, Ramalho, *Costumes e Perfis*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1944.

ORTIGÃO, Ramalho, *Crónicas Portuenses*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1944.

ORTIGÃO, Ramalho, *Em Paris*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1943.

ORTIGÃO, Ramalho, *Em Pariz*, Typ. Lusitana, Porto, 1868.

ORTIGÃO, Ramalho, *Farpas Completas*, Int. de Ernesto Rodrigues, RBA, Coleccionables, SA, e Circulo dos Leitores, SA, Espanha, 2006.

ORTIGÃO, Ramalho, *Farpas Escolhidas*, introdução e selecção de Rodrigues Cavalheiro, Biblioteca Básica Verbo, n.º 54, Livros RTP, Editorial Verbo, Lisboa, 1971.

ORTIGÃO, Ramalho, *Farpas Escolhidas*, selecção e introdução por Ernesto Rodrigues, Biblioteca Ulisseia dos autores portugueses, Ulisseia, D.L. 1991.

ORTIGÃO, Ramalho, *Farpas Esquecidas*, 2 tomos, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1946.

ORTIGÃO, Ramalho, *Figuras e Questões Literárias*, 2 tomos, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1943 e 1945.

ORTIGÃO, Ramalho, “Flores de Roma”, *Ilustração Portuguesa*, n.º 44, 24 de Dezembro de 1906, s/p.

ORTIGÃO, Ramalho, *Folhas Soltas 1865-1915*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1956.

ORTIGÃO, Ramalho, *Histórias Côm de Rosa*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, 3.<sup>a</sup> Edição, Empresa Literária Fluminense, Lda, Lisboa, 1925.

ORTIGÃO, Ramalho, *John Bull – Depoimento de uma testemunha acerca de alguns aspectos da vida e da civilização inglesa*, Livraria Internacional de Ernesto Cherdron, Lugan & Genelioux, Successores, 1887.

ORTIGÃO, Ramalho, *John Bull – o processo de Gordon Cumming, Lord Salisbury e correlativos desgostos*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1943.

ORTIGÃO, Ramalho, *Litteratura d'hoje* Porto, Typ. do "Jornal do Porto", 1866.

ORTIGÃO, Ramalho, *Notas de Viagem, Paris e a Exposição Universal (1878-1879)*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1945.

ORTIGÃO, Ramalho, “O álbum das photographias e a salva dos bilhetes”, in *Almanach Elegante dedicado ás Senhoras Portuguesas*, 2º ano, topographia Lusitana Porto, 1867, pp. 47-57.

ORTIGÃO, Ramalho, *O Culto da Arte em Portugal*, 2a ed Francisco Alves, Paris, Aillaud, Rio de Janeiro, [19--].

ORTIGÃO, Ramalho, *O Culto da Arte em Portugal*, Antonio Maria Pereira, Livreiro-Editor, Lisboa, 1896.

ORTIGÃO, Ramalho, *O Culto da Arte em Portugal*, Colecção Esfera das Letras, Esfera do Caos, 2006.

ORTIGÃO, Ramalho, “Os nossos brasões”, *Brasil-Portugal*, n.º 25, 1 de Fevereiro de 1900, p. 2. (<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/BP2.htm>)

ORTIGÃO, Ramalho, *Pela Terra Alheia – Notas de Viagem 1878-1910*, 2 tomos Livrarias Ailland e Bertrand, Paris – Lisboa, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro – S. Paulo – Belo Horizonte, [1916].

ORTIGÃO, Ramalho, *Pela Terra Alheia*, 2 Tomos Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1949.

ORTIGÃO, Ramalho, *Primeiras Prosas (1859-1867)*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1944.

ORTIGÃO, Ramalho, *Quatro Grandes Figuras Literárias – Camões, Garrett, Camilo e Eça*, 2.<sup>a</sup> edição, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Empresa Literária Fulminense, Lda, Lisboa, 1924.

ORTIGÃO, Ramalho, QUEIRÓS, Eça de, *As farpas: chronica mensal da politica das letras e dos costumes*, 45 vol, Typ. Universal, Lisboa, 1871-1883.

ORTIGÃO, Ramalho, QUEIROZ, Eça, *As Farpas – Crónica mensal da política, das letras e dos costumes*, coordenação e prefácio de Maria Filomena Mónica, 3.<sup>a</sup> edição, Princípio, Publicações Universitárias e Científicas, Cascais, Novembro de 2004.

ORTIGÃO, Ramalho, *Ramalho Ortigão*, Selecção e Prefácio de Rodrigues Cavalheiro, Colecção Páginas Portuguesas, Edições Panorama, Lisboa, 1959.

ORTIGÃO, Ramalho, *Rei D. Carlos – O Martyrisado*, separata da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, Typographia “A Editora”, Lisboa, 1908.

ORTIGÃO, Ramalho, *Theophilo Braga – Esboço Bibliográfico*, Biblioteca Republicana Democrática, vol IX, Nova Livraria Internacional, Lisboa, 1879.

ORTIGÃO, Ramalho, *Trechos Escolhidos*, apresentação de Nelly Novaes Coelho, Colecção Novos Clássicos, Agir Editora, Rio de Janeiro, 1968.

ORTIGÃO, Ramalho, *Turista em Portugal*, introdução de José Valle Figueiredo, Instituto Rainha Dona Leonor, Lisboa, 1987.

ORTIGÃO, Ramalho, *Últimas Farpas (1911-1914)*, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), Lda, Lisboa, 1946.

ORTIGÃO, Ramalho, *Últimas farpas : cartas portuguesas : homens e factos dos derradeiros tempos, 1910-1915*, Francisco Alves Lisboa : Aillaud e Bertrand, Rio de Janeiro, 1916.

ORTIGÃO, Ramalho, “Um brado a favor dos monumentos”, *Diário de Notícias*, 17 de Maio de 1905, p. 1.

ORTIGÃO, Ramalho, “Um Brado a Favor dos Monumentos”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.<sup>a</sup> Série, Tomo X, n.º 8, 1905, pp. 369-376.

ORTIGÃO, Ramalho, “Uma Obra Prima”, in *Almanach O Foguete!!: cómico, burlesco e satyrico, para 18873*, 1º ano de publicação, Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1863, pp. 21-22.

### 1.2.2. Traduções realizadas por Ramalho Ortigão

FEUCHTERSLEBEN, Barão de, *Hygiene da alma*, Livr. de A. M. Pereira, Lisboa, 1873.

FEUCHTERSLEBEN, Barão de, *Hygiene da Alma*, versão portuguesa de Ramalho Ortigão, 2ª edição, Livraria A. M. Pereira – Editor, Lisboa, 1874.

JENKINS. Edward, *Aventuras d’um Engeitado (Ginx’s Baby)*, trad de Ramalho Ortigão, Imprensa Portuguesa – Editora, Porto, 1874.

### 1.2.3. Prefácios escritos por Ramalho Ortigão

ABREU, Casimiro J. M. de, *As Primaveras*, 3.<sup>a</sup> edição, Livraria Lello & Irmão – Editora, Porto, 1894.

LEAL, Eça, *Quadros Humorísticos*, Editores Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa, 1888.

SOUSA, José Pedro da, *O Actor António Pedro julgado pela Arte e pelas Letras*, Imprensa Libanio de Silva, Lisboa, 1908.

### 1.2.4. Biografias e elogios sobre Ramalho Ortigão

ARANTES, Hemitério, *Ramalho Ortigão*, Livraria Ferreira, Ferreira Lda – Editora, Lisboa, 1915.

BURNAY, Eduardo, *Carta a Luiz de Magalhães*, Typographia “A Editora Lda”, Lisboa 1916.

COELHO, António do Prado, “Ramalho Ortigão, Conferência Realizada em Secção Pública da Sociedade de Estudos Pedagógicos, a 22 de Dezembro de 1915”, in Separata da *Revista da Educação Geral e Técnica*, Tip. Casa Portuguesa, Lisboa, 1916.

JORGE, Ricardo, *Ramalho Ortigão*, “A Editora L.da, Lisboa, 1915.

“Ramalho Ortigão – O seu funeral”, *Diário de Notícias*, n.º 17923, de 30 de Setembro de 1915, p. 1.

QUEIROZ, Eça, “Ramalho Ortigão”, in *Notas Contemporâneas*, Obras de Eça de Queiroz, Edição «Livros do Brasil», Lisboa, s.d., pp. 22-41.

### 1.2.5. Periódicos<sup>3</sup>

*Correio da Noite* de 15, 19, 20 e 22 de Junho de 1895

*Diário de Notícias* de 10 de Novembro de 1894, 28 de Abril de 1895, 4 de Outubro de 1905, 19 de Janeiro de 1907, de 3, 14, 15,18, 19,21 e 22 de Junho de 1909 e de 30 de Setembro de 1915.

*Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*

*O Jornal do Commercio*, 19 de Fevereiro de 1898.

*O Ocidente- Revista Illustrada de Portugal e do Extranjeiro*, 18.º anno, XVIII Volume, n.º 587, 25 de Julho de 1895, p.

### 1.2.6. Legislação

*Alvará Real (D. João VI) sobre a Conservação de Monumentos e Peças Históricas, de Valor Nacional*, Regia Officina Typografica, sl, 1802(?).

*Alvará real sobre a Conservação e Restauração de Monumentos Nacionais*, Regia Officina Typografica, sl, sd.

*Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, Ano de 1911*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912.

*Collecção de Legislação de 1887 a 1893 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista das Obras Publicas e Minas»*, coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Volume VII, Tomo II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1893, p. 765.

*Collecção de Legislação de 1887 a 1899 relativa aos Serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista de Obras Publicas e Minas»*, coord. Gaspar Cândido da

---

<sup>3</sup> Os artigos identificados pelo seu autor ou título encontram-se no ponto das Fontes publicadas gerais 1.2.7.



Graça Corrêa Fino, Vol IX, Fascículo 2.º - 1898, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899, pp. 774-780.

*Collecção de Legislação de 1887 a 1899 relativa aos Serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista de Obras Publicas e Minas», coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Vol IX, Fascículo 3.º - 1898, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899.*

*Collecção de Legislação de 1887 a 1899 relativa aos Serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista de Obras Publicas e Minas», coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Vol IX, Fascículo 2.º - 1898, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899.*

*Collecção de Legislação de 1894 a 1896 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista das Obras Publicas e Minas», coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Volume VIII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1895.*

*Collecção de Legislação de 1894 a 1896 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista das Obras Publicas e Minas», org. Gaspar Candido da Graça Corrêa Fino, Volume VIII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1895.*

*Collecção de Legislação de 1897 a 1899 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas, org. Gaspar Candido da Graça Corrêa Fino, Volume IX, Tomo I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1898.*

*Collecção de Legislação de 1897 a 1899 relativa aos Serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista de Obras Publicas e Minas», coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Vol IX, Fascículo 2.º - 1898, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899.*

*Collecção de Legislação de 1897 a 1899 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas, org. Gaspar Candido da Graça Corrêa Fino, Volume IX, Tomo I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1898.*

*Collecção de Legislação de 1900 a 1902 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista das Obras Publicas e Minas», org. Gaspar Candido da Graça Corrêa Fino, Volume X, 1.º Fasciculo - 1900, Imprensa Nacional, Lisboa, 1901.*

*Collecção de Legislação de 1900 a 1902 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista das Obras Publicas e Minas», coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Volume X, 2.º Fasciculo - 1902, Imprensa Nacional, Lisboa, 1903.*

*Collecção de Legislação de 1900 a 1902 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas publicada na «Revista das Obras Publicas e Minas», coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Volume X, 3.º Fasciculo - 1902, Imprensa Nacional, Lisboa, 1902.*

*Collecção de Legislação de 1903 a 1904 relativa aos serviços do Ministerio das Obras Publicas, coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Volume XI, 1.º Fasciculo - 1903, Imprensa Nacional, Lisboa, 1904.*

*Collecção de Legislação de 1907 relativa aos Serviços do Ministerio das Obras Publicas, coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Vol XIV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1908.*

*Collecção de Legislação de 1908 relativa aos Serviços do Ministerio das Obras Publicas*, coord. Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino, Vol XV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1909.

*Collecção de Legislação de 1910 relativa ao Ministério do Fomento*, dir. Gaspar Candido da Graça Correia Fino, Vol. XVII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1911.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1882*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1893.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1899*, Imprensa Nacional, Lisboa 1900.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1900*, Imprensa Nacional, Lisboa 1901.

*Collecção Official da Legislação Portugueza redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa – Anno de 1852*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1853, p. 383 -385.

*Collecção Official da Legislação Portugueza redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa – Anno de 1852*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1853, pp. 513- 516.

*Collecção Official da Legislação Portugueza redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa – Anno de 1859*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1860, p. 648.

*Collecção Official da Legislação Portugueza, Anno de 1868*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1869, p. 603.

*Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1901*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1902.

*Collecção Official de Legislação Portugueza, Anno de 1884*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1885, pp. 185-187.

*Collecção Official de Legislação Portugueza, Anno de 1890*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1890, p. 193.

*Collecção Official de Legislação Portugueza, Anno de 1890*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1890, p. 416.

*Collecção Official de Legislação Portugueza, Anno de 1891*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1892, p. 399 e *Collecção Official de Legislação Portugueza, Anno de 1892*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1893.

*Collecção Official de Legislação Portugueza, Anno de 1892*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1893.

*Collecção Official de Legislação Portugueza, Anno de 1892*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1893, pp. 499-501. O Conselho de Instrução Pública também sofreu algumas alterações, no mesmo sentido. Ver o mesmo volume pp. 660-661.

*Collecção Official de Legislação Portugueza, Anno de 1893*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1894.

*Collecção Official de Legislação Portugueza, Anno de 1899*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1900.

*Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1903*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1904.

*Collecção Official de Legislação Portugueza, Anno de 1894*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1895.

*Conselho dos Monumentos Nacionaes, Decreto Organico e mais legislação correlativa*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1902.

*Diário da República*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 113, 15 de Junho de 2009, pp. 3647-3653.

*Diário do Governo*, n.º 104, 12 de Maio de 1891.

*Diário do Governo*, n.º 118, 28 de Maio de 1869, pp. 665.

*Diário do Governo*, n.º 134 de 17 de Junho de 1890, p. 136

*Legislação e Disposições Regulamentares acerca do Serviço de Obras Publicas coordenada pelo Primeiro Official Chefe de Secção do Ministerio das obras Publicas, Commercio e Industria Gaspar Candido da Graça Fino*, Typographia de Eduardo Roza, Lisboa, 1889.

*Monumentos Nacionaes Portuguezes – Legislação (Publicação Official)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1910.

### **1.2.7. Gerais**

*7 o centenario de Sto Antonio de Lisboa : 1195-1895 : programma official*, Lisboa [s.n.], 1895.

*Actas da Sessões da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomos I – III, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1849-51.

*Actas das Assembléas Geraes*, Fascículo I (1899-1905), Academia Real das Sciencias, Typographia da Academia, Lisboa, 1905.

*Actas das Assembléas Geraes*, Volume II (1906-1910), Academia Real das Sciencias, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912.

*Actas das Assembléas Geraes*, Volume III (1911-1912), Academia Real das Sciencias, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916.

*Actas das Assembléas Geraes*, Volume IV (1913-1915), Academia Real das Sciencias, Imprensa Nacional, Lisboa, 1920.

*Actas das Assembléas Geraes*, Volume V (1916-1919), Academia Real das Sciencias, Imprensa Nacional, Lisboa, 1923.

ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mousinho de, *Memória Inedita ácerca do Edifício Monumental da Batalha*, Typographia Leiriense, Leiria, 1854.

ALMEIDA, Fialho de, *Lisboa Monumental*, Frenesin, 2001,

*Annaes da Comissão Central Executiva / apresentados pela Direcção da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 2.<sup>a</sup> parte, Sociedade de Geografia de Lisboa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1895-1896, pp. 5-6.

*Annaes das Sciencias e Lettras, publicado dos auspícios da Academia Real das Sciencias, Sciencias Moraes e Políticas e Bellas Lettras*, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1857-1858.

*Anuário do Grémio artístico relativo ao anno de 1890*, Typ. Franco-Portugueza, Lisboa, 1891

*Anuário do Grémio Artístico relativo ao anno de 1890-1898*, Lisboa, 1891-98.

“Apoz o Septimo Centenario”, *Voz de Santo António, Revista Mensal Ilustrada*, Orgão de Pia União, n.º 7, Julho de 1895, p. 123.

ARAGÃO, A. C. Teixeira, “Catálogo dos Objectos de Arte e Industria dos Indigenas da America que pelas festas commemorativas do 4.º centenário da sua descoberta a Academia Real das Sciencias de Lisboa envia é Exposição de Madrid”, *Memorias da Commissão Portugueza, Memorias da Academia Real das Sciencias, Classe de Sciencias Moraes, Políticas e Bellas Lettras*, Nova Serie, Tomo VI, Parte II, Typographia da Academia, Lisboa, 1892.

ARANHA, Brito, SILVA, Innocencio Francisco, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol XII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1884, pp. 301-304.

ARAUJO, Joaquim de, “A Comissão Portuguesa da Exposição Colombina”, em *Centenario do Descobrimento da America – Memorias da Commissão Portugueza, Memorias da Academia Real das Sciencias, Classe de Sciencias Moraes, Políticas e Bellas Lettras*, Nova Serie, Tomo VI, Parte II, Typographia da Academia, Lisboa, 1892.

*Arte e Natureza em Portugal*, dir. F. Brütt e Cunha Morais, Emilio Biel, Porto, 1902-1908.

ARTHUR, Ribeiro, *Arte e Artistas Contemporaneos*, 2.<sup>a</sup> série, 1.º volume, Livraria Ferin, Lisboa, 1898, p. 172.

BAENA, Visconde de Sanches de, *Gil Vicente*, Empreza Typographica, Marinha Grande, 1894.

BARATA, Corrêa, *Carta ao Sr. Ramalho Ortigão a propósito do Centenário Pombalino*, Imprensa da Universidade, Ciombrá, 1882.

BARBOSA, Ignacio de Vilhena, *Monumentos de Portugal – Historicos, Artisticos e Archeologicos*, Castro Irmão – Editores, Lisboa, 1886.

BARBOSA, Vilhena, “Convento da Madre de Deus”, *Archivo pittoresco, Semanario ilustrado*, 5.º Anno, Editores proprietários, Castro, Irmão & C.<sup>a</sup>, 1862, p. 333.

BARBOSA, Vilhena, “Os Monumento”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.<sup>a</sup> Série, Tomo XI, Typografia da Casa da Moeda e Papel Sellado, Lisboa, 1908, n.º 9, p. 545.

BASTOS, Silva, “Visitas e Palestras – Na trapeira do sr. Ramalho Ortigão”, *Diário Illustrado*, 18 de Fevereiro de 1906, pp. 1-2.

BETHENCOURT, Cardozo, *Catálogo dos manuscritos da Real Biblioteca da Ajuda, referentes à guerra peninsular*, sob a direcção do bibliothecário Ramalho Ortigão, Academia das Sciencias, Lisboa, 1910.

*Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.<sup>a</sup> Série, Tomo XI, Typografia da Casa da Moeda e Papel Sellado, Lisboa, 1908, n.º 9, pp. 545-551 e 634-642 e n.º 10, pp. 658-663.

*Boletim da Segunda Classe – Actas e Pareceres, Estudos, Documentos e Notícias*, Vol III, 1909-1910, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1910.

*Boletim da Segunda Classe (Actas, Comunicações, Pareceres)*, Vol I, 1898-1902, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1903.

*Boletim da Segunda Classe (Actas, Comunicações, Pareceres)*, Vol II, 1902-1909, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1910.

BORGES, Carlos, *Penna e Espada – Duas palavras acerca da Literatura d’Hoje de J. D. Ramalho Ortigão*, Typographia Lusitana, Porto, 1866.

BURNAY, Eduardo, *Carta a Luiz de Magalhães*, Typographia “A Editora Lda”, Lisboa 1916.

CARVALHAL, Álvaro do, *Anthero do Quental e Ramalho Ortigão*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1866.

CARVALHO, Joaquim Martins de, “A igreja da Sé Velha”, *O Conimbricense*, 14 de Novembro de 1893. Recorte colado em: ANBA, 3-C-SEC.240, *Igrejas A-F*, Coimbra.

CASCAES, J. da Costa, “Monumentos”, *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo*, Vol. XI, terceiro da terceira série, Typographia do Panorama, Lisboa, Jan-Dez 1854, pp. 210-212.

*Catálogo provisório da Galeria Nacional de Pintura: existente na Academia Real das Bellas Artes de Lisboa*, Academia Real das Bellas Artes, Lisboa, 1868.

CHATEAUBRIAND, François-Auguste, *Génie du Christianisme ou Beautés de la Religion Chrétienne*, Troisième Partie, Nouvelle édition avec Figures, L’Imprimerie de Migneret, Paris, An XI, 1803.

*Classificação dos Monumentos Nacionaes*, Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, Conselho dos Monumentos Nacionaes, Imprensa Nacional, Lisboa, 1909.

COELHO, Trindade, *O Senhor Sete*, org. Augusto da Costa Dias, Portugália Editora, Lisboa, 1961.

“Comissão dos Monumentos, A igreja de Sant’Anna – A conclusão dos Jeronymos”, *O Século*, 24 de Junho de 1897.

“Comunhão Geral: Exposição Sacra Ornamental, Villa de S, Antonio”, *Voz de Santo António, Revista Mensal Ilustrada*, Orgão de Pia União, n.º 7, Julho de 1895, p. 124.

*Congresso Hispano-Portuguez-Americano: correspondência*, Sociedade de Geographia de Lisboa, Typ. do Commercio de Portugal, Lisboa, 1891.

“Congresso Internacional de Architectos”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.ª série, Tomo X, n.º 4, Lisboa, Typ. Lallemand, 1904, pp. 194-197.

*Conselho dos Monumentos Nacionaes, Pareceres da Academia Real de Bellas-Artes de Lisboa, do Conselho dos Monumentos Nacionaes e do Conselho da Escola Medico-cirurgica de Lisboa acerca das pinturas muraes para esta escola*, Companhia Typographica, Lisboa, 1902.

“Convento da Batalha”, *Archivo pittoresco, Semanario illustrado*, 3.º Anno, Editores proprietários, Castro, Irmão & C.ª, 1860, p. 113.

CORDEIRO, Luciano, *As Obras dos Jeronymos, Parecer apresentado á Comissão dos Monumentos Nacionaes, em sessão de 7 de Novembro de 1895*, Typographia – Casa Portugueza – Papelaria, Lisboa, 1895.

COUTO, João, LOPES, Adriano de Sousa, SANTOS, Reinaldo dos, *Os primitivos portugueses : 1450-1550 : catálogo-guia*, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1940.

ESPANCA, P.ª Joaquim J. da R. “Os Estudos Archeologicos em Portugal”, dir. A. C. Borges de Figueiredo e M. Alexandre de Sousa, *Revista Archeologica e Historica*, Vol. I, Typographia de Adolpho, Modesto & C.ª, Lisboa, 1887, pp. 45-47.

*Exposição de os primitivos portugueses, 1450-1550 : catálogo-guia*, Comissão Organizadora das Comemorações Nacionais de 1940, Lisboa, 1940.

“Festas Centenares em Portugal – Projecto dos Festejos”, *Voz de Santo António, Revista Mensal Ilustrada*, Orgão de Pia União, n.º 3, Março de 1895.

“Festas Centenares em Honra de S. Antonio – Festas Nacionaes”, *Voz de Santo António, Revista Mensal Ilustrada*, Orgão de Pia União, n.º 4, Abril de 1895.

FIGUEIREDO, Borges de, “Monumentos Historicos”, dir. A. C. Borges de Figueiredo e M. Alexandre de Sousa, *Revista Archeologica e Historica*, Vol. I, Typographia de Adolpho, Modesto & C.ª, Lisboa, 1887, pp. 156-158 e 177-182.

FIGUEIREDO, José de, “O museu nacional de arte antiga, de Lisboa”, Separata de *Atlantida*, Angra do Heroísmo, s.d., pp. 149-150. [1915?]

FIGUEIREDO, José de, *O Pintor Nuno Gonçalves*, Typ. Do Annuario Commercial, Lisboa, 1910.

FIGUEIREDO, José, “O Museu Nacional de Bellas Artes”, *Diário de Notícias*, 21 de Junho de 1909, p. 3.

FONSECA, Martinho da, “Sé de Lisboa”, revista *O Occidente*, 35.º ano, volume XXXV, N.º 1202, 20 de Maio de 1912, p. 107.

FORT-RION, Le Baron de Barghon de, *Le Portugal au Quatrième Centenaire de la Découverte de l’Amérique et a L’Exposition de Madrid 1892*, Chez les Principaux Libraires, Paris, 1895, p. 10.

FREIRE, Luciano, “Elementos para um relatório acerca do tratamento da pintura antiga em Portugal segundo notas tomadas no período da execução desses trabalhos”, *Conservar Património*, n.º 5, Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal (ARP), Lisboa, 2007.

FUSCHINI, Augusto, “A Sé de Lisboa”, dir. F. Brutt e Cunha Moraes, *A Arte e a Natureza em Portugal*, Emilio Biel & C.ª – Editores, Porto, 1902-1908, pp. 93-96.

FUSCHINI, Augusto, *A architectura religiosa na Edade Média*, Imp. Nacional, Lisboa, 1904.

G.F., *A literatura ramalhuda a propósito dos senhores Castilho e Ramalho Ortigão*, Imprensa Litteraria, Coimbra, 1866.

GARRETT, Almeida, “Introdução”, *Jornal das Bellas-Artes*, Tomo I, N.º I, s.l., 1843, p. 1-2.

GARRETT, Almeida, *Lyrical de João Minimo*, Sustenance e Stretch, Londres, 1828.

GARRETT, Almeida, *O Arco de Sanct’Anna – Chronica Portuense*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1845 e 1850.

GARRETT, J. B. de Almeida, *Viagens na Minha Terra*, Typographia da Gazeta dos Tribunaes, Lisboa, 1946.

GARRETT, V. de Almeida, *Camões*, 5.ª edição, Casa da Viuva Bertrand e filhos, Lisboa, 1858.

GORDALINA, Maria do Rosário, *As obras realizadas na Fachada Ocidental da Sé de Lisboa no Séc. XIX – Critérios de Intervenção*, trabalho apresentado na cadeira de Conservação do Património Artístico Nacional do Mestrado em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa 1987.

GUIMARÃES, Domingos, “A Cidade de Marmore – A Bibliotheca Real da Ajuda – Exposição de livros de medicina antiga”, *Jornal do Commercio*, n.º 15:691, 5 de Maio de 1906.

GUIMARÃES, J. Ribeiro, “O Mosteiro da Madre de Deus”, *Artes e Letras*, N.º 3, Terceira Série, Rolland Semiond, Lisboa, 1871, pp. 45-47.

HAUPT, Albrecht, *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Introdução crítica de M.C. Mendes Atanázio, Editorial Presença, Lisboa, 1986.

HERCULANO, Alexandre, “Duas Epochas e dous Monumentos ou A Granja Real de Mafra – 1843”, *Opusculos*, Tomo VII, Tavares Cardoso & Irmão – Editores, Lisboa, 1898, pp. 2-20.

HERCULANO, Alexandre, *Lendas e Narrativas*, Imprensa Nacional, Viúva Bertrand e Filhos, 1851.

HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos I*, organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Maria Garcia, Editorial Presença, Porto, 1982.

HERCULANO, Alexandre, *Opusculos, Questões Publicas*, Tomo II, Casa Viúva Bertrand & C.<sup>a</sup>, Lisboa, 1973.

HERDER, J. G., *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*, trad. Int. José M. Justo, Edições Antígona, Lisboa, 1995.

*Historia e Memorias da Academia R. das Sciencias de Lisboa*, 2.<sup>a</sup> Serie, Tomo I, Parte I-II, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1843-44.

*Historia e Memorias da Academia R. das Sciencias de Lisboa*, 2.<sup>a</sup> Serie, Tomo II, Parte I-II, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1848-50.

*Historia e Memorias da Academia R. das Sciencias de Lisboa*, Tomo IV, Parte I, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1815.

*Historia e Memorias da Academia R. das Sciencias de Lisboa*, Tomo V, Parte I, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1817.

HOLSTEIN, Marquês de Souza, *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal, a organização dos Museus e o serviço dos monumentos históricos e da arqueologia*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1875.

HUGO, Victor, “Guerre aux Démolisseurs”, *Revue des Deux Mondes*, Tomo 5, 1832, <http://fr.wikisource.org>.

HUGO, Victor, *Notre-Dame de Paris*, Typographie plon Frères, Paris, 1850.

LEAL, J. da S. Mendes, *Monumentos Nacionaes*, com fotografias de Henriques Nunes, Typographia Franco-Portugueza, Lisboa, 1868.

LEAL, J. M. da Silva, “Mais um brado contra dos destruidores dos Monumentos”, *O Mosaico*, vol. 3, n.º 95, 1841, pp. 70-71.

LEAL, Mendes, “Bibliotheca Nacional de Lisboa, Relatorio do bibliotecario mor – anno de 1858-1859, Capitulo III”, *Boletim de Instrucção Publica*, 1861, pp. 166-168.



MANO, L, “Museu sem catalogo, Quadros sem tinta”, *Diário de Notícias*, 18 de Junho de 1909.

*Memorias da Academia Real das Sciencias, Classe de Sciencias Moraes, Políticas e Bellas Lettras*, Nova Serie, Tomo I, Parte 1, Typographia da Academia, Lisboa, 1847.

*Memorias da Academia Real das Sciencias, Classe de Sciencias Moraes, Políticas e Bellas Lettras*, Nova Serie, Tomo II, Typographia da Academia, Lisboa, 1857.

*Memorias da Academia Real das Sciencias, Classe de Sciencias Moraes, Políticas e Bellas Lettras*, Nova Serie, Tomo III, Typographia da Academia, Lisboa, 1858.

*Memorias da Academia Real das Sciencias, Classe de Sciencias Moraes, Políticas e Bellas Lettras*, Nova Serie, Tomo IV, Parte I-III, Typographia da Academia, Lisboa, 1872-79.

*Memorias da Academia Real das Sciencias, Classe de Sciencias Moraes, Políticas e Bellas Lettras*, Nova Serie, Tomo VI, Parte 2, Typographia da Academia, Lisboa, 1892.

MONSARAZ, Alberto, “Ramalho Ortigão”, *Nação Portuguesa – Revista de Fislosophia Politica*, Ano 1, n.º 9, Editores: Franco & Armenio, Coimbra, s.d. pp. 261-273.

MONTALEMBERT, Charles de, “Du Vandalisme en 1838”, *Revue des Deux Mondes*, Tomo 16, 1838, <http://fr.wikisource.org>.

MONTALEMBERT, Charles de, “Vandalisme en France, lettre à M. Victor Hugo”, *Revue des Deux Mondes*, Tomo 3, 1833, <http://fr.wikisource.org>.

MOSTEIRO, Emygdio, “A Restauração dos Jeronymos”, *O Correio da Manhã*, 2, 3 e 6 de Abril de 1897.

NATIVIDADE, M. Vieira, *O Mosteiro de Alcobaça: Notas Historicas*, Imp. Progresso, Coimbra, 1885.

*Novas cartas inéditas de Eça de Queiroz, Camillo, Guerra Junqueiro, Oliveira Martins, Theophilo Braga, João de Deus, Castilho, Fialho, António Feijó e Candido de Figueiredo a Ramalho Ortigão*, dir. de Álvaro Moreyra e Bricio de Abreu, Colecção “Dom Casmurro”, Alba – Editora, Rio de Janeiro, 1940.

OLIVEIRA, Alberto de, *Palavras Loucas*, F. França Amado, Editor, Coimbra, 1894.

*Pareceres da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, do Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes e do Conselho da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa acerca das pinturas muraes para esta escola*, Lisboa, 1902.

PEREIRA Gabriel, “Commissão dos Monumentos Nacinaes”, *Boletim de architectura e de archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 3.ª Série, Tomo VII, n.º 1, Lisboa, 1898, pp. 1-4.

PEREIRA, Gabriel, “Exposição de Arte Sacra Ornamental”, *O Ocidente- Revista Illustrada de Portugal e do Extranjeiro*, 18.º anno, XVIII Volume, n.º 587, 25 de Julho de 1895, pp. 163-164.

PEREIRA, Gabriel, “Inventario dos Objectos de Arte e de Archeologia em Portugal”, dir. A. C. Borges de Figueiredo, *Revista Archeologica – Estudos e Notas*, Vol. IV, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1890, pp. 183-188.

PEREIRA, Gabriel, “Restaurar e Conservar”, *Arte Portuguesa*, Anno 1, n.º 6, Junho de 1895, p. 1.

PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionaes - Conferência realizada na Sala da Real Associação de Agricultura em 9 de Maio de 1909*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1909.

PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionaes - Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes*, Typographia do Rio, Lisboa, 1900.

PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionaes II*, Typographia do Dia, Lisboa, 1902.

PINHEIRO, Rafael Bordalo, *O António Maria*, n.º 366, Ano VIII, 22 de Dezembro de 1892 e 367, Ano VIII, 30 de Dezembro de 1892, Manuel Luiz da Cruz (editor), Lisboa, 1892, pp. 629 e 640, respectivamente.

PINHEIRO, Rafael Bordalo, *O António Maria*, n.º 367, Ano VIII, 30 de Dezembro de 1892, Manuel Luiz da Cruz (editor), Lisboa, 1892, p. 630.

PINHEIRO, Rafael Bordalo, *O António Maria*, n.º 423 de 15 de Junho, n.º 424 de 10 de Julho e n.º 425 de 18 de Julho de 1895

PINHEIRO, Rafael Bordalo, *O António Maria*, n.º 425, 18 de Julho de 1895, p. 86.

PINHEIRO, Rafael Bordalo, *Pontos nos ii*, Lithographia Guedes, Lisboa, 14 de Abril de 1887, p. 112.

PIRES, A Thomaz, *O Castello d’Elvas – Memoria apresnetada á Ex.m Comissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionaes – Estudos e Notas Elvenses IX*, Éditos António José Torres de Carvalho, Elvas, 1907.

PIRES, A. Thomaz, *O Castello d’Elvas, Memoria apresentada á Ex.<sup>ma</sup> Comissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionaes, Estudos e Notas Elvenses*, vol IX, Editor, Antonio José Torres de Carvalho, Elvas, 1907.

PORTELLA, M. M., *Noticia dos Monumentos Nacionaes e Edifícios e logares Notáveis do Conselho de Setúbal*, Typographia de Rattos Moreira & Cardosos, Lisboa, 1882.

QUEIRÓS, Eça de, *Uma Campanha Alegre: Das Farpas*, 2 vol., Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1890-1891.

QUEIROZ, Eça de *Cartas a Ramalho Ortigão*, traducidas por Pedro Gonzalez Blanco, Ediciones Botas, México, 1939.

QUEIROZ, Eça de, *Cartas e outros escritos*, Obras de Eça de Queiroz, Edição «Livros do Brasil», Lisboa, s.d..

QUEIROZ, Eça de, MARTINS, Oliveira, ORTIGÃO, Ramalho, ÁVILA, Carlos Lobo de, & Outros, *Os Vencidos da Vida*, 2.<sup>a</sup> ed., Fronteira do Caos, Editores, Porto, 2006.

QUEIRÓZ, Eça de, *Uma Campanha Alegre*, Livros do Brasil, Lisboa, D.L. 1980.

QUENTAL, Antero de, SOROMENHO, Augusto, QUEIROZ, Eça de, COELHO, Adolfo, *Os Conferencistas do Casino*, Fronteira do Caos, Editores, Porto, 2005.

QUENTAL, Antero de, *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda metade do Século XIX*, Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991.

“Questionario Archeologico”, dir. A. C. Borges de Figueiredo e M. Alexandre de Sousa, *Revista Archeologica e Historica*, Vol. I, Typographia de Adolpho, Modesto & C.<sup>a</sup>, Lisboa, 1887, pp. 110-112.

RACZYNSKI, A., *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, Jules Renouart et C<sup>ie</sup>, Libraires- Editeurs et Commissionnaires pour l'étranger, Paris, 1847.

RACZYNSKI, A., *Les arts en Portugal*, Jules Renouart et C<sup>ie</sup>, Libraires- Editeurs et Commissionnaires pour l'étranger, Paris, 1846.

*Relatório dirigido ao illustrissimo e excellentissimo Senhor Ministro e Secretario D'Estado dos negócios do Reino pela Comissão nomeada por decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a organização do Serviço dos Museus, Monumentos Históricos e Archeologia*. 2 tomos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876.

*Relatorio e Mappas á cerca dos edificios que devem ser classificados Monumentos Nacionaes, Apresentado ao Governo pela Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes em conformidade da portaria do Ministerio das Obras Publicas de 24 de outubro de 1880*, Lallemand Frères, Typ : Lisboa, 1881.

RELVAS, Carlos, SIMÕES, Augusto Fillipe, *Album de phototypias da exposição retrospectiva de arte ornamental em Lisboa, 1882*, Officina de J. Leipold, Lisboa, 1883.

RIBEIRO, José Silvestre, “Bibliographia – Inventario das obras de arte”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Serie 2.<sup>a</sup>, Tomo II, n.º 11 de 1879, pp. 177-179.

RIEGL, Aloïs, *El Culto Moderno a los Monumentos, Caracteres y Origen*, 2.<sup>a</sup> edição, La balsa de la Medusa, Visor, Madrid, 1999.

ROBINSON, J. C., *A Antiga Escola Portugueza de Pintura*, Sociedade Promotora das Bellas Artes, N.º 1, Typographia Universal, Lisboa, 1868.

RUSKIN, John, *The Seven Lamps of Architecture*, reedição da 2.<sup>a</sup> edição de 1880, Dover Publications, Inc., New York, 1989.

RUSKIN, John, *The Stones of Venice*, Palla Editiona, London, 2005.

S.V., “Bellas Artes – monumentos Nacionaes (Inventario - Superintendencia)”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Serie 2.<sup>a</sup>, Tomo II, n.º 3, 1877, pp. 37-38.

SAMUEL, pseud, *Consciência: carta aos Illmos Exmos Srs Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, Redactores das Farpas*, 2.<sup>a</sup> edição correcta e augmentada, Typographia do Futuro, Lisboa, 1871.

SANTOS JÚNIOR, José Maria, MORGADO, A., *Guia do forasteiro nas Festas Antonianas : 1195-1895*, Typ. do Commercio, Lisboa, 1895, pp. 100-101.

SANTOS, Alfredo Elviro dos, *As Artes Portuguezas no Século XIX ou breves considerações sobre o seu estado, causas e remedios do mesmo*, Typographia Lusitana, Braga, 1882.

SARMENTO, José, “A Real Bibliotheca da Ajuda”, *Ilustração Portuguesa*, III volume, 11 de Fevereiro de 1907, p. 173-178.

SILVA, Baldaque da, *Catalogo da secção marítima portugueza na Exposição de Madrid em 1892 - commemoração do descobrimento da America*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1892.

SILVA, Joaquim Possidónio da, “Monumentos nacionaes”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Série 2.<sup>a</sup>, Tomo IV, n.º10, 1885, pp. 153-158.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, *Relatório da Comissão dos Monumentos Nacionaes Apresentado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria pelo Presidente da Referida Comissão em 1884*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1894.

SILVA, José de Almeida e, *Quinze dias de estudo na Exposição dos Primitivos Portugêses : A Escola de Pintura de Viseu, seu início e ramificações*, Tip. Notícias de Viseu, Viseu, 1941.

*Subsídios para a Classificação dos Monumentos Nacionaes*, Conselho dos Monumentos Nacionais, Imprensa Nacional, Lisboa, 1904.

TOMÉ, José Ferreira, *Duas Fases da Vida de Gil Vicente (Ourives até 1506. Poeta desde 1502) – Subsídios para a sua Identificação*, Edição do Autor, Lisboa, s.d.

“Torre de Belém”, *Serões*, s.l., 1906., pp. 419-126 (artigo encadernado numa miscelânea da Fundação Calouste Gulbenkian com a cota CE 63/4).

VARGAS, Affonso, “O Culto da Arte em Portugal”, *O Tempo*, 8.º anno, n.º 20306, 2 de Junho de 1896, p. 2. N.º 20307, 3 de Junho de 1896, n.º20308, 4 de Junho de 1896 e n.º 2310, 7 de Junho de 1896.

VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha de Coimbra*, 2 volumes, reedição do Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993.

VASCONCELOS, Joaquim de, *A reforma de Bellas-Artes, analyse do relatorio e projectos da comissão official nomeada em 10 de Novembro de 1875*, Imp. Literário Comercial, Porto, 1877, pp. 65-66.

VASCONCELOS, Joaquim, *A Pintura Portuguesa nos séculos XV e XVI*, Officina Typ. de João Eduardo Alves, Porto, 1881.

VASCONCELOS, Joaquim, *Arte Românica em Portugal*, fot de Marques Abreu, int. Artur Nobre de Gusmão, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992.

VASCONCELOS. Joaquim de, “Taboas da pintura portuguesa no século XV - Retrato inedito do infante D. Henrique”, *Commercio do Porto*, 27 e 28 de Julho de 1895, p. 1.

VIEIRA, Affonso Lopes, *A Campanha Vicentina*, Editora Limitada, Lisboa, 1914.

VIEIRA, Affonso Lopes, *Da Reintegração dos Primitivos Portugueses – Conferência realizada no Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa*, Edição dos “Amigos do Museu”, Lisboa, 1923.

VIEIRA, Afonso Lopes, *A Poesia dos Paineis de S. Vicente*, Conferência realizada no Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa, Edição dos «Amigos» do Museu, Lisboa, 1914, p. 13.

VITERBO, Sousa, “A Classificação dos Monumentos Nacionaes”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.<sup>a</sup> série, Tomo XI, n.º 5, Typ. da Casa da Moeda e Papel Sellado, Lisboa, 1908, pp. 321-322.

VITERBO, Sousa, “Anotações artísticas e archeologicas – O Conselho dos Monumentos e o inventario artístico”, *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, Tomo XII, 5.<sup>a</sup> Série, n.º 10, Typographia do Commercio, 1912, pp. 442-444.

VITERBO, Sousa, *A exposição d'arte ornamental : notas ao catálogo*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1883.

VITERBO, Sousa, *Dicionário histórico e documental dos Architectos, engenheiros e constructores portugueses ou ao serviço de Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1904.

YRIARTE, Charles, “Exposition Retrospective de Lisbonne, L’Art en Portugal”, *Gazette des Beaux Arts*, vol. 25, 1.º sem 1882, Paris, pp. 445-461.

## 2. Bibliografia

### 2.1 Sobre Ramalho Ortigão

ALVES, Alice Nogueira, “A Importância do Estudo da História da Conservação e Restauro *O Culto da Arte em Portugal – Um guia no estudo do estado de conservação dos monumentos portugueses no fim do século XIX*”, in *4.º Encontro do Instituto Português de Conservação e Restauro, A História, a Formação e as Boas Práticas em Conservação e Restauro, Nos 40 Anos do Instituto José de Figueiredo*, Edição em CD-ROM, Ministério da Cultura, Instituto Português de Conservação e Restauro, Lisboa, 2005.

ALVES, Alice Nogueira, “Património – Um Culto de Ramalho Ortigão”, *Encontro Aprendiz de Feiticeiro, Investigações de Doutoramento dos cursos do Instituto de História da Arte da FLUL*, Edições Colibri, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009, pp. 179-188.

BARREIRA, Isaque de Jesus Neves, *Ramalho e a Educação. Outros Tempos – o mesmos problemas*. Dissertação de Mestrado em Educação na área de especialização de Filosofia da Educação, Universidade do Minho, exemplar policopiado, Braga, 1992.

BARRETO, Maria Adelaide Sardinha de Lima, *O Snobismo como atitude literária em alguns escritores do Século XIX (Almeida Garrett, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão)*, Dissertação de Licenciatura em Filosofia Românica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Exemplar original dactilografado, 1953.

BASTO, A. de Magalhães, *Homens e casos de uma geração notável : D. António Alves Martins, Augusto Soromenho, Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Vieira de Castro, Alexandre da Conceição, Júlio Diniz, Teófilo Braga, Germano Vieira de Meireles, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, D. Pedro V, etc.*, Livraria Progredior – Editora Porto, Porto, 1937.

BIZARRO, Armando Júlio de Abranches, *Ramalho Ortigão – Subsídios para o estudo da sua vida e obra*, Dissertação de Licenciatura em Filosofia Românica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Exemplar original dactilografado, 1950.

BLASCO, Pierre, “Ramalho Ortigão et deux aspects de la réalité Espagnole”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, VII – Separata, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1974, pp. 519-527.

BLASCO, Pierre, “Ramalho Ortigão voyager portugais en Espagne”, in *Bolletín des Etudes Portugaises et Bresiliennes, Nouvelle Série*, tomos 33-34, 1972-1973, Institut Français au Portugal, Nov 1974, pp. 287-315.

CABALHEIRO, Rodrigues, *Política e História*, Livraria SamCarlos, Lisboa, 1960.

CARVALHO, Fausto Lopo de, “A Actualidade do Pensamento de Ramalho Ortigão (contestando o pretenso e imaginário anti-semitismo de que Ramalho é acusado)”, in *Seara Nova*, n.º 1520, dir. Augusto Abelaira, Lisboa, Junho 1972, pp. 21-27.

CARVALHO, Fausto Lopo de, *A Actualidade do Pensamento de Ramalho Ortigão: Ensaio*, Editorial Estúdios Cor, Lisboa, 1971.

CAVALHEIRO, Rodrigues, *A Evolução Espiritual de Ramalho*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1962.

CIDADE, Hernâni, “Ramalho Ortigão entrevisto em rápido percurso da sua obra”, in dir. Ramiro Vladão e Júlio Gil, *Panorama - Revista portuguesa de arte e turismo*, n.º 10 – III Série, Edição Mensal da Secretaria Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, Junho de 1958, pp. 7-13.

CLEMENTE, Manuel, “A Vitalidade Religiosa do Catolicismo português: do Liberalismo à República”, dir. Carlos Moreia Azevedo, *História Religiosa de Portugal*, Volume 3, Circulo dos Leitores, Rio de Mouro, 2002, pp.65-127.

COSTA, Joaquim, *Ramalho Ortigão – precursor do Nacionalismo contemporâneo*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1937.

COSTA, Júlio de Sousa, *Ramalho Ortigão – Memórias do seu tempo*, Edição Romano Torres, Lisboa, 1946.

CRESPO, Manuel Matias, “Ramalho Ortigão na Batalha”, in *Cadernos da Vila Heróica*, n.º 1, dir. José Travaços Santos, Arquivos históricos, etnográficos, artísticos e literários do Conselho da Batalha, Oficinas, 1971.

CRUZ, Maria Luísa da Costa, *Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, Críticos do Romantismo – Alguns Aspectos*, Dissertação de Licenciatura em Filosofia Românica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Exemplar original dactilografado, 1957.

FERREIRA, Vítor Wladimiro, *Cascais em Ramalho Ortigão*, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, 2002.

HOMEM, Amadeu Carvalho, “Ramalho Ortigão”, in dir. João Medina, *História de Portugal – Portugal Liberal (II), Monarquia Constitucional (I)*, vol. XI, Sape, Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, Lda, Amadora, 2004, pp.43-48.

HOMEM, Amadeu Carvalho, “Razão e sentimento na evolução espiritual de Ramalho Ortigão”, separata da *Revista de História das Ideias*, vol 21, Faculdade de Letras, Coimbra, 2000, pp. 193-219.

JUCÁ (FILHO), Cândido, “Ramalho Ortigão e a sua Técnica”, separata da *Revista de Portugal – Série A: Língua Portuguesa*, volume XXXII, Lisboa, 1967.

LIMA, Fernando de Castro Pires de, “Ramalho Ortigão e Viana do Castelo”, separata da *Revista de Etnografia*, n.º 4, Museu de Etnografia e História – Junta Distrital do Porto, Imprensa Portuguesa, Porto 1965.

LONG, M de, “Ramalho Ortigão e o escritor holandês «Maltatuli»”, Coimbra Editora Limitada, Coimbra, 1937.

MALPIQUE, Cruz, “Ramalho Ortigão - Sapador da Companhia Antipática dos Bota-Abaixo”, Separata do *Boletim Cultural* da Câmara Municipal do Porto, vol. XVIII, fasc. 1-2, Empresa Industrial Gráfica do Porto, Limitada, Edições Marânus, Porto 1955.

MALPIQUE, Cruz, *Ramalho Ortigão – Ensaio*, Editora Educação Nacional, Porto, 1957.

MARINHO, Maria José, *Inventário do Espólio de Ramalho Ortigão*, Fundos da Biblioteca Nacional, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Lisboa, 1994.

MATOS, A. Campos, *Eça de Queiroz – Ramalho Ortigão, Retrato da “Ramalhal Figura”*, Livros Horizonte, Lisboa, 2009.

MEDINA, João, “As Farpas ou «O Riso que Peleja»: As Farpas Queirozianas (1871-72)”, in *Das Farpas aos Maias*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000, pp. 15-76.

MEDINA, João, “Ramalho Ortigão Anti-Semita (reflexões sobre a inactualidade do pensamento de Ramalho)”, in dir. Augusto Abeleira, *Seara Nova*, n.º 1517, Março de 1972, pp. 27-29.

MEDINA, João, “Resposta a um Ramalhista Caturra – Novas reflexões sobre o mesmo Anti-semitismo de Ramalho Ortigão”, in dir. Augusto Abeleira, *Seara Nova*, n.º 152, Junho de 1972, pp. 29-32.

MIRANDA, José da Costa, “Itália nas Páginas de Ramalho Ortigão”, extraído de, dir. Raffaele Sivri, *Annali Dell’Istituto Universitario Orientale*, Vol. XXVIII, 1, Janeiro de 1985, Sezione Romanza, Napoles, 1985.

MONTEIRO, Gomes, *Vencidos da Vida – Relance literário e político da segunda metade do século XIX*, Edição Romano Tôrres, Lisboa, 1944.

“Na Inauguração da Estátua de Ramalho Ortigão, Palavras Proferidas pelos Senhores Ministros da Holanda em Lisboa e Drs. Manuel de Figueiredo e A. De Magalhães Basto”, Gabinete de História da Cidade, Separata do *Boletim Cultura* da Câmara Municipal do Porto, vol XVII, fasc. 3-4, Publicações da Câmara Municipal do Porto, Porto, 1954.

OLIVEIRA, Júlio D’, *Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz – Rememoração e esclarecimento de factos de ordem literária e jornalística*, Oficinas Gráficas de “O Primeiro de Janeiro”, Porto, 1945.

OLIVEIRA, Maria João L. Ortigão de, *O Essencial sobre Ramalho Ortigão*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1989.

OLIVEIRA, Maria João L. Ortigão de, *O Pensamento Estético de Ramalho Ortigão – Para uma estética do natural – Itinerários e paisagens de uma leitura*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Exemplar policopiado, Lisboa, 1988.

OLIVEIRA, Maria João Lello Ortigão de, *O Paraíso Invisível – Sarah Bernhardt e Ramalho Ortigão*, Grifo – Editores e Livreiros, Lda., Lisboa, D.L. 1998.



OLIVEIRA, Rodrigo Ortigão de, *A Família de Ramalho Ortigão*, Tipografia Lessa, Porto, 2000.

ONOFRE, Ana Luísa Liberato Vieira Vilela Anileiro, *Imagens do Estrangeiro e Auto-Imagem na Obra de Ramalho Ortigão*, Dissertação de Mestrado em Literaturas Comparadas Portuguesa – Francesa (séculos XIX e XX), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Exemplar policopiado, Lisboa, 1991.

“Ortigão, Ramalho” in *Dicionário de Literatura*, dir Jacinto do Prado Coelho, 2ª Volume, 3ª edição, Figueirinhas, Porto, 1976.

*Os Vencidos da Vida*, Ciclo de Conferências promovido pelo Círculo Eça de Queiroz, Empresa Litográfica do Sul, S.A., Lisboa, 1989.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha, “O Porto na Obra de Ramalho Ortigão”, , separata do *Boletim Cultural* da Câmara Municipal do Porto, vol. XIII, fasc. 1-2, Edições Marânus da Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda, Porto, 1950.

PINTO, Américo Cortez, *Museus e Museologia; Ramalho – A Estátua e o Estatuário*, Tipografia Ideal, Caldas da Rainha, 1959

“Ramalho Ortigão”, in dir. João de Sousa Fonseca, *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXIV, Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa- Rio de Janeiro, s.d., pp. 326-329.

“Ramalho Ortigão – Sua vida e sua obra”, in dir. Albino Forjaz de Sampaio, *Colecção Patrícia – Os escriptores*, Empreza do Diário de Notícias, 1926.

RAMOS, Paulo Oliveira, “Ramalho, Portugal, As Artes e o Património”, *O Ensino da História*, n.º 12, Boletim da Associação dos Professores de História, A.P.H., Lisboa, Outubro de 1998, pp. 23-28.

REIS, Luiz da Câmara, “Ramalho Ortigão”, in Separata de *Atlântida*, s.n., s.d., pp. 27-32.

REYS, Câmara, *As questões Morais e Sociais na Literatura III – Ramalho Ortigão*, Seara Nova, Lisboa, 1941, pp. 149-239.

RODRIGUES, Cavalheiro, “Carlos Mayer numa evocação de Ramalho Ortigão”, separata da revista *Sulco*, 2.ª série, Gráfica Santelmo, Lisboa, 1968.

RODRIGUES, Ernesto, “O Cânone d’As Farpas”, *Cultura Literária Oitocentista*, Lello Editores, Porto, 1999, pp. 197-255.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, “Ramalho Ortigão – Teoria e Acção no Restauro Arquitectónico”, in *Antero de Quental e o destino de uma Geração*, Edições Asa, Porto, 1994, pp. 293-297.

SALBERG, Mme, *Ramalho Ortigão – Saudade – Retrato Grafológico, completo do escritor Ramalho Ortigão feito pela professora de Paris*, Oficina Gráfica Limitada, Lisboa, 1939.

SALEMA, Álvaro, “Fausto Lopo de Carvalho – A actualidade do pensamento de Ramalho Ortigão – Edi. Estúdios Cor, Lisboa/ 1971”, in dir. Hernâni Cidade e Jacinto do

Prado Coelho, *Colóquio Letras*, n.º 6, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, Março de 1972, pp. 87-88.

SAMPAIO, Albino Forjaz de, *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, Vol. IV, Livraria Fernando Machado, Porto, 1942, pp. 288-291.

SANTOS, Reinaldo dos, “Ramalho e a Arte”, *Diário de Notícias*, 4 de Dezembro de 1957, pp. 1-2.

SANTOS, Reinaldo dos, *Ramalho Ortigão* (Conferência proferida no dia 8 de Agosto de 1935), Publicações dos Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais, Lisboa, 1935.

SILVA, Marinho da, “Ramalho Ortigão – O Percursor” in *Panorama - Revista portuguesa de arte e turismo*, n.º 7, ano 1, vol 2º, Edição Mensal da Secretaria de Estado de Propaganda Nacional, 1942, pp. sep II- V

SOÁREZ, Ednilo, *Ramalho Ortigão, Um marco na literatura portuguesa*, Expressão Gráfica Editora, Fortaleza – Ceará, 2008.

TEIXEIRA, Luiz, “Ramalho Ortigão e as Caldas da Rainha”, in *Panorama - Revista portuguesa de arte e turismo*, n.º 7, ano 1, vol 2º, Edição Mensal da Secretaria de Estado de Propaganda Nacional, 1942, pp. 13-15.

TEIXEIRA, Luiz, *Ramalho Ortigão*, Clássica Editora, 1957.

VALENTE, Vasco Pulido, “Ramalho Ortigão e a crise do Estado em Portugal”, in *Estudos sobre a Crise Nacional*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1980, pp. 11-44.

VASCONCELOS, Ernesto de, *Ramalho Ortigão e o Gerês*, Gráfica de S. Vicente, Braga, 1982.

## 2.2. Obras de carácter geral

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa - Rio de Janeiro, s.d.

*História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, 3 Vol. Círculo dos Leitores, s.l., 1995.

*História de Portugal, O Liberalismo*, Vol. V, dir. José Mattoso, Círculo dos Leitores, s.l., 1993.

*História de Portugal, A Segunda Fundação*, Vol. IV, dir. José Mattoso, Círculo dos Leitores, s.l., 1993.

*História de Portugal, Monarquia Constitucional (II) A República (I)*, Vol XII, dir. João Medina, 4.ª ed., SAPE, Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, Madrid, 2004.

*História de Portugal, Portugal Liberal (I)*, Vol X, dir. João Medina, 4.<sup>a</sup> ed., SAPE, Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, Madrid, 2004.

*História de Portugal, Portugal Liberal (II) Monarquia Constitucional (I)*, Vol XI, dir. João Medina, 4.<sup>a</sup> ed., SAPE, Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, Madrid, 2004.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal [1851-1890]*, Vol.IX, 4.<sup>a</sup> ed., Editorial Verbo, s.l. 2003.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal [1890-1910]*, Vol. X, 2.<sup>a</sup> ed., Editorial Verbo, Braga, 2003.

### 2.3. Geral

*40 anos do Instituto José de Figueiredo*, dir. Ana Isabel Seruya e Mário Pereira, Ministério da Cultura, Instituto Português de Conservação e Restauro, Lisboa, DL [2007].

ABRAÇOS, Maria de Fátima Silva, *História da Conservação e Restauro do Mosaico Romano – Subsídios para o conhecimento de estado de conservação dos mosaicos no Sul de Portugal*, Dissertação de Mestrado de História da Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Exemplar policopiado, Lisboa, 1999.

ABRAÇOS, Maria de Fátima Silva, *Para a História da Conservação e Restauro do Mosaico Romano em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2005.

ALDEMIRA, Luiz Varela, *Um Ano Trágico: Lisboa em 1836: A propósito do Centenário da Academia de Belas Artes: Impressões, Comentários, Documentos*, La Bécarre, Lisboa, 1937, p. 250

ALVES, Alice Nogueira, “As Maravilhas de Portugal – Um século depois”, *Revista História*, n.º 99, Ano XXIX (III Série), Julho/Agosto 2007, pp. 44-49.

ALVES, Alice Nogueira, “Inventariar para Salvar - Mousinho Albuquerque e a Comissão incumbida de examinar os Edifícios dos Conventos Suprimidos (1836)”, *Artis – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.º 6, Braga, 2007, pp. 297-315.

ALVES, Alice Nogueira, *Relação dos Livros de Secretaria da Academia Nacional das Ciências - Séries A e B*, exemplar policopiado, Lisboa, Março de 2007.

ALVES, Luísa Maria, “Do Empirismo à Ciência. Um olhar sobre o percurso da Conservação em Portugal do Século XIX à actualidade”, in *Conservação & Restauro – Cadernos*, Instituto Português de Conservação e Restauro, Ano 4, n.º 3, sl, [DL] 2005, pp.13-21.

ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira, *Arquitectura Neomedieval Portuguesa 1780-1924*, 2 volumes Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, DL [1997].

ANTUNES, Vanessa Henriques, “Reintegração cromática em pintura de cavalete: de efeito visual a critério científico. Apontamentos do caso português”, *Ge-conservación*, n.º 0, [www.revista.ge-iic.com](http://www.revista.ge-iic.com), pp. 63-78.

ARCHER, Paulo, *Sobre a versão patrimonial de Herculano em Monumentos Pátrios*, Terra do Linho, Tomar, 2003, pp. 5-6.

BARATA, Paulo J. S. *Os Livros e o Liberalismo: da Livraria Conventual à Biblioteca Pública*, Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2003.

BEIRANTE, Cândido, “Almeida Garrett e Alexandre Herculano: Convergências e Divergências”, org. José da Costa Miranda, *Almeida Garrett – Um Breve Encontro*, Livraria Nova Galáxia, Caldas da Rainha, 2000, pp. 77-86.

BENTO, Mário Augusto S., *Conservação, Restauro, Reabilitação – Ideologia e práticas*, 2 volumes, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas à Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Arquitectura, exemplar policopiado, Coimbra, 1994.

BLANCO, Javier Rivera, *De varia Restauratione*, Teoría e Historia de la Restaración Arquitectónica, 2.ª ed., Abada Editores, Madrid, 2008.

BOLINQUETE, José Martins, *As Carmelitas em Aveiro: Ontem e Hoje*, Sinai, Aveiro, 1996.

BONIFÁCIO, M. Fátima, *O Século XIX português*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2005.

BRANCO, Manuel J. C., “A Defesa do Património construído em Évora, Cunha Rivara, Filipe Simões, Gabriel Pereira e Túlio Espanca”, *Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, n.º 26, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Abril 2007 pp. 118-123.

BRANDÃO, Fernando de Castro, *Da Monarquia Constitucional à República, 1834-1910 – Uma Cronologia*, Heuris, Europress, Póvoa de Santo Adrião, 2003.

CAEIRO, Elsa, *Os Conventos do Termo de Évora*, Doutoramento em Teoria y Prática de la Rehabilitación, Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidade de Sevilha, exemplar policopiado, Sevilha, 2005.

CAMPOS, Teresa, HENRIQUES, Paulo, “Entre a Obra Nova e a Conservação da Obra”, *Igreja da Madre de Deus – História, Conservação e Restauro*, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2002.

CAPITEL, Antón, *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*, Alianza Forma, Alianza Editorial, 3ª edição, Madrid, 1999.

CARITA, Alexandra, “Os Livros dos Reis” *Suplemento ACTUAL – Expresso*, Sábado 1 Julho 2006, pp. 8-11.

CARVALHO, José Alberto Seabra, “Os trabalhos de Luciano Freire por ele próprio: Nota introdutória à edição de um relatório de um restaurador de pintura no início do século

XX”, *Conservar Património*, n.º 5, Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal (ARP), Lisboa, 2007, pp.5-8.

CARVALHO, José Alberto Seabra, “Pinturas antes do restauro. Provas fotográficas do espólio de Luciano Freire”, dir. Ana Isabel Seruya e Mário Pereira, *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, Ministério da Cultura, Instituto Português de Conservação e Restauro, Lisboa, DL [2007], pp. 97-117.

CARVALHO, José António Ribeiro de, *Ditadura Franquista (1907-1908)*, Lisboa, 2006.

CASANOVAS, Luís Efreim Elias, *Conservação Preventiva e Preservação das Obras de Arte. Condições-ambiente e espaços museológicos em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006, exemplar policopiado, pp. 69-70

CASELLA, Gabriela Maria, *O Senso e o SIGNO – A relação com as preexistências românicas (1564-1700) Contributos para uma História do Restauro Arquitectónico em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2004.

CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Coleção Arte & Comunicação, Edições 70, Lisboa, 2000.

CHORÃO, João Biggote, “Garrett, clássico do Romantismo”, *Galeria de Retratos*, Lello Editores, Porto, 2000, pp. 21-40.

COELHO, Maria Teresa Pinto, *Apocalipse e Regeneração, o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Edições Cosmos, Lisboa, 1996.

COSTA, Lucília Verdelho da, *Alfredo de Andrade (1839-1915) Da Pintura à Intervenção do Património*, Coleção Artes/História, Veja Limitada, Lisboa, (DL 1997).

COSTA, Lucília Verdelho da, *Ernesto Korrodi 1889-1944, arquitectura, ensino e restauro do património*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997.

COUTO, João, “A pintura representada no Museu das Janelas Verdes e o critério da sua apresentação na galeria”, *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, Vol III, Fac. III, Janeiro a Dezembro de 1956, Lisboa, 1957, pp. 1-21.

COUTO, João, LOPES, Adriano de Sousa, SANTOS, Reinaldo dos, *Os primitivos portugueses, 1450-1550: catálogo-guia*, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1940.

CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República, Doutoramento em Arquitectura apresentado à Universidade de Évora, exemplar policopiado, Évora, 2008.

CUSTÓDIO, Jorge, “Possidónio da Silva e as origens da salvaguarda e valorização do património histórico-artístico e monumental português”, revista *Arqueologia e História*, AAP, vol 51, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 37-59.

CUSTÓDIO, Jorge, “Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos – De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”, *Dar Futuro ao Passado*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa 1993, pp. 33-71.

DIAS, Augusto da Costa, *A Crise da Consciência Pequeno-Burguesa, o Nacionalismo Literário da Geração de 90*, 3.<sup>a</sup> edição, Editorial Estampa, Lisboa, 1977.

*Direito do Património Cultural*, Instituto Nacional de Administração, s.l., 1996.

*Évora Desaparecida, Fotografias e Património 1839-1919*, COORD. Cármen Almeida, Câmara Municipal de Évora, Centro de Investigação de Estudos de História (CIDHEUS), s.l., 2007.

*Exposição de os primitivos portugueses, 1450-1550: catálogo-guia*, Comissão Organizadora das Comemorações Nacionais de 1940, Lisboa, 1940.

FRANÇA, José Augusto, “Garrett e a História da Arte”, *Garrett à Portas do Milénio*, coord. Comissão Executiva dos “Seminários Garrett”, Edições Colibri, Lisboa, 2000, pp. 137-145.

FRANÇA, José Augusto, *A Arte em Portugal no Século XIX*, 2 vol, 3.<sup>a</sup> edição, Bertrand Editora, Lisboa, 1990.

FRANÇA, José Augusto, *O Romantismo em Portugal. Estudo de Factos Socioculturais*, 3.<sup>a</sup> edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

FREIRE, Luciano, “Em Defesa dos Monumentos”, dir. J.M. Cordeiro de Sousa, *Revista de Arqueologia*, Tomo I, Imprensa Moderna, Lisboa, 1932-1934, pp. 50-55.

*Garrett e as Artes – Actas do Ciclo de Conferências*, Centro de História da Arte, Universidade de Évora, Évora, 2002.

GONÇALVES, António Manuel, *Do Restauro dos Painéis de São Vicente de Fóra*, Amigos do Museu de Arte Antiga, Tipografia Silva & Ourêlo, Lda., Lisboa, 1960.

GUIMARÃES, Domingos, “A Cidade de Marmore – A Bibliotheca Real da Ajuda – Exposição de livros de medicina antiga”, *Jornal do Commercio*, n.º 15:691, 5 de Maio de 1906.

JOKILEHTO, Jukka, *A History of Architectural Conservation*, Butterworth-Heineman, Oxford, 1999.

LEANDRO, Sandra Maria Fonseca, *Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), Historiador, Crítico de Arte e Museólogo*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2008.

LEANDRO, Sandra, “O Mito do Recriador: Luciano Freire e os trabalhos de Conservação e Restauro da “Pintura Antiga””, dir. Ana Isabel Seruya e Mário Pereira, *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, Ministério da Cultura, Instituto Português de Conservação e Restauro, Lisboa, DL [2007], pp. 65-80.

LISBOA, Maria Helena, *As Academia e Escolas de Belas Artes e o Ensino Artístico (1836-1910)*, Edições Colibri – IHA – Estudos de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007.

LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, 6.ª edição da Gradiva, Lisboa, 2009.

M.M.F., “Biblioteca da Ajuda – Esboço Histórico”, *Biblioteca da Ajuda, Revista de Divulgação*, Ano I, N.º 1, Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Maio de 1980, pp. 7-38.

MAIA, Maria Helena, “Alexandre Herculano e as obras da Colegiada de Guimarães”, *Espacio, Tempo y Forma*, Série VII, H.ª del Arte, t.13, 2002, pp. 189-20

MAIA, Maria Helena, *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*, IHA – Estudos de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, 2007.

MANAÇAS, Vítor, *Museu Nacional de Arte Antiga, Uma leitura da sua História 1911-1962*, Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Exemplar policopiado, Lisboa, 1991

MARQUES, Lina Maria Marrafa de Oliveira, *O Claustro do Mosteiro de Santa Maria de Belém*, Dissertação de Mestrado em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1989.

MARTINS, Ana Cristina N., “Património histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo) - 1ª parte”, in *Estudos /Património*, n.º 5, Instituto Revista do Português do Património Arquitectónico, Ministério da Cultura, Lisboa, 2003, pp. 33-50.

MARTINS, Ana Cristina N., “Património histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo) - 2ª e última parte”, in *Estudos /Património*, n.º 6, Instituto Revista do Português do Património Arquitectónico, Ministério da Cultura, Lisboa, 2004, pp. 109-125.

MARTINS, Ana Cristina N., “Uma breve incursão pelos primórdios da inventariação do património histórico-cultural português (1859-1861)”, *Arqueologia*, n.º 26, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Porto, 2001.

MARTINS, Ana Cristina Nunes, *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na Senda da Salvaguarda Patrimonial – Cem Anos de Transformação (1863-1963)*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2005.

MARTINS, Ana Cristina Nunes, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica – Um percurso na arqueologia portuguesa de oitocentos*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1999.

MARTINS, F. A. Oliveira, *D. Carlos I e os “Vencidos da Vida”*, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1942.

MARTINS, Guilherme D'Oliveira, *Portugal, Identidade e Diferença, Aventuras da Memória*, 2.<sup>a</sup> ed., Gradiva, Lisboa, 2007.

MATOS, Sérgio Campos, “A Ideia de Ditadura no Círculo dos Vencidos da Vida”, *Clio*, Nova Série, Vol. 5, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000, pp. 73-91.

MATOS, Sérgio Campos, *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – Séculos XIX e XX)*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008.

MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Colibri, Lisboa, 1998.

MATOS, Sérgio Campos, “Iberismo e identidade nacional (1851-1910)”, *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Nova Série, Volume 14/15 (n.º duplo), Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006, pp. 249-400.

MATTOSO, José, *A Identidade Nacional*, cadernos democráticos 1, 4.<sup>a</sup> edição, Fundação Mário Soares, Gradiva – Publicações, S.A., Lisboa, 2008.

MEDINA, João, *Portuguesismo(s), (Acerca da Identidade Nacional)*, Centro de História, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

MESQUITA, Marieta Dá, *Arquitectura e Renovação, Aspectos do Restauro Arquitectónico em Portugal no Século XIX*. Prova complementar de Doutoramento em História da Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura de Lisboa, exemplar policopiado, 1993.

*Miguel Ventura Terra, A Arquitectura enquanto projecto de vida, Architecture as a life Project*. Coord. Ana Isabel Ribeiro, Câmara Municipal de Esposende, Museu Municipal, Esposende, DL [2006].

*Ministério das Obras Públicas 1852/1977*, Gráfica Brás Monteiro, Lisboa, 1977.

*Ministério das Obras Públicas 1852/1977*, Gráfica Brás Monteiro, Lisboa, 1977.

MOURÃO-FERREIRA, David, *Alexandre Herculano e a valorização do património cultural português*, Edição da Secretaria-Geral da Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, 1977.

NETO, Maria João Baptista, “A propósito da *descoberta* dos Painéis de São Vicente de Fora – Contributo para o estudo e salvaguarda da *pintura gothica* em Portugal”, *Artis*, Revista do Instituto de História d Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, n.º 2, Braga, 2003, pp. 219-260.

NETO, Maria João Baptista, “As Intervenções realizadas na Catedral da Guarda de Rosendo Carvalheira aos nossos dias”, *2º Encore – Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios*, 27 de Junho a 1 de Julho de 1994, 1º Volume, LNEC, Lisboa, 1994.



NETO, Maria João Baptista, “Em torno de “Garrett e a História da Arte””, *Garrett à Portas do Milénio*, coord. Comissão Executiva dos “Seminários Garrett”, Edições Colibri, Lisboa, 2000, pp. 147-151.

NETO, Maria João Baptista, “Monumentos Nacionais através do lápis do distinto eborense Gabriel Pereira (1849-1911)”, *Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, n.º 26, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Abril 2007 pp. 124-133.

NETO, Maria João Baptista, SOARES, Clara Moura, “O Mosteiro dos Jerónimos e a Recuperação de um espírito Quinhentista no século XIX”, *O Largo Tempo do Renascimento, Arte. Propaganda e Poder*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Caleidoscópio, Casal da Cambra, 2008, pp. 535-562.

NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, “Monumentos Nacionais – Memória, Propaganda e Poder (1929-1960)”, in *Propaganda & Poder*, Actas do Congresso Peninsular de História da Arte de 5 a 8 de Maio de 1999, Edições Colibri, Lisboa, 2001, pp. 429-450.

NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, “Raul Lino ao serviço da Direcção- Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Uma nova perspectiva de intervenção” in *Artis*, Revista do Instituto de História d Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, n.º 1, Braga, 2002, pp.253-269.

NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *A Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1995.

NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Editorial Estampa, Lisboa 1997.

NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *Memória Propaganda e Poder – O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, FAUP publicações, Porto, 2001.

NETO, Maria João, “Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade do tempo”, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida; in memoriam*, Vol. II, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, s.d., p. 134.

NETO, Maria João, SOARES, Clara, ALVES, Alice, “A Custódia de Belém: Símbolo nacional entre o Liberalismo e o Estado Novo”, no prelo.

*O Neomanuelino ou a reinvenção da arquitectura dos descobrimentos*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, coord. Francisco Faria Paulino, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Infante 94 – 6.º Centenário do nascimento do Infante D. Henrique, Lisboa, 1994,

OLIVEIRA, Maria João L. Ortigão de, *O Pensamento Estético de Ramalho Ortigão – Para uma estética do natural – Itinerários e paisagens de uma leitura*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Exemplar policopiado, Lisboa, 1988.

ONOFRE, Ana Luísa Liberato Vieira Vilela Anileiro, *Imagens do Estrangeiro e Auto-Imagem na Obra de Ramalho Ortigão*, Dissertação de Mestrado em Literaturas Comparadas Portuguesa – Francesa (séculos XIX e XX), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Exemplar policopiado, Lisboa, 1991.

PAÇO, Afonso de, “Academia Real da História Portuguesa e a sua Lei de Protecção a Monumentos Arqueológicos”, Separata dos «Anais», II Série, volume 8, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1958.

PIMENTEL, Cristina, *O Sistema Museológico Português (1833-1991), Em Direcção a um Novo Modelo Teórico para o seu Estudo*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, Coimbra, 2005.

PONTES, Teresa, *Museologia da Arte – Conceitos e práticas de José de Figueiredo (1911-1937)*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1999.

*Portugal 1900*, coord. Maria Rosa Figueiredo, João Carvalho Dias, Rita Sousa Macedo, Fundação Calouste Gulbenkian, s.l., 2000.

QUEIRÓZ, Amílcar de Barros, *Da Sociedade Promotora de Belas Artes e do Grémio Artístico à Sociedade Nacional de Belas Artes : 1860-1951*, Sociedade Ind. de Tipografia, Lisboa, 1951, p. 7.

QUINTAS, José Manuel, *Filhos de Ramires, As origens do Integralismo Lusitano*, Editorial Nova Ática, Lisboa, 2004.

RAMOS, Iolanda Freitas, *O Poder do Pó – O Pensamento Social e Política do John Ruskin (1819-1900)*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2002.

REBELO, Teresa, *Condessa d’Edla, A Cantora de Ópera quasi Rainha de Portugal e de Espanha (1836-1929)*, Alêtheia Editores, Barcelos, 2006.

RIBEIRO, José Alberto, *A Catedral de Papel. O Escritor Manuel Ribeiro (1878-1941): Um Esteta da Medievalidade e da Espiritualidade Cristã*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2002.

RODRIGUES, Paulo Alexandre Simões, *Património, Identidade e História. O Valor e o Significado dos Monumentos Nacionais no Portugal de Oitocentos*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea (séculos XVIII-XX), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1998.

RODRIGUES, Paulo Simões, “A Arte como Metáfora da História”, *Garrett e as Artes*, Actas do Ciclo de Conferências, Centro de História da Arte, Universidade de Évora, Évora, 2002, pp. 9-40.

RODRIGUES, Paulo Simões, “Da História da Conservação e Resaturo: Das Origens ao Portugal Oitocentista”, dir. Ana Isabel Seruya e Mário Pereira, *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, Instituto Português de Conservação e Restauro, Lisboa, 2007, pp. 17-39.

RODRIGUES, Paulo Simões, *A Apologia da Cidade Antiga. A formação da identidade de Évora (sécs. XVI-XIX)*, Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Évora, Departamento de História, exemplar policopiado, Évora, 2008.

RODRIGUES, Paulo Simões, MATOS, Ana Cardoso, “Restaurar para renovar na Évora do século XIX”, *Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, n.º 26, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Abril 2007 pp. 134-143.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, "O restauro da Sé da Guarda Rosendo Carvalheira e o poder sugestivo da arquitectura", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2ª Série, vol. XIII, Porto, 1996, pp.535-559.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, “O restauro da Sé Velha de Coimbra. António Augusto Gonçalves entre o rigor da História e o rigor do Desenho”, *Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*, Actas VII colóquio luso-brasileiro de história da arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, pp. 257-263.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios – A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Exemplar policopiado, Porto, 1995.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, “Arte e Nacionalidade – Um proposta de Yriarte a propósito da Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de 1882”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. VIII, 1991, Universidade do Porto, pp. 327-338.

ROSAS, Lúcia, “A Sé de Lisboa: Augusto Fuschini e a representação da arquitectura medieval”, *Idearte – Revista de Teoria e Ciência da Arte*, Ano II, n.º 3, Outubro de 1005, pp. 57-71.

ROSAS, Lúcia, “Joaquim de Vasconcelos e a valorização das artes industriais”, *Rodrigues de Freitas, A Obra e os Conteúdos*, Actas do Colóquio, CLC-FLUP, Centro Leandro Coimbra, Porto, DL [1997], pp. 229-238.

SANTOS, Inês Fernandes dos, *A Torre de Belém no Contexto Romântico de Oitocentos: O Restauro e o Imaginário Neomanuelino*, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2005.

SANTOS, Mariana Amélia Machado, “Alexandre Herculano e a Biblioteca da Ajuda”, Separata de *O Instituto* vol. CXXVII, Coimbra, 1965.

SANTOS, Reinaldo dos, “O Sentido da Arte na Obra de Garrett”, Separata da revista *Belas Artes*, n.º 8, Lisboa, 1955.

SARDICA, José Miguel, “A Sociedade Portuguesa em 1900”, *Portugal 1900*, coord. Maria Rosa Figueiredo, João Carvalho Dias, Rita Sousa Macedo, Fundação Calouste Gulbenkian, s.l., 2000, pp. 25-49.

SARDICA, José Miguel, *A Dupla Face do Franquismo na Crise da Monarquia Portuguesa*, Edições Cosmos – História, Lisboa, 1994.

SARDICA, José Miguel, *José Maria Eugénio de Almeida. Negócios, Política e Sociedade no Século XIX*, Quimera Editores, Lda e Instituto de Cultura Vasco Vill'Alva, s.l., 2005.

SERRA, Pedro, “Linguagem, Memória e História nas *Viagens na Minha Terra*”, *Almeida Garrett – Um Romântico, Um Moderno*, vol. II, Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Bicentenário do Nascimento do Escritor, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2003, pp. 187-213.

SERRÃO, Vitor, *A Cripo-História de Arte, Análise de Obras de Arte Inexistentes*, Livros Horizonte, Lisboa, 2001.

SILVA, António Martins da, *Nacionalizações e Privatizações em Portugal – A Desamortização Oitocentista*, Minerva História, Coimbra, 1997.

SILVA, José de Almeida e, *Quinze dias de estudo na Exposição dos Primitivos Portugueses : A Escola de Pintura de Viseu, seu início e ramificações*, Tip. Notícias de Viseu, Viseu, 1941, p. 45

SILVA, Raquel Henriques da, “Miguel Ventura Terra em Contexto”, *Miguel Ventura Terra, A Arquitectura enquanto projecto de vida, Architecture as a life Project*. Coord. Ana Isabel Ribeiro, Câmara Municipal de Esposende, Museu Municipal, Esposende, DL [2006], pp. 11-30.

SILVA, Raquel Henriques da, “Portugal 1900, Urbanismo e Arquitectura”, *Portugal 1900*, coord. Maria Rosa Figueiredo, João Carvalho Dias, Rita Sousa Macedo, Fundação Calouste Gulbenkian, s.l., 2000, pp. 101-114.

SILVA, Raquel Henriques da, *Lisboa Romântica: Urbanismo e arquitectura 1777-1874*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1997.

SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*, Gradiva, Lisboa, 1997.

SOARES, Clara Moura, “A Galeria de Pintura do Restaurante «Leão de Ouro»: percursos de uma colecção”, *Artis – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.º 6, Braga, 2007, pp. 269-307.

SOARES, Clara Moura, *As Intervenções Oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém: O Sítio, a História e a Prática Arquitectónica*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2005.

SOARES, Clara Moura, *O Restauro do Mosteiro da Batalha – Pedreiras Históricas, Estaleiro de Obras e Mestres Canteiros*, Colecção História e Arte, Magno Edições, Leiria, 2001.

SOROMENHO, Miguel, SILVA, Nuno Vassalo e, “Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos – Da Idade Média ao Século XVIII”, *Dar Futuro ao Passado*,

Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa 1993, pp. 22-32.

SOUTO, Maria Helena, “Do levantamento e apresentação de Arte Ornamental portuguesa em Exposições Internacionais. Dois casos de estudo: Paris (1867) e Madrid (1892)”, em dir. Ana Isabel Seruya e Mário Pereira, *40 Anos do Instituto José de Figueiredo*, Ministério da Cultura e Instituto Português da Conservação e Restauro, Lisboa, DL [2007], pp. 57-63.

TEIXEIRA, José, *D. Fernando Rei-Artista Artista-Rei*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1986.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês, Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1990.

TOMÉ, Miguel, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, FAUP Publicações, Porto, 2002.

TORGAL, Luís Reis, “Garrett e o Nacionalismo Cultural Integralista e Salazarista”, *Almeida Garrett – Um Romântico, Um Moderno*, vol. II, Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Bicentenário do Nascimento do Escritor, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2003.

VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha de Coimbra*, 2 volumes, reedição do Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993.

VENTURA, António, “A Contestação ao Centenário Antoniano de 1896”, *Estudos sobre História e Cultura Contemporâneas de Portugal*, Caleidoscópio, Centro de História da Universidade de Lisboa, Casal de Cambra, 2004, pp. 95-113.

VICENTE, Filipa Lowdes, *Viagens e Exposições, D. Pedro V na Europa do Século XIX*, Gótica, Lisboa, 2003.

#### 2.4. Páginas electrónicas

<http://carmeloaveiro.carmelitas.pt/>

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Castelo\\_de\\_Braga](http://pt.wikipedia.org/wiki/Castelo_de_Braga)

<http://purl.pt/96/1/obras/belas-artes/index.html>

[www.acad-ciencias.pt](http://www.acad-ciencias.pt)

[www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=25764](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=25764)

[www.matriznet.imc-ip.pt/ipm/MWBINT/MWBINT00.asp](http://www.matriznet.imc-ip.pt/ipm/MWBINT/MWBINT00.asp),



# Anexos





## Anexo 1 – Documentação

<b>Documento 1</b> – Carta de Ramalho Ortigão a Joaquim de Vasconcelos onde é relatada a sessão da Comissão dos Monumentos Nacionais depois da remodelação do início de 1897. BGUC, <i>Espólio de Joaquim de Vasconcelos, Cartas de Ramalho Ortigão para J. Vasconcelos</i> , s.d. ....	429
<b>Documento 2</b> – Relatório de Luciano Cordeiro para o Ministro das Obras Públicas sobre a visita da Sé de Lisboa. 15 de Agosto de 1896. ANBA, 3-D-SEC.241, <i>Igrejas G-L</i> <sup>1</sup> .....	433
<b>Documento 3</b> – Carta de Possidónio da Silva para Ramalho Ortigão onde são relatadas as obras de restauro do portal da igreja do Mosteiro da Batalha. 21 de Janeiro de 1895. BNP, E19/2263, <i>SILVA, Possidonio da, a [?], 1895.jan.21, m,l ...</i>	438
<b>Documento 4</b> – Parecer do Conselho Superior das Obras Públicas sobre o Mosteiro dos Jerónimos. 30 de Novembro de 1895. AHMOPTC, <i>Consultas</i> , [Conselho Superior de Obras Públicas], <i>Caixas 13 a 51</i> . [1.º sem de 1868 a Ag/Set 1902], Caixa 45, 25795 [n.º de ordem], 22925 [n.º de entrada] .....	440
<b>Documento 5</b> – Relatório da Comissão dos Monumentos Nacionais sobre a igreja de Santa Maria do Olivais em Tomar. ANBA, 3-D-SEC.242, <i>Igrejas M-V</i> , Tomar. [Letra de Ramalho Ortigão] .....	449

---

<sup>1</sup> Este documento encontra-se reproduzido no volume dos anexos documentais de: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” *artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*, Doutoramento em Arquitectura apresentado à Universidade de Évora, exemplar policopiado, Évora, 2008, pp. 340-342.

- Documento 6** - Acta da sessão de 19 de Junho de 1900 em que Ramalho Ortigão proferiu o seu discurso como presidente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. ANBA, 3-C-SEC.259, *Cons. Sup.<sup>or</sup> dos M., Actas, 1900-1906*, pp. 2-8<sup>2</sup>. 451
- Documento 7** - “Esboço de um arrolamento geral de todos os monumentos” de Ramalho Ortigão. BNP, *Espólio de Ramalho Ortigão*, E19/6A, “*Esboço de um arrolamento geral de todos os monumentos - sd - 7 f*”, [1900] ..... 455
- Documento 8** - Caderno com um arrolamento dos Monumentos Nacionais de Ramalho Ortigão. BNP, *Espólio de Ramalho Ortigão*, E19/148, *Caderno 70, Monumentos nacionaes - Descrição e classificação architectonica* ..... 460
- Documento 9** - Inventário dos Monumentos portugueses arquivado sob a autoria de Gabriel Pereira. BNP, Mss 222, n.º 3, *Gabriel Pereira, Monumentos Portugueses*. [fichas manuscritas e numeradas] ..... 482
- Documento 10** - Acta de 6 de Agosto de 1902 onde Augusto Fuschini apresentou o seu parecer sobre as obras no Convento da Conceição em Beja à Comissão Executiva. ANBA, 3 –D – SEC. 260, *Cons.º Sup. dos M., Actas, 1900-1907*, [Actas das Comissão Executiva] ..... 490
- Documento 11** - Objectos requisitados ao Museu das Janelas Verdes por Ramalho Ortigão. ANBA, 1-C-SEC.057, *Ministério do Reino – Correspondencia Entrada, Anos 1888-1903* ..... 494
- Documento 12** – Resposta do Museu das Janelas Verdes à requisição assinada por Ramalho Ortigão. ANBA, 2-A-SEC.095, *Livro de Correspondencia com o Ministerio do Reino*, [19-9-1884 a 17-5-1905] ..... 496

---

<sup>2</sup> Este documento encontra-se reproduzido no volume dos anexos documentais de: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística..., pp. 382-383.

<b>Documento 13</b> – Primeiro relatório encontrado de Ramalho Ortigão sobre a Exposição Colombina. ACL, <i>Livro 60 B - Comissão Portuguesa da Exposição Colombina – Correspondencia</i> , [20 de Fevereiro de 1892 a 21 de janeiro de 1894], pp. 24 – 28 .....	498
<b>Documento 14</b> – Segundo relatório de Ramalho Ortigão sobre a Exposição Colombina. ACL, <i>Livro 60 B - Comissão Portuguesa da Exposição Colombina – Correspondencia</i> , [20 de Fevereiro de 1892 a 21 de janeiro de 1894], pp. 28v-31v. ....	505
<b>Documento 15</b> – Relatório sobre a Biblioteca da Ajuda, apresentado a D. Manuel II por Ramalho Ortigão. BNP, E19/3, <i>Ramalho Ortigão, Ajuda: Relatorio [da] Bibliotheca, [1908], s.l.</i> .....	510
<b>Documento 16</b> – Rascunho do relatório sobre a Biblioteca da Ajuda, apresentado ao Administrador da Fazenda da Casa Real por Ramalho Ortigão. E19/4 – <i>Ramalho Ortigão, [Ajuda; relatorio da Bibliotheca], [1908], s.l.</i> .....	517
<b>Documento 17</b> – Apontamentos de Ramalho Ortigão sobre um estudo de Justi. BNP, E19 /195 – <i>Antiga Pintura Portuguesa seculo XVI – Diversos</i> .....	521
<b>Documento 18</b> - L'ancienne peinture en Portugal au XV <sup>ème</sup> et XVI <sup>ème</sup> siècle, Lettre familiere à M. Tulpuick) por Ramalho Ortigão. BNP, E19/5 - <i>L'ancienne Peinture en Portugal aux XV éme et XVI éme, sd, 18,2 f.</i> .....	530
<b>Documento 19</b> - Relatório do Restauro dos Painéis de São Vicente apresentado por Luciano Freire. ANBA, 1-A-SEC.O19, <i>Commissão Executiva – Actas, Livro 1.º</i> , [8 de Abril de 1902 a 5 de Junho de 1911], pp. 113-115 .....	538
<b>Documento 20</b> - Acta da Academia Real de Belas Artes de 1 de Junho de 1909, onde se discutiu o problema que levou à instituição da Comissão de Beneficiação de pintura. ANBA, 1-A-SEC.018, <i>Actas Academia</i> , [7 de Março de 1883 a 8 de Novembro de 1910] <sup>3</sup> .....	540

<sup>3</sup> Este documento encontra-se parcialmente reproduzido em GONÇALVES, António Manuel, *Do Restauro dos Painéis de São Vicente de Fóra*, Amigos do Museu de Arte Antiga, Tipografia Silva & Ourêlo, Lda.,

- Documento 21** - Acta da Academia Real de Belas Artes de 12 de Junho de 1909, onde se discutiu o problema que levou à instituição da Comissão de Beneficiação de pintura. ANBA, 1-A-SEC.018, *Actas Academia*, [7 de Março de 1883 a 8 de Novembro de 1910]<sup>4</sup> ..... 546
- Documento 22** - Representação da Academia Real das Belas Artes ao Ministério do Reino a propor a implementação de um conjunto de medidas tendo em vista a protecção da pintura dos séculos XV e XVI. ANBA, 1-C-SEC.070, *Academia Real Bellas Artes, Correspondencia com o Ministerio do Reino, 1909-1913*. p. 1-12<sup>5</sup> ..... 553
- Documento 23** - Acta da Academia Real de Belas Artes de 1 de Março de 1910, onde se instituiu a Comissão de inventário e beneficiação de pintura antiga. ANBA, 1-A-SEC.018, *Actas Academia*, [7 de Março de 1883 a 8 de Novembro de 1910]<sup>6</sup> ..... 557
- Documento 24** – Ofício enviado pela Academia Real de Belas Artes a informar o Ministério do Reino da instituição da Comissão de inventário e beneficiação de pintura antiga em Portugal. ANBA, 1-C-SEC.070, *Academia Real Bellas Artes, Correspondencia com o Ministerio do Reino, 1909-1913*. pp. 58-60 ..... 559

---

Lisboa, 1960, bem como no anexo documental de: PONTES, Teresa, *Museologia da Arte – Conceitos e práticas de José de Figueiredo (1911-1937)*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1999.

<sup>4</sup> Este documento encontra-se parcialmente reproduzido no anexo documental de: PONTES, Teresa, *Museologia da Arte...*

<sup>5</sup> Foi publicada uma cópia dactilografada deste documento existente noutro livro da Academia em NETO, Maria João Baptista, “A propósito da descoberta dos Painéis de São Vicente de Fora – Contributo para o estudo e salvaguarda da *pintura gothica* em Portugal”, *Artis*, Revista do Instituto de História d Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, n.º 2, Braga, 2003, pp. 256-258.

<sup>6</sup> Este documento encontra-se parcialmente reproduzido em GONÇALVES, António Manuel, *Do Restauro dos Painéis...*, bem como no anexo documental de: PONTES, Teresa, *Museologia da Arte ...*

**Documento 1** – Carta de Ramalho Ortigão a Joaquim de Vasconcelos onde é relatada a sessão da Comissão dos Monumentos Nacionais depois da remodelação do início de 1897.

BGUC, *Espólio de Joaquim de Vasconcelos, Cartas de Ramalho Ortigão para J. Vasconcelos*, s.d.

*Domingo!*

*Querido amigo – principiemos pela sua candidatura a socio da Academia. No mez de junho do anno passado foi apresentado em sessão por Th. Braga o parecer que approvava a sua candidatura.*

*Poucos dia depois eu sahia de Lisbôa, e em seguida principiavam as ferias. Eu não pensei mais n'esse assumpto, e supunha que V. estava eleito ha muito tempo. Ao receber na sua ultima carta procurei o seu diploma entre os ultimos que / el Rei assignou, afim de lh'o remetter, e por esse caminho vim ao conhecimento de que V. não estava ainda eleito. Depois de longa busca fui encontrar o parecer que se lhe referia, juntamente com o que dizia respeito à candidatura de Jose do Canto, na pasta dossier das candidaturas ao premio D. Luiz. Como os pareceres d'essas candidaturas haviam sido apresentados na mesma noite com os das candidaturas de V. e do Canto, um equivoco de arrumação levou todos esses papeis juntos e to=/dos da letra de Theophilo para dentro da mesma pasta, onde ficariam adormecidos – Deus sabe ate quando – se V. não fala! É singular que nem Th, nem Antonio Candido, aos quaes eu havia entregado o negocio da sua candidatura, se esquecessem do parecer apresentado, e mais singular ainda è que d'elle me tivesse esquecido eu proprio. Peccavi peccavi, peccavi! O papel está jà na pasta da classe com o expediente da primeira sessão, e V., será votado sem nenhuma falta – e eleito por unanimidade – na primeira / 5<sup>a</sup> feira em que a classe se reúna. Vou empenhar-me para que essa 5.<sup>a</sup> feira seja a primeira, escrevendo eu mesmo aos sócios para que não faltem. Perdôe-me V, por quem è, a involuntaria culpa que me cabe na demora de um negocio que com tanto gosto, tanto empenho e tanta pressa eu mesmo fui o primeiro a promover. Agora a Commissão dos Monumentos: Como os antigos vogaes persistissem em não comparecer, o ministro deliberou reforçar a Commissão com vogaes / novos, e ha dias appareceu no Diario o decreto d'essas nomeações. Vi com espanto que o nome de Ventura Terra, que eu propusera pessoalmente ao ministro e que elle me promettera*

*nomear, não vinha no decreto. Puz-me em campo para saber os motivos d'essa exclusão, resolvido a demittir-me eu mesmo se não fosse nomeado V. T. sabidas as coisas tinha-se dado uma intriga e uma fraude de expediente, que o Ministro se apressou a remediar perante a minha queixa, sendo V.T. nomeado em decreto suplementar. /*

*Com V.T., com Pedro Folque, que è o inspector dos edificios publicos, e com Valladas, que è inspector dos mesmos edificios, a commissão fica menos mal constituida e equilibrada. Dos demais ha alguns que não prestam, mas è fácil ter mão n'elles, e fica isso por minha conta emquanto Deus me der vida e saude. Os nossos relatorios, apresentados antes d'hontem na primeira reunião da commissão reorganizada, foram assumpto excellente para conhecer o character da assembleia e saber o que devemos esperar d'ella, / Tinha grande curiosidade e certa apreensão sobre o resultado d'esta prova. Eu mesmo li os relatorios, expliquei em seguida o mais claramente e o mais desenvolvidamente que pude a doutrina que n'elles se continha, e conclui requerendo abertamente que os pareceres fossem postos immediatamente em discussão, pois que, embora a responsabilidade da materia exposta coubesse a nós ambos, eu me dava por habilitado para a sustentar e defender de toda a objecção que lhe fosse feita. O presidente declarou em discussão os pareceres segundo o meu requerimento / e o general Valladas, engenheiro, pediu a palavra. Imaginei que ia entrar n'uma refrega de vida ou de morte entre a poderosa engenharia official e a pobre archeologia artistica cujos destinos militantes eu tinha temerosamente em meus debeis braços. Qual não foi o meu pasmo! Valladas principia por declarar que approvava plenamente os pareceres formulados (segundo elle) com a mais admiravel claresa, e diz em seguida que são homens como nós (V. e eu) que fazem falta na direcção das obras publicas, onde inteira=mente se desconhecem os principios de critica d'arte. Elle portanto propõe que a Commissão represente ao governo a fim de que todo o projecto d'obras em edificios publicos seja estudado pela Commissão e receba o seu parecer antes de entrar nas repartições das obras publicas. Ninguem mais depois de Valladas pediu a palavra, e os nossos pareceres foram em seguida approvados, juntamente com a proposta de Valladas, entre unanimes aplausos. Não se pode alcançar maior conquista. O ponto / està agora em saber aproveital-a*

*Para não perder tão favorável momento tratei logo de fazer passar um grande numero de propostas:*

*Fiz votar varios vogaes correspondentes requerendo que immediatamente lhes seja remettida a nomeação do ministro.*

*Quando propuz Antonio A. Gonçalves para Coimbra houve um principio de incendio de susceptibilidades na meza. O secretario Mardel protestou contra semelhante proposta, disendo que Gonçalves havia descomposto imperdoavelmente a Commissão toda e em especial o seu presidente e o seu secretario, e que era um inepto que elle Mardel reprovava n'um exame de archeologia e de architectura (!) Respondi-lhe com mansidão. Disse-lhe que tinhamos sido nomeados para tratar dos monumentos e não para tratarmos uns dos outros. Disse o que era Gonçalves como artista, como archeologo e como mestre incomparavel de operarios. Demonstrei como seria uma vergonha e um descredito para a Commissão não nomear seu delegado em Coimbra o homem a quem mais deviam os monumentos de Coimbra. Afinal foi eleito Gonçalves. O presidente e o secretario propuseram que o fosse tambem nomeado o Frazão. Declarei que, sem me associar a essa proposta, não a combateria, e deixei que o elegessem, attendendo a que poderiam ser uteis á Commissão as informações ministradas do districto de Coimbra pelo respectivo director das O. Publicas. Propuz ainda que na relação dos monumentos nacionaes se incluisssem vários que não estavam arrolados e que indiquei acompanhando-os das respectivas classificações.*

*Propuz mais que sem perda de tempo fosse a Coimbra V. Terra conciliar os restauradores na questão da Sè Velha, e ~~propuz~~ estudar o programma das obras a fazer no Paço do Bispo. Propuz por ultimo que se nomeasse a Commissão de redacção do Boletim e que se reconstituísse em Paço de Sousa o tumulo de Egas Moniz, cujo estado actual è uma vergonha publica inconciliavel com a existencia no paiz de uma Commissão de Monumentos. /*

*A reunião sessão em que tive de falar quase continuamente, principiou pela 1 hora e foi encerrada depois das 5. Pedi nova convocação para a semana que entra. Entre as propostas que por falta de tempo deixei de fazer ha uma para que em todos os monumentos nacionaes se engaste em determinado ponto do muro exterior uma chapa de ferro fundido, nas dimensões de cerca de 0,20 quadrados, encimada pelas armas reaes portuguezas e contendo pouco mais ou menos os seguintes dizeres em relevo /*

<p><i>Recommenda-se ao amor e ao respeito do publico este edificio, que è um sagrado documento da tradição e da gloria da nossa patria.</i></p>
---

*(Decreto de -- de --)*

*Um signal distinctivo (ou este ou outro) è indispensavel. A legenda em vez de repressiva, deve (me apreço) ser amavel e breve para que o povo a estime e a decore. Que lhe parece?*

*Para regulamento das obras que haja a fazer vou redigir um programma definindo o que è conservar, restaurar e concluir / um edificio e preceituando as condições em que se deve proceder a cada uma d'essas diversas e distinctas operações. Quando redigir essa proposta lh'a enviarei para que V. a julgue e amplie ou restrinja como entender.*

*Muito tinha ainda que conversar mas falta-me o tempo. Luciano disse-me que V. lhe não havia mandado a sua conta de despesa (missão de Coimbra) Ministrei-lhe as bases em que a podia formular. Viagem P.C ida e volta e 4 dias de subsidio. Mardel / prometeu que hoje sem falta me enviaria os recibos para serem assignados mas ainda não os recebi. Amanhã voltarei a informar-me. A conta diz que esta a pag.<sup>mento</sup> Alinhave là como puder toda esta farrapada epistolar, lembrando-se de que ha uma Madame de Sevigné, mas que não è essa Senhora o*

*Seu Mto. Amigo*

*Ramalho*



**Documento 2** – Relatório de Luciano Cordeiro para o Ministro das Obras Públicas sobre a visita da Sé de Lisboa. 15 de Agosto de 1896<sup>7</sup>.

ANBA, 3-D-SEC.241, *Igrejas G-L*<sup>8</sup>.

*Ill Ex<sup>mo</sup> Snr. 15-8-96*

*Renovando VEx.<sup>cia</sup> da parte de S.Ex.<sup>cia</sup> o Ministro, em officio de 10 do corrente, o pedido de informação do seu officio de 11 de junho ultimo sobre o do Engenheiro Director de edificios publicos que o acompanhava, tenho a honra de ~~informar~~ comunicar que só por aguardar ~~es~~ que a Comissão da minha presidencia podesse regular e detidamente considerar o assumpto e é que não tenho podido satisfazer aquella requisição.*

*Em vista, porem, da urgente renovação desta / ultima direi a VEx.<sup>cia</sup> que immediatamente ao primeiro officio, ~~convidei~~ accordei com o Snr. Deão da Sé e ~~conve~~ uma visita e exame da ~~total~~ a Comissão áquelle monumental edificio e que convoquei todos os vogaes della para essa visita, tendo comparecido apenas tres (eu, o secretario Snr. Mardel e o Snr. Ramalho Ortigão) ~~e~~ e communicando-me que por motivos ~~alheios~~ de doença ou de serviço não podiam comparecer os Snr. Alfredo Ribeiro, ~~Gabriel~~ Gabriel Pereira e*

<sup>7</sup> No dia 26 de Maio foi publicada uma descrição desta visita no jornal *O Século*:  
*Visita á Sé*

*Acompanhados do illustre deão da Sé, sr. conego Boavida, fizeram hontem uma demorada e municiosa visita á Sé e ás obras que ali se estão fazendo os srs. Luciano Cordeiro, Ramalho Ortigão, Julio de Mardel e Adolpho Benarus, por parte da commissão dos monumentos nacionaes.*

*O sr. Alfredo Ribeiro e alguns outros vogaes desculparam por doença a sua não comparencia.*

*Como se sabe, o historico e grandioso edificio tem sido de longa data deformado, não só pelos desastres que tem soffrido, mas por obras parciaes, muitas das quaes são verdadeiros attentados. Uma grande parte da Sé constitue verdadeirtas ruinas, mas essas mesmas ruinas são precisas por mais de um titulo e offerecem aspectos encantadores, brutalmente mascarados por appropriações e cubiculos de irreverente e reles accomodação. Agora mesmo se pretende fazer algumas, mas é justiça dizer que, por emquanto, o que o troço de pessoal de obras publicas que ali anda tem feito é de excellente serviço, desaterrando, desentupindo e pondo a descoberto as bellas construcções antigas.*

*E é por ahi que se deve prosseguir, desfazendo as deformações que se teem feito, restituindo, por exemplo, os claustros, as capellas entaipadas, a grandiosa capella de Bartholomeu Joannes (á esquerda da entrada), a sua feição primeira, o que tem alem de tudo, a vantagem de ser facil e economico. Os illustres visitantes estiveram tambem vendo as riquissimas alfaias e as magnificas pratas da Sé, algumas colchas de seda, que são singularmente admiraveis, uma das quaes pesa e outra da India, de uma extensão enorme. De acordo com a commissão do centenario, o sr. deão pensa em organizar a exposição d'esses e de outros objectos no proximo anno.*

*Esta interessante visita fôra pedida oficialmente pelo sr. presidente da commissão dos monumentos ao sr. dr. Boavida, que interessando-se dedicadamente por aquelle notavel edificio, com a maior bizzarria se collocou á disposição da commissão e a acompanhou em toda essa visita, que durou das 11 ás 4 horas.*

*O Seculo*, n.º 5:156, de 26 de Maio de 1896, ANBA, 3-D-SEC.241, Lisboa.

<sup>8</sup> Este documento encontra-se reproduzido no volume dos anexos documentais de: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística..., 340-342.

~~Larcher, e não se justificando à falta os outros vogaes, alguns / dos quaes sei que estavam ausentes de Lisboa.~~

Procedemos demorada e minuciosamente á visita do edificio e ao exame das obras que nelle se faziam, [?] ~~info~~ acompanhando-nos o digno Deão, e informando-nos um mestre ~~ou~~ [?] das obras [?] acerca da execução e projecto dellas.

Como ~~se~~ é sabido e o Director dos edificios publicos [?] [?] com rasão observa, o monumental edificio é um dos que mais tem soffrido muitissimo nas suas condições estheticas e na sua architectura original com barbaras construcções e adapta-/ções nas suas diversas partes e no seu conjuncto hoje e de ha muito inteiramente truncado e deformado não só por diversas e conhecidas catastrophes, mas por ineptas resoluções de varia e ~~ate algumas, de~~ [?] estadistica procedencia.

Segundo os [?]

~~Evidentemente seria hoje sobre a absurdo impossivel mesmo e não dizer já a restituição do grande templo de~~

~~Arredada Arredada~~

~~Evidentemente, arredada Uma idea geralmente inconsistente e falsas na no absolu-/~~

É evidente que não ~~mereça~~ merecera, no ~~eazø~~ caso sujeito uma discussão séria, a idea geralmente inconsistente e falsa que ultimamente tem vogado entre nós e não poucos monumentos nos tem estragado já, das restaurações ou das restituições delles á chamada traça primitiva que na maioria dos casos não existiu jamais nestes colossos fabricados durante seculos, atravez das preocupações, das necessidades, do gosto de ~~gerações~~ diversas gerações.

~~Mas~~ Ainda o pensamento de uma / restauração integral do monumento ao que ~~era~~ elle ~~er~~ era na vespera do grande Terremoto ou do ultimo desastre seria perfeitamente absurdo, nas circumstacias presentes.

Apenas serão possiveis e com a vantagem de serem ~~em muito~~ geralmente faceis e não só de ~~vantagem~~ boa razão, esthetica como de conveniencia pratica immediata, algumas restituições parcelares, desmascarando, reparando, completando um ou outro membro da estructura e da decoração mais antiga / que a brutalidade da natureza e a não menor ~~da ignorancia e do mau gosto~~ dos homens escondeu [?] e ~~ainda~~ truncou [?] e deformou.

Não tendo sido ouvida a Commissão sobre o projecto, [?] [?] das obras ~~æ~~ agora mandadas faser na Sé, ~~etaramente~~ não sabe ella se taes restituições se incluem ~~nes~~ na intenção ~~dellas~~ dessas obras, posto que ~~s sabendo apenas se sendo ellas~~ de reparação e de limpeza como ~~sueintam~~ / parece que suncitamente as caracteriza o diploma official a

que ~~o~~ ~~Dir~~ a Direcção dos Edificios publicos allude, ~~bem~~ natural se inclinar-se á affirmativa.

Assim, por exemplo, não será necessário exagerar o sentido daquella classificação, para considerar ~~desde logo~~ como verdadeira questão de limpeza, ~~a desobs desobstrucção dos claustros e das de varios adminiculos~~ desobstruir as naves e os claustros das reles accomodações ~~que~~ modernas que os pejam e obscurecem, e logo / á entrada do Templo ~~de~~ no anglo [sic] esquerdo, ~~rest libertar~~ desoprimir ~~dos es abobadilhas~~ dos fingimentos architectonicos, dos tapumes e cubiculos, ~~de da das sobrep de varia e velha~~ a velha e ampla Capella que se reduziu [sic] á ~~m~~ mais simples e escura expressão de ~~mau desdem~~ e ~~de in~~ irreverente ~~desde~~ e estúpido ~~desdem~~ pela Arte e pela Historia Nacional.

Percorrendo os ~~ass~~ arruinados claustros que correspondiam ás velhas naves desaparecidas, pois que nelles especial-/mente ~~se acentuou~~ parecia concentrar-se a faina das obras em execução, [?] a Commissão teve occasião de perceber que essas obras ~~embora~~ geralmente tendo a vantagem de pôr a descoberto muitas bellas e muitas ~~indie~~ vestigios precisos da traça ~~anti~~ e estructura antiga do monumental, pareciam ~~mais~~ constrangidamente influenciadas ~~pelo pela~~ por indicações [?] ~~exigencias de~~ e imposições que ~~mais visavam a obtenção de certas accomodações de um de serviço ou de conforto ou de certas~~ / derivavam de uma preocupação de commodidade occasionaes ou pesoaes, do que de qualquer idea de piedosamente conservar e desafrontar aquelles restos ~~da monumental~~ e [?] ~~tão maltrata~~ do monumental edificio.

~~S Ter Compreendeu então, com quanta~~

Rasão tinha pois ~~evidentemente~~ o digno Director dos Edificios em diser que não queria ser cumplice em novos attentados, solicitando preventivamente a interferencia da Commissão dos Monumentos e porventura procurando nella / auxilio e apoio contra exigencias [?] de novos estragos ~~depredações~~

Melhor do que restaurar pode diser-se que é sempre conservar, e quando alem de todos os perigos e contingencias das chamadas restaurações que geralmente o não são, tal processo tem de ser arredado por impossivel, mais se impoe naturalmente o da simples conservação e resguardo, evitando a continuação das ruinas, umas vezes, guardando-~~as~~ n'outras, como preciosas reliquias que falam ainda ao coração e ao espirito, que são ainda testemunho / e padrão, as ruinas existentes, desafrontando-as e defendendo-as de desarmadas violações, ~~limpando-as de~~ É este precisamente o caso.

Não será facil posto fosse desejavel e não fosse impossivel limpar as ruinas ~~da~~ ~~S~~ a que está reduzida uma grande parte do velho monumento, das ridiculas e ~~sobreposições~~ e ~~das~~

~~construções~~ e construcções que sobre ellas e no meio dellas se tem feito, como, por exemplo, ~~de~~ de uma casaria ~~easa~~ de aspecto ~~estupidamente banal~~ irritantemente banal que se ergue n'um pateo interior pejando-o / e escondendo todo um vetusto lanço ~~pi~~ formosamente pitoresco, monumental do [?] Templo.

Mas desentulhar ~~pôr a~~ [?] ~~pôr~~ desparedar, restituir ao ar e á luz os restos da antiga estrutura, ~~as~~ os fragmentos de grandiosa carcaça que o templo e ~~a~~ [?] a ignorancia affogaram e esconderam; reparar e completar, o que é unida<sup>9</sup> reparavel ou o que póde com segurança [?] ~~proceder~~ reconstruir-se, e guardar e ~~def~~ defender de novas e [?] deformações ou de novos [?] violações o que resta, / é que será resolução e trabalho que honra o Estado, que nos houve a todos.

Este foi o pensamento a que ~~a~~ entendemos ~~que de~~ e logo ali, sem hesitação dicémos [sic], que deviam obdecer [sic] as obras ~~de~~ que encontrámos em execução; este pareceu-nos ~~no~~ que ~~fi~~ fora realmente o de algumas das obras que encontrámos feitas. Mas a noticia, ~~fi~~ a informação fidedigna do que se requeria que se fizesse; ~~e do que estava já fazendo-se em partes~~ o que se estava / já fazendo ate, paralellamente e com o desentulho e com a abertura de alguns lanços ~~em~~ soterrados, fez-nos tristemente perceber que ~~dos~~ muito diversa cousa é a que se quiz obter ~~na~~ e se ~~entende~~ ~~que~~ requisita do Estado; que se trata ~~sem~~ de augmentar ~~as~~ os pejamentos, e as deformações que tem sido e são os attentados que o illustre Director dos Edificios publicos com muita rasão diz, ter numerosamente sofrido o venerando edificio. Quer-se / apenas obter quaesquer pequenas e banaes accomodações de serviço que ainda quando necessarias, facilmente se poderiam conseguir sem mais prejudicar o monumento, ~~sem mesmo~~ e é claro que verificada esta estreita viciosa orientação ~~das obras~~ na requisição das obras e no andamento dellas, a nossa ~~opinião~~ ~~se~~ parecer só podia ser e foi o de que ellas fossem suspensas. (volte)<sup>10</sup> Uma observação ainda ~~se as obr~~ se as obras mandadas faser na Sé, não apenas de reparação e limpesa como parece diser o ~~off~~ diploma que as determinou e o officio do Snr. Director dos Edificios publicos nos indica, como ~~podem~~ comprehendem ellas construcções inteiramente novas [?] com evidente ~~e des~~ abandono e ate deformação das antigas?

Resumindo as conclusões a que facil e immediatamente chegámos na nossa visita e exame, julgo poder exprimir-as ~~pela~~ / succintamente, ~~nesta~~ da seguinte forma:

1) As obras de reparação e limpesa ~~que~~ mandadas executar na Sé Patriarchal devem ser submetidas a um plano ~~e processo~~ e projecto definido tendente a desobstruir e

<sup>9</sup> Original do texto, não representa uma mudança de página.

<sup>10</sup> O restante texto deste parágrafo encontra-se no verso da folha.

*desafrontar tanto quanto possível os lanços de mais antiga estructura e as ruinas daquelles que não possam, com perfeita segurança critica e ~~incontes~~ reerguer-se, de todas as sobreposições, pejamentos e artificios que os ~~em~~ mascaram, deformam e ~~[?]~~ truncam. /*

*2) Devem ser terminantemente suspensas e ~~suspensas~~ e impedidas quasquer obras ~~que~~ ~~que~~ que não tenham sido previamente estudadas e justificadas, ~~em projecto~~ sob o principio de não alterar as condições architectonicas e estheticas do edificio, ~~devendo~~ sendo esse projecto ~~ser~~ submetido á consulta das estações e competentes e approvedo pelo Governo.*

*D S. g. a V*

*Commissão Central*

*Commissão dos Monumentos nacionaes, 15 de agº, 1896 (volte)*

*Ill Ex.<sup>mo</sup> Snr Director dos Serviços de Obras Publ<sup>as</sup>*

*O Pres.<sup>te</sup>*

**Documento 3** – Carta de Possidónio da Silva para Ramalho Ortigão onde são relatadas as obras de restauro do portal da igreja do Mosteiro da Batalha. 21 de Janeiro de 1895.

BNP, E19/2263, SILVA, Possidonio da, a [?], 1895.jan.21, m, 1.

[Papel timbrado da Comissão dos Monumentos Nacionaes]

M.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr.

*Em resposta á estimada carta de V. Ex.<sup>a</sup>. em que me participa que o nofso presado Collega Ex.<sup>mo</sup> Sr Ramalho Ortigão deseja lhe dei [sic] algumas explicações ácerca da mutilação praticada no portal principal do eficio historico da egreja da Batalha; o que satisfação, tendo tirado das minhas Memorias inéditas, folha 229, o que diz respeito a este vandalismo!*

*Tendo ido a Leiria no anno 1874, para fazer investigações na estrada da Figueira da Foz, na qual fiz o descobrimento do bello mosaico romano, que está exposto no Museu do Carmo.*

*Aproveitei a ocasião de tornar a ver o admiravel edificio da Batalha; havendo sido convidado pelo Confrade Lucas J. De Santos Pereira, que dirigia a restauração d'efse monumento. Dirigi-me pois no dia antecedente de regrefso a Lisboa, á Batalha, a onde cheguei um pouco tarde: fomos para a meza, mas antes do afsado difse-me o architecto Lucas – “fiz uma alteração ao portal principal da egreja; não sei se o meu collega achará acertado?” Fiquei sobressaltado! Perguntei-lhe o que foi? Destruí os 7 degraus de cantaria que da porta se descia para a nave principal – suprimi o Adro em toda a largura da fachada da egreja, afim de ficar do nivel do pizo da dita nave, em comunicação directa com a estrada!!! Causou-me notavel af/sombro! não podendo tomar mais nada naquella reifeição [sic],*

*Pofso ir verificar? Sem duvida; mando acender dois archôtes, porque já está a noite escura. Levantámo-nos da meza e fomos ver as alterações executadas. Vi com magoa o vandalismo realiado! Tinham cerrado nas hobreiras a parte inferior que tinha a base molduras, o sócco pertencente a hobreira do portal! Reparando o architecto no meu profundo silencio, difse-me, um pouco perturbado: “Eu appresentei ao Director o meu projecto, e elle remetteu ao Ministro; o qual foi approved e eu recibi Ordens de o pôr em execução. Perguntei-lhe em seguida, pofso ver a parte da cantaria que tirou das*

*hombreiras? Sim Senh - mandou buscar por um servente. Examinei como tinha sido serrada a cantaria, e o seu lavor; dizendo-lhe que este bocado já não serve? Não Senh. Pofso leval-o comigo? Certamente, Conservo portanto esta reliquia artistica de tão notavel Monumento nacional.*

*Conforme requer o estilo ogival, os portaes devem ter de altura uma vez e meia a sua largura; mas pela alteração que fez no portal, teem agora duas vezes a largura do portal, isto é; deram-lhe a proporção clafsica da architectura Romana!!!*

*Os architectos e archeologos estrangeiros vieram a Portugal para verem o Monumento da Batalha, tão celebre é elle citado pela sua bella architectura, ficaram pasmados notando-lhe tão grande defeito no frontispicio ogival da sua construcção; havendo admirado em toda a sua primitiva construcção rigorosamente executada conforme as regras do puro estilo ogival, não puderam explicar similhante absurdo!*

*Queira avisar aos vogaes para haver secção 5ª f.24 corrente pelas 2 horas da tarde  
Campolide, 21 de Janeiro de 1895*

*Collega m<sup>to</sup> [?]*

*Possidonio da Silva*

**Documento 4** – Parecer do Conselho Superior das Obras Públicas sobre o Mosteiro dos Jerónimos, 30 de Novembro de 1895.

AHMOPTC, *Consultas*, [Conselho Superior de Obras Públicas], *Caixas 13 a 51*. [1.º sem de 1868 a Ag/Set 1902], Caixa 45, 25795 [n.º de ordem], 22925 [n.º de entrada].

21-11-95

*Casa Pia*

*P<sup>a</sup> Reg<sup>io</sup> a Entrada em 30-11-95*

*Em officio datado de 10-11-94 mandou o director d'edificios publicos e pharoes um projecto do architecto Parente para acabamento da fachada principal do edificio da Casa Pia.*

*Sobre elle consultou este Conselho Superior em sessão de 7 – 5 - 94 sendo de parecer que o estudo deste trabalho devia ser feito por meio de concurso publico entre os architectos portuguezes.*

*Em officio de 21-5-95 o mencionado director, enviou uma aguarella representando a fachada principal sem corpo central e outra respectiva ao dito corpo quando se queira fazer, outro desenho representando a fachada Cinati sem torre, segundo a ideia do engenheiro Cabral Couceiro. Onze esboços do corpo central pelo architecto Raphael da Silva e Castro e o projecto d'elle, e dois projectos para o mesmo fim pelo engenheiro Valladas.*

*Mais duas aguarellas do desenhador Bemvindo Ceia, ambas relativas ao corpo central da fachada.*

*N'este officio o mencionado director conclue d'esta forma: Para mim, a verdadeira solução, est-/tá no projecto corrido sem corpo central.*

*Tendo sido mandada ouvir à commissão dos monumentos nacionaes esta em seu officio de 11-11-95 diz apenas que opta pelo ante-projecto apresentado pela direcção d'edificios publicos e pharoes, sem dizer coisa alguma importante sobre tão melindroso assumpto; a não ser, que julga indispensavel indicar uma entrada por meio de qualquer motivo architectonico, em harmonia com a simplicidade geral do edificio.*

*Este documento passa hoje a ser apreciado por este Conselho Superior.*



*Para bem esclarecer esta questão, não pode este Conselho deixar, em resumido esboço, de notar o que se tem passado com este edificio, e com o proprio monumento.*

*Julga indispensavel este Conselho Superior, semelhante esboço, para se fazer uma ideia clara do que se tem feito, da irregularidade que tem presidido aos trabalhos executados, e do que rasoavel conscienciosa e fundamentadamente se deve fazer em futuro, para tirar partido das verbas a despender com o acabamento e restauração do monumento dos Jeronymos, e com o edificio da Casa Pia; edificações completamente dis-/tinctas nos seus fins e applicação.*

*O mosteiro é o verdadeiro monumento para commemorar o glorioso feito da descoberta do caminho maritimo da India, o edificio annexo exprime apenas o desejo vehemente d'um homem illustrado e d'acção para levar por deante um edificio que satisfizesse todas as necessidades d'um estabelecimento pio d'educação, o primeiro do paiz.*

*Vamos pois resumir o que se tem passado, desde a construcção do monumento até á actualidade.*

*Foi El-Rei D. Manoel o iniciador do monumento.*

*Partiu Vasco da Gama e a sua frota, para a descoberta do caminho maritimo para a India da praia do Restello, onde hoje está o monumento em 1497, regressando a Lisboa depois da descoberta em 1499.*

*Na praia do Restello existia uma ermida mandada edificar pelo Infante D. Henrique, o qual doou aos frades da ordem de Christo. A coroa em seguida doou aos frades Jeronymos a ermida na intenção de construir-lhe habitações e começar o monumento; e deu em escambo / á ordem de Christo, a casa de Villa Nova, onde hoje está a Conceição Velha.*

*Os frades Jeronymos estavam alojados no convento de Penha Longa em Cintra.*

*A abertura dos caboucos começou em 1499, e segundo outros a 21 d'abril de 1500 e a 6 de Janeiro de 1501 foi assente a primeira pedra na porta principal.*

*Não existe o projecto de obra tão importante, sem embargo affirma-se que existiu, nem se sabe qual foi o primeiro architecto que dirigiu a construcção, sabe-se porem, pelos documentos de pagamento existentes na Torre do Tombo que o primeiro architecto, que uns indicam ser Putacha (alemão) ou João Potasso (italiano) e outros Botaca (portuguez), que trabalhou no monumento da Batalha, que dirigiu os trabalhos do monumento, e que deu o risco para o convento de Jesus em Setubal pelo que por alvará de 1498 D. Manuel lhe concedeu a tensa annual de 8\$000 reis, construiu o corpo da*

*igreja, o claustro inferior, o refeitório, talvez a sacristia e a arcada anexa, sobre a qual os frades Jeronymos fizeram levantar os dormitórios. /*

*Em 1531 falleceu El-Rei D. Manuel.*

*O cruseiro da igreja e o claustro superior foram obra de João de Castilho que falleceu em 1560, existindo em um escudo d'este claustro as eras de 1543 e 1544, sendo acabado no tempo d'El-Rei D. João III.*

*A capella-mor, primitiva, que era no estylo do cruseiro, como se pode ainda observar no contorno externo d'uma janella na enxilharia exterior da parede norte, foi julgada pequena por D. Catharina, mulher de D. João III mandando-a demolir e construir a que existe, trabalho dirigido pelo architecto Deogo Torralva n'aquella epoca architecto do convento, interrompendo por essa occasião a entrada para os formosos pulpitos do cruceiro, epoca em que a renascença, já estava adoptada por completo, e por esta rasão, a par da architectura gothico-manuelina do corpo da igreja e do cruseiro, vemos na capella mor empregadas as ordens Jonica e Composita.*

*Foi acabada em 1551.*

*Durante a regência de D. Catharina, mulher de D. João III, no reinado de D. Sebastião, a qual durou de 1557 a 1562, e na regencia do Cardeal / D. Henrique de 1562 a 1568 não se fizeram obras notaveis no monumento dos Jeronymos, bem como na maioridade de D. Sebastião, que falleceu em Africa em 1578.*

*Em 1569 pela resolução do Conselho de Estado tomada em Evora, se ordenou, se não fizessem mais obras em Belem.*

*Em 1699 no reinado de D. Pedro II fizeram-se muitos concertos no monumento.*

*Foi provavelmente de 1699 ou 1700 em deante que os frades operaram no mosteiro dos Jeronymos as maiores deformações.*

*A arcada construida na primitiva, a que se lhe atribuem varios fins, que partia das proximidades da porta principal e seguia para o poente, foi onde os frades accumularam os dormitórios, chegando a encosta-los aquella porta que inutilisaram e poseram no estado em que hoje se encontra, cortando os remates d'ella e inutilizando a luneta que lhe ficava superior.*

*O aspecto exterior d'esses aposentos é o que hoje ainda se observa no desenho da fachada antiga que acompanha o projecto, aposentos que depois occuparam os orfãos de varias au-/las da casa Pia.*

*Mas não se limitaram a estes os estragos por elles produzidos; sem a menor attenção pela obra executada, abriram uma grande porta da portaria para o claustro,*

*empregando simples cantaria lancil, abriram mais no mesmo gosto duas no cruseiro da igreja, uma para o claustro e outra para a sachristia; construíram uma portaria, collocando-lhe dos lados dois monstruosos bustos com os nomes de Hercules e Julio Cesar.*

*A arcada um verdadeiro annexo do monumento, era aberta e diz a tradição que D. Manuel ordenara se fizesse para elle passar a coberto d'um palacio, que queria edificar no local onde hoje está o palacio do Duque de Loulé, e ir assistir aos officios divinos; e que depois mudando de tenção destinara essa arcada para abrigo dos mariantes, e para os pescadores enxugarem as redes, e segundo outros para galilé; ou abrigo dos fieis que não coubessem no recinto da igreja para assitir aos officios divinos, accessorio estabelecido em muitos templos antigos para aquelle fim, e outras vezes para enterramento. /*

*Tudo isto faz ver que a arcada era um annexo ao monumento sem a maior importancia.*

*Antes de passar a deante deve notar-se, que a fachada principal (a que olha para poente), deveria ser encimada por duas torres pyramidaes, as quaes estão feitas até á altura do actual telhado, sendo sobre a do sul que o architecto Cinnati contruiu a torre bysantina que hoje ali existe, e que pela sua construcção pouco cuidadosa promette arrumar em um futuro mais ou menos proximo o coro e parte da abobada do corpo central da igreja.*

*De quanto fica exposto se vê, que o monumento propriamente dito, como o tinha imaginado D. Manuel, n'elle collaboraram 3 architectos – Botaca, João de Castilho e Torralva; que não existe a planta primitiva indicando as obras a executar; e do que se executou; para ficar completo, ainda faltam as duas torres pyramidaes da fachada principal, e a reconstrucção da porta principal; além da modificação da architectura da capella mor, a qual se podia levar por dean-/te sem a destruir, modificando no estylo manuelino as columnas e os entablamentos lavrando os artesões e substituindo as pedras de cores da abobada por pedra leoz, ornamentadas igualmente no estylo das abobadas da igreja.*

*Passamos á actualidade.*

*O provedor da casa Pia Jose Maria Eugenio d'Almeida quando em 1859 tomou posse d'aquelle cargo, depois de estar ao facto das pessimas condições em que se encontravam alojados os orfãos, d'onde resultou a cegueira e a morte de muitos, concebeu a ideia d'edificar um edificio modello que collocasse os orfãos em condições hygienicas e lhes proporcionasse um ensino conveniente para as suas futuras collocações na sociedade.*

*Teve pois a ideia de construir edificações sobre a antiga arcada, sendo essa a fachada principal, e para o lado da cerca o fundo do edificio.*

*O 1º architecto que se occupou da decoração da fachada principal foi Valentim Jose Correia entre 1863 a 1865 sendo as janellas existentes de seu risco.*

*Desejoso Jose Maria Eugenio d'Almeida / d'um projecto geral em harmonia com as suas ideias, convidou o engenheiro Colson em serviço no Ministerio das Obras Publicas para se encarregar do projecto. Este engenheiro fez o projecto, o qual ainda existe no archivo da Casa Pia; mas apesar de ser complexo, e satisfazer pelo geral na distribuição, a decoração destoava completamente do estylo do monumento, ao qual o provedor queria que se subordinasse, por ser um edificio de vastas proporções, que ficava junto a um monumento d'estylo definido, e verdadeiramente sumptuoso. Por esta rasão foi posto de parte.*

*Entretanto o corpo principal ia vagarosamente continuando. Pareceu a Jose Maria Eugenio d'Almeida que o architecto Samuel Bennet, que dirigia as obras de Monserrate em Cintra com esmerado cuidado seria muito competente para dirigir as obras que tinha concebido.*

*Veio este architecto deste 1865 a 1867 e fez a porta nascente que fecha a galeria inferior já existente, e as duas portas lateraes; foi porem infelicissimo no seu estylo / e decoração; em lugar dos ornatos especiaes do estylo manuelino, encheu as mulduras [sic] com busios e cabecinhas de frade, o que produz um contraste detestavel com a ornamentação geralmente seguida no monumento, e com a da porta principal d'entrada do monumento com a qual confronta. Este architecto foi posto de parte e pela mesma rasão que motivou a entrada d'este architecto entendeu o provedor em 1867 encarregar do projecto e da construcção os architectos Rambois e Cinnati que, como pintores decoradores tinham exibido provas muito valiosas do seu merito.*

*Estes architectos fizeram apenas o projecto da fachada principal, como se vê no desenho que acompanha este processo; mas tendo feito um projecto regular, a construcção começou e progredio, até que no dia 18-12- de 1878 teve logar o desabamento da torre central, desabamento produzido segundo a opinião dos engenheiros e architectos mandados examinar as causas d'este grande desastre pelo abatimento das abobadas que se sobrepunham, sem encontros sufficientes para obstar aos seus impulsos lateraes, e tambem mais / tarde, depois da remoção dos entulhos se viu que os alicerces assentavam sobre uma camada de terra de 2<sup>m</sup> proximamente d'altura.*

*Desde esta occasião o Governo assumiu a si a construcção das obras, tendo-se feito de 5 d'outubro de 1879 a fevereiro de 1887 um projecto de reconstrucção do corpo central, a restauração da galeria inferior, a qual se achava destruida nas proprias cantarias por incendios nos armazes da alfandega e da cordoaria que ali estavam estabelecidos, apropriando ao estylo a arcada por meio das columnas centraes e lunetas que hoje tem; removeu-se a informe balaustrada que separava a capella mor do cruseiro, e encobria parte dos formosos pulpitos, e reparou-se toda a capella mor, as portadas do cruseiro para a sachristia e claustro foram modificadas no estylo do monumento; restaurou-se a sachristia provendo-a d'annexos que não tinha; fez-se uma entrada para o pulpito do lado do evangelho, a qual não existia desde a modificação da capella mor por D. Catharina, modificando no estylo o entablamento dorico, base da balaustrada do coro, e tambem balaustrada que tinha sido feita / depois do terramoto de 1755, abriu-se uma porta para serviço da sachristia do lado da rua de S. Jeronymo, fez-se uma boa e bem lavrada pia baptismal, digna do monumento deffendeu-se o edificio por um gradeamento geral; acabou-se a casa do capitulo, construindo a grande abobada que a cobre; e finalmente completou-se o claustro começando por D. Manuel, continuado por D. João III, e desde essa epoca incompleta (1544) Alem d'estas obras, reedificou-se toda a galeria inferior da fachada sul, construiu-se a parte superior d'esta galeria onde está accomodado o museu Industrial e Commercial e construiu-se a galeria inferior da parte da ala norte. Fizeram-se ainda dois grandes canos reaes, e desobstruiu-se toda a fachada e largo, dos entulhos e ruinas que o pujavam.*

*Eis em esboço, muito resumido, a historia da construcção do monumento dos Jeronymos e do edificio da casa Pia.*

*Do que fica exposto se conclue, que os dois edificios nada teem um com o outro e qualquer um d'elles diz respeito a assumptos muito diversos. /*

*O monumento commemora o feito glorioso da descoberta do caminho maritimo das Indias; o outro tinha por fim representar a caridade do presente seculo, e os cuidados na instrucção e hygiene da mocidade desvalida.*

*De que se trata no processo que este Conselho Superior tem a apreciar?*

*É de completar o monumento dos Jeronymos até 1897 para commemorar o 4.º centenario da descoberta do caminho maritimo para a India, ou de completar a fachada do edificio da Casa Pia, a qual nem sequer ainda tem um projecto para a sua realisacção?*

*Parece que se trata apenas de completar a fachada principal do edificio da casa Pia, que nada absolutamente tem com o centenario da descoberta do caminho da India, e com*

*uma pressa que pretere todas as regras a seguir quando se trata d'uma construção importante como esta.*

*A decoração que se prefere ficará de feitura e de péssimo effeito estethico; tendo apenas uma extensa galeria separada / por quatro agulhas nos extremos; sem entrada especial e sem distribuição adequada ao fim a que se destinar, que ainda não se sabe qual será. Parece que o fim unico d'este projecto é tapar precipitadamente a solução de continuidade que se nota na fachada, sem a menor attenção pelas consequencias de tão precipitada ideia. E é notavel que se adduza como rasão principal para não construir corpo central, mais ou menos elevado, porque este iria amesquinhar o monumento dos Jeronymos. Que poderia fazer-se que se podesse comparar com a soberba porta lateral do monumento, uma das mais bellas dos edificios conhecidos!?*

*O complemento da fachada sem um corpo central, baixo ou alto, saliente ou reinterante, sem uma escada propria para a entrada d'um edificio d'esta ordem, e sem um projecto devidamente organizado, produz resultado identico ao que se nota no monumento, cujos trabalhos feitos por differentes architectos e engenheiros nunca obdeceram a um projecto regular, devidamente aprovado, se é que alguma vez existiu. /*

*Na actualidade a casa Pia está deslocada n'aquelle edificio, apesar d'occupar parte do monumento e parte do edificio proprio. A falta d'edificios requer a deslocação d'aquella boa instituição para Mafra, para Alcobaça ou outro qualquer edificio proximo da capital, com vantagem para o Governo, e para a hygiene e alimentação dos orfãos.*

*Para o Governo, porque completo o edificio da casa Pia pode ser applicado com muita vantagem para instituições que devam ficar no mesmo edificio, tirando vantagem das verbas que tem gasto e vai gastar, e ainda pela conservação do edificio que aquella instituição for occupar, porque as reparações são sempre costeadas pelo cofre do estabelecimento. Para a casa Pia, porque os orfaos podem ser alojados em mais vasto edificio, em sitio salubre, e onde os generos de 1.<sup>a</sup> necessidade são mais baratos.*

*A deslocação deve encontrar obstaculos, mas que por certo não poderão destruir as rasões apontadas.*

*Parece pois a este Conselho Superior / que se deve formular um projecto do edificio que hoje occupa parte d'elle a casa Pia em especial, ficando dotado com um corpo central para vestibulo, escadaria e secretaria com suas dependencias ficando as 8 galerias das 4 faces do edificio livres ou divididas conforme os fins a que o Governo as destinar, como por exemplo, museu industrial, museu de pintura, museu colonial, museu agricola, etc, e*

*edificação esta que junta ás que a casa Pia occupa junto do monumento e pela parte posterior, preencheriam perfeitamente o fim indicado.*

*Pelo que respeita ao acabamento do monumento, tambem este Conselho entende se deve proceder á conclusão da frente Oeste da igreja, apeando a torre que existe para prevenir o desabamento de parte do corpo da mesma igreja e do coro; e modificar a capella mor no estylo do monumento, o que não é difficil nem muito dispendioso.*

*Para estas duas soluções são necessarios dois projectos devidamente estudados e elaborados. /*

*Sustenta pois este Conselho Superior o seu parecer em consulta de 7 de Maio de 1894, que o projecto d'acabamento da fachada sul do edificio da casa Pia deve ser submetido a concurso publico entre architectos portuguezes, tendo-se em vista o fim a que se deve applicar tal edificio; devendo haver um corpo central, não muito elevado, podendo approximar-se dos esboços 4,5 e 11 feitos pelo architecto Raphael Castro, o que está em harmonia com o seu parecer em consulta de 22-5-83; ultimar d'esta ou d'aquella forma a fachada sul do edificio, pode trazer graves embaraços e defeitos na futura applicação d'elle, e sem um projecto devidamente organizado, hão-de intervir no seu acabamento muitos engenheiros e architectos construindo cada um como julgar mais conveniente, prolongando-se indefinidamente o que se tem dado com o monumento, e com o novo edificio que se destinava á casa Pia.*

*É esta a opinião d'este Conselho Superior mas Vossa Magestade mandará o que for servido.*

*Sala do Conselho Superior de Obras Publi-/cas e Minas, em 21-11-95.*

*(a) Manuel Raymundo Valladas*

---

*Assignados Sen<sup>res</sup>:*

*Conde de Valbom*

*Silverio Per<sup>a</sup> da S<sup>a</sup>*

*Joao J<sup>m</sup> de Mattos*

*J F N. da E. Delgado*

*B. F. de M. C. de Alm<sup>da</sup> d'Eça*

*J.<sup>e</sup> M.<sup>a</sup> de A. G. Fidié*

*E. Marcelly Per<sup>a</sup>*

*M<sup>el</sup> R. Valladas*

*D. Ant de Almeida*

*Pedro Victor da C. Sequeira*

*J Anastacio de Carv<sup>o</sup>*

*H da Lima e Cunha – secret.<sup>o</sup>*

25803

25-11-95

*Foi pres<sup>te</sup> ao C. S. d'O. P. e M.*

*Programa para o concurso.*



**Documento 5** – Relatório da Comissão dos Monumentos Nacionais sobre a igreja de Santa Maria do Olivais em Tomar. ANBA, 3-D-SEC.242, *Igrejas M-V*, Tomar. [Letra de Ramalho Ortigão]

*Ill<sup>mo</sup> Ex<sup>mo</sup> Snr*

*Temos a honra de dirigir a V.Ex.<sup>a</sup> estas resumidas linhas em desempenho da missão de que fomos encarregados, pela Commissão dos Monumentos Nacionaes, em satisfação dos desejos manifestados por V.Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Obras Publicas, Commercio e industria.*

*Para o fim de evitar a derrocada eminente da egreja de Santa Maria dos Olivaes, n'esta cidade de Thomar, é manifestamente indispensavel proceder quanto antes á reparação d'este monumento. Em consequencia de um desvio de perpendicularidade na parede do lado sul da referida egreja, desarticulou-se um dos artesões da abóbada da pequena capella contigua áquella em que se acha sepultado, ~~Gualdim Paes~~ sob uma inscripção lapidar, Gualdim Paes, o companheiro d'armas de Affonso Henriques, pois elle armado cavalleiro em jornada de Ourique, mestre da nobre ordem dos Templarios e fundador das / primeiras casas ~~dos Templarios~~ que os da ordem tiveram em Portugal, ~~recons~~ por meio da reconstrucção do Castello, da torre e d'esta sua egreja matriz ~~da sua ordem~~ nas terras de Thomar.*

*Parece que a construcção, ~~de dois~~ pouco dispendiosa, de dois gigantes, de simples segurança, sem nenhum aparato d'arte, bastariam para escorar e manter o muro a que acima nos referimos e que supporta a abobafa das capellas, impedindo que estas se desmoronem. Conviria ainda ajustar por meio de gatos de ferro os artesões desmembrados da abobada abalada, á semelhança do que ja se fez na abobada da capella mór d'esta mesma egreja. É ainda mister concertar o telhado e tomar algumas ligeiras precauções de gesguardo [sic] para evitar a infiltração das aguas pluviaes na empena principal do edificio.*

*Consideramos inutil, perante o esclarecido espirito de VEx.<sup>a</sup> e o de S.Ex.<sup>a</sup> / o Sñr Ministro, encarecer a importancia da egreja de Santa Maria dos Olivaes como expressivo documento das relações que vinculam a historia da ordem do Templo ~~em a~~ á historia da Nacionalidade portugueza. Sabe perfeitamente V.Ex.<sup>a</sup> que é esta egreja um dos mais eloquentes padrões em que se ~~per~~ mantem a memoria d'aquelles cavalleiros que, depois de nos conquistarem uma patria sobre o dominio dos serracenos, foram os primeiros que para alem dos mares nos abriram a porta do mais vasto e mais glorioso imperio.*

*Notaremos, tão somente, que estando projectada para o proximo mez d'outubro a celebração do centenario de Gualdim de Paes na cidade de Thomar, mui opportuno seria fazer antes d'essa celebração, ~~o concerto~~ a reparação inadiavel da igreja de Santa Maria, Esta mesma consideração nos leva a dirigirmo-nos desde ja a V.Ex.<sup>a</sup> com a devida venia pelo processo mais / expeditivo e mais pronto*

*Deus g<sup>de</sup> etc*

*Os vogaes da Comissão dos Monumentos nacionaes*

**Documento 6** - Acta da sessão de 19 de Junho de 1900 em que Ramalho Ortigão proferiu o seu discurso como presidente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais.

ANBA, 3-C-SEC.259, *Cons. Sup.<sup>or</sup> dos M., Actas, 1900-1906*, pp. 2-8<sup>11</sup>.

*Acta da sessão de 19 de junho de 1900*

*Presidencia do Ex.<sup>mo</sup> Sñr. Ramalho Ortigão.*

*Secretario: Julio Mardel.*

*Vogaes presentes: Snrs. Conselheiro Augusto Fuschini, Gabriel Pereira, Sousa Viterbo, Alberto Pimentel, Fernando Larcher, Vellozo Salgado, Fernando Eduardo de Serpa, Lino da Assumpção, Nery Delgado e Abel Botelho.*

*Aberta a sessão ás 2 e meia horas da tarde, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.*

*Foi lida pelo Snr. Presidente a seguinte brilhante allocução: “Cabe-me a honra de fazer encetar, com a menor perda de tempo e com a menor porção de aparato discursivo compativel com as praxes estabelecidas, os trabalhos confiados ao Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes. Do desempenho da missão que lhes foi confiada assumem os cidadãos de que se compõe esta assemblea a mais grave das responsabilidades perante a consciencia nacional e perante a opinião do mundo. Por que não é somente nas secretarias do Estado, na / imprensa periodica e nos circulos inquietos do “diletantismo” local que teem de ser julgados os nossos actos.*

*A solidariedade da civilisação é o mais altos dos phenomenos sociaes que balisam o progresso do nosso tempo. A immundice de um simples casebre no mais humilde bairro de uma modesta cidade de provincia, encravada nos confins da Europa, ainda ha pouco vimos que abalou a hygiene de todo o mundo. Ao primeiro rebate do telegrapho, Londres, Paris, Berlim, Madrid, S. Petersburgo, Washington, Bruxellas a Haya enviam delegados expressos á rua da Fonte Taurina, a fim de que a enfermidade de um pobre carregão portuense não contamine o globo. Os phenomenos da saude de um povo não tem menos importancia internacional do que os seus casos de doença contagiosa. Na Inglaterra a sociedade protectora dos monumentos antigos funda-se, por iniciativa de Macknurdo e de William Morris, com o fim immediato de evitar que se restaurem os*

---

<sup>11</sup> Este documento encontra-se reproduzido no volume dos anexos documentais de: CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” artística...*, pp. 382-383.

*capiteis da columnata no Palacio Ducal de Veneza. A critica ingleza teve ainda muito recentemente occasião de intervir outra vez junto do governo italiano com o fim de obstar a que se procedesse á lavagem, por emprego de acidos, do campanillo de Giotto no duomo de Florença.*

*As ruinas, tão desamparadas, dos nosso grandes edificios historicos, juntamente com dois ou tres livros, alguns roteiros e portulanos, algumas taboas pintadas dos seculos XV e XVI, algumas raras peças da nossa ourivesaria e do nosso antigo mobiliario, juntamente com os restos tão tenazmente sobreviventes de algumas das nossas industrias populares, são tudo quanto ainda nos resta para documen-/tação gloriosa da historia do genio portuguez e da originalidade artistica da raça a que pertencemos,*

*Este glorioso deposito, que hoje se entrega á nossa guarda, não é somente um sagrado patrimonio de familia legado por nossos avós, é tambem uma parte integrante da riqueza collectiva da humanidade, a qual inflexivelmente nos ha de julgar para o respeito ou para o desprezo que lhe merecermos.*

*Os monumentos architectonicos, assim como todas as demais riquezas artisticas de uma nação, não se guardam pela intervenção policial da força. Em nenhuma parte a lei de protecção ás obras de arte é tão rigorosa como na Italia, o que todavia não tem obstado a que muitas peças preciosas, ainda nos ultimos tempos, tenham ido e continuem talvez a ir, como de Portugal, a enriquecer as collecções estrangeiras. Os monumentos e os objectos de arte nacional guardam-se unicamente pelo amôr do povo, uma vez acordado para a consciencia e para o orgulho de si mesmo.*

*A missão da arte - e portanto da religião e de poesia - de que nos achamos investidos consiste simplesmente em proteger ensinando a amar. E só o conseguiremos com exito e com honra dando nós mesmo o exemplo das virtudes caracteristicas do amôr, que são o desinteresse, a abegnação e o carinho. A commissão em que estamos servindo não comporta, alem d'esses, a ostentação de outros dotes que não sejam o saber tecnico das artes plasticas, a erudição dos archeologos, a variada cultura mental dos criticos d'arte e o methodo perseverante e altamente meritorio dos simples papelistas.*

*Não nos cabe prestar ao Estado serviços appa-/ratosos que o interessem na politica, na economia ou na administração publica. O poder de que dispomos é de ordem puramente espiritual. Somos - a bem dizer - os serviçaes de uma religião, - a religião da belleza nacional. O objecto d'ella é defender perante as prerogativas da raça o dogma esthetico na sua maxima pureza, cathechizando o povo no culto da sua tradição e da historia do seu passado, transmittida de idade em idade, atravez das seculos, pelos monumentos da*

*arte, que ainda esmaltam a superficie do solo portuguez, como outros tantos padrões de legitima posse, plantados pelo genio do habitante sobre a terra sagrada em que nasceu, e pela defeza da qual elle tem a obrigação rudimentar de dar a vida, porque o sangue que nos circula nas veias é tambem, como a seiva da arte, uma herança que tanto pertence ao usufruto da nossa geração como á honra e ao decoro d'aquelles de quem descendemos. Se por um lastimavel effeito das nossas imperfeições pessoaes deixarmos desfazer este nucleo de protecção aos monumentos historicos e á arte portugueza, a nossa cumplicidade na dissolução por inercia, de que está combalida a sociedade portugueza, será enorme e irregatavel.*

*Consideremos que o trabalho que nos está confiado é a base fundamental de uma obra mais complexa, a cuja realisação só muito lentamente se poderá chegar pela conjugação de muitos esforços. Essa obra, de importancia capital, não consente para a arte, mas para todas as outras expressões da actividade publica, é a da «renacionalisação» do povo portuguez.*

*Passa a alta comprehensão d'esta verdade alu-/miar de uma clara luz inextinguivel os trabalhos do Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes, ao qual – bem immerecidamente – tenho hoje a honra de presidir”; e terminou agradecendo a sua elleição, por elle inesperada.*

*Em seguida procedeu-se a elleições, sendo por unanimidade elleito Vice-presidente o Snr. Gabriel Pereira e Secretarios os Snrs. Julio Mardel e Lino da Assumpção.*

*Para fazerem parte da Commissão executiva foram elleitos os Snrs. Conde de Bertandos e Alberto Pimentel.*

*Para a Commissão dos regulamentos os snrs. Gabriel Pereira, Fernando Larcher e Abel Botelho.*

*Para a redacção do boletim dos Snrs. Lino da Assumpção, Sousa Viterbo, Gabriel Pereira, Alberto Pimentel e Fernando Larcher; e para a Commissão de escolha e nomeação dos delegados provinciaes os Snrs. Sousa Viterbo, Abel Botelho e Julio Mardel.*

*Tendo fallecido o vogal Ferreira Chaves, deliberou o Conselho propôr ao Governo, em lista triplíce, os Snrs. Ventura Terra, Columbano Bordalo Pinheiro e Luciano Freire.*

*Seguiu-se a leitura do expediente que estava na mesa, finda a qual foi resolvido agradecer ao snr. Candido de Frias Sampaio a offerta d'umas ruinas romanas, por elle descobertas no concelho de Carrazeda de Anciães. Deliberou-se solicitar a reconstrucção do celebre templo da Flôr da Rosa, que foi dos templarios e onde existem*

*abandonados alguns tumulos da familia de D. Nuno Alvares Pereira e considerar / monumento nacional a capella do Castello de Leiria, cuja reconstrucção o Conselho muito desejava promover; egualmente se falou nas obras da Sé de Lisboa.*

*O snr. Abel Botelho ponderou que seria uma lastima vêr saír do paiz a magnifica collecção de vasos etruscos pertencente á herança do fallecio Conde de Daupias.*

*O snr. Conselheiro Fuschini e Fernando Larcher instam para que mais claramente se definam as attribuições e campo de acção do Conselho, publicando-se uma lei que esclareça bem o que deve entender-se por propriedade artistica e até onde esta possa substituir-se aos direitos da propriedade particular.*

*O Secretario chamou a attenção do Conselho para as pesquisas que ha muito tem feito para achar os ossos de Affonso de Albuquerque, pedindo o auxilio do Conselho para poder levar a cabo as suas investigações.*

*O snr. Lino da Assumpção pediu que se officiasse ao Governo para providenciar sobre uma Commissão das obras da Sé de Lisboa, da qual fazia parte e lhe parece ser escusada, visto as funcções de que está investido o Conselho. Ficou de se officiar neste sentido ao Governo.*

*Sendo 4 horas da tarde foi levantada a sessão.*

*Sala das sessões do Conselho dos Monumentos Nacionaes, dezenove de junho de mil e novecentos.*

*O vogal, servindo de secretario,*

*Julio Carlos Mardel de Arriaga Cabral da Cunha*

**Documento 7** - “Esboço de um arrolamento geral de todos os monumentos” de Ramalho Ortigão.

BNP, *Espólio de Ramalho Ortigão*, E19/6A, “*Esboço de um arrolamento geral de todos os monumentos - sd - 7 f*”, [1900].

***Proposta para a realização de uma base de trabalho de onde se comece o Inventário Geral dos Monumentos Nacionais, princípios, metodologia e resultados práticos.***

*Esboço de um arrolamento geral de todos os monumentos, megathithicos, neolithicos, da antiguidade, da idade media, da renascença e dos tempos modernos, - compreendendo cavernas, ruinas, castellos, templos, muralhas, edificios religiosos, civis e militares, e bem assim todas as producções da arte prehistorica, protohistorica, antiga e moderna de que se encontrem documentos caracteristicos para a historia da nação, do povo e da raça sobre o solo de Portugal*

-----

*A tarefa consideravel a que hoje procura dar começo o Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes, e que existe fundada, em laboração permanente e em progressivo desenvolvimento em todas as nações culturais da Europa, tem de ser, alem de uma obra de critica d'arte, a recopilillação lenta, paciente, humilde, extremamente condensada, de todos os escriptores que nos precederam na missão de tornar conhecida atravez dos seculos a vida civil, a vida religiosa, a vida urbana, a vida rural e a vida interna, os usos, os costumes, as leis, os sentimentos, as ideias e as aspirações dos que successivamente viveram na doce terra portugueza. Os monumentos são as provas irrefutaveis d'essa historia escripta, que umas vezes concorre com elles e outras vezes d'elles se deriva, descrevendo-os, explicando-os, pondo em evidencia a estreita correlação evolutiva existente entre o organismo humano que se chama a sociedade e o organismo de pedra que é o mosteiro, a Cattedral, o Castello ou o palacio. § Os primeiros monumentos escriptos onde ha que procurar a genealogia historica dos mais antigos dos nossos monumentos architectonicos são anteriores à fundação da nacionalidade portugueza. Muitos d'elles do seculo VII e do seculo VIII, escriptos no fecundo e forte / latim rustico de que pouco e pouco se foram lentamente desdobrando os*

*dialectos da Peninsula existiriam nos cartorios dos primeiros mosteiros e nos archivos das Cathedraes e dos municipios. Muitos certamente se perderam. Muitos porem sobrevivem. Alguns ~~esta~~ foram ja modernamente dados à estampa em collecções preciosas como a das Dissertações Chronologicas de João Pedro Ribeira, a de Elucidario, de Viterbo), a de Portugaliae Monumenta, da Academia Real das Sciencias, a do Corpus codicum latinorum et portugalsivm, do Municipio do Porto, etc. Outros teem sido laboriosamente resuscitados por investigadores benemeritos, d'entre os quais, para exemplo, devemos ~~exaltar os nomes benemeritos~~ enumerar alguns nomes como os de Martins Sarmiento, ~~de~~ Sousa Viterbo, ~~de~~ Gama Barros, Gabriel Pereira, ~~de~~ Joaquim de Vasconcellos, ~~de~~ Rocha Peixoto, ~~de~~ Ricardo Severo, ~~de~~ Adolpho Coelho, ~~de~~ Theophilo Braga, ~~de~~ Ayres de Sá, Leite de Vasconcellos, Augusto Vieira da Silva, V. de Castilho.*

*A relação dos livros portuguezes em que se encontram valiosos subsidios para o trabalho que hoje empreehde o Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes seria demasiado extensa para se dar n'este logar. As Notas Suplementares do Sr. Brito Aranha ao tomo XVII do Diccionario Bibliographico Portuguez lançam vasta luz sobre a bibliographia desta materia. Das grandes obras de mais fundamental contribuição para o conhecimento dos monumentos, e das instituições portuguezas faltam-nos indices remissivos que tornem facil a consulta e rapida a informação pedida. O Conselho Superior e Monumentos Nacionaes, procurará, quanto lhe seja possivel dentro da sua esphera de ~~influencia satisfazer~~ acção, preencher esta ~~necessidade~~ lacuna nos meios de vulgarização dos estudos archeologicos portuguezes.*

*Varias tentativas de teem feito para a elaboração de um inventario dos Monumentos Nacionais. Temos os excellentes questionarios da Academia Real da Historia, temos interessantes relatorios de Mendes Leal, de Vilhena Barbosa, de Possidonio da Silva; temos importantes repositorios / de noticias ~~deseconexas~~ dispersas no Boletim da ~~Sociedade~~ ~~benemerita~~ sociedade dos architectos, na Revista do Instituto de Coimbra, na Revista de Guimarães, na Portugalia, no Panorama, no Archivo Pitoresco, em varias revistas d'arte, em numerosas chorographias e em alguns livros espeziaes como A Lisbôa Antiga, o Portugal Antigo e Moderno, Sumario de varia historia, e outros. Inventario feito ou simplesmente principiado em condições de methodo que assegurem a sua progressiva ainda que lenta gestação pelo esforço convergente do maior numero de actividades que para este fim se possam reunir não ha.*

*Na falta quase absoluta de todos os elementos de preparação para a redacção immediata e definitiva de um tão importante corpo de informação simples, succinta mas exacta*



*como principiar? Eleger com esta incumbencia mais uma das tantas commissões que teem sido a sepultura das coisas ~~enarre~~ que foram encarregadas de crear? Promover para este fim o subsidio de estado a um funcionario especial? Solvestar na execução da obra por essa especie de adiamento indefenido com que paralysam todas as resoluções aquelles que se consagram a acabar de recolher os materiaes para qualquer obra que seja?*

*Pondere-se no entanto que a elaboração d'este inventario é sobre tudo urgentissima. É do primeiro arrolamento geral, de que presentemente nos occupamos que ha de sahir logicamente a selecção dos monumentos que convirá considerar como propriedade da Nação. A mesma lei de protecção e conservação dos monumentos que em Portugal ainda não existe e que é indispensavel quanto antes promulgar, não poderia em rigor ser discutida nem conscienciosamente votada enquanto os legisladores não tiverem, por meio do inventario, que temos a mais instante e rigorosa obrigação de lhes fornecer, um conhecimento approximadamente perfeito do objecto sobre que são chamados a legislar. É obvia a dificuldade de tomar medidas legislativas de character geral a respeito / de edificios que podem ser comprehendidos num laço comum de interesse historico e artistico, mas para os efeitos de qualquer intervenção policial se acham ~~inteiramente separados~~ e muito confusamente divididos e desatados uns dos outros. É indispensável que informemos o poder legislativo de quaes são, entre os monumentos que tão vagamente e depois de tantos anos nós desejamos que se considerem monumentos nacionaes, os que dependem do ministerio do reino, do ministerio das obras publicas, do ministerio da justiça, do ministerio da guerra ou do ministerio da marinha. Porque ha monumentos dependentes de cada uma de todas essas secretarias de estado, e não ha um ministerio de Bellas Artes a que todos elles se subordinem para o fim de uma regularização comum. Convem ainda considerar que os poderes publicos são indubitavelmente uma força, mas não são a força toda que è precisa para determinar um progresso de civilização a que alem de uma realidade legislativa corresponda uma realidade social. Sobre informarmos o parlamento e o governo, temos portanto o dever de informar tambem o publico, ~~Antes~~ porque os monumentos são do povo. Antes de se principiar a legislar sobre os monumentos nacionaes conviria que soubesse o povo quaes são esses monumentos sobre que se legisla para que, conhecendo-os, os ame e os defenda pelo seu amor, aprendendo assim a abençoar a lei que haja de protegel-os. Para tudo isto è instantemente preciso que quanto antes os monumentos portugueses se descrevam e*

*relacionem, e que essa relação descriptiva se publique e appareça, não somente para informação do governo mas ainda mais para lição do povo. /*

*A serie de considerações que apresentamos no mais rapido resumo levaram o signatário d'estas linhas a reflectir na seguinte hypothese:*

*Se existisse - ainda que muito imperfeito, desconexo, defficiente, talvez ate uma ou outra vez errado - um tosco rol dos grandes edificios portuguezes, nada seria mais rapidamente exequivel entre os vogaes d'este Concelho do que emendar essa serie de apontamentos, desenvolver, ampliar e corrigir cada um dos seus numeros e transformar assim dentro de muito pouco tempo aquillo que inicialmente fôra - digamos - o Caderno de um touriste n'um verdadeiro tomo de inventario susceptivel dos maximos aperfeiçoamentos, e que se desejasse attingir.*

*N'este presupposto e abaixo assignado fez ao Conselho Superior de Monumentos Nacionaes uma proposta, que se pode resumir assim:*

*Se mais ninguém se quer prestar a fornecer a este Conselho um arrolamento imperfeito dos Monumentos Nacionaes afim de que os seus vogaes, ampliados pelos seus correspondentes nas provincias o corrijam e o desenvolvam até lhe darem as proporções de Inventario que se deseja ter, eu assumo pessoalmente a responsabilidade d'essa iniciativa, perigosa em verdade para um ambicioso de gloria, absolutamente inoffensiva para mim que n'este modesto serviço não ponho outra ambição senão a de ser opportunamente util.*

*Aqui està dos monumentos portuguezes um sucinto catalogo para meu uso de viajante em Portugal. Transcreverei os meus apontamentos em verbetes, que principiarei a coordenar geographicamente pelos nomes dos logares em que se acham os momentos notados. Estes verbetes serão impressos em papel sufficientemente marginado para poder conter as emendas e os aditamentos que se lhes fizerem. D'esta impressão se tirará uma edição provisória / de tantos exemplares quantos os vogaes e os correspondentes do Conselho, aos quais serão remetidos para os fins indicados n'esta proposta. À medida que forem devolvidos à secretaria do Conselho os exemplares rectificados, d'elles se formarão novos verbetes que consecutivamente se coordenarão e se emassarão com os já existentes, e d'este modo se ira progressivamente desenvolvendo e ampliando a pequena collecção primitiva, ate que depois de sucessivas emissões se de correcções subseqüentes, o Conselho julgue achar-se este trabalho colletivo de todos os seus membros em condições de se tirar a publico a primeira das edições difinitivas do seu inventario, com a lista annexa dos seus collaboradores e a historia da sua redacção. § É claro que com essa*

*primeira publicação do inventario não para nem se immobilisa o trabalho dos inventariantes, o qual prossegue indefinidamente, desenvolvendo-se com as plantas e os alçados de cada edificio, com photographias do seu conjunto e dos seus detalhes mais caracteristicos, e com novas informações complementares, historicas ou artisticas, de critica ou de erudição, até que, pelo mesmo processo por que de um rol imperfeito se chegou a uma inventariação regular, se chegue do inventario geral à monographia especial de cada monumento. § Tal foi a proposta que approvou o Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes em sessão de 1 e em virtude de cujas disposições eu tenho a honra de enviar a cada um dos seus vogaes e delegados do Conselho a primeira emissão dos apontamentos destinados a servir de inicio ao Inventario. N'este inglorio trabalho de preparação fundamental ~~tiveram~~ quiseram ter a abnegação de associar-se ao ~~signatario~~ iniciador os Sñrs Jose Leite de Vasconcellos e Gabriel Pereira.*

*Acrescentarei ainda algumas breves ~~instrucções~~ indicações de methodo. Muito conviria para ordem do archivo que todos os desenvolvimentos de cada numero do inventario que pelas suas dimensões não caibam na margem do impresso sejam escriptos em verbete de papel almaço da dimensão de três verbetes por cada meia folha. § Todo o verbete devera conter a rubrica do seu redactor. § Toda a indicação de qualquer monumento destruido a ser incluido no Inventario deveria ser feita em verbetes do formato alludido e pela seguinte ordem de exposição: à margem esquerda o nome do logar a seguir a nome do monumento, seu stylo, data da fundação; data das restaurações por que tenha passado; indicação do material com que è construido; ~~factos~~ ~~his~~ nomes dos fundadores e dos artistas que n'elle trabalharam; noticia dos valores artisticos que elle encerre: esculptura, pintura, mobiliario, ourivesaria, azulejos, etc. Indicação das fontes de informação. Assignatura.*

**Documento 8** - Caderno com um arrolamento dos Monumentos Nacionais de Ramalho Ortigão.

BNP, *Espólio de Ramalho Ortigão*, E19/148, *Caderno 70, Monumentos nacionaes - Descrição e classificação architectonica*

*Monumentos nacionaes*

*Descrição e classificação architectonica*

- Portugal –

<i>D. João I</i> -----	1383 – 1433
<i>D. Duarte</i> -----	1433 – 1438
<i>D. Afonso V</i> -----	1438 – 1481
<i>D. João II</i> -----	1481 – 1495
<i>D. Manoel</i> -----	1495 – 1521
<i>D. João III</i> -----	1521 – 1557
<i>D. Catarina (regencia)</i> -----	1557 – 1562
<i>D. Sebastião</i> -----	1557 – 1578
<i>D. Henrique</i> -----	1578 – 1581
<i>D. Filipe II</i> -----	1581 – 1598
<i>D. Filipe III</i> -----	1598 – 1621
<i>D. Filipe IV</i> -----	1521 [sic] - 1640

- Hispanha –

- Castella -

*Henrique II* – 1368 - 1379  
*D. João I* – 1379 - 90  
*Hennrique III* – 1390 - 406  
*D. João II* – 1406 – 54  
*Henrique IV* – 1454 - 74

- Aragão -

*Pedro IV* – 1336 – 87  
*D. João I* – 1387 - 95  
*D. Martinho* – 1395 – 410  
*Fernando I* - 1412 - 416  
*D. Afonso V* – 1416 – 458  
*D. João II* – 1458 – 479

Isabel 1474 - 504

Fernando 1479 – 504

====Hispanha Unida====

Fernando e Isabel 1479 – 1504

1516

Carlos V ----- 1516 – 1556

Felipe II ----- 1566 - 1598

/[1]<sup>12</sup>

- Igrejas –

Sè do Porto – fundação do seculo XII (vid. pag 5)

Collegiada de Cedofeita – seculo XI (vid. pag 37)

Sè Velha de Coimbra – seculo XII

Sè Nova de Coimbra – Seculo XVII

Sè de Lisbôa – Egreja christa bysantina (templo proximo a Justiniano), mesquita de mouros no seculo VIII, restituída ao christianismo seculo XII. Tem a forma de basilica

Claustro da Sè de Lisbôa Seculo XIV Obra provavelmente principiada /[2] por D. Diniz (Julio Castilho – Lxa Antiga tomo III)

Sè de Braga – Porta travessa Sec. XII. Vestibulo e capella mór sec XVI

Segundo pavimento da fachada principal sec XVIII

Cancellla de ferro sec. XVI

Relação com Vilar de Frades

Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães Seculo XV. ~~Edificação, digo~~ fundação de D. João I em 1387 architecto João Garcia. Capella mór reconstruída no reinado e sob os auspicios de D. Pedro II (Vilhena Barbosa Monum<sup>tos</sup> de Portugal) /[3]

Sè da Guarda Manda dar principio à construcção, promettida pelo rei D. Fernando, D. João I em 1412. D. Afonso V manda continuar as obras em 1460. D. João II ordena que as obras prosigam [sic] e se não levante mão dellas emquanto se não concluem. Em 1517 manda D. João III construir o côro de cima. – Em 1550 o bispo D. Jorge de Castro manda fazer os retabulos da egreja. Deve ser esta a data do magnifico retabulo do altar mor em pedra de Ançã sobredourada /[4]

<sup>12</sup> Ramalho Ortigão numerou todas as páginas onde desenvolveu o arrolamento de monumentos, no seu canto superior exterior.

Se de Lamego – Lamego foi sede episcopal no século VI da era christã. A fundação da Sè actual data talvez da reconquista aos arabes no século XI por Fernando Magno, achando-se n'esta empresa o Cid Campeador, ou antes do século XII quando o Conde D. Henrique tomou Lamego pelas armas. O interior actual è do século XVIII. Na capella de S.<sup>to</sup> António nos Claustros, talha e azulejos do século XVII. Capella de S. João Baptista (ibidem) século XVI do século XII so resta, creio a torre com as características janellas. / [5]

Se do Porto Começou a sua edificação o conde D. Henrique e sua mulher D. Theresa, concluindo-a D. Affonso Henriques. Deste tempo restam unicamente as torres. O claustro è de 1385 (bispo D. João 3º) A capella mór è de 1609. A porta principal de 1717 Batalha segundo Frei Luiz de Sousa fundação de 1386 – 1387

Jeronimos – Fundação de D. Manoel em 1499, anno da volta de Vasco da Gama a / [6] Lisboa. Arco cruzeiro e claustro do tempo de D. João III. Capella mór do tempo da regencia de D. Catharina (1557 – 1562)

Egreja do Carmo em Lisboa – Seculo XV Fundação de Nunalvares em cumprim.<sup>to</sup> de voto pela batalha de Aljubarrota.

Egreja de Santa Maria do Olival em Thomar – Construcção romanica. Fundação dos Templarios – século XII. 3 naves, tectos de madeira apoiados em arcos ogivaes. O tomo de S<sup>ta</sup> Marial do Olival, com a historia do mosteiro, em poder do conde de Thomar.

Vid pag 60 / [7]

Azurara igreja matriz – Seculo XVI Fundação do rei D. Manoel

Egreja da Conceição de Beja Fundada em 1467 pelos infantes D. Fernando e D. Brites, n'ella sepultados, paes de D. Manoel

Beja – Ermida de Santo André Construcção romanica em tijolo. Reconstrucção ogival do século XV. Relacionada com a ermida de S. Braz em Evora

Braga – Capella de N<sup>o</sup> S.<sup>a</sup> da Conceição na rua do Souto Construcção / [8] do principio do século XVI

Caminha – igreja matriz- Começada em 1488 e concluida nos principios do seguinte século

m.<sup>to</sup> semelhante a Santa Maria em Pontevedra.

Evora igreja de S. Francisco Fundação de D. João II. Interior notavel capella do santissimo manoelina. Tumulo de Gil Vicente.

Ermida de S. Braz, – século XVI gothica. / [9]

Gollegã – igreja matriz seculo XVI

Guimarães igreja de S. Miguel do Castello, onde foi baptisado D. Affonso Henriques. A pia baptismal acha-se na collegiada. No arco da porta tendencia de ogiva. sec XII

Leça do Balio reedificação do seculo XV Trinta annos antes da edificação da Batalha (vid. Antonio do Carmo Velho de Barbora Memoria Historica etc) Do epitaphio na taboa de bronze de D. / [10] Frei Estevam Vasquez Pimentel na capella mór, a igreja foi concluida em 1336. Batalha começada em 1385

Egreja da Conceição Velha em Lxa Portal e janellas da sumptuosa igreja da Misericordia fundada no seculo XVI por D. Manoel. Destruida pelo terremoto.

Montalegre Igreja de S. Vicente da Chã Fundação do seculo XI Frontispicio da fabrica primitiva. / [11]

Obidos igreja do Senhor Jesus da Pedra seculo XVIII

Palmella igreja de Santiago. A ordem de S. Thiago, q. primeiro esteve em Santos o Velho em Alcacer em Mertola fixou-se em Palmella em 1482.

V. pag. 98

Paço de Sousa igreja do Salvador seculo XII. Encerra os tumulos de Egas Moniz / e seus filhos?/

D. Pedro Trocosendes de Pavya e de Riba do Douro começou a fazer o Paço de Sousa (Linhagens)

Egreja de S. Francisco no Porto Fundação de D. João I / [12]

Egreja de S. Pedro de Rates A uma legoa de Barcellos. seculo XI (Perto da Povia de Varzim)

S. Thiago do Cacem igreja parochial. sec XIII

Santo Thyro Claustro do Convento beneditino seculo XI Igreja reedificada no seculo XVII

Egreja do Convento de Jesus em Setubal – Fundada em 1489. Interior de gres vermelho antigo (pedra da Arrabida / [13] Construida pelo architecto Boutaca, sob a protecção de D. Manoel por affeição à sua ama de leite.

Preciosa collecção de quadros portugueses e flamengos do seculo XVI.

Tarouca igreja de S. João Fundação do seculo XII. Reedificado. N'esta igreja està sepultado o Conde de Barcellos D. Pedro, auctor do Nobiliario filho natural de D. Diniz / [14]

Convento de Santa Clara no Porto Fundação de D. João I em 1410 Lançou a primeira pedra o bispo D. Fernando Guerra. As primeiras pedras do Convento foram postas por

*D. João I e por seu filho o infante D. Afonso q. morreu menino e está sepultado na Se de Braga. O muro da cerca è o antigo muro da cidade (Afonso IV, Pedro I e D. Fernando) Os miradouros das freiras eram antigas torres de defesa dos muros, digo das portas da cidade. (Vid. Rebello da Costa. Descrip. do Porto)*

*As primeiras habitantes vieram d'Entre os Rios em 1416 Foi o primeiro convento de freiras no Porto / [15]*

*Santa Maria de Almacave seculo XII – Apparelho medio como em Cedofeita do Porto. Clara indicação da ogiva no arco da porta.*

*Balsemão (Lamego)*

*Alzedas (Lamego) Mosteiro Fundação anterior à monarchia (?) sec. XII. Era o mais rico mosteiro de Portugal depois de Alcobaça / [16]*

*Egreja de S. Domingos em Villa Real Em 1421 D. João I manda edificar esta igreja. Em 1422 a camara e varios moradores doam o terreno para o templo. Muitos vestigios do stylo romanico n'esta construcção. (Vid Notas) Capiteis formados de grupos de pequenas cabeças em alto relevo, summamente expressivas. Em uma porta de volta redonda fazendo angulo com a fachada principal a data 1571. (granito) / [17]*

*Capella de S. Braz em Villa Real Pequena construcção anexa à igreja de S. Diniz Fundadores da Capella de S. Braz Afonso Gonçalves de Maçada e sua mulher Moor Bentes. Entre os reinados de D. Affonso III e de D. Diniz (seculo XIII) E quase puram.<sup>te</sup> romanica e interessantissima. Pertence hoje a Gonçalo Christovam residente em Abaças. Abre a capella unicamente do dia de D. Braz, parece q. para não perder a posse. Na capella um lindo tumulo gothico – seculo XV. (granito) / [18]*

*Mosteiro de Cette Reconstrucção de Gonçalo Veques, francez, no seculo X. Protegido por D. Affonso Henriques e pela rainha D. Mafalda q. n'elle habitou e lhe deu o santo lenho, q. ainda existe em cruz de prata. A igreja encerra a capella e tumulo de Gonçalo Veques. O nome de Cette, importado de França, procede de serem franceses os primeiros fundadores*

*(Vid. pag 93)*

*Capella de N. S.<sup>a</sup> do Valle em Cette (Romanica) do tempo do Mosteiro. Cruz dos templarios (dizem de malta) no cruzeiro / [19]*

*Povoa de Mileu perto da Guarda. Capella de S. Vicente. Seculo XII. Bello typo romanico em granito.*

*Coimbra igreja de S. Salvador romanica – seculo XII (Vid. F. Simões – Reliquias etc)*



Coimbra igreja de S. Thiago Romanica. sec. XII. A fachada principal deformada vilmente por uma restauração do seculo XVII. Interior reconstruido no seculo XVIII. N'esta igreja o infante D. Pedro duque de Coimbra e o conde de / [20] Aoranches fizeram sobre a hostia consagrada a famosa jura de morrerem juntos como morreram na batalha de Alfarrobeira. (F. Simões – Reliquias etc)

Coimbra – igreja de Santa Cruz Edificação de D, Manoel, q. para estas obras mandou vir de França esculptores e architectos

João de Ruão, Mestre Nicolau, Felipe Vanarte, Jacques Louguin. A sacristia è de 1622. Seriam da mesma epoca os arcos filipinos da capella mor q. na ultima restauração foram substituidos por outros / [21] pseudo-manoelinos. As estatuas da fachada attribuem-se a mestre Nicolau e Diogo de Castilho. O pulpito a João de Ruão. Os tumulos de D. Affonso Henriques e de D. Sancho são obra d'artistas nacionaes com excepção das estatuas jacentes. O crucifixo da capella do sacramento è uma especimen m.<sup>10</sup> caracteristico da esculptura do seculo XIV. (Vid. S. Viterbo)

Claustro do Silencio em Santa Cruz seculo XVI. Obra do architecto / [22] Marcos Pires. A grilanda que encima a igreja è caracteriticamente portuguesa e manoelina

Collegio do Carmo em Coimbra Construcção começada em 1542 por Fr. Baltazar Limpo arcebispo. Igreja de Fr. Amador Arraes bispo de Portalegre.

Collegio da Graça em Coimbra, da ordem dos eremitas de S.<sup>10</sup> Agostinho. Construcção de D. João III em 1548 / [23]

Collegio de S. Thomaz em Coimbra Hoje propriedade de Ayres de Campos. Pertenceu anteriormente, por extincção das ordens religiosas aos Pintos Bastos. Na bella Portada principal lê-se a data de 1547 Tinha dois bellos retabulos, um representando S. Gonçalo, que està no museu do Instituto, outro representando a Senhora das Misericordias analogo ao da igreja da Verziella, e que hoje (1897) pertece a ~~Bran~~ Alda Ferreira Pinto e està à venda. / [24]

Capella da Universidade – È do tempo da reforma de D. Manoel nos seus paços das alcaçovas. O architecto foi Pero Annes.

Paço episcopal de Coimbra A melhor residencia senhorial portugueza do seculo XVI Reedificação do magnificente bispo D. Affonso de Castello Branco. / [25]

S. Martinho de Candoso igreja matriz seculo XII (?) romanica. No estado primitivo toda a capella mor. Junto da porta uma inscrição da era 1210 anno de 1172.

Capella de Santa Catharina contigua à velha matriz de S. Torcato (Guimarães) seculo XII. Cornija sustentada em modilhões em arcada / [26]

Capella de N. S.<sup>a</sup> da Gloria em Braga – Mandada construir por D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga e avô do Condestavel. Seculo XIV. Teve principio em 1330. Concluida em 1334. Sem retoques. Tumulo do tempo no interior da igreja.

Egreja parochial de S. Mamede cerca de Braga ~~Portada e parte da fachada do seculo XII.~~ / [27]

Villa do Conde igreja matriz (manoelina) Instituida pelo arcebispo D. Diogo de Sousa em 30 de agosto de 1519

Egreja de S. Christovam de Rio Mau Confina esta freguesia com a de Rates comarca de Villa do Conde a 3 leguas de Braga. Romanica.

Egreja de Fonte Arcada (conselho da Povia de Lanhoso 12 kilometros de Braga / [28] A igreja matriz foi de um convento beneditinos fundado pelo rico-homem D. Godinho Fafez, da freguesia de Gallegos em 1067 Na caixa semicircular da capella mor a cornija è segura por modilhões em arcada corrida Romanica

#### Evora

Casa dos Loyos ou dos conegos regrantes de S.<sup>to</sup> Eloy Não se lhe chamava convento por não haver n'esta casa completa clausura. Fundada em 6 de maio de 1485 por D. / [29] Rodrigo de Mello, 1º Conde de Olivença que acarretou elle mesmo às costas as primeiras pedras. Portico bellissimo combinação de gothico e de arabe. Alpendre do seculo XVI. Material marmore e granito, combinação peculiar d'Evora e de excellente effeito (Vid. Gabriel Pereira Estudos Eborenses)

(Evora)

Egreja do Convento digo Mosteiro do Paraizo Freiras dominicanas. Construcção do / [30] seculo XV, continuada no principio do seculo XVI pela protecção de D. Alvaro da Costa, armeiro mor do reino e camareiro do rei D. Manoel. Sobre a porta da igreja o brasão de D. Alvaro e na igreja o seu tumulo em ediculo da Renascença 1536.

Egreja do convento de Santa Clara em Evora – Convento do sec. XV. Igreja augmentada e construida a capella mor em meados do seculo XVI. / [31]

Mosteiro de N. S.<sup>o</sup> do espinheiro a 4 kilometros d'Evora o bispo d'Evora D. Vasco Perdigão fundou a igreja em 1458. A seguir de fundou [sic] o mosteiro. Protejeram esta instituição D. Affonso V, D. João II e D. Manoel. O mosteiro foi reconstruido em meio do seculo XVI. Igreja bellissima. Tumulos interessantissimos (Vid. Gabriel Pereira Est. Eborenses)

Ermida de Garcia de Resende Por elle mandada construir na [32] cerca do Mosteiro de N. S<sup>a</sup> do Espinheiro. Sanctuario em miniatura precedido da sua galilé. Construcção elegantissima. Desappareceu a pedra da campa do escriptor. Azulejos do tempo mudejares.

Paço archiepiscopal d'Evora Principamente notavel pela preciosa collecção dos quadros de Gerard David

Egreja matriz de Vianna do Alemtejo Manoelina. Bello exemplar da archite=/[33]ctura do tempo. Em uma janella da capella mor, lado do evangelho havia em 1896 uma vidraça colorida, do tempo da fundação, representando S. Pedro.

Casa Pia d'Evora ocupa o antigo collegio do Espirito Santo da Companhia de Jesus, edificio monumental fundado em 1551 pelo Cardeal D. Henrique. Estylo neo-classico

Sè d'Evora Romanica – Fundação de D. Payo, primeiro bispo d'Evora no anno de 1186. [34] o claustro è do bispo D. Pedro IV no seculo XIV – 1376. A capella mor foi reedificada por D. João V.

Diz Pinho Leal que o constructor foi mestre Roberto, o mesmo q. dez annos edificara as Ses de Lisboa e de Coimbra. No livro dos anniversarios do coro d'esta sè lê-se com relação ao dia 29 de novembro, “Hêm [?] no dito dia fazem aniversario por Martin Domingues, que foi mestre da obra.” Da igreja ou do claustro? [35]

Mosteiro d'Alcobaça seculo XII. Edificado em 40 annos durante os reinados de D. Affonso I e D. Sancho I. O coro e a sacristia são de D. Manoel. Os claustros são de D. Diniz, do cardeal rei, de D. Afonso VI. Ha mais dous feitos pelos frades. Sepulturas de D. Affonso II, D. Affonso III, D. Pedro I, D. Urraca, D. Brites, D. Ignez de Castro, varios infantes e infantas, e D. Pedro Affonso, irmão de D. Afonso I, que depois de ser guerreiro se meteu frade n'este convento. O primeiro abbade foi D. Ramulfo, francez [36] Chegou a ser habitado por mil frades. Um incendio devorou a metade occidental do edificio. A porta da igreja è do seculo XII.

(Vid. Natividade - Alcobaça)

S. João do Alporão em Santarem. Egreja romanica. seculo XII. Hoje museu. Alporão è o nome de um lugar. No Registo de Leca, Documentos de santarem, lê-se “as casas que som em Alprã” (Vid. M. Leal Monumentos Nacionaes. P. 135) Pertenceu aos hospitalarios de S. João, ordem de Malta, como o balio de Leça [37] Edificio quadrado, orientado ao nascente, para onde deita o frontespicio. Contem ao presente o tumulo de D. Duarte de Menezes. (Vid. pag 42)

Egreja de Cedofeita no Porto = É o mais bem conservado dos edificios do seculo XI em Portugal. A cantaria è de aparelho medio e não o grande aparelho, como na Sè. Ornamentação vegetal nos capiteis. Uma falha parecida com a do carvalho. Capiteis das portas – aves e quadripedes. Arcos das portas mui levemente apontados, principio de ogiva, como em edificios hispanhoes do mesmo tempo e em S. João do Alporão em Santarem. Uma sò nave. Os capiteis das portas relacionam-se com os de S. Salvador em Coimbra.

Villar de frades convento perto de Barcellos. Seculo XII. Romanico posterior a S<sup>ta</sup> Maria de Almacave e a Cedofeira. Da construcção primitiva restam apenas o arco de uma porta e o de uma janella que parece quizeram aproveitar n'uma construcção moderna, que ficou em principio. A archivolta

D. Godinho Viegas de Azevedo que fez Villar de Frades [39] do portal consta de 4 arcos concentricos de volta redonda. Contem um dos arcos figuras de bispos e de cavalleiros, quadripedes, sereias etc. Estas figuras teem cerca de 50 cent. de alto. Este portal lembra o de Braga pelos labores. Felipe Simões attribue-os ao mesmo architecto. No interior moderno da igreja interessantes azulejos Sec. XVIII com data, nome do desenhador e nome do oleiro.

Convento de Christo em Thomar A parte antiga, hoje capella mor da igreja, è do seculo XII e relaciona-se com N. S.<sup>a</sup> do Olival [40] (Vid pag 6) Paredes exteriores em planta ortogona. Cornija mui saliente semelhante à de Cedofeita. Muros solidissimos reforçados com gigantes, coroados de ameias. A disposição interior è oitavada como por fora. Ao centro um corpo feito de oito arcos correspondentes às oito faces das paredes. Dentro dos arcos o altar mor. Entre elles e as paredes o deambulatoriun. A este conjunto se chama charola. Toda a achitectura da charola – columnas, arcos, impostas, cornijas – està profusamente e completamente coberta de ornatos geometricos, de influencia arabe. Este lavor, frequente na Sicilia e em Hispanha [41] não existe em Portugal tão perfeitamente acentuado, senão em Thomar. O orientalismo d'Evora è mourisco F. Simões crê que o stylo ornamental da charola de Thomar fosse importado pelos templarios da Palestina. Os capiteis em flagrante contraste com o stylo das demais decorações lembram os da sè Velha e os de Cedofeita. As estatuas e baldaquindos do interior do corpo central são adjuncções de D. Manoel O tumulo de Baltusar de Faria no claustro do Cemiterio tem a data de 1584 e relaciona-se com as esculpturas de S. Marcos. [42]

S. João do Alporão (aditamento a pag. 30) *Filippe Simões distingue duas épocas. Primeira construção Conde D. Henrique sec XI. Segunda construção de D. Affonso Henriques, fins do sec. XII.*

*Entre estas duas épocas dà-se a conquista de Santarem pelos mouros. Da 1ª epoca paredes, porta travessa, porta travessa [sic], porta principal, oculo e os dois capiteis do cruzeiro, parecidos com os de S. Salvador de Coimbra e com os de Cedofeita no Porto. Da 2ª epoca os demais capiteis interiores, a abobada e os arcos ogivães. Cantaria faceada em appº. medio / [43]*

Egrejas do seculo X em Coimbra *Ver a enumeração d'ellas (onze) Em Portugaliae Monumenta. Diplomata et Chartae. Apud F. Simoes Nota 2ª a Reliquias da architectura romano-bysantina em Portugal) / [44]*

Sè de Miranda do Douro *Fundação de D. João III, que lhe poz a primeira pedra em 24 de maio de 1552. A cathedral tinha como a de Lisbôa a invoção de Santa Maria Maior (N. S.ª da Assumpção) Foi D. João III q. deu a Miranda a Cathegoria de cidade e creou a nova deocese de Traz-os-montes por bulla de Paulo III de 22 de maio de 1545. Da liberalidade de D. João III procede decerto a bella collecção de quadros, que ainda hoje existem, bem conservados e sem retoque, constituindo / [45] a grande sumptuosidade da igreja reduzida a simples igreja matriz cujo parochio tem o titulo de cònego prior, desde que a sè foi transferida para Bragança (7 de março de 1764, 4ª feira de cinza) Esteve a deocese em Miranda 212 annos. Os quadros, pela maxima parte em taboa, são da escola portugueza do seculo XVI. Preciosimos e em numero de mais de 40! (informação do abbade de Miragaya Pedro Augusto Ferreira em março de 1897 / [46]*

Paço episcopal de Miranda *Tem hoje unicamente as paredes. Desfez-se do seguinte modo. Estava deshabitado desde a transferencia da deocese, mas sendo muito solidamente construido, persistia perfeito, quando por 1850 um administrador do Conselho lhe mandou arrancar duas janellas para umas casas q. elle mesmo estava construindo. O official, encarregado d'esta diligencia, levou mais duas janellas, por sua conta, alem das de S. ex.ª. Como o administrador, por cumplicidade, deixou o official impune, os visinhos / [47] começaram pouco a pouco a surtir-se de janellas e de portas no efificio do Paço Episcopal. Quando se acabaram as portas e as janellas passaram a levar os ferros, depois as telhas, a seguir os travejamentos do telhado, por fim as tabôas, os barrotes e as vigas dos soalhos, ate que nada mais houve que levar ficando as paredes nuas, a casa ôca e descoberta, como ao presente està (informação do abbade de Miragaya março de 1897) / [48]*

Palacio dos marquezes de Fronteira em Bemfica stylo da Renascença – genero da Villa Madama, suburbios de Roma, edificação principiada por Raphael, continuada por Julio Papi (Julio Romano) para Margarida de Austria. O terraço escalonado è m<sup>to</sup> semelhante ao de Bemfica. Azulejos em figuras do tamanho natural. / [49]

Palacio de Subripas em Coimbra Construcção do seculo XVI. É o melhor e mais bem conservado typo de casa manoelina q. existe em Portugal. Vendida em 1895 a Jose Maria de Andrade. Assim como na casa fronteira trinta esculpturas, muitos medalhões, que se julga provenientes da officina de João de Ruão, que existia perto d’ esta rua, na vertente opposta do cabeço da misericordia Misulas parallelas ao parapeito das janellas com baldaquinos correspondentes ao nível da verga, destinados ao varão de ferro em q. girariam os gonzos das adafas ou portas exteriores.

No predio fronteiro à casa chamada de Maria Telles lê-se no pateo, por cima de um postigo a data de 1547 / [50]

Palacio da Bacalhôa sec. XVI Edificação do filho do grande Affonso de Albuquerque q. n’ esta casa escreveu os comentarios. No friso do portão no norte esta inscripção: Anno 155 \ Alfonsos Albuquerque, Alfonsi Magni indarum debellatoris filius \ sub Joanne III Portugaliae rege condit \ Anno MDCIII Albuquerque filho, indo a Saboy na esquadra q. levou a infanta D. Brites, filha de D. Manoel, viajou muito na Italia. Em Ferrara via a casa dos diamantes, em Bolonha o palacio Bevilacqua. Este edificios lhe suggeriram a edificação da casa dos bicos, às portas do mar, e da casa da Bacalhôa (Vid Rasteiro Quinta e casa da Bacalhôa) / [51]

Paço de Queluz As terras de Queluz pertenciam a Christovam de Moura, Conde de Castello Rodrigo e grande de Hespanha por Filippe II. Confiscadas por D. João IV, o qual com os seus bens confiscados dos fidalgos traidores à patria abandeados com Castella, formou a casa do Infantado em favor do filho segundo dos nossos reis. Foi D. Pedro III marido de D. Maria I quem edificou o Palacio actual em 1775. Continuou a edificação D. Maria I 1794. Constructores: o architecto Matheus Vicente de Oliveira e o ~~architecto~~ esculptor francez João Baptista Robillon / [52]

Paço de Villa Viçosa Esta villa è solar e corte da casa de Bragança desde que morreu na Villa de Chaves o duque D. Affonso filho bastardo de D. João I. O palacio actual q. substituiu o dos primeiros duque no Castello, foi principiado pelo duque D. Jayme no Reguengo em 1501 e continuado e ampliado pelos seus sucessores. D. Theodoro II fez a grande fachada de marmore, deixando em meio o seg.<sup>do</sup> pavimento, concluido por D.

*João V. È do stylo neo-classico. rez do chão stylo ordem dorica. Andar nobre ordem eorynthia jonica, 2º corinthia; 3º em aguas furtadas composito. Magnificas hortas. /{53}*

Castello d'Alvito Começado em 1494 por D. João II sendo superintendente da obra o seu proprietario barão de Alvito. Continuado em tempo de D. Manoel. A inscrição sobre a porta principal: “Esta fortaleza se começou a XIIj dagosto de mil CCC l [?]iij per mādado del Rey dō Joam o segundo nosso sōr e acabouse em tpō del Rey dom Manoel o primeiro noso sñor fela per seus mādados dom Diogo Lobo baram dalvito.”

Aos lados o brasão dos alvitos e o escudo real com os dez castellos como se usou ate principio do reinado de D. João II (Vid. Vilhena Barbosa) /{54}

Castello d'Almourol seculo XII È um dos castellos construidos por Gualdim Paes para defesa dos templarios – Thomar, Zezere, Monsanto, Idanha, Pombal e Almourel, ou Almourol. Gualdim Paes não foi o primeiro mestre, mas um dos fundadores da ordem. Era mestre em 1157 ou 58. Morreu em 1170 ou 71. Instituição da ordem do Templo 1119. Gualdim nasceu em Amares, antigam<sup>te</sup> Marecos em 1118. Armado Cavaleiro por Aff. Henriques em Ourique 1139. Batalhou na Palestina (Ver M. Leal. “Mon<sup>tos</sup> Histor.” Panorama vol. 8 – pg. 335)

/segue pg. 83/ /{55}

Paços dos duques de Bragança Em Guimarães. Começados no seculo XIV por D. Affonso, Conde d'Ourem. /{56}

Montalegre – Egreja de S. Vicente da Chã Fundação do seculo XI. A fachada principal è primitiva. No mais reedificação moderna.

Mosteiro d'Odivellas /{57}

Torres Vedras – egreja de S<sup>ta</sup> Maria do Castello Ao presente matriz. O rei D. Manoel e D. João III estiveram por vezes em Torres. D. Manoel permanecendo na Villa durante os mezes de agosto, setembro e outubro de 1496, por essa ocasião recebeu nos paços de Torres o embaixador da republica de Veneza. Na egreja de S<sup>ta</sup> Maria do Castello ha 4 bellos quadros da escola portuguesa do seculo XVI representam A anunciação, A visitação, O nascimento A adoração dos magos. /{58}

Portalegre Casa da Condessa de Villa Real Na rua de Azevedo Coutinho. Lindas janellas manoelinas 3. Na janella do cunhal, ao lado do escudo d'armas, a data 1538

Portalegre Sè Egreja e Seminario Bello tumulo de D. Jorge de Mello (Renascença) Porta do seminario mesmo stylo. No claustro Bella porta da Renascença. Azulejos mudejares. Bello azulejo azul e branco, datado de 1739 Notavel as ferragem do arcaz na

*sacristia, das Tumulo Renascença flamenga. / [59] portas da casa da Condessa e da associação dos artistas*

*Nazareth – igreja azulejos assignados: Wízd Kloetf.*

*Ponte de Lima - Palacio dos marquezes Aos alcaides mores da Villa foi dado titulo de Viscondes de Villa nova de Cerveira por D. Afonso V em 1476. O palacio è do seculo XVI. Vendido a um alfaiate depois da morte do ultimo marquez. Deturpado pelo subsequente restauro. / [60]*

*Thomar – Convento de Christo (vid pag 6) O marquez de Thomar, alem de ter o tomo de Santa Maria do Olival, q. deveria estar na Torre do Tombo, conheceu ainda alguns dos ultimos freires, e consta que escreveu uma historia do convento, q. não publicou por não concordar com o preço q. lhe pediam pelas gravuras com que queria acompanhar o texto da sua obra. (Vid. pag 77)*

*Obidos igreja de S. Pedro Grande collecção de quadros de Josepha d'Obidos, em grande parte copia de quadros ita=/[61] [sic] Tumulo de D. Fernando de Noronha e sua mulher. Esculptura do seculo XVI. Escola de Coimbra. Talvez Mestre Nicolau (Nicolas Chaterenez) chamado de França por D. Manoel para as obras de Santa Cruz. Trabalhou igualmente na igreja da Pena em Cintra e em S. Marcos de Coimbra / [62]*

*Nossa Senhora da Oliveira, Guimarães Martins Sarmiento não duvida que a imagem de N. S.<sup>a</sup> da Oliveira, que tantos milagres tem feito, è uma estatua de Cerez encontrada em uma ruina romana. Na capella de S. Thiago, ~~n'esta igreja~~, conserva-se uma pedra lavrada q. representa uma figura appertando um peixe. Contam em Guimarães que quando D. Miguel viu pela primeira vez o estado em q. os Conegos tinham posto a collegiada, os descompoz. / [63]*

*Castello de Guimarães Construido pela Condessa Mumadona, tia de Ramiro II, rei de Leão e viuva de Hermenegildo, Conde de Tuy e do Porto, governador da provincia d'Entre Douro e Minho.*

*Muralhas Torres de Guimarães Foram demolidas para com a sua pedra se calçarem as ruas no anno de 1848. / [64]*

*Vizeu Casas manoelinas Na rua Direita, uma janella germinada em um primeiro andar de resalto. Na mesma rua, esquina da rua Nova, duas antigas portas ogivaes, Janella manoelina agora especada (1896) Rua da Senhora da Piedade, esquina da rua Nova, janellas de 1º e 2º andar A uma janella da rua da Carqueja, dois ganchos de ferro para armar a vara do estendal como no seculo XIV. / [65]*



Santarem Convento de S. Francisco Hoje quartel de cavallaria. A igreja acha-se transformada em cavallariça. O claustro magnifico è de 1350, coberto de esculpturas que lembram as de Cellas em Coimbra. O convento parece ser do sec. XIII, tendo sido primeiro fundador D. Sancho II e continuado a protegê-lo D. Fernando, D. João III, Filipe II e III. No coro estava o bello tumulo do rei D. Fernando, hoje no museu do Carmo. Os ossos desapareceram! Do tumulo de D. Francisco de Almeida (1532), destruido, aproveitaram a urna para um bebedouro de cavallos. No cruzeiro da igreja estava o tumulo de D. Duarte de Menezes, 3º conde de Vianna, primeiro capitão em Alcacer Ceguer, onde morreu para salvar a vida de D. Affonso, levantado por sua mulher D. Isabel de Castro. N'este tumulo, ou antes tropheu, porque o corpo de D. Duarte desapareceu, depositou-se um dente do guerreiro, q. està hoje, cuidou eu, dentro de um estojo de lixa na Camara, O tumulo esta agora no museu districtal de S. João do Alporão. No quartel de S. Francisco, na casa q. è hoje despensa do regimento, està ainda o tumulo de D. Isabel de Castro.

Santarem igreja da Graça Pertencia ao ~~(convento)~~ mosteiro dos graciosos (ermitas calçados de Santo Agostinho,) cuja primeira pedra foi posta em 1380. A igreja è de 3 naves com frontespicio gothico. Na capella do lado da espistola jaz em sepultura rasa Pedro Alvares Cabra, com este epitafio: / [68] “Aquy jaz pedralvarez cabral e Dona Isabel de Castro sua molher cuja he esta capella he de todos seos erdeyros aquall depois da morte de seu marydo foy camareyra mor da Ifanta Dona Marya del rey dõ João nosso señor ho terceyro deste nome.” A igreja, confiada em 1847 a uma irmandade pobrissima, a irmandade dos Passos, està quase ao abandono. / [69]

Santarem igreja de S<sup>ta</sup> Maria de Marvilla Do seculo XII, reedificada por D. Manoel.

Alcobaça sobre uma porta suterrada, que ultimam<sup>te</sup> se descobriu e parece ter sido do antigo refeitorio, lê-se esta inscripção Respicite quia carnem populi comeditis. / [70]

Tumulos da Sé Velha em Coimbra, descobertos pelas obras da ultima restauração: 1º D. Tiburcio que com o arcebispo de Braga mais contribuiu para que se fizesse o tumulo de D. Sancho sec. XIII. 2º D. Estevam Annes sec. XIV. 3º Desconhecido. Um bispo, com cinco vieiras no escudo d'armas.

Egreja de S. Marcos, a 2 leguas de Coimbra. Fundado, segundo Siguença, chronista da ordem de S. Jeronymo a q. o convento pertencia, por D. Beatriz de Menezes, / [71] mulher de Ayres Gomes da Silva regedor de Lxa, morto em Alfarrobeira ao serviço do infante D. Pedro. Fundação 1451. Jorge Cardoso no Agiologio diz que o convento de S. Marcos fora fundado por João Gomes da Silva, pae de Ayres Gomes, sendo alferes-mor de D.

*João I. A primitiva ermida de S. Marcos anterior a fundação do convento, desapareceu como o proprio convento, restando apenas a igreja, que tem sobre a porta a data de 1510. È o pantheon dos Silvas. Na capella mòr cinco tumulos admiraveis. (Fallecido, seg.<sup>do</sup> o epitaphio em 1447 – R. Guimarães) / [72] (Ver na Bibliotheca nacional chronica manuscripta de Frei Diogo de Jesus) O tumulo em pavilhão, à direita de quem entra, è o mais antigo, e tem a data anterior à edificação da igreja- 1477. O tumulo do lado da Epistola tem a data 1559 e è pura renascença flamenga O diptyco do lado do Evangelho tem a data de 1522. No arco cruzeiro a data de 1696. No pulpito a data de ~~1559~~ 1574. No epitafio do tumulo de Fernão Telles de Meneses e de sua mulher D. Maria de Vilhena lê-se: “Tão nobre por vertudes, como / [73] por real linhagem.... sua molher mandou fazer em vida, e aqui se mandou sepultar para serem os ossos tao juntos como foram as vontades, amen 10 sepulturas. O retabulo em pedra de Ançã pintada, com grande numero de figuras, attribue-se a mestre Nicolau francez (Nicolas Chatranez) Depois de 1836 o convento, igreja e cerca foi comprado pelo Macarroneiro, de Coimbra. Este vendeu a igreja e cerca a um tal Carneiro, de q.<sup>m</sup> parece a herdou a mulher do D.<sup>r</sup> Sena. Foi a final comprada pelo / [74] actual possuidor Manoel Vilhena Cabral e Castro, dono da propriedade de S. Silvestre, na qual encontrei um parente d’ elle Felipe Cabral de Napoles. O director da Academia de B. Artes de Lisbôa ao tempo de Raczinski. Francisco de Sousa Loureiro, dizia ter elle proprio visto em S. Marcos, no anno de 1822, o baixo-relevo representando a batalha de Arzilla, vencida junto d’Arzilla por D. João II em dia de S. Marcos, e repetição da esculptura em madeira q. tinha D. Fernando, bem como uma estatua de S. Marcos, am= / [75] bas as obras de Andrè Contucci Sansovino, segundo diz Vasari na vida do esculptor. (artigo de J<sup>m</sup> de Vsconcellos na Revista de Guimarães.*

Thomar igreja da Misericordia Fundação de D. Manoel 1567

Thomar igreja do Convento de S.<sup>ta</sup> Iria Fundado no principio do seculo XVI por duas senhoras aias de uma das mulheres de D. Manoel. / [76] Comprou-a Nepomuceno por 305:000 reiz. Lindos azulejos dos seculos XVI e XVII, ponta de diamante azul, branco e amarello. Na capella dos Valles, magnifico retabulo em pedra, baixo-relevo representando o Calvário. Christo crucificado. Magdalena de joelhos, N. Senhora, S. João etc. No primeiro plano dois soldados a cavallo, costumes do sec. XVI. Ao todo 17 figuras. No portico que encerra a composição as armas dos Valles, trez espadas sobre um escudo. Por cima da porta da entrada / [77] da igreja lê-se a data de 1530 A esculptura do retabulo relaciona-se com a de Coimbra.

Thomar - Santa Maria dos Olivaes sobre a porta da igreja o signo salomónico, emblema usado pelos templários Fundação de Gualdim Paes sec XIII XII reconstrução de D. Manoel e de D. João III sepultura de Diogo Pinheiro, bispo do Funchal fallecido em 1525 – Tumulo de Gil Martins, primeiro mestre / [78] da Cavallaria de Christo. Com as restaurações do sec. XVI desapareceram os tumulos dos mestres dos templários e dos freires de Christo que ali jaziam. Esta igreja foi balia e matriz de todas as igrejas da ordem. Vêem-se pedras tumulares dos templários empregadas em muros e bancos. No alto da torre de Gualdim Paes uma pedra do pavimento tem esta inscrição truncada: Aqui jaz... fã del Rey. O tecto da igreja è de D. Manoel. Livro Bezzerro analogo ao livro de Nôa em S<sup>ta</sup> Cruz de Coimbra / [79]

Porto - Convento de S. Bento Fundação de D. Manuel em 1518. Destruído por um incendio. Restauração do seculo XVIII.

Porto- Convento dos Loyos fundado em 1491. Demolido para a construção dos predios actuaes na praça de D. Pedro.

Porto A primeira sè construída com o burgo primitivo no cerro da Pena Ventosa, hoje bairro da Sè. Entre os fundadores (gascões) vinha o bispo francez / [80] Nonego, que estabeleceu o culto de N. S.<sup>a</sup> da Nandoma com o arco, ainda ultimamente demolido.

Porto- Arco de Sant'Anna Resta d'este arco uma hobreira na rua de Sant'Anna. No edificio da Aljuve vê-se um troço da antiga muralha da cidade contendo a emposta do arco demolido.

Porto – as ruas do Olival, das Hortas, da Cordoaria, do / [81] Laranjal conservam os nomes que tinham os logares do seculo XIV, em que foram abertas. O nome do Souto provem de uma carvalheira que havia n'esse logar. São do tempo do primitivo burgo os nomes das ruas de Monte Captivo, Monte dos Judeus, Esnoga, ~~Porta de Carroa~~, Miragaya, Cedofeita, Paranhos, rua Chã das Eiras, rua de Cima de Villa, Pellames.

Rua Fomosa, de D. João I mas à custa da cidade. Rua das Flores de D. Manoel, sendo / [82] então aberta a porta de Carros para dar serventia à nova rua. Casa do seculo XIV no beco por traz da sè.

Evora – Casa Pia – fundação do Cardeal D. Henrique 1551 / [83]

Castellos A fortificação romana tinha e vista defender grandes centros de população. O castello na idade media tinha por objecto defender posições estrategicas e [?] os acampamentos (castrum ou castra) quase permaentes entre sacarrenos e christãos. Dos países feudaes de alem Pyreneus veio a ideia de segurar o solo conquistado cobrindo-o de castellos. “Cercas e bastiões (M.L.) senhoream o viso dos montes, a portella dos

valles, o passo dos rios. A necessidade de os multiplicar reduzia-os à [84] expressão mais simples. No principio simples parapeito de traves cruzadas, cheios os vãos com pedra insossa ou barro, e em volta a carcova. Nos seculos X e XI apparece a torre, ou alcaçova, de alvenaria. O recinto exterior compõe-se ainda de marras orlando o fosso, ou vallados fortalecidos de tranqueiras ou apenas de espunhaes de sebe viva. Em seguida apertam-se os torreões, engrossam-se as muralhas, emprega-se a cantaria para resistir à escalada e ao incendio, aos tiro das manga=[85]nellas e das outras maquinas de arremesso. De Godofredo Plantagevete (seculo XII) data a construcção definitiva. A este tempo tinham os arabes inventado novas armas e mais terriveis processos de ataque. O typo completo, como o de Almourol, consta de couraça que ligava a alcaçova à cerca amuralhada, largas quadrellas altos miradouros, lumieiras esguias, cubellos reforçados, funda carcova. O contorno è polygonal, affeçoado ao terreno e à previsão do ataque As portas de Almourol [86] são ogivaes. As abobadas são de artezões acairelados ou ribetes (nervures) O primitico castello era um mero pouso de atalayas. Gonçalo Velho Cabral, morgado das Pias, descobridor do archipelago dos açores, era comendador de Almourol. Os antigos Castellos portuguezes foram as sentinellas da monarchia e da independencia. No castello de Almourol faz passar o auctor do Palmeirun d'Inglaterra Francisco de Moraes um dos principaes episodios do seu romance. [87]

Paço acastellado da pena em Cintra O nome de Pena vem de Penha. Foi primitivamente uma humilde capella no viso da serra. No seculo XIV D. João I dà à collegiada de S. Pedro um moio de tigo por anno para se dizer missa todos os domingos na ermida. Garcia de Resende diz q. em 1393 se hospedara com a rainha sua mulher nas casa da ermida dorante onze dias D. João II, fazendo uma novena prometida a N. S.<sup>a</sup> da Penha. Armaram-se barracas para alojar a real comitiva. A imagem da virgem consta ter aparecido em uma gruta da [88] montanha. D. Manoel, habitando o palacio de Cintra, vinha frequentemente à Penha Longa ou Pera longa olhar para o mar. No dia 10 de Julho de 1499 d'ahi veria chegar a Cascaes a nau de Nicolau Coelho, que apartando-se da esquadilha do Gama, veio como alviçareiro trazer ao rei q. estava em Cintra, a nova da India. Em comemoração d'esse factu edificou D. Manoel o mosteiro da Pena que deu como o de Belem à ordem dos Jeronymos. A capella do convento foi construida por mestre Nocolau Francez [89] Nicolas Chaterenez. O convento que estava ja abandonado à supressão das ordens religiosas, foi comprado por D. Fernando, q. o mandou restaurar em 1841 pelo barão d'Eschwege. Por morte do barão dirigiu a obra Samuel Benett. Mestre Nicolau, q. tinha vindo para S<sup>ta</sup> Cruz, fez o retabulo da egreja. Recibo por elle

assignado na Torre do Tombo. O alvarà de D. João III chama-lhe imagynayro. (esculptor) O retabulo è de jaspe negro e alabastro transparentissimo. D. Manoel doou à imagem de N. S.<sup>a</sup> da [90] Pena uma corôa do primeiro ouro q. veio do Oriente como o da custodia de Belem. Essa corôa tinha engastada uma preciosa esmeralda. A rainha D. Maria offereceu-lhe uma lampada de prata, e a rainha D. Catharina, mulher de D. João III, umas contas de ouro feitas na India com uma cruz de rubins. (M. L. Mon.<sup>tos</sup> historicos) / [91]

Paço de Cintra (na villa) Edificado por D. João I sobre a pequena alhambra dos Wallids mouros de Lxa. Habitou frequentemente estes paços D. Duarte. N'elles nasceu D. Affonso V. D. João II acrescentou-os. D. Manoel celebrou n'elle festas magnificas. No tempo de D. João III o almoxarife da casa, em carta de 1527, queixa-se ao rei de que ha cinco annos q. este não ia a Cintra, e aconselha-o a fazer uma romaria a N. S.<sup>a</sup> da Pena. / [92]

Convento do Bussaco – Lançada a primeira pedra por dois carmelitas descalços, de Aveiro, no dia 7 de agosto de 1628. Os dois frades, acompanhado de um leigo, chegaram a pè, trazendo cada um um cobertor para lhe servir de cama, uma canastra de sardinhas para se alimentarem, e dez crusados em dinheiro para edificarem a casa. (Vid. Vilhena Barbosa Convento e matta do Bussaco) / [93]

Capella de S. Braz em Villa Real (Vid. pag 17) Tem cinco mausoleus. No mais bello, de puro stylo ogival lado da epistola lê-se em letra gothica o seg<sup>te</sup> epitaphio: “Aqui jaz João Teixeira de \ Macedo do Conselho de El Rey \ o qual entre outros muito as \ sinalados serviços que \ fez tomou Vilvestre por \ Combate conteve tres \ annos estando muito tem \ po cercado pelejando m \ <sup>tas</sup> vezes ganhando muito \ honra e grande memoria \ Falleceu aos 6 dias de Julho \ de 506 annos” È de granito. Tem na parte superior, de um lado um brasão d'armas em quartéis: no 1<sup>o</sup> a cruz de Christo vazia; no 2<sup>o</sup> cinco / [94] flores de liz e assim os contrarios. Do lado opposto um elmo com plumas em alto relevo e no cavallete o epitafio. A sepultura do lado do evangelho tem esculpida na tampa uma espada com duas meias luas. Diz a Monarchia Lusitana que esta sepultura è de Lourenço Viegas, o espadeiro, filho de Egas Moniz, para aqui transportado d'Evora, onde falleceu. Fundador da capella de S. Braz Affonso Gonçalves de Maçada e sua mulhar Moor Bentes. A porta d'esta capella è ogival. Delegado dos M<sup>tos</sup> nacionaes Francisco de Salles Costa Lobo. (Ver caderno notas desenhos) / [95]

Mosteiro de S. Lourenço de Receão (ao sul de Lamego. Bispado de Lamego. Desappareceu este mosteiro de freiras benedictinas fundado em 1184. D. Diniz dera a estas freiras e a sua sucessoras o foro de fidalgas da casa real. È famoso e caracteristico

*o facto succedido em Receão no seculo XV. Era abbadessa do convento Clara Fernandes, filha natural do marquez de Marialva, governador da Beira, residente em Lamego. Havia apenas no convento mais duas freiras. Clara mancomunou-se com ellas e disfarçadas de homens mataram a outra. O bispo expulsou-as do [96] mosteiro, para onde foram em 1436 os conegos seculares de S. Salvador de Villar de Frades (loyos) Clara Fernandes, q. nenhum convento quiz receber, foi para Santarem, onde casou, matando o marido. Perseguida pela justiça, invocou o foro eclesiastico como abbadessa, e foi enviada ao bispo de Viseu, q. a absolveu. Em um documento citado por Santa Rosa de Viterbo e relativo a este facto, se diz: “ E nom houve hi mais freiras, nem mais barregans nem outras [?].” As freiras de Receão tinham amantes com quem viviam maritalmente com escandalo publico. [97] a immoralidade nos Conventos de freiras, muitas das quaes não eram professoras, não sabiam lêr nem escrever e viviam do seu trabalho, era monstruosa antes do sec. XVI em que as ordens se reformaram. No reinado de D. Diniz numerosas freiras requeriam do rei q. lhes legitimasse os filhos, declarando os nomes dos Paes q. eram clericos, pela maior parte, regulares ou seculares. [98]*

*Castello de Palmella Fundação de D. Affonso Henriques. Fortificação dos Christãos da Extremadura contra os mouros do Alentejo. Cabeça da ordem de S. Thiago. No interior da fortaleza o convento dos freires aos quaes D. Sancho I doou o Castello em 1186. O convento è fundação de D. João I. O castello foi tomado aos Sacarrenos por D. Affonso I, reconquistado pelos mouros e por elles outra vez entregue a D. Affonso. Em 1484 n'elle foi encerrado o bispo d'Evora D. Garcia de Menezes, filho de D. Duarte de Menezes, cumplice na conspiração do duque de Viseu contra D. João II. D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra, filho bastardo de D. João II e mestre de S. Thiago, aqui recebeu a noticia de estar pre=[99]so no Castello de S. Jorge, Lxa, seu filho primogenito, D. João de Lencastre, marquez de Torres Novas mais tarde primeiro duque de Aveiro por se oppor ao casamento do infante D. Fernando, irmão mais novo de D. João III, com D. Guiomar Coutinho, filha do marquez conde de Marialva e de Loulé, sustentando q. cladestinam.<sup>te</sup> se achava casado com essa rica herdeira. [100]*

*Trofa, perto d'Agueda Egreja do Salvador (sec XVI. A capella mor e a antiga capellas dos Lemos q. para este fim a cederam com o direito de apresentarem o parochio. Este direito passou depois para a familia do Conde de Mello, Pedro de Mello Breyner, ultimo senhor donatario da Villa da Trofa. N'esta capella se acham os preciosos tumulos dos Lemos, dois de cada lado em ꝑ arcos de pedra de Ançam. Epitafio do tumulo q. tem a estatua orante: “Aqui jaz Duarte de Lemos, filho q. foi de João Gomes de Lemos e neto*

*de Gomes Miz, o qual por serviço de Deus e honra de sua linhagem mandou fazer esta capella sera seu pae e avos para si e pera a sua molher, e foi feita esta capella na era de 584 anos, / [101] o qual faleceu aos 27 dias de junho de 1588” Epitaphio do tumulo contiguo: “Aqui jaz D. Joana de Mello, molher q. foi de D. Duarte de Lemos a qual falleceu aos 12 dias do mez de outubro 1599. sepulturas do lado do Evangelho. João Gomes, João Martins, D. Violante, D. Maria de Azevedo. Duarte de Lemos 3º senhor da Villa da Trofa, foi capitão de uma armada na India em tempo do vice-rei D. Francisco de Almeida sendo capitão mor da costa de Cumbaia – dizem os comentarios do grande Affonso de Albuquerque – q. elle era o maior homem q. havia em Portugal e muito arrogante. Foi Duarte de Lemos aquelle que m 1582, não querendo saudar / [102] Felipe II, com q.<sup>m</sup> se encontrara a meio da ponte de Coimbra, se atirara com o cavallo q. montava da ponte abaixo.*

*Egreja da Varziella perto de Cantanhede Contem um magnifico retabulo em pedra representando Nossa Senhora das Misericordias, o qual se relaciona com o S. Gonçalo do museu de Coimbra e com N. S.<sup>a</sup> da Misericordia de Alda Ferreira Pinto. Sec XVI. Escola de Ruão e Nicolau Chatenez. / [103]*

*Egreja de Goes – Comarca d’Arganil Contem o bello tumulo do Conde da Sortelha. sec XVI. Estatua orante. Escola de Coimbra. O morgado de Goes passou por casamento aos Silveiras, Condes da Sortelha. Luiz da Silveira foi guarda-mòr do rei D. Manoel, do seu conselho e veador mor das obras, ~~D. João III~~ terços, residuos, hospitaes, e capellas d’estes reinos e senhorios. D. João III lhe deu o titulo de 1º conde de Sortelha em 1522 ou 23. Estreita relação d’este tumulo com os melhores de S. Marcos. / [104]*

*Oliveira do Conde Beira alta, conselho do Carregal, comarca de S<sup>ta</sup> Comba-Dão. Seculo XIV. Parecido com o de S<sup>ta</sup> Isabel em S<sup>ta</sup> Clara de Coimbra*

*Tumulo*

*Goes – Casa de Nogueira Ramos Bello tecto em madeira. Sec. XVI./*

*- Índice –<sup>13</sup>*

*Alcobaça – Mosteiro pag 35 – Porta do refeitorio p. 69 –*

*Almoral – Castello pag. 54*

*Alvito – Castello p. 53*

*Azeitão - Quinta da Bacalhôa – 50*

<sup>13</sup> As páginas do Índice não se encontram numeradas no documento original.

Azurara – Matriz – 7

Batalha – igreja – 5

Beja – Ermida de Santo André 7

“ - Igreja da Conceição – 7

Braga – Sè pag 2 – Capella de N. S.<sup>a</sup> da Conceição – 7 – Capella de N. S.<sup>a</sup> da Gloria – 26

Bussaco – Convento - 92

Caminha – Matriz – 8

Castellos – 83

Cette – Mosteiro – 18 – N. S.<sup>a</sup> do Valle = 18

S. Christovam de Rio Mau – igreja 27 /

Cintra – Paço real – 91 – Castello da Pena – 87

Coimbra – Igrejas do seculo X – 43. Se Velha – 1. Igreja do Salvador – 19. igreja de S. Thiago – 19 – Santa cruz 20 – Claustro do Silencio – 21- Collegio do Carmo 2 – Collegio da Graça 22 – Coll. De S. Thomaz 23 – Capella da Universidade – 24 – Paço do Bispo 24 Casa de Subripas 49 – Tumulos da Se Velha 70

Evora S. Francisco – 8 – Casa dos Loyos 28 – Igreja do Paraizo – 29 . Igreja de Santa Clara p. 30 – N. S.<sup>a</sup> do Espinheiro p. 31 – Ermida de Garcia de Resende – 31 – Paço do Arcebispo 32 – Casa Pia 33 – Sè 33 /

Evora – Ermida de S. Braz – 8. Casa Pia 82

Fonte Arcada – Igreja matriz 27

Goes – Matriz 103 – Tecto em casa de Nogueira Ramos

Gollegã – Igreja matriz 9

Guarda – Se 3 – Igreja da Povia de Mileu

Guimarães – N. S.<sup>a</sup> da Oliveira 1 S. Miguel do Castello 9 – Capella de Santa Catharina. N. S.<sup>a</sup> da Oliveira 62. As torres 63 – O Castello 63 Paço dos duques de Bragança 55

Lamego Santa Maria de Almacave 15 – Mosteiro de Salzedas 15 /

Lamego – Sè 4

Leça do Balio – Mosteiro 9

Lisboa Sè – Claustro da Se – 1 Convento do Carmo – 6 – Conceição Velha 10 – Jeronymos 5 Palácio dos marqueses de Fronteira 48

S. Lourenço de Receão – Mosteiro 95

S. Marcos – igreja 70 -

S. Martinho de Candoso (Guimarães) matriz 25

Miranda do Douro Sè 44 – Paço Episcopal 46



Montalegre – Egreja de S. Vicente da Chã 56 – 10

Nazareth – Egreja azulejos

Obidos – Egreja do Senhor da Pedra 11 /

Obidos Egreja de S. pedro 60

Odivellas Mosteiro 56

Oliveira do Conde – Tumulo 104

Paço de Sousa – Egreja do Salvador 11

Palmella Egreja de S. Thiafo II

“ Castelo 98

S. Pedro de Rates – Egreja 12

Ponte de Lima – Palacio do marquez – 59

Portalegre – Egreja e seminario Casa da Condessa V. Real 57-58

Porto – Sè 5 – Convento de Santa Clara 14 – Sé 1 - Cedofeita 1-37 – S. Francisco 11 –

Arco de Santa Anna 80 – Velhas ruas 80 Sè 79 – Loyos 79 – Convento de S Bento 79

Queluz – Palacio 51 /

Santarem – Egreja da Graça 67 – Convento de S. Francisco 65 – Egreja de Santa maria de Marvilla 69 – S. João do Alporão 36-42

Setubal – Egreja do Convento de Jesus

Tarouca – Egreja de S. João 13

S. Thiago do Cacem Matriz 12

Santo Thyrso – Convento 12

Thomar – Egreja da Misericordia 75 – Santa Maria do Olival 6 Convento de Christo 60-39 Egreja do Convento de Santa Iria 75. S<sup>ta</sup> Maria do Olival 77

Torres Vedras Santa Maria do Castello

Trofa (perto de Agueda) Egreja do Salvador 100 /

Varziella – Egreja 102

Vianna do Alemtejo – Matriz 32

Villa Real – Egreja de S. Domingos 16 – Capella de S. Braz 93-17

Villar de Frades – Convento 38

Villa Viçosa – Paço 52

Viseu – Casas manoelinas 64

Villa do Conde Matriz 27

**Documento 9** - Inventário dos Monumentos portugueses arquivado sob a autoria de Gabriel Pereira.

BNP, Mss 222, n.º 3, *Gabriel Pereira, Monumentos Portugueses*. [fichas manuscritas e numeradas]

*Monumentos*

		<i>Anciães</i>	12
<i>Aguas Santas (Conselho da Maia), Egreja de N. S.ª da Espectação</i>		<i>Castello</i>	
		<i>Arnosa de Pampelido</i>	13
<i>Albardos (Serra de)</i>	1 <sup>1</sup>	<i>Padrão de Pampelido</i>	
<i>Arco commemorativo da conquista de Santarem</i>		<i>Arrayolos</i>	14
		<i>Castello</i>	
<i>Alcacer do Sal</i>	2	<i>Arruda</i>	15
<i>Castello</i>		<i>Pelourinho</i>	
<i>Alcobaça</i>	3	<i>Aviz</i>	16
<i>Mosteiro de Santa Maria</i>		<i>Egreja do extincto convento de S. Bento de Aviz</i>	
<i>Alhandra</i>	4	<i>Azurara</i>	17
<i>Padrão das linhas de Torres Vedras</i>		<i>Egreja matriz</i>	
<i>Aljúbarrota</i>	5		
<i>Ermida de S. Jorge</i>		<i>Barcellos</i>	18
<i>Almourol</i>	6	<i>Cruzeiro do gallo, arredores de Barcellos</i>	
<i>Castello</i>			
<i>Alter do Chão</i>	7	<i>Batalha</i>	19
<i>Pelourinho</i>		<i>Santa Maria da Vitoria</i>	
<i>Alter do Chão</i>	8	<i>Batalha</i>	20
<i>Castello</i>		<i>Pelourinho</i>	
<i>Alverca</i>	9	<i>Beja</i>	21
<i>Pelourinho</i>		<i>Castello</i>	
		<i>Torre (D. Dinis)</i>	
<i>Alvito</i>	10	<i>Beja</i>	22
<i>Castello, ou palacio acastellado dos condes-barões d'Alvito</i>		<i>Ermida de Santo André</i>	
<i>Ameixial</i>	11	<i>Beja</i>	23
<i>Padrão da batalha</i>		<i>Egreja da Conceição</i>	

<sup>1</sup> Estes números correspondem à numeração dos verbetes.

<i>Belem</i>	24	<i>Castello Bom</i>	39
<i>Jeronymos. Mosteiro de N. S.<sup>a</sup> de Belem</i>		<i>Castello</i>	
<i>Belem</i>	25	<i>Castello Rodrigo</i>	40
<i>Egreja de N. S.<sup>a</sup> do Livramento e S. José (Memoria)</i>		<i>Castello</i>	
<i>Belem</i>	26	<i>Castello Rodrigo</i>	41
<i>Torre de S. Vicente de Belem</i>		<i>Padrão chamado = Cruz de Pedro Jacques =.</i>	
<i>Braga</i>	27	<i>Castello de Vide</i>	42
<i>Monumento de D. Pedro V.</i>		<i>Monumento de D. Pedro V</i>	
<i>Braga</i>	28	<i>Castello de Vide</i>	43
<i>Capella de N. S.<sup>a</sup> da Conceição, na rua de S. João de Souto.</i>		<i>Castello</i>	
<i>Braga</i>	29	<i>Castello de Vide</i>	44
<i>Castello</i>		<i>Porta d'Aramenha</i>	
<i>Bragança (visinhanças)</i>	30	<i>Castro Verde</i>	45
<i>Ruínas do mosteiro de Castro D'Avelans</i>		<i>Castello</i>	
<i>Bragança</i>	31	<i>Castro Verde</i>	47
<i>Castello</i>		<i>Egreja de N.S.<sup>a</sup> dos Remedios</i>	
<i>Bussaco</i>	32	<i>Chagas do S.<sup>mo</sup> Salvador</i>	
<i>Monumento da Batalha</i>		<i>Celorico</i>	48
<i>Bussaco</i>	33	<i>Castello</i>	
<i>Convento e capella da matta</i>		<i>Cette</i>	49
<i>Caminha</i>	34	<i>Capella de Nossa Senhora do Valle</i>	
<i>N. S.<sup>a</sup> da Assumpção</i>		<i>Chaves</i>	50
<i>Caminha</i>	35	<i>Tumulo de D. Affonso, 1.<sup>o</sup> duque de Bragança</i>	
<i>Egreja matriz</i>		<i>Cintra</i>	51
<i>Campo Pequeno (Lisboa)</i>	36	<i>Pelourinho</i>	
<i>O padrão das pazes</i>		<i>Cintra</i>	52
<i>Carrazedo</i>	37	<i>Ermida de N. S.<sup>a</sup> da Peninha</i>	
<i>Mamunha</i>		<i>Cintra</i>	53
<i>Cascaes</i>	38	<i>Mosteiro, hoje paço, de N. S.<sup>a</sup> da Pena</i>	
<i>Monumento de D. Maria II</i>			

<i>Cippos</i>	54	<i>Crato</i>	68
<i>Museu do Carmo, Lisboa</i>		<i>Egreja da Flor da Rosa</i>	
<i>Carvalheiros, Braga</i>			
<i>Museu do Cenaculo, Evora</i>		<i>Elvas</i>	69
<i>Museu municipal de Beja</i>		<i>Monumento da batalha das linhas d'Elvas</i>	
<i>Citania de Briteiros</i>	55	<i>Elvas</i>	70
<i>Muralhas, casas, pedras lavradas, memorias epigraphicas</i>		<i>Aqueducto da Amoreira (tempo de D. Sebastião)</i>	
<i>A pedra formosa</i>		<i>Ermida</i>	71
<i>Coimbra</i>	56	<i>O memorial, proximo de Penafiel</i>	
<i>Aqueducto do tempo de D. Sebastião</i>		<i>Arco commemorativo</i>	
<i>Coimbra</i>	57	<i>Evora</i>	72
<i>Claustro do convento de Cellas</i>		<i>Egreja de S. Francisco</i>	
<i>Coimbra</i>	58	<i>Evora</i>	73
<i>Paço episcopal</i>		<i>Ermida de S. Braz</i>	
<i>Coimbra</i>	59	<i>Evora</i>	74
<i>Mosteiro de Santa Cruz</i>		<i>Collegio do Espirito Santo</i>	
<i>Coimbra</i>	60	<i>Evora</i>	75
<i>Paços da Universidade</i>		<i>Egreja de Scala Coeli (Cartuxa)</i>	
<i>Coimbra</i>	61	<i>Evora</i>	76
<i>Sé Velha (S. Christovão)</i>		<i>Templo romano</i>	
<i>Coimbra</i>	62	<i>Evora</i>	77
<i>Egrejas de Santa Justa e São Thiago</i>		<i>Aqueducto da Prata (D. João 3.º)</i>	
<i>Coimbra</i>	63	<i>Evora</i>	78
<i>Egreja e côro de Santa Clara</i>		<i>Restos dos paços reaes</i>	
<i>Coimbra</i>	64	<i>Extremoz</i>	79
<i>Egreja de Santa Clara, em ruina</i>		<i>Castello</i>	
<i>Coimbra</i>	65	<i>Torre de D. diniz (Rainha Santa)</i>	
<i>Arco d'Almedina</i>		<i>Feira</i>	80
<i>Coimbra</i>	66	<i>Castello</i>	
<i>Egreja do Salvador</i>		<i>Freixo de Espada-cinta</i>	81
<i>Columnas miliarias</i>	67	<i>Castello</i>	
<i>Caminho da Geira</i>		<i>Gollegan</i>	82
<i>Carvalheiras, de Braga</i>		<i>Egreja matriz</i>	
<i>Museu do Carmo, Lisboa</i>			

<i>Guarda</i>	83	<i>Lindoso</i>	99
<i>Sé</i>		<i>Castello</i>	
<i>Guimarães</i>	84	<i>Lisboa</i>	100
<i>Castello</i>		<i>Monumento a D. Pedro IV</i>	
<i>Guimarães</i>	85	<i>Lisboa</i>	101
<i>Paços dos duques de Bragança</i>		<i>Estatua equestre de D. José 1.º</i>	
<i>(restos)</i>			
<i>Guimarães</i>	86	<i>Lisbôa</i>	102
<i>Padrão em frente da Igreja ([?])</i>		<i>Monumento da Luiz de Camões</i>	
<i>Guimarães</i>	87	<i>Lisbôa</i>	103
<i>Igreja de N. S.ª da Oliveira</i>		<i>Monumento do duque da Terceira</i>	
<i>Guimarães</i>	88	<i>Lisboa</i>	104
<i>S. Miguel do Castello</i>		<i>Arco da praça do Commercio</i>	
<i>Ilhavo</i>	89	<i>Terreiro do Paço</i>	
<i>Ermida da fabrica da Vista Alegre</i>		<i>Lisboa</i>	105
<i>Lamego</i>	90	<i>Palacio do conde d'Almada</i>	
<i>Castello</i>		<i>(Conjuração de 1640)</i>	
<i>Lamego</i>	91	<i>Lisboa</i>	106
<i>Santa Maria de Almacave</i>		<i>Monumento dos restauradores</i>	
<i>Lamego</i>	92	<i>Lisboa</i>	107
<i>Sé</i>		<i>Casa de Garrett (onde falleceu)</i>	
<i>Langroiva</i>	93	<i>Rua Saraiva de Carvalho</i>	
<i>Castello</i>		<i>Lisboa</i>	108
<i>Lapela</i>	94	<i>Casas de Luis de Camões</i>	
<i>Castello</i>		<i>Lisboa</i>	109
<i>Leça do Bailio</i>	95	<i>Casas de Vasco da Gama (?)</i>	
<i>Cruzeiro</i>		<i>Lisboa</i>	110
<i>Leça do Bailio</i>	96	<i>Casa de João das Regras ou</i>	
<i>Igreja de Santa Maria de Leça</i>		<i>d'Aregas</i>	
<i>Leça do Bailio</i>	97	<i>(Borratem)</i>	
<i>Igreja de Santa Maria de Leça</i>		<i>Lisboa</i>	111
<i>Leiria</i>	98	<i>Palacio do conde d'Almada</i>	
<i>Castello</i>		<i>Lisboa</i>	112
<i>(Paço real de D. Diniz)</i>		<i>Casa de Braz d'Albuquerque</i>	
<i>trabalhos de Korrodi</i>		<i>(Casa dos Bicos, á Ribeira Velha)</i>	

Lisboa Pelourinho	113	Lisboa Basilica do SS. <sup>mo</sup> Coração de Jesus	125
Lisboa Cruzeiro de Arroyos (hoje dentro da igreja)	114	Lisboa Egreja de S. Vicente de Fóra	126
Lisboa S. Pedro d'Alcantara (capella no adro dos Santos Verissimo, Maxima e Julia)	115	Lisboa Capella de S. João Baptista, em S. Roque	127
Lisboa Egreja de Santa Engracia	116	Lordelo Arco commemorativo	128
Lisboa Conceição Velha	117	Lorvão Egreja do mosteiro	129
Lisboa Nas <u>Francezinhas</u> : Tumulos da rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia, e da princeza D. Isabel, filha de D. Pedro II	118	Luz (N. S. <sup>a</sup> da Luz, Lisboa, freg. de Carnide) Egreja da Luz, é tumulo da infanta D. Maria.	130
Lisboa Na igreja de S. Francisco de Paula, Tumulo da rainha D. Maria Anna Victoria	119	Mafra Real basilica e convento de N. S. <sup>a</sup> e Santo Antonio	131
Lisboa na sacristia da Graça Tumulo de Mendo de Foyos	120	Mamaltar Mamunha	132
Lisboa Na igreja das Mercês Tumulo do marquez de Pombal	121	Mattosinhos Estatua de Manuel da Silva Passos	133
Lisboa Egreja de N. S. <sup>a</sup> da Luz Tumulo da infanta D. Maria	122	Memorias epigraphicas Celtibericas (Beja, Lisboa) Romanas. Evora, Coimbra, Lisboa, Coimbra Gregas. Gothicas. Evora. Lisboa. Arabes. Evora Hebraicas. Evora. Lisboa	134
Lisboa Aqueducto das Aguas Livres, na ribeira de Carenque	123	Moncorvo Castello <i>Monsanto</i> <i>Castello</i>	135  136
Lisboa Egreja arruinada de N. S. <sup>a</sup> do Vencimento do Monte do Carmo	124	<i>Monsaraz</i> <i>Castello</i>  <i>Montalegre</i> <i>Castello</i>	137  138

<i>Montalegre</i>	139	<i>Pelourinhos</i>	153
<i>Egreja de S. Vicente de Cham</i>		<i>Villa Viçosa</i>	
		<i>Arrayolos</i>	
<i>Montes Claros</i>	140	<i>Aljubarrota.</i>	
<i>Monumento da batalha</i>			
		<i>Penafiel</i>	154
<i>Monumentos romanos</i>	141	<i>Ermida, o <u>marmorial</u></i>	
<i>Braga, Evora, Bobadella, Thomar</i>		<i>Arco commemorativo</i>	
<i>(Nabancia)</i>			
<i>Panoias (Villa Real).</i>		<i>Penafiel (no concelho)</i>	155
		<i>Egreja do Salvador de Paço de</i>	
<i>Monumentos prehistoricos</i>	142	<i>Sousa</i>	
<i>Dolmens ou antas, antellas ou</i>			
<i>mamunhas,</i>		<i>Pendurada</i>	156
<i>Cintra, Bellas, Alemtejo, Beiras</i>		<i>Arco commemorativo</i>	
<i>Neiva</i>	143	<i>Pombal</i>	157
<i>Castello</i>		<i>Castello</i>	
<i>Obidos</i>	144	<i>Pombeiro</i>	158
<i>Castello</i>		<i>Egreja do mosteiro</i>	
<i>Obidos</i>	145	<i>Porto</i>	159
<i>Egreja do S.<sup>or</sup> Jesus da Pedra</i>		<i>Estatua equestre de D. Pedro IV</i>	
<i>Odivellas</i>	146	<i>Porto</i>	160
<i>Mosteiro de S. Diniz</i>		<i>Monumento de D. Pedro V</i>	
<i>Odivellas</i>	147	<i>Porto de Mós</i>	161
<i>Arco commemorativo.</i>		<i>Cruzeiro</i>	
<i>Paço de Sousa</i>	148	<i>Porto de Mós</i>	162
<i>Egreja do antigo mosteiro, hoje</i>		<i>Castello</i>	
<i>matriz</i>			
		<i>Porto</i>	163
<i>Paço de Sousa (concelho de</i>	149	<i>Palacio da Bolsa</i>	
<i>Penafiel)</i>			
<i>Egreja do Salvador</i>		<i>Porto</i>	164
		<i>Paço episcopal</i>	
<i>Palmella</i>	150		
<i>Castello</i>		<i>Porto</i>	165
<i>Palmella</i>	151	<i>Egreja da Serra do Pilar</i>	
<i>Egreja de S. Thiago, dentro do</i>			
<i>castello</i>		<i>Porto</i>	166
		<i>Torre dos Clerigos</i>	
<i>Panoias</i>	152	<i>Porto</i>	167
<i>(S. Pedro de Valle de Nogueira,</i>		<i>Egreja de S. Martinho de</i>	
<i>Villa Real T. M.)</i>		<i>Cedofeita</i>	
<i>Monumentos romanos, inscripções</i>			
<i>em penedos</i>			

<i>Porto</i> <i>Egreja de S. Francisco</i>	168	<i>São Thiago de Cacem</i> <i>Castello</i>	183
<i>Porto</i> <i>Hospital de Santo Antonio</i>	169	<i>S. Thiago de Cacem</i> <i>Egreja de S. Thiago</i>	184
<i>Porto</i> <i>Convento de Santa Clara</i>	170	<i>Segura</i> <i>Castello</i>	185
<i>Póvoa de Mileu, perto da Guarda</i> <i>Capella de S. Vicente</i>	171	<i>Setubal</i> <i>Pelourinho</i> <i>(columna romana)</i>	186
<i>Rates</i> <i>Egreja de S. Pedro de Rates</i>	172	<i>Setubal</i> <i>Monumento de Bocage</i>	187
<i>Rebordões</i> <i>Arco commemorativo</i>	173	<i>Setubal</i> <i>Castello de S. Filippe</i>	188
<i>Runa</i> <i>Hospital dos Invalidos</i>	174	<i>Setubal</i> <i>Torre do Outão</i> <i>e torre do antigo farol</i>	189
<i>Sabugal</i> <i>Castello</i>	175	<i>Setubal</i> <i>Egreja de Jesus</i>	190
<i>Sagres</i> <i>Padrão do infante D. Henrique</i>	176	<i>Setubal</i> <i>Egreja de S. Julião</i>	191
<i>Santarem</i> <i>Santo Agostinho.</i>	177	<i>Silves</i> <i>Castello</i>	192
<i>Santarem</i> <i>S. João do Alporão</i>	178	<i>Soure</i> <i>Castello</i>	193
<i>Santarem</i> <i>Santa Maria da Alcaçona</i> <i>(cippos romanos)</i>	179	<i>Tarouca</i> <i>Egreja de S. João Baptista</i>	194
<i>Santo Thirso</i> <i>Claustros do Mosteiro</i>	180	<i>Terena</i> <i>Castello</i>	195
<i>São Domingos de Bemfica</i> <i>Tumulo de João d'Aregas, na</i> <i>egreja do convento de S.</i> <i>Domingos</i> <i>(Tumulo de fr. Luiz de Sousa)</i>	181	<i>Thomar</i> <i>Convento de Christo Torres</i> <i>Mon. arte militar</i>	196
<i>São Julião da Barra</i> <i>Monumento de Jonus Freire</i>	182	<i>Thomar</i> <i>Padrão do encontro (D. João 1.º e</i> <i>condestavel)</i> <i>Capela de S. Lourenço</i> <i>Padrão de D. Sebastião</i>	197



<i>Thomar</i> <i>Egreja de Santa Maria do Olival</i>	198
<i>Thomar</i> <i>Convento de Christo</i>	199
<i>Thomar</i> <i>Aqueducto do convento de Christo</i> <i>(Filippe 3.º - ?)</i>	200
<i>Thomar</i> <i>Egreja de S. João Baptista, matriz</i>	201
<i>Torres Novas</i> <i>Castello</i>	202
<i>Vianna do Castello</i> <i>Palacio vinscondes da Carreira</i>	203
<i>Villa do Conde</i> <i>Aqueducto do convento de S.<sup>ta</sup></i> <i>Clara,</i> <i>(obra de Filippe Tereso, tempo de</i> <i>Filippe III)</i>	204
<i>Villa Real (T.M.)</i> <i>Ruínas do hospital de S. Braz</i>	205
<i>Villa Real (T.M.)</i> <i>Egreja de S. Domingos</i>	206
<i>Villa Real (Tras-os-montes)</i> <i>Capella de S. Braz</i>	207
<i>Villa Velha de Rodão (concelho)</i> <i>Menhir?</i>	208
<i>Villa Viçosa</i> <i>O paço, dentro do castello.</i>	209
<i>Villa Viçosa</i> <i>Castello</i>	210

**Documento 10** - Acta de 6 de Agosto de 1902 onde Augusto Fuschini apresentou o seu parecer sobre as obras no Convento da Conceição em Beja à Comissão Executiva.

ANBA, 3 –D – SEC. 260, *Cons.º Sup. dos M., Actas, 1900-1907*, [Actas das Comissão Executiva].

*Conselho dos Monumentos Nacionaes*

*Commissão executiva*

*Acta da sessão de 6 de Agosto de 1902*

*Presentes á sessão os Snr<sup>s</sup>. Conselheiro Augusto Fuschini e Fernando Eduardo de Serpa.*

*Aberta a sessão á 1 hora da tarde foi lida e approvada a acta da sessão anterior.*

*Depois de resolvido o expediente ordinário leu o Snr Presidente o parecer ácerca da Igreja da Conceição de Beja, que traduzindo / exactamente as apreciações feitas pelo Snr Presidente e Secretario por ocasião da visita de estudo que tinham deito áquella Igreja, foi mandado expedir para o Ministerio das Obras Publicas, respondendo-se assim ao officio d'aquelle Ministerio relativo a este assumpto.*

*Em seguida foi resolvido mandar imprimir na Imprensa Nacional em folheto e no numero de 150 exemplares os dois Decretos organicos do Conselho dos Monumentos, afim de serem distribuidos pelos vogaes effectivos e correspondentes do mesmo Conselho.*

*E pela urgencia do assumpto foram mandados imprimir em uma imprensa particular os diversos pareceres relativos á decoração das salas e escada do novo Palacio da Escola-Medica.*

*Sendo 3 horas da tarde foi levantada a sessão.*

*O Secretario*

*(a) F. E. de Serpa*

*Parecer a que se refere a acta antecedente.*

*Em virtude do officio de V Ex<sup>a</sup> de 31 de maio do corrente anno fui, acompanhado do Secretario da Commissão executiva d'este Conselho examinar as obras da igreja e do Claustro do Convento da Conceição, onde se projecta estabelecer a Sé de Beja.*

*O nosso exame restringiu-se a dois pontos, que vamos expôr a V Ex<sup>a</sup>.*

*1º*

**Adaptação do edificio**

*A igreja e claustro annexo e as suas dependencias, o que resta do antigo convento, são edificios pequenos e acanhados; todavia, supponho, que terminadas convenientemente as obras, poderão ser estes edificios applicados ao uzo religioso a que se destinam.*

*Conveniente nos parece, porem, que as futuras obras, complemento das já executadas, sejam sujeitas a um plano geral de adaptação, para organizar o qual será necessario que o bispo, ou alguém do cabido enumere as dependencias indispensaveis que o edificio deve conter para satisfazer aos desejados fins.*

*Havendo rasoavel parcemonia nos pedidos e nas in-/dicações do cabido, estamos convencidos de que o edificio poderá convenientemente ter a applicação desejada com pequena despesa relativa, que calculamos no fim d'esta exposição.*

## 2º

### **Restauração do edificio**

*Partimos do principio de que o edificio, tendo, aliás, algum valôr artistico, está muito longe de poder e dever ser considerado um monumento nacional; o que não quer dizer por forma alguma que se não devam fazer esforços para o conservar e restaurar convenientemente.*

**Exterior** *A reconstrução e a restauração exteriores estão terminadas. Uma analyse minuciosa poderia achar alguns defeitos n'estes trabalhos, mas a verdade é que a impressão geral é agradável e o valor do edificio indicou talvez, a conveniencia de realisar certas economias, n'outros condemnaveis, taes como o emprego do cimento simulando cantarias. Podia-se, por ventura ter feito melhor; não valendo, porem, a pena pensar em se substituir o que se fez; Eis a nossa openião.*

**Interior** *Começemos pela igreja. Este edificio é quasi completamente coberto de talha dourada até á cornija, tendo apenas na parede da esquerda alguns quadros de azulejos. Nem a talha, nem os quadros nos pareceram de grande importancia artistica.*

*Do lado direito da nave existem altares com os respectivos retabulos, todos aliás de talha, excepto um de mosaico florentino, que tem no seu genero incontestavel valôr artistico.*

*O tecto da igreja é de abobada ogival, feita de tijolo, havendo sido outr'ora pintado com grandes florões e bordaduras no ultimo estylo de renascença. Como é sabido são estes tectos que melhor se harmonisam com a talha dourada.*

*O côro das freiras, assás espaçoso, repousando sobre uma especie de vestibulo, abria-se no extremo do corpo da igreja, em frente da Capella-môr; assim, na realidade o templo / era limitado pelas paredes do côro e do vestibulo. Alem d'isso, o coro tinha o tecto de*

*madeira e a ornamentação das paredes era completamente diferente pelo menos nas linhas geraes da ornamentação da igreja.*

*Procedendo-se a restauração do edificio, houve alguém que se lembrou de tornar mais amplo o templo, destruindo o côro e o vestibulo e deixando apenas o sobrado. Cegou-se a continuar a abobada da igreja até ao extremo, bem como a respectiva ornamentação, fingindo a talha em estuque, que mais tarde devia ser dourado!*

*As proporções da igreja foram assim alteradas, tomando o edificio o aspecto de uma galeria; além d'isso, como se tanto não bastasse, na restauração do tecto foi abandonada a antiga e característica pintura substituindo-a em toda a extensão da abobada por estuque de côr clara e de lavoires de pequeno gosto.*

*Esta pintura do tecto, destoando horrivelmente – é a palavra – da talha dourada, mais accentua ainda o defeito do comprimento da nave.*

*Evidentemente, foi um erro proceder assim. O côro das freiras deveria ter sido conservado, modificando-se apenas no que fosse indispensavel para o serviço especial que é chamado a satisfazer. O vestibulo inferior poderia, egualmente, ter soffrido alterações, que, permittindo tornar maior a superficie da igreja, lhe modificasse o menos possivel as antigas proporções.*

*Apesar da despesa que deve trazer a reparação do tecto da igreja, do côro e do vestibulo nas anteriores condições, somos de opinião que se deverá fazer este sacrificio para sanar um erro imperdoavel, quasi uma vergonha.*

*Do estado anterior o côro da igreja existem algumas photographias, que a meu vêr, podem fornecer sufficientes elementos para o restaurar; quando; porêm, esses elementos não existissem dever-se-iam tomar em consideração as seguintes / regras na continuação dos trabalhos de restauração.*

*1ª O tecto da igreja propriamente dito, isto é até ao côro antigo, deverá ser pintado no primitivo estylo, de que ha ainda exemplo menos mal conservado no tecto da casa do capitulo.*

*2ª Se não for considerada admissivel a reparação do tecto do côro, como era primitivamente, o que nos parece preferivel, ao menos separe-se o corpo da igreja do côro por meio de um arco e empregue-se no côro differente ornamentação, no respectivo tecto e nas paredes, embora harmonica com a da igreja.*

*3ª Defina-se bem o vestibulo por meio de arcos ou columnas.*

*Por esta forma, cremos que em grande parte, pelo menos, desaparecerão os defeitos, que são notados na igreja, ficando ella com a maior superficie possivel.*

*Em regra, nas restaurações que ainda ha para fazer, quer na igreja quer nos claustros, recommendamos que haja sempre a maior attenção em conservar o primitivo typo architectonico e de ornamentação, fazendo quanto é possivel que a nova pareça antiga e não que a antiga se torne nova, fazendo perder no edificio o seu velho character historico. Não é facil fazer um orçamento, á simples vista, de uma obra d'esta natureza, não temos, porem, grande recceio de errar affirmando que todos os trabalhos por nós indicados, bem como os que faltam para apropriar o edificio aos fins desejados, não excederão a somma de 10:000\$000 reis, se houver modestia nas exegencias e economia na administração.*

*Lisboa 18 d Agosto de 1902*

*(a) Augusto Fuschini*

*(a) Fernando Eduardo de Serpa Pimentel*

**Documento 11** - Objectos requisitados ao Museu das Janelas Verdes por Ramalho Ortigão.

ANBA, 1-C-SEC.057, *Ministério do Reino – Correspondencia Entrada, Anos 1888-1903.*

*Copia*

*L.º 21 – N.º 8*

*Relação dos objectos requisitados do Museu das Janellas Verdes para o fim de figurarem na Exposição Colombina de Portugal em Madrid*

- 1.º - Um gancho de ferro forjado (sala dos coches)*
- 2.º - Uma estante representando um pelicano (sala dos coches)*
- 3.º - Um tapete d'Arrayollos (salla dos coches)*
- 4.º - Um tapete d'Arrayolos (na sala fronteira á dos coches)*
- 5.º - Um armario de carvalho renascença (sala dos depositos)*
- 6.º - Uma mesa da India (sala da entrada)*
- 7.º - Uma arca da sala II.*
- 8.º - Um contador incrustado sala H.*
- 9.º - Um quadro de Epiphania*
- 10.º - Um quadro representado um cavalleiro de S. Thiago (N.º 18)*
- 11.º - Um quadro (N.º 11)*
- 12.º - Um dito (N.º 12)*
- 13.º - Uma arca (Sala I)*
- 14.º - Um medalhão de Lucca della Robbia sendo as armas reaes de Portugal*
- 15.º - Um estante terminando pela esphera armillar e a cruz de Christo*
- 16.º Uma colxa (118)*
- 17.º - Uma dita N.º 112 /*
- 18 – Uma dita n. 98. –*

---

*Pratas*

*N.º 128 – N. Senhora do Espinheiro*

*“ 134 – Custodia*

*“ 159 – Calice*

- Cruz d'estante (Sem numero)

“ 139 – Imagem de Santo Antonio

“ 133 – Cofre

“ 160 – Cofre

“ 130 – Cofre

- Relicario da Conceição de Beja

“ 284 – Uma patena

- Naveta em forma de Galeão

“ 176 – Cofre de tartaruga

“ 153 – Idem

“ 195 – Idem

“ 158 – Ampulheta de D. Manuel

“ 162 – Cofre em filigrana

“ - Arca da India } Sala Sequeira  
Cofre da India }

*Photographias dos monumentos e obras d'arte nacionaes existentes na academia de bellas artes.*

*O Delegado da Academia Real das Sciencias na Exposição Colombina de Portugal em Madrid – Ramalho Ortigão*

*Está conforme*

*Secretaria de Estado dos Negocios do [?] em 9 de Setembro de 1892*

*L. Cordeiro*

*Está conforme*

**Documento 12** – Resposta do Museu das Janelas Verdes à requisição assinada por Ramalho Ortigão.

ANBA, 2-A-SEC.095, *Livro de Correspondencia com o Ministerio do Reino*, [19-9-1884 a 17-5-1905].

N.º 25 [2º série]

*Para o Ex<sup>mo</sup> Ministro do Reino [sic]*

*Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Sñr.*

*Em resposta ao officio de VEx<sup>cia</sup> de 10 do corrente mez e referindo-me á relação que o acompanha cumpre-me informar a VEx<sup>cia</sup> que: os objectos constantes da mesma relação com o n.ºs 1, 4, 5, 6, 7, 8, 13, 14, 15, 16, 17, 18, a arca da India e cofre, idem da Sala Sequeira podem a meu ver figurar na exposição columbina de Portugal em Madrid sem que por isso perigue a sua conservação, porem o n.º 2. representando um pelicano é uma reproducção em gesso e por tal modo fragil que não resistirá talvez á sua conducção, o n.º 3, tapete de Arayolos [sic], está por tal modo arruinado pela traça que tambem me parece imprudente tirá-lo d'onde está para o não expor a ruina maior, os n.ºs 9 a 12 (4 quadros) não poderão sem ruina serem transportados para Madrid porque estão varados pelo bixo pelo que já por / diferentes vezes têm sido injectados; quanto ás pratas, (n.ºs 128, 133, 134, 158) existem reproducções feitas pela galvano-plastia que podem ir em logar dos originaes os n.º 159, 139, 160, 176, 153, 195, 162, o relicario da Conceição de Beja, a Naveta em forma de galeão e o n.º 130 que é um resplendor e não um cofre; não me parece conveniente desguarnecer as vitrines do museu, d'estes objectos aliás importantes, porem o n.º 284, patena d'ouro tem já o esmalte em parte cahido e outra parte em risco de succeder o mesmo se se lhe mecher muito; quanto á cruz d'estante, o quadro de S. João da escola de Viseu e os dois quadros de valor do asylo de D. Maria Pia sem outra indicação não posso dar a minha opinião. As photographias de monumentos de obras d'arte nacionaes que possui a Academia, poderão ir tambem, mas encaixilhadas e com vidros, sem isso não me responsabiliso pela sua conservação. O retrato de Vasco da Gama parece-me não haver inconveniente que vá figurar na dita exposição. É quanto me cumpre informar a VEx<sup>cia</sup> sobre este assumpto.*



[?],  *digo Incluso devolvo a relação – Deus Guarde a VEx<sup>cia</sup> – Academia 17 de Setembro de 1892. (a) Conde de Almedina Inspector. digo (a) Antonio Thomaz da Fonseca. Pelo Inspector.*

**Documento 13** – Primeiro relatório encontrado de Ramalho Ortigão sobre a Exposição Colombina.

ACL, Livro 60 B - *Commissão Portugueza da Exposição Colombina – Correspondencia*, [20 de Fevereiro de 1892 a 21 de janeiro de 1894], pp. 24 – 28.

N.º 112

Novembro 30

P<sup>a</sup> o Ministro do Reino

*Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>m</sup> Sñr. = Tenho a honra de enviar a VEx.<sup>a</sup> por copia, o officio que o Sñr Ramalho Ortigão, delegado da Academia na Exposição Colombina de Madrid, me envia para me participar a desappareição de uma patena que existia no Museu Nacional de Lisbôa, que foi confiada á Academia para figurar na exposição Madrilena e que desapareceu, sendo baldados todos os esforços da policia em Madrid e em Lisbôa para a encontrar. No officio de Sñr / Ramalho Ortigão vem minusiosamente referido esse caso de certo lamentavel, e o digno delegado da Academia declara-se prompto a indemnisar o Estado da perda defsa patena. Se me é licito dar opinião acerca de um facto que VEx.<sup>a</sup> terá superiormente de apreciar, observarei que era difficillimo obstar em Madrid, e ainda mais por occasião do transporte destes objectos preciosos ás tentativas dos mal intencionados para desviareem um ou outro que mais facilmente se pudesse esconder. É certo que de tantos objectos preciosifsimos que foram a Madrid, só este desappareceu, e este é como VEx.<sup>a</sup> sabe, uma parte truncada de um objecto artistico mais valioso, porque é a patena de um calix que foi roubado da Bibliotheca, escapando do roubador esta pequena peça como o S<sup>r</sup> Ramalho Ortigão conta no seu officio. – A Commissão entende que seria atrocifsimo tornar o Sñr Ramalho Ortigão responsavel pela perda, ou antes pelo roubo – porque é evidente que houve roubo. – desta patena. Tem sido efse facto causa para elle de profundo desgosto. Enfim não pofso fazer mais do que enviar a VEx.<sup>a</sup> com o officio do S<sup>r</sup> Ramalho Ortigão a participação do facto occorrido e sollicitar do esclarecido espirito de VEx.<sup>a</sup> uma resolução a este respeito. – Deus Guarde a VEx.<sup>a</sup> Commissão portugueza da Exposição Colombina 30 de Novembro de 1893. = Ill<sup>o</sup> Ex S<sup>r</sup> Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino = O Secretario Manoel Pinheiro Chagas*

*Copia do officio do S<sup>r</sup> Ramalho Ortigão<sup>1</sup>*

*Ill<sup>mo</sup> Ex<sup>m</sup> Snr ~ No periodico o “Seculo” datado de hontem acabo de ler a seguinte noticia “- A Academia de Bellas Artes informou o governo de que dos objectos do Museo Nacional confiados á Commissão Colombina para a Exposição de Madrid chegaram arruinados um quadro, diversas molduras de outros, alguns moveis antigos, um pelicano, bastante deterioradas todas as vitrines, tendo desaparecido, como é já sabido, a patena de ouro esmaltado, chamada do calix de Alcobaça, já tambem em tempo desaparecido, e não tendo ainda a Commissão / pago a respectiva emballagem” = Suppondo que tem authenticidade quasi official esta noticia, como a teem em geral todas aquellas em que os periodicos se referem ao expediente das secretarias do Estado, cumpre-me dar a VEx.<sup>a</sup> sobre o facto de que se trata algumas explicações. – Não direi que a informação attribuida á Academia de Bellas Artes seja em absoluto uma mentira. Considero-a porem uma verdade em estado de deterioração um pouco mais grave que a dos artigos a que allude, É obvio que com os objectos do Museu Nacional depois da viagem de Hespanha succederia, em maior ou menor escala o que succede a todos os moveis removidos de um ponto para outro; isto é que depois de tal operação elles se não achem mais solidamente ensamblados do que estavam antes. Objectarei no entanto que sendo abertos na minha presença, com a afsistencia do Sñr Conservador do Museo, os caixotes contendo os quadros que foram á exposição de Madrid, não se notou que estivesse qualquer d’elles arruinado. Unicamente mais tarde me foi dito pello alludido funcionario que em uma das pinturas se formára uma bolha no empaste da tinta. Este accidente é frequente em toda a pintura antiga executada a oleo sobre taboas em que houve um primitivo preparo de colla. A simples acção do tempo e a influencia meteorologica bastam para determinar efse phenomeno em antigos quadros immoveis, pendentos de um muro. D’ahi o vemos na propria galleria das Janellas Verdes paineis em que por simples effeito da idade, a pintura se desagregou da superficie a que estava applicada, e cahio ou vae cahindo a pedaços. É para remediar esta damnificação puramente evolutiva de toda a materia pintada que ha nos museus restauradores. Nos quadros em taboa, quando é a madeira que ameaça render injecta-se a madeira com inductos que a solidificam; quando é a pintura que empola / ou que greta, engomma-se a pintura, ou se embranquece e vivifica por meio de fricções, de lavagens, de velaturas, - processos que constituem o trabalho*

---

<sup>1</sup> Na margem: NB. Este officio que aqui vae transcripto, por copia, devia ser transcripto a pag    depois do officio do Sr. Pinheiro / Chagas de 26 de Dezembro, passando para este logar o que vae em seguida ao officio daquella data

*ordinario de conservação em todas as galerias. – Não ha molduras nem moveis arruinados. Um armario do Renascimento, que se achava na casa dos depositos do Museo, antes de ir para Madrid, foi em Madrid restaurado por conta da Commissão Colombina. – As vitrines que figuravam em Madrid guarnecidas de azulejos presos em entrelaçamentos de corda, não estão, como se pode facilmente suppôr, em estado de servir, sem restauro, quando despidas dos alludidos ornatos. Perguntei se a direcção do museo desejava receber as vitrines reconstruidas como primitivamente estavam ou com a guarnição que tinham tido em Madrid e como do Museo respondessem a VEx.<sup>a</sup> que eram preferidas as vitrines ornamentadas de corda e de azulejos, enviei-as ao Museo acompanhadas do operario que as devia armar. No Museo, onde parece, - havia obras na casa em que tinham de ser collocadas as vitrines, difseram ao operario a que me refiro que não podia por então proceder-se ao trabalho de que elle ia encarregado. E fse trabalho se fará sob minha responsabilidade, quando VEx.<sup>a</sup> como Secretario da Commissão Colombina o ordene e quando o Museo convenha em que se lhe dê principio. – Ha effectivamente como diz a informação da Academia, um pelicano arruinado. Esse pelicano é a reprodução de uma estante de côro em gefso. Foi partido pelas azas por um empregado do Museu que á minha vista o desembalou. – Não sou, como já tive a honra de dizer a VEx.<sup>a</sup>, responsavel pela emballagem feita em Madrid desde que, opportunamente, requeri, para proceder a efse trabalho, que o governo enviasse a Hespanha o emballador do Museo das Janellas Verdes – pedido a que o governo julgou não dever acceder. Para dar todavia a VEx.<sup>a</sup> a medida do cuidado posto neste serviço em Madrid, bastará dizer que, tendo figurado na nofsa exposição de ethnographia americana 56 peças de louça de barro, fragilífimas, pertencentes á Academia das Sciencias / e ao Museo archeologico, nem uma só defsas peças se quebrou, sendo todas integralmente restituídas. Ora os moveis do Museo Nacional são solidas peças macifas de carvalho, de teca ou de pau santo, alem de caixas encouradas em liso e guarnecidas de ferro. Alguns moveis são embutidos, outros entalhados. Todos os embutidos estão perfeitamente firmes nos seus engastes, e acham-se intactos todos os ornatos de esculptura nos entalhamentos. – Não é meu proposito offender com as explicações que presto a VEx.<sup>a</sup> as intenções de character dos directores, administradores ou conservadores do Museo Nacional, pelos quaes tenho a mais subida consideração e o mais profundo respeito. Concordo inteiramente, collocando-me no seu ponto de vista de pura conservação, com o parecer desfavoravel de Suas excellencias emquanto ao facto de serem deslocados do Museo os objectos preciosos confiados á sua guarda. Unicamente*

*me permittirei observar que, se o perigo que correm os productos de arte em transferir-se dos logares em que se acham, fofse razão para que elles se não removefsem, ficariam por efse facto supprimidas todas as exposições retrospectivas de pintura e de arte ornamental com tanta frequencia celebradas em todos os paizes cultos, onde constituem um nucleo de estudos comparados, indispensaveis á segurança da critica e ao conhecimento exacto da historia da arte. E não sómente essas exposições cefsariam de se fazer tão amiudadamente, como se fazem em Inglaterra, em França, na Belgica, na Italia, em Hespanha, em toda a Europa, mas o proprio Museo das Janellas Verdes deixaria de existir, porque as mesmas razões que se invocam para que não saiam de lá as obras artisticas, prevaleceriam com iguaes fundamentos para impedir que efsas mesmas obras para lá entrafsem. Direi ainda que toda a severidade me parece util e sobre modo louvavel na gerencia dos negocios d'esta natureza. Somente lastimo que só eu, e unicamente eu tenha sido objecto do apreciavel rigor a que me refiro. Em todas as exposições que precederam a ultima exposição de Madrid, a administração official foi um pouco mais latitudinaria do que desta vez. Afsim, por exemplo, antes de concorrer á Exposição / de Madrid, a Academia Real das Sciencias enviou, por ordem do Ministerio do Reino, a mais importante parte dos artefactos da sua preciosa collecção ethnographica á exposição universal de Vienna, onde figuraram no grupo da historia do trabalho das pofsefsões portuguezas. Esta collecção desapareceu, não em parte, mas totalmente. Constava, segundo o respectivo recibo existente no Archivo, de 133 peças, que a Academia nunca mais poudere haver, apesar das vivas instacias que para tal fim por varias vezes dirigio ao Governo de Sua Magestade. – Á exposição universal de Paris, em 1867, enviou a mesma Academia Real das Sciencias como documentos que então se julgavam fundamentaes para a historia da ceramica em Portugal, um vaso de jardim e um grande quadro de azulejos extrahidos para efse fim de um muro do edificio Academico, Nem do vaso de jardim, nem do painel de azulejos ha hoje outro vestigio, que não seja o signal que deixou na parede a ablação do quadro [?] que a preenchia e bem afsim o recibo das duas referidas peças firmado pelo conservador da Academia das Bellas Artes, então encarregado de receber para enviar a uma exposição estrangeira os mesmos valores artisticos que a dita Academia não quer agora que saiam do reino ou se deem para fóra. – Vê-se que a benemerita corporação á qual tantos e tão revelantes serviços devem as artes em Portugal, tem sobre o afsumpto sujeito duas opiniões differentes: - Primeira opinião: - nenhum objecto ainda que de tão pouca monta que nunca a Academia lhe houvesse dado a importancia de o avaliar e de o descrever, poderá*

*ser levado a exposições estrangeiras que a dita Academia não promova ou dirija. Segunda opinião: - Podem porem sair para todos os concursos d'arte, quer nacionaes, quer estrangeiros, todos os objectos ainda quando hajam de ser arrancados a picão dos edificios publicos de que façam parte logo que sejam empregados das Bellas Artes as pefsoas / idoneas incumbidas da dupla mijsão de haver efses objectos e de lançar em seguida o veu do mais impenetravel esquecimento sobre a formalidade poetica de os restituir. – Não me queixo de que principie por mim a exercer-se o zelo da Academia das Bellas Artes, antes muito me regosija e honra ser eu a fechadura escolhida, pela qual os zeladores officiaes da arte portugueza, seus portageiros e almotacés, abrem agora a nova era de uma administração mais perfeita. – Na ultima parte da informação da Academia das Bellas Artes, que estou analysando, ha a revelação de um facto, ao qual, pela responsabilidade, ainda que indirecta, que nelle me pofsa caber, não devo deixar de referir-me, Ainda não foi pago – diz efsa informação – o carpinteiro que fez a emballagem do Museo das Janellas Verdes para Madrid. – Permitta-me VEx.<sup>a</sup> que com referencia a este ponto, eu recorde, ainda que mui summariamente, alguns episodios da historia economica da exposição. Primeiro que tudo sabe VEx.<sup>a</sup> que toda a despeza feita em Hespanha com esta exposição, tão entusiastamente elogiada pelos documentos que reunio e pela sua brilhante installação artistica, - pagos todos os vencimentos dos empregados e todos os dispendiosos trabalhos de montagem e de decoraçào, paga a hospedagem de onze marinheiros da real armada, que fizeram a guarda de honra das salas portuguesas, satisfeitos em fim todos os encargos de viagens, de delegaçào, de direcçào, de ornamentaçào, de conservaçào, de limpeza e de emballagem para Lisbõa, - importou ao cabo de dez meses em que nos conservamos em Madrid, por ordem esprefsa do governo de Sua Magestade, na quantia em numeros redondos de sete contos setecentos mil reis. Nunca exposiçào alguma portuguesa custou ao estado tão exigua somma. – O orçamento apresentado ao governo pela Commissão Colombina referia-se ao fim do mez de abril como data primitivamente estabelecida para termo da exposiçào. Este orçamento achava-se porem referido á despesa diaria. De sorte que o governo estava perfeitamente instruido das / quantias que desde o fim do mez de abril teria que despender, alem da verba orçada, caso a exposiçào se prolongasse, por qualquer tempo que fofse, alem da data referida. Ordenou depois o governo – primeiro – que a exposiçào se conservasse aberta até o fim de maio, e em seguida que unicamente se fechasse no fim de junho. O governo portuguez fazendo efsas succesivas communicações de amabilidade ao governo hespanhol, esqueceu-se porem de me mandar ministrar, como delegado da*

*Commissão Colombina, a verba orçamental relativa aos dias decorridos desde o ultimo de abril até o ultimo de julho, em que terminariam, segundo o já especificado orçamento os trabalhos da exposição, encerrando-se esta no fim de junho, O governo, - repito-o porque é inverosimil este ponto – esqueceu-se de mandar abonar-me a somma correspondente a noventa e dois dias, em que a despeza effectiva em Hespanha, por disposição do mesmo governo, excedia a despeza primitivamente calculada. – Em tão extranhas e imprevistas circumstancias, procedi ás ultimas reduções e ás mais estreitas economias imaginaveis para que a exposição pudesse manter-se até o fim de junho, como o governo ordenara, e se fizessem os trabalhos de emballagem no mez de julho, dentro do mesmo orçamento calculado para o fim de abril. Entre efsas economias, que VEx.<sup>a</sup> mesmo classificou de Miraculosas, figura a supprefsão de um mez dos meus honorarios, de que expontaneamente prescindi; com o dinheiro que me restava, e no qual poderia cobrar-me dos vencimentos que me haviam sido arbitrados, paguei integralmente todas as despesas pefsoaes da Exposição. Para fazer face ás minhas despesas pefsoaes mandei ir de Lisbôa em ordem do Banco de Guimarães ao banqueiro Roy, da Calle de Atocha, em Madrid, a quantia de 1:500 pesetas. Como saldo da conta com o delegado na exposição, devia o governo de Sua Magestade á Commissão Colombina a quantia / de 380:000 reis. Suppuz que ao chegar a Lisbôa a importancia desta divida, a que chamaria sagrada, se não fosse eu mesmo o crédor, me seria immediatamente paga. VEx.<sup>a</sup> teve porem a bondade de me fazer saber que o Senhor Ministro do Reino não mandava abonar a alludida quantia pela razão de não haver verba disponivel para tal fim. Por identica razão, provavelmente, não seria pago o carpinteiro do Museu das Janellas Verdes. – A Commissão Colombina, a qual em nome do governo auctorisou e ordenou as despesas, cujo pagamento se lhe pede, julgará em sua honra se a allegação official de falta de verba, que VEx.<sup>a</sup> me communicou, não exprime, tradusida n'um eupheunismo de secretaria, uma violação manifesta da fé dos contractos entre o Estado e os cidadãos que o servem. – Pela minha parte notarei, com o devido respeito, que tambem eu, desde o fim de abril até o fim de julho não tinha em Madrid verba para as despesas da Exposição portuguesa e sem embargo paguei integralmente todas efsas despesas da responsabilidade do Estado, por me parecer que ás praxes da burocracia devia antepôr as razões da dignidade do governo portuguez e as do meu proprio decoro como seu delegado em*

*comissão n'um paiz estrangeiro. – Deus Guarde a VEx.<sup>a</sup> Lisbôa 26 de Dezembro de 1893<sup>2</sup> = Ill<sup>m</sup> Ex<sup>m</sup> S<sup>r</sup> Secretario da Comissão Colombina = J. D. Ramalho Ortigão*

---

<sup>2</sup> Pela datação da carta enviada deve ser Novembro e não Dezembro a data deste relatório.



**Documento 14** – Segundo relatório de Ramalho Ortigão sobre a Exposição Colombina.

ACL, Livro 60 B - *Commissão Portugueza da Exposição Columbina – Correspondencia*, [20 de Fevereiro de 1892 a 21 de janeiro de 1894], pp. 28v-31v.

N.º 114

Dezembro 26

P<sup>a</sup> o Ministro do Reino

*Ill<sup>m</sup> Ex<sup>mo</sup> Sñr Tenho a honra de transmittir a VEx.<sup>a</sup> a copia do officio que me foi enviado pelo Sñr Ramalho Ortigão e para o qual chamo a attenção de VEx.<sup>a</sup>. Especialmente tenho a honra de lembrar a VEx.<sup>a</sup> que a questão dos honorarios do S<sup>r</sup> Ramalho Ortigão a que elle se refere no fim do seu officio não foi ainda por VEx.<sup>a</sup> resolvida e que me parece de summa justiça que este delegado da Academia receba a / quantia que lhe é ainda devida e que completa a somma que lhe foi arbitrada pelo governo de Sua Magestade quando o encarregou de ir a Madrid dirigir os trabalhos da exposição portugueza, serviço que desempenhou de um modo tão notavel. Deus Guarde a VEx.<sup>a</sup> Secretario da Commissão Colombina 26 de Dezembro de 1893 – Ill<sup>m</sup> Ex<sup>m</sup> S<sup>r</sup> Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino – O Secretario M. Pinheiro Chagas.*

*Copia do officio do S<sup>r</sup> Ramalho Ortigão<sup>3</sup>*

*Ill<sup>m</sup> Ex<sup>mo</sup> Snr Certamente se recordará VEx.<sup>a</sup> que alguns dias antes da minha partida para Madrid, como delegado da Commissão executiva da Academia Real das Sciencias de Lisbôa para a representação de Portugal nas exposições historicas, por meio das quaes o governo hespanhol, de accordo com o governo portuguez celebrou o quarto centenario do descobrimento da America, Sua Excellencia o Sñr. Ministro do Reino, tendo a bondade de explicar-me, em conferencia a que VEx.<sup>a</sup> assistia, a natureza dos obstaculos que por tanto tempo retardaram a entrega dos objectos que deviam constituir a secção portugueza nas exposições alludidas, me perguntou “se eu poderia responsabilisar-me pela restituição integral dos objectos que me eram confiados, inteiramente illesos da minima deterioração.” A esta pergunta eu tive a honra de responder “- Que unicamente me responsabilisava pela restituição dos objectos que iam figurar nas exposições de Madrid no estado em que elles se achafsem no acto d’efsa restituição, ou incolumes ou combalidos. E isto no caso de que alguns ou todos os objectos de que se tratava não*

<sup>3</sup> Na margem encontra-se escrito: *Este officio devia ser lançado a pag 24 verso em substituição do q ali se acha registrado o qual passa para esta pagina.*

*houvessem desaparecido, porque, em tal hypothese, em estado algum eu me obrigava a restituil-os, sendo igualmente incerto – dada a natural fragilidade de todas as coisas – que as minhas proprias homenagens a SEx.<sup>a</sup> eu volvefse a apresentar-lhe podendo succeder vir eu mesmo a deteriorar-me mais que o honroso deposito que se me confiava. – VEx.<sup>a</sup> comprehendeu muito bem e creio que igualmente o comprehendeu o S<sup>r</sup> Ministro, que a unica responsabilidade que se me podia exigir e que eu acceitava era a de todas as precauções de observação e de guarda relativamente ás obras de arte, de que era o portador e depositario. – Agora exporei nos mais breves termos quaes as precauções de conservação e de guarda / que eu tomei e VEx.<sup>a</sup> ajuizará da deligencia e do zelo que eu empreguei no desempenho de tão espinhoso dever: - 1<sup>o</sup> Mandei embalotar - á minha vista – pelo emballador do Museu Nacional das Janellas Verdes, que era o obreiro de capacidade official para esta ordem de trabalhos, todos os objectos que constituiam a nofsa exposição. – 2<sup>o</sup> Depois de relacionados e inventariados os ditos objectos fiz aparafusar os caixotes que os encerravam, e sellei eu mesmo cada caixote com quatro sellos de chumbo por meio de um sinete especial que para tal fim mandára fabricar com a corôa real e com o monograma da Academia. – 3<sup>o</sup> Requisitei do S<sup>r</sup> Commissario geral de policia um guarda de sua pela confiança, e foi efse guarda o que desde a casa forte do Museo de Lisbôa ate ás salas que nos estavam destinadas no palacio das exposições em Madrid, acompanhou as caixas contendo os objectos preciosos que nefsas exposições tinham de figurar. – 4<sup>o</sup> - Em Madrid eu mesmo desencaixotei, conferi, relacionei de novo, cataloguei em castelhano, e etiquetei a um por um, de minha propria lettra os objectos alludidos. – 5<sup>o</sup> - Alem das fechaduras das vitrines em que eu mesmo, por minha mão, fiz a collocação das differentes peças, mandei collocar cadeados, cujas chaves ficaram em meu poder. – 6<sup>o</sup> - Um soldado da guarda civil, posto á minha disposição pelo S<sup>r</sup> delegado do governo hespanhol, era especialmente encarregado da vigilancia dos escaparates da secção portuguesa. – 7<sup>o</sup> - Todos os dias por occasião de abrir-se e de se fechar a exposição, a existencia dos objectos expostos era verificada em cotejo com a relação respectiva, por mim mesmo ou por pefsoa por mim delegada para efse effeito, - 8<sup>o</sup> - Para o regrefso a Portugal officiei a VEx.<sup>a</sup> afim de que requisitafse do governo o operario do Museo das Janellas Verdes, o qual em meu entender deveria fazer a emballotagem de Madrid para Lisbôa. O governo não accedeu ao pedido que neste sentido lhe dirigio a Comissão executiva da Academia por intermedio do segundo secretario da Comissão o S<sup>r</sup> Joaquim de Araujo. – 9<sup>o</sup> - Na falta de um embalotador official e não querendo admitir / um obreiro estrangeiro na intimidade deste serviço, incumbi delle o carpinteiro*

*Antonio Dyonisio, que me acompanhára de Lisbôa e era o unico empregado portuguez que alem de mim delegado, constituia a nofsa commissão na exposiçãõ hespanhola, Mestre Antonio Dyonisio é antigo alumno do Instituto industrial; esteve por muitos annos ao serviço de Fradefso da Silveira e trabalhou por conta do Estado em todas as exposições celebradas em Lisbôa, tendo sido elle o principal embalotador da exposiçãõ portuguesa na Antuerpia. Para os trabalhos do encaixotamento para Lisbôa Dyonisio tinha como auxiliares dois officiaes de carpinteiro para a confecçãõ das caixas e uma mulher para coser os fardos. – 10º - Todos os caixotes encerrando os artefactos expostos vieram para Lisbôa sellados com quatro sellos iguaes aos que haviam trasido de Lisbôa, e foram devidamente vigiados no seu trajecto pelas auctoridades hespanholas. – A minha chegada a Lisbôa fui á Alfandega examinar os volumes por mim expedidos de Madrid. Era conforme á relação que eu tirára o numero dos volumes e estavam intactos todos os meus sellos. Procedi ao transporte das remefsas de Madrid para o edificio da Academia, onde um funcionario da alfandega de Lisbôa veio proceder á abertura e á verificaçãõ das caixas. Aberto o volume em que se continham as pratas pertencentes ao Museo Nacional, o verificador prescindio do exame detalhado de cada peça, e, acceitando como authentica a enumeraçãõ do vol que eu lhe apresentára, deu por verificada a alludida caixa, a qual á minha vista foi em seguida pregada e novamente sellada por mim. Acompanhei esta caixa afsim como as demais em que se continham objectos da collecçãõ do Museu ao edificio das Janellas Verdes. Ahi na presença do S<sup>r</sup> Manoel de Macedo, conservador do Museo, se cortaram os sellos e se abriram os caixotes, procedendo varios empregados menores d'aquella casa á desemballagem das diferentes peças. Pafsando-se em seguida á contagem e á verificaçãõ dos objectos, ahi se reconheceu que faltava uma patena, que eu incluirei nas joias levadas a Madrid. Esta / peça eu mesmo, ao lado do carpinteiro Dyonisio, a condicionei em Madrid. Envolvi-a primeiro em uma pasta de algodão em rama, forrei este primeiro involucro de camadas sobrepostas de estopa, encerrei tudo em um papel encorpado e atei efse leve e mui exiguo pacote com um cordel. – Parece indubitavel, á falta de outra hypothese, que a mim me não ocorre, que o objecto de que se trata, ou em Madrid, ou em Lisbôa, me foi subtrahido, não pofso dizer á minha vista, mas aos meus olhos, e na minha presença. Em tal conjuntura me dirigi ao S<sup>r</sup> Commissario de policia em Lisbôa narrando-lhe o occorrido, e igual communicaçãõ fiz para Hespanha ao S<sup>r</sup> delegado technico da Exposiçãõ, o, qual adjudicou este caso ao S.<sup>r</sup> Alcade de Madrid e a respectiva policia. Procurei em seguida o S<sup>r</sup> Manoel de Macedo, conservador do Museo, pedindo-lhe o obséquio de informar-me da importancia em que*

*se acha avaliado este objecto no respectivo inventario, afim de que eu pudefse entrar no Cofre do Museo com a suggerida importancia, pondo afsim de parte um desagradavel detalhe de dinheiro ao ter de communicar oficialmente a VEx.<sup>a</sup> esta occorrença de administração. Pelo S<sup>r</sup> Macedo fui porem informado de que nem a avaliação nem a descripção desta peça consta do inventario do Museo. Igual pergunta com analogo resultado fiz ao S<sup>r</sup> Antonio Thomaz da Fonseca, director da Academia de Bellas Artes. Em ultima instancia recorri á Bibliotheca Publica, onde o meu collega e amigo o S<sup>r</sup> Lino d'Afsumpção me fez saber que a avaliação do objecto de que se trata não figura no inventario geral dos objectos que dos extinctos conventos vieram para aquella bibliotheca. – Nestas circumstancias, para mim bastante incommodas, considerando-me depositario de um valor que pertence ao Estado, venho rogar a VEx.<sup>a</sup> que se digne de sollicitar do Ex<sup>m</sup> Ministro do Reino a solução superior deste problema: Ha hum cidadão a quem o Estado, ainda que incondicionalmente, confiou um objecto, que desapareceu. Este cidadão afsume em presença de tal facto a / responsabilidade que ninguem tinha o direito de lhe impôr mas que elle se considera com direito a reclamar, e pergunta quanto deve – para o dizer n'uma palavra clara e breve – A formula não haver preço para uma obra de arte, para uma obra unica é puramente metaphorica ou sophistica. Toda a obra de arte é obra unica, e todos os dia se vendem obras de arte, quer modernas, que antigas, havendo por toda a parte conhecedores que as cotam. Em South Kensington, como VEx.<sup>a</sup> sabe, todos os objectos expostos teem a sua avaliação, e o seu preço patente ao publico. – Em um manuscripto da Bibliotheca Publica encontra-se uma descripção do calix de Alcobaça, mas não se descreve a patena respectiva que parece ser esta. Procurarei dar, ainda que mui superficialmente uma idea desta peça. É levifsima tendo o minimo de metal em obra do seu genero, com o formato mais pequeno que pode ter uma patena. É lisa, unicamente ornada de dois esmaltes, um em cada face. O da parte concava representa a Ceia, o da parte convexa a Santa Familia. O desenho é fino, o esmalte que o cobre não é alveolado como os esmaltes do Oriente, nem translucido como os esmaltes da Italia e de Limoges, de que existe um tão bello exemplar em Evora e outro na Academia das Sciencias. É o esmalte commum, chamado esmalte dos ourives. Achou-se profundamente deteriorado, tendo desaparecido por completo algumas das figuras que formam os dois quadros, principalmente o da parte convexa, talvez pelo contacto repetido com as arestas do bordo do Calix. – Tenho ouvido dizer – ignorando se ha documento authenticico que o confirme - que esta patena pertencia ao Calix de Alcobaça, cuja historia como pela de Museo é afsaz conhecida. Efse calix achava-se na collecção*

*de Bibliotheca Publica quando um bello dia se encontrou vasio o estojo que o continha. A pefsoa que se apoderou do calix, ou porque ligasse menos importancia á correspondente patena, ou porque não conhecia a divisão usual dos cofres de madeira em que se arrecadam estas alfaias, deixou a patena na especie de gaveta ou segundo fundo onde ella se encontrava no mesmo estojo em que estava o calix. - Deus Guarde a VEx.<sup>a</sup>*  
Novembro de 1893 – Ill Ex Snr / Conselheiro Manoel Pinheiro Chagas – Secretario da Commifsão portugueza da Exposição Colombina. = J. D. Ramalho Ortigão

**Documento 15** – Relatório sobre a Biblioteca da Ajuda, apresentado a D. Manuel II por Ramalho Ortigão.

BNP, E19/3, *Ramalho Ortigão, Ajuda: Relatorio [da] Bibliotheca, [1908], s.l.*

*Meu Senhor*

*Na qualidade de bibliothecario de El Rei o Senhor D. Carlos, que Deus tenha na gloria imperecivel, cumpro neste papel o dolorido dever de dar conta a Vossa Magestade do desempenho das minhas funções ~~e em~~ na direcção da Real Bibliotheca da Ajuda. Para este effeito me permite expor em succinto relatorio qual o ~~estado em que~~ modo como encontrei organizada a real bibliotheca e qual ~~aquelle~~ o estado em que neste momento me cabe a honra de a entregar a Vossa Magestade.*

*Perante o culto espirito de Vossa Magestade, que bem recentemente ainda visitava como principe esta casa, patenteando pela sua origem, pela sua função e pelo seu destino o mais esclarecido interesse, inutil recordar aqui a gloriosa historia da Bibliotheca Real e da sua influencia que ~~atraves da idade media, no periodo da Renascença e nos tempos modernos~~ ella tem exercido na evolução / da mentalidade portugueza e no fecundo prestigio litterario que teve no mundo a nossa pequena patria. § Desaparecera destruida pelo incendio e pelo terremoto de 1755 a primitiva livraria regia ~~compsta de obras a~~ esse tempo estabelecida nos Paços da Ribeira e composta das obras de principio ~~começadas a~~ certamente colligidas pelo sabio rei trovador D. Diniz, depois pelos reis e principes poetas, escritores e bibliographos D. João I D. Duarte, o infante D. Pedro, o infante D. Henrique e D. Affonso V, o q. mandou escrever, pela rainha D. Leonor que tão devotadamente patrocinou a introdução da typographia em Portugal; por El Rei D. Manuel, que com tanta magnificencia enriqueceu a nossa colleção de illuminuras; pelo infante D. Fernando, do qual Damião de Goes, o grande amigo d'Erasmus e de Dürer e dos mais gloriosos humanistas da R.<sup>a</sup> era o agente litterario e artistico na Flandres, na Allemanha, na Italia e nos paizes septentrionaes da Europa; pela rainha D. Catharina e por D. João III, cujas copiosas colleções se reuniram em Evora; por D. João IV, cuja livraria de musica foi a mais rica do mundo; por D. João V finalmente, que pelo dispendioso / inquerito a que mandou proceder nos Cartorios de Roma formou o importante repositorio Rerum lusitanicarum collectro generalis, que felismente se conserva entre os manuscritos de Vossa Magestade.*

Logo depois do terremoto, com os primeiros trabalhos da reedificação de Lisboa é reconstruída a Bibliotheca Real perto do ~~chamado~~ Paço Velho da Ajuda então construído para substituir o q. desaparecera com o terremoto e comunicando com elle por meio de um passadiço, em casa provisórias para esse effeito construídas junto da igreja de que ainda existe a torre do relógio<sup>4</sup>.

Para se ter conhecimento das relações de contiguidade entre a bibliotheca e o paço da Ajuda convem conhecer, nas suas linhas geraes pelo menos a historia das reedificações do palacio. Existia anteriormente ao terremoto um paço real no alto da Ajuda a oeste da calçada do mesmo nome e junto do jardim botânico. Este edificio, de que ainda existem fragmentos era uma ~~casa de~~ habitação suplementar, uma especie de casa de campo ou de recreio da familia real, cujo domicilio ordinario era o Paço da Ribeira. Depois do abalo de terra e do subsequente incendio que destruiu o Paço da Ribeira, reconhecendo-se que o Paço da Ajuda não offerecia acomodações suficientes para residencia permanente da familia real edificou-se um palacio provisorio quasi completamente de madeira, ~~abarracada~~ de forma abarracada, mas esmeradamente ornamentado. Pelo tempo se edificou a bibliotheca a que o palácio se ligava por um passadiço. Este palacio foi devorado por um incendio no dia 10 de novembro de 1794, salvando-se a bibliotheca por se haver oportunamente cortado o passadiço que a punha / em contacto com o palacio incendiado. Logo que no anno seguinte (1795) foi lançada a primeira pedra do palacio monumental que ao presente existe, restabelecendo-se com a bibliotheca uma ligação analogá á preexistente\*.<sup>5</sup>

\*~~Ata~~ Na Bibliotheca se depositaram, desde que ella se edificou, juntamente com as raras peças da Bibliotheca d'El e da Bibliotheca do Infantado salvas do Cataclismo, livros de diversas proveniencias, a saber:: os da excellente livraria de Barbosa Machado por elle offerecida a El Rei D. Jose; os da livraria de Nicolau Francisco Xavier da Silva, comprada por El Rei ~~D. Jose~~; os da livraria do Conde de Redondo, e os confiscados aos jesuitas e aos fidalgos condemnados como cúmplices no atentado de que resultou o processo dos Tavoras. Foi esta copiosa e rica colleção que D. João VI em 1811 mandou levar para o Brasil juntamente com a dos manus=/critos da corôa a esse tempo guardados no ~~Palaeio~~ Convento das Necessidades. Os manuscritos voltaram quase integralmente para Lisbôa ~~por occasião de~~ a seguir ao regresso da familia real, e são os

<sup>4</sup> Neste ponto aparece um asterisco que remete para duas páginas identificadas com letras. Para uma melhor compreensão do assunto optou-se aqui por integrar estes parágrafos no texto para onde deveriam ser remetidos.

<sup>5</sup> A partir deste ponto retoma-se o texto anterior.

*da actual collecção da Ajuda. Os impressos – cerca de 60.000 vol - ficaram em sua quasi completa totalidade, ~~cerca de 60.000 vol~~, no Rio de Janeiro, onde foram o nucleo da bibliotheca Nacional, assim pelos duplicados da B. da Bahia. Juntamente com os livros da Bibliotheca Real ficaram no Brasil numerosas tapeçarias de alto valor completamente destruidas pela ~~traça~~ bicho cupim bem como uma preciosa colecção de gravuras de Alberto Dürer mais tarde encontradas entre os livros ~~portugueses~~ pelo bibliothecario do Rio de Janeiro Ramiro Galvão. § Então se procurou pela segunda vez reconstituir ~~nas~~ a Bibliotheca Real nas suas antigas casas pombalinas da Ajuda, por meio de successivas contribuições, que passo a referir: Livros provenientes do Desembargo do Paço, um exemplar de cada uma das obras impressas ~~desde~~ sob a sensura d’aquelle tribunal desde 1813 até 1833; livros vindos da Bibliotheca Publica a qual entregou um exemplar de cada uma das obras duplicadas q. possuia; / livros procedentes da Typographia Regia um exemplar de cada uma das obras impressas por sua conta ou por ordem regia; cerca de quatro mil vol. da bibliotheca offerecida a El Rei por Pedro de Mello Breyner em 1826, livros que em 1831 vieram do Collegio dos Nobres, tendo pertencido à C. de J., cerca de oito mil volumes, entre os quaes o Codice do Cancioneiro, diminuido de algumas folhas q. mais tarde se lhe anexaram vindas d’Evora; finalmente ~~as~~ livrarias legalmente incorporadas na da Ajuda como a da Rainha D. Carlota Joaquina e a da princesa D. Maria Benedita, a de Jose Monteiro da Rocha etc.*

*Em 1831 era de ~~desesete~~ 17 o numero dos empregados na Bibliotheca da Ajuda: 1 bibliothecario, 13 officiaes e 3 serventes.*

*Em 1 d’Agosto de 1839 Alexandre Herculano é nomeado bibliothecario de S.M. El Rei D. Fernando encarregado da Bibliotheca da Ajuda, interinamente, no impedimento do P.<sup>e</sup> Antonio Nunes (segue  $\theta$  5a)<sup>6</sup>.*

*Em 1855, por ocasião da aclamação de El Rei D. Pedro V vem para a Ajuda os livros da ~~bibliotheca~~ da Congregação do oratorio que desde 1833 haviam ficado no Convento das Necessidades. Estes livros, por não haver nas casas da bibliotheca espaço em que se acomodassem, ficaram a monte nas casas do andar terreo do paço, nas quaes mais tarde se estabeleceram os actuaes aposentos da rainha Senhora D. Maria Pia. Desses livros desapareceram durante o periodo a que me refiro muitas lombadas roidas pelos ratos<sup>7</sup>.*

<sup>6</sup> Neste ponto aparece um asterisco que remete para duas páginas identificadas com letras. Para uma melhor compreensão do assunto optou-se aqui por integrar estes parágrafos no texto para onde deveriam ser remetidos.

<sup>7</sup> A partir deste ponto retoma-se o texto anterior.



*Em 1875 fixa Herculano o seu domicilio em Val de Lobos, ficando a Bibliotheca sob a direcção effectiva do official Rodrigo Vicente Almeida.*

*Em 1877 é demolido o passadiço que ligava o actual palacio com as casas da Bibliotheca. Neste mesmo anno fallece em Val de Lobos A. Her=culano em resultado de um resfriamento contrahido ao vir pela derradeira vez a Lisbôa visitar o imperador do Brasil. Por sua morte è nomeado bibliothecario de El Rei D. Luiz, encarregado desta Bibliotheca da Ajuda o secretario de El Rei Magalhães Coutinho.*

*Em 1880 delibera El Rei D. Luiz - recolher a Bibliotheca Real no Palacio da Ajuda, onde desde a coroação fixara a sua residencia, ~~a bibliotheca~~. Para esse fim se aparelharam e guarneceram de estantes as salas ~~da~~ em que ao presente ella se acha, tendo-se realisado a inauguração da casa nova no dia da celebração do centenario de Camões, a 10 de Junho do referido anno.*

*Em 1890 entram na Bibliotheca os ~~livros~~ volumes que haviam pertencido a El Rei D. Luiz e que El Rei D. Carlos adquirira pagando aos coherdeiros do rei ~~finado~~ seu pae a quantia em que judicialmente foram avaliadas as obras que ~~esses com~~ taes volumes compreendem.*

*De que modo se achavam coordenados e catalogados os livros a que me refiro e que constituam o recheio total da Bibliotheca na ocasião da minha entrada nesta casa nos primeiros dias do mes / de fevereiro de 1895? Responderei com a possivel precisão.*

*Não havia inventario geral nem mero registo numerico ~~da contagem~~ dos volumes colligidos. Fizera-se com excessiva precipitação a remoção dos livros da antiga para a nova casa. Para base de coordenação dera-se apenas um destino simplistico e sumario ás differentes salas da Bibliotheca: - Theologia - Historia e Jurisprudencia - Bellas Letras - sciencias e artes - Miscelaneas e livros raros - Musica e manuscritos. Depois do quê se procedera tão rapidamente quanto possivel à collocação das obras nas estantes por ordem de materias e por ~~forma~~ dimensão dos volumes segundo a altura das parteleiras.*

*Pela differença de configuração das salas e dos armarios, nenhuma correlação de analogia entre a disposição dos livros na casa velha e na casa nova. Nenhuma numeração [?] nem qualquer outro signal coordenador nas estantes, nas parteleiras ou nos volumes. Os manuscritos não encadernados, em peças soltas, achavam-se promiscuamente em [?] ~~em~~ a um canto da casa chamada de arrecadação. / Os livros do espolio de El Rei D. Luiz, assim como ~~outros~~ alguns que a Rainha Senhora D. Maria Pia*

*fizera depositar na Bibliotheca achavam-se desordenadamente amontoados na dita arrecadação.*

*Havia trez catalogos. Um ~~em trez~~ da livraria das Necessidades em 3 grossos volumes in fol, mais um volume de suplemento. Outro do fundo propriamente da Ajuda, ~~em~~ muito incompleto e ~~imperfeito~~, em pequenos verbetes dispostos por ordem alphabetica sobre uma mesa. ~~Outro~~ O terceiro dos manuscritos, em vol. in fol. da letra de Santos Marrocos. Todos estes catalogos referidos à cota que tinham os livros na Bibliotheca velha e na Livraria das Necessidades eram absolutamente inuteis para a busca de qualquer obra. O mesmo sucedia com os bilhetes remissivos e com os sumarios feitos durante a gerencia de Herculano. Devo dizer que a memoria e o tino bibliothecomico do official Rodrigo Vicente de Almeida supriam maravilhosamente estas capitaes e profundas deficiencias bibliographicas. Almeida, que contava perto de oitenta annos de idade e desde a sua infancia servira na Bibliotheca / com ~~alto~~ incedivel zelo e exemplarissima fidelidade, primeiro como moço, depois como guarda e enfim como official, ocorria a tudo, e sob a simples indicação do titulo da obra ou do nome do auctor descobria em poucos minutos qualquer livro que se requisitasse. Como todo antigo funcionario experiente, encanecido no serviço, deligente, tradicionalista e probo, Almeida era refractario a toda a reforma e a toda a inovação nos serviços da livraria a que, pelo profundo conhecimento que d'ella tinha, ~~elle~~ podia bem legitimamente chamar sua. O receio de o desgostar - e era melindrosissima a sua sensibilidade - foi um dos maiores obstaculos com que tive de lutar para tornar regular e nitidamente accessivel à pesquisa e ao estudo a Bibliotheca Real. § Desfazer a ordem imperfeita em que se achavam collocados livros e estabelecer uma catalogação inteiramente nova seria uma revolução excessivamente ~~temeraria~~ radical e perigosa. Limitei-me pois, ~~dispondo~~ empregando apenas o pequeno e modesto pessoal de que dispunha, a tomar as seguintes medidas:*

*1º Numerei todas as estantes, assim como todas as parteleiras de cada estante em todas as salas da casa.*

*2º Mandei construir archibancos, igualmente numerados, nos quaes em uma das salas estabeleci a bibliotheca de El Rei, herança de El Rei D. Luiz para cuja acomodação não havia logar nas estantes existentes.*

*3º Coloquei em pastas, sob uma superficial classificação todos os manuscritos dispersos\*.*

*4º Fiz em seguida numerar com rotulos ~~impressos~~ familiarmente impressos num componedôr mecanico todos os livros e todas as pastas da nossa collecção*

5º Adoptei, para ~~a cada~~ facilidade de catalogação por dois praticantes inexperientes, verbetes especiaes, tendo impressos os dizeres que convem preencher para dar de cada obra noticia methodica do nome do auctor, do titulo ~~da obra~~ do livro, da historia da edição, da historia do exemplar, do formato e da colocação do volume na sua respectiva estante.

6º Fiz acrescentar a cada verba do catalogo das Necessidades e do Catalogo dos manuscritos, tornando-os assim utilisaveis, a cota a tinta encarnada dos volumes a que cada verba se refere. A / cota, prescindindo de qualquer convenção ou chave systematica, ~~[?]~~ consta em toda a nova catalogação de uma formula de 3 numeros. Por exemplo 25-XII-3. O primeiro n.º é o da estante, o segundo o da parteleira, o terceiro o do volume egualmente assignalado no seu resp<sup>tivo</sup> rotulo.

7º Para substituir na serie qualquer volume que por motivo justificado tenha de sair temporareamente do seu logar adoptei um calço de madeira, tendo a forma de um livro e por uma das suas faces a configuração de uma lombada, á qual se applica um rotulo egual ao do livro ausente. Na face lateral d'este falso livro corre um ~~recto~~ rectangulo recortado na madeira um cartão em que se inscreve o destino que teve o livro substituido no seu logar por este lembrete de sahida.

8º Em cada estante colloquei em parteleira ao alcance da mão uma folha de cartão com um bem aparente debrum contendo a contagem exacta dos volumes que cada parteleira ~~contem~~ encerra. Esta relação é periodicamente revisada para rectificação do inventario numerico da livraria.

9º Como desenvolvimento do Catalogo geral confecionei inventarios especiaes das seguintes especies: 1º Rol das encadernações artisticas; / 2º Rol dos ex-libris - 3º Rol dos brasões d'armas.

10º Estabeleci as seguintes peças constitutivas do archivo ~~espee~~ particular da Bibliotheca os seguintes registos: 1º Inventario numerico dos livros contidos em cada estantes; 2º registo dos leitores ~~3º Registo~~ e das consultas; 3º registo ~~das obras~~ chronologico das obras adquiridas ou offertadas; 4º Ephemerides da Bibliotheca ou registo quotidiano do serviço.

O numero dos empregados da Bibliotheca da Ajuda è hoje de ~~quatro~~ 4. Um bibliothecario, director, ~~1-official,~~ um nomeado em 1895; um official, nomeado em 1902; um amanuense nomeado em 1899; um continuo, nomeado em 1906. O trabalho de servente é feito por um moço do thesouro.

*O numero de volumes de que hoje se compõe esta livraria é o seguinte: /*

*O numero de verbetes de Catalogação feitos durante a minha gerencia è hoje de 73:569, achando-se alem d'isso referidas à sua nova cotação nesta bibliotheca 8:772 obras descritas no catalogo das Necessidades.*

*Junto uma relação especifica /*

*Sobre a materia desta nota, assim como sobre quanto se refira ao serviço de vossa magestade, aguarda com ~~respeitoso~~ devido acatamento as ordens de vossa magestade o seu velho creado ~~dedicadissimo~~ muito agradecido e ~~dedicado~~ respeitoso e dedicado*

*Ramalho Ortigão*

**Documento 16** – Rascunho do relatório sobre a Biblioteca da Ajuda, apresentado ao Administrador da Fazenda da Casa Real por Ramalho Ortigão.

E19/4 – Ramalho Ortigão, [Ajuda; relatório da Bibliotheca], [1908], s.l.

*Rascunho*

*Ill<sup>mo</sup> Ex<sup>mo</sup> Sr. – Por este meio tenho a honra de responder ao officio de 20 do mez de junho proximo passado, no qual V. Ex.<sup>a</sup>, como administrador da Fazenda da Casa Real, requisita de mim afim de ser annexa ao inventario judicial dos bens da corôa em cumprimento da lei de 16 de julho de 1855, a relação dos livros que fazem parte d’esses bens e se acham conglobados nos que constituem a Real Bibliotheca da Ajuda. A relação ~~das obras~~ *descriptiva das obras existentes nesta livraria consta de 3 grossos volumes infolio, Catalogo da livraria das Necessidades, de um volume igualmente infolio, catalogo dos manuscritos, e de cerca de 73:500 verbetes de impressos e de manuscritos. Não sendo facil annexar ao inventario uma tão volumosa documentação, creio que para esse effeito cumprimento da lei sera sufficiente a desenvolvida relação numerica, de que ~~nesta data~~ que conjuntamente apresento a VEx.<sup>a</sup>.**

*O recinto da Real Bibliotheca da Ajuda consta de um vestibulo e de seis salas com cinco galerias. As salas acham-se assignaladas pelas letras A, B, C, D, E, e F; as galerias pelas letras A, B, C, D, E. Salas e galerias são revestidas de estantes. Todas estantes se acham numeradas em rotulos de madeira. Egualmente numeradas com rotulos de zinco as divisorias de cada estante, e numerados com a sua respectiva cota em rotulos impressos os volumes de cada divisoria. Em cada uma das estantes se acha, colada num cartão, a relação numerica dos volumes alinhados por sua ordem nas diferentes divisorias, com a somma total dos volumes correspondentes a cada estante. Todo o livro que sae do seu respectivo logar na ~~respectiva~~ estante a que pertence e substituido por um calço de madeira simulacro de livro, em cuja lombada ~~se acha impressa~~ e inscrita a cota do livro ~~sahido~~ retirado. ~~Na~~ Em uma das faces lateares ~~do livro simulado~~ do calço a que aludo corre num rectangulo chanfrado na madeira um ~~cartão designado e justificando~~ bilhete em que fica ~~inscripto~~ designado o destino que teve o livro / ~~a que o calço de madeira corresponde~~ ausente. O rotulo impresso collado na lombada de cada livro consta de trez numeros justapostos verticalmente. O primeiro numero indica a estante, o segundo a divisoria, o terceiro o logar do volume, na fila respectiva. Alem dos verbetes que constituem o catalogo ha roes especiaes de encadernações de luxo, de brasões*

*d'armas e de ex-libris. Creio que por este modo se acham asseguradas todas as precauções indispensaveis para que nenhum livro desapareça ou se transvie. A relação que conjuntamente envio a VE<sup>a</sup> expõe o numero das salas, o numero das ~~estantes~~ estante, o numero das galerias e o numero dos volumes contidos em casa estante, ~~em a~~ e em conclusão a somma total dos ~~livros~~ volumes que esta bibliotheca encerra. Os ~~rigoroso~~ resgistos da contagem e são periodicamente ~~revisitos~~ verificados. A ultima revisão apurada, da qual se extrahiu a relação que remetto, data do principio do corrente anno de 1908. § Os volumes duplicados e truncados acham-se fora do actual recinto da bibliotheca, na casa chamada da Fysica, adjacente à bibliotheca antiga. (Vid X)<sup>8</sup>*

*Segunda disposição ~~estabelecida pelo~~ do bibliothecario Alexandre Herculano, as salas, pelo que diz respeito à ordem de materias de que se ~~referem~~ tratam os livros que nellas se acham, estão divididas do seguinte modo: Sala primeira e correspondente galeria – A) Theologia; Sala segunda e respectiva galeria B) Historia e Jurisprudencia; Sala terceira e galeria C) Bellas letras (galeria) sciencias e artes; Sala quarta Incumbaculos, Livros raros, Miscelaneas, folhetos, bibliographia, manuscritos, musica.*

*Galeria E – Bellas Letras*

*Sala D ~~e respectiva galeria~~ Letras e artes<sup>9</sup>*

*Os livros constituindo o fundo de El Rei D. Carlos, a quem couberam por herança de El Rei D. Luiz ocupam as estantes do vestibulo, os archibancos da sala B, a sala E e a sala F, chamada da arrecadação. Estes livros em cujo agrupamento figuram algumas obras depositadas, na Bibliotheca por S. Ma Rainha Senhora D. Maria Pia elevam-se ao numero de 11:561. Os livro de El Rei D. Carlos, que foram das bibliothecas particulares dos reis D. Luiz e D. Pedro V, constituem uma collecção preciosa, devidamente catalogada, e compreendendo muitas das principaes obras de ~~litteratura~~ sciencias militares, e de philosophia, de ~~eritica~~ historica e de critica d'arte, ~~publicadas~~ em hispanhol, em italiano, em inglez, e principalmente em Francez durante o seculo XIX.*

*É de notar que entre os impressos e os manuscritos considerados propriedade da corôa se encontram englobados por coordenação bibliographica, bastantes livros, que são, de*

<sup>8</sup> Neste ponto aparece um asterisco que remete para duas páginas identificadas com letras. Para uma melhor compreensão do assunto optou-se aqui por integrar estes parágrafos no texto para onde deveriam ser remetidos.

<sup>9</sup> A partir deste ponto retoma-se o texto anterior.

*direito, propriedade de Sua Magestade El Rei e não da entidade impessoal, bem vagamente denominada a corôa. /*

*É de justiça Convem advertir que a Bibliotheca Real da Ajuda não foi è unicamente formada de livros provenientes do espolio de ~~conventos extintos~~ conventos que o estado passou a administrar depois da extinctas as congregações religiosas, A bibliotheca por exemplo do convento das Necessidades, a qual hoje contitue no fundo principal da Ajuda não era em rigor uma ~~fundação~~ constituição monacal, era uma fundação regia. Em uma das salas principaes da livraria dos oratorianos no convento das Necessidades achava-se o busto em marmore de D. João V, obra do esculptor Alexandre Justi, tendo na base em letras de ouro uma inscripção do P.<sup>e</sup> Mestre Estacio de Almeida, latinista eximio, e nessa inscripção se ham as seguintes expressivas palavras: Joani V regi fidelissimo, divini cultus bonarum que artium curatori optimo: quod publicae utilitati consulais domum hanc erexerit. Esta solemne declaração lapidar de que foi o rei quem fundou a bibliotheca oratoriana não è do tempo de ~~D. João V~~ do rei D. João V que por sua intervenção pessoal a poderia ter determinado, o [?] e é posterior à ~~sua~~ morte, do consagrado e data da epoca do marquez de Pombal: Um dos padres catalogadores do convento consigna que a livraria era ~~em seu tempo~~ de vinte mil volumes, para cuja conservação e aumento estabelecera o regio fundador a renda annual de 220:000 réis pagos pelo almoxarifado de Sacavem. Ao tempo do catalogo a que me refiro, e ~~que existe em autographo~~ cujo autographo se acha na Bibliotheca da Academia Real das Sciencias o ~~preço~~ valor dos volumes existentes achava-se orçado em cem mil crusados. ~~Uma~~ Por bulla de Benedicto XIV, expedida no mez de março de 1755, podiam os bibliothecarios das Necessidades ler todos os livros prohibidos sem excepção alguma. Esta bulla, que me auctorisa a ler livros prohibidos, acha-se entre os manuscritos confiados por S. M. El Rei á minha guarda na Bibliotheca da Ajuda<sup>10</sup>.*

*Os manuscritos d'esta bibliotheca, levados ~~ao Brasil~~ por D. João VI ao Brasil donde mais tarde regressaram na sua quase [?] ~~interira~~ totalidade, achavam-se depositados pelo rei na livraria das Necessidades sendo posteriormente augmentados consideravelmente pela contribuição de El Rei D. Carlos proveniente do espolio de EL Rei D. Luiz, § Varios livros, alem dos do convento das Necessidades, ~~procederam~~ reunidos por munificencia regia, provieram de offertas feitas directmente ao soberano ou foram por ele adquiridas como os / das bibliothecas de Barbosa Machado, do Conde do*

<sup>10</sup> Entre *Um dos padre...* e o fim deste parágrafo, encontramos sobrepostos alguns riscos diagonais, provavelmente texto que Ramalho Ortigão cortaria quando transcrevesse este texto para o documento final.

*Redondo, de Pedro de Mello Breyner, de Nicolau Francisco Xavier da Silva, comprada por El Rei de Jose Monteiro da Rocha da bibliotheca do Infantado, das colleções da princesa D. Maria Benedicta e da rainha D. Carlota Joaquina etc São uma parte minima e de subalterna importancia Alem dos referidos Livros Consideravel numero de outros livros que pela extenção dos conventos e subsequente determinação do estado deram entrada na livraria real da Ajuda, não eram propriamente, e em à semelhança do que succedia com os das Necessidades, uma propriedade fundamental das congregações abolidas, mas sim, mais ou menos directamente explicitamente, um de ponto repositório proveniencia de donativos ou de concessões regias. Citarei como exemplo monumental da categoria de livros a que me refiro, o Cancioneiro chamado do collegio dos Nobres, pela razão de se achar na bibliotheca desse collegio que se succedeu ao da Companhia de Jesus. Nem aos nobres collegiaes da escola fundada pelo marquez de Pombal, nem aos padres da companhia poderia jamais caber a legitima propriedade do Cancioneiro. Conjunto de cantigas dos trovadores palacianos do ciclo de D. Diniz, colligidas por um principe, o infante D. Affonso, conde de Barcellos, este livro primorosamente escrito é illuminado no seculo XIV, teria sido indubitavelmente a preciosa joia bibliographica do thesouro de reis trovadores, de principes poetas, escritores e bibliographos, como talbvez o proprio D. Diniz, D. Pedro o namorado, D. João I, D. Duarte, o infante D. Pedro, o infante D. Affonso Henrique, D. Affonso o escriptor, q. reconstituira em Evora a B.R., a rainha D. Leonor, que tão carinhosamente amou e protegeu as letras.... Em virtude de que vicissitudes iria parar à bibliotheca dos jesuitas este precioso codice? A senhora D. Carolina de Vasconcellos, consagra a esta pergunta um dos mais engenhosos capitulos do seu admiravel livro, o cancionaeiro da Ajuda concluindo por consideral-o distraido da bibliotheca real ~~ate~~ desde o seculo XVI ate o dia em que essa bibliotheca legitimamente reverteu. § Longe de mim o intuito de contestar a differença estabelecida na legislação entre bens da corôa e bens pessoas do rei. As leis definem essa differença, e eu inclino-me submissamente perante a lei. Unicamente, me cumpria explicar – e è o que procurei faser – a confusão, de character puramente bibliotnecomico, que uma ou outra vez pareça dar-se na arrumação dos livros, / - uns da corôa outros de El Rei – existentes na ~~Bibliotheca da Ajuda nesta real bibliotheca~~ na bibliotheca que Sua Magestade el rei D. Carlos, meu chorado amo, e seu augusto filho o Senhor D. Manoel II se dignaram de entregar confiadamente à minha probidade de litterato, e à minha honra de escriptor.*



**Documento 17** – Apontamentos de Ramalho Ortigão sobre um estudo de Justi.

E19 /195 – *Antiga Pintura Portuguesa seculo XVI – Diversos*

*Antiga Pintura Portugueza Seculo XVI*

*O professor allemão Justi, auctor de um importante estudo intitulado “sobre os antigos quadros flamengos existentes em Hispanha e Portugal” divide os quadros chamados gothicos que elle mesmo viu e estudou em Portugal, em duas categorias:*

*1.º Quadros de artistas flamengos, naturaes dos Paizes Baixos, que por encommenda pintaram na sua patria quadros para Portugal, ou que tendo emigrado se estabeleceram, nacionalisaram e pintaram em Portugal.*

*2.º Quadros de artistas nacionaes, que estudaram nos Paizes Baixos, e pintaram em Portugal depois do seu regresso. / [2]*

*Os quadros mais numerosos em portugal são os d’esta segunda categoria, - pintores portuguezes educados nos Paises Paixos.*

*Atribuição dos quadros existentes em Portugal, segundo o professor Justi:*

*1.º*

*Gerard David*

*Discipulo de Menlinc. Annos de actividade 1484-1523. Da confraria dos pintores de Bruges.*

*Quadros de Evora*

*1- O Nascimento da Virgem*

*2- A Virgem no Caminho do templo*

*3- O Casamento*

*4- A Anunciação*

*5- O Sonho de S. Jose*

*6- O Nascimento de Christo*

*7- A apresentação no templo*

*8- A epiphania*

*9- A circuncisão*

*10- A fuga para o Egypto*

*11- O menino entre os doutores*

*12 – O transito da Virgem*

/ [3]

*Justi diz que a pequena galeria de Evora composta dos quadros referidos è o conjunto mais consideravel que a antiga escola flamenga produziu. Pouco soffreram dos restauradores. Todos os episodios são flamengos. Os quadros foram indubitavelmente importados. A epoca a que os quadros correspondem é a do governo do bispo D. Affonso de Portugal da Casa de Vimioso (1485-1522)*

- 2.<sup>a</sup> | Missa de S. Gregorio  
 Antiga escola flamenga, auctor Pertencente à condenssa de Edla. Os treze  
 indeterminado santos que figuram no quadro tem  
 genero Roger Van der Weyden aureolas com nomes portuguezes. Na  
 serie encontra-se Santa Isabel de  
 Portugal
- /[4]
- 3.<sup>o</sup> | o triptico do Museu Nacional n.º 697  
 Escola de Gerard David (pag. 68)  
 N. Senhora da Misericordia.  
 S. Christovam – S. Sebastião  
 No verso das portas S. Pedro e S. Paulo
- 4.<sup>o</sup> | A fugida para o Egipto do Museu  
 Artista flamengo indeterminado Nacional n.º 14 (p. 96).  
Fons Vitae – na Misericordia do Porto  
 O typo da Virgem e o colorido de Fons Vitae lembram Bernharv Van Orley. A  
 composição e o stylo tem afinidade com o n.º 697 do Museu Nacional.
- /[5]
- 5.<sup>o</sup> | Os quadros do Convento de Christo em  
 Stylo de Dierik Bonts Thomar  
 Pintor famoso Entrada em Jerusalem  
 (1460-1475) O capitão Caparnann  
 Talvez Joannis Dralia (S. Matheus viii, 5)  
 sepultado em Thomar A Ressureição

*(hypotheses de Justi*

*Mais 32 quadros de pintura archaica  
flamenga a respeito dos quaes Justi  
suggere a hypothese de Dralia*

*Estes quadros eram 39*

*Foram roubados 8*

/[6]

6.º

*Frey Carlos, flamengo naturalizado  
portuguez.*

*Tomou habito e professou, segundo  
Taborda em 1517*

*Vivia no Convento do Espinheiro em  
Evora. Roquemond tinha d'elle um  
quadro que mostrou a Racinski. Era  
assigando, Desappareceu*

*Justi classifica-o na escola de Harlem e  
acha-lhe grande affinidade com Jan Joest,  
chamado de Kalkav porque em Kalkav se  
guardava a sua obra prima o retabulo da  
egreja de S. Nicolau*

*Joest è da escola dos contemporâneos  
hollandezes de Menling em Harlem,  
Vasconcellos attribue ainda a Frey Carlos  
um quadro do Museu do Porto Nossa  
Senhora com o menino.*

/[7]

*A Anunciação*

*Museu n.º 677*

*Christo apparece à Viregm*

*n.º 2*

*A ascenção da Virgem*

*n.º 82*

*O Bom Pastor n.º 1*

*O petencostes, n.º 34*

*A adoração dos pastores n.º 81*

*A Veronica n.º 51*

*A virgem com o menino e duas santas, n.º  
221 do Cat. De 1872.*

*Nossa Senhora com o menino. Na Casa  
Pia*

*S. Joan de la Cruz*

*Museu n.º 85*

7.º

*Artista portuguez*

*Influencia clara de Metsys (Quinten  
Metsys)*

*O Catalogo de Anvers diz que se deve*

*O menino entre os doutores, da Condessa  
d'Edla*

*A apresentação no templo*

*A fugida para o Egypto*

*Maria junto da Cruz, da antiga collecção*

escrever Massys. Assim assignava o artista. Este catalogo cita apenas 4 discipulos de Metsys. Um d'elles é Eduwart Portugalóis em 1504. Proclamado mestre pintor da confraria de S. Lucas de Antuerpia em 1508.

*Fidié. Estes quadros vieram da Madre de Deus.*

A virgem com o menino attribuida Holbein no Museu Nacional n.º 546

*De menos valor: No Museu:*

*grande triptycho de Christo na Cruz, S. João Baptista e o Evangelista. Citados por Justi*

*Não figuram no Catalogo*

S. Vicente e S. João Evangelista

n.º 44 = Santiago e S. Agostinho

n.º 40 = S. Vicente e S. João

*Em Thomar: O Baptismo = A tentação = As bodas de Caná*

/[7a]

8.º

*O pintor de S. Bento*

*O nome de S. Bento è posto por Raczyński e derivado da procedencia dos quadros.*

*Justi e J.<sup>m</sup> de Vasconcellos consideram como portuguez este artista. Os seus trabalhos teem analogia com os de Konrad Fyoll, o qual por seu turno se parece com Quinten Metsys*

*No Museu Nacional*

A visitação de N. Senhora n.º 4

A epiphania n.º 5

Apresentação no templo n.º 6

O menino entre os doutores n.º 7

*Mais os seg<sup>tes</sup> de Coimbra:*

A crucificação em S<sup>ta</sup> Cruz

O imperador Heraclio, retituindo a sagrada cruz a Jerusalem = Deposito de quadros da Universidade

Retabulo de S. Cosme e S. Damião = Deposito Universidade

*No convento de S. Francisco de Evora: Á entrada da capella mor, nos dois altares lateraes:*

Stygmatisação de S. Francisco = S<sup>to</sup> Antonio pregando aos peixes = S<sup>ta</sup> Clara =

/[8]

8.º

*Continua o pintor de S. Bento*

*Estes quadros – diz Justi – são superiores aos 4 da lenda de Santa Ursula, na Madre de Deus.*

/[9]

*O pintor Velascus de Coimbra, S<sup>ta</sup> Cruz, que Justi julga ser o Grão Vasco da tradição*

*Velascus forma latina de Vasco*

*13 e 15 sala J*

/[10]

*Parte dos quadros de Setubal*

*Justi não diz quaes*

*Nossa Senhora da Conceição, quadro que estava na Academia sem numero e se não acha no Museu.*

*Padre Eterno – No museu n.º 28*

*O Casamento de D. Manoel*

*Na Misericordia em Lisbôa*

*1.º Petencostes na sacristia de Santa Cruz*

*2.º O Ecce Homo – *ibidem**

*3.º - Santa Helena descobrindo a Sagrada Cruz – no patamar da escada que conduz ao Sacrario em S<sup>ta</sup> Cruz*

*===*

*4.º Os quadros (8) que foram do Convento da Paraizo e estão agora no Museu, incluindo o grupo de Raczynski denomina Abram Prim, e são*

*a) casamento de N. Senhora = n.º 8 H*

*b) Annunciação = n.º 9 x H*

*c) Visitação = n.º 10 x H*

*d) Adoração dos pastores = n.º 11 x H*

*e) Epiphania = n.º 12 x Sala H*

*f) Apresentação no templo = n.º 13 x H*

*g) Fugida para o Egypto = n.º 14 x*

*h) Transito de N. S.<sup>a</sup> = n.º 15 x J*

*i) Nossa Senhora com o menino e vários anjos brincando no jardim do Parizo = n.º 30 x J*

*O Pintor Velascus talvez o Grão Vasco*  
(continuação)

===

3.º

*Na igreja de S. João em Thomar*

1- Abrahão e [?] de R.

2- [?] no Deserto

3- Missa de S. Gregorio, papa

4- A Degolação de S. João Baptista

5- Apresentação da cabeça de S. João

===

6.º *No Convento de Jesus em Setubal*

1- A anunciação

2- A adoração dos pastores

3- A Epiphania

4- A Ressurreição

/[11]

*O pintor Velascus*  
(continuação)

*Alem dos quadros citados, Justi attribue a Velascus os dois quadros da galeria de Raczyński, que anteriormente pertenceram ao marquez de Penalva: 1.º Santa Catharina com S<sup>ta</sup> Barbara = 2.º Santa*

Apolonia com S<sup>ta</sup> Ignez

*São pendants d'estes quadros os dois do Museu: Santa Luiza com Santa Agatha (n.º 52) I e S<sup>ta</sup> Margarida com S<sup>ta</sup> Maria Magdalena (n.º 53) I*

*Eis os termos em que Justi se refere à hypothese de ser Velascus o Vasco da Tradição:*

*“A sua actividade nos monumentos de fundação regia, o grande numero dos seus trabalhos, o desenvolvimento da sua escola, a concepção nacional das suas physionomias, a jovialidade e a graça das suas figuras femininas, o movimento dramatico, arrebatador das suas grandes obras: todas estas / [12] circunstancias eram*

*bastante proprias para fazer d'elle o pintor favorito da nação, porque não seria o modo puramente flamengo, sempre um pouco estranho e frio, o que agradaria aos portuguezes. A absorção começaria do seguinte modo: omittindo-se o nome dos seus collaboradores: - do mestre de S. Bento hoje representado em Coimbra e Setubal, e o do mestre Eduardo (Portugaloy) em Thomar.*

==

*Total dos quadros de Velascus:*

<i>Em Coimbra (S<sup>ta</sup> Cruz) -----</i>	<i>3</i>
<i>No Museu Nacional -----</i>	<i>9</i>
<i>Na Igreja de S. João (Thomar) --</i>	<i>5</i>
<i>No Convento de Jesus (Setubal) -</i>	<i><u>4</u></i>
	<i>21</i>

/[13]

*Vasco Fernandes*

*(o pintor de Vizeu)*

*Justi estabelece trez series distintas:*

- a) Quadros da sala do Capitulo, que elle relaciona com os quadros de S. Bento no Museu de Lisbôa Mesmo auctor*
- b) S. Pedro, a Paixão (na capella de Jesus) S. Sebastião, (no altar da capella à direira da capela mor) o Baptismos (capella de S. João) os quadrinhos da Predella*

*S. Pedro*

*A Paixão*

*A petencostes*

*Os quadros da sala de Capitulo, os quadros da Sacristia.*

*Segundo Justi, Vasco Fernandes è um artista muito inferior a Velascus*

==

*“Fernandes – artista muito conhecedor do seu officio; as extremidades das suas figuras assim como as proporções em geral estão bem estudadas e acabadas um pouco sobre o comprido; as roupagens teem stylo e caem naturalmente seguindo os movimentos do corpo; mas os rostos das figuras, os movimentos e gestos são extre=*

/[14]

*Vasco Fernandes de Vizeu*

*c) Os quadros de Fontello*

*D'estes quadros quaes são os de Vasco Fernandes?*

*Robinson opina que o quadro firmado, de que era possuidor Antonio Jose Pereira, se não parece com o Calvario nem com o S. Pedro.*

/[15]<sup>11</sup>

*tremamente monótonos, amaneirados, e aos mesmo tempo vulgares e inexpressivos. Novo é o efeito do Claro escuro. Para conseguir a modelação emprega sombras em que predomina um tom castanho carregado que se approxima do negro; o effeito total è muito sombrio como se olhassemos para dentro de um subterraneo.”*

*Justi attribue ao pintor de Vizeu os seguintes quadros do Museu Nacional:*

*Vasco Fernandes o pintor de Vizeu*

*No Museu Nacional*

*1.º Nossa Senhora sentada em um throno de marmore com o menino ao collo e dois anjos = n.º 25 – H258*

*2.º S. João ensinando a orar o príncipe D. João (nascido em 1502) = n.º 27 H256*

*3.º S. Domingos ensinando a orar um outro príncipe = n.º 31 –H257*

*(Justi crê que estes trez quadros constituíam um triptyco)*

*4.º A virgem, o menino S<sup>ta</sup> Julita e S. Guerrito 258 = n.º 678 H*

/[16]

*Vasco Fernandes*

*Suzana e os dous accusadores perante o propheta Daniel*

*Museu n.º 679 ) 398*

*Christo no horto das Oliveiras n.º 97 405*

<sup>11</sup> Estas páginas e as seguintes têm textos escritos no verso relacionados com Ourivesaria. Dada a inexistência de relação com os que transcrevemos, optámos por não inserir essas notas neste texto.



Christo no caminho do Calvario n.º 96

399

O descimento da Cruz n.º 95 394

O enterro n.º 98 402

---

Total dos quadros de Vasco Fernandes

Em Vizeu Sala do Capitulo ----14

Sacristia -----12

No Museu \_\_\_\_\_ 9

35

/[17]

Vasco Fernandes de Vizeu

Quadros mais notaveis:

S. Pedro

Os quadrinhos da Predela, que são 12

O Baptismo

S. Sebastião

Estes dois atrozmente repintados por

Antonio Jose Pereira

O Calvario

O Baptismo, S. Sebastião, o Calvario e acima de todos S. Pedro são do mesmo pincel. O Petencostes pode ser de um discipulo

/[18]

Pitor portuguez anonimo

Em Fontello:

1.ª A ultima Ceia

2.ª Jesus em Casa de Martha e Magdalena

Justi considera estes genuinamente nacionaes. Differentes de todos os demais quadros portuguezes por elle classificados. Superiores aos quadros da sacristia na Sé de Vizeu. Infelizmente muito dannificados, principalmente Jesus em Casa de Martha

**Documento 18** - L'ancienne peinture en Portugal au XV<sup>ème</sup> et XVI<sup>ème</sup> siècle, Lettre familière à M. Tulpuick) por Ramalho Ortigão.

BNP, E19/5 - *L'ancienne Peinture en Portugal aux XV<sup>ème</sup> et XVI<sup>ème</sup> siècles, sd, 18,2 f.*

*L'ancienne peinture en Portugal au XV<sup>ème</sup> et XVI<sup>ème</sup> siècle (1)*

*Lettre familière à M. Tulpuick)*

*La très curieuse et très riche peinture de la fin du XV<sup>ème</sup> siècle et des trois premiers quartiers du XVI<sup>ème</sup> siècle en Portugal peut être classée sous quatre divisions principales : § 1.º Oeuvres d'artistes flamands travaillant en Flandres, 2.º œuvres d'artistes flamands travaillant en Portugal ; 3.º œuvres d'artistes portugais élevés en Flandre et travaillant en Flandre et en Portugal ; 4.º Œuvres d'artistes portugais élevés en Portugal. § Tous ces étrangers, ayant voyagé en Portugal chez nous et s'étant occupés de l'histoire ou de la critique de [?] notre ancienne peinture, se trouvant d'accord sur les grande lignes e de ce Classement – ~~Le Conte de Raczyński (1846)~~ (2) Ses tableaux de l'époque dont je m'occupe se trouvent repandus par des centaines des pièces dans tout de pays, er particulièrement à Lisbonne, Evora, ~~Coimbra~~ Setubal, Thomar, Coimbra, Viseu, S. João de Tarouca, près de Lamego, et Porto. C'est à la ~~petite~~ mais précieuse collection d'Evora que je consacre ce premier chapitre de mes études. / [2] Evora assise sur une [?] douce colline atterrante à la Zone la plus fertile de la province d'Alemtejo, nommée le grenier du Portugal, etait au XV<sup>ème</sup> et au XVI<sup>ème</sup> siècle le sejour preferè de la cour et de la noblesse, Jean I le fondateur de la dynastie d'Aviz habita Evora à plusieurs reprises et sa fille Isabelle, la future duchesse de Bourgogne, femme de Philippe-le-Bon, y vit le jour le 11 fevrier 1397. Le roi D. Duarte y celebra son mariage avec Eleonore d'Aragon en 1421. Alphonse V (1432-1481) y vecut presque tout les temps de son règne, et y recut les ambassadeurs de l'emperer ~~d'Allemagne~~ Frederic III, leur accordant pour leur souverain la main de sa petite fille l'infante Eleonor, la future imperatrice d'Allemagne. Le roi Jean II et le roi D. Emanuel y battirent de grand palais. En 1481 un illustre bourgeois, João Mendes Acioso, y construit à ses frais l'hotel de ville, er sur la facade de cette maison historique Jean II fait mettre, au lieu de l'ecusson du royaume ou des [?] de la ville, les armes du citoyen en qui l'avait batit. D. Emanuel realisa solennellement à Evora son premier mariage avec la princesse veuve de l'infant*

*D. Alphonse fils de Jean II, et encore à Evora l'accord de la main de sa fille Beatrice au duc de Savoie Charles III que la lui fait demander pour une grande embassy. Les vieilles rues de la ville rapellent encore par / [3] leurs anciens noms l'histoire anecdotique ~~des grands~~ personnages qui les habitent: jadis rue du Palais, rue des infants, rue des nobles, rue de trois seigneurs, rue des dames du Cardinal, rue du tailler de la Comtesse, etc. § De belles eglises et de riche et nombreux convents s'etaient fondés dans la ville et ses environs. § Tout ce monde rafolerait des grandes fêtes publiques, somptueuses, eblouissantes et belles, au gout flamand. § ~~Quand, à Lisbonne, lors des fiançailles de l'infante Isabelle avec le seigneur de Ronboux, representant de Philippe le Bon, on conduisit la belle fiancée, du chateau à la cathedrale, elle montait une mule blanche splendidement harnachée, que le roi lui même, à pied tenait par la bride sous uns toit en drop d'or, dont les infants, frères de la mariée, tenaient les hampes, suivis de toutes les dames et de tous les gentis homes de la cour, tout les monde à pied sur les pavies tapissés de flans. L'artillerie, que on venait d'etrenner victorieusement à Aljubarrota, tomait sur la musique des trompettes et le [?] joyeux de toutes cloches s'ouvrant à tout volée, tandis que [?] des grains de blè, jetés à plaines mains, en averse, de toutes le fenetres pavoisées sur ce cortège, faisaient dans l'air pique du sabrè du soleil / [4] une pluie d'or. § Tout de suite après la cérémonie religieuse, le roi Jean I, prenant congé de la duchesse de Bourgogne et lui donnant, à l'embarcadere, son baiser d'adieu, ne lui fit que une recommandation: celle d'allaiter elle même ses enfants, car les hommes que ne sont pas nourris du lait de leurs mères, n'etant pas tout entierement de leur race, s'abatardissent et tournent mal. La duchesse ne suivi le conseil paternel que pour son fils Charles et bien lui en a pris car ses autres enfants sont morts en bas âge et de celui là elle fit Charles devint un grand homme. § A Evora Pour nous celebrer les mariage noces du prince Alphonse, fils unique de Jean II, on organisa à Evora des fêtes homeriquement collossales. Ces bombances pantagruelesques uniques en Europe, furent comme une grande reprise agrandie de celles que preside en Bourgogne à l'hotel de toute gentillesse à Bruges la tante du roi, sa bonne tante Isabel, de quelles fêtes celebres dont Olivier de la Marche, et Mathieu de Coney [?] ce joyeux chroniqueur. Jean II fit bâttir en developement alargissement du palais une sale immense pour contenir le banquet, aux pates cathedralesques et aux mets portes en chariots ou à cheval, musique [?] tête, faisant encore, place aux luxurieuses exhibitions theatrales, où le roi lui-même, comme jadis son oncle Adolphe de Clèves, joua le rôle de Lohengrin, / [5] le chevalier du Cygne dans la légende du Saint Graal \* Nos processions religieuses de Corpus Christi avait tous le~~*

*grand eclat [?] de vrais [?] et les fêtes champêtres des vigiles de nos saints populaires, avec leurs feux d'artifice, leurs chants, leurs ballets, et leurs gouters sur l'herbe ne sont que véritable kermesses. § Deux événements du XVI<sup>ème</sup> siècle interviennent dans l'histoire du paysage. On comence à bâtir des moulins à la mode de Hollande. Ces moulins n'existent plus. Il faut pourtant en garder le souvenir pour ne pas être enduit en erreur en voyant sur d'anciens tableaux portugais des moulins que in pourrait croire ne pas être de chez nous. Vers la même époque on introduit en Portugal les orangers ~~done les fruits et les parfums vinrent enobler la campagne d'Alemtejo se melant aux fruits e aux parfums des vignes, des blés et des amendiers indigenes.~~ à boutons doux. Les nouveaux arbres, apportés de Chine par les compagnons de Fernão Mendes Pinto, enrichirent d'abord les jardins du roi et les vergers monastères. Dans le petit convent du Paraizo, resserré entre deux rues, les religieuses – faute d'espace – échelonerent leurs orangers entremelés de lauriers contre les murs de leur tout petit enclos, en d'étroites platebandes superposées et revetues de carreaux émaillés en losanges verts et blancs. Les alouettes et le rossignols ne font guere leurs nids et ne chantent plus dans cette /{5} <sup>12</sup>*

*A l'occasion des grands mariages princiens et ~~des~~ aux joyeuses entrées des roi ~~on faisant des grands festins publiques~~ et des reines on organisait des festins et des representations mimiques, des entremets, des courses de taureaux, ~~et on tenait~~ des joutes, des tournois, des pas d'armes, et de grands cortejes solennels et éblouissants. Dans ces longs defilles des harmais et les riches costumes en velours, en soie et en satin, à hautes couleurs, chamarrés d'or et de pierreries, tranchaient sur la couleur ordinairement sombre des vêtements bourgeois et populaires. Les rues se jonchaient de fleurs. De riches tapisseries recouvraient les façades des maisons. Après les princes et les ~~prelats~~ évêques les seigneurs se faisaient suivre des gens de leurs maisons. À la suite de Duc de Bragança, par exemple, on voyait [?] [?], chevaux et reluire les halebardes et les capelines de cent fantassins. La princesse qu'on fêtait montait la [?] blanche à longue housse [?] et brodee d'or et de perles, tenue à la bride par le roi ou par un grand seigneur, sous le dais à drap d'or.*

*/[6] ~~douce et~~ riante cloture car on a tout recemment démoli le charmant petit convent. Avec les ~~orangers~~ oranges douces les portugais introduisaient en Europe les ~~plus folis~~ objets d'art appliqué la [?], le commerce de la porcelaine, les éventails ~~et~~, les parasols. §*

<sup>12</sup> No original existem duas páginas com a mesma numeração. A leitura deste texto recomeça na página 6. Optámos por introduzir esta página neste local, por considerarmos que talvez fossem pertinentes para Ramalho os comentários ali efectuados.

*La vie était douce grasse et joyeuse à Evora. Les provisions étaient abondantes et faciles. Dans les belles ruines de l'ancien temple romain de l'endroit on avait installé une boucherie. La chasse était amusante dans les landes très giboyeuses des alentours on y courait le sanglier et le cerf et on élevait les meilleurs chevaux du pays. Les nobles et les courtisans, ayant plus ou moins guerroyé en Afrique et dans l'Inde, ayant un peu voyagé après le roi D. Alphonse V, en France, en Italie, en Allemagne et en Flandre, se piquaient d'humanisme tenaient des cours d'amour et faisaient des vers. Il y avait de vrais savants et de grands artistes. On était riche, on n'y était pas trop difficile en faire du confort. Bref on était heureux. Une haute tête de grand seigneur tombait bien de temps à autre, par-ci par-là, tranchée par le bourreau. Les grandes épidémies moyenâgeuses étaient vraiment un peu trop fréquentes, principalement amenées par la solidité des villes et l'ignorance absolue de toute hygiène publique ou privée. Mais c'étaient là de ~~très~~ négligeables détails vite oubliés par des hommes chez lesquels <sup>[7]</sup> la peur de la mort et de la souffrance n'était pas un défaut de race. § Comme on était généralement bizarre, dans la belle, large et libérale acception de ce mot, abâtardi par l'interprétation qu'il eut dans le vocabulaire français, on échangeait, depuis Jean I, auquel Jean Sans Peur offrit son portrait peint par Jean Maerck, ~~en~~ de riches cadeaux en Europe avec des seigneurs, des papes et des souverains. Van Eick était venu dans l'ambassade de Philippe-le-Bon, et s'était retardé pour quelque temps chez nous. Plusieurs gentilshommes avaient accompagné l'infante Isabelle et s'étaient établis à Bruges, à Gand, plus tard à Anvers. On avait des correspondants, des amis, des parents là-bas. § Des nombreux portugais de Bruges, hommes et dames, je ne puis me défendre de rappeler quelques noms sympathiques. § Moor Gonçalves, mobilis domicella Gonsalves, natione lusitana, comme dit son épitaphe dame de la duchesse Isabelle depuis ses plus jeunes années, inhumée à l'église des frères dominicains à Bruges, où les portugais avaient une chapelle. Un neveu de Moor Gonçalves, Fernão Rodrigues habitait Evora. § Une plaque de cuivre à la cathédrale de Saint Sauvent commémore une fondation pieuse de Jean Vasquez et de sa femme. Jean Vasquez, <sup>[7a]</sup> portugais, maître d'hôtel de la duchesse, avait pignon sur rue à Bruges, rue d'Argent. Sa maison existe encore, je pense, au n.º 40, gardant ~~honnête~~ sur sa façade l'honnête devise de son premier propriétaire. – À bon compte avenir. § Vasco de Lucena, plus tard échanson de Charles le Téméraire et un des gentilshommes de la cour portugaise d'Isabelle, était un littérateur insigne rapporté par Olivier de la Marche comme un des premiers savants de ~~son~~ l'époque. § Un autre nom mémorable est celui de Christovam Barroso. Ayant accompagné l'infanta il la servit comme chambellan jusqu'à sa*

*mort, après quoi il passa successivement au service de Charles-le-Téméraire d'abord, de sa fille ensuite, de l'empereur Maximilien après, et enfin, de Philippe II son fils et encore de Charles V. Les rois de Portugal D. Jean II et D. Emmanuel l'employèrent souvent dans en des affaires diplomatiques. C'est vers la fin de sa vie, après avoir servi cinq generations de souverains descendant directement les uns des autres, que notre chroniqueur Damien de Goes le connut à Dendre ou il s'était fixé. 'Il avait cent vingt ans – ajoute Goes – et il était tout aussi entier et ~~parf~~ parfait de corps et d'âme que s'il n'en avait que quarante" § ~~Beaucoup de~~ [7b] Mais des écrivains illustres, M. M. Emile vanden Bussche et Emile Varenbergh en Belgique, Joaquim de Vasconcellos et Sousa Viterbo en Portugal, se sont assez occupés, et fort ~~savamment~~ scientifiquement des portugais célèbres de cette période en Belgique et Hollande. Il faut que forcément je me comprime, mon leal desir à moi n'étant pas de vous monter une Scie. § Beaucoup de bourguignons et de flamands s'étaient de leur côté enracinés en Portugal dès le temps des croisades et les traces de leur influence se trouvent à chaque pas non seulement sur la terre portugaise ~~et~~ mais à travers des noms les plus illustres du nobiliaire national. § Antonio de Hollanda, père de Francisco de Hollanda vivant à Rome, ~~comme~~ pensionnaire du roi, dans l'intimité de Michel Ange et Victoria Colonna, miniaturait à Evora les livres du chœur du convent de Thomar et dessinait l'arbre geneologique de D. Emanuel, que Simon de [?] a enluminé et se trouve à présent au British Museum à Londres. § Frei Carlos un de nos meilleurs peintres [8] du XVI<sup>ème</sup> siècle, moine du convent d'Espinheiro, près d'Evora, était ~~de naissance~~ d'origine flamande. § Contucci (Sansovino) envoyé à Jean II par le Laurent de Medici demeura pendant neuf ans au Portugal. Christophe d'Utrecht habita aussi le Portugal où il fut fait chevalier du Christ en 1550. Nicolas Chataranez a beaucoup travaillé chez nous avec plusieurs autres français, pendant le [9] XVI<sup>ème</sup> siècle, à Coimbra, à Cintra et à Lisbonne. § Nous étions en rapports assez intimes avec l'Europe artistique. D. Emanuel commandait des sculptures à Veit Stoss en Pologne. L'infant D. Ferdinand – par l'entremise de notre grand écrivain Damien de Goes, ancien élève de Louvain, ami et correspondant de Erasme, de Luttere, de beaucoup d'autres savants – faisait de continuelles commandes de livres, de tapis, d'objets d'art flamands. D. Jean III faisait ciseler son épée en Florence par Benvenuto Cellini (\*)<sup>13</sup> § Enfin, votre compatriote Nicolas Kleinarts, de l'université de Louvain, ~~n'a p~~ étant venu en Portugal comme précepteur de l'infant D. Ferdinand, n'a pas l'air de beaucoup s'ennuyer à*

<sup>13</sup> Apesar de se encontrar esta nota de citação, o autor não adicionou mais informações ao texto.

Evora, qu'il habitait. Il soupaît tous les soirs chez son ami et ancien condisciple à Louvain Andrè de Resende. ~~Autour~~ À cette table hospitalière, autour de laquelle s'assemblaient plusieurs litterateurs, on se taillait des leonins petites bavettes, en latin, sur l'helenisme, la poesie grecque et probablement aussi sur les ridicules de l'epoque et les potins du jour. Dès l'arrivèe de Cleinarts, et sous l'ordre du roi, ou ne parla plus qu'en latin aux [?] ecoles du palais à Evora. La jolie maison de Andrè de Resende y ~~est~~ existe encore. / [10]

À cette epoque, qui fut l'age d'or de la peinture portugaise tout bonnement parce qu'elle fut aussi le grand moment de notre gloire nationale, de notre culture ~~litteraire~~ intellectuelle et de notre richesse (~~industrielle~~ et commerciale, nous ferrions parler de nous à l'etranger. Si l'Europe nous donnait quelques precepteurs pour nos princes et quelques maitres pour nos ecoles, nos lui rendions bien la pareille. Diogo de Teive etait professeur a l'universite de Paris. Andrè de Gouveia etait recteur au collège de Guyenne à Bordeaux, où il eut pour disciple Montaigne. Diogo de Gouveia, principal au collège de Damte-Barbie, avait le sobriquet de Sinapivorus que son èleve Rabelais a consacré comme un signe de ~~sa~~ [?] endurance proverbiale: l'avaleur de moutarde. L'auteur d'un chronique portugaise Anno Historico Tome III page 120-122 fait le relevé des professeurs portugais ~~exerean~~ exerçant l'enseignement dans les plus fameuses universités de l'Europe de XVI<sup>ème</sup> siècle. Ils etait en nombre de 115 / [11] L'ecrivain portugais Duarte Galvão, ~~notre~~ ambassadeur du roi D. Emanuel, intervenant diplomatiquement dans les differends des flamands vainqueurs et de l'empereur Maximilieu, invoquant les très anciens rapports d'amitie entre nos deux patries – antiquam ainicitram regnorum Portugalliae cum his patris. § En effect nos biens et mutuelle sympathie ne pourraient être ni plus intimes ni d'un plus bel élan. § D. Alphonse Henriques, notre premier roi, fondateur de la nationalité portugaise, etait pour son père de meilleur sang bourguignon. Sa fille Therese, etant devenu par son mariage avéc Phillipe d'Alsace, la princesse Mahaut comtesse de Flandres et en Eropre [sic] le plus rare prestige de sagesse et de beauté. Elle a fait adopter par les seigneurs belges compagnons en Orient de Baudouin de Constantino l'eloquente et chevaleresque formule – ob reverentiam Dei ac Mathildis reginae. D'après vous même, Tulpuick, elle eut à son service un peintre attiré Jean de Bruzelles, et elle eut le beau privilège d'être representée dans une charmante statue, en longue robe à plis d'une / [12] grace toute hellenique, coiffée du chaperon de la mentonniere, ~~au~~ ~~por~~ sous le porche septentrional de la cathedrale de Chatres.

*Peu de temps apres cette union l'infant de Portugal F D. Fernan, fils du roi Sancho epousait la comtesse de Flandre fille de l'empereur Bandonin.*

*C'est ce roi D. Sancho qui ~~donna~~ donna aux flamands jouissant [?] de tres grands privilèges toute une ville portugaise – Villa Franca. ~~D. Alphonse [?] donna à sa tante Isabelle de Bougogne tout un archipel, Les Açores. Dix ans après, 1476, il se rerouvrait avec le Temeraire près de Nancy. En 1451 le Duc de Cleves epouse l'infante portugaise Isabelle fille de D. Pedro [?] pères de la duchesse de Bourgogne.~~ / [13]*

*~~grace toute hellenique, coiffée du chaperon de la mentonniere, sous le porche septentrional de la cathedrale de Chatres.~~*

1.º

*La duchesse Isabelle Bourgogne dont le charme a –dit-on– inspiré à Philippe, lors de la fondation de la toison d'or, la devise maritale autre n'auray, gagna la veneration et l'amour de tous ces compatriotes.*

2.º

*En 1439 ~~cette princesse fait pres du~~ envers ce roi D. Alphonse V ces demarches les plus pieuses et les plus sympathiques touchantes, lui faisant reprochant par des ambassadeurs ~~de Philippe~~ mediateurs d'une ambassade speciale, la mort et cruelle de son frere de duc D. Pedro à la bataille d'Alfarrobeira, réclamant pour ~~son corp~~ la sepulture ses restes l'hommage un tombeau ~~royal princier~~ à cotè de son père Jean I dans le Caveau de Batalha, et demandant justice, restitution de bien et d'honneurs en faveur de la duchesse veuve, de [?] ses enfants et es serviteurs ~~du mort~~ de sa maison.*

*Sa douce influence [?] determina, plus ou moins directement, ~~plusieurs~~ des alliances successives, que resserrerent de plus en plus le lieux affectueux / [14] des princes portugais avec des amis et des parents de la maison de Bourgogne. En 1451 le duc de Clèves epousa l'infante portugaise Isabelle, fille de D. Pedro, l'un des freres de la duchesse. L'infante Eleonore, fille du roi D. Duarte, ~~le marie avec~~ [?][?][?] ~~par~~ en 1452 par l'empereur Frederic III père de Maximilieu, et [?] considerable œuvre d'art ~~des plus importants commemor~~ fixe cet evenement de la plus féconde portée. La princesse portugaise ayant été presentee a son ~~epoux~~ mari par Enée Piccolomini a Sienne, Pinturricchio decrit ce fait dans sa fameuse fresque à la mode flamande de la bibliothèque de la cathedrale. ~~Sieen~~ La colonne historique du second plan de cet eblouissant tableau a été erigée ~~à l'endroit de~~ sur le lieu de même et la rencontre par l'ambassadeur portugais João Fernandes da Silveira, ~~probablement representé dans l'un des portraits~~ probablement [?] [?] parmi les personages que font la suite de la princesse. /*



*Le roi D. Denis et son successeur D. Alphonse IV ont fait orner de portraits leur palais da Alcaçova à Lisbonne*

*Archivo Pittoresco tomo IX*

*Le roi D. Duarte, frère de la duchesse de Bourgogne avait à son service un peintre enlumineur officiel*

*La princesse D. Philippa fille de l'infant D. Pedro, niece de la duchesse Isabelle a [?] et [?] dans le convent d'Odivellas une copie de livre d'Azurara Chronica do descobrimento e conquista da Guine. Ou y voit dans la première page un tres beau portrait du glorieux infant D. Henrique*

*(vid, Estevam Gonçalves pag 33)*

*Ce manuscrit une des perles de la Bibliotheque Nationale à Paris ~~y fut peutêtre apportee~~ la princesse Leonor, veuve de D. Emanuel, l'aurait peut être reçu en cadeau de noces et l'aurait apporté à Paris lors de son mariage avec Francois*

*pag 32*

**Documento 19** - Relatório do Restauro dos Painéis de São Vicente apresentado por Luciano Freire.

ANBA, 1-A-SEC.O19, *Comissão Executiva – Actas, Livro 1.º*, [8 de Abril de 1902 a 5 de Junho de 1911], pp. 113-115.

n.º 102

*Acta da Sessão da Comissão Executiva da Academia Real das Bellas Artes de Lisboa, em 22 de Maio de 1909.*

*Sob a Presidencia de Sua Ex.<sup>a</sup> o Snr. Visconde de Athouguia, foi aberta a sessão achando-se presentes os Sns. Josè Luiz Monteiro, Josè Simões d’Almeida, [?] Josè Velloso Salgado, Columbano Bordallo Pinheiro, D. José Pessanha, e Lusianos Freire.*

[...]

*No dia 21 de Maio de 1909, reunida a Comissão executiva da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, no Gabinete, em que o Professôr Luciano Freire está procedendo a beneficiação de quatro quadros a oleo do seculo XV, existentes no Paço Patriarchal d’esta cidade, e aos quaes os estudiosos que se occupam da archeologia artistica portugueza tem dado a designação de a serie de S. Vicente”, - beneficiação custeada pelo Academico Conde de Penha Longa e incumbida à mesma Comissão, que d’ella, por sua vez, encarregou pela sua provada competencia, / O Professôr Luciano Freire, - verificou a alludida Comissão, a convite do Sr. Freire, que os quatro quadros, pintados em tabuas de carvalho, grosseiramente desbastadas na parte posterior, para se adaptarem, segundo è de presumir, a alguma das differentes applicações, que, successivamente lhes foram dadas, constituem, não quatro, mas duas composições, formadas cada uma por um grande quadro central, e duas ~~predellas~~ porticos, o que se reconheceu não só pela disposição das figuras, que, em dous dos quadros, se não podia justificar, mas tambem porque as tabuas que os constituem conservam bem evidentes vestigios de terem estado emmolduradas separadamente, havendo sido depois ligadas por cavilhas de ferro. – Verificou também a Comissão que os quadros de que se trata, pintados a oleo sobre tabuas, sem aparêlho, estão bastante damnificados, e foram, por duas vezes restaurados. – O primeiro restaurador preencheu as cavidades, em que a tinta faltava, com massa apropriada, retocando em seguida, e repintando, por ultimo, por meio de [?], grandes*

*trêchos, como por exemplo, entre ellas, as das figuras nimbadadas (S. Vicente ?) que occupam os centros das duas grandes composições, no intuito de disfarçar o retoque. O segundo, evidentemente ainda menos habil que o primeiro, limitou-se a applicar tinta aos pontos (bastante numerosos sobretudo n'um dos quadros maiores) em que a primitiva pintura havia desaparecido, estendendo depois a tinta em volta dos pontos retocados para assim encobrir, a olhos profanos, a sua impericia. Verificou, ainda, a comissão que, em todos os trechos repintados, o Professor Luciano Freire, começou a levantar cautelosamente, a tinta / posta pelos restauradores, que occultava quasi completamente a primitiva pintura, - adulterando, assim tão valiosos documentos da pintura quatrocentista, e induzindo em erro, a critica, por que, em geral, apenas o desenho, - aliás a parte mais interessante e caracteristica se podia apreciar, ficando a pintura propriamente dita, quem como processo, quer como colorido, subtrahida a qualquer exame. Notou a commissão, que tão habil e cautelosamente se tem havido n'esse melindroso trabalho, o Sr Luciano Freire, que, em nenhum ponto das superficies, já libertas da pintura sobreposta à primitiva tinta, fóra atacada pelas substancias empregadas, mantendo-se em todos elles, intactos os mais insignificantes detalhes, como, por exemplo, os caracteres gothicos, no livro que a figura central de um dos quadros maiores tem aberto na mão, ficando afsim legiveis, e vindo, por ventura, quando inteiramente descobertos os caracteres, a permittir a rigorosa identificação d'essa figura, e outros detalhes, que são sempre os últimos a applicar, e cuja conservação prova, por tanto, que todo o trabalho anterior se manterá inalterado. Observou a Commissão que o Sr Freire tem procedido com igual meticulosidade em todo o seu trabalho, como o prova o facto de se encontrar, já em parte visivel em todos os seus detalhes, o pavimento de marmore, em que as figuras pousam, e que estava completamente occultado por mais de uma camada de tinta, escura acastanhada, a ponto de, nem sequer, se poder suspeitar qual a natureza d'esse pavimento. – A Commissão folga / de consignar, n'este documento, os louvores, que verbalmente tributou ao Sr Freire pela sua competencia já evidenciada, aliás, em trabalhos idênticos. – Sala das Sessões da Commissão Executiva da Academia Real de Bellas Artes de Lisbôa, em 21 de Maio de 1909....*

**Documento 20** - Acta da Academia Real de Belas Artes de 1 de Junho de 1909, onde se discutiu o problema que levou à instituição da Comissão de Beneficiação de pintura.

ANBA, 1-A-SEC.018, *Actas Academia*, [7 de Março de 1883 a 8 de Novembro de 1910]<sup>14</sup>.

*Acta da Sessão da Academia Real das Bellas Artes de Lisbôa, em 1 de Junho de 1909.-  
Sob a Presidencia do Ex<sup>mo</sup> Sñr. Visconde de Athouguia, Inspector, foi aberta a sessão, estando presentes os Academicos effectivos os Snr<sup>s</sup>: Jose Luiz Monteiro, José Simões de Almeida J<sup>or</sup>, Columbano Bordalo Pinheiro, José Velloso Salgado, Henrique Lopes de Mendonça, José Alexandre Soares, D.<sup>r</sup> João Barreira, D. José Pessanha, Luciano Freire, e os Academicos de Merito os Snr<sup>s</sup> Ramalho Ortigão, Antonio Arroyo, Ventura Terra, D.<sup>r</sup> José de Figueiredo, Gabriel Pereira, João Vaz, A. Ramalho J<sup>or</sup>, João Piloto, e Alfredo de Albuquerque.*

[...]

/

*Em seguida deu a apalavra ao Snr. José Velloso Salgado, que, como Delegado da Comissão Executiva, fôra encarregado de, conjunctamente com o Sr. D. José Pessanha, escolher no Museu Obras d'Arte, que poderiam ser transferidas para Museus de provincia, conforme a proposta approvada na sessão de 9 de Fevereiro. Julga dever communicar á assemblêa as suas mãs impressões – quanto ao estado em que encontrou os quadros guardados no extincto Covento das Albertas, annexo do Museu, e muito principalmente os expostos ao publico; declarando, mais, não ter podido significar aos funcionários presentes, a magua que essa circumstancia lhe causava, e o seu sentir a esse respeito, - lastimando que se não tivesse procurado sustar a ruina de alguns quadros, como, por exemplo, a parte central de um precioso tryptico, notabilissima obra d'arte do seculo XV, que, ainda ha quatro annos, estava com aspecto regular de Conservação, e que, ao presente, accusa damno que será irremediavel se não for reparado immediatamente. Citou, ainda, outros quadros que estão em identicas condições, pelo que pediu ao funcionario respectivo para recommendar ao Chefe do pessoal menor o*

<sup>14</sup> Este documento encontra-se parcialmente reproduzido em GONÇALVES, António Manuel, *Do Restauo dos Painéis de São Vicente de Fóra*, Amigos do Museu de Arte Antiga, Tipografia Silva & Ourêlo, Lda., Lisboa, 1960, bem como no anexo documental de: PONTES, Teresa, *Museologia da Arte – Conceitos e práticas de José de Figueiredo (1911-1937)*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 1999.

maior cuidado na limpeza dos referidos quadros, para não provocar a queda da tinta, / que ameaça soltar-se, facto este, que o empregado, Silva lhe declarou dar-se, mesmo sem se tocar nos respectivos quadros. Reputa um verdadeiro crime o deixar perder esse admiravel thesouro, e diz que esse perigo se poderá evitar providenciando-se com a maior urgencia, declarando mais que julga tão grave tudo que motivou a sua exposição, que se teria pedido a convocação de uma assemblea geral extraordinaria, se a presente não estivesse para tão breve. Por ultimo declára que fica aguardando que da secretaria do museu lhe seja enviada uma nota circunstanciada dos quadros escolhidos por elle, e o Sr D. Jose Pessanha, para serem transferidos para Museus provinciaes, e que só depois se poderá proseguir [sic] nos trabalhos encetados. – O Snr Ramalho Ortigão manifesta-se, igualmente impressionado com os factos apontados, e considera este caso, como o mais profundamente grave da administração d’arte em Portugal, resultante da indiferença criminosa, que colloca o paiz, na situação de paiz de refugio, deante dos povos cultos. As collecções dos nossos primitivos, além de serem a affirmação mais alta do nosso modo de ser moral, e intellectual, vale materialmente milhares de contos. – Urge, portanto, chamar para o caso a attenção das instancias superiores, e entregar esses quadros a hygienistas, que os tratem e salvem da morte a que foram votados, e isto, não só para os quadros do Museu Nacional, mas ainda para os que estão espalhados pelo paiz, de que faz uma rapida enumeração, - notando principalmente os de Evora, attribuidos a Gérard David, um dos quaes corre risco de immediata destruição, julga poder ser commettido o espinhosissimo encargo do tratamento dos referidos quadros. Refere-se a Luciano Freire de cujo trabalho, na especialidade faz p elogio, citando a auctorizada opinião de Bredius, de / Haya, que, ultimamente visitou o Museu Nacional, - que julgou perfeito, e à altura do que poderia ser executado pelo melhor especialista, o tratamento dado ao quadro “Virgem com o menino Jesus”, attribuido a Memling, segundo uns, e por outros, a Thierry Bouts; e referiu-se, ainda a outros quadros, também beneficiados com equal exito; por isso é de parecer que se proponha superiormente, que o Sr Freire seja encarregado de, com os auxiliares necessarios, prover ao que fôr indispensavel á conservação dos nossos quadros, em geral, e especialmente aos dos seculos XV. e XVI. Lamenta ainda que no nosso Museu não haja Catalogo, o que acha devéras inconcebivel, e diz que é indispensavel retirar de lá os quadros de somenos valor, e proteger com vidros alguns dos que lá estão; terminando por instar para que se obtenham os meios necessarios para a reproducção photographica d’esses quadros, como processo logico da sua bõa identificação, e classificação. – O Snr Antonio Arroyo,

*diz que esses quadros, durante seculos haviam resistido em perfeito estado de conservação. Mudados dos logares a que foram destinados, esses quadros alteram-se, ou arruinam-se rapidamente. Esse caso não pode deixar de ser attribuido a influencias metereologicas. As igrejas, pela sua especial construcção, pela sua grande embalagem de ar não apresentam as grandes variações de temperatura, sobretudo as altas temperaturas que se verificam nas “Janellas Verdes” as quaes, para mais, se acham agravadas pela proximidade do Rio Tejo. Sendo assim, é natural que surja, como primeiro remedio para o mal apontado, a transferencia do museu para outro local, e, que portanto, julga urgente pensar-se na respectiva solução, para o caso de a academia ser consultada a tal respeito. Acha que o retoque deve ser, tanto quanto possivel evitado, pois, em quadros, que / tivessem soffrido grande avaria, o retoque dominaria a pintura primitiva, e dar-se-hia falsa e anachronica apparencia. E parece-lhe, portanto, ser da maxima conveniencia, a mudança dos quadros para outro edificio -, de construcção apropriada e mais no centro da Cidade. – O Snr. Luciano Freire, depois de agradecer as referencias elogiosas do Sr Ramalho Ortigão, historiou o que se passou ha quatro annos, quando o fallecido Director do Museu, de accordo com a Commissão executiva da Academia se propoz a mandar beneficiar alguns quadros que exigiam immediato tratamento, trabalho de que fui encarregado, por essa epoca. Libertados de ruins vernizes, alguns quadros do museu, entre os quaes avultam aquelles a que se referiu o Sr Ramalho Ortigão, - quadros cujo merito artistico só então pode ser, realmente constatado. Ciscunstancias a que se não queria referir tinham-n’o esfriado no enthusiastico desempenho d’essa tarefa feita, aliás, sem retribuição material, pois as importancias recebidas, eram, apenas, para o indemnizar de despezas feitas, ou de prejuizos occasionados pelas exigencias d’esse trabalho. Historiou ainda o que alguns quadros tinham soffrido na mão d’um restaurados hespanhol, que, ha annos, tinha sido encarregado de reparar avarias nos quadros, digo: q já então eram sensiveis,. Aproveita a occasião para, de alguma forma, rehabilitar a duvidosa reputação do restaurador que se seguiu a este (o Sr Greno), o qual nada julga ter estragado. Enumerou os quadros que o mesmo Artista tratou, referindo-se em especial, a um quadro de Rubens, em que o manto de Christo que fizera na Composição fora repintado, mas em época remota, Os trabalhos d’este artista foram, apenas prejudicados por ter completado, nos quadros, / aos quaes faltava tinta em pontos importantes, falta esta, muito facil de remediar. Disse mais que os quadros do Museu sejam quaes forem as condições climatericas, em que se encontrem, necessitam de ser vigiados, constantemente, pelo que diz respeito ao seu*

*estado de conservação. O Museu de quadros tem, afinal, alguma cousa de enfermaria, visto que, como doentes, elles precisam ser tratados. Entende que se deve principiar por fixar a tinta que ameaça desprender-se em alguns quadros. Em seguida proceder áo beneficiamento geral, que terá de variar, segundo as circumstancias, mas que deverá, na maioria dos casos, consistir em impregnar, pelo reverso, os quadros executados sobre madeira, de substancias apropriadas, conforme se pretender tomar essas Tábuas, menos sensiveis ás intemperies, ou refractarias à acção do Caruncho, que, tambem, toma a larga parte na obra de destruição d'essas admiraveis obras d'arte. Referiu-se ao trabalho complementar de que esses quadros deverão ser objecto, entendendo que, de forma alguma se deve procurar illudir o sitio retocado, sobretudo se se tratar de grandes faltas de tinta em pontos importantes; tanto mais que essa illusão è sempre passageira. Generalizando-se a questão sobre o assumpto, fallaram, ainda, os Sr<sup>s</sup> Ramalho Ortigão, e Antonio Arroyo, - concordando este Sñr. Com a proposta, em tempo apresentada na "Commissão dos Monumentos Nacionaes" pelo Sr Ramalho Ortigão, para que ao annexo dos Jeronymos se desse a applicação de servir de Museu dos quadros dos seculos XV, e XVI. O Sr Ventura Terra declara concordar com o systema de impregnar de oleos as pinturas executadas sobre madeira, o que dará a esta uma duração e resistencia a intemperies, devéras / apreciaveis. Aproveita a occasião de estar com a palavra para dizer que, tendo lido que se pretendem vender alguns objectos existentes no Museu, e, nomeadamente, uma porção d'obras de talha, declara que, se tal de levar a effeito, reclamarà para que voltem aos seus antigos donos os objectos que, por seu intermedio, foram entregues àquelle estabelecimento. Alvitra tambem a transferencia dos quadros para salas interiores, ou sendo possivel para os pavimentos inferiores, por julgar ali menos sujeitos ás [?] de temperatura do ambiente- - O Sr. D'. José de Figueiredo, concorda com o modo de ver do Sr Ventura Terra; diz que n'essa orientação, os quadros, primitivos occupam, no "Museu do Prado" em Madrid, uma Sala do pavimento inferior, e pergunta se a Direcção do nosso Museu fez sentir o damno que os quadros estavam soffrendo, do que foi informado negativamente; - pedindo que este factio fique registado para os devidos effeitos. Referindo-se aos trabalhos de restauro, entende, que, o que urge, é socorrer os quadros avariados, devendo a Academia procurar obter das Instancias Superiores a verba precisa; varrendo, assim a [?] das suas responsabilidades, que, porventura, por más interpretações lhe podessem mais tarde ser atribuidas. - Occupou-se, depois, a Assemblêa da applicação a dar ao Palacio de Queluz, ficando a Commissão Executiva encarregada de estudar, se é vantajosa a adptação d'esse edificio*

*a um Museu d'Arte, e em especial de arte do seculo XVIII, - declarando o Sr. D<sup>f</sup>. José de Figueiredo, que se tal se efectuar, em condições convenientes, o academico Sr. Conde dos Oliveas, – Penha Longa, depositará ali, por intermedio da academia, parte das suas valiosas collecções. – O Sr. D. José Pessanha disse / nada ter a acrescentar á comunicação feita pelo Sr. Salgado, encarregado como elle d'escolher objectos que possam ser cedidos a Museus de provincia; por isso não tinha ainda pedido a palavra sobre o assumpto. Acha bom o alvitre de se estudar o meio de installar as collecções de quadros do Museu em Edificio, especialmente construido para esse fim, e em local, igualmente apropriado. O alvitre do Sr Ramalho Ortigão tambem o seduz, e termina por dizer que lhe não parece facil o modificar, satisfatoriamente, o Edificio das Janellas Verdes. Julga que se devem empenhar todos os esforços para evitar a ruina completa de tão preciosas reliquias artisticas. Refere-se, ainda, à impossibilidade do actual restaurador, o Sr. Girão se occupar do tratamento dos quadros, dada a sua muita idade e pouca pratica d'esses trabalhos. Acha, portanto, que se deve indicar ao Governo o nome do Sr. Luciano Freire para realizar esse trabalho. Por proposta do Sr Ramalho Ortigão, ficou encarregada a Commissão Executiva de estudar os meios que julgar proficuos para que aos quadros do museu Nacional seja melhorada a situação, impedindo-se, assim, a continuação dos estragos, constatados, trabalho que deverá ser presente a uma Assemblêa Geral extraordinaria, e que as circunstancias determinam se realise com a possivel brevidade. - O Sr. João Vaz acha que deve ser prevenido o Director do Museu, do assumpto a tratar n'essa sessão; pelo que é informado de que, sempre que está dado, para ordem do dia, um determinado assumpto, elle consta da carta de convocação, nomeadamente em sessão extraordinaria. Não havendo outro assumpto a tratar, foi mandada lavrar a presente acta que ~~eu secretario~~ digo vae por / por mim assignada. Sala das sessões da Commissão executiva digo da Academia Real das Bellas Artes de Lisboa em 1 de Junho de 1909. – O Secretario Luciano Martins Freire*

*Visconde d'Atouguia*

*Jose Simões d'Almeida J<sup>r</sup>.*

*Comlumbano Bordallo Pinheiro*

*José Velloso Salgado*

*Henrique Lopes de Mendonça*

*Joaão Barreira*



*José Alexandre Soares*

*D. José Pessanha*

*Ramalho Ortigão*

*Antonio Arroyo*

*Gabriel Pereira*

*João Vaz*

*José de Figueiredo*

*Ventura Terra*

*Antonio Ramalho J.*

*João A. Piloto*

*Alfredo de Albuquerque*

**Documento 21** - Acta da Academia Real de Belas Artes de 12 de Junho de 1909, onde se discutiu o problema que levou à instituição da Comissão de Beneficiação de pintura.

ANBA, 1-A-SEC.018, *Actas Academia*, [7 de Março de 1883 a 8 de Novembro de 1910]<sup>15</sup>.

*Acta da Sessão da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, em 12 de Junho de 1909. – Sob a Presidencia do Ex<sup>mo</sup> Snr. Visconde de Athouguia, Inspector, foi aberta a Sessão, achando-se presentes os Academicos effectivos, Snrs. José Simões de Almeida J<sup>or</sup> José Velloso Salgado, Columbano Bordallo Pinheiro, Luciano Freire, D<sup>r</sup>. João Barreira, Henrique Lopes de Mendonça, José Alexandre Soares, e D. José Pessanha, e os Academicos de Merito, Snrs. Ramalho Ortigão, João Vaz, Antonio Ramalho J<sup>or</sup>, D<sup>r</sup> José de Figueiredo, Abel Botelho, Antonio Arroyo, Costa Motta, Ventura Terra, e João Antonio Piloto. – O Academico effectivo, Sr. Alfredo de Albuquerque, Director do Museu Nacional dos Coches, justificou a sua não comparencia. – Lida e approvada a acta da sessão anterior, o Sr. Presidente leu a assembléa um officio do Ministerio do Reino, em que se communica que o Sr. Conselheiro Wenceslau de Lima, attendendo às sollicitações da Academia, officiára já para que, pelo Ministerio das Obras Publicas, se procedefse á elaboração do projecto de complemento do edificio em que está installado o Museu Nacional, dando tambem andamento aos outros pedidos feitos recentemente pela Academia, e relativos, um, ao Palacio de Queluz, e o outro ao Conselho dos Monumentos Nacionaes. O Sr. Presidente faz, a este proposito, o elogio do Sr Ministro do Reino, cujo amôr pelas bellas artes é notorio, e termina communicando um telegramma enviado de Italia, pelo Sr. Alfredo de Andrade, em que este Academico agradece a parte que a Academia tomou na consagração que ha dias, lhe foi feita pela cidade de Turo. - Os Snrs. Ventura Terra, e / Antonio Arroyo propoem que na Acta se exare um voto de congratulação pela deliberação tomada pelo Sr Ministro do Reino, o que é approvedo por aclamação. – Entrando-se na ordem do dia – “Medidas a tomar para evitar a ruina immediata de parte dos quadros dos seculos XV, e X.V.I. do Museu Nacional” foi dito pelo Snr. Luciano Freire o seguinte parecer: - “Tendo sido encarregado de, por escripto, dar parecr acêrca das medidas a tomar, para sustar a ruina imminente da maioria dos*

<sup>15</sup> Este documento encontra-se parcialmente reproduzido no anexo documental de: PONTES, Teresa, *Museologia da Arte...*

*quadros do Museu Nacional de Bellas Artes, incumbencia esta, que me foi attribuida por occasião da visita que a Commissão Executiva da Academia Real de Bellas Artes de Lisbôa fez ao Museu Nacional, preparando-se, assim, para dar cumprimento as deliberações tomadas na Assemblêa Geral de 1 do corrente, - Começarei por declarar que è grande o numero de quadros que exigem tratamento especial, entre os quaes citarei os seguintes: “N.<sup>os</sup> 115 -; digo: cujos numeros do respectivo catalogo são os seguintes: “115, - 146, -162, -166, - 186, - 191, - 197, - 255, - 256, - 258, - 286, - 297, - 309, - 330, - 337, - 356, - 361, - 363, - 364, - 365, - 367, - 371, - 374, - 375, - 385, - 387, - 388, - 390, - 406, - 414, - 417, - . Como se vê por esta lista, pertencem os respectivos; digo: referidos quadros a diversas épocas, e são dos mais valiosos da Collecção.*

*Por terem a tinta, em muitos pontos levantada, exigem socorro immediato, tornando-se necessario começar pela muito delicada operação de fixar a ~~tinta~~ que ameaçada de desprender-se. Feito isto que é inadiavel, preciso se tornar proceder ao beneficiamento de quasi todos os quadros / do museu, operação que terá de variar, segundo as circunstancias, mas que deverá; na maioria dos casos, consistir em impregnar pelo reverso, os quadros executados sobre madeira, de substancias apropriadas, conforme se pretender tornar essas tabuas menos ~~insensiveis~~ ás intemperies, ou refractarias á acção do caruncho, que tambem toma carga parte na obra de destruição d’esses preciosos quadros. A modificação das condições climatericas em que esses quadros se encontram, não dispensa, de forma alguma, os cuidados indicados. Terminadas essas operações dever-se-ha, então, tratar da melhoria do aspecto geral dos quadros, limpando uns, concertando outros, preenchendo as faltas de tinta, com tons approximados, mas sem a pretensão de ~~as~~ disfarçar completamente a ruina soffrida, dispensando-se o restaurador de lisongear espectadores egnaros. O bom exito de todas estas operações depende da maneira como forem realisadas, e da oportunidade; por que, d’outra forma, melhor será deixar esses quadros entregues ao seu malfadado destino, n’este paiz em que tão profunda é a indifferença pelas coisas d’arte. – Eis o que nos ocorre dizer sobre o assumpto, e que não é afinal, senão a reproducção do que, na ultima assemblêa geral da academia tive occasião de expôr sobre este ponto restricto. Pelo Sr. D. José Pessanha foi apresentado o seguinte parecer do Sr Monteiro cuja ausencia justificou: - Incumbido pela Commissão executiva da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa de dar parecer / acêrca das modificações a introduzir no Edificio do Museu Nacional, para, tanto quanto possivel, ficar assegurada a bôa conservação dos quadros alli expostos, offerece-se-me dizer o seguinte: - Diversas são as causas que podem contribuir para os estragos que se*

*observam nos quadros das galerias do Museu Nacional de Bellas Artes, sendo as principaes, as variações bastante sensiveis de temperatura, e a falta e tratamento adequado aos mesmos quadros” Os que mais teem soffrido por esses motivos são os chamados gothicos ou primitivos” por sêrem pintados em madeira. – Procurando os meios de attenuar esses inconvenientes, e limitando-me à parte que me compete: modificações a introduzir ao edificio, direi que o excessivo calôr, que se sente nas salas do andar nobre, poderia combater-se, estabelecendo uma forte corrente de ar nos salões, os quaes, naturalmente teriam de se apropriar para esse effeito. A corrente de ar conseguir-se-hia, por meio de uma ou mais poderosas ventoinhas, movidas por corrente electriva da rede geral, o que, além de ser de grande simplicidade, de instalação, seria muito mais economico do que por meio de outro qualquer motor, e até mais isento de perigos. – Claro está que, a não ser a despeza de installação, pouca importaria a que resultasse do custeio, por não ser muito elevado, em cada anno, o numero de dias, em que o seu funcionamento se tornaria necessario. - E tendo-se alvitrado que mais convenientes seriam /, para collocação dos referidos quadros, as salas do pavimento terreo, onde, com effeito, o calôr se faz sentir muito menos, e omitindo quaesquer considerações de outra ordem, que me não cumpre fazer, direi que, por serem bastante humidas todas as salas d’esse pavimento, que olham para o norte, não poderiam ellas ser aproveitadas para aquelle fim, sem que ali se estabelecesse um systema de aquecimento tão completo, que supprimisse, de todo, a humidade das referidas salas, - Este systema seria forçosamente dispendioso, porque, não podendo adoptar-se caloriferos pelo perigo constante de incendio, além de outras desvantagens d’ahi resultantes, teriam as installações de ser bastante onerosas, quer se empregasse o ar aquecido, quer se preferisse o aquecimento pelo vapôr. – Independentemente da providencia que deixo apontada e que, julgo indispensavel, tomar-se desde já, - lembrei que sendo necessario completar o edificio do Museu, segundo, ha pouco, foi representado pela Academia ao Governo, deverá preferir-se para a Exposição dos alludidos quadros, a parte de novo construida, na qual cumpre formar d’accôrdo com a Academia (que não deverá deixar de ser ouvida sobre o respectivo projecto), as precauções necefsarias para manter uma temperatura quanto pofsivel constante, e não muito elevada. O Sr D. José Pessanha, - apresentou o seguinte parecer do Snr Monteiro, cuja ausendia justificou; digo: apresentou em seguida esta proposta que em breves palavras fundamentou: - Tenho a honra de propôr, que, em harmonia com a missão que lhe é attribuida pelo Decreto de 14 de Novembro de 1901, a Academia Real de Bellas Artes procure: 1.º reproduzir pela /*

*photographia, depois de beneficiados, os quadros dos seculos XV, e XVI, anteriores á influencia da Renascença italiana, que façam parte do Museu Nacional, 2.º Elaborar um Inventario, tanto quanto possivel completo, dos quadros da mesma epoca e feição, existentes no paiz, e não encorporados no Museu, - quer estejam entregues a corporações e entidades officiaes, ou semi officiaes, quer pertençam a particulares, recorrendo para isso aos vogaes correspondentes do Conselho dos Monumentos Nacionaes e da Real associação dos architectos civis e archeologos Portuguezes, aos Professores das Escolas Industriaes, e a quaesquer outras individualidades que a Academia julgue poderem efficazmente auxiliá-la; 3.º = Mandar examinar todos os quadros assim arrolados, e não pertencentes a particulares, por delegados seus, que, munidos de auctorisações emanadas dos Ministerios do Reino, Justiça, e Fazenda, façam transportar, com as devidas precauções, efses quadros para Lisbôa, afim de serem beneficiados (quando d'essa operação careçam) e photographados; - ou, na hypothese de se tornar impofsivel ou perigoza a sua deslocação, procedam in loco ao tratamento que julguem necefsario e os façam photographar; - 4.º Organisar, com os quadros afsim reunidos em Lisbôa, com os do Museu Nacional, com os de particulares que possam obter-se e com as photographias d'aquelles que seja impofsivel ou inconveniente deslocar, - uma exposição, que dure, pelo menos tres meses, e seja annunciada nas mais importantes revistas de arte estrangeiras; - 5.º = Publicar d'esta Exposição um catalogo descriptivo illustrado, com photographias; 6.º Compilar n'um volume, traduzidas / em portuguez, as monographias e artigos que a essa exposição consagre a critica estrangeira; 7.º obter do Governo, além do necessario apoio official, a inscripção, no orçamento da Verba de 2:000\$000 em dinheiro; digo: em cada úm dos tres annos economicos de 1909-10, 1910-11 e 1911-12, para as despezas inherentes à realisação d'esta proposra, e á beneficiação dos quadros do Museu Nacional, em harmonia com as indicações contidas no parecer hoje apresentado à Academia pelo Snr Luciano Freire. – O Sr. presidente declarou estarem em discussão, os pareceres e a proposta que acabavam de ser apresentadas. – O Sr. Lopes de Mendonça perguntou se nos convites dirigidos aos Srs Director, e Conservador do Museu Nacional se indicou o assumpto a tratar n'esta sessão. – O Sr. Freire, como secretario, respondeu affirmativamente. – O Sr Ramalho Ortigão diz que está absolutamente de accordo com a proposta do Sr D. José Pessanha. A realisação da exposição não será tarefa facil, mas o facto de ser difficil não é razão para que não se trabalhe muito pela sua efectivação. E accentúa que Portugal, sendo dos paizes mais ricos em pintura dos seculos XV, e XVI, é o unico em que se não tem procurado agrupar*

essas obras, facilitando assim o seu estudo. Conta depois que, ha muito, pensa na realização d'uma exposição d'esta natureza, tendo já encarecido a sua necessidade, e esboçado o seu plano no catalogo que fez das obras d'arte da Casa Real, expostas por ocasião do Centenario de Santo Antonio e termina por se referir ás differentes phases do tratamento dos pintores antigos. – O Snr Antonio Arroyo refere as suas tentativas para que Portugal, se tivesse feito representar na Exposição /realizada em Bruxellas em 1904 ou 1905, alvitra que a proposta do Sr. D. José Pessanha seja alterada na parte em que de diz que os quadros do seculo XV, e X.V.I. devem ser photographados depois de beneficiados. No seu entender, como se fez no Porto, quando se restaurou o “Fons Vitae” esses quadros devem ser photographados no estado em que se encontrarem e depois de beneficiados. O Sr. D<sup>r</sup>. José de Figueiredo propõe que as photographias, em vez de serem duplicadas, sejam triplicadas, photographando-se os quadros primeiro no estado em que sejam encontrados, segundo depois de completamente limpos, e terceiro, uma vez a beneficiação e restauro terminado. Assim a documentação será completa, e o estudo dos quadros poderá fazer-se com absoluta segurança, e acrescenta não ser s, na França e na Belgica que se tem feito exposições, como a agora defendida pelos Srs. D. José Pessanha, Ramalho Ortigão, e Antonio Arroyo. Em Hespanha, com a que proxivamente se vae realisar, em S. Thiago de Compostela, é já a 4<sup>a</sup>. – A ultima e brilhantissima, foi a de Saragoça. – O Sr João Vaz entende que a Academia não póde prescindir de ouvir o parecer do Director e do Museu, antes de se dirigir ao Governo, e bem assim o do Conservador. – O Sr. D<sup>r</sup> José de Figueiredo discorda do Sr Vaz. – O Director do Museu tem claramente demonstrado, com a sua ausencia systematica, não querer collaborar com a Academia. – Para elle, orador, aquelle funcionario não existe já. – O Sr Antonio Arroyo entende igualmente que a Academia não tem que pensar no Director do Museu, que deve a sua collocação ao facto de ser Academico, Pela sua parte não acceita discussão com esse Funcionario. – O Sr. Ramalho Ortigão / declara-se de accôrdo, em principio, com os Snr<sup>s</sup> D.<sup>or</sup> José de Figueiredo, e Antonio Arroyo. Dada, porém a tendencia, tão geral entre nós, para converter todas as questões em questões pessoases, entende que ficará bem à Academia abrir uma excepção, e ser tolerante, - tanto quanto possa sêl-o, sem quebra da sua dignidade. – Assim julga rasoavel que a Academia procure obter o parecer do Director, e do Conservador do Museu, sobre o afsumpto de que se trata. – O Sr, Vaz, folga de ver tão brilhantemente corroborado pelo Sr Ramalho Ortigão o seu modo de ver. Insiste em que a base para qualquer deliberação da Academia deve ser uma consulta do Director e do Conservador do Museu. – O Sr.

*Antonio Arroyo julga haver na questão que se debate, um equivoco. É necessario distinguir, no funcionario de quem se trata, duas entidades: - O Academico e o Director do Museu, e, como a este compete, segundo o regulamento, dar cumprimento ás deliberações da Academia, entende que a questão fica posta nos seus devidos termos, votando a assemblêa a seguinte moção: - \* É lida na mesa, e admittida á discussão a moção do Sr Arroyo. – O Sr Abel Botelho entende que, não tendo o Director do Museu comparecido espontaneamente, a Academia tem o direito de o obrigar a vir discutir o assumpto. N’esse sentido apresenta a seguinte moção: “A Academia, desejando obter, como elemento de informação, o parecer do Director do Museu, sobre o estado de conservação de determinadas obras do mesmo Museu para a sua deliberação a tomar sobre a representação que n’este sentido tenciona dirigir ao Governo, resolve officiar ao mesmo Director ordenando-lhe preste as referidas informações, e passa à ordem do dia”*

*. - \* A moção do Sr / Antonio Arroyo que deixou de ser transcripta, por lapso, na devida altura é do teor seguinte: - “Considerando que as attribuições do Director do Museu das Janellas Verdes, estão fixadas no artº. 174, e suas clausulas do Decreto de 14 de Novembro de 1901; que é da discussão da, digo: propõe que se passe à ordem do dia, que á a discussão da proposta ao Governo àcêrca da conservação dos quadros do museu das Janellas Verdes. – O Sr Ramalho Ortigão apoia esta proposta que considera seguimento logico do que ha pouco expoz: Para elle não está demonstrado que o Sr Director do Museu não compareceu por não querer collaborar com a Academia. - O Sr D<sup>r</sup>. José de Figueiredo accentúa que, a officiar-se ao Director do Museu, se deve fazer sentir no officio, que elle é delegado da Academia, e, por isso, lhe corre o dever de comparecer. Lembra que, no caso de haver duvidas sobre se aquelle funcionario tem obrigação de comparecer, quando a Academia lh’o ordenar, se poderia consultar sobre este ponto a Direcção Geral. – O Sr Salgado acceta a moção do Sr Abel Botelho. – O Sr Antonio Arroyo entende que a Academia não deve consultar o Director do Museu e que, considerando resolvido o caso que se debate, em face dos Artigos 11, e 12 do Regulamento, deve pafsar, sem demora a discutir os pareceres apresentados. - O Sr Ventura Terra entende que o Director e o Conservador do Museu so devem ser consultados, se, porventura, a Academia julgar necessario o seu parecer, Se essa corporação se julga, com a necessaria competencia technica para discutir o assumpto, e sobre elle tomar deliberações, / resolve como entender, cumprindo àquelles funcionarios dar execução ao que lhes seja ordenado. – O Sr Abel Botelho retira a sua moção. – Como ninguem mais pede a palavra, o Sr Presidente põe à votação a moção do*

*Sr Arroyo, que é approvada por unanimidade. – Em seguida, são approvadas as conclusões dos pareceres dos Srs Freire, e Monteiro, e as propostas do Dr. D. José Pessanha, estas com os additamentos dos Ss Arroyo, D<sup>r</sup> José de Figueiredo, ficando incumbida de redigir uma representação ao Governo sobre as bases estabelecidas, uma Comissão composta dos Srs Ramalho Ortigão, Luciano Freire, e D. José Pessanha, - Em seguida o Snr Presidente levantou a sessão. – Sendo lavrada a presente acta que vae por mim assignada.*

*Sala das sessões da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa em 12 de Junho de 1909 –  
O Secretario Luciano Martins Freire*

*Visconde* *Visconde d’Athougua*

*Simões*

*Mendonça*

*Columbano*

*Delgado*

*Pessanha*

*D. José Pessanha*

*D. João Barreira*

*Soares*

*Ramalho Ortigão*

*Antonio Arroyo*

*Abel Botelho*

*D<sup>r</sup>. José Figueiredo*

*A Ramalho*

*J Vaz*

*V Terra*

*Costa Motta*

*Piloto*



**Documento 22** - Representação da Academia Real das Belas Artes ao Ministério do Reino a propor a implementação de um conjunto de medidas tendo em vista a protecção da pintura dos séculos XV e XVI.

ANBA, 1-C-SEC.070, *Academia Real Bellas Artes, Correspondencia com o Ministerio do Reino, 1909-1913*. p. 1-12<sup>16</sup>.

*Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Sñr*

*Entre os valores que constituem o nosso ainda vasto patrimonio artistico, avultam, pelo numero e pela importancia os quadros do seculo XV e XVI.*

*Os criticos estrangeiros que, por iniciativa propria ou em missão dos governos, têm estudado essa obra verdadeiramente monumental, que representa, porventura, a maior riqueza artistica do nosso paiz, attribuem esses quadros, em parte, a artistas flamengos dos mais notaveis, como Memling, Van der Weydem, Quintino Matsys, Gerard David e outros, e, em parte, a pintores portugueses, na sua maioria discipulos de mestres flamengos, como aquelles cujos nomes um dos nossos criticos mais eruditos, o Sñr Joaquim de Vasconcellos, encontrou nos registos da confraria de S. Lucas de Antuerpia e ~~que~~ Dos criticos d'arte e artistas estrangeiros, que, tendo recentemente visitado Portugal, reco-/nheceram a indubitavel affirmação de uma escola nacional de pintura nos antigos quadros que possuimos, seja-nos permittido invocar os nomes de J. C. Robisson, A. de Celeuneer, O Cranford, Ch. Yriarte, Justo, Haupt, Kronig, E. Verlant, director das Bellas Artes na Belgica, Sir Charles Holroyd da National Gallery de Londres, Bredius, director do Real Museu da Haya, M. [?] o insigne archeologo no Instituto de França, e o pintor J. Sargent.*

*As obras que formam esse valiosissimo thesouro, ao qual em tanta maneira está ligada a historia do talento nacional, do genio esthetico da nossa raça, acham-se, em parte, incorporados no Museu Nacional de Bellas Artes, e em parte, dispersos pelo paiz, - no Porto, em Vizeu, em Coimbra, em Lamego, em Thomar, em Setubal, em Evora.... nem uns nem outros tem sido objecto / da solicitude, dos cuidados, da hygiene especialissima, que*

---

<sup>16</sup> Foi publicada uma cópia dactilografada deste documento existente noutro livro da Academia em NETO, Maria João Baptista, “A propósito da descoberta dos Painéis de São Vicente de Fora – Contributo para o estudo e salvaguarda da *pintura gothica* em Portugal”, *Artis*, Revista do Instituto de História d Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, n.º 2, Braga, 2003, pp. 256-258.

*os antigos quadros exigem, sobretudo os pintados em tabuas, como aquelles, de que se trata.*

*Aos expostos no Museu Nacional tem sido evidentemente prejudiciaes as sensiveis oscillações de temperatura que alli se fazem sentir, e, com particularidade, o excessivo calor dos mezes estivaes.*

*Não póde, não deve, pelo character especial da sua missão, ser indifferente a estes factos a Academia Real de Bellas Artes de Lisboa; e por isso ella vem hoje, no cumprimento de inadiavel obrigação, expor perante VEx<sup>a</sup>, como chefe do Governo e Ministro do Reino, e, portanto, da Instrucção Publica e das Bellas Artes, o que se lhe afigura ser de absoluta e urgente necessidade emprehender, com respeito a essa tão valiosa parcella da nossa riqueza artistica, sob pena de deixar-/mos de cumprir, perante a civilisação geral, um dever indeclinavel de solidariedade, e perante os nossos compatriotas, nesta epoca de accentuada desnacionalisação, um alto dever de patriotismo.*

*Os pareceres de technicos, incumbidos por esta Academia desse especial trabalho, e da discussão desses pareceres, em sessões das mais concorridas e interessantes, que, para estudo de assumptos de arte se teem realisado em Portugal, resultou, seguro e nitido, o convencimento de que a acção d'esta Academia em referencia aos quadros chamados gothicos existentes em Portugal, deve, particularmente, incidir sobre os seguintes pontos:*

*1.º Diminuição do excessivo calor que se faz sentir no andar nobre do Museu Nacional, por meio de fortes correntes de ar, estabelecidas nos sotãos pela acção de pode-/rosas ventoinhas, movidas por corrente electrica da rede geral;*

*2.º Complemento do edificio do Museu, de accôrdo com a representação, ha pouco dirigida a VEx<sup>a</sup> pela Academia e com os estudos a que o Governo, mercê da solitudine de VEx<sup>a</sup>, mandou já proceder, tomando-se, na construcção as precauções necessarias para que, nessa parte do palacio, a temperatura não soffra oscillações muito sensiveis e nunca possa attingir um grau muito elevado, expondo-se nessas novas sallas os quadros dos seculos XV e XVI.*

*3.º Tratamento dos quadros: operação melindrosa, que exige especialissima competencia, e que deverá consistir, primeiro, em fixar a tinta que ameaça despender-se, e, depois, em impregnar a madeira de substancias que a tornem menos sensi-/vel ás variantes de temperatura e, quanto possivel, refratarias á acção, não menos destruidora, dos insectos que a corroem; em proceder a lavagens que façam desaparecer não só a tinta applicada nos trechos repintados, comô as successivas camadas de oleos vernizes e pó, que cobrem os quadros, alterando-lhes profundamente o aspecto, desfingando-os*

*por vezes, da maneira mais completa; e, finalmente em cobrir de tons approximados os pontos em que a tinta haja caído, mas sem a pretensão que, em geral, domina os restauradores, de occultar a ruina soffrida;*

*4.º Extensão d'este tratamento aos quadros flamengos, e flamengo-portugueses, existentes no paiz e não incorporados no Museu Nacional:*

*5.º Reprodução, pela photographia, de todo esse grupo de quadros, no estado / em que sejam encontrados, depois das primeiras lavagens a que sejam submettidos e após as diversas phases do tratamento.*

*6.º Inventariação, tanto quanto possivel completa, dos quadros de que se trata, incluidos os que estão em galerias particulares;*

*7.º Realização, em Lisboa de uma exposição, largamente annunciada nas mais importantes revistas de arte estrangeiras, dos quadros anteriores á influencia da renascença italiana existentes em Portugal, exposição que se complete por meio de photographias d'aquelles que seja impossivel ou perigozo deslocar.*

*8.º Publicação de um catalogo descriptivo, illustrado com photogravuras, das obras que figurem na exposição que se refere o numero anterior.*

*9.º Compilação e traducção de todas as monographias e artigos consagrados a essa exposição pela critica estrangeira.*

*Cumpre adverter – ocioso é dizel-o a um / tão esclarecido espirito como e de VEx<sup>a</sup> – que os preceitos a que nos referimos para hygiene e therapeutica dos antigos paineis, nada tem de comum com o que vulgarmente se chama restauração, palavra que, na sua antiga accepção empirica, deveria expungir-se do vocabulario da arte. Alludimos simplesmente aos successivos processos de desinfecção e conservação das tabuas e, ao tratamento da pintura segundo os methodos hoje adoptados em todos os grandes Museus doMundo.*

*Para a realização deste plano, conta a Academia, incondicionalmente, com o desinteressado esforço dos artistas e escriptores d'arte que a compoêm.*

*Não é, porem, sufficiente, para que elle tenha, como é necessario, pleno e integral realização essa patriotica e generosa boa vontade. /*

*Ha despesas, relativamente avultadas, que ella não poderá de modo nenhum dispensar, Entende, contudo, a academia que bastará, para que essa obra altamente civilisadora e educativa seja levada a cabo, para que esse tributo ha muito devido aos nossos gloriosos artistas de outróra seja, em fim, pago, para que seguindo o exemplo da França, da Belgica, da Alemanha, da Hespanha, patenteemos á critica os numerosos e inestimaveis documentos, que ainda possuímos, da pintura flamenga, na sua expressão regional e na*

*sua influencia, entende a Academia, dizemos que bastará, para que tudo isto se realice, que no orçamento da Instrucção Publica seja inscripto, em cada um dos annos economicos de 1909-1910 – 1910-1911 – e 1911-1912, a modesta verba de 2:000:000 reis.*

*Não hesitará o Governo estamos certos, em propô-la e não hesitará o Parlamento / em apprová-la unanimemente.*

*Se a divulgação das manifestações da arte, quaesquer que ellas sejam, representa, nos tempos que vao correndo, um elemento insubstituivel de espiritualisação da vida de solidariedade e de concordia de pacificação e de consolo, - tornar conhecidos os quadros a que este documento se refere. Na sua grande maioria considerados portugueses pelos criticos estrangeiros de mais incontestada e especial auctoridade, representa a mais eloquente e persuasizalição [sic] de patriotismo, porque esses quadros como o reconheceu o eminente professor allemão Karl Justi, synthetisam tudo quanto faz de nós uma nacionalidade: - A poesia da vida familiar, traduzida no realismo com que são tratados os assumptos religiosos; a expressão das physionomias, a graça e o donaire dos / gestos e attitudes, a paisagem, a flora e a fauna, tão ricas no seculo XVI, mercê das contribuições com que os nossos audaciosos descobrimentos as desenvolveram, a architectura, o mobiliario, os trajos, as joias, as alfaias agricolas, os utensilios do lar... Executar o plano que deixâmos traçado é portanto, realisar uma obra que a civilisação e o patriotismo exigem de nós, e que não é licito adiar, sem demerecer-mos, justificadamente, no conceito dos povos cultos.*

*Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, em 8 de Julho de 1909.*

*Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Sñr Presidente do Conselho de Ministros e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino*

*O Inspector*

*(a) Visconde d'Atouguia*

**Documento 23** - Acta da Academia Real de Belas Artes de 1 de Março de 1910, onde se instituiu a Comissão de Beneficiação de pintura.

ANBA, 1-A-SEC.018, *Actas Academia*, [7 de Março de 1883 a 8 de Novembro de 1910]<sup>17</sup>.

*Acta da sessão extraordinaria da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa em 1 de março de 1910*

*Sob a Presidencia de Sua Ex<sup>a</sup> o Sr Visconde de Athouguia, foi aberta a sessão achando-se presentes os Ex<sup>s</sup> Sr<sup>s</sup> academicos effectivos, Jose Luiz Monteiro, José Simões de Almeida, Henrique Lopes de Mendonça, Columbano Bordallo Pinheiro, Jose Velloso Salgado, Luciano Freire, D. José Pessanha, Jose Alexandre Soares e Henrique Vilhena, e os academicos de merito os Ex Srs. Ramalho Ortigão, Antonio Ramalho, D. José de Figueiredo, Ventura Terra e Costa Motta, tendo justificado a sua falta o Snr director do Museu dos Coches, coronel Albuquerque e João Vaz.*

[...]

/

[...]

*Entrando-se na ordem do dia, resolveu-se nomear uma commissão que se encarregasse de arrolar, dscrever, beneficiar e expor os quadros dos seculos XV e XVI, existentes em Portugal, em harmonia coma representação feita pela Academia Real de Bellas Artes de Lisboa em 8 de Julho pp. E com o despacho ministerial de 14 de Dezembro ultimo, dizendo o Sr Presidente que lhe parecia naturalmente indicado os Sr<sup>s</sup> Ramalho Ortigão, D.<sup>or</sup> Jose de Figueiredo e D. Jose Pessanha criticos d'arte, e Luciano Freire, tecnico e Manoel de Macedo Pereira Coutinho, como Conservador do Museu Nacional, para constituirem essa commissão; o que foi approved por unanimidade. – Discutiui-se depois a natureza das atribuições da referida Commissão, e das regalias que lhe deviam ser concedidas pelo Governo, resolvendo-se pedir que aos academicos nomeados e que patrioticamente se prestassem gratuitamente a realizar os difficeis e pesados encargos, salvo o pagamento das despezas de transporte hospedagem que o desempenho das referidas commissões, devia occasionar, fossem concedidos passes nas linhas do caminho*

<sup>17</sup> Este documento encontra-se parcialmente reproduzido em GONÇALVES, António Manuel, *Do Restauero dos Painéis...*, bem como no anexo documental de: PONTES, Teresa, *Museologia da Arte ...*

*de ferro do Estado e cartões de identidade com retrato, e devidamente autenticado e bem assim que fosse posto de parte digo á disposição da mesma commissão um funcionario encarregado digo addido de qualquer repartição; para o desempenho dos trabalhos de escripta, e ainda, que, aos funcionarios encarregados dos Museus, collecções do thesouro do Estado, Municipios, corporações de natureza offici/al e de collectividades quer auxiliadas directamente pelo Estado ou simplesmente tuteladas, se ordenasse superiormente, que facultassem á referida Commissão os esclarecimentos, que ella lhes seja pedido.*

[...]

*Em seguida foi lida pelo Sr D. Jose Pessanha uma proposta, para ser pelo Parlamento transformada em projecto de lei; regulando a inventariação das obras d'arte existentes no Paiz e bem assim as bases para um outro projecto de lei de protecção artistica elaborado pelo orador e o Sr D. Jose de Figueiredo e cujo theor é o seguinte: vide appendice á acta de 1 de março 1910 O Sr Ramalho Ortigão declarou concordar em principio com o projecto apresentado, mas que desejava no entanto estudal-o nos seus detalhes, principalmente na parte que se refere a obras d'arte em poder de particulares, pedia portanto que se mandasse imprimir o referido projecto e que fosse distribuido a todos os academicos, habilitando-os assim a poderem com mais segurança discutir esse momentoso assumpto. O Sr. D'. Jose de Figueiredo, disse que o espirito da lei a estabelecer, era talvez violento, mesmo antipathico, mas que não podia deixar de se tomar essa attitude pois urgia pôr cobro / ao exodo das obras d'arte existentes no paiz, Se a Italia não a tivesse tomado attitude identica, teria visto desaparecer as suas obras d'arte de que tão justamente se orgulha e de que tanto proveito moral e material usufrue. O Sr Jose Luiz Monteiro, disse que a lei que regularise as expropriações de utilidade publica é bem mais violenta, pois no caso presente, só são attingidos os proprietarios das obras d'arte que se disponham a negocial-as. O Sr. Lopes de Mendonça, declarou que, embora fizesse parte da commissão encarregada de formular o projecto de protecção artistica, não tinha tomado parte nos respectivos trabalhos, por não ter sido avisado para as respectivas reuniões. No entanto, não deixava de manifestar o seu applauso ao trabalho apresentado. – O Sr D' Jose de Figueiredo, reconhecei o facto que involuntariamente se cometteu, dando sobre o caso explicações, pelas quaes o Sr Lopes de Mendonça se deu por satisfeito, Por fim foi approvada a proposta do Sr Ramalho Ortigão para serem impressos os projectos apresentados e submetido á discussão numa proxima assemblea.*

**Documento 24** – Ofício enviado pela Academia Real de Belas Artes a informar o Ministério do Reino da instituição da Comissão de inventário e beneficiação de pintura antiga em Portugal.

1-C-SEC.070, *Academia Real Bellas Artes, Correspondencia com o Ministerio do Reino, 1909-1913*. pp. 58-60.

*Ao Director Geral da Instrucção Secundaria Superior e Especial*

*A. Academia Real de Bellas-artes de Lisboa*

*Lisboa 10 de Março de 1910*

*Tenho a honra de levar ao conhecimento de VEx<sup>a</sup>. que em sessão de 1 do corrente, deliberou a Academia Real de Bellas-Artes que a commissão que ha de encarregar-se de arrolar, descrever, beneficiar e expôr os quadros anteriores ao seculo XVII, existentes em Portugal, em harmonia com a representação por esta Academia dirigida ao Governo de Sua Magestade em 8 de Julho do anno preterito e com o despacho ministerial de 24 de Dezembro ultimo, seja constituída pelos Academicos Jose Duarte Ramalho Ortigão, Manoel de Macedo Pereira Coutinho, conservador do Museu Nacional de Bellas Artes, D<sup>r</sup>. Jose de Figueiredo, e D. Jose Maria da Silva Pessanha, e Luciano Freire, devendo os quatro primeiros encarregar-se especialmente do inventario, da organização das esposições e da elaboração de qualquer estudos ou monographias cuja necessidade se reconheça, e o ultimo, na sua qualidade de pintor, tomar a seu cargo a beneficiação dos quadros.*

*A commissão de que se trata encetarã, os seus trabalhos, logo que seja posto em vigor o orçamento de 1910-1911, no qual segundo foi já oficialmente communicado / a esta Academia, é incluída a verba de 2:000.000 reis, para o inicio desses inadiaveis trabalhos, sendo muito para sentir, que os não possa começar immediatamente.*

*Os Academicos nomeados prestam-se generosa e patrioticamente a realizar os difficeis e pesados trabalhos que esta commissão lhes traz, sem renumeração alguma especial, salvo o pagamento das despesas de transporte e hospedagem que o desempenho da referida commissão possa occasionar. Isto, quanto á inventariação, estudo e exposição dos quadros.*

*Quanto aos trabalhos technicos de beneficiação a cargo do professor Luciano Freire, trabalhos que exigem a cooperação de alguns auxiliares, entre os quaes um photographo, esses serão retribuidos ao passo que forem sendo executados, segundo nota apresentada pelo referido academico e submettida á apreciação e visto da Commissão.*

*Tomo a liberdade de ponderar a VEx<sup>a</sup>. que é necessario facultar á commissão um funcionario addido a qualquer dos ministerios, para o desempenho de trabalhos de escripta; e que é necessario ainda pôr á disposição da commissão tres passes, validos nas linhas ferreas do Estado, e cartões de identidade com retrato e devidamente autenticado.*

*Importa igualmente que aos funcionarios encarregados dos museus, collecções ou thesouros, do Estado, municipaes, de corpo-/rações de natureza official, e de collectividade directa ou indirectamente auxiliadas ou tuteladas pelo Estado, se ordene que facultem á commissão todos os esclarecimentos que lhes sejam pedidos, e os catalogos ou inventarios que tenham em seu poder.*

*O Inspector*

*(a) Visconde d'Athouguia*



## Anexo 2 – Artigos publicados na imprensa periódica

<b>Artigo 1</b> - “Commissões dos monumentos – Leitura do relatório do sr. Ramalho Ortigão”, <i>Diário de Notícias</i> – 28 de Abril de 1895 .....	562
<b>Artigo 2</b> – ORTIGÃO, Ramalho, “Um Brado a favor dos monumentos”, 17 de Maio de 1905 .....	565
<b>Artigo 3</b> - “Conselho dos Monumentos Nacionaes”, <i>Diário de Notícias</i> , 19 de Janeiro de 1907 .....	572
<b>Artigo 4</b> - “ O Centenario de Santo Antonio”, <i>Correio da Noite</i> , n.º 4771, 22 de Junho de 1895 .....	575
<b>Artigo 5</b> – BASTOS, Silva, “Visitas e Palestras – Na trapeira do sr. Ramalho Ortigão”, <i>Diário Illustrado</i> , 18 de Fevereiro de 1906 .....	577
<b>Artigo 6</b> – SANTOS, Reinaldo dos, “Ramalho e a Arte”, <i>Diário de Notícias</i> , 4 de Dezembro de 1957 .....	584

**Artigo 1** - “Commissões dos monumentos – Leitura do relatório do sr. Ramalho Ortigão”,  
*Diário de Notícias* – 28 de Abril de 1895

#### ASSUMPTO DO DIA

*Commissões dos monumentos – Leitura do relatório do sr. Ramalho Ortigão*

*Reuniu-se hontem no ministerio das obras publicas a comissão dos monumentos nacionaes, presidida pelo sr. Possidonio da Silva, com a comparencia dos srs. Mardel, Luciano Cordeiro, Ramalho Ortigão, Alberto Pimentel, Gabriel Pereira, Alfredo Ribeiro, Larcher e Sousa Viterbo.*

*Effectuou-se emfim a leitura do relatorio do sr. Ramalho Ortigão, ha muito anciosamente esperado, e que é um trabalho, longo, primoroso na fôrma, conceituoso, digno em todos os sentidos do illustre escriptor que o redigiu e que o leu com uma firmeza de voz egual á firmeza da sua penna.*

*O relatorio do sr. Ramalho Ortigão não se refere unicamente ás obras de restauração realisadas na Batalha. Principiando por definir a feição da architectura moderna, tão differente da feição heroica e nobre da architectura antiga, o sr. Ramalho Ortigão delinea-nos, com um grande poder descriptivo, o que era outr’ora a egreja, na edade media e na renascença, o monumento por excellencia, onde a vida social se representava, em todas as suas fases como n’um verdadeiro palco. Depois faz a applicação das suas doutrinas historicas e estheticas ás principaes restaurações artisticas que se tem feito no paiz e põe em relevo algumas das irreverencias commettidas em Belem, na Madre de Deus e na Batalha.*

*Não contente com isto, divaga ainda, com uma critica humoristica, sobre o estado da civilisação portugueza em todas as modalidades, sendo de um extraordinario effeito a nota consagrada á litteratura nephelibata.*

*O sr. Ramalho termina propondo a remodelação da comissão dos monumentos, a quem cabe sobretudo proceder desde já ao inventario de todas as riquezas archirectonicas e artisticas portuguezas.*

*O sr. Ramalho Ortigão, ao terminar a leitura da sua longa exposição, foi calorosamente cumprimentado pelos seus collegas, que aprovaram unanimes a proposta do sr. A.*

*Pimentel para que se publicasse quanto antes o relatório do sr. Ramalho Ortigão para se fazer depois uma larga distribuição por todo o paiz.*

*Graças á amabilidade do distincto escriptor, podemos mimosear hoje os nossos leitores com o seguinte trecho do seu valiosissimo trabalho:*

*«Na poetica, assim como na pintura e na musica, não ha uma escola portugueza, porque na falta de laço social que congregue os nossos artistas sem elementos coordenados de estudo, sem modelos patentes, sem lição commum, [?] entre elles e o povo de que derivam, communhão alguma de ideal ou de sentimento.*

*Por igual razão não teem carácter nacional, sendo portanto destituídas de originalidade, como taes inaptas para a lucta da concorrência mercantil, todas as nossas industrias. A decapitação official da nossa educação artistica manifesta-se ainda de mais perro, acotovelando-a e contundindo-a por toda a parte, no aspecto do povo, na apparencia das casas, na esthetica das cidades, na apparencia dos prédios, na decoração das praças, das avenidas, dos cemiterios, dos jardins publicos, das lojas, das repartições do estado e das habilitações particulares.*

*Em Lisboa, por exemplo, onde não ha uma sala de concertos populares, nem vem tocar para a rua a musica dos regimentos, onde não ha um museu de arte decorativa, nem um simples mostruario da nossa producção industrial, nem um museu de pintura coordenado, catalogado e etiquetado de maneira que communique ao publico, assim como em todas as outras capitães da Europa, a lição que um museu contém, ha pelo contrario escaparates de apparatusos armazens, que são para quem anda pelas ruas o contagioso exemplo da mais corrompida perversão, do mais provocante e pomposo relismo a que pode chegar o desvairamento do gosto. Mobílias em tal maneira degeneradas, que n'ellas desapareceu de todo o material de construcção: a almofada que em toda a antiguidade e em toda a idade media era um accessorio movel, e só no seculo XVII se principiou a fixar com pregos ao banco ou á cadeira, invade boçalmente todo o movel, armado em ripas de pinho, como uma eça de defunto, embrulhado em pelucia que nos esburaca os olhos pela insolente má creação da côr. E horripilantes lindices de toucador, de escriptorio ou de sala, em que tudo parece apostado em ser fingido, desde a etrusca ondulação do contorno até ao material empregado, porque as linhas são todas aleijadas, a prata é zinco, o marfim é gesso, o charão é de papel e o marmore esculpido é sabão de forma. E tudo isso se compra e se leva para casa para depravar a família, para corromper o lar e para envilecer os meninos, desconjuntando-os*

*de dignidade domestica, safando-os do decoro, inoculando-os de pelintrice e de canalhismo de casta a vida toda.*

*Ha uma Avenida monumental em que, ao longo dos passeios destinados ao transito do publico, em vez da ornamentação tão bella da flora regional, em vez dos longos macissos de castanheiros, de laranjeiras, de palmeiras e de bananeiras, esverdinham e apodrecem dos míseros e infectos arroios artificiaes no fundo de flexuosas ravinas, grelando sinuosamente o solo como canos abertos em fosquinhas para trambulhões do viandante.*

*Nos prédios a prodigalidade vermica das janellas come a superficie das fachadas, havendo frontarias que parecem construidas unicamente com hobreiras e sobreporias, e ao passo que em cidades amoraveis se abrem concursos de janellas floridas, em Lisboa é prohibido ornamentar de flores o frontispicio das casas.*

*Os lindos empedrados de tradição portugueza caem em desuso, substituidos por cimentos incompativeis com a acção do clima.»*

**Artigo 2** – ORTIGÃO, Ramalho, “Um Brado a favor dos monumentos”, 17 de Maio de 1905.

*Um brado a favor dos monumentos*

*O eminente escriptor sr. Ramalho Ortigão, que parte amanhã para a Belgica, onde vae estudar, sob o ponto de vista critico-historico, as antigas escolas de pintura flamenga, obsequiou-nos com a copia do parecer, por elle apresentado ao Conselho Superior dos Monumentos em vigorosa defeza da conservação do edificio do extincto convento das Carmelitas de Aveiro.*

*Publicando este parecer, tão notavel pelo brillantismo do estylo, como pela originalidade das suas theorias, julgamos desnecessario acompanhal-o de quaesquer considerações, certos de que os nossos leitores lhe darão oa preço [sic] que elle merece:*

*«Parecer àcerca do projectada de destruição do convento das Carmelitas, em Aveiro.*

*O ponto d’arte publica sobre que fui incumbido de redigir o presente parecer, pode resumidamente formular-se nos seguintes termos:*

*Convem ou não convem á esthetica d’uma cidade e o seu enriquecimento artistico e material, pois que toda a obra d’arte é um valor economico, sacrificar ao alargamento de uma rua ou á abertura de uma avenida, alguns dos seus palacios historicos, dos seus velhos castellos ou dos seus antigos conventos?*

*Posta em principio esta pergunta generica, uma corporação a que se acha confiada a guarda e a protecção dos monumentos nacionaes, não pode evidentemente, uma vez que se trate de substituir o relevo de uma architectura pelo vasio de um chão, deixar de responder pela mais formal denegação.*

*Nos grandes centros de população em progressivo incremento, a necessidade imperiosa de immolar ás exigencias da hygiene e da urbanisação um, ou mais de um antigo edificio d’alguma importancia historica ou artistica, é simplesmente um desastre, sempre lamentavel, ainda que todavia sempre limitado e restringido, pelo valor do monumento ameaçado. É claro que nenhuma argumentação de coviniencia higienica ou de utilidade urbana determinaria jámais que, sob qualquer pretexto, se fizesse desaparecer Notre-Dame ou a Saint Chapelle em Paris, Westminster em Londres, o palacio da Justiça em Bruxellas, ou o Vaticano em Roma. Demonstração consoladora de que, independentemente de qualquer intervenção da archeologia, da critica, ou da lei, perante*

*a simples consciencia publica dos paizes civilizados, os altos interesses da arte predominam absolutamente sobre todos os demais interesses da civilização. Para todo o homem bom, ainda que inculto, o desaparecimento de um monumento que elle conheceu de pequeno, e de pequeno inconscientemente, irracionalmente se habituou a amar, é como que uma amputação dolorida e saudosa do seu proprio ser. Parece que um misterioso instinto de conservação e de aperfeiçoamento moral da especie, suggere a cada homem que – como se lê na Sagrada Escripura – as obras realizadas pelos antepassados são o engrandecimento da nossa gloria e da perpetuação do nosso nome.*

*Nas cidades proviciaes onde não existem, como nos grandes centros as necessidades de expansão em novos bairros, a demolição de um monumento já não é somente um desastre, é tambem um erro.*

*A missão das pequenas cidades differe inteiramente, perante as leis do equilibrio social e do equilibrio economico, da missão das grandes capitaes.*

*Estas são fócios d'attracção, tendo por função reunir na séde dos poderes deliberativos todo o numeroso e variado pessoal que pelo seu conjuncto de energias determine a participação de cada povo no movimento internacional a que se chama progresso.*

*A vida das capitaes, pelo seu intuito de comunicabilidade, de perpetração, e de concorrência tende a cosmopolitizar a multidão, a observar, a desgastar, desnacionalisar o individuo. São as provincias que, por sua contribuição de sangue, sucessivamente inoculam na população capitaes a fecunda seiva ethnica, que n'ellas sucessivamente abastarda e se dissera, as villas e as pequenas cidades provinciaes são os preciosos repositórios de todas as vivas forças da raça. Ellas são em Portugal as reclusas guardadoras da casa portuguesa, da integridade do seu lar, do respeito dos seus penates, da interpretação authentica dos seus arcanos. Representar o passado e a sua missão, o seu destino, a sua força o seu proveito e o seu encanto. É nas cidades da provincia que a tradição vive, e é por ellas que a tradição se perpetua nos usos e nos costumes regionaes, na graciosa e intima sinuosidade das suas ruasinhas tortuosas e estreitas, carinhosamente enlaçadas, no desafogo dos seus adros, dos seus rocios e dos seus terreiros, na alegria dos seus campanarios, nos seus methodos de edificação e de cultura, na divisão interna dos apartamentos da casa, no systema das portas e das adelas, no mobiliario, nos utensilios domesticos, nas alfayas agricolas, nas danças, nas cantigas, nas historias á lareira, nos [?] correntes, no vocabulario, na syntaxe, na phonetica da lingua. Desconhece a ethnographia do povo portuguez, o seu character nativo, as suas hereditariedades, os seus atavismos, a sua sensibilidade esthetica, a sua aptidão*

*artística, o seu poder creativo, quem não conhecer os íntimos aspectos da sua vida provincial. É nos rascantes e sadios contactos do nacionalismo da província que os artistas se desenxovalham, se relustram e se desinfectam das contaminações da rotina avariada pelos pedantes e pelos charlatães académicos, embebendo-se de originalidade nas fontes de inspiração popular, como triumphante sapateiro de Wagner em concurso com a estafada e exangue, erudição dos mestres cantores. É nas romarias, nos arraiaes, nas feiras beirôas, minhotas e alentejanas que os mesmos escriptores aprendem como se pode de novo fallar e escrever, sonora, cantante, colorida, illuminante e rija, a mesma língua que os literatos, esmoendo-se em si mesmos, desfibram, dessoram e agelatinam ao cabo de dois ou tres annos de safado giro profissional.*

*D'estas summarias e vulgares considerações me parece deduzir-se que o primeiro dos deveres administrativos n'uma cidade provincial deveria ser o de manter e afervorar quanto possivel o culto de todas as tradições locais e o carinhoso respeito de todos os seus vestígios. Para este fim, nunca desfigurar os antigos aspectos geraes do passado, manter os primitivos nomes das velhas ruas, facilitar o estudo e a catalogação de todos os monumentos escriptos nos cartaz, os públicos e particulares, crear o museu ethnologico e, o museu industrial da região, auxiliar a compilação do Folk-Lore, crear sociedades orpheonicas para o desenvolvimento e cultura da musica popular, repor em voga os antigos jogos tradicionais de destreza e de athletismo, promover exposições e concursos periódicos de industrias populares e de industrias caseiras, crear entre os homens mais cultos e mais honrados, associações protectoras da arte local, e – sobretudo – impedir, não só que se destrua, mas que se deteriore, que se desacate, que se oblitere, que se deshonne por meio de superfetações absurdas ou de restaurações ineptas qualquer edificio publico da sua circumscripção.*

Succede, porem, com afflictiva frequencia, que os altos poderes districtaes e municipaes, parece que em Portugal ignoram todas essas cousas, elementares em paizes de não superior importância politica ou geographica, como a Bélgica, a Holanda, a Dinamarca e a Suecia.

*É á conservação dos seus antigos monumentos architectonicos, e quando digo monumentos não é somente a castellos, a palacios, ou a cathedraes que me refiro, mas a simples e modestas casas burguezas do século quatorze e do século quinze – que algumas cidades, como Nuremberg, Rouen, Gand e Anvers, devem o prestigioso encanto que as torna objecto das constantes romagens de todos os touristes. O que são Colónia, Chartres, Amiens, Strasburgo, Toledo, Burgos e Santiago de Compostella, senão os*

*nomes de outros tantos logares que as suas maravilhosas cathedraes tornaram immortalmente celebres?*

*Em Bruges ha um antigo hospital com cinco séculos de idade, onde Meneling esteve doente, e onde, convalescente, elle pintou para delicia das irmãs beguinas que o trataram, o famoso relicário de Santa Úrsula. Não é unicamente essa incomparável jóia da mais preciosa pintura do século quinze que ainda se conserva no hospital de S. João em Bruges. A botica, com os seus velhos boiões e seus archaicos almofarizes, é ainda hoje a do tempo de Meneling. Irmãs beguinas, com os mesmo habito azul e branco da fundação da communitate, continuam servindo a enfermaria e a pharmacia. E no silencio claustral d'esses modestos muros caiados de branco, o tenue rumor, quasi ethereo como um vôo, de uma beguina que prepassa, leve, pallida, deligente e commovida, basta na cidade de Bruges, cognominada a Motta, para deixar para sempre no ouvido de todo o peregrino que uma vez ali esteve, um filtro de ineffavel e immortal melodia, que lhe gotejou na alma e que a mais estridente orchestra da civilisação viva, jámais conseguirá deslocar ou dissolver.*

*Na administração da província portugueza o desdém deshumano pela poesia do passado, o monstruoso desacato da tradição patria, tem-se recentemente aggravado por um estranho delirio contagioso e epidemico. É a mania das grandezas, manifestada na dimensão das vias publicas. É a vessania opposta á agoraphobia. Os alienistas dirão se lhe posso chamar agoramania. É este achaque impulsivo que estamos vendo arrastar as mais estreitas povoações para o desequilibrado appetite das mais largas ruas.*

*D'este andanço tem resultado em varios sitios a demolição de preciosos monumentos architectonicos, condemnados a ceder o seu logar a hyperbolicas avenidas descommunaes, inteiramente inuteis para as necessidades da hygiene e da viação publica, sem outro prestimo que não seja fabricar lama ou fabricar poeira, desabrigar o transeunte do rigor de todas as intemperies, destruir insensatamente a ponderação harmonica dos mais graciosos e caracteristicos conjunctos de affavel povoamento, e estabelecer, emfim, pretexto para arvorar a uma esquina, n'uma placa de louça azul e branca, o nome ostentoso de Avenida, por via de regra conjugado com o de algum grande personagem exotico, que nunca lá passou, que nunca ninguem d'aquellas redondezas viu e que apenas mui vagamente é conhecido dos povos pela singular bizzarria de superiormente haver mandado applicar á sua avenida d'elle, o dinheiro dos outros.*



*Assim vimos ainda ultimamente desaparecer o interessante conventosinho do Paraizo, em Evora, e em Beja o sumptuoso paço dos Infantes, e o incomparavel convento da Conceição, um dos mais ricos e mais aristocraticos de Portugal.*

*Á concomitante restauração da igreja da Conceição, interiormente desfeita, refeita, completamente estragada, e hoje em abandono, cabe o privilegio de ser o mais espantoso de quantos desacatos se tem perpetrado, e como tal lhe cabe o logar de notavel curiosidade nos roteiros d'arte.*

*Na casa de Víctor Hugo, em Paris, na casa de Goeth em Francfort, reuniram-se cuidadosamente todos os objectos que podiam documentar a existencia domestica d'esses dois escriptores.*

*Poz-se em cada uma d'essas casas um guarda á porta, uma bilheteira e um torniquete; e cada uma d'ellas é ao mesmo tempo um curioso objecto de estudo e uma inexgotavel fonte de permanentes lucros pecuniarios. O convento da Conceição de Beja, resguardado durante seculos de toda a contaminação exterior, recheiado, - no seu mobiliário, no seu cartório, na sua collecção d'arte, nas suas celas, uma d'ellas a da Religiosa Portugueza, no seu refeitório, nas suas cozinhas, nas maquinas dos seus sanctuarios, no seu côro, no seu claustro, na sua cerca, - das memorias mais intimas das senhoras da primeira nobreza de Portugal, que em gerações sucessivas o habitaram por espaço de quatrocentos annos, seria o mais inapreciavel dos museus historicos, infinitamente mais interessante que o de todas as casas particulares em exposição no mundo. Sómente, ao expirar a ultima monja não ocorreu uma cousa tão simples, como seria entregar esse valiosíssimo documento sociologico á curiosidade do mundo. Não lembrou secularisal-o pelo simples adicionamento de uma bilheteira.*

*Pareceu mais sábio, mais económico, mais elucidativo, mais documental, mais civilizador e mais humano deitar ao monturo de bricá-brac o recheio da comunidade e arrazar o edificio.*

*Na superficie do solo ainda hontem occupada pelos conventos da Conceição e o Paraizo, para atracção de visitantes, para documento de historiadores, para estudo de críticos, para contemplação de philosophos, para admiração de estrangeiros, e para proveito, riqueza e brazão das cidades de Evora e Beja – em vez de dois monumentos ha hoje duas ruas.*

*É sob a ameaça de uma análoga catastrophe que neste momento se encontra a linda cidade de Aveiro, de tão especial encanto, pela graça dos seus contornos, pela variedade das suas culturas, pelo trabalhos das suas industrias, pelos originaes aspectos da ria,*

*pelos pittorescos bracejamentos do Vouga por entre a ceiras, envolvendo-a e coroando-a como de um virente e luminoso diadema d'agua e de verdura.*

*Eis aqui o facto:*

*Pela direcção de obras publicas do districto fez-se o projecto de uma avenida, destinada a prolongar o largo do Terreiro, onde se está concluindo a construcção de uma casa espaçosa e incaracteristica, destinada a sede de repartições publicas.*

*Segundo o alludido projecto a nova avenida teria cento e oito metros de extensão, por quarenta de largura e iria desembocar, pelo extremo oposto ao terreiro, na rua Direita da cidade, a qual, por singular contraste de contiguidade não chega a ter quatro metros de largura. A principal fachada do novo edificio, constitue a face occidental do terreiro, que mede quarenta e dois metros por trinta e seis e quarenta centímetros. Á parte oriental o edificio do convento das Carmelitas, com entrada por uma das quatro ruas que no largo desembocam, avança de alguns metros paralellamente, ao edificio novo. Em continuação do convento e na mesma linha da sua fachada sul-norte, face occidental do largo, ha tres predios de pequenas casas terreas. Demolindo estas casas e cerceando ao convento uma parte da sua cerca, poderia abrir-se a avenida que se projecta com uma largura de vinte e nove metros e sessenta centímetros. Ora vinte e nove metros e sessenta centímetros de largura, communicando com um largo servido por mais tres arterias e desembocando n'uma rua interior da cidade, que tem apenas de largura tres metros e oitenta centímetros, creio ser uma largura de via antes excessiva do que insufficiente.*

*O projecto, porem, não se contenta com este desafogo que deixaria em pé e intacto o edificio do convento, daria um bom e solido cunhal de casa nobre ao Terreiro e á futura avenida. O projecto parece afagar a insuperavel ambição conquistadora dos grandes espaços vazios, e para o fim de dar á sua avenida a descomedida ensanchar de quarenta metros prefixos, em vez da razoavel largura de vinte e nove metros e sessenta centímetros, resolve extrahir do convento uma talhada monstruosa cortando-lhe transversalmente o vestibulo da portaria e supprimindo-lhe metade do claustro, formado por quatro galerias de arcos semi-circulares de cantaria com a sua fontesinha ao centro. Na planta que junto a esta noticia, se designa a linha do córte a que me refiro. Photographias, que acompanham a referida planta, representam um dos aspectos do claustro e uma das fachadas do convento. Esses testemunhos graphicos me dispensam de mais explanações descriptivas.*

*Realizada a obra que se projecta, á nova avenida, em vez de fazer face a fachada de um edificio, faria vergonha uma empena ou um tapume encobrendo aos olhos da população a*

*mais barbara das ruinas. E eis aqui como em nossos dias se pretende melhorar e enriquecer uma cidade!*

*O edificio do convento das Carmelitas, primitivamente palacio da residencia dos duques d'Aveiro, sem ser uma obra monumental, é uma curiosa construcção typica, bastante característica dos usos sociaes e do sentimento artístico do século dezesete. A igreja inteiramente forrada de bella talha dourada, com alizares de azulejos, desenhados a azul e branco com alto sentimento decorativo, é um lindíssimo especimen do mais genuino estylo da época. Uma monographia recentemente publicada em Aveiro e annexa á representação dirigida a sua magestade em favor da conservação do monumento, descreve-o com minudência e fidelidade.*

*Quasi não ousou encarar a hypothese de que, concorrendo n'um largo d'Aveiro dois edificios contrapostos, seja absolutamente indispensável condemnar um para desafrontar o outro. Tendo, porem, de admitir esse absurdo, a minha humilde opinião individual é que seria preferirei arrazar o edificio construido agora, a mutilar o que no seculo dezesete mandou levantar a muito nobre senhora Dona Brites de Lara e Menezes, filha do quinto Marquez e primeiro duque de Villa Real, viuva de Pedro de Medicis, filho do grão duque toscano Cosme de Medicis. A honra da minha profissão de homem de letras obriga-me a sustentar que, em comparação de uma casa que tem historia, as que a não teem, não prestam. Lisboa, tres de maio de mil novecentos e cinco. (a) Ramalho Ortigão.*

**Artigo 3** - “Conselho dos Monumentos Nacionaes”, *Diário de Notícias*, 19 de Janeiro de 1907.

*Conselho dos Monumentos Nacionaes*

*Na ultima sessão d'este concelho, realisada na quarta feira próxima passada, foi submetido á discussão o quadro da classificação dos monumentos nacionaes apresentado pela comissão nomeada pelo Conselho para o elaborar.*

*Resolveu-se que este quadro fosse impresso e distribuido pelos vogais do Conselho para mais ampla discussão.*

*O vogal sr. Ramalho Ortigão sustentou por escripto a classificação de diferentes monumentos pelo seguinte modo:*

*S. ex.<sup>a</sup> entende que, para os effeitos da classificação a que se está procedendo, a importância de um monumento architectonico se deve menos deduzir da magnitude das suas proporções materiaes que da sua especial accentuação esthetica. Nas grandes obras architectonicas predomina geralmente o gosto e o criterio internacional em voga no tempo em que se fizeram, e n'ellas mais do que na humilde construcção dos pequenos edificios se attenua, se desvigorou ou inteiramente se dilue na expressão ethnica do talento local, o espirito provincial da região, a sua particular e caracteristica maneira de sentir, de pensar e de transmitir no lavor da pedra, como a qualquer outra transformação da materia, a affirmação de um ideal.*

*Convem advertir ainda que a missão do Conselho dos Monumentos Nacionaes é proteger e defender dos estragos calamitosos do tempo, das destructivas injurias a desgovernada estupidez do homem, para bem da comprehensão histórica do nosso passado, da civilização da nossa raça e da religião da nacionalidade a que pertencemos, os harmoniosos vestigios d'amor, de poesia e d'arte, com que os antepassados tão liberalmente enobreceram o solo da nossa patria.*

*Ora é evidente que as grandes fabricas architecturaes mais facilmente por si mesmas se defendem que as não menos preciosas edificações obscuras, que tão saudosos sorrisos d'arte espalham ainda pelos mais deslembados recantos das doces villas e aldeias de Portugal.*

*Parece-lhe duvidoso que, por emquanto, alguém ouse arrasar a Batalha, Alcobaça ou os Jeronymos para fazer mais uma avenida, um mercado, uma estação do caminho de ferro, ou uma «garage» de automóveis.*

*É bem tragicamente certo que sob pretextos ainda mais frívolos todos os dias temos visto e continuamos a ver destruir importantes monumentos provinciaes unicamente accusados da culpa de existirem.*

*O que a esta mesma hora se está fazendo em Evora, em Braga e em Aveiro é a mais espantosa affronta d'arte á presumida civilização dos nossos dias e á hypothetica acção fiscal do Conselho.*

*Em vista das considerações expostas, e para que se não cuide que pela algidez do seu contacto pretende arrefecer a fé dos seus collegas na efficacia dos seus meios de acção sobre os destinos dos monumentos nacionaes, propõe que no rol dos edificios que o Conselho tem a obrigação de proteger se incluam os seguintes:*

- 1.- Goes: igreja matriz. Contem o bello jazigo do conde de Sortelha, estatua orante, seculo XVI.*
- 2.- Trofa, perto d'Agueda, igreja do Salvador, seculo XVI. Bello pantheon dos Lemos.*
- 3.- Igreja de Santa Maria d'Almanave, em Lamego, seculo XII.*
- 4.- Paço de Sousa, igreja do Salvador. Seculo XII. Contem o tumulo d'Egas Moniz.*
- 5.- Igreja de S. Pedro de Rates, na Povia do Varzim, seculo XII.*
- 6.- Igreja matriz de Fonte Arcada, Povia de Lanhoso, seculo XI.*
- 7.- Igreja de S. Crystovão de Rio Mau, Villa do Conde. Tem a data do seculo XI.*
- 8.- Igreja de Santa Maria do Castello, em Torres Vedras. Bellos quadros portuguezes do seculo VVI [sic], bem conservados.*
- 9.- Paços dos duques de Bragança, ruínas, em Guimarães.*
- 10.- Convento de S. Francisco, em Serpa, seculo XV, typo analogo no da Ermida de S. Braz em Evora, e do Santo André em Beja.*
- 11.- Ermida de Santo André, em Beja. Construcção gothica em tijolo. Seculo XV.*
- 12.- Villar de Frades, Barcellos. Bellissima portada romanica do seculo XII.*
- 13.- Ermida de S. Braz em Evora, seculo XV.*
- 14- Igreja de S. Salvador d'Arnoso. Ruina romanica.*
- 15- Cantanhede. Capella de Verziella, bellas esculpturas da Renascença, escola de Coimbra, seculo XVI.*
- 16- Thomar. Igreja de Santa Maria do Olival, seculo XII.*
- 17- Mosteiro de Pombeira.*
- 18- Igreja matriz de Villa do Conde. Seculos XV e XVI.*
- 19- Igreja matriz de Miranda do Douro, antiga Sé, seculo XVI. De Tioralva.*
- 20- Mosteiro de Arouca.*

- 21- *Guimarães. Igreja de D. Miguel do Castello, onde foi baptisado D. Affonso Henriques.*
- 22- *Santarem. Igreja de São João de Alporão, seculo XII.*
- 23- *Lisboa. Ermida de Santo Amaro, a mais importante collecção de azulejos polychromaticos do seculo XVI.*
- 24- *Coimbra. Palacio de Sub-Ripas, manuelino.*
- 25- *Evora. Casa Pia.*
- 26- *Evora. Mosteiro do Espinheiro. Tumulo de Garcia de Rezende.*
- 27- *Torres Vedras. Igreja de S. Pedro, seculo XVI.*
- 28- *Igreja de S. João de Tarouca. Deposito de pintura do seculo XVI, tão preciosa como a de Viseu, Coimbra, Setubal ou Evora.*
- 29- *Convento de Santo Thyrso.*
- 30- *Convento e igreja de Varatojo.*
- 31- *Gollegã. Igreja matriz, manuelina.*
- 32- *Ermida de S. Jorge no Campo d'Aljubarrora, fundação de D. Nuno Alvares Pereira.*
- 33- *Igreja de Leça do Balio. Seculo XIV.*
- 34- *Azurara. Igreja matriz, manuelina.*
- 35- *Povoa do Mirleu. Capella de S. Vicente, seculo XII.*
- 36- *Villa Real. Capella de S. Braz, seculo XIII.*
- 37- *Villa Real. Igreja de S. Domingos, fundação de D. João I.*
- 38- *Guimarães. Igreja matriz de S. Martinho de Candoso. Data do seculo XII.*
- 39- *Vianna do Alemtejo. Igreja matriz (restauração de D. João II e de D. Manuel).*
- 40- *Igreja de S. Quintino. Sobra de Mont'Agraço, manuelina.*
- 41- *Torre de Quintella. Villa Marim.*
- 42- *Igreja de Santa Maria do Castello em Abrantes. Pantheon dos Abrantes.*
- 43- *Montemor-o-Velho. Igreja matriz de Nossa Senhora dos Anjos. Bellos tumulos da Renascença franceza de Coimbra.*
- 44- *Seminario de Portalegre. Esculpturas da Renascença, seculo XVI.*
- 45- *Claustro de Chellas. Coimbra.*
- 46- *Coimbra. Convento de S. Domingos.*
- 47- *Coimbra. Igreja de Sant'Anna. Renascença.*
- 48- *Coimbra. Convento de S. Marcos.*

**Artigo 4** - “ O Centenario de Santo Antonio”, *Correio da Noite*, n.º 4771, 22 de Junho de 1895.

#### O CENTENARIO DE SANTO ANTONIO

##### *Abertura da Exposição Sacro-Ornamental*

*Á uma e meia da tarde de hoje realisou-se uma das festas mais sympathicas e formosas do centenario antonino. Referimo-nos á abertura da exposiçãõ de arte sacro-ornamental, realisada no palacio do Museu Nacional ás Janellas Verdes. Essa festa effectuou-se com a maior imponencia e brilhantismo. Assistiu a ella El rei e Suas Magestades as Rainhas D. Amelia e D. Maria Pia. Assistiram egualmente os representantes da nossa primeira sociedade e tudo o que ha de mais distincto na nossa sociedade artistica e litteraria e bem assim membros da commissãõ do centenario. A exposiçãõ tem magnificos objectos de arte, mas podia ser muito mais rica e brilhante do que realmente é. N’um genero artistico onde possuimos verdadeiras raridades e preciosidades como poucas nações possuem, uma exposiçãõ com a de hoje podia e devia ser muito mais rica do que a que se inaugurou.*

-

*Já aqui temos dado larga e, podemos dizer, completa relação dos objectos enviados para a exposiçãõ de arte sacro-ornamental, que esta tarde se abriu no Museu Nacional ás Janellas Verdes. Occupa as salas novas: quatro no pavimento que deita para a rua e outras no entre solo que deita para o jardim. Eis, a correr, uma rápida descripçãõ.*

*A primeira sala, occupada por objectos de El-rei, tem quatro vitrines lateraes e uma pequena vitrine ao centro, que descança sobre um rico movel de castanho, com quatro faces ricamente esculpidas de figuras. Ao centro d’esta vitrine o cofre de prata do tempo de D. Sebastião, rodeado de pequenos objectos, cruces, corôas, crucifixos, livros de pergaminho illuminados, entre os quaes umas horas com uma estampa que se diz representar o enterro de D. Manuel.*

*A custodia de Belem, a cruz de D. Sancho, um cofre bisantino, uma corôa de prata com inscripção arabe, além de outros objectos preciosos, estão patentes nas outras vitrines. O tecto tem um grande reposteiro com armas reaes, tapessaria de Anbrunon. Nas paredes quatro medalhões em faiança de la Robia e quadros a oleo, bellissimos.*

*Entre as duas janellas um baldaquino, sob o qual um quadro representando Santo Antonio, feito de embutido de madeira e que imita perfeitamente a pintura. Na secretaria da igreja do Loreto existem tambem uns quadros n'este género*

*A sala a seguir é a mais vasta de todas e está forrada de vitrines com paramentos riquissimos. A collecção de tecidos e bordados, embora lhe faltem os magnificos paramentos de Lorrão e os bordados a coral de Sé do Porto, é esplendida.*

*Na primeira das vitrines centraes está a cruz e o relicario de Arouca, em fórma de tryptico. Se este é inferior em dimensões ao de Guimarães, em valor archeologico póde competir perfeitamente com elle, offerecendo quasi tanto interesse fechado como aberto. Contém em compartimentos emparelhados grande numero de reliquias, cujos disticos são em portuguez. É um documento de primeira ordem para a historia da ourivesaria portugueza.*

*Nas outras vitrines estão alfaias da Sé de Lisboa, entre ellas a lindissima cruz esmaltada offerecida por Philippe I ao convento de Thomar, objectos da Sé d'Evora, uma cruz de crystal da Misericordia de Setubal, etc. Chamam tambem a attenção, pelas suas dimensões, um grande candelabro de bronze e um grande cofre de prata branca lavrada, ambos da Sé de Lisboa. Nas paredes, além de frontaes de seda bordados a ouro, quadros gothicos, uns pertencentes ao sr. conde de Burnay, outros de Vizeu. São da residência episcopal e não os celebrados quadros da Sé, como geralmente se suppunha.*

*Na sala a seguir vêem-se as alfaias de S. Roque. N'uma especie de altar os grandes tocheiros, como que illuminando o quadro que dizem representar o casamento de D. Manuel com D. Leonor.*

*Do tecto, forrado de colchas, pende a lampada da capella da Universidade. Em frente do altar um docel formado por um riquissimo paramento da Sé d'Evora.*

*A sala ultima é occupada na maior parte por objectos que já existiam no museu.*

*Nas salas do entre-solo notam-se ainda objectos de ourivesaria religiosa, como o cálice de S. Geraldo, da Sé de Braga, o cofre de marfim da Sé, o cofre de marfim de Obidos, esmaltes de Limoges, baixos relevos, pinturas o cofre de chrystal da igreja da Graça de Lisboa, um cofre de filigrana de ouro da mesma egreja, manuscriptos illuminados, etc.*



**Artigo 5** – BASTOS, Silva, “Visitas e Palestras – Na trapeira do sr. Ramalho Ortigão”, *Diário Illustrado*, 18 de Fevereiro de 1906, pp. 1-2<sup>1</sup>.

*Visitas e Palestras*  
*Na trapeira do sr. Ramalho Ortigão*

*Subo a escada da construcção pombalina – n.º 30, calçada dos Caetanos – n’um vago receio de magorar o chão, como quando, volvidos longos annos, tornamos a vêr os logares onde se passaram os ingenuos episodios da nossa infancia. E o coração instictivamente se comprime, revendo as paredes por destral das quaes se passou uma cousa já hoje histórica a elaboração mental de Oliveira Martins, embalando-se na sua illusão de estadista capaz de trazer um solemne e decisivo quarto de hora de felicidade administrativa para este descoroçoado paiz e, a breve intervallo, o desmoronamento do soberbo castello d’esse ideal politico, a lenta consumpção do abatido sonhador e por ultimo a sua morte.*

Mais pourquoi m’entraîner vers ces scenes passées ?

....

...je veux rêver et non pleurer

---

<sup>1</sup> Por uma questão de probidade, transcrevemos os comentários de Ramalho Ortigão a este artigo escritos numa carta ao seu filho Vasco onde enviava um exemplar do mesmo.

*...Agora ainda outra sensaboria: Um dia em Paris, no meu quarto do pequeno hotel do Univers veio visitar-me o Alberto Braga na ocasião em que là estava no momento de se despedir o teu amigo Keller. Durante a visita de Braga falou-se de dinheiro e eu disse-lhe, na intimidade desse momento, que na questão pecuniaria eu estava desafogadamente na vida porque o / homem q. acabava de sair, teu correspondente, viera, de teu mando, pôr à minha disposição todo o dinheiro que eu quizesse para me divertir em Paris; e nem com o estímulo de lhe ser agradável a elle e a ti, eu imaginava necessidades que me obrigassem a mais despesas do que aquellas que fazia.*

*Parece-me que Braga, certamente no mais amavel proposito pra nós ambos, contou esse episodio a Silva Basthos, auctor do artigo que te remetto, o qual sem me conhecer nada e fazendo-me unicamente uma visita (aquella a que o artigo se re=/fere) achou tambem amavel, sem me ouvir a tal respeito, transmittir ao publico, mais ou menos exactamente o que Braga lhe contara.*

*O obsequio deste burro contrariou-me imensamente por me tornar suspeito da mais bêsta das paspalhotices e do mais imbecil dos orgulhos. Se pelo menos elle me soubesse descrever a casa e transcrever sem asneiar as coisas que eu lhe disse... Mas nem isso. È nestas e noutras, que a gente aprende a reconhecer e a apreciar o enorme e impagavel favôr que nos fazem aquelles que se não ocupam de /nòs, o que è a mais linda e a mais captivante maneira de nos deixarem em paz...*

BNP, E19/810, *ORTIGÃO, Ramalho a ORTIGÃO, Vasco Ramalho, 1906 Março 11, Lisboa.*

*E, com este consolo do desdenhado Lamartine, continúo a minha ascensão para a trapeira do critico das Farpas, trapeira que, á semelhança dos vinhos generosos, vae crescendo de nomeada á medida que os annos lhe passam por cima. Quanto mais subo, melhor é o banho de luz: vazos de plantas parece cumprimentarem-me indicando a porta de vidraça, resguardada contra olhos indiscretos por uma cortina de seda escura. A domestica, no seu traje á franceza de irreprehensivel aceio – não pouco prégo o auctor das Farpas contra o desleixo e porcaria indigenas – conduz-nos á sala, espaçosa, pequeno museu de um homem de gosto e que pacientemente, a poder de uma economia de ferro, logrou povoar o seu home de uns nadas de arte que interessam aos intellectuaes e os prendem ao cantinho onde se escoaram dias e annos de indefesso labor.*

*A grande impressão que effectivamente resalta da visita ao interior d'essas aguas-furtadas, durante mais de trinta annos testemunhas de um trabalho consagrado inteiramente ás lettras e á arte, está na reacção d'um grande espirito contra a estupidez do accaso, tão mau distribuidor dos bens materiaes n'este planeta crescentemente rebelde á obra imponderavel da Intellectualidade. Tudo o que uma paciencia e um anceio esthetico, de muitos annos, teem accumulado n'aquella casa, já hoje historica, não pagaria um simples esboço dos grandes mestres da pintura italiana, pelo qual um dos museus de Londres daria sem pestanejar centenas de contos de réis. Não importa! Cada quadrinho é uma recordação; cada movel fora da banalidade hodierna é uma licção, um retalho de historia; cada producto cerâmico é um ponto de referencia para o passado; tudo aquillo é sugestivo e impressivo: são outras tantas teclas que põem em vibração uma grande sensibilidade de artista. Uma obra d'arte não é só o pedaço de tela de mármore, de madeira ou de metal que tomou o colorido, a forma, a expressão que o artista lhe quiz imprimir: é também a vibração de uma parte da sensibilidade nacional. E o escriptor, tão independente, tão pessoal e tão orgulhoso d'esse mesmo esforço próprio que se chama Ramalho Ortigão, cahiria sem duvida n'uma dolente tristeza, se mão estúpida lançasse o fogo a esse recheio de cousas tão impressivas ou se broncos teutonicos, como succedeu no anno terrivel, accaso fizessem mão baixa n'esses pedaços da alma de um dos homens que mais se teem interessado pelo património artistico de Portugal!*

\*

*Pois é certo. Essa trapeira, com todo o seu recheio, é o grande manancial d'onde a ramalhal figura tem haurido a seiva de que a sua pessoa e a sua obra se acham profundamente impregnadas. Compreendeu esse homem quanto póde o esforço proprio*

*na lucta que todos devemos travar com a lei fatal do declinio. Não quer ser velho; logo, não envelhece. Com a consciencia tranquillamente sadia, que só se alcança quando se póde estadear a nobreza do dever cumprido com dignidade; rodeado dos carinhos d'aquelles que mais directamente derivaram do seu sangue e da sua affeição; contando cem tudo comsigo proprio e com o valor da sua penna, poderíamos passar-lhe um diploma de homem feliz se a felicidade não fosse um caso de foro intimo, se um homem feliz não é o que parece sel-o, e sim aquelle que franca e sinceramente confessa que o é.*

*N'uma das viagens ao estrangeiro levou o sr. Ramalho Ortigão uma carta de credito que seu filho, estabelecido no Rio de Janeiro, lhe offerecera para quaesquer eventualidades. Feita a viagem, a carta de credito devolvida intacta, provou mais uma vez que o espirito meticulosamente pratico do sr. Ramalho Ortigão, dispensa impenitentemente o favor alheio e conta por systema com os recursos próprios. E comtudo, era natural que, tratando-se do proprio filho, se utilisasse de um offerecimento que em nada poderia melindrar o coração e o orgulho paternaes...*

*Do acaso da nossa conversa escapa-se uma reflexão que explica até certo ponto o segredo d'essa existência não torturada pelos empuxões do ideal insatisfeito. Não é o estar bem – no seu critério – o que verdadeiramente nos deve preoccupar e sim o estar melhor. N'um dia de folia carnavalesca, o sr. Ramalho Ortigão, de passagem por Evora, foi visitar o hospital. Na enfermaria deparou-se-lhe um doente, victima de accidente de caça, e a quem fôra amputada a mão. O pobre homem palmilhara nove leguas, devorado pela febre, matando-a como poudes com agua putrificada dos charcos, curtindo as dôres horriveis que lhe causava a mão, cahindo aos farrapos. A amputação era o remedio inadiavel e a que logo se sujeitou – Deve agora encontrar-se melhor, não é assim? Pergunta-lhe o sr. Ramalho Ortigão. O pobre homem, um tanto desconfiado: - Não o diga a brincar: estou realmente melhor. D'onde o auctor das Farpas deduz que o nosso objectivo na vida não é estar bem, e sim estar melhor.*

*Com este criterio da vida, com a saude que elle tem sabido conservar pela hygiene do corpo e da alma, e no meio de tantas recordações d'arte, iriamos apostar que esse escriptor pertence á nobre classe d'esses intellectuaes que saboream a existência immersos na voluptuosidade experimentada, desdenhando dos que são mais ricos e mais ignorantes que elles, dos portadores das grandes riquezas, caminhando pela vida fóra como se transportará um camello carregado de notas de banco, na somma de incalculaveis milhões!*

*E o carinho e o amor com que o satisfeito habitante da trapeira pombalina nos vai historiando cada uma das cousas ahí jacentes! Já ao entrar pregáramos olhos perscrutadores n'uma mobília d'Evora, Luiz XVI, de espinheiro, com florinhas delicadamente pintadas. Quando o seu possuidor quizer, está alli o Kensington Museum, de Londres, com 80 libras encartuxadas para pagar esse specimen quasi raro. Aquelle busto, além de um modelado fino, firma-o um esculptor de nome – Agustin Querol. Pela tonalidade característica, por essa velatura de melancholia que por assim dizer magôa toda a sua obra, adivinháramos já o auctor d'aquelle quadrinho – Silva Porto. O pintor hespanhol Barbudo, residente em Roma, está alli representado por uma pequena e deliciosa téla, reproduzindo um cavalheiro, epoe [sic] ha talvez de Luiz XIII. A cabeça, de um desenho correcto, de um toque delicadissimo, é um encanto. Rente da janella, um outro quadro, representando certo veneziano nobre, está assigando por um nome portuguez – Henrique Martins, discipulo de Barbudo, e que já expôz trabalhos seus em Roma, com lisongeira acceitação da critica. Secretario da embaixada em Roma, onde é estimadissimo, pintor, homem de todos os sports, a sua presença é desejada em todas as festas. O nobre veneziano revela, com effeito, uma positiva disposição artistica.*

*O pintor Surolla firma um episodio tragico do [?] de Maio, quando a invasão napoleonica fez de cada peninsular um heroe, acceso em santo odio. Um hespanhol, de escopeta na mão, mostra-se prompto a morrer em defesa do sagrado solo da patria.*

*Um quadro do pintor portuense Arthur Loureiro, reproduz em [sic] inglez, repotreado na sua cadeira, a bordo de um paquete, contemplando o mar. Fidelidade dos tons marinhos e tão impressivos que uma grande dama, sempre que vê esse quadro sente – segundo o confessa – o enjôo do mar. Um bello desenho do pintor Sargent – o retrato do sr. Ramalho Ortigão – accusa o lapis do grande mestre. Este principe da pintura não faz um retrato por menos de 20 contos de réis, e no seu atelier de Londres. O que mais realça a excepcional prova de consideração que o famoso pintor deu ao sr. Ramalho Ortigão retratando-o, a espuminho. Um recanto occidental de Faro, bello desenho de Vaz; um lindo grupo – trecho do presepio do Marquez de Borba, e constituido por duas figuras excellentemente modeladas, de Machado de Castro; outro retrato do auctor das Farpas, desenho da artista hollandeza Schwartz, condecorada e consagrada pelo Salon; uma carinhosa paisagem, pela sr.<sup>a</sup> D. Bertha Ortigão, e, d'esta mesma senhora, um quadro representando um trecho de cella conventual, vendo-se no primeiro plano o classico candieiro amarello ao pé de um missal aberto, com illuminuras, traduzindo tudo uma doce quietude mystica; um gato de faiança, do ceramista Gallé, - o focinho, de exquisita*

*expressão tem o que quer que seja de graça infantil; - uma bocca, pintada pelo famoso Couture, de um relevo que illude até á esculptura; uma cabaça, pintada á penna pelo rei D. Fernando, de proposito para o sr. Ramalho Ortigão, revelando-se alli o artista no comido de algumas figuras... eis, a traços rápidos, as cousas que n'esse sanctuario, todo honestidade, mais ferem a nossa attenção.*

*Com um quasi religioso respeito, o sr. Ramalho Ortigão tira de um elegante armario a taça da amisade, offerta de Eça de Queiroz. Por ella beberam, em dias de alegre convivio, Eça, Oliveira Martins, conde de Ficalho, Anthero do Quental e outros amigos do auctor do Mysterio da Estrada de Cintra. O suporte da taça é um pequeno grupo formado por figuras allegoricas da sciencia, da industria, do trabalho; na taça, um desenho representa os attributos da religião christã, aspiração final dos anceios da alma humana.*

*A nota de exotismo encontramos-la n'um sino budha, pendente do tecto, recordação trazida da China por Bernardo Pindella e n'uma lanterna de gondola veneziana; mas esse exotismo é dominado pelo regionalismo, tão caro ao sr. Ramalho Ortigão: pois se até os cadieiros importados do estrangeiro são armados sobre antigos potes da fabrica do Rato, representada por differentes pelas authenticas! Na propria casa de jantar, a mobília alemtejana-algarvia, apenas revestida de uma camada de verniz Martin; a typica se bem que rudimentar cantareira, recamada de pratos de fabrico nacional, desenhados pelas filhas do nosso critico, alternando com pratos extranjeiras, Delft, sobretudo; duas bandejas de pinturas curiosas – uma representa o Triumpho de Amphitrite, a outra, Telemacho na ilha de Calypso – traduzem a mesma preocupação do bom gosto e do amor pelo torrão nacional.*

\*

*Imaginam talvez um gabinete de trabalho pretencioso, com luxo falso e preocupações ornamentaes? Puro engano: a sua simplicidade é antes escolar. Estantes vulgares pejadas de livros, sem cimalthas, nem ornatos, nem vidraças; papeleiras do velho mobiliario portuguez, ajoujadas de photographias subtrahidas a monumentos architectonicos, aos quadros de alto merecimento e a alfaias artisticas, das mais cotadas, com rubricas e annotações que lhe imprimem um maior preço. Formam já hoje uma colleção de valor, pelo numero e qualidade das reproducções photographicas. Nas estantes figuram principalmente as obras de litteratura artistica, muitas das quaes em brochura; mas as miscellaneas, onde se agrupam differentes memorias, descripções ou monographias referentes a assumptos de arte; certos livros com o Summario de Varia*

Historia, as Cidades e Villas, de Vilhena Barbosa, a Revista de Guimarães, a Lisboa Antiga, do sr. Visconde de Castilho, apparecem-nos encadernados de fôrma original... em chita, ostentando os padrões mais ou menos pittorescos das fabricas portuguezas. É regional, é curioso, é inedito e, melhor ainda, é barato! Animando esta simplicidade academica – repare-se em que o sr. Ramalho Ortigão, official da Academia Real das Sciencias, não é académico, por ser empregado d’essa corporação!... – vemos o retrato de um official de artilharia, pae do sr. Ramalho e por elle mesmo pintado com uma facilidade de technica acima do que é peculiar ao amator. Aquelle official, algarvio, estava na guarnição do Porto; e assim por um accaso nasceu o auctor das Farpas, que, vestido com o Kimono japonéz, se acha retratado por um artista nippon, pintura exquisita, de tons baços e que denuncia logo outra visualidade e temperamento de retratista differente do nosso. Columbano está alli representado por um retratinho do sr. Ramalho Ortigão. Por o vão de uma porta, espreita-nos um busto de Eça, modelado por Bordallo Pinheiro que lhe exaggerou o rictus ironico até quasi ao inverosimil. E ainda até ao gabinete, se prolonga a nota do regionalismo com a suspensão, no enquadramento de uma janella, de uma gaiolla qualquer, onde saltita contente um pintasilgo, testemunha do labor d’esse que lhe sorri como a um amigo dos de boa lei.

Pois foi n’este confortável, se bem que modesto gabinete de trabalho que durante mais de trinta annos se elaborou a obra principal de Ramalho Ortigão, como critico e como estheta. Adoravel cosinha da Idéa! Das janellas d’essa trapeira, que é já uma grande recordação a abrir caminho pelos tempos fóra, a vista surprehende perspectivas suaves, de tonalidades amoraveis, e que se extendem, umas á escoante do Tejo, outras afogadas pelos agrestes montes da Outra-Banda; mais para montante, as perspectivas que se corôam do histórico monte de Palmella e da Serra da Arrabida. As melhores paginas do critico e estylista das Farpas testemunham o amor com que elle fixa na sua poderosa retina os tons do nosso pittoresco torrão. As Farpas! Como este par de syllabas accorda em nó um mundo de idéas, vindas dos bons tempos coimbrãos, quando ás vesperas de feriado e nas aulas devoravamos, repetidas vezes, esses petulantes livrinhos, reflexo de uma epoca de transição, photographia de um meio litterario ainda sorna e claudicante! Há alli paradoxos, amplificações, arrojoes e entoraes feitos á philosophia? Talvez; mas a exhuberancia de documentação compensa os senões de uma analyse que, por força da própria preocupação demolidora dos ridiculos do tempo, se recentia da paixão que escaldava a penna do critico. E o Mysterio da Estrada de Cintra; como esse derradeiro

*lampejo do romantismo nos regalvanisava as fibras do lyrismo que está na essencia da alma portugueza! E ainda hoje, typos e cousas escapelladas pelas Farpas, e figuras como a de Carmen e Rythmel nos interessam pelo pittoresco da narração ou pela verdade documental. Prosa colorida e viva, riqueza de notação, folego de analyse – que soberbo impulso ou antes que providencial pontapé na linguagem indecisa, pretenciosa e molle d’então!*

*O collaço litterario d’Eça de Queiroz está preparando um livro sobre os primitivos portuguezes (pintura primitiva do século XVI). Trabalha ainda n’esto momento como um rapaz, esse homem que póde dizer, como Michelet, que o gracioso tinteiro da sua meza de labor é a sua fonte de Juventude, a condição da seiva resumando ainda do seu resistente organismo. Um dos seus lados mais sympathicos é o seu incasavel amor pela arte, mormente pela arte nacional. E comprehende-se o seu profundo desgosto, como membro da «Commissão dos Monumentos Nacionaes» - aonde provavelmente não voltará mais, - vendo-a subalternizada á burocracia do ministerio das obras publicas, e este, por seu turno acorrentado ás influencias eleitoraes que podem arrazar impunemente monumentos de arte, como succedeu ha pouco tempo com o castello de Braga... Mas sobranceira a todas as altas qualidades do escriptor, está a dignidade, a independencia e a consciencia profissional com que o sr. Ramalho Ortigão, na sua torre de marfim, tem honrado as lettras patrias, vivendo honestissimamente do seu trabalho, da sua penna de escriptor e de bibliothecario da Bibliotheca da Ajuda. Alheio por systema á politica, dispensou-se naturalmente de procurar por ella elevadas situações sociaes e honrarias: no brilho da sua propria reputação litteraria se compraz, e esse lhe basta. Tem sido e será, sem duvida até morrer, o typo de dignidade das lettras portuguezas, ou, o que é o mesmo, a personificação nobilissima do homem de lettras em Portugal.*

*Silva Bastos.*

**Artigo 6** — SANTOS, Reinaldo dos, “Ramalho e a Arte”, *Diário de Notícias*, 4 de Dezembro de 1957, pp. 1-2.

*A inauguração da estátua de Ramalho Ortigão no Jardim de Santos veio pelo menos lembrar que Ramalho fora um dos grandes escritores da excepcional geração dos «Vencidos da Vida».*

*É talvez oportuno recordar que foi um dos raros escritores que enobreceu a crítica de arte nacional pela galhardia da sua independência, pelo nacionalismo da sua sensibilidade, pela beleza plástica da sua expressão verbal, das mais ricas da língua portuguesa. O «Culto da Arte em Portugal» é um dos livros mais expressivos do panorama português do final do século XIX no que respeita aos desacatos e sevícias de que os monumentos nacionais foram vítimas. Ninguém como Ramalho fustigou com mais sagrada indignação e com mais graça a incúria, a estúpida incompreensão que chegou ao sacrilégio com que algumas das mais veneráveis obras de arte tinham sido destruídas ou restauradas. Há páginas que são quase de actualidade. Com que admirável ironia contou a desenvoltura com que foi arrasada a torre do Alporão, em Santarém, monumento do «alto do qual, durante a ocupação serracena, o árabe ditava ao povo a lei de Maomé».*

*Na visita a Santarém, o coche de D. Maria I tinha de passar entre a torre do Alporão e a das Cabaças. Aplicou-se-lhe a bitola do régio coche e verificou-se que por obra infernal de palmo ou palmo e meio de saliência o majestático veículo da soberana teria de ficar engasgado pelos cubos das rodas entre os dois monumentos! Arrasou-se simplesmente a torre do Alporão...*

*E que canto de ecloga aquele em que descreve a torre das Cabaças «com as suas cabaças de barro e o seu sino grande de correr e de governar as horas»: com que visão de paisagista evoca ao campos do Ribatejo, que ele tanto amava, numa linguagem luminosa e lírica, dando á singela torre a significação enternecedora dum símbolo regional:*

*«A torre das Cabaças fez-se para ser olhada do vasto campo da Golegã ou do campo de Almeirim, vindo do vale, vindo de Coruche de Benavente ou da Barquinha, através dos olivais, das terras de sementeira e das eiras do termo de Santarém, de jaqueta e sapatos de prateleira, montando uma égua de maioral, de cabeçada de esparto, almatrixa de peles de estribos chapeados».*



*E falando do convento de S. Francisco, ainda de Santarém, fustiga as barbaridades que se fizeram na igreja, convertida em cavalaria do regimento aquartelado no convento, e em que todos os tumulos foram violados. A ossada do rei D. Fernando desaparecida, bem como a de D. Francisco de Almeida «atirada para a cerca do quartel na ocasião em que se destruiu o tumulo, aproveitando-se a arca de pedra em que jazia o corpo para bebedouro especial dos cavalos de mormo».*

*E com que delizadeza e ternura fala do claustro de Celas posto em leilão por um conto de réis: «É uma construção inefavelmente pura, toda de intimidade e religião, no sentido de cada uma das partes e na harmonia total do seu conjunto. Nem a mais leve mácula mundana, de presunção ou de orgulho. Nem um só nome profano, nem um unico emblema heráldico, brasão, coroa, paquife, divisa ou empresa. Nada que lembre da terra, as ambições, a força, a glória ou o brilho; nem quinas, nem lises, nem pelicanos, nem esferas. A mesma aconchegada dimensão do recinto, parecendo amoldado ao passo leve e recolhido das freiras, as quais se ouviriam a meia voz dum extremo para o extremo oposto do pátio: o estilobato em bancada revestida de azulejos do tempo, enxadrezados em verde e branco; a pequena altura dos fustes, proporcionados a uma estatura de noviça, que poderia do chão acarinhar as imagens dos capiteis com uma flor de açucena».*

*Ramalho é o exemplo de como o crítico de arte deveria ser sempre um escritor. Um amator de arte pode limitar-se a senti-la e a amá-la; mas um crítico tem de a compreender, explicar e transpor as suas formas e emanação de beleza numa prosa sensível, reflexo da sua própria sensibilidade. A crítica de arte deveria ser de sua natureza artistica, como a crítica histórica, interpretação psicológica.*

*A história documental é matéria de erudição mas a crítica de arte tem outras ambições e requer outros dons. Exige que quem julga seja capaz de visionar e de se colocar na perspectiva do artista que concebeu a obra para melhor a entender e ajuizar. Por outro lado, a obra de arte realiza-se num ambiente de época e ao sabor das influencias do seu tempo, das correntes de ideias, não apenas estéticas, mas culturais, filosóficas e sociais que constituem o «clima» em que desabrocha a própria concepção plástica, e a visão do mundo que transcende na criação da obra.*

*A cultura do crítico de arte tem, pois, de ser mais ampla que a do benemérito investigador de arquivos, e é à luz do conhecimento das épocas que tem de julgar as obras, porque é no seu ambiente espiritual e histórico que elas se criam, como é a*

*personalidade do artista que confere originalidade á concepção e execução final da obra.*

*A crítica da obra de arte seria, pois, a resultante duma dupla compreensão: a da sensibilidade que a revela e a da cultura que a explica. Estes dons possuiu Ramalho, mas possuía ainda, e em alto grau, outro não menos precioso e seguramente mais raro: o de saber exprimir o que via e o que sentia.*

*Pode um historiador escrever sem brilho nem estilo: mas o crítico de arte só ganha em ser um escritor, porque para exprimir a beleza das obras, a sua sedução e o frémito palpitante de vida, aquilo que ajudará, enfim, a fazê-la compreender dos outros – há que ser um escritor. E Ramalho foi certamente um dos escritores que melhor exprimiu nessa língua plástica e fluida o poder evocador dos monumentos, o seu significado histórico, a ternura, a poesia, o doce encanto da sensibilidade que reflectem. Foram essas qualidades que fizeram de Bertaux, C. Mauclair, Fossillon, Emile Mâle, como hoje de René Huyghe, o de serem críticos, grandes escritores, isto é, de terem o poder de transpor em formas literárias imagens plásticas e emoções sensíveis. O mesmo se pode dizer de Camon Azanar em Espanha.*

*Ramalho deu aos portugueses o exemplo duma das mais belas encarnações do que deve ser um crítico de arte – sensível para compreender a obra, culto para a explicar, escritor para a exprimir. E como a sua alma era nobre, o que não é frequente, os seus juízos eram generosos. Por isso já em tempos recomendei esta receita particularmente util aos nosso críticos de arte: Uma colher de sopa de prosa de Ramalho todas as noites ao deitar.*



